SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso , 08 de Agosto de 2013 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO VIII | Nº 1780

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO 26/2013

CONTRATO Nº 26/2013 – CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL/MT E A EMPRESA LAUDENIR AMADEU -ME.
OBJETO – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.
VALOR - R$ 79.500,00 (SETENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS);
VIGÊNCIA – 05 MESES;
DATA – 05 DE AGOSTO DE 2013;
ASSINAM – ARCILIO JESUS DA CRUZ, PREFEITO MUNICIPAL, E LAUDENIR AMADEU -ME – LAUDENIR AMADEU, REPRESENTANTE LEGAL.

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Publicado por:
Soniel Ribeiro Taques
Código Identificador:ACADDB33

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 003/2013

"Autoriza a Mesa da Câmara Municipal a fazer o encaminhamento de bens móveis em desuso, à Prefeitura Municipal de Água Boa-MT".

O Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, faz saber, que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e Ele promulga a seguinte Resolução:

Considerando que compete ao Governo Municipal a gestão, a condução dos negócios e a administração dos bens móveis pertencente ao Patrimônio Público Municipal;

Considerando o interesse público, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a necessidade de baixar os referidos bens por motivos justificados;

Considerando o relatório da Comissão Permanente de Levantamento de Bens e Inventário Físico e Financeiro dos Bens Móveis e Imóveis da Câmara Municipal de Água Boa, acompanhado do respectivo Relatório da Comissão de Inventário Patrimonial, nomeada pela Portaria nº 005/2013 de 02 de janeiro de 2013.

Art. 1º - Fica autorizada o encaminhamento dos bens em desuso a Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 109 da Lei Orgânica, conforme descriminados no Anexo I, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário José Nogueira Paniago, aos 06 de Agosto de 2013.

JOSE ARI ZANDONÁ
Presidente

JONATHAN ROBERTO SILVEIRA
Vice-presidente

GILNEI MACARI
1º Secretario

ANEXO I

RELAÇÃO DE BENS PARA BAIXA

Itens	Nº Tomb.	Descrição	Aquisição	Motivo	Valor (R$)
01	208	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
02	209	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
03	210	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
04	211	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
05	212	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
06	213	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
07	214	Cadeira secretária giratória	31/07/1995	Doação	13,50
08	215	Cadeira secretaria giratória	01/09/1995	Doação	13,50
09	217	Cadeira secretária giratória	01/09/1995	Doação	13,50
10	222	Mesa de madeira de reuniões	02/06/1995	Doação	30,00
11	240	Cadeira secretária giratória	01/09/1995	Doação	13,50
12	243	Cadeira secretária giratória	28/01/1997	Doação	11,80
13	244	Cadeira secretaria de tecido	28/01/1997	Doação	11,80

14	279	Cadeira secretária giratória	24/07/1998	Doação	13,40
15	300	Conexão Melamina	28/12/1999	Doação	4,60
16	301	Mesa Micro Melamina	28/12/1999	Doação	10,30
17	302	Mesa Micro Melamina	28/12/1999	Doação	3,20
18	304	Gaveteiro volante	28/12/1999	Doação	13,80
19	324	Mesa 1.60 03 gavetas	30/10/2002	Doação	18,00
20	326	Mesa 1.60 03 gavetas	30/10/2002	Doação	18,00
21	327	Mesa 1.60 03 gavetas	30/10/2002	Doação	18,00
22	328	Mesa 1.60 03 gavetas	30/10/2002	Doação	18,00
23	329	Mesa 1.60 03 gavetas	30/10/2002	Doação	18,00
24	331	Mesa 1.60 03 gavetas	30/10/2002	Doação	18,00
25	334	Mesa 1.20 02 gavetas	30/10/2002	Doação	12,00
26	340	Cadeira secretária giratória	30/10/2002	Doação	7,50
27	442	Armário 02 portas cinza	10/02/2004	Doação	44,61
28	477	Armário Cinza com preto	01/04/2005	Doação	99,58
29	478	Armário Cinza com preto	01/04/2005	Doação	99,58
30	479	Armário Cinza com preto	01/04/2005	Doação	99,58
31	480	Armário Cinza com preto	01/04/2005	Doação	99,58
32	481	Armário cinza com preto	01/04/2005	Doação	99,58
33	482	Armário Cinza com preto	01/04/2005	Doação	99,58
34	488	Cadeira secretária azul	06/05/2005	Doação	33,80
35	502	Conjunto sofá 03 e 02 lugares	16/11/2005	Doação	168,00
36	503	Conjunto sofá 03 e 02 lugares	16/11/2005	Doação	168,00
37	504	Conjunto sofá 03 e 02 lugares	16/11/2005	Doação	168,00
38	505	Conjunto sofá 03 e 02 lugares	16/11/2005	Doação	168,00
39	506	Conjunto sofá 03 e 02 lugares	16/11/2005	Doação	168,00
40	508	Conjunto sofá 03 e 02 lugares	16/11/2005	Doação	168,00
41	528	Conjunto de mesa diretor / teclado / gaveteiro / canto / suporte para CPU	28/12/2006	Doação	282,07
42	686	Máquina de xérox m-41 18	17/04/2008	Doação	2.756,96
43	224	Poltrona presidente	31/07/1995	Sucateada	32,00
44	230	Poltrona presidente	24/07/1996	Sucateada	28,33
45	232	Poltrona presidente	24/07/1996	Sucateada	28,33
46	249	Cadeira secretária de tecido	28/01/1997	Quebrada	11,80
47	310	Estabilizador de energia	18/12/2000	Queimado	5,70
48	314	Estabilizador de energia	13/09/2001	Queimado	4,50
49	438	Nobreak 1300	20/05/2003	Queimado	79,50
50	475	Estabilizador de energia	04/10/2004	Queimado	6,50
51	510	Câmera digital Olympus 5.1	28/11/2005	Queimada	241,87
52	513	Impressora HP 3920	26/12/2005	Queimada	26,00
53	514	Impressora HP 3920	26/12/2005	Queimada	26,00
54	515	Impressora HP 3535	26/12/2005	Queimada	22,00
55	523	Impressora HP 1510	12/06/2006	Queimada	43,00
56	678	Nobreak 700 KVA	15/10/2007	Queimado	32,00
57	684	Impressora HP 1360	27/12/2007	Queimada	20,00
58	689	Gravadora de CD/DVD	29/05/2008	Queimada	64,20
59	717	Suporte para CPU com rodinhas	23/04/2009	Quebrado	27,74
60	718	Suporte para CPU com rodinhas	23/04/2009	Quebrado	27,74
61	719	Suporte para CPU e estabilizador	23/04/2009	Quebrado	27,74
62	720	Suporte para CPU com rodinhas	23/04/2009	Quebrado	27,74
63	721	Suporte para CPU com rodinhas	23/04/2009	Quebrado	27,74
64	722	Suporte para CPU e estabilizador	23/04/2009	Quebrado	27,74
65	723	Suporte para CPU e estabilizador	23/04/2009	Quebrado	27,74
66	783	Nobreak 700va	29/07/2011	Queimado	140,77
67	784	Nobreak 700va	29/07/2011	Queimado	140,77
Total					**6.231,77**

Publicado por:
Francisco Braz das Neves Costa
Código Identificador:BC010730

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 074/2013
A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2.463/2013; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 07/08/2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial, Menor Preço Por Lote teve como vencedor a empresa:
Lote 1 – Comércio de Combustíveis Água Boa Ltda

Água Boa, 07 de agosto de 2013.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira Substituta

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:FEC85E89

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 038/2013

CREDOR: DENTAL CENTRO OESTE LTDA
STOCK COMERCILA HOSPITALAR LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO
VALOR: 631.000,00
DATA: 06/08/2013
VENCIMENTO: 06/08/2014

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal de Agua Boa

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:82928455

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO PREÇO 039/2013

CREDOR: SHALON DIESEL LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÕES TIPO CAÇAMBA, RETRO ESCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, ESCAVADEIRA HIDRAULICA E SERVIÇOS DE TRATOR.
VALOR: 649.000,00
DATA: 07/08/2013
VENCIMENTO: 07/08/2014

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal de Agua Boa

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:10C4E571

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 102, DE 16 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia o Comitê Local de Acompanhamento do "Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 72, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o compromisso assumido pelo Município de Água Boa através da assinatura do Termo de Adesão ao Compromisso Todos pela Educação,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear o Comitê Local de Acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação com a função de acompanhar a execução do PAR – Plano de Ações Articuladas - efetivando o compromisso pela melhoria da qualidade da Educação Básica do Município de Água Boa, a saber:

I – COMUNIDADE EDUCACIONAL

Nome:	CPF:	Segmento:
Claudia Busanello	770.896.260-91	Representante dos Diretores de escola
Izaildo Santos Souza	362.553.861-04	Representante dos Diretores de escola
Luciene Barbosa Oliveira	568.082.406-04	Representante dos Diretores de escola
Margarida Campos Valerio	362.780.840-15	Representante dos Diretores de escola
Nilva Paula Stein	395.725.951-72	Representante dos Diretores de escola
Patricia Bortulluzzo	808.896.201-30	Representante dos Diretores de escola
Raimunda Carvalho Ribeiro	545.665.841-00	Representante dos Diretores de escola
Rosangela Aparecida Grande	779.549.129-49	Representante dos Diretores de escola
Simone Fernandes da Silva Freitas	971.872.831-72	Representante dos Diretores de escola
Suelaine Leite Souza	688.276.101-97	Representante dos Diretores de escola

II - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Nome:	CPF:	Segmento:
Arlei Pfeifer Iappe Giacomolli	502.918.401-59	Representante Conselho Municipal de Educação
Maria Vanuza Da Silva	560.674.101-68	Representante Conselho Municipal de Educação

Monica Martins	536.479.981-68	Representante Conselho Municipal de Educação
Patrícia Costa De Souza	014.909.621-66	Representante Conselho Municipal de Educação
Renata Cunha Vilela	007.097.851-43	Representante Conselho Municipal de Educação
Cleonice Penteado Dos Santos	892.813.301-72	Representantes dos Conselhos Escolares
Denise Adriana Ferrari	536.495.831-00	Representantes dos Conselhos Escolares
Dirce Bitdinger	495.661.641-49	Representantes dos Conselhos Escolares
Geny de Almeida Sobrinho	395.579.361-34	Representante do Conselho Tutelar
Marcio Vicente De Paula Ceretti	362.146.478-68	Repr. da Associação Comercial e Empresarial de Água Boa
Ricardo Mazureki	616.765.351-87	Representante do Fundeb
Laila Cristina De Andrade Bezerra	024.918.661-61	Representante da Promotoria de Justiça
Noeli Saurim Capitanio	532.147.491-53	Representante do Sintep
Naildo Guedes Lima	395.636.931-91	Representante da Polícia Militar
Marcio Roque Bertol	011.630.581-90	Representante da Polícia Militar

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Nome:	CPF:	Segmento:
Agnaldo Lansoni	152.749.758-52	Secretário Municipal de Educação
Alceu Busanello	555.054.650-72	Assessor Pedagógica Municipal
Silvia De Almeida Silva	898.565.031-91	Assessora Pedagógica Municipal
Catia Aparecida Goncalves Tissiani	395.725.791-34	Assessora Pedagógica Municipal
Vanderlea Terezinha Backes Brunhauser	796.514.291-00	Assessora Pedagógica Municipal

IV – ASSESSORIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Nome:	CPF:	Segmento:
Odila Maria Zampirolo	422.281.070-34	Assessora Pedagógica Estadual

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, em especial a Portaria Municipal N.º 51 de 06 de julho de 2010.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, em 16 de abril de 2013.

MAURO ROSA DA SILVA
Prefeito Municipal

AGNALDO LANSONI
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, aos 16 de abril de 2013.

JOSÉ LARRI ABREU PEREIRA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:30690844

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 080/2013– RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, torna público para conhecimento de todos que do julgamento cujo objeto trata da Contratação de prestação de serviços profissionais de médicos, consistente na assistência à saúde e serviços auxiliares de diagnósticos nas diversas áreas de especialização médica, tipo menor preço por lote, sagrou-se vencedoras as seguintes empresas: - **Lote 01 - FRUSTRADO**, **Lote 02-** à empresa **INÁCIO JESUS FERREIRA E SILVA-ME** com valor total do lote de **R$ 70.000,00 (setenta mil reais), Lote 03** a empresa **IVAN GAIDARJI JUNIOR** com valor total de **R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), Lote 04- FRUSTRADO**, **Lote 05** - A empresa **J.L.ZACHINI** com valor total do lote de **R$ 125.000,00 (Cento e vinte e cinco mil reais) e Lote 06 - FRUSTRADO** Informações mais detalhada com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone (66) 3481-2885. Alto Araguaia – MT, 07 de Agosto de 2013.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:B2D5A7AE

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2013 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2013 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 020/2013
Informações específicas: Altera parcialmente as obrigações da Contratada do edital original mantendo data e hora da abertura.
Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços no ramo de seguros de veículos, para segurar os carros pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia.
Entrega dos Envelopes: Até as **15:00** horas (horário de Brasília), do dia **08/08/2013.**
Editais original e complementar: Afixados no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.
Abertura do envelope Nº 01: Às **15:00** horas (horário de Brasília) do dia **08 de Agosto de 2013**, no endereço acima.
Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, 8.666/93 e alterações.
Alto Araguaia - MT., 07/08/2013.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:E0F705D0

PREVIMAR - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ALTO ARAGUAIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA RECEITA E DA DESPESA PREVIDENCIARIA

A Sra. Neia Carvalho Silva Maia, Diretora Executiva da PREVIMAR – Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Municipais de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, em cumprimento a art. 37 § 1º da CF, combinado com o art. 2º § 2º da Lei 9717/1998 e suas alterações, torna público aos interessados que o demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciária, relativo ao 3º bimestre do exercício de 2013, encontra-se a disposição no mural da PREVIMAR e nos sites www.altoaraguaia.gov.br e http://www.qualitysistemas.com.br/portalcidadao/conteudo.php?

Alto Araguaia (MT), 29 de julho de 2013.

NEIA CARVALHO SILVA MAIA
Diretora Executiva

Publicado por:
Luzimar Inocencio da Costa
Código Identificador:0FBE9407

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 907, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 236/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Serviços profissionais na área médica como Clínico Geral.	
Vigência: 17/07/2013 a 16/08/2013.	

DISPENSA DE LICITAÇÃO 026/2013	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2013
CONTRATADO: NEITON RODRIGUES BORGES DE MELO	
Valor do Contrato: r$ 21.200,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDÃO, Matrícula nº 2272, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº 236/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, Matrícula nº 2330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:403E42A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 908, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 237/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: Aquisição de cimento, tubo, joelho e TEE de esgoto para a Secretaria de Infraestrutura, conforme lote 03.	
Vigência: 17/07/2013 a 31/12/2013	

PREGÃO PRESENCIAL 023/2013	DATA DE HOMOLOGAÇÃO 20/03/2013
CONTRATADO: handerson pablo da fonseca me	
Valor do Contrato: r$ 19.270,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 2273, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº 237/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor RAFAEL ALEXANDRE RIBEIRO CABRAL,

Matrícula nº 2285, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:61F91685

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 909, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 239/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: locação de caminhão toco com tanque (PIPA) para aguar as ruas não pavimentadas.	
Vigência: 17/07/2013 a 17/10/2013	

PREGÃO PRESENCIAL 073/2013	DATA DE HOMOLOGAÇÃO 17/07/2013
CONTRATADO: CONSTRUTORA VIPPS LTDA ME	
Valor do Contrato: r$ 24.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 2273, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº 239/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor RAFAEL ALEXANDRE RIBEIRO CABRAL, Matrícula nº 2285, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:0A97BA7D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 910, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 240/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: locação de caminhão truck basculante com motorista, para prestação de serviços com coleta de resíduos perigosos das ruas deste município.	
Vigência: 17/07/2013 a 17/10/2013	

PREGÃO PRESENCIAL 073/2013	DATA DE HOMOLOGAÇÃO 17/07/2013
CONTRATADO: TRANSPORTES EVF LTDA ME	
Valor do Contrato: r$ 26.940,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 2273, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº 240/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor RAFAEL ALEXANDRE RIBEIRO CABRAL, Matrícula nº 2285, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:B7E53B32

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 911, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 241/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de serviços para realização e produção do Concurso Garota e Garoto Náutico, que será realizado no dia 05/09/2013.	
Vigência: 24/07/2013 A 20/09/2013	
PRESCINDE DE LICITAÇÃO	
CONTRATADO: REGGIS CARVALHO	
Valor do Contrato: r$ 7.700,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor MACIEL AURELIO PERUCHI, Matrícula nº 176, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, Fiscal do Contrato nº 241/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor IDELFONSO ALVES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 04, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:27546EA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 912, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 242/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: aquisição de lixeiras de metal e de plástico, conforme lote 01 e 02.	
Vigência: 25/07/2013 a 31/12/2013	

PREGÃO PRESENCIAL 079/2013	DATA DE HOMOLOGAÇÃO 25/07/2013
CONTRATADO: JBN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	
Valor do Contrato: r$ 71.220,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 2273, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Fiscal do Contrato nº 242/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor RAFAEL ALEXANDRE RIBEIRO CABRAL, Matrícula nº 2285, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:09A02CBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 913 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 243/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de empresa para construção de ponte em madeira sobre o córrego do Paraíso, na MU 19 (lote 04); reforma de ponte em madeira sobre o córrego do Gato Preto, MT 481 KM 35 (Lote 05); reforma de ponte em madeira sobre o córrego do Bacuri, na MU 06 (lote 06).	
Vigência: 25/07/2013 A 31/12/2013	

TOMADA DE PREÇOS 011/2013	data DA HOMOLOGAÇÃO: 25/07/2013
CONTRATADO: ORLANDO BORGES me	
Valor do Contrato: r$ 72.564,26	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor EDINALDO ALVES DE ABREU, Matrícula nº 2274, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Fiscal do Contrato nº 243/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por

vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor JOÃO MACHADO FILHO, Matrícula nº 837, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:809306C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 914, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 244/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: serviços médico-cirúrgicos para cirurgias gastrintestinais/bariátrica (redução de estômago).	
Vigência: 26/07/2013 a 30/12/2013.	

tomada de preços 010/2013	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/07/2013
CONTRATADO: LUCIANO PANIAGO VILELA & CIA	
Valor do Contrato: r$ 574.465,80	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDÃO, Matrícula nº 2272, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº 244/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, Matrícula nº 2330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:EB4A2753

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 915, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 245/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Aquisição de filmes e outros materiais para uso no aparelho de Raio X do Hospital Municipal, conforme lote 01	
Vigência: 26/07/2013 a 31/12/2013.	

PREGÃO PRESENCIAL 076/2013	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/07/2013
CONTRATADO: ibf industria brasileira de filmes s/a	
Valor do Contrato: r$ 30.450,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDÃO, Matrícula nº 2272, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº 245/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, Matrícula nº 2330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:B29AA020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 916, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 246/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Aquisição de equipamentos NEGATOSCOPIO 1 CORPO, para uso no aparelho de Raio X do Hospital Municipal, conforme lote 02	
Vigência: 26/07/2013 a 31/12/2013.	

PREGÃO PRESENCIAL 076/2013	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/07/2013
CONTRATADO: TIRADENTES MEDICO-HOSPITALAR LTDA	
Valor do Contrato: r$ 570,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDÃO, Matrícula nº 2272, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº 246/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, Matrícula nº 2330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:894F84FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 917 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 247/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de empresa para construção de ponte em madeira sobre o córrego do Deir na MU 10 km 35.	
Vigência: 26/07/2013 A 26/09/2013	

prescinde de licitação	
CONTRATADO: J A DE OLIVEIRA & CIA LTDA ME	
Valor do Contrato: r$ 13.050,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor EDINALDO ALVES DE ABREU, Matrícula nº 2274, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Fiscal do Contrato nº 247/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor JOÃO MACHADO FILHO, Matrícula nº 837, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:BD4035F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 918, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 248/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de serviços para elaboração de projeto para construção de rede elétrica no Bairro Demellas e no Parque Ecológico Municipal.	
Vigência: 26/07/2013 A 04/09/2013	

PRESCINDE DE LICITAÇÃO	
CONTRATADO: j. c. ferreira – eletricos – me	
Valor do Contrato: R$ 4.966,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA, Matrícula nº 482, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº 248/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor JOSE FABIANO DIAS DE SOUZA, Matrícula nº 2281, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:D43198B2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 918, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 248/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de serviços para elaboração de projeto para construção de rede elétrica no Bairro Demellas e no Parque Ecológico Municipal.	
Vigência: 26/07/2013 A 04/09/2013	

PRESCINDE DE LICITAÇÃO	
CONTRATADO: j. c. ferreira – eletricos – me	
Valor do Contrato: R$ 4.966,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA, Matrícula nº 482, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº 248/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor JOSE FABIANO DIAS DE SOUZA, Matrícula nº 2281, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:BDECCDA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 919, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 249/2013	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Show artístico musical com a Banda RPM para o dia 06/09/2013, por ocasião do XVI Festival Náutico e XV Festival Cultural.	
Vigência: 31/07/2013 A 06/09/2013	

INEXIGIBILIDADE 09/2013	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 30/07/2013
CONTRATADO: AGÊNCIA PRODUTORA EDIÇÕES MUSICAIS LTDA	
Valor do Contrato: r$ 87.500,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor MACIEL AURELIO PERUCHI, Matrícula nº 176, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, Fiscal do Contrato nº 249/2013, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;
Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;
Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor IDELFONSO ALVES DE OLIVEIRA, Matrícula nº 04, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

CIENTE:

_____
Fiscal de Contrato

_____
Suplente

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:8B245823

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 920, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

"Nomeia Assessor Médio".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora VERA LUCIA DE JESUS, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Médio, a partir de 01 de agosto de 2013.

Art. 2º A Servidora nomeada no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, na Casa do Menor, e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:1C679F57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 921, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

"Atribui responsabilidade a servidor sobre o repasse financeiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos da conta da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando que a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Diretoria Regional de Mato Grosso, celebram o Termo de Convênio n° 0006/2013, para instalação da Agência de Correios Comunitária na localidade do Distrito no Buriti, Zona Rural deste Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Senhor MARCO ANTÔNIO ALVES DA COSTA, lotado no Setor de Tesouraria, para ficar responsável em acompanhar o repasse financeiro na conta desta municipalidade no valor de R$ 735,00 (setecentos e trinta e cinco reais), efetuado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 2º O servidor ficará responsável em acompanhar, fiscalizar o repasse realizado a cada mês notificando se a empresa não efetuar o repasse, o servidor deverá entrar em contato com o responsável, a fim de solucionar e resolver a pendência, contudo, se não solucionar, deverá encaminhar um comunicado à Secretaria de Administração informando o problema.

Art. 3º O não cumprimento das determinações descritas poderá levar o responsável a ser penalizado na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Alto Araguaia, 01 de agosto de 2013.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:FE28917F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 074/2013

"Dispõe sobre regra para declaração de recebimento de medicamentos"

A Secretária Municipal de Saúde de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, MARTHA SILVIA ZAIDEN MAIA BRANDÃO no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1° - Os bioquímicos Dr. Ricardo Martinez Biscaro e Dr. José Américo Castelo Branco dos Anjos deverão colocar na declaração de recebimento, data de vencimento e número do lote dos reagentes, conforme Pregão nº 62/2013.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4° - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 05 de Agosto de 2013.

MARTHA S. Z. MAIA BRANDÃO
Secretária Munic. de Saúde

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:C74B8EC9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE AO CONTRATO Nº 130/2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE AO CONTRATO Nº 130/2012.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 130/2012 CELEBRADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI E PELA EMPRESA V N BETTIN FILHO ME, QUE TEM POR OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO NO PSF I, 40 HORAS SEMANAIS, 15 PLANTOES NO PA 24 HORAS.

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/000128, neste representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Adair José Alves Moreira,** brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20.

CONTRATADA: De outro lado, a empresa **V N BETTIN FILHO ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.482.964/0001-28, com sede na cidade de Alto Paraguai, daqui por diante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo SR. **VALDEMAR NERI BETTIN FILHO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 973102 SSP-MT e inscrito no CPF nº 830.440.601-25, CRM 6389, residente e domiciliado, na Avenida Presidente Médici em Alto Paraguai _ MT.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo de prazo ao contrato n.º 130/2012, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar por mais 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias, ou seja, até a data de 31/12/2013 o prazo de vigência do contrato n. 130/2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraguai, em 15 de Junho de 2013.
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai
ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Contratante

Vn Bettin Filho Me
VALDEMAR NERI BETTIN FILHO
Contratado

Publicado por:
Vailde Luciana de Oliveira
Código Identificador:5484E864

GABINETE DO PREFEITO
I TERMO ADITIVO CONTRATO 162-2013

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 162/2013

Que fazem as partes, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/000128, neste representada pelo Prefeito Municipal o **Sr. Adair José Alves Moreira,** brasileiro, casado, Advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 09287868 SSP/MT, e do CIC/CPF nº 604.418.441-20, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE.** De outro lado, a empresa **BEZERRA E FERNANDES LTDA - ME,** devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 06987646-0001-90, situada na Avenida José Rodrigues Prado, n. 39. A, Fundos, Quadra 04, Lote 02, Bairro Santa Rosa em Cuiabá - MT, neste ato representado pelo Sr. ERITON AQUILIES SICHIERI BEZERRA, portador do RG 1200412-0, e do CPF 853921621-34, residente e domiciliado no mesmo endereço citado acima, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** e estando bem acordadas as partes, firmam o presente instrumento de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA 1ª. EXPOALTO – EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA DE ALTO PARAGUAI – MT.**

§ 1º – Altera-se, em comum acordo entre as partes, o anexo I – Termo de Referência onde , item 17 – COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS, constante às fls. 39 do processo licitatório Pregão Presencial n. 017/2013, que passa a vigorar com a seguintes redação:

A prefeitura municipal irá por a venda 20(vinte) camarotes à R$500,00(quinhentos reais) cada, mediante DAM-Documento de Arrecadação Municipal, totalizando R$.10.000.00 (dez reais) em camarotes.

II) A prefeitura municipal irá por a venda 10 tendas à R$1.000.00 cada, e mais 2(duas) tendas à R$600,00 (seiscentos reais) cada, totalizando R$11.200(onze mil e duzentos reais), mediante DAM-Documento de Arrecadação Municipal.

III) a prefeitura municipal ainda poderá arrecadar com exclusividade a venda de espaços de publicidade do evento que será recolhidos aos cofres municipais mediante DAM-Documento de Arrecadação Municipal

§ 2º -Estes recursos entrarão nos cofres da prefeitura municipal na rubrica orçamentária outras receitas, conforme Lei Municipal.308/2012.

§ 3º O município irá pagar à empresa contratada R$240.000.00 (duzentos e quarenta mil reais) pela realização do evento, nos termos do Procedimento Licitatório correspondente.

§ 4º Os recursos arrecadados com os bens e serviços acima descritos serão compostos para o pagamento do total do contrato que é R$240.000.00 (duzentos e quarenta mil reais).

I - O que ultrapassar o montante a ser pago à empresa contratada comporão outras receitas do município para as atividades fins da prefeitura municipal conforme orçamento vigente para aplicação exclusiva na saúde.

§ 5º-A empresa contratada renuncia por este Termo todos os direitos descritos no o anexo I do – Termo de Referência onde , item 17 – COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS, constante às fls. 39 do processo licitatório Pregão Presencial n. 017/2013, a saber**:**

• Venda de camarotes
• Exploração com exclusividade na venda de bebidas
• Venda de espaços de publicidade
• Vendas de locação de barracas e stand
• Direito de exploração de bingos e/ou jogos.
• Direito de exploração de estacionamentos
• Quaisquer outros direitos sobre exploração de bens ou patrimônio do município de Alto Paraguai.

CLÁUSULA SEGUNDA –DA LEGALIDADE

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo no Artigo 65,§2º,II, "c" da Lei 8.666/93 e nos princípios legais da economicidade,legalidade, não ofensa ao principio da proposta mais vantajosa para a administração pública, supremacia do interesse público e razoabilidade constitucional.

CLÁUSULA TERCEIRA -RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraguai, em 24 de julho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA
Contratante

BEZERRA E FERNANDES LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Vailde Luciana de Oliveira
Código Identificador:19609B78

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 111/2013, Parte: Halex Istar Industria Farmacêutica Ltda, Valor: R$ 33.340,00 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari; **Ata de Registro de Preços Nº 112/2013,** Parte: Distribuidora Brasil Comercial de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, Valor: R$ 10.318,80 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari.

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:1BB10DB7

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 097/2013, Parte: Leão & Ferreira da Silva Ltda, Valor: R$ 145.435,10 Vigência: 08/07/2013 a 08/10/2013, Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para revisão e adequação do projeto do sistema de abastecimento de água do Município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:28FAAF33

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 120/2013, Parte: Tiradentes Médicos Hospitalar Ltda - Me, Valor: R$ 8.952,00 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:1DA3256B

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 098/2013, Parte: AFA - Auditoria Fiscalização e Administração em Construção Ltda, Valor: R$ 141.036,00 Vigência: 08/07/2013 a 08/10/2013, Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de engenharia para elaboração de projetos de pavimentação asfáltica e drenagem urbana;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:490D1106

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 121/2013, Parte Adari Barbosa de Queiroz-Me, Valor: R$ 16.808,79 Vigência: 12/07/2013 a 12/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para o fornecimento de equipamentos de segurança para proteção individual (E.P.I.s);

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:AC5F8E9D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 099/2013, Parte: VL Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda - Me, Valor: R$ 23.826,50 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais médico hospitalares para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Alto Taquari.

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:6CDE4906

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 122/2013, Parte Adari Barbosa de Queiroz-Me, Valor: R$ 8.212,63 Vigência: 12/07/2013 a 31/12/2013, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empesa de pequeno porte especializada no fornecimento de produtos para limpeza e manutenção de piscina;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:BA897912

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 100/2013, Parte: Pneus Via Nobre Ltda, Valor: R$ 89.629,00 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pneus novos de primeira linha e protetores;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:E1E81E08

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 123/2013, Parte Cleber de Paula Lacerda, Valor: R$ 182.678,79 Vigência: 12/07/2013 a 12/07/2013, Objeto: Contratação de empresa especializada no transporte, fornecimento e a prestação de serviços de plantio de leivas de gramas no município de Alto Taquari;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:2F39A6FC

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 124/2013, Parte Interfogos Comercio, Importação e Exportação Ltda - Me, Valor: R$ 45.000,00 Vigência: 12/07/2013 a 31/01/2014, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para aquisição de fogos e contratação de empresa para realização de show pirotécnico;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:ABC40D42

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 101/2013, Parte: Amauri Gonzalez & Cia Ltda - EPP, Valor: R$ 50.854,20 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pneus novos de primeira linha e protetores;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:D3A5404A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 125/2013, Parte Acácia Promoções e Produções Artiticas Ltda-EPP, Valor: R$ 70.700,00 Vigência: 19/07/2013 a 19/08/2013, Objeto: contratação de empresa para apresentação cultural no I Encontro de Violeiros nos dias 26 e 27/07/2013, a partir das 16:00 hs;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:8CAF5120

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 102/2013, Parte: N. A. da Silva & Cia Ltda - EPP, Valor: R$ 14.930,80 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pneus novos de primeira linha e protetores;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:23F90AF8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 126/2013, Parte Marta dos Santos Oliveira - Me, Valor: R$ 12.600,00 Vigência: 19/07/2013 a 31/12/2013, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empesa de pequeno porte para prestação de serviço de fotocópias e encadernações de documentos para atender diversas secretarias do município;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:CB813ABF

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 103/2013, Parte: DMP Pneus e Acessórios Ltda, Valor: R$ 131.715,00 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pneus novos de primeira linha e protetores;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:885D61F6

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 127/2013, Parte Adari Barbosa de Queiroz-Me, Valor: R$ 19.559,60 Vigência: 19/07/2013 a 31/12/2013, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empesa de pequeno porte para prestação de serviço de fotocópias e encadernações de documentos para atender diversas secretarias do município;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:4438C457

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 104/2013, Parte: Fumaceira Pneus Ltda - Me, Valor: R$ 46.932,80 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pneus novos de primeira linha e protetores;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:82ECD748

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 128/2013, Parte João Paulo Fidelis - Me, Valor: R$ 16.174,00 Vigência: 19/07/2013 a 31/12/2013, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empesa de pequeno porte para prestação de serviço de fotocópias e encadernações de documentos para atender diversas secretarias do município;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:472D16DD

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 105/2013, Parte: M. A. Proença - EPP, Valor: R$ 84.564,00 Vigência: 09/07/2013 a 09/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de pneus novos de primeira linha e protetores;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:738FB51E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 129/2013, Parte Geraldinho Amaro da Costa - Me, Valor: R$ 87.024,00 Vigência: 24/07/2013 a 24/07/2014, Objeto: Prestação de serviços de manutenções elétricas (preventiva e corretiva) de iluminação pública e festividades municipais

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:C658CA2E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 130/2013, Parte Silva & Vano Ltda - Me, Valor: R$ 54.500,00 Vigência: 24/07/2013 a 31/12/2013, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para prestação de serviços especializados em locação de móveis, toalhas, utensílios e decoração nos eventos e solenidades que serão realizados pelo município;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:5A187044

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 106/2013, Parte: Luis Antonio Bocalan - Me, Valor: R$ 333.173,24 Vigência: 10/07/2013 a 10/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de construção para manutenção das secretarias deste município;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:FC41F38D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 131/2013, Parte Sebastião Mendes Valadão - Me, Valor: R$ 90.000,00 Vigência: 25/07/2013 a 25/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para locação de 01 (uma) retroescavadeira;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:C95091E4

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 107/2013, Parte: Luis Antonio Bocalan - Me, Valor: R$ 203.184,40 Vigência: 10/07/2013 a 10/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de construção para atender o auxilio moradia;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:983E7E7C

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Contrato Nº 132/2013, Parte RM Confecções Ltda - Me, Valor: R$ 18.700,00 Vigência: 25/07/2013 a 31/12/2013, Objeto: Contratação de micro empresa e/ou empresa de pequeno porte para confecção de camisetas e bonés personalizados;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:FFFBD851

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 133/2013, Parte Rute Maria Rezende Marchio & Cia Ltda, Valor: R$ 19.218,96 Vigência: 31/07/2013 a 31/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de camisetas, bermudas, calças, jaquetas e camisas;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:65E73264

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 108/2013, Parte: Dimaster – Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, Valor: R$ 17.642,00 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:CC89AB2F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 134/2013, Parte Alessandro do Nascimento - Me, Valor: R$ 83.614,35 Vigência: 31/07/2013 a 31/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de camisetas, bermudas, calças, jaquetas e camisas;

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:42E78BEB

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 109/2013, Parte: VL Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda - Me, Valor: R$ 28.852,50 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:EE13958F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 110/2013, Parte: Callmed Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda - M*e*, Valor: R$ 1452,40 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:07867A2A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 111/2013, Parte: Halex Istar Industria Farmacêutica Ltda, Valor: R$ 33.340,00 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:1B413B62

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 112/2013, Parte: Distribuidora Brasil Comercial de Produtos Médicos Hospitalares Ltda, Valor: R$ 10.318,80 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:5AD76E30

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 113/2013, Parte: Pro-Remedios Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Comesticos Ltda, Valor: R$ 27.292,20 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:FEE13694

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 114/2013, Parte: Ideal Hospitalar Ltda - Me, Valor: R$ 59.116,43 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:BAFE2DBC

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 115/2013, Parte: Hermom Hospitalar Ltda, Valor: R$ 29.502,40 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:C26A26FE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 116/2013, Parte: Nacional Comercial Hospitalar Ltda, Valor: R$ 123.058,73 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:EB0F9A81

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 117/2013, Parte: Asthamed - Comércio de Produtos e Equipamentos Hospitalares Ltda – Me, Valor: R$ 30.862,60 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:18E38BE4

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 118/2013, Parte: Delta Med Comercio de Produtos Hospitalares Ltda - EPP, Valor: R$ 106.518,63 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:7A340EB6

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATOS DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO MÊS DE JULHO/2013

Ata de Registro de Preços Nº 119/2013, Parte: Stock Comercial Hospitalar Ltda, Valor: R$ 15.169,60 Vigência: 11/07/2013 a 11/07/2014, Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento parcelado de medicamentos e correlatos visando atender a secretaria municipal de saúde do município de Alto Taquari;

Publicado por:
Fernanda Mara de Freitas
Código Identificador:1CA79AE1

PREFEITURA MUNICIPAL
CONVITE N° 013/2013 – EDITAL RESUMIDO

A CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade CONVITE Nº. 013/2013. **Objeto**: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Abertura às 09:00 hs do dia 16/08/2013. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30 às 11:30 horas ou solicitado pelo e-mail: **licitacoes@prefeituradealtotaquari.com.br**. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 08 de agosto de 2013.

JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO.
Presidente da CPL

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:B58A2E95

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N.º 008/2013

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Comissão Permanente de Licitação no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e 8.883 de 08 de junho de 1994, torna público, para conhecimento dos interessados, na modalidade supra, tendo como objeto: **contratação de instrutores de judô, capoeira e artes marciais para atender a secretaria municipal de educação, cultura, esporte e lazer**, licitação realizada no dia 30/07/2013, as 09h00min teve como vencedores as empresas: JEFERSON SILVA DOS SANTOS, com proposta no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais); MARCOS JOSE DOS SANTOS, com proposta no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) e CLEBER DE PAULA LACERDA, com proposta no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) por apresentar menor preço e atender os requisitos do processo licitatório. Alto Taquari – MT, 06 de agosto de 2013.

JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO.
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:D07AA2AA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 057/2013

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 276/2012 de 23/11/2012, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 057/2013, cujo certame se deu às 09h00min, do dia 25/07/2013; sagrou-se vencedor o proponente: a empresa **SILMARA DA SILVA OLIVEIRA ME,** apresentou proposta no valor total de **R$ 35.280,00 (trinta e cinco mil duzentos e oitenta reais).** A licitação foi realizada com Registro de Preços, pelo critério do tipo menor preço global, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 06 de agosto de 2013. A pregoeira informa ainda, que a ata de registro de preços, encontra-se na íntegra com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal ou pelo site: www.prefeituradealtotaquari.com.br. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 07 de agosto de 2013.
JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:88D198BB

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 055/2013

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de sua Pregoeira e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, regido pela portaria n° 276/2012 de 23/11/2012, torna público aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL N° 055/2013, cujo certame se deu às 09h00min, do dia 23/07/2013; sagraram-se vencedores os proponentes: a empresa **JUNIOR VAN TRANSPORTES TERRESTRES LITDA ME,** apresentou proposta no valor total de **R$ 54.969,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e sessenta e nove reais)** e a empresa **BATISTUSSI & CIA LTDA,** apresentou proposta no valor total de **R$ 111.258,40 (cento e onze mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos).** A licitação foi realizada com Registro de Preços, pelo critério do tipo menor preço por item, sendo a presente contratação homologada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em 06 de agosto de 2013. A pregoeira informa ainda, que a ata de registro de preços, encontra-se na íntegra com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Prefeitura Municipal ou pelo site: www.prefeituradealtotaquari.com.br. Maiores informações fone (66)3496-1575/1471 - Alto Taquari – MT, 07 de agosto de 2013.

JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:F22BCFA1

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL 065/2013 – EDITAL RESUMIDO

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de retífica de motores. A Pregoeira e equipe de apoio comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2013. Abertura às 14:00h do dia 16/08/2013. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30 às 11:30 horas, junto a Pregoeira ou solicitado pelo e-mail: **licitacoes@prefeituradealtotaquari.com.br**. Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, em horário comercial, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1575/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 07 de agosto de 2.013.

JUSINÉIA MENEZES DE CARVALHO
Pregoeira.

Publicado por:
Jusineia Menezes de Carvalho
Código Identificador:B5E8FD2A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 032/2013

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 037/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 032/2013** no dia 22/08/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS PESADAS
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site: http://www.apiacas.mt.gov.br/

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:BB9E6B69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 033/2013

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 038/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 033/2013** no dia 26/08/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site: http://www.apiacas.mt.gov.br/

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:DD27112B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 034/2013

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 039/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 034/2013** no dia 28/08/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site: http://www.apiacas.mt.gov.br/

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:8C019175

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 035/2013

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 040/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 035/2013** no dia 21/08/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site: http://www.apiacas.mt.gov.br/

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:900003A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 036/2013

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 041/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 036/2013** no dia 30/08/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE THONER E CARTUCHOS PARA IMPRESSORAS
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT

Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site: http://www.apiacas.mt.gov.br/

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:BF7E4D80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 037/2013

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2013
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial 037/2013** no dia 29/08/2013 às 8:00 horas**,** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008 e 564/2010, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLOGICO
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás – MT Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –219, ou no site: http://www.apiacas.mt.gov.br/

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:2AFEDCE2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 003/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Onze dias do mês de Março de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.947.926/0001-87, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **SILVIO OLIVEIRA DE CARVALHO-ME** CNPJ: **17.274.520/0001-95** representada por **SILVIO OLIVEIRA DE CARVALHO, RG: 800.051 SSP/MT E CPF: 201.689.421-00,** residente e domiciliado na Rua Ricardo Franco, Nº 506, conjunto Habitacional COHAB, CEP: 78.615-000 - Araguinha-MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente **Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza, Outros Materiais de Consumo, Frios, Gás Engarrafado, Frutas e verduras e Materiais Diversos utilizados nas Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Obras, administração e Bem Estar Social,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e seus Anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 01-GENEROS ALIMENTICIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	V. UNIT	TOTAL
1	AÇÚCAR CRISTAL 10X1 2kg 15*1	80	ITAMARATY	FD	R$49,95	R$ 3.996,00
2	CAFÉ MOÍDO 250G 20	80	ARAGUIA	FD	R$69,20	R$ 5.536,00
3	ARROZ TIPO 1 5KG 6*1	70	MONTE SINAI	FD	R$57,30	R$ 4.011,00
4	FEIJÃO TIPO 1 1KG 30*1	30	SERTANEJO	FD	R$148,50	R$ 4.455,00
5	OLEO DE SOJA REFINADO 900ML 20*1	50	LIZA	CX	R$ 65,80	R$ 3.290,00
6	SAL REFINADO 1KG 30*1	8	GARÇA	FD	R$ 28,50	R$228,00
7	BOLACHA DOCE 800G 20*1	35	MABEL	CX	R$151,80	R$ 5.313,00
8	BOLACHA ÁGUA E SAL 800G 20*1	35	MABEL	CX	R$150,00	R$ 5.250,00
9	SALSICHA LATA	130	SEARA	KG	R$ 2,59	R$336,70
10	FERMENTO QUIMICO INSTANTANEO 100 G	40	SAR-INSTANT	PCT	R$ 3,06	R$122,40
11	FARINHA DE TRIGO 1KG 12*1	55	ROSA BRANCA	FD	R$ 23,76	R$ 1.306,80
12	OVO	80	CAIPIRA	CART	R$ 6,75	R$ 540,00
13	MARGARINA 1KG	15	SOYA	CX	R$ 81,80	R$ 1.227,00
14	EXTRATO DE TOMATE 850 G 12*1	20	ELEFANTE	CX	R$ 66,00	R$ 1.320,00
15	FARINHA DE COCO 100 GR.	12	SOCOCO	CX	R$ 57,12	R$ 685,44
16	ACHOCOLATADO EM PO CX 2KG	15	TODDY	CX	R$ 23,98	R$359,70
17	FERMENTO QUIMICO EM PO 100G	70	ROYAL	UND	R$ 1,99	R$139,30
18	FARINHA DE MANDIOCA	80	JANGADA	KG	R$ 4,72	R$377,60
19	MACARRAO TIPO PARAF. 500G 20*1	20	DALLAS	FD	R$ 32,40	R$ 648,00
20	MACARRAO TIPO ESPAG. 500G 20*1	10	DALLAS	FD	R$ 32,40	R$ 324,00
21	MILHO DE CANJICA	90	MIKA	KG	R$ 1,21	R$ 108,90
22	AMENDOIM	70	MIKA	KG	R$ 5,69	R$ 398,30
23	CRAVO 10*1	150	MIKA	PCT	R$ 6,70	R$ 1.005,00
24	MILHO VERDE LATA DE 1 KG	120	ZERO	UND	R$ 7,00	R$ 840,00
25	SUCO 1 KG	500	TANG	UND	R$ 5,45	R$ 2.725,00
26	MAIONESE DE 1KG	50	SOYA	UND	R$ 5,79	R$289,50
27	LEITE CONDENSADO	150	ITALAC	UND	R$ 2,20	R$ 330,00
28	CREME DE LEITE	150	ITALAC	UND	R$1,39	R$ 208,50
29	ERVILHA LATA	100	QUERO	UND	R$1,21	R$ 121,00
30	LEITE DE CAIXINHA	500		UND	R$2,79	R$ 1.395,00
						R$ 46.887,14

TOTAL LOTE 01-(QUARENTA E SEIS MIL OITOCENTOS E OITENTA E SETE REAIS
E QUATORZE CENTAVOS)

LOTE 02 MATERIAL DE LIMPEZA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	V. UNIT.	TOTAL
1	ÁGUA SANITÁRIA	70	QBOA	CX	R$ 23,88	R$ 1.671,60
2	ALCOOL 70% 12*1	17	ZUMBI	CX	R$ 42,12	R$ 716,04
3	SABAO EM PO CX 1KG 20*1	17	OMO	CX	R$ 130,40	R$ 2.216,80
4	RODO GRANDE 60CM	150	SANTA MARIA	UND	R$12,16	R$ 1.824,00
5	RODO PEQUENO 40 CM	70	SANTA MARIA	UND	R$ 8,50	R$ 595,00
6	VASSOURA	60	MULTIUSO	UND	R$ 6,00	R$ 360,00

7	CERA LIQUIDA 12*1	50	POLITRIS	CX	R$30,60	R$ 1.530,00
8	CERA VERMELHA 12*1	50	POLITRIS	CX	R$30,60	R$ 1.530,00
9	PAPEL HIGIENICO 16*1	90	PERSONAL	FD	R$30,88	R$ 2.779,20
10	DESIFETANTE 2 LITROS 6*1	130	PINHO BRIL	CX	R$ 19,74	R$ 2.566,20
11	ESPONJA DE LÃ DE AÇO 14*1	100	BOM BRIL	FD	R$22,68	R$ 2.268,00
12	SABAO EM BARRA 10*1*5	50	YPE	CX	R$ 41,40	R$ 2.070,00
13	LIMPA ALUMÍNIO 24*1	40	MAGIC BRIO	CX	R$ 54,96	R$ 2.198,40
14	SACO PARA LIXO 15 LITROS 25*1	15	GIO PACK	FD	R$ 30,50	R$ 457,50
15	SACO PARA LIXO 50 LITROS 25*1	20	GIO PACK	FD	R$ 57,25	R$ 1.145,00
16	SACO PARA LIXO 100 LITROS 25*1	15	GIO PACK	FD	R$ 37,00	R$ 555,00
17	SACO PARA LIXO 30 LITROS 25*1	10	GIO PACK	FD	R$ 44,75	R$ 447,50
18	PANO DE LIMPAR CHAO	200	MARTIN PANOS	UND	R$ 3,78	R$ 756,00
19	DETERGENTE 24*1	50	YPE	CX	R$ 29,52	R$ 1.476,00
20	PANO DE PRATO	100	MARTIN PANOS	UND	R$ 3,20	R$ 320,00
21	SABONETE 12*1	25	LUX	FD	R$12,36	R$ 309,00
22	ESPONJA SINTETICA MULTIUSO	25	SCOTCH	FD	R$ 10,80	R$ 270,00
23	FLANELA DE LIMPEZA	100	MARTIN PANOS	UND	R$ 1,89	R$ 189,00
24	DETERGENTE MULTIUSO 24*1	25	VEJA	CX	R$ 63,84	R$ 1.596,00
25	DETERGENTE LIMPEZA PESADA 24*1	10	VEJA	CX	R$ 63,84	R$ 638,40
26	ESCOVA DE LIMPEZA	70	CONDOR	UND	R$ 2,15	R$ 150,50
27	BALDE	35	AROPLAST	UND	R$ 5,19	R$ 181,65
28	LIMA PARA AMOLAR	15	K&F	UND	R$108,50	R$ 1.627,50
29	K-OTRINE	15	FORTE DODGE	UND	R$ 7,99	R$ 119,85
30	ÓLEO SINGER	20	SINGER	UND	R$ 2,15	R$ 43,00
31	PA PARA LIXO	50	AROPLAST	UND	R$ 3,49	R$174,50
32	CESTO PARA LIXO	100	AROPLAST	UND	R$ 4,99	R$ 499,00
						R$33.280,64

TOTAL LOTE 02-(TRINTA E TRES MIL DUZENTOS E OITENTA REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS)

LOTE 03- OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	V. UNIT	TOTAL
1	COPO DESCARTÁVEL 200 ML	20	COPO CERTO	CX	R$ 45,00	R$ 900,00
2	COPO DESCARTÁVEL 300 ML	25	COPO CERTO	CX	R$ 41,00	R$ 1.025,00
3	COPO DESCARTÁVEL 50 ML	60	COPO CERTO	CX	R$ 50,00	R$ 3.000,00
4	COADOR DE PANO PARA CAFÉ	50	CAIPIRA	UND	R$ 1,12	R$ 56,00
5	PILHA ALCALINA PEQUENA	150	DURACEL	UND	R$ 2,18	R$ 326,25
6	ISQUEIRO	5	BIC	CART	R$ 35,04	R$175,20
7	CREME HIDRATANTE P/ CORPO 12*1	10	PAIXAO	FD	R$ 51,24	R$ 512,40
8	DESODORISADOR DE AR 12*1	10	BOM AR	CX	R$ 70,68	R$ 706,80
9	LÂMPADA 110 W	15	OSRAN	CX	R$ 165,00	R$ 2.475,00
10	LÂMPADA 220 W	20	OSRAN	CX	R$ 165,00	R$ 3.300,00
11	FILTRO SOLAR 40 UVA 6*1	10	OSRAN	CX	R$ 122,40	R$ 1.224,00
						R$ 13700,65

TOTAL LOTE 03-(TREZE MIL E SETECENTOS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

LOTE 04 – FRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	V. UNIT.	TOTAL
1	CARNE 1ª	1500		KG	R$10,00	R$ 15.000,00
2	CARNE 2ª	450		KG	R$ 8,50	R$ 3.825,00
3	CARNE COSTELA	400		KG	R$ 4,00	R$ 1.600,00
4	FRANGO	1000	ANHAMBI	KG	R$ 5,75	R$ 5.750,00
5	SALSICHA	200	SEARA	KG	R$5,20	R$ 1.040,00
6	PRESUNTO	50	SEARA	KG	R$19,97	R$ 998,50
7	APRESUNTADO	50	SEARA	KG	R$10,67	R$ 533,50
8	MUSSARELA	50	MULTIBOM	KG	R$ 19,97	R$ 998,50
						R$29.745,50

TOTAL LOTE 04-(VINTE E NOVE MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

LOTE 05 – VERDURAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	MARCA	UNID.	V. UNIT.	TOTAL
1	ALHO	100		KG	R$10,53	R$ 1.053,00
2	REPOLHO VERDE	350		KG	R$ 3,59	R$ 1.256,50
3	TOMATE	350		KG	R$ 4,99	R$ 1.746,50
4	CENOURA	350		KG	R$ 3,59	R$ 1.256,50
5	CEBOLA	150		KG	R$ 4,39	R$ 658,50
6	BANANA TERRA	150		KG	R$ 3,19	R$ 478,50
7	BATATINHA	350		KG	R$ 2,69	R$ 941,50
8	LARANJA SACO 26 KG	15		SC	R$28,34	R$ 425,10
9	BATATA DOCE	250		KG	R$ 2,15	R$ 537,50
10	BANANA MAÇA	150		KG	R$ 2,99	R$ 448,50
11	ABACAXI	70		PÇ	R$ 3,99	R$ 279,30
12	CANELA EM CASCA	200	MIKA	PCT	R$ 6,70	R$ 1.340,00
13	ERVA DOCE	110	MIKA	PCT	R$ 6,70	R$ 737,00
14	QUIABO	50		KG	R$ 4,59	R$ 229,50
15	BETERRABA	70		KG	R$ 4,60	R$ 322,00
16	COUVE FLOR	40		KG	R$ 3,89	R$ 155,60
17	VARGEM	100		KG	R$ 7,99	R$ 799,00
						R$ 12.664,50

TOTAL LOTE 05-(DOZE MIL SEISCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as

especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, Lote 02, Lote 03, Lote 04 e Lote 05, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 003/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 11 de Março de 2013.

SILVIO OLIVEIRA DE CARVALHO-ME
CNPJ:17.274.520/0001-95

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____ _____
REGIANE VIEIRA MARQUES ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 1166610 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 000.917.921-61

_____
ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:1D9234EC

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 004/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Onze Dias do mês de Fevereiro de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 426 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.947.926/0001-87, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha- MT,neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELLI – EPP,** CNPJ: 07.8385.209/0001-78, situada na Av. da FEB 2222, Loja Luc 51, Jardim Cerrado, CEP: 78.115-000, Várzea Grande -MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Peças , Filtros e Mangueiras, utilizadas nas Secretarias de Saúde, Educação, Obras, Agricultura, Bem Estar Social e Gabinete do Prefeito** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e seus Anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C.P.L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 01: PEÇAS 1º LINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ALGEMA DA MOLA MB 1113	48	UN	GRAMOLA	R$ 46,04	R$ 2.209,68
2	ALGEMA DA MOLA VW 24-220	48	UN	GRAMOLA	R$ 46,04	R$ 2.209,68
3	AMORTECEDOR CAPO S10	4	UN	COFAP	R$ 55,62	R$ 222,49
4	AMORTECEDOR DIANTEIRO V W 24-220	4	UN	COFAP	R$ 245,52	R$ 982,08
5	AMORTECEDOR DIANTEIRO MB 1113	4	UN	COFAP	R$ 121,99	R$ 487,95
6	AMORTECEDOR DIANTEIRO COURIER	4	UN	NAKATA	R$ 181,07	R$ 724,28
7	AMORTECEDOR DIANTEIRO GOL G4	4	UN	NAKATA	R$ 95,14	R$ 380,56
8	AMORTECEDOR DIANTEIRO IVECO	4	UN	NAKATA	R$ 184,14	R$ 736,56
9	AMORTECEDOR DIANTEIRO S10	6	UN	NAKATA	R$ 187,21	R$ 1.123,25
10	AMORTECEDOR DIANTEIRO UNO FIRE 1.0	6	UN	NAKATA	R$ 176,47	R$ 1.058,81
11	AMORTECEDOR TRASEIRO COURRIER	4	UN	NAKATA	R$ 184,14	R$ 736,56
12	AMORTECEDOR TRASEIRO GOL G4	4	UN	NAKATA	R$ 112,02	R$ 448,07
13	AMORTECEDOR TRASEIRO IVECO	4	UN	NAKATA	R$ 187,21	R$ 748,84
14	AMORTECEDOR TRASEIRO S10	6	UN	NAKATA	R$ 162,66	R$ 975,94
15	AMORTECEDOR TRASEIRO UNO FIRE1.0	6	UN	NAKATA	R$ 171,86	R$ 1.031,18
16	BANDEJA DIANT. INFERIOR S10 LD	6	UN	NAKATA	R$ 498,71	R$ 2.992,28
17	BANDEJA DIANT. INFERIOR S10 LE	6	UN	NAKATA	R$ 498,71	R$ 2.992,28
18	BANDEJA DIANT. SUPERIOR S10 LD	6	UN	COFAP	R$ 445,01	R$ 2.670,03
19	BANDEJA DIANT. SUPERIOR S10 LE	6	UN	COFAP	R$ 445,01	R$ 2.670,03
20	BANDEJA SUSP. DIANT. COURIER	4	UN	COFAP	R$ 141,17	R$ 564,70
21	BANDEJA SUSPENSAO DIANTEIRA GOL G4	4	UN	COFAP	R$ 47,57	R$ 190,28
22	BANDEJA SUSPENSAO TRASEIRA UNO FIRE 1.0	6	UN	COFAP	R$ 142,71	R$ 856,25
23	BARRA TORÇAO S10 LD	4	UN	AXIOS	R$ 50,64	R$ 202,55
24	BARRA TORÇAO S10 LE	4	UN	AXIOS	R$ 50,64	R$ 202,55
25	BATENTE AMORT. TRAS. COURIER	4	UN	AXIOS	R$ 22,25	R$ 88,98
26	BATENTE SUSPENSAO DIANT. S10	12	UN	COFAP	R$ 18,27	R$ 219,29
27	BATENTE SUSPENSÃO TRAS. S10	12	UN	COFAP	R$ 59,85	R$ 718,15
28	BATERIA 1010 CCA PATROL	1	UN	REIDIBA	R$ 385,70	R$ 385,70
29	BATERIA 150 AMPERES	6	UN	REIDIBA	R$ 482,13	R$ 2.892,75
30	BATERIA 170 AMPERES	6	UN	REIDIBA	R$ 498,66	R$ 2.991,93
31	BATERIA 60 AMPERES	8	UN	REIDIBA	R$ 203,87	R$ 1.630,96
32	BATERIA 70 AMPERES	6	UN	REIDIBA	R$ 282,39	R$ 1.694,33
33	BATERIA 750 CCA PATROL	1	UN	REIDIBA	R$ 617,50	R$ 617,50
34	BOMBA COMBUSTIVEL COURIER	2	UN	WEBER	R$ 188,10	R$ 376,20
35	BOMBA COMBUSTIVEL GOL G4	4	UN	WEBER	R$ 90,92	R$ 363,66
36	BOMBA COMBUSTIVEL S10	4	UN	MAGNETI MARELLI	R$ 208,48	R$ 833,91
37	BOMBA COMBUSTIVEL UNO FIRE 1.0	4	UN	WAPSA	R$ 119,13	R$ 476,52
38	BOMBA D'AGUA COURIER	2	UN	VETORE	R$ 87,78	R$ 175,56
39	BOMBA D'AGUA GOL G4	4	UN	NAKATA	R$ 132,53	R$ 530,10
40	BOMBA D'AGUA UNO FIRE 1.0	6	UN	NAKATA	R$ 103,54	R$ 621,24
41	BOMBA D'AGUA S10	4	UN	VETORE	R$ 75,24	R$ 300,96
42	BOMBA DIREÇÃO HIDRÁULICA S10	6	UN	DHB	R$ 286,85	R$ 1.721,12
43	BRAÇO DIREÇÃO AUXILIAR S10	6	UN	NAKATA	R$ 206,28	R$ 1.237,70
44	BRAÇO DIREÇÃO PITMAN S10	6	UN	NAKATA	R$ 126,97	R$ 761,81
45	BRAÇO OSCILANTE UNO FIRE 1.0	6	UN	NAKATA	R$ 119,13	R$ 714,78
46	BUCHA MOLEJO TRASEIRO S10	18	UN	AXIOS	R$ 32,92	R$ 592,52
47	CAMPANA DIANTEIRA MB 1113	6	UN	FRUM	R$ 454,58	R$ 2.727,45
48	CAMPANA DIANTEIRA VW 24-220	6	UN	FRUM	R$ 438,90	R$ 2.633,40
49	CAMPANA TRASEIRA MB 1113	12	UN	FRUM	R$ 336,30	R$ 4.035,60
50	CAMPANA TRASEIRA VW 24-220	12	UN	FRUM	R$ 429,66	R$ 5.155,92
51	CAMPANA TRASEIRA S10	8	UN	HIPER FREIOS	R$ 112,02	R$ 896,15
52	CAMPANA TRASEIRA GOL G4	4	UN	HIPER FREIOS	R$ 62,14	R$ 248,57
53	CAMPANA TRASEIRA UNO FIRE	6	UN	HIPER FREIOS	R$ 45,26	R$ 271,58
54	CAMPANA TRASEIRA COURIER	4	UN	HIPER FREIOS	R$ 81,33	R$ 325,31
55	CAMBIO COMPLETO COURIER	1	UN	FORD	R$ 6.444,90	R$ 6.444,90
56	CAMBIO COMPLETO S10	1	UN	EATON	R$ 8.928,78	R$ 8.928,78
57	CAMBIO COMPLETO UNO Mille Fire 1.0	1	UN	FIAT	R$ 6.291,45	R$ 6.291,45
58	CAMBIO GOL G4	1	UN	VOLKS	R$ 9.974,25	R$ 9.974,25
59	CARTER MOTOR GOL G4	2	UN	IGASA	R$ 104,35	R$ 208,69
60	CARTER MOTOR UNO Mille Fire 1.0	2	UN	IGASA	R$ 110,48	R$ 220,97
61	CILINDRO MESTRE COURIER	4	UN	CONTROIL	R$ 89,00	R$ 356,00
62	CILINDRO MESTRE FREIO GOL G4	4	UN	CONTROIL	R$ 59,85	R$ 239,38
63	CILINDRO MESTRE FREIO UNO FIRE 1.0	8	UN	CONTROIL	R$ 81,33	R$ 650,63
64	CILINDRO RODA TRASEIRO GOL G4	4	UN	ATE	R$ 15,04	R$ 60,15
65	CILINDRO RODA TRASEIRO S10	8	UN	CONTROIL	R$ 88,23	R$ 705,83
66	CILINDRO RODA TRASEIRO UNO FIRE 1.0	8	UN	ATE	R$ 18,41	R$ 147,31
67	COLA P/ JUNTAS 12X1	20	UN	ORBI	R$ 6,14	R$ 122,76
68	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA	50	UN	ORBI	R$ 6,14	R$ 306,90
69	COLA TRAVA ROSCA 12X1	20	UN	ORBI	R$ 6,14	R$ 122,76
70	COMPRESSOR AR COND. S10	2	UN	DELPHI	R$ 843,98	R$ 1.687,95
71	COROA E PINHÃO DO DIFERENCIAL S10	4	UN	DANA	R$ 1.066,48	R$ 4.265,91
72	CORREIA DE TRANSMISSÃO PATROL	3	UN	GOODYEAR	R$ 325,50	R$ 976,50
73	CORREIA DENTADA GOL G4	4	UN	DAYCO	R$ 35,29	R$ 141,17
74	CORREIA DENTADA S10	4	UN	DAYCO	R$ 55,24	R$ 220,97
75	CORREIA DENTADA UNO FIRE 1.0	6	UN	DAYCO	R$ 33,76	R$ 202,55
76	COXIM AMORT. DIANTEIRO COURIER	4	UN	HS BORRACHA	R$ 59,85	R$ 239,38
77	CRUZETA CARDA MB 1113	4	UN	MERITOR	R$ 39,90	R$ 159,59
78	CRUZETA DO CARDAM VW 24-220	6	UN	MERITOR	R$ 989,91	R$ 5.939,46
79	CUBO RODA TRASEIRA UNO FIRE 1.0	6	UN	NAKATA	R$ 78,26	R$ 469,56
80	CUBO DA RODA TRASEIRA DA S10	6	UN	IMA	R$ 90,62	R$ 543,72
81	CUBO DA RODA TRASEIRA DO GOL G4	4	UM	IMA	R$ 44,50	R$ 178,00
82	DESCARBONIZANTE CAR 80 12X1	12	UN	ORBI	R$ 7,37	R$ 88,39
83	DIFERENCIAL COMPLETO S10	1	UN	DANA	R$ 3.222,45	R$ 3.222,45
84	DISCO DE FREIO DIANTEIRO S10	8	UN	HIPER FREIOS	R$ 98,21	R$ 785,66
85	DISCO FREIO DIANTEIRO COURIER	4	UN	HIPER FREIOS	R$ 46,04	R$ 184,14
86	DISCO FREIO DIANTEIRO GOL G4	6	UN	HIPER FREIOS	R$ 34,99	R$ 209,92
87	DISCO FREIO DIANTEIRO UNO FIRE 1.0	8	UN	HIPER FREIOS	R$ 32,22	R$ 257,80
88	ESCAPAMENTO COMPLETO GOL G4	4	UN	SICAP	R$ 168,80	R$ 675,18
89	ESCAPAMENTO COMPLETO UNO Mille Fire 1.0	6	UN	SICAP	R$ 162,66	R$ 975,94
90	ESCAPAMENTO COMPLETO DA S10	4	UN	SICAP	R$ 383,63	R$ 1.534,50
91	ESTOPA AZUL P/ LIMPEZA 20 KG	6	UN	ESTOPAS MIL	R$ 3,83	R$ 22,99
92	ESTOPA BRANCA LIMPEZA 150 GR	500	UN	ESTOPAS MIL	R$ 3,38	R$ 1.687,95

93	FEIXE DE MOLAS DIANTEIRA MB 1113	4	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 1.764,68	R$ 7.058,70
94	FEIXE DE MOLAS DIANTEIRO VW 24-220	4	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 2.762,10	R$ 11.048,40
95	FEIXE DE MOLAS TRASEIRA MB 1113	4	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 1.964,16	R$ 7.856,64
96	FEIXE DE MOLAS TRAZEIRO VW 24-220	4	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 2.762,10	R$ 11.048,40
97	FEIXE MOLA TRASEIRO UNO FIRE 1.0	6	UN	FABRINI	R$ 598,46	R$ 3.590,73
98	FUSIVEL 10 AMP PATROL	30	UN	A M S	R$ 1,68	R$ 50,50
99	FUSIVEL 15 AMP PATROL	30	UN	A M S	R$ 1,68	R$ 50,50
100	FUSIVEL 20 AMP TYPE A PATROL	30	UN	A M S	R$ 1,77	R$ 53,01
101	FUSIVEL 3 AMP PATROL	30	UN	A M S	R$ 1,77	R$ 53,01
102	FUSIVEL 5 AMP PATROL	30	UN	A M S	R$ 1,77	R$ 53,01
103	FUSIVEL 7,5 AMP PATROL	30	UN	A M S	R$ 1,77	R$ 53,01
104	HIDROVACUO FREIO COURIER	2	UN	CONTROIL	R$ 121,83	R$ 243,66
105	HIDROVACUO FREIO GOL G4	4	UN	CONTROIL	R$ 120,90	R$ 483,60
106	HIDROVACUO FREIO UNO FIRE 1.0	6	UN	CONTROIL	R$ 228,78	R$ 1.372,68
107	HIDROVACUO FREIO S10	4	UN	CONTROIL	R$ 646,35	R$ 2.585,40
108	JG BUCHA MOLA TRAS. COURIER	2	UN	CONTROIL	R$ 150,66	R$ 301,32
109	JOGO DE CABO DE VELA S10	6	UN	BOSCH	R$ 119,97	R$ 719,82
110	JOGO DE CABO DE VELA GOL G4	4	UN	BOSCH	R$ 139,50	R$ 558,00
111	JOGO DE CABO DE VELA UNO FIRE	6	UN	BOSCH	R$ 66,03	R$ 396,18
112	JOGO DE VELA S10	6	UN	BOSCH	R$ 58,59	R$ 351,54
113	JOGO DE VELA GOL G4	4	UN	BOSCH	R$ 57,66	R$ 230,64
114	JOGO DE VELA UNO FIRE	6	UN	BOSCH	R$ 43,71	R$ 262,26
115	JOGO FAIXA DE FREIO TRAZEIRO MB 1113	6	UN	THERMOID	R$ 79,14	R$ 474,86
116	JOGO FAIXA FREIO DIANTEIRO MB 1113	6	UN	THERMOID	R$ 79,14	R$ 474,86
117	JOGO LONA DE FREIO DIANTEIRO VW 24-220	8	UN	THERMOID	R$ 136,62	R$ 1.092,94
118	JOGO LONA DE FREIO TRAZEIRO VW 24-220	8	UN	THERMOID	R$ 145,08	R$ 1.160,64
119	JUNTA DESLIZANTE L.CAMBIO GOL G4	4	UN	NAKATA	R$ 100,44	R$ 401,76
120	JUNTA HOMOC. L. RODA COURIER	4	UN	NAKATA	R$ 110,67	R$ 442,68
121	JUNTA HOMOCINETICA L. RODA GOL G4	4	UN	NAKATA	R$ 93,60	R$ 374,42
122	JUNTA HOMOCINETICA L. RODA UNO FIRE 1.0	6	UN	NAKATA	R$ 86,49	R$ 518,94
123	KIT AMORT. DIANTEIRO COURIER	2	UN	HS BORRACHAS	R$ 63,24	R$ 126,48
124	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO GOL G4	6	UN	COFAP	R$ 53,01	R$ 318,06
125	KIT AMORTECEDOR DIANTEIRO UNO FIRE 1.0	8	UN	COFAP	R$ 35,29	R$ 282,35
126	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO GOL G4	6	UN	COFAP	R$ 21,48	R$ 128,90
127	KIT AMORTECEDOR TRASEIRO UNO FIRE 1.0	8	UN	KIT CIA	R$ 18,41	R$ 147,31
128	KIT COXIM MOTOR E CAMBIO GOL G4	4	UN	HS BORRACHAS	R$ 89,00	R$ 356,00
129	KIT COXIM MOTOR E CAMBIO S10	6	UN	HS BORRACHAS	R$ 89,00	R$ 534,01
130	KIT COXIM MOTOR E CAMBIO UNO FIRE 1.0	8	UN	SABÓ	R$ 63,24	R$ 505,92
131	KIT COXIM MOTOR/CAMBIO COURIER	2	UN	HS BORRACHAS	R$ 93,60	R$ 187,21
132	KIT EMBREAGEM COURIER	2	UN	LUK	R$ 276,21	R$ 552,42
133	KIT EMBREAGEM GOL G4	2	UN	LUK	R$ 322,71	R$ 645,42
134	KIT EMBREAGEM S10	4	UN	LUK	R$ 569,63	R$ 2.278,50
135	KIT EMBREAGEM UNO FIRE 1.0	6	UN	LUK	R$ 201,81	R$ 1.210,86
136	KIT RODA TRASEIRA S10	8	UN	DANA	R$ 322,25	R$ 2.577,96
137	KIT ROLAMENTO RODA TRAS. COURIER	4	UN	FAG	R$ 49,10	R$ 196,42
138	KIT ROLAMENTO RODA TRAS. GOL G4	6	UN	FAG	R$ 42,97	R$ 257,80
139	LONA FREIO TRASEIRO IVECO	4	UN	MG FREIOS	R$ 95,14	R$ 380,56
140	LUVA DO CARDAM VW 24-220	8	UN	MERITOR	R$ 214,83	R$ 1.718,64
141	MOLA 1º DO MB 1113	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 169,26	R$ 507,78
142	MOLA 2ª DO MB 1113	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 173,45	R$ 520,34
143	MOLA 3º DO MB 1113	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 176,70	R$ 530,10
144	MOLA 4º DO MB 1113	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 184,14	R$ 552,42
145	MOLA 1ª DO VW 24-220	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 305,97	R$ 917,91
146	MOLA 2ª DO VW 24-220	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 316,20	R$ 948,60
147	MOLA 3ª DO VW 24-220	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 322,71	R$ 968,13
148	MOLA 4ª DO VW 24-220	3	UN	MOLAS MARCHETTI	R$ 352,94	R$ 1.058,81
149	MOLA 1º S10	8	UN	FABRINI	R$ 185,07	R$ 1.480,56
150	MOLA 2ª S10	8	UN	FABRINI	R$ 199,49	R$ 1.595,88
151	MOLA ASPIRAL DIANT. COURIER	6	UN	FABRINI	R$ 119,69	R$ 718,15
152	MOLA ASPIRAL DIANTEIRA GOL G4	6	UN	FABRINI	R$ 116,62	R$ 699,73
153	MOLA ASPIRAL DIANTEIRA UNO 1.0	8	UN	FABRINI	R$ 62,91	R$ 503,32
154	MOLA ASPIRAL TRASEIRA GOL G4	6	UN	FABRINI	R$ 110,48	R$ 662,90
155	MOLA MESTRE S10	8	UN	FABRINI	R$ 184,14	R$ 1.473,12
156	MOTOR PARTIDA S10	2	UN	FABRINI	R$ 705,87	R$ 1.411,74
157	MOTOR PARTIDA UNO FIRE 1.0	3	UN	ZM	R$ 491,04	R$ 1.473,12
158	PARABRISA DIANT. COURIER	2	UN	CARGLASS	R$ 276,21	R$ 552,42
159	PARABRISA DIANT. GOL G4	2	UN	CARGLASS	R$ 260,87	R$ 521,73
160	PARABRISA DIANT. S10	3	UN	CARGLASS	R$ 389,76	R$ 1.169,29
161	PARABRISA DIANT. UNO 1.0	4	UN	CARGLASS	R$ 214,83	R$ 859,32
162	PASTILHA FREIO DIANT UNO Fire 1.0	10	UN	LONAFLEX	R$ 27,62	R$ 276,21
163	PASTILHA FREIO DIANT. GOL G4	6	UN	LONAFLEX	R$ 35,29	R$ 211,76
164	PASTILHA FREIO DIANT. S10	8	UN	LONAFLEX	R$ 50,64	R$ 405,11
165	PASTILHA FREIO DIANTEIRA COURIER	6	UN	LONAFLEX	R$ 39,90	R$ 239,38
166	PASTILHA FREIO IVECO	2	UN	SYL	R$ 150,38	R$ 300,76
167	PIVO SUPERIOR COURIER	2	UN	DRIVEWAY	R$ 64,45	R$ 128,90
168	PIVO INFERIOR COURIER	2	UN	DRIVEWAY	R$ 64,45	R$ 128,90
169	PIVO SUPERIOR GOL G4	4	UN	DRIVEWAY	R$ 27,62	R$ 110,48
170	PIVO INFERIOR GOL G4	4	UN	DRIVEWAY	R$ 27,62	R$ 110,48
171	PIVO SUPERIORS10	8	UN	DRIVEWAY	R$ 44,50	R$ 356,00
172	PIVO INFERIOR S10	8	UN	DRIVEWAY	R$ 58,31	R$ 466,49
173	PIVO SUPERIOR UNOFIRE 1.0	6	UN	DRIVEWAY	R$ 27,62	R$ 165,73
174	PIVO INFERIOR UNO FIRE 1.0	6	UN	DRIVEWAY	R$ 27,62	R$ 165,73
175	PONTA EIXO TRASEIRA S10	6	UN	DANA	R$ 610,73	R$ 3.664,39
176	PONTA EIXO TRASEIRA MB 1113	6	UN	MERITOR	R$ 227,11	R$ 1.362,64
177	PONTA EIXO TRASEIRA VW 24-220	6	UN	MERITOR	R$ 705,87	R$ 4.235,22
178	PROTETOR CARTER GOL G4	4	UN	IGASA	R$ 73,66	R$ 294,62
179	PROTETOR CARTER UNOFIRE 1.0	8	UN	IGASA	R$ 73,66	R$ 589,25
180	RADIADOR GOL G4	2	UN	VISCONDE	R$ 125,83	R$ 251,66
181	RADIADOR S10	2	UN	VISCONDE	R$ 291,56	R$ 583,11
182	RADIADOR UNOFIRE 1.0 Flex	4	UN	VISCONDE	R$ 168,80	R$ 675,18
183	RETROVISOR VW 24-220	4	UN	BEPO	R$ 107,42	R$ 429,66
184	ROLAMENTOS CARDAM MB 1113	6	UN	REI	R$ 85,93	R$ 515,59
185	ROLAMENTO DO PINHÃO MB 1113	6	UN	KOYO	R$ 84,40	R$ 506,39
186	ROLAMENTO EIXO PILOTO MB 1113	6	UN	KOYO	R$ 119,69	R$ 718,15
187	ROLAMENTO RODA DIANT. COURIER	4	UN	SKF	R$ 49,10	R$ 196,42
188	ROLAMENTO RODA DIANT. GOL G4	6	UN	SKF	R$ 49,10	R$ 294,62
189	ROLAMENTO RODA DIANT. UNO Fire 1.0 Flex	8	UN	SKF	R$ 59,07	R$ 472,59
190	ROLAMENTO SEMI-EIXO UNO Fire 1.0 Flex	8	UN	INA	R$ 23,02	R$ 184,14
191	SAPATA FREIO TRAS. C/LONA GOL G4	4	UN	MG FREIOS	R$ 42,97	R$ 171,86
192	SAPATA FREIO TRAS. C/LONA S10	6	UN	MG FREIOS	R$ 136,57	R$ 819,42
193	SAPATA FREIO TRAS. C/LONA UNO Fire 1.0 Flex	6	UN	MG FREIOS	R$ 44,50	R$ 267,00
194	SAPATA FREIO TRASEIRO COURIER	2	UN	MG FREIOS	R$ 53,71	R$ 107,42
195	SETOR DIREÇAO GOL G4	2	UN	AMPRI	R$ 260,87	R$ 521,73
196	SETOR DIREÇAO UNO Fire 1.0 Flex	4	UN	AMPRI	R$ 242,45	R$ 969,80
197	SOLUPAM 50 LTS	10	UN	SALUMAR	R$ 122,76	R$ 1.227,60
198	SUPORTE DA MOLA DIANTEIRA MB	24	UN	GRAMOLA	R$ 46,04	R$ 1.104,84
199	SUPORTE DA MOLA DIANTEIRA VW	24	UN	GRAMOLA	R$ 176,47	R$ 4.235,22
200	SUPORTE DA MOLA TRASEIRA MB	24	UN	GRAMOLA	R$ 61,38	R$ 1.473,12
201	SUPORTE DA MOLA	24	UN	GRAMOLA	R$ 195,30	R$ 4.687,20

	TRASEIRA VW					
202	TAMBOR FREIO TRASEIRO GOL G4	4	UN	HIPER FREIOS	R$ 76,26	R$ 305,04
203	TAMBOR FREIO TRASEIRO S10	6	UN	HIPER FREIOS	R$ 116,25	R$ 697,50
204	TAMBOR FREIO TRASEIRO UNO Fire 1.0 Flex	8	UN	HIPER FREIOS	R$ 90,24	R$ 721,92
205	TAMBOR FREIO TRASIRO COURIER	4	UN	HIPER FREIOS	R$ 56,40	R$ 225,60
206	TANQUE COMBUSITVEL UNO Mille Fire 1.0 Flex	6	UN	IGASA	R$ 280,12	R$ 1.680,72
207	TANQUE COMBUSTIVEL GOL G4	4	UN	IGASA	R$ 296,10	R$ 1.184,40
208	TENSOR CORREIA DENTADA GOL G4	4	UN	NYTRON	R$ 89,28	R$ 357,12
209	TENSOR CORREIA DENTADA S10	8	UN	NYTRON	R$ 86,49	R$ 691,92
210	TENSOR CORREIA DENTADA UNO Fire 1.0 Flex	8	UN	NYTRON	R$ 44,64	R$ 357,12
211	TERMINAL DIREÇÃO GOL G4	4	UN	DRIVEWAY	R$ 32,55	R$ 130,20
212	TERMINAL DIREÇÃO COURIER	2	UN	DRIVEWAY	R$ 35,34	R$ 70,68
213	TERMINAL DIREÇAO S10 LD	6	UN	DRIVEWAY	R$ 44,64	R$ 267,84
214	TERMINAL DIREÇAO S10 LE	6	UN	DRIVEWAY	R$ 48,36	R$ 290,16
215	TERMINAL DIREÇAO UNO Mille Fire 1.0 Flex	8	UN	DRIVEWAY	R$ 34,41	R$ 275,28
216	THINNER 2750 P/LIMPEZA 48X1	8	UN	ANJO	R$ 14,10	R$ 112,80
217	TRIZETA L. CAMBIO COURIER	2	UN	IMA	R$ 84,60	R$ 169,20
218	VENTURINA S10	4	UN	BOSCH	R$ 343,10	R$ 1.372,40
219	VENTURINA DO UNO FIRE	6	UN	VALEO	R$ 327,12	R$ 1.962,72
220	VENTURINA GOL G4	4	UN	BOSCH	R$ 217,14	R$ 868,56
221	VENTURINA DA COURRIER	4	UN	BOSCH	R$ 281,09	R$ 1.124,36

Valor Total do Lote: R$ 254.489,54 (Duzentos e cinqüenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinqüenta e quatro centavos)

LOTE 02: FILTROS 1º LINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Filtro de Ar do Gol G4	20	UN	TURBO	R$ 18,00	R$ 360,00
2	Filtro Lubrificante do Gol G4	20	UN	TURBO	R$ 14,85	R$ 297,00
3	Filtro de Combustível do Gol G4	20	UN	TURBO	R$ 20,70	R$ 414,00
4	Filtro de Ar da S-10	20	UN	TURBO	R$ 43,20	R$ 864,00
5	Filtro Lubrificante da S-10	20	UN	TURBO	R$ 9,00	R$ 180,00
6	Filtro de Combustível da S-10	20	UN	TURBO	R$ 18,54	R$ 370,80
7	Filtro de Ar do Uno Fire 1.0 Flex	40	UN	TURBO	R$ 9,90	R$ 396,00
8	Filtro Lubrificante do Uno Fire 1.0 Flex	20	UN	TURBO	R$ 16,11	R$ 322,20
9	Filtro Lubrificante da Elba	20	UN	TURBO	R$ 16,65	R$ 333,00
10	Filtro de Ar da Elba	20	UN	TURBO	R$ 9,90	R$ 198,00
11	Filtro de Combustível do UnO Fire 1.0 Flex	40	UN	TURBO	R$ 18,54	R$ 741,60
12	Filtro de Combustível da Elba	20	UN	TURBO	R$ 18,00	R$ 360,00
13	Filtro de Ar da Courier	20	UN	TURBO	R$ 20,79	R$ 415,80
14	Filtro Lubrificante da Courier	20	UN	TURBO	R$ 17,64	R$ 352,80
15	Filtro de Combustível da Courier	20	UN	TURBO	R$ 19,35	R$ 387,00
16	Filtro de Ar da Iveco	20	UN	TURBO	R$ 72,81	R$ 1.456,20
17	Filtro Lubrificante da Iveco	20	UN	TURBO	R$ 56,70	R$ 1.134,00
18	Filtro de Combustível da Iveco	20	UN	TURBO	R$ 61,20	R$ 1.224,00
19	Filtro de Ar do Mercedes	10	UN	TURBO	R$ 46,08	R$ 460,80
20	Filtro Lubrificante do Mercedes	20	UN	TURBO	R$ 41,58	R$ 831,60
21	Filtro de Combustível do Mercedes	40	UN	TURBO	R$ 9,45	R$ 378,00
22	Filtro de ar primário Caminhão vw 24-220	2	UN	TURBO	R$ 72,90	R$ 145,80
23	Filtro de ar secundário caminhão vw 24-220	2	UN	TURBO	R$ 72,00	R$ 144,00
24	Filtro de óleo lubrificante caminhão vw 24-220	2	UN	TURBO	R$ 18,00	R$ 36,00
25	Filtro de ar primário Pat rol new Roland 140b	2	UN	TURBO	R$ 207,00	R$ 414,00
26	Filtro de ar segundári patrol	2	UN	TURBO	R$ 161,15	R$ 322,30
27	Filtro de óleo lubrificante patrol new holland 140b	2	UN	TURBO	R$ 213,60	R$ 427,20
28	Filtro de combustível blindado patrol new holland	2	UN	TURBO	R$ 191,35	R$ 382,70
29	Filtro de óleo de transmissão patrol new holland 140b	2	UN	TURBO	R$ 280,35	R$ 560,70
30	Filtro de óleo hidráulico patrol new holland	2	UN	TURBO	R$ 146,85	R$ 293,70
31	Filtro do ar condicionado patrol new holland	2	UN	TURBO	R$ 498,40	R$ 996,80

Valor Total do Lote: R$ 15.200,00 (Quinze mil e duzentos reais)

LOTE 03: MANGUEIRAS 1º LINHA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	MANGUEIRA DO ÓLEO DE TRANSMISSÃO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 673,20	R$ 1.346,40
2	MANGUEIRA DO OLEO DE TRANSMISSAO PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 673,20	R$ 1.346,40
3	MANGUEIRA DO OLEO DE TRANSMISSAO PATROL FIATALLIS 140	2	UN	LUCIFLEX	R$ 673,20	R$ 1.346,40
4	MANGUEIRA DO FILTRO DE ÓLEO DE TRANSMISSÃO PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 445,50	R$ 891,00
5	MANGUEIRA DO FILTRO DE ÓLEO DE TRANSMISSAO DA PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 445,50	R$ 891,00
6	MANGUEIRA DO FILTRO OLEO DE TRANSMISSAO PATROL FIATALLIS	2	UN	LUCIFLEX	R$ 673,20	R$ 1.346,40
7	MANGUEIRA DO FREIO HIDRAÚLICO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 673,20	R$ 1.346,40
8	MANGUEIRA DO FREIO HIDRAÚLICO PA MECANICA NEW HOLLAND 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 673,20	R$ 1.346,40
9	MANGUEIRA DO FREIO HIDRAÚLICO FIATALLIS 140	2	UN	LUCIFLEX	R$ 432,63	R$ 865,26
10	MANGUEIRA CONJUNTO SISTEMA HIDRAULICO TRASEIRO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 772,20	R$ 1.544,40
11	MANGUEIRA CONJUNTO SISTEMA HIDRAÚLICO TRASEIRO PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 772,20	R$ 1.544,40
12	MANGUEIRA CONJUNTO SISTEMA HIDRAÚLICO TRASEIRO PATRO FIATALLIS	2	UN	LUCIFLEX	R$ 772,20	R$ 1.544,40
13	MANGUEIRA CONJUNTO SISTEMA HIDRAÚLICO DIANTEIRO PATRO FIATALLIS	2	UN	LUCIFLEX	R$ 772,20	R$ 1.544,40
14	MANGUEIRA CONJUNTO SISTEMA HIDRAÚLICO DIANTERIO PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 772,20	R$ 1.544,40
15	MANGUEIRA CONJUNTO SISTEMA HIDRAÚLICO DIANTEIRO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 772,20	R$ 1.544,40
16	MANGUEIRA HIDRAÚLICA DO TRAVAMENTO DA SELA	2	UN	LUCIFLEX	R$ 544,50	R$ 1.089,00
17	MANGUEIRA DE LEVANTAMENTO DA LÂMINA PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 977,13	R$ 1.954,26
18	MANGUEIRA DE LEVANTAMENTO DA LÂMINA PATROL FIATALLIS	2	UN	LUCIFLEX	R$ 977,13	R$ 1.954,26
19	MANGUEIRA HIDRAÚLICA DA ARTICULAÇÃO PA CARREGADEIRA NEW HOLLAND 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 977,13	R$ 1.954,26
20	MANGUEIRA DO SISTEMA HIDRAÚLICO TRASEIRO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 554,40	R$ 1.108,80
21	MANGUEIRA DO SISTEMA HIDRAÚLICO TRASEIRO PATROL FIATALLIS	2	UN	LUCIFLEX	R$ 554,40	R$ 1.108,80
22	MANGUEIRA DO SISTEMA HIDRAÚLICO TRASEIRO PA CARREGADEIRA 12B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 554,40	R$ 1.108,80
23	MANGUEIRA DO BLOQUEIO HIDRAÚLICO DE DIFERENCIAL PATROL NEW HOLLAND	2	UN	LUCIFLEX	R$ 514,80	R$ 1.029,60

	140B					
24	MANGUEIRA DO BLOQUEIO HIDRAÚLICO DE DIFERENCIAL PATROL FIATALLIS	2	UN	LUCIFLEX	R$ 514,80	R$ 1.029,60
25	MANGUEIRA DO PAINÉL DE TOMADA DE PRESSÃO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 544,50	R$ 1.089,00
26	MANGUEIRA DO SISTEMA HIDRAULICO DO ENGATE RÁPIDO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 544,50	R$ 1.089,00
27	MANGUEIRA DE VÁLVULA DE DIREÇÃO PATROL NEW HOLLAN 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 875,00	R$ 1.750,00
28	MANGUEIRA DO SISTEMA HIDRÁULICO DE 3ª FUNÇÃO PATROL NEW HOLLAND 140B	2	UN	LUCIFLEX	R$ 871,28	R$ 1.742,56

Valor Total do Lote: R$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade adesos ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, Lote 02, Lote 03, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430 Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.

9. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 002/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 11 de Março de 2013.

MACROPEÇAS
TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELLI-EPP
CNPJ:07.838.209/0001-78

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____
ELAYNE BENTO PARREIRA
OAB/MT 10.214-B

_____
ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG:2339517 SSP/GO
CPF:592.729.021-34

_____
REGIANE VIEIRA MARQUES
RG:1166610 SSP/MT
CPF:000.917.921-61

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:C713C7C1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 006/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Tres dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **ELETRICA RADIANTE – MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP CNPJ 15.984.883/0001-99** representada por **SERGIO AUGUSTO VITAL FERREIRA BELTRÃO RG: 4022002DGPC/GO E CPF :828.469.871-49** residente e domiciliado na Rua 235, Qd.45 Lt.34, casa 3, Setor Coimbra, Goiânia-GO, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Materiais de Construção, Materiais Hidráulicos e Materiais Elétricos,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 02 – MATERIAL HIDRAULICO

ITEM	DESCRIÇAO	QUANTIDADE	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	ADAPTADOR DE 3/4X 1/2	100	DURO PVC	0,47	47,00
2	ADAPTADOR LR 25X1/2	100	DURO PVC	0,84	84,00
3	ADAPTADOR LR 25X3/4	100	DURO PVC	0,36	36,00
4	ADAPTADOR LR 60MM PARA 2 POL. SOLDAVEL	50	DURO PVC	6,65	332,50
5	ADAPTADOR LR 50MM ½ SOLDAVEL	100	DURO PVC	2,43	243,00
6	ADAPTADOR LR 40MM ½ SOLDAVEL	50	DURO PVC	1,96	98,00
7	ANEL PARA LUVA DE CORRER DE 60 MM	50	TIGRE	3,17	158,50
8	ANEL PARA LUVA DE CORRER DE 110 MM	50	TIGRE	9,50	475,00
9	ANEL PARA TUBO DE 85 MM	50	JCM	4,22	211,00
10	ANEL PARA TUBO 110 MM	50	JCM	6,12	306,00
11	ANEL PARA TUBO 140 MM	50	JCM	10,13	506,50
12	ANEL PARA HIDROMETRO	50	MARJA	1,27	63,50
13	ANEL DE VEDAÇAO 60MM	50	JCM	1,90	95,00
14	BARRA DE CANO ½ SOLDAVEL	25	DURO PVC	10,15	253,75
15	BARRA DE CANO ¾ SOLDAVEL	50	DURO PVC	13,34	667,00
16	BARRA DE CANO 32 MM SOLDAVEL	40	DURO PVC	22,75	910,00
17	BARRA DE CANO 50 MM SOLDAVEL	50	DURO PVC	47,12	2.356,00
18	BARRA DE CANO 60 MM SOLDAVEL	50	DURO PVC	66,00	3.300,00
19	BARRA DE CANO 85 MM SOLDAVEL	40	DURO PVC	134,15	5.366,00
20	BARRA DE CANO 110 MM SOLDAVEL	35	DURO PVC	222,40	7.784,00
21	BARRA DE CANO 140 MM SOLDAVEL	30	TIGRE	754,00	22.620,00
22	BARRA DE CANO 40 MM ESGOTO	35	DURO PVC	17,11	598,85
23	BARRA DE CANO 50 MM ESGOTO	40	DURO PVC	28,13	1.125,20
24	BARRA DE CANO 60 MM ESGOTO	30	DURO PVC	46,57	1.397,10
25	BARRA DE CANO 100 MM ESGOTO	50	DURO PVC	53,26	2.663,00
26	BARRA DE CANO 200 MM ESGOTO	25	DURO PVC	220,60	5.515,00
27	BUCHA DE REDUÇAO 25X20 MM SOLDAVEL	30	DURO PVC	0,47	14,10
28	BRACADEIRA 140 PARA ¾	30	FDS	464,20	13.926,00
29	BRACADEIRA 32 PARA ¾	25	TIGRE	5,19	129,75
30	BRACADEIRA 60X3/4	25	TIGRE	7,11	177,75
31	CHAVE DE CANO Nº 12	5	FOX LUX	20,17	100,85
32	COTOVELOLL 25 MM	50	DURO PVC	0,40	20,00
33	COTOVELO LL 32 MM	50	DURO PVC	1,50	75,00
34	COTOVELO LL 40 MM	50	DURO PVC	2,55	127,50
35	COTOVELO LL 50 MM	50	DURO PVC	3,35	167,50
36	COTOVELO LL 60 MM	40	DURO PVC	11,98	479,20
37	COLA PARA CANO 75 G	30	DURO PVC	3,46	103,80
38	COLAR DE	40	IPAL	5,70	228,00

	TOMADA 60X3/4 COM ANEL				
39	COLAR DE TOMADA 110X3/4	35	IPAL	8,82	308,70
40	CURVA DE ½ SOLDAVEL	50	DURO PVC	1,96	98,00
41	CURVA DE 3/4SOLDAVEL	60	DURO PVC	1,88	112,80
42	CURVA DE 32SOLDAVEL	60	DURO PVC	3,61	216,60
43	CURVA DE 50 SOLDAVEL	60	DURO PVC	8,19	491,40
44	CURVA DE 60 SOLDAVEL	60	DURO PVC	19,22	1.153,20
45	CURVA DE 85 SOLDAVEL	40	DURO PVC	60,73	2.429,20
46	CURVA DE 110 SOLDAVEL	40	DURO PVC	92,67	3.706,80
47	CURVA DE 140 SOLDAVEL	30	TIGRE	358,70	10.761,00
48	CURVA DE 40 ESGOTO	40	DURO PVC	2,87	114,80
49	CURVA DE 50 ESGOTO	40	DURO PVC	5,65	226,00
50	CURVA DE 60 ESGOTO	30	DURO PVC	12,64	379,20
51	CURVA DE 100 ESGOTO	30	DURO PVC	15,74	472,20
52	CURVA DE 200 ESGOTO	25	DURO PVC	133,75	3.343,75
53	CURVA PARA REGISTRO 3/4	30	DURO PVC	1,35	40,50
54	CURVA LR ¾	30	DURO PVC	1,35	40,50
55	CURVA LR DE ½	30	DURO PVC	0,97	29,10
56	CRUZETA 140 MM	25	PBS	607,89	15.197,25
57	CRUZETA 110MM	25	TIGRE	314,37	7.859,25
58	CRUZETA 85 MM	25	CATARINENSE	110,78	2.769,50
59	CRUZETA 60 MM	25	TIGRE	73,34	1.833,50
60	CRUZETA 50 MM	30	TIGRE	22,79	683,70
61	CRUZETA LL DE 32 MM	30	PBS	3,80	114,00
62	DIAFRAGMA DE DOSAGEM	5	ETEX	1.688,00	8.440,00
63	FLANGE PVC 3/4	30	DURO PVC	5,42	162,60
64	FITA VEDA ROSCA 20 MTS	200	DURO PVC	4,37	874,00
65	FOLHA DE SEGUETA	40	STARRET	5,19	207,60
66	LUVA DE 140 MM	40	TIGRE	94,95	3.798,00
67	LUVA DE 32 MM	40	DURO PVC	1,11	44,40
68	LUVA DE 60 MM COM RETENTOR	30	TIGRE	18,99	569,70
69	LUVA DE CORRER 60 MM ANEL GROSSO	30	TIGRE	41,99	1.259,70
70	LUVA DE CORRER 32 MM	30	DURO PVC	14,90	447,00
71	LUVA DE CORRER 50 MM	30	DURO PVC	18,80	564,00
72	LUVA DE110 MM COM ANEL	30	TIGRE	56,97	1.709,10
73	LUVA DE UNIAO ¾	25	KRONA	3,71	92,75
74	LUVA LISA ¾	30	DURO PVC	0,44	13,20
75	LUVA LISA 60 MM	30	DURO PVC	8,65	259,50
76	LUVA LISA DE ½	30	DURO PVC	0,36	10,80
77	LUVA LR 25x1/2	30	DURO PVC	0,95	28,50
78	LUVA LR20x1/2	30	DURO PVC	1,05	31,50
79	LUVA LL 25X20 SOLDAVEL	30	KRONA	0,81	24,30
80	LUVA LL 25 MM SOLDAVEL	35	DURO PVC	0,46	16,10
81	LUVA ROSQUEAVEL 1/2	35	CIPLA	1,10	38,50
82	LUVA ROSQUEAVEL ¾	40	CIPLA	1,53	61,20
83	REGISTRO DE GAVETA DE ¾ MM SOLDAVEL	25	IMPERATRIZ	33,17	829,25
84	REGISTRO DE PRESSAO DE ¾ MM SOLDAVEL	25	DURO PVC	6,65	166,25
85	REGISTRO DE PRESSAO ¾ GALVANIZADO	25	IMPERATRIZ	39,98	999,50
86	REGISTRO DE GAVETA ¾ GALVANIZADO	25	IMPERATRIZ	33,17	829,25
87	TE ½ SOLDAVEL	50	DURO PVC	0,56	28,00
88	TE 25 SOLDAVEL	50	DURO PVC	0,62	31,00
89	TE 32 SOLDAVEL	50	DURO PVC	2,07	103,50
90	TE 50 SOLDAVEL	50	DURO PVC	4,26	213,00
91	TE 60 SOLDAVEL	50	DURO PVC	21,04	1.052,00
92	TE 85 SOLDAVEL	50	KRONA	54,86	2.743,00
93	TE 110 SOLDAVEL	50	DURO PVC	71,13	3.556,50
94	TE 140 SOLDAVEL	40	TIGRE	506,40	20.256,00
95	TAMPAO DE 100 MM ESGOSTO	50	DURO PVC	4,15	207,50
96	TAMPAO DE 70 MM ESGOSTO	50	DURO PVC	3,81	190,50
TOTAL LOTE 02- 175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS)					

LOTE 03 – MATERIAL ELETRICO

1	DESCRIÇAO	QUANTIDADE	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
2	ARMAÇÃO DE 1 ELEMENTO	20	KONESUL	11,12	222,40
3	ARMAÇÃO DE 3 ELEMENTO	20	KONESUL	41,08	821,60
4	ASTE PARA LUMINARIA	100	JRC	51,54	5.154,00
5	ASTE PARA ATERRAMENTO	100	INTELLI	23,57	2.357,00
6	ALÇA PARA CABO 25 MM	50	PLP	2,49	124,50
7	ALÇA PARA CABO 16 MM	50	PLP	2,26	113,00
8	ADAPTADOR 10 AMP	50	ALUMBRA	10,07	503,50
9	BASE PARA RELE	50	TECNOWATT	6,78	339,00
10	BUCHA Nº 10 COM PARAFUSO	300	CISER	0,30	90,00
11	BUCHA Nº 8 COM PARAFUSO	300	CISER	0,15	45,00
12	BUCHA Nº 6 COM PARAFUSO	300	CISER	0,09	27,00
13	CAIXA DO SISTEMA X	100	PLUZIE	2,06	206,00
14	CABO DE 10 MM	1000	ELETROLIGHT	4,31	4.310,00
15	CABO DE 16 MM	500	CORFIO	8,43	4.215,00
16	CABO TRIPLEX 25 MM	300	PHELPS	8,12	2.436,00
17	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO 20 DIJUNTOR	300	OLIPE	55,49	16.647,00
18	CAIXINHA PARA TOMADA	50	PLASMAR	1,01	50,50
19	CALHA FLUORECENTE 2X20	50	RCG	7,44	372,00
20	CALHA FLUORECENTE 2X40	50	RCG	12,43	621,50
21	CONECTOR PRA ASTE DE ATERRAMENTO	100	INTELLI	2,90	290,00
22	CONECTOR PERFURANTE	100	INTELLI CDP 120	9,68	968,00
23	CANALETA DO SISTEMA X	200	PLASBOHN	3,08	616,00
24	CONECTOR CUNHA	100	INTELLI I	6,08	608,00
25	CONECTOR PARALELO	100	INTELLI	4,03	403,00
26	DIJUNTOR 10 AMP	50	SOPRANO ASM-2	47,18	2.359,00
27	DIJUNTOR 20 AMP	50	SOPRANO ASM-2	46,24	2.312,00
28	DIJUNTOR 40 AMP	50	SOPRANO ASM-2	50,16	2.508,00
29	DIJUNTOR 50 AMP	50	SOPRANO ASM-2	50,16	2.508,00
30	DISJUNTOR 70 AMP	50	SOPRANO ASM-2	60,83	3.041,50
31	DISJUNTOR DE 90 AMPERES	50	SOPRANO ASM-3	78,09	3.904,50
32	DISJUNTOR DE 150 AMPERES	20	SOPRANO DSJK-3	230,30	4.606,00
33	ELETRO DUTO ¾	20	MAXIDUTOS	5,36	107,20
34	ELETRO DUTO 1" ¼	20	MAXIDUTOS	14,73	294,60
35	FIO Nº 1.5 MM ROLO DE 100 MTS	10	ELETROLIGHT	69,87	698,70
36	FIO Nº 2.5 MM ROLO DE 100 MTS	10	ELETROLIGHT	110,97	1.109,70
37	FIO Nº 4.0 MM ROLO DE 100 MTS	10	ELETROLIGHT	178,79	1.787,90
38	FIO Nº 6.0 MM ROLO DE 100 MTS	10	ELETROLIGHT	273,32	2.733,20
39	FIO Nº 10.0 MM ROLO DE 100 MTS	10	CORFIO	513,89	5.138,90
40	FIO PARALELO 2.5 ML 100 MTRS	10	ELETROLIGHT	207,56	2.075,60
41	FITA ISOLANTE 20 MTS	100	SOPRANO	3,60	360,00
42	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO	50	DECORLUX	15,41	770,50
43	GLOBO LEITOSO15 CM DE BOCA 300 MM.	20	STILO PLAST	32,06	641,20
44	GLOBO PARA LUMINARIA	20	CELTA	38,63	772,60
45	INTERRUPTOR	30	PLUZIE	2,73	81,90
46	LAMPADA FLUORESCENTE 20 W	100	EMPALUX	4,93	493,00
47	LAMPADA	50	EMPALUX	4,93	246,50

	FLUORESCENTE 40W				
48	LAMPADA FRIA 20W	50	AVANT	10,13	506,50
49	LAMPADA FRIA 25W	50	AVANT	11,51	575,50
50	LAMPADA FRIA 45W	50	ECOLUME	31,81	1.590,50
51	LAMPADA FRIA 75W	50	AVANT ESP	80,56	4.028,00
52	LAMPADA VAPOR METALICO VERDE DE150W HOLOGENEA	50	AVANT	46,48	2.324,00
53	LAMPADA VAPOR METALICO TUBULAR 400W BRANCA	50	AVANT	44,26	2.213,00
54	LAMPADA VAPOR METALICO TUBULAR 1000 W BRANCA	50	AVANT	130,12	6.506,00
55	LAMPADA VAPOR METALICO TUBULAR 500 W BRANCA	50	AVANT	44,26	2.213,00
56	LAMPADA VAPOR SODIO 70 W	50	OSRAM	14,94	747,00
57	LAMPADA VAPOR SODIO 100 W	50	OSRAM	17,90	895,00
58	LAMPADA VAPOR SODIO 150W	50	OSRAM	26,32	1.316,00
59	LUVA DE VAQUETA P/ COBERTURA	40	CONFORTO	51,58	2.063,20
60	PARAFUSO MAQUINA 300 MM	50	KONESUL	7,19	359,50
61	PARAFUSO MAQUINA250 MM	50	KONESUL	6,21	310,50
62	PARAFUSO MAQUINA150 MM	50	KONESUL	4,60	230,00
63	PARAFUSO MAQUINA100 MM	50	KONESUL	3,97	198,50
64	REATOR DE LAMPADA VAPOR DE SODIO 70 W	50	JRC	46,98	2.349,00
65	PRADRAO BI FAZICO	15	FERPAL	863,10	12.946,50
66	PRADRAO TRI FAZICO	10	FERPAL	1.339,86	13.398,60
67	REATOR DE LAMPADA VAPOR DE SODIO 100 W	60	JRC	47,76	2.865,60
68	REATOR VAPOR DE SODIO 100W	60	JRC	47,76	2.865,60
69	REATOR VAPOR DE SODIO 150W	60	JRC	55,05	3.303,00
70	REATOR DE METALICO 1000 W	30	FATTOR	267,15	8.014,50
71	REATOR DE METALICO 500 W	30	QS.COMPONENTES	90,09	2.702,70
72	REATOR ELETRONICO 1X20 W	30	TECPAR	11,43	342,90
73	REATOR ELETRONICO 1X40 W	30	TECPAR	11,43	342,90
74	RELE FOTO ELETRICO ELETRONICO 220 V	30	STIELETRONICA RTF.82	13,60	408,00
75	RELE FOTO ELETRICO SIMPLES	30	STIELETRONICA RTF.82	13,60	408,00
76	ROLDANA MEDIA COM PREGO	100	RISSAMPIET	0,15	15,00
77	ROLDANA GRANDE COM PREGO	100	RISSAMPIET	0,38	38,00
78	SOQUETE E 40 DE PORCELANA	100	DECORLUX	6,32	632,00
79	SOQUETE E 27 DE PORCELANA	100	DECORLUX	1,92	192,00
80	SOQUETE PARA LAMPADA FLUORECENTE	100	DECORLUX	1,30	130,00
81	START 30-40	15	DECORLUX	0,70	10,50
82	TOMADA COM INTERRPTOR	50	PLUZIE	4,62	231,00
83	TOMADA SIMPLES	100	PLUZIE	3,04	304,00
84	TE 10 AMP	50	ILUMI	6,67	333,50
VALOR TOTAL DO LOTE 03 - 158.000,00 (CENTO E CINQÜENTA E OITO MIL REAIS)					

(VENCEDOR LOTES 2 E 3 ELETRICA RADIANTE – MATERIAIS ELETRICOS)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 02 e Lote 03, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 006/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 03 de Abril de 2013.

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP
CNPJ 15.984.883/0001-99

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____ _____

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

_____

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:20A37A53

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 006/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Onze dias do mês de Março de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **SAVIO DE BESSA GOMES – ME CNPJ 08.888.516/0001-26** representada por **GISSELLE LUBIA MARTINS HONORIO RG: 7553517 SSP/MG E CPF :001.114.186-74** sediado à Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 400, Centro, Ponte Branca-MT, CEP: 78.610-000, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Materiais de Construção, Materiais Hidráulicos e Materiais Elétricos,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

Lote: 01 MATERIAL DE CONSTRUCAO

1	ARCO DE SEGUETA	20	BIEHL	R$ 12,75	R$ 320,00
2	BARRA DE FERRO 5/16	200	GERDAU	R$ 24,00	R$ 5.250,00
3	BARRA FERRO 3/4	200	GERDAU	R$ 165,00	R$ 35.280,00
4	BARRA FERRO TRILIÇA	300	GERDAU	R$ 22,50	R$ 7.560,00
5	BARRA FERRO 4.2	500	GERDAU	R$ 7,70	R$ 4.725,00
6	BARRA ROSCA ½	200	CISER	R$ 5,00	R$ 1.200,00
7	BARRA ROSCA ¾	300	CISER	R$ 11,50	R$ 975,00
8	BARRA ROSCA 5/8	300	CISER	R$ 7,00	R$ 2.400,00
9	BISNAGA COLORACAO PARA	300	XADREZ	R$ 2,00	R$ 660,00

	TINTA				
10	BRITAS	500	FOLLMANN	R$ 108,00	R$ 61.200,00
11	BROCHAS	150	MAX FERRAMENTAS	R$ 2,25	R$ 472,50
12	CAIXA DAGUA 500 LTS	15	FORTLEV	R$ 190,00	R$ 2.945,25
13	CAIXA DAGUA 1000 LTS	10	FORTLEV	R$ 298,00	R$ 3.108,00
14	CAIXA DAGUA 2000LTS	5	FORTLEV	R$ 650,00	R$ 3.391,50
15	CAIXA DAGUA 5000 LTS	2	FORTLEV	R$ 1500,00	R$ 3.078,60
16	CABO DE ROLO	150	ATLAS	R$ 3,75	R$ 870,00
17	CADEADO 50 MM	50	PADO	R$ 21,00	R$ 1.155,00
18	CAIXA SIFONIZADA 15X15	50	HERC	R$ 5,50	R$ 375,00
19	CAIXA DE GORDURA EM PVC	20	HERC	R$ 19,75	R$ 520,00
20	CAIXA DE DESCARGA 9LTS	30	ALUMASA	R$ 17,00	R$ 567,00
21	CERAMICA 20 X 20 COR BRANCA	300	FORMIGRES	R$ 11,50	R$ 4.140,00
22	CEROTE	20	CERAMICA SÃO JOSÉ	R$ 3,00	R$ 63,00
23	CIMENTO 50KL	5000	CIPLAN	R$ 24,00	R$ 126.000,00
24	CHUVEIRO 110 W	15	LORENZENTTI	R$ 39,00	R$ 607,50
25	CHUVEIRO 220 W	15	CORONA	R$ 33,00	R$ 607,50
26	ENGATE PARA LAVATORIO	30	DURIN	R$ 3,50	R$ 112,50
27	ESMALTE SINTETICO GALAO 3,600 ML	40	LZTOL	R$ 40,00	R$ 1.800,00
28	ENXADA	50	ALPE	R$ 23,00	R$ 1.417,50
29	ENXADAO	50	ALPE	R$ 14,00	R$ 787,50
30	FECHADURA DE PORTA	40	SOPRANO	R$ 24,00	R$ 1.092,00
31	FILITO	1000	GRAFILLINTO	R$ 7,00	R$ 8.400,00
32	FITA ADESIVA PAPEL	50	ALDEBRAS	R$ 2,50	R$ 185,00
33	FITA ISOLANTE	100	FOXLUX	R$ 1,00	R$ 115,00
34	FORRO DE PVC	500	DURO PVC	R$ 14,50	R$ 7.625,00
35	JANELA VENEZIANA 50X50	50	GIRASSOL	R$ 52,00	R$ 2.700,00
36	JANELA VENEZIANA 80 X 80	50	GIRASSOL	R$ 100,00	R$ 5.100,00
37	JANELA VENEZIANA 1.00X1.50	50	LUDIANI	R$ 190,00	R$ 10.867,50
38	LAVATORIO	30	LOGASA	R$ 60,00	R$ 1.980,00
39	LAMINA DE SEGUETA	200	STARRET	R$ 4,50	R$ 1.000,00
40	LIMA PARA ENXADA	500	OREGON	R$ 7,50	R$ 5.750,00
41	LIXA Nº 60	300	NORTON	R$ 0,50	R$ 180,00
42	LIXA Nº80	300	NORTON	R$ 0,50	R$ 150,00
43	LIXA Nº100	300	NORTON	R$ 0,40	R$ 120,00
44	LIXA Nº120	300	NORTON	R$ 0,40	R$ 120,00
45	LINHA DE PEDREIRO	50	UNIFIO	R$ 2,50	R$ 150,00
46	MARTELO	30	FOXLUX	R$ 17,00	R$ 840,00
47	MASSA CORRIDA ACRILICA 18L X 1 (LATA)	100	LUZTOL	R$ 56,00	R$ 5.900,00
48	MASSA CORRIDA PVA INTERNA (LATA)	100	LUZTOL	R$ 26,60	R$ 3.650,00
49	MIOLO DE PORTA	50	SOPRANO	R$ 9,50	R$ 525,00
50	PA BICO FINO	30	METISA	R$ 23,80	R$ 780,00
51	PORTA VENEZIANA 60X2.10	50	GIRASSOL POP	R$ 126,00	R$ 7.087,50
52	PORTA VENEZIANA 70X2.10	50	GIRASSOL POP	R$ 126,00	R$ 7.087,50
53	PORTA VENEZIANA 80X2.10	50	GIRASSOL POP	R$ 126,00	R$ 7.087,50
54	PORTA DE MADEIRA 60X2.10	30	SÃO PEDRO	R$ 60,00	R$ 2.205,00
55	PORTA DE MADEIRA 80X2.10	30	SÃO PEDRO	R$ 60,00	R$ 2.205,00
56	PORTAL DE MADEIRA 80X2.10	60	SÃO PEDRO	R$ 150,00	R$ 9.600,00
57	PINCEL Nº 04	100	ATLAS	R$ 3,00	R$ 315,00
58	PINCEL Nº 05	100	ATLAS	R$ 4,00	R$ 630,00
59	PORTA BLINDEX 2M X 2M	10	REALCE	R$ 1.100,00	R$ 12.650,00
60	PREGOS	1000	GERDAU	R$ 6,50	R$ 7.500,00
61	RABICHO	50	DURIN	R$ 6,00	R$ 350,00
62	RALINHO PARA BANHEIRO EM PVC	50	HERC	R$ 6,50	R$ 325,00
63	RESINA EXTERNA GALAO 18L LATA	50	LUZTOL	R$ 120,00	R$ 6.500,00
64	REGUA DE PEDREIRO 2 MTS	20	VONDER	R$ 20,00	R$ 441,00
65	ROLO DE ESPUMA	100	ATLAS	R$ 6,50	R$ 690,00
66	ROLO DE LA	100	ATLAS	R$ 6,80	R$ 720,00
67	ROLO PARA PINTURA Nº 20	100	ATLAS	R$ 9,00	R$ 1.200,00
68	SELADOR ACRILICO 18 LT LATA	100	LUZTOL	R$ 77,00	R$ 8.085,00
69	TAMBOR DE TINTA	30	LUZTOL	R$ 1.200,00	R$ 37.500,00
	A BASE DE AGUA 200L COR LARANJA				
70	TAMBOR DE TINTA A BASE DE AGUA 200 L COR AMARELO	30	LUZTOL	R$ 1.200,00	R$ 37.500,00
71	TAMPA PARA SANITARIO	50	ALUMASA	R$ 17,00	R$ 945,00
72	TELHA 50X2.44	500	PRECON	R$ 11,00	R$ 5.775,00
73	TELHA 1.10X3.66	300	PRECON	R$ 60,00	R$ 18.900,00
74	TELHA ROMANA	10000	CERAMICA PONTAL	R$ 1,20	R$ 13.000,00
75	TELHA PORTUGUESA	10000	CERAMICA PONTAL	R$ 1,30	R$ 13.800,00
76	TINTA BASICA DE AGUA ACRILICA GALAO 18L (LATA)	100	LUZTOL	R$ 130,00	R$ 14.700,00
77	TINTA LATA	50	LUZTOL	R$ 130,00	R$ 7.350,00
78	TINTA GRAFIATO 18 LTS	100	LUZTOL	R$ 110,00	R$ 14.000,00
79	TINTA TESTURA 18 LTS	100	LUZTOL	R$ 110,00	R$ 12.600,00
80	TIJOLOS FURADOS 20X20	25000	CERAMICA SANTA VITORIA	R$ 0,58	R$ 15.750,00
81	TILOLINHOS 20X10	30000	CERAMICA DENIR	R$ 0,30	R$ 9.600,00
82	TORNEIRA PARA LAVATORIO	100	HERC	R$ 3,50	R$ 650,00
83	TORNEIRA PARA PIA	100	DURIN	R$ 2,50	R$ 300,00
84	TRENA DE 5 MTS	15	FOXLUX	R$ 5,00	R$ 142,50
85	TRENA DE 30 MTS	10	FOXLUX	R$ 43,00	R$ 450,00
86	TRENA DE 50 MTS	5	FOXLUX	R$ 45,00	R$ 240,00
87	VALVULA PARA LAVATORIO	50	DURIN	R$ 2,00	R$ 150,00
88	VALVULA DE DESCARGA	50	DOCOL	R$ 78,00	R$ 4.200,00
89	VASO SANITARIO	50	LOGASA	R$ 75,00	R$ 4.462,50
90	VEDALIT 1 LT	100	VEDACIT	R$ 6,00	R$ 750,00
91	VERNIZ 18L (LATA)	50	LUZTOL	R$ 447,18	R$ 28.000,00

Valor Total do Lote: R$ 644.261,35 (seiscentos e quarenta e quatro mil, duzentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos)

(VENCEDOR DO LOTE 01 SAVIO DE BESSA DUARTE – ME)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 006/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 03 de Abril de 2013.

SAVIO DE BESSA DUARTE-ME
CNPJ 08.888.516/0001-26

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____ _____
CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

_____
ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:34EE7525

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 007/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Três dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **OLIVEIRA FRAGA E SANTOS LTDA-ME CNPJ Nº 14.879.221/0001-96** representada por **WANDERLEY SEBASTIAO DA SILVA FRAGA**, **RG: 214.361 SSP/MT**, **CPF: 172.480.001-91**, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, nº. 61 – Centro, Alto Araguaia/MT, CEP: 78.780-00, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente **REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E RESSOLAGEM DE PNEUS,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 01: PNEUS NOVOS

	DESCRIÇAO	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
	PNEUS 900/20	12	PIRELLI	R$: 970,00	R$: 11.640,00
	PNEUS 275/80 R 22,5	20	PIRELLI	R$: 1.520,00	R$: 30.400,00
	PNEUS 1300/24	06	PIRELLI	R$: 2850,00	R$: 17.100,00
	PNEUS 1400/24	06	PIRELLI	R$: 3.230,00	R$: 19.380,00
	PNEUS 17.5/25	04	PIRELLI	R$: 4.850,00	R$: 19.400,00
	PNEUS 750/R16	04	PIRELLI	R$: 569,00	R$: 2.276,00
	PNEUS 175/70/R13	20	PIRELLI	R$: 230,00	R$: 4.600,00
	PNEUS215/75/R17.5	12	PIRELLI	R$: 912,00	R$: 10.944,00
	PNEUS 265/75 R16	12	PIRELLI	R$: 1.090,00	R$: 13.080,00
	PNEUS 175/70/R14	08	PIRELLI	R$: 380,00	R$: 3.040,00

TOTAL LOTE 01 R$ 131.860,00
(CENTO E TRINTA E OITO MIL, OITOCENTOS E SESSENTA REAIS).

LOTE 02: CÂMARAS DE AR

	DESCRICAO	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
	CAMARAS DE AR 900/20	12	TORTUGA	R$: 124,00	R$: 1.488,00
	CAMARAS DE AR 275/80/22.5	20	QBOM	R$: 125,00	R$: 2.500,00
	CAMARAS DE AR 1300/24	06	TORTUGA	R$: 265,00	R$: 1.590,00
	CAMARAS DE AR 1400/24	06	TORTUGA	R$: 265,00	R$: 1.590,00
	CAMARAS DE AR 215/75/R17.5	12	QBOM	R$: 77,00	R$: 924,00
	CAMARAS DE AR 265/75/R16	12	TORTUGA	R$: 92,00	R$: 1.104,00
	CAMARAS DE AR 17.5/25	04	TORTUGA	R$: 306,50	R$: 1.226,00
	CAMARAS DE AR R13	20	QBOM	R$: 27,00	R$: 540,00

TOTAL LOTE 01 R$ 10.962,00
(DEZ MIL NOVECENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS).

LOTE 03: RESSOLAGEM DE PNEUS

	DESCRIÇAO	QUANT.	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
	PNEUS 900/20	12	VIPAL	R$: 520,00	R$: 6.240,00
	PNEUS 275/80 R 22,5	20	VIPAL	R$: 520,00	R$: 11.000,00
	PNEUS 1300/24	06	VIPAL	R$: 1.150,00	R$: 6.900,00
	PNEUS 1400/24	06	VIPAL	R$: 1.450,00	R$: 8.700,00
	PNEUS 17.5/25	04	VIPAL	R$: 1.750,00	R$: 7.000,00
	PNEUS 750/R16	04	VIPAL	R$: 300,00	R$: 1.200,00
	PNEUS215/75/R17.5	12	VIPAL	R$: 350,50	R$: 4.200,00
	PNEUS 265/75 R16	12	VIPAL	R$: 68,00	R$: 816,00

TOTAL LOTE 01 R$ 46.056,00
(QUARENTA E SEIS MIL E CINQUENTA E SEIS REAIS).

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, Lote 02 e Lote 03, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa,

aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 007/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 03 de Abril de 2013.

OLIVEIRA FRAGA E SANTOS LTDA-ME
CNPJ:14.879.221/0001-96

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____ _____

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

_____

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:1E5B6839

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 008/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Três dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **ESTRATEGIA AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA-ME CNPJ Nº 01.599.563/0001-00** representada por **ROBSON RODRIGUES PEGO**, **RG: 14625920 SSP/MT**, **CPF: 968.862.931-68**, residente e domiciliado na Rua Dom Pedro I, Nº 280, Ribeiraozinho-MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

O presente registro de preço do seguinte Lote:

ITEM 1: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA E ADMINISTRAÇÃO.

ITEM 2: LOCAÇÃO DE *SOFTWARE*, INCLUINDO CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA, INTER-RELACIONADOS ATRAVÉS DE USO DE COMPUTADORES, INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES ENTRE CADA PROGRAMA, UTILIZANDO A MESMA ESTRUTURA DE BANCO DE DADOS, LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO DE PLATAFORMA WINDOWS, PARA OS SISTEMAS APLIC – AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA, SISTEMA PARA CONTROLE DE RECURSOS HUMANOS, SISTEMA DE CONTROLE DE FROTAS, SISTEMA DE CONTROLE DE PROTOCOLO, SISTEMA DE CONTROLE DE COMPRAS, SISTEMA DE ALMOXARIFADO, CONTROLE DE PROCESSOS DE LICITAÇÕES, CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS, SISTEMA DE CONTROLE DOS TRIBUTOS, SISTEMA DE CONTROLE DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, CONTABILIDADE PÚBLICA E TESOURARIA, SISTEMA PARA ÁGUA E ESGOTO, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

SERVIÇO	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
Assessoria-Item 01	09	R$ 4.000,00	R$ 36.000,00

Software-Item 02	09	R$ 4.060,00	R$ 36.540,00
Migração	01	R$ 2.150,00	R$ 2.150,00
Instalação	01	R$ 2.150,00	R$ 2.150,00
Treinamento	01	R$ 1.700,00	R$ 1.700,00
			R$ 78.540,00

TOTAL LOTE 78.540,00 (SETENTA E OITO MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote Unico, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 007/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 03 de Abril de 2013.

ESTRATEGIA AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA-EPP
VERA LUCIA DE SOUZA CORREA DA COSTA
CNPJ:01.599.563/0001-00

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____ _____

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

_____

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:D6EA51AD

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 009/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Quinze dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **W K AGUIAR AMUI - ME CNPJ 10.617.208/0001-08** representada por **YAN AGUIAR AMUI RG: 2332133-4 SSP/MT E CPF :044.584.531-73** residente na Rua Independencia, Nº 965, Setor Sul II, Barra do Garças-MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Materiais de Expediente,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

Lote 02

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	QUANT.	marca	vlr.uni	vlr.total
1	APONTADOR C/ DEPOSITA	UNIDADE	30	summit	0,35	10,50
2	BASTÃO COLA QUENTE FINO	UNIDADE	50	rendcolla	0,74	37,00
3	BORRACHA BRANCA P/ APAGAR LAPIS	CAIXA	20	redbood	0,18	3,60
4	CADERNO BROCHURA PEQUENO 48F	UNIDADE	200	credeal	1,68	336,00
5	CALCULADORA P/ MESA	UNIDADE	10	masterprint	12,78	127,80
6	CANETA C/ GLITER VARIAS CORES	UNIDADE	10	bic	3,68	36,80
7	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL	CAIXA	30	masterprint	15,75	472,50
8	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA	CAIXA	15	masterprint	15,75	236,25
9	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA	CAIXA	10	masterprint	15,75	157,50
10	CANETA MARCA TEXTO VARIAS CORES	UNIDADE	80	maripel	1,23	98,40
11	CANETA P/ ESCREVER EM CD / DVD CORES VARIADAS	UNIDADE	25	maripel	1,58	39,50
12	COLA 1 KG CASCOREZ EXTRA	UNIDADE	20	cascola (cascolez	17,00	340,00
13	COLA COLORIDA 6X1	CAIXA	30	maripel	5,08	152,40
14	COLA BASTÃO 10 G	UNIDADE	30	maripel	0,91	27,30
15	COLA P/MINI PISTOLA PT 1 KG	UNIDADE	25	rendcolla	11,00	275,00
16	COLA P/ PISTOLA GD 1 KG	UNIDADE	30	rendcolla	13,00	390,00
17	PISTOLA COLA QUENTE MINI 10W	UNIDADE	5	fets	8,58	42,90
18	PAPEL CELEFONE 70X90 CORES	FLS	250	rst-papel	1,38	345,00
19	PAPEL CELEFONE 80X80 INCOLOR	FLS	250	rst-papel	1,82	455,00
20	PAPEL ALMAÇO C/ PAUTA	RS	20	jandaia	8,75	175,00
21	PEN DRIVE 4 GB	UNIDADE	10	sandisk	22,54	225,40
22	TINTA FACIAL PINTANDO A CARA 15ML	UNIDADE	100	you	3,31	331,00
23	TINTA PARA TECIDO FOSCO 37ML	UNIDADE	100	acrilex	2,19	219,00
24	COLA GLITER 6X1	CAIXA	40	maripel	7,35	294,00
25	CANETINHA	CAIXA	50	maripel	1,94	97,00
26	CAPA/CONTRACAPA P/ ENCADERNAÇÃO CORES VARIADAS	PACOTE	10	globo	0,44	4,40
27	CD-R VIRGEM TUBO C/ 50	UNIDADE	10	multilaser	42,60	426,00
28	CLIPE 3/0	CAIXA	20	merino	1,21	24,20
29	CLIPE 4/0	CAIXA	20	merino	1,21	24,20
30	COMPAÇO DE MADEIRA GRANDE	UNIDADE	2	souza	11,80	23,60
31	CORRETIVO À BASE DE AGUA	UNIDADE	15	maripel	1,14	17,10
32	DVD-R VIRGEM	UNIDADE	50	multilaser	1,05	52,50
33	EMBORRACHADO CORES VARIADAS E.V.A	UNIDADE	30	ibell	1,05	31,50
34	ENVELOPE GRANDE	UNIDADE	200	foroni	0,35	70,00
35	ENVELOPE MEDIO	UNIDADE	200	foroni	0,23	46,00
36	ENVELOPE PEQUENO	UNIDADE	200	foroni	0,11	22,00
37	ESTILETE GRANDE	UNIDADE	20	masterprint	0,70	14,00
38	EXTRATOR DE GRAMPOS	UNIDADE	20	ciabrinck	0,96	19,20
39	FITA ADESIVA DUPLA FACE	UNIDADE	20	delfix	3,19	63,80
40	FITA ADESIVA DUREX GRANDE	UNIDADE	10	delfix	2,10	21,00
41	FITA ADESIVA P/ EMPACOTAMENTO	UNIDADE	40	delfix	2,45	98,00
42	GRAMPEADOR 26/06	UNIDADE	5	masterprint	5,43	27,15
43	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6	CAIXA	10	maripel	1,21	12,10
44	JOGO DE DAMA	UNIDADE	5	pais e filhos	7,95	39,75
45	JOGO QUEBRA-CABEÇA PEÇAS GRANDES (TEMAS VARIADOS)	UNIDADE	10	pais e filhos	7,90	79,00
46	JOGOS DE ENCAIXE MADEIRA	UNIDADE	5	pais e filhos	7,90	39,50
47	JOGOS DE ENCAIXE PLASTICO	UNIDADE	5	pais e filhos	4,50	22,50
48	JOGOS DE XADREZ	UNIDADE	5	pais e filhos	6,90	34,50
49	LAMINA P/ ESTILETE GRANDE	CAIXA	4	masterprint	14,30	57,20
50	LAMINA P/ ESTILETE MEDIO	CAIXA	4	masterprint	8,42	33,68
51	LAPIS PRETO	CAIXA	30	molin	2,80	84,00
52	LAPIS DE COR 12X1	CAIXA	60	masterprint	2,35	141,00
53	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UNIDADE	10	foroni	10,89	108,90
54	LIVRO ATA 50 FOLHAS	UNIDADE	10	foroni	6,30	63,00
55	MASSA P/ MODELAR	CAIXA	25	maripel	2,00	50,00
56	PAPEL A4 10X1	CAIXA	20	rino	130,00	2.600,00
57	PAPEL CREPON	UNIDADE	100	rst-papel	0,58	58,00
58	PAPEL MANILHA (PARDO)	UNIDADE	100	rst-papel	0,35	35,00
59	PASTA CLASSIFICADORA DE PLASTICO	UNIDADE	150	polycart	1,65	247,50
60	PASTA ELASTICA GRANDE	UNIDADE	30	allaplast	1,14	34,20
61	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	CAIXA	50	maripel	1,56	78,00
62	PRANCHETAS	UNIDADE	5	souza	2,45	12,25
63	PRENDEDOR DE PAPEL GRANDE	UNIDADE	50	sertic	1,45	72,50
64	PRENDEDOR DE PAPEL MEDIO	UNIDADE	50	sertic	0,93	46,50
65	PRENDEDOR DE PAPEL PEQUENDO	UNIDADE	50	sertic	0,32	16,00
66	REGUA 100 cm	UNIDADE	5	souza	5,08	25,40
67	REGUA 30 cm FLEXIVEL	UNIDADE	50	waleu	0,53	26,50
68	REGUA 50 cm	UNIDADE	10	waleu	1,79	17,90
69	TESOURA GRANDE	UNIDADE	5	masterprint	3,63	18,15

70	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	UNIDADE	3	maripel	2,49	7,47
						9.970,00
	Valor Total do Lote: R$ 9.970,00 (Nove mil novecentos e setenta reais)					

Lote: 03					
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	**UNIDADE**	**QUANT.**	**marca**	**vlr.uni**	**vlr.total**
AGENDA	UNIDADE	10	são domingos	10,50	105,00
AGUA RAZ	UNIDADE	30	natrielli	12,08	362,40
ALMOFADA P/ CARIMBO COR AZUL	UNIDADE	2	japan	1,94	3,88
ALMOFADA P/ CARIMBO COR PRETA	UNIDADE	2	japan	1,94	3,88
APONTADOR C/ DEPOSITA	UNIDADE	20	summit	0,35	7,00
BALÃO	PACOTE	100	riberball	5,00	500,00
BASTÃO DE COLA QUENTE	UNIDADE	100	rendcolla	0,88	88,00
BOLAS DE ISOPOR P	UNIDADE	200	isoeste	0,70	140,00
BORRACHA BRANCA P/ APAGAR LAPIS	CAIXA	4	redbood	0,18	0,72
CADENOS 96 FLS GD	UNIDADE	200	credeal	1,68	336,00
CANETA ESFEROGRAFICA AZUL	CAIXA	4	masterprint	15,75	63,00
CANETA ESFEROGRAFICA PRETA	CAIXA	4	masterprint	15,75	63,00
CANETA MARCA TEXTO VARIAS CORES	UNIDADE	15	maripel	1,23	18,45
CANETA P/ ESCREVER EM CD / DVD	UNIDADE	5	maripel	1,58	7,90
CANETINHA	UNIDADE	80	maripel	1,94	155,20
CARTOLINA	UNIDADE	300	rst-realce	0,39	117,00
CD-R VIRGEM	UNIDADE	60	multilaser	0,93	55,80
CLIPE 2/0	CAIXA	10	merino	1,21	12,10
COLA BRANCO USO ESCOLAR 90G	CAIXA	10	maripel	16,63	166,30
COLA GLITER	TUBOS	100	maripel	1,23	123,00
COLA P/ ISOPOR	UNIDADE	50	maripel	1,66	83,00
CORRENTES P/ PRENDER CANETA À MESA	UNIDADE	10	caneta fixa	12,08	120,80
CORRETIVO À BASE DE AGUA	UNIDADE	10	maripel	1,14	11,40
ENVELOPE GRANDE	UNIDADE	100	foroni	0,35	35,00
ENVELOPE MEDIO	UNIDADE	100	foroni	0,23	23,00
ESPARADRAPO	UNIDADE	40	nexcare 3m	3,43	137,20
ESTILETE MEDIO	UNIDADE	10	masterprint	0,63	6,30
EVA	UNIDADE	500	ibell	1,05	525,00
EXTRATOR DE GRAMPOS	UNIDADE	10	ciabrinck	0,96	9,60
FITA ADESIVA TRANSPARENTE	UNIDADE	20	delfix	2,10	42,00
FOLHA DE ISOPOR MEDIA 2MM	UNIDADE	100	isoeste	2,80	280,00
FOLHAS DE PAPEL DE PRESENTE VARIADAS	UNIDADE	200	rst-realce	0,35	70,00
FORMAS P/ FAZER BISCUIT	UNIDADE	30	cupcake	10,33	309,90
GIZ DE CERA	CAIXA	50	maripel	0,70	35,00
GOMA P/ PLACA EVA	UNIDADE	80	ibell	1,05	84,00
GRAMPEADOR MEDIO	UNIDADE	10	masterprint	7,18	71,80
GRAMPO P/ GRAMPEADOR MEDIO	CAIXA	10	maripel	1,21	12,10
LAPIS	CAIXA	5	molin	2,80	14,00
LAPIS DE COR 12X1	CAIXA	60	masterprint	2,35	141,00
LIVRO ATA 100 FOLHAS	UNIDADE	20	foroni	10,89	217,80
MASSA P/ MODELAR VARIAS CORES	PACOTE	100	maripel	2,00	200,00
PAPEL A4 CX 10X1	CAIXA	10	rino	130,00	1.300,00
PAPEL ALUMINIO	UNIDADE	10	vmp	1,75	17,50
PAPEL CARTÃO	UNIDADE	100	rst-realce	0,68	68,00
PAPEL CREPON	UNIDADE	100	rst-realce	0,61	61,00
PAPEL LAMINADO	UNIDADE	100	rst-realce	1,09	109,00
PAPEL PARANÁ	FOLHAS	100	rst-realce	0,35	35,00
PASTA AZ	UNIDADE	40	frama	6,39	255,60
PASTA ELASTICA FINA	UNIDADE	30	allaplast	1,14	34,20
PASTA SUSPENSA	CAIXA	10	frama	0,77	7,70
PATINA CERA	UNIDADE	30	acrilex	6,83	204,90
PEN DRIVE 4 GB	UNIDADE	2	sandisk	22,58	45,16
PINCEL N 8	UNIDADE	100	tigre	2,94	294,00
PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	CAIXA	3	maripel	1,56	4,68
PINCEL TIGRE N24	UNIDADE	20	tigre	11,45	229,00
PISTOLA DE COLA QUENTE	UNIDADE	3	fets	8,45	25,35
PURPURINA	TUBOS	100	acqrela	1,21	121,00
REGUA 30CM	UNIDADE	30	waleu	0,53	15,90
ROLO DE BARBANTE	ROLOS	200	piratinga	1,58	316,00
ROLO DE FITA DE CETIM VARIA CORES	UNIDADE	30	mizuri	2,80	84,00
TESOURA GRANDE	UNIDADE	5	masterprint	3,58	17,90
TINTA GUACHE VARIA CORES	CAIXA	100	maripel	2,05	205,00
TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	UNIDADE	2	maripel	2,49	4,98
TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO PRETA	UNIDADE	20	maripel	2,49	49,80
TINTA P/ BISCUIT VARIAS CORES	UNIDADE	50	acrilex	1,37	68,50
TINTA P/ TECIDO VARIA CORES	UNIDADE	300	acrilex	2,10	630,00
TNT	METROS	400	casonato	0,90	360,00
VASELINA	UNIDADE	30	ciabrinck	2,61	78,30
					9.400,00
Valor Total do Lote: R$ 9.400,00 (Nove mil e quatrocentos reais)					

Lote 04						
ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**	**UNIDADE**	**QUANT.**	**marca**	**vlr.uni**	**vlr.total**
1	ALMOFADA P/ CARIMBO COR AZUL	UNIDADE	2	japan	1,94	3,88
2	BORRACHA BRANCA P/ APAGAR LAPIS	CAIXA	2	redbood	0,18	0,36
3	CADERNO CAPA DURA 96 FOLHAS	UNIDADE	10	credeal	1,68	16,80
4	CALCULADORA A PILHA	UNIDADE	2	masterprint	11,50	23,00
5	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL	CAIXA	2	masterprint	15,75	31,50
6	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA	CAIXA	2	masterprint	15,75	31,50
7	CANETA MARCA TEXTO VARIAS CORES	UNIDADE	2	maripe	1,23	2,46
8	CLIPE 2/0	CAIXA	3	merino	1,21	3,63
9	CLIPE 4/0	CAIXA	5	merino	1,21	6,05
10	CORRETIVO À BASE DE AGUA	UNIDADE	5	maripe	1,14	5,70
11	ENVELOPE GRANDE	PACOTE	4	foroni	0,35	1,40
12	FITA P/ MAQUINA DE ESCREVER	UNIDADE	5	masterprint	6,13	30,65
13	GRAMPEADOR 26/06	UNIDADE	2	masterprint	7,18	14,36
14	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6	CAIXA	5	maripe	1,19	5,95
15	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UNIDADE	3	foroni	10,88	32,64
16	PAPEL A4	CAIXA	5	rino	130,00	650,00
17	PAPEL CARBONO AZUL	CAIXA	2	hardcopy	16,00	32,00
18	PASTA SUSPENSA	UNIDADE	20	frama	0,77	15,40
19	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	UNIDADE	5	maripe	1,56	7,80
20	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	UNIDADE	2	maripe	2,46	4,92
						920,00
	Valor Total do Lote: R$ 920,00 (Novecentos e vinte reais)					

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;

6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lotes 02, 03 e 04 deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de

Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 009/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 15 de Abril de 2013.

W k Aguiar Amui - me
Cnpj 10.617.208/0001-08

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:A13BF5C1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 009/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Quinze dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **PAPELARIA PANTANAL LTDA-EPP CNPJ 07.298.918/0001-08** representada por **EDILSON RAFAEL DA SILVA RG: 1357024-2 SSP/MT E CPF :005.422.341-57** residente na Rua 03, quadra C, Bairro Asa Bela, Várzea Grande-MT, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Materiais de Expediente,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	ALMOFADA P/ CARIMBO COR AZUL	RADEX	UNIDADE	3	1,95	5,85
2	ALMOFADA P/ CARIMBO COR PRETA	RADEX	UNIDADE	3	1,95	5,85
3	APONTADOR C/ DEPOSITA	GOLLER	CAIXA	3	0,44	1,32
4	BORRACHA BRANCA P/ APAGAR LAPIS	REDBOR	CAIXA	2	0,12	0,24
5	BORRACHINHA TIPO AMARRAR DINHEIRO	REDBOR	PACOTE	30	1,93	57,90
6	CAIXA ARQUIVO MORTO PAPEL	FRAMA	UNIDADE	35	1,55	54,25
7	CALCULADORA GRANDE PARA MESA	CLASSE	UNIDADE	5	7,00	35,00
8	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL	BIC	CAIXA	6	20,52	123,12
9	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA	BIC	CAIXA	6	20,52	123,12
10	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA	BIC	CAIXA	3	20,52	61,56
11	CANETA MARCA TEXTO VARIAS CORES	MASTERPRINT	UNIDADE	25	0,50	12,50
12	CANETA P/ ESCREVER EM CD / DVD	GOLLER	UNIDADE	15	0,84	12,60
13	CAPA P/ CD / DVD DE PAPEL	USA	UNIDADE	50	0,20	10,00
14	CAPA/CONTRACAPA P/ ENCADERNAÇÃO CORES VARIADAS	USA	UNIDADE	100	0,20	20,00
15	CD-R VIRGEM TUBO C/ 100 UNIDADE	ELGIM	TUBO	2	74,00	148,00
16	CD-RW VIRGEM TUBO C/ 100 UNIDADE	MAXPRINT	TUBO	2	124,11	248,22
17	CLIPE 2/0	GASFER	CAIXA	15	0,90	13,50
18	CLIPE 3/0	GASFER	CAIXA	15	0,90	13,50
19	CLIPE 32 mm	GOLLER	CAIXA	15	4,41	66,15
20	CLIPE 4/0	GASFER	CAIXA	15	0,90	13,50
21	CLIPE 5/0	GASFER	CAIXA	15	1,44	21,60
22	COLA BRANCA USO ESCOLAR 90G	KOALA	CAIXA	4	0,64	2,56
23	CORRETIVO À BASE DE AGUA	GOLLER	CAIXA	3	0,65	1,95
24	DVD-R VIRGEM C/ 50 UNIDADE	MAXPRINT	TUBO	2	38,00	76,00
25	ENVELOPE GRANDE VARIA CORES C/ 250,	SCRITY	PACOTE	15	28,35	425,25
26	ENVELOPE MEDIO VARIAS CORES C/100	SCRITY	PACOTE	15	17,94	269,10
27	ENVELOPE PEQUENO VARIA CORES	SCRITY	PACOTE	15	13,73	205,95
28	ESTILETE GRANDE	GOLLER	UNIDADE	15	0,85	12,75
29	ESTILETE MEDIO	GOLLER	UNIDADE	10	0,55	5,50
30	ESTILETE PEQUENO	GASFER	UNIDADE	5	0,55	2,75
31	EXTRATOR DE GRAMPOS	JAPAM	UNIDADE	15	0,55	8,25
32	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 4X1	ADELBRAS	PACOTE	15	6,63	99,45
33	FITA P/ MAQUINA DE ESCREVER	MASTERPRINT	UNIDADE	10	1,31	13,10
34	GRAMPEADOR GRANDE	MAXPRINT	UNIDADE	10	12,30	123,00
35	GRAMPEADOR MEDIO	ADECK	UNIDADE	10	5,11	51,10
36	GRAMPEADOR PEQUENO	ADECK	UNIDADE	10	5,11	51,10
37	GRAMPO 26/06	MASTERPRINT	UNIDADE	100	1,75	175,00
38	GRAMPO P/ GRAMPEADOR 26/6	MASTERPRINT	CAIXA	20	1,75	35,00
39	LAMINA P/ ESTILETE GRANDE	GOLLER	CAIXA	10	1,55	15,50
40	LAMINA P/ ESTILETE MEDIO	GOLLER	CAIXA	10	0,91	9,10
41	LAMINA P/ ESTILETE PEQUENO	GOLLER	CAIXA	10	0,91	9,10
42	LAPIS 144X1	MASTERPRINT	CAIXA	5	14,56	72,80
43	LAPIS BORRACHA	LABRA	CAIXA	2	9,45	18,90
44	LIVRO ATA 100 FOLHAS	TILIBRA	UNIDADE	10	6,30	63,00
45	LIVRO ATA 200 FOLHAS	TILIBRA	UNIDADE	15	10,03	150,45
46	LIVRO ATA 50 FOLHAS	TILIBRA	UNIDADE	20	4,07	81,40
47	MOLHADORES DE DEDO	CENTRAL	CAIXA	2	1,63	3,26
48	PAPEL A4 10X1	SIMPLY	CAIXA	100	118,53	11.853,00
49	PASTA AZ	FRAMA	UNIDADE	60	4,15	249,00
50	PASTA ELASTICA FINA 50X10X1	FRAMA	UNIDADE	100	1,05	105,00
51	PASTA ELASTICA GRANDE 4MM 50X10X1	ACP	UNIDADE	100	1,39	139,00
52	PASTA SUSPENSA	FRAMA	UNIDADE	200	0,70	140,00
53	PERFURADOR DE PAPEL MEDIO	MASTERPRINT	UNIDADE	10	6,89	68,90
54	PERFURADOR DE PEPEL GRANDE	MASTERPRINT	UNIDADE	10	19,21	192,10
55	PINCEL ATOMICO VARIAS CORES	JAPAM	UNIDADE	30	0,76	22,80
56	PRENDEDOR DE PAPEL GRANDE	GOLLER	UNIDADE	100	0,81	81,00
57	PRENDEDOR DE PAPEL MEDIO	GOLLER	UNIDADE	100	0,35	35,00
58	PRENDEDOR DE PAPEL PEQUENDO	GOLLER	UNIDADE	100	0,17	17,00
59	REGUA 30 cm	WALEU	UNIDADE	20	0,30	6,00
60	REGUA 50 cm	WALEU	UNIDADE	10	0,94	9,40
61	TESOURA GRANDE	GOLLER	UNIDADE	10	2,77	27,70
62	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	JAPAM	UNIDADE	10	1,25	12,50
63	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO PRETA	JAPAM	UNIDADE	10	1,25	12,50

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, deve ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 009/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 15 de Abril de 2013.

Papelaria Pantanal Ltda-epp
Cnpj 07.298.918/0001-08

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:87F17A7A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 010/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Quinze dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **JACIGRAN - INDUSTRIA GRÁFICA E COMERCIO LTDA-EPP CNPJ 08.362.111/0001-50** representada por **EVANDRO JOSÉ RODRIGUES RG: 900582 SSP/MT E CPF :654.961.911-49** residente na Rua Rubens Pinto, Nº 130, Bairro Vista Alegre, Cuiaba-MT, CEP: 78.085-730 nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Materiais de Expediente,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

Lote 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	BLOCOS DE ALVARÁ DE LICENÇA COM 50x2FOLHAS	UND.	50	JACIGRAN	R$ 6,60	R$ 330,00
2	BLOCOS DE REQUISIÇAÕ DE ABASTECIMENTO DE VEICULOS CARBONADOS 50x2	UND.	100	JACIGRAN	R$ 6,00	R$ 600,00
3	CAPA DE PROCESSO PERSONALIZADA	UND.	3.000	JACIGRAN	R$ 0,43	R$ 1.290,00
4	CARTAZ EM PAPEL FOTOGRAFA 45x65	UND.	4.000	JACIGRAN	R$ 2,89	R$ 11.560,00
7	ENVELOPE 19X27 C/TIMBRE E LOGO DA GESTÃO	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,99	R$ 1.485,00
8	ENVELOPE 40X40 C/TIMBRE E LOGO DA GESTÃO	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 1,50	R$ 2.250,00
5	ENVELOPE OFICIA C/ TIMBRE 1 CORES 11X22	UND.	5.000	JACIGRAN	R$ 0,34	R$ 1.700,00
6	ENVELOPE SACO 18X25 C/ TIMBRE E LOGO DA GESTÃO	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,79	R$ 1.185,00
10	FLS. OFICIO 4 CORES	UND.	4.000	JACIGRAN	R$ 0,14	R$ 560,00
9	FOLDRS A4 EM PAPEL FOTOGRAFA	UND.	3.000	JACIGRAN	R$ 1,75	R$ 5.250,00
11	FOLDRS A4 SIMPLES	UND.	1.000	JACIGRAN	R$ 0,99	R$ 990,00
13	PAPEL TIMBRADO OFICIO - FOLHAS	FLH.	30.000	JACIGRAN	R$ 0,12	R$ 3.600,00
12	PAPEL TIMBRADO A4 - FOLHAS	FLH.	60.000	JACIGRAN	R$ 0,12	R$ 7.200,00
					Valor total	R$ 38.000,00
						(Trinta e oito mil reais .)

Lote 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
2	BANNER 90X120	UND.	30	JACIGRAN	R$ 79,20	R$ 2.376,00
6	CARTAZES EM PAPEL FOTÓGRAFA 45X65	UND.	300	JACIGRAN	R$ 3,93	R$ 1.179,00
3	CARTILHA 20 PÁG	UND.	500	JACIGRAN	R$ 4,96	R$ 2.480,00
4	CONVITES 4 CORES	UND.	1.000	JACIGRAN	R$ 0,68	R$ 680,00
5	CRACHÁ	UND.	500	JACIGRAN	R$ 0,83	R$ 415,00
8	ENVELOPES 19X27 C/ TIMBRE	UND.	1.000	JACIGRAN	R$ 0,94	R$ 940,00
10	FICHA CADASTRO 3 PAG A4	UND.	2.000	JACIGRAN	R$ 0,35	R$ 700,00
7	FLS. OFICIO 4 CORES	UND.	2.000	JACIGRAN	R$ 0,13	R$ 260,00
9	FOLDERS	UND.	1.000	JACIGRAN	R$ 0,71	R$ 710,00
1	PANFLETOS 20X15	UND.	2.000	JACIGRAN	R$ 0,28	R$ 560,00
					Valor total	R$ 10.300,00
						(Dez mil e trezentos reais .)

Lote 03

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ENVELOPE 26X37 C/ TIMBRE DA PREFEITURA	UND.	2.500	JACIGRAN	R$ 0,95	R$ 2.375,00
2	FICHA HISTORICA CLINICA-BLOCOS C/100x1 FL	UND.	30	JACIGRAN	R$ 7,66	R$ 229,80
3	RECEITUÁRIO AZUL-BLOCOS C/ 100x1 FL	UND.	30	JACIGRAN	R$ 8,04	R$ 241,20
4	RECEITUARIO BLOCO C/ 100x1 FL	UND.	60	JACIGRAN	R$ 5,60	R$ 336,00
5	RECEITUARIO DE CONTROLE ESPECIAL EM CARBONATO-BLOCOS C/FL	UND.	30	JACIGRAN	R$ 8,60	R$ 258,00
6	RECEITUÁRIO P/ ANTIBIOTICO-BLOCOS C/100 X1FL	UND.	60	JACIGRAN	R$ 5,60	R$ 336,00
7	RESULTADO DE EXAME DE FEZES-BLOCO C/100X1 FL	UND.	5	JACIGRAN	R$ 9,40	R$ 47,00
8	RESULTADO DE EXAME DE URINA-BLOCO C/100X1 FL	UND.	10	JACIGRAN	R$ 9,40	R$ 94,00
9	RESULTADO DE EXAME LABORATORIAL-BLOCOS C/100 FL	UND.	20	JACIGRAN	R$ 9,40	R$ 188,00
10	RESULTADO DE HEMOGRAMA-BLOCO C/100X1 FL	UND.	10	JACIGRAN	R$ 9,50	R$ 95,00
					Valor total	R$ 4.200,00
						(Quatro mil e duzentos reais .)

Lote 04

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	CARTAZES 45X65 PAPEL COUCHE	UND.	1.000	JACIGRAN	R$ 2,92	R$ 2.920,00
2	CONVITE	UND.	1.200	JACIGRAN	R$ 0,94	R$ 1.128,00
3	CONVITES	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,84	R$ 1.260,00
4	ENVELOPE 40X40 C/ TIMBRE	UND.	900	JACIGRAN	R$ 1,15	R$ 1.035,00
5	ENVELOPE SACO 18X25 C/ TIMBRE	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,91	R$ 1.365,00
6	FLS. OFICIO 4 CORES	UND.	2.000	JACIGRAN	R$ 0,15	R$ 300,00
7	FOLDER´S	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,65	R$ 975,00
8	FOLDER´S A-4 SIMPLES	UND.	1.100	JACIGRAN	R$ 0,75	R$ 825,00
9	PLANFLETOS 20X15	UND.	2.200	JACIGRAN	R$ 0,36	R$ 792,00
					Valor total	R$ 10.600,00
						(Dez mil e seiscentos reais .)

Lote 05

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	ADESIVOS 15X30	UND.	3.000	JACIGRAN	R$ 0,75	R$ 2.250,00
2	CARTAZES 45X65 4 CORES	UND.	1.000	JACIGRAN	R$ 2,95	R$ 2.950,00
3	CONVITE A-4	UND.	1.200	JACIGRAN	R$ 0,85	R$ 1.020,00
4	CONVITES A-4	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,85	R$ 1.275,00
5	ADESIVOS 15X30	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 1,20	R$ 1.800,00
6	ENVELOPE SACO 18X25 C/ TIMBRE	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 0,95	R$ 1.425,00
7	FLS. OFICIO 4 CORES	UND.	2.000	JACIGRAN	R$ 0,17	R$ 340,00
8	FOLDER´S A-3 4 CORES	UND.	1.500	JACIGRAN	R$ 1,88	R$ 2.820,00
9	FOLDER´S A4 SIMPLES	UND.	1.200	JACIGRAN	R$ 1,00	R$ 1.200,00
10	PANFLETOS 20X15	UND.	2.300	JACIGRAN	R$ 0,40	R$ 920,00
						R$ 16.000,00
						(Dezesseis mil e reais .)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:

6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lotes 01, 02, 03, 04 e 05 deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 010/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 15 de Abril de 2013.

Jacigran – Indústria Grafica e Comercio Ltda-epp
Cnpj 08.362.111/0001-50

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:CC2B34AB

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 011/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Quinze dias do mês de Abril de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **J L BERIGO & CIA LTDA-ME CNPJ 0705.009.647/0001-67** representada por **SYLVIA MAIA SANTOS RG: 0983039-1 SSP/MT E CPF :716.259.571-87** residente na Avenida Carlos Hugueney, 992 fundos, Centro, Alto Araguaia-MT, CEP: 78780-000 nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas

constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Materiais de Expediente,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

Lote 01	Marca	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor total
ARQUIVO* ARMARIO DE AÇO DE 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA DE .**R.H.**	W3	10	UND	R$ 300,00	R$ 3.000,00
ARMARIO DE AÇO DE 2 PORTAS DE 1.90 ALTURA X 90 LAR PADRÃO	W3	10	UND	R$ 450,00	R$ 4.500,00
CADEIRA GIRATÓRIA TIPO SECRETARIA ESPUMA INJETADA – ESTOFADA, COM BRAÇO DE DIGITADOR	Cavalete	10	UND	R$ 180,00	R$ 1.800,00
CADEIRAS TIPO SECRETÁRIA FIXA, ESPUMA INJETADA – ESTOFADO	Cavalete	10	UND	R$ 130,00	R$ 1.300,00
LONGARINA COM 03 LUGARES, PLÁSTICO AZUL	Cavalete	5	UND	R$ 350,00	R$ 1.750,00
LONGARINA COM 05 LUGARES, PLÁSTICO AZUL	Cavalete	5	UND	R$ 570,00	R$ 2.850,00
MESA PARA ESCRITÓRIO C/ 02 GAVETAS/TRANCA 1200X600740	Pandin	10	UND	R$ 200,00	R$ 2.000,00
MESA PARA ESCRITÓRIO C/ 04 GAVETAS/TRANCA 1200X600740	Pandin	10	UND	R$ 200,00	R$ 2.000,00
MESA PARA ESCRITÓRIO 1.5 COMP X 60 LAR	Pandin	10	UND	R$ 220,00	R$ 2.200,00
MESA ESCRIVANINHA PARA ESCRITÓRIO COM GAVETAS E TRANCAS	Pandin	10	UND	R$ 190,00	R$ 1.900,00
					23300

Valor Total do Lote 01- 23.300,00 (Vinte e Três mil e Trezentos reais)

Lote 02	Marca	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor total
AR CONDICIONADO 24.000 BTUS, 220 WTS CLASSE A.	Elgin	3	UND	R$ 2.500,00	R$ 7.500,00
AR CONDICIONADO 7.500 BTUS, 220 WTS CLASSE A.	Midea	5	UND	R$ 1.247,00	R$ 6.235,00
AR CONDICIONADO SPLIT 36 MIL BTUS 220 WTS	Elgin	2	UND	R$ 4.100,00	R$ 8.200,00
AR CONDICIONADO 9.000 BTUS, 220 WTS CLASSE A.	Elgin	5	UND	R$ 1.305,00	R$ 6.525,00
AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, 220 WTS CLASSE A.	Elgin	8	UND	R$ 1.400,00	R$ 11.200,00
DESTILADOR UMIDIFICADOR, DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 3,8 LITROS.	Ventisol	6	UND	R$ 190,00	R$ 1.140,00
VENTILADOR OSCILANTE DE PAREDE 50 CM 220	Ventisol	6	UND	R$ 190,00	R$ 1.140,00
VENTILADOR DE TETO PADRÃO PARA ESCOLAS	Ventisol	20	UND	R$ 140,00	R$ 2.800,00
					44740

Valor Total do Lote 02- 44.740,00 (Quarenta e Quatro mil Setecentos e Quarenta reais)

Lote 03	Marca	Quant	Unid	Valor unitário	Valor total
ALICATE DE REDE CRIMPAR RJ45	multitoc	2	UND	R$ 35,07	R$ 70,14
AP WIRELLES	Mymax	10	UND	R$ 89,00	R$ 890,00
BATERIA PARA NOBREAK	UNICOBA	10	UND	R$ 69,00	R$ 690,00
CABO DE REDE	Multitoc	4	**CAX**	R$ 181,32	R$ 725,29
CABO PARA HD SATA	Hitto	20	UND	R$ 6,00	R$ 120,00
CABO USB IMPRESSORA	Mymax	30	UND	R$ 7,00	R$ 210,00
CAIXA SOM KIT MEDIA	Mymax	20	UND	R$ 18,00	R$ 360,00
COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR: CORE I3 – 2100 2,6 GHZ; MEMÓRIA CACHÊ PROCESSADOR: 3 MB L2 DE MEMÓRIA; 4GB; CLOCK DE MEMÓRIA: 1066 HD 500 GB; VELOCIDADE DE ROTAÇÃO HD: 5400 RPM; CAPACIDADE DO BUFFER HD; 32 MB; MONITOR LCD 18,5	Processador Intel, HD samsung, memória markvision, monitor ACER, gravadora DVD samsung, placa de mãe PHITRINICS, KIT (teclado, mose e caixa de som) K-MEX, gabinete K-MEX	20	UND	R$ 1.250,00	R$ 25.000,00
CONECTOR RJ45	Teles	100	UND	R$ 0,45	R$ 45,00
COOLER PARA PROCESSADOR	Microbon	20	UND	R$ 10,00	R$ 200,00
FONTE DE ALIMENTAÇÃO 500 W	Wisecase	50	UND	R$ 37,70	R$ 1.885,00
FONTE PARA NOTEBOOK	Mymax	20	UND	R$ 90,00	R$ 1.800,00
HD 500G SATA	WESTERN DIGITAL	40	UND	R$ 200,00	R$ 8.000,00
HD EXTERNO COM GAVETA COMPLETO PARA BACKUP	WESTERN DIGITAL	10	UND	R$ 225,00	R$ 2.250,00
IMPRESSORA MULTI FUNCIONAL LASER COM ENTRADA REDE RJ45	SAMSUNG	50	UND	R$ 673,60	R$ 33.680,00
IMPRESSORA MULTI FUNCIONAL LASER COM ENTRADA REDE RJ45 COM SCANER CHEROX COPIADORA VARIOS FOLHAS COMPLETA	SAMSUNG	10	UND	R$ 673,60	R$ 6.736,00
LEITORA DE CARTÃO	Mymax	20	UND	R$ 17,40	R$ 348,00
LEITORA/GRAVADORA DE CD/DVD IDE	Lite-on	20	UND	R$ 87,00	R$ 1.740,00
LEITORA/GRAVADORA DE CD/DVD SATA	Lite-on	20	UND	R$ 66,60	R$ 1.332,00
MEMORIA DDR2 667 2G	Patriot	20	UND	R$ 113,68	R$ 2.273,60
MEMÓRIA DDR2 667 2G NOTEBOOK	Patriot	20	UND	R$ 107,50	R$ 2.150,06
MEMORIA DDR2 800 2G	Patriot	20	UND	R$ 113,68	R$ 2.273,60
MEMÓRIA DDR2 800 2G NOTEBOOK	Patriot	20	UND	R$ 107,50	R$ 2.150,06
MONITOR LCD 18	AOC	50	UND	R$ 385,00	R$ 19.250,00
MOUSE C/ ENTRADA PARA USB	Mymax	20	UND	R$ 9,28	R$ 185,60
MOUSE C/ ENTRADA PS2	Mymax	20	UND	R$ 9,28	R$ 185,60
NOBREAK 600 VA	Ragtech	15	UND	R$ 230,00	R$ 3.450,00
NOTEBOOK (TELA DE 14 POLEGADAS, HD 500 GB, MEMÓRIA 4G, PORTAS USB, WEB CAM INTEGRADA DE 1.3 MEGAPIXEL, COM CAIXAS DE SOM E MICROFONE EMBUTIDOS, GRAVADOR E LEITOR DE DVD/CD, WINDOWS.	sim positivo	10	UND	R$ 1.080,00	R$ 10.800,00
PEN DRIVER 4 GIGA	Mymax	10	UND	R$ 21,00	R$ 210,00
PEN DRIVER 8 GIGA	Mymax	20	UND	R$ 25,00	R$ 500,00
PLACA DE REDE PCI RJ45	MYMAX	40	UND	R$ 18,85	R$ 754,00
PLACA DE REDE PCI WIRELLES	Mymax	10	UND	R$ 60,90	R$ 609,00
PLACA DE REDE USB WIRELLES	encore	10	UND	R$ 52,93	R$ 529,25
PLACA DE SOM PCI	encore	20	UND	R$ 37,70	R$ 754,00
PLACA DE VÍDEO PCI EXPRESSES	msi	30	UND	R$ 100,00	R$ 3.000,00
PLACA MÃE DE COMPUTADOR	asrock	20	UND	R$ 170,00	R$ 3.400,00
PROCESSADOR PARA COMPUTADOR	intel	20	UND	R$ 150,00	R$ 3.000,00
RADIO ACESS POINTE INTERNET WIRILLES	leadersip	20	UND	R$ 80,00	R$ 1.600,00
SWITCH 16 PORTAS	Mymax	20	UND	R$ 116,00	R$ 2.320,00
SWITCH 8 PORTAS	Mymax	20	UND	R$ 45,24	R$ 904,80
TECLADO PADRÃO ABNT 2	Maxprint	40	UND	R$ 15,23	R$ 609,00

Valor Total do Lote 03- 146.990,00 (Cento e Quarenta e Seis mil, Seiscentos e Noventa e nove reais)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, 02 e 03 deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;

11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.

12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.

12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.

13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 011/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 15 de Abril de 2013.

J l Berigo & Cia Ltda-me
SYLVIA MAIA SANTOS
Cnpj 05.009.647/0001-06

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

CELIS ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:C6911FCE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGAO Nº 028/2013

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Pregoeiro, torna público, a que possa interessar, que o julgamento do certame realizado em 07/08/2013, supracitado para o pregão presencial tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa juridica para prestação de serviços laboratorial de analise clinica em exames complementares na rede municipal. Resultou em: Empresa DOUGLAS DA CUNHA BARROS - ME, Vencedora dos Códigos dos Itens total perfazendo um valor Global de R$ 18.561,42. Execeto o Códigos do Item:2332576, tornou frustrado. Informa a todos os interessados que as documentações pertinentes ao edital e julgamento encontran-se nos autos do certame, desde já ficam disponíveis para exame de quaisquer interessados. Araputanga MT, 07 de Agosto de 2013.

REGINALDO LUIZ SCHIAVINATO
Pregoeiro

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:DAD87CC7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.195/2013

DECRETO N°. 2.195/2013

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 72.518,32 (SETENTA E DOIS MIL QUINHENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1.011/2012 de 12/12/2012 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 72.518,32 (setenta e dois mil quinhentos e dezoito reais e trinta e dois centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

03.001.04.122.0002.2002- **Manutenção e Encargos da SEMUG**			
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	R$	1.000,00	
09.002.10.301.0023.2041 – **Manutenção das Ações do PAB – BLOCO 1**			
3371.4100 – Contribuições	R$	42.418,32	
09.002.10.301.0023.2041 – **Manutenção das Ações do PAB – BLOCO 1**			
3390.3000 – Material de Consumo	R$	25.000,00	
09.002.10.301.0023.2041 – **Manutenção das Ações do PAB – BLOCO 1**			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$	3.500,00	
10.001.04.122.0024.2046 – **Manutenção e Encargos da SEMDEC**			
3390.3300 – Passagens e Despesas com Locomoção	R$	600,00	
TOTAL	**R$**	**72.518,32**	

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito suplementar aberto no artigo anterior será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

04.001.04.122.0002.1081 – **Realização de Concurso Publico e Teste Seletivo**		
3390.3900– Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	R$	1.000,00
09.002.10.302.0018.1085 – **Construção e Instalação da Sala de Estabilização – Bl 0** 4490.5100 – Obras e Instalação	R$	70.918,32
10.001.04.122.0024.2046 – **Manutenção e Encargos da SEMDEC**		
3371.4100 - Constribuições	R$	600,00

TOTAL R$ 72.518,32

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, a 05 de agosto de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal
Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:E61F9023

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.051/2013.

AUTOR: Poder Executivo

SÚMULA: "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇAO DE RECURSOS VINCULADOS E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,
Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento vigente, Lei n°. 1.011/2012 de 12 dias do mês de Dezembro de 2012, na função programática abaixo:
09.002.10.301.0023.1068 - Ampliação e Reforma da Unidade de Saúde
4490.5100 – Obras e Instalações - R$ 438.294,84 (quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e quatro centavos), valor que passará a integrar o elemento de despesa;
Art. 2º. Para cobertura do crédito ora autorizado serão utilizados R$ 305.145,00 (trezentos e cinco mil cento e quarenta e cinco reais) proveniente de excesso de arrecadação, conforme convênio com Ministério da Saúde - MS.

Art. 3º. O valor de R$ 133.149,84 (cento e trinta e três mil cento e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), por anulação da seguinte dotação:
09.002.10.304.0022.1061 - Aquisição de Veiculo Vigilância Sanitária
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente- R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais);
04.001.04.122.002.1004 - Construção/Instalação da Sede da Prefeitura
4490.5100 - Obras e Instalações - R$ 38.149,84 (trinta e oito mil cento e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).
Art. 4º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.001/2012 de 31 dias do mês de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2013, e na Lei Municipal nº. 868/2009, Plano Plurianual.
Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 06 dias do mês de agosto de 2013.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal
Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:063A4E62

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº. 051/2013
Objeto: Aquisição de camisetas destinadas ao programa educacional desenvolvido nas escolas municipais deste município de Aripuanã, com base no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.
Contratante: Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT
Contratado: HELLEN PRICILA GIRÃO CAVALCANTE CNPJ 15.598.037/0001-30
Valor Global: R$ 7.776,00 (Sete Mil Setecentos e Setenta e Seis Reais).
Data: 07 de agosto de 2013.
Base Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, com amparo no Art. 37, Inciso XXI da Constituição Federal.

ELENIL CAMPOS BENEVIDES
Presidente da Cpl

Publicado por:
Elenil Campos Benevides
Código Identificador:A2773615

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 036/2013

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 036/2013, levado a efeito às **09:30 (nove e trinta)** horas do dia **08/07/2013**, sagrou-se vencedora a empresa: **WORLD PLAY COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI**
Aripuanã-MT, 07 de agosto de 2013.

MICHELE CARDOSO PEREIRA DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Elenil Campos Benevides
Código Identificador:9B4BD516

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 044/2013

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 036/2013, levado a efeito às **11:00 (onze)** horas do dia **23/07/2013**, sagrou-se vencedoras as empresas: **3M COMERCIO DE MAT. ELETRICO CONSTR. E EQTOS LTDA, ARMANDO LUCCA EPP, COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME, HEINZEN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA E JORGE LUIS RODRIGUES DE SIQUEIRA ME.**
Aripuanã-MT, 07 de agosto de 2013.

MICHELE CARDOSO PEREIRA DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Elenil Campos Benevides
Código Identificador:9D040CD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2013

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-Mt, através de sua Pregoeira, nomeada pela Portaria 6.515/13, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços na manutenção de equipamentos da torre de TV e serviço técnico em eletrônica para manutenção dos equipamentos do hospital Municipal deste município de Aripuanã. Início da Sessão: **Dia 16/08/2013, às 08:30 (oito e trinta) horas,** horário local, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 8h às 12h ou através do endereço eletrônico licitacao.aripuana@gmail.com. Maiores informações pelo telefone (66) 3565-3900.
Aripuanã-MT, 06 de agosto de 2013.

MICHELE CARDOSO PEREIRA DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Elenil Campos Benevides
Código Identificador:A0649939

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 072/2013

Dispõe sobre a retificação da portaria 025/2013, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Ana Cecília Dias Moreno."

O Prefeito do Município de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 82, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 340 de 03 de julho de 2009, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Barão de Melgaço – MT, art. 176 da Lei nº 179/1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do município de Barão de Melgaço, Lei nº 388/2011 de 16 de setembro de 2011, que dispõe sobre alteração da Lei nº 315/2007 de 28 de dezembro de 2007 e cria vagas, cargos e estabelece o novo lotacionograma de provimento efetivo do Município de Barão de Melgaço e Decreto 003/2012, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a Sra. Ana Cecília Dias Moreno, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 181.978 SSP/MT e do CPF n.º 229.680.491-68, residente e domiciliadaneste município, servidora estável, no cargo de Atendente de Enfermagem, Nível ''Fundamental'', Grupo ''01'', Carga Horária ''40 horas'', lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculada sob o n.º 094, com proventos integrais, conforme processo administrativo nº 2012.02.00020P do BARÃO-PREVI, a partir de 01 de janeiro de 2013, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/01/2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

BARÃO DE MELGAÇO – MT, 07 de agosto de 2013.

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:F5D706F4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 022/2013

O Município de Barra do Bugres - MT, torna público, que no dia 20/08/2013 às 08h:30min, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº.:022/2013, destinada a **CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO ESCOLAR ADMINISTRATIVA, ACADÊMICA, PEDAGÓGICA, ESTATÍSTICA EDUCACIONAL, PORTAL PARA O PROFESSOR E PORTAL PARA OS PAIS E ALUNOS DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL E SOFTWARE PARA GESTÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, INCLUINDO CONVERSÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO,** demais informações e edital completo poderão ser obtido junto a comissão de licitação, no Paço Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, Centro, de segunda a sexta-feira das 7:00 as 13:00 e no site www.barradobugres.mt.gov.br, informações: (065)3361-2771. Barra do Bugres-MT, 07 de julho de 2013.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:FE387AF4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 019/2013.

O município de Barra do Bugres – MT torna publico a prorrogação da data de abertura da licitação pregão presencial 019/2013, onde a mesma passará a ser realizada no dia 13/08/2013, as 08h00min**.**
Barra do Bugres-MT, 07 de agosto de 2013.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:98EBC1B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 066/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: BASE DUPLA SERVIÇOS E CONST. CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ nº.:04.568.575/0001-66
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência
Responsável Jurídico: Antônio Carlos Rufino de Souza
Prazo de Vigência: 26/07/2013 à 22/11/2013

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:8CA7FCE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 062/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: J.A.C. DE LIMA - ME, inscrita no CNPJ nº.: 02.172.093/0001-67
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência
Responsável Jurídico: Reinaldo Lorençoni Filho
Prazo de Vigência: 26/07/2013 a 31/12/2013

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:FDF68856

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº: 005/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado:DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA LDA-EPP, inscrita no CNPJ nº 86.952.587/0001-54
Objeto: Prorrogação do Prazo de Vigência
Responsável Jurídico: Antonio Carlos Rufino de Souza
Prazo de Vigência: 22/07/2013 a 31/12/2013

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:9630E56E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 058/2013

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: OPORTUNA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº: 05.042.708/0001-29.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS COMERCIAIS E DOMICILIARES, COM LOCAÇÃO DE CAMINHAO COMPACTADOR:
Valor: Atribui-se ao presente contrato o valor global de R$-R$536.250,00 (Quinhentos e trinta e seis mil e duzentos reais)
Processo Licitatório: PREGÃO PRESENCIAL 10/2013
Dotação Orçamentária; **12.00.300.15.452.8010.2056- Manutenção de Coleta de Lixo**
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.
Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA.
Vigência: 08/07/2013 a 31/12/2013.

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:E0639635

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 061/2013

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº: 26.792.580/0001-90
Objeto: A aquisição de forma parcelada de insumos necessários para a realização do projeto "Glicemia sob Controle" para o monitoramento da glicemia capilar dos portadores de diabetes mellitus, a serem utilizados na Secretaria Municipal de Saúde e Farmácia Básica deste Município de Barra do Bugres – MT, visando manutenção ao atendimento aos munícipes..
Valor: Atribui-se ao presente contrato o valor global de R$-**49.955,00(Quarenta e nove mil novecentos e cinqüenta e cinco reais),**.
Processo Licitatório: Carta Convite nº 008/2013
Dotação Orçamentária; 09.002.0.0.10.301.6010.2.061 – 3.3.90.30.00.00 – MANUTENÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF
09.002.0.0.10.301.6010.2.064 – 3.3.90.30.00.00 – MANUTENÇÃO UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE
Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA.
Vigência: 12/07/2013 a 31/12/2013.

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:ECF6F8D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 063/2013

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: ARIEL AUTOMOVEIS VARZEA GRANDE LTDA, inscrita no CNPJ nº: 26.793.042/0001-10
Objeto: ADQUISIÇÃO 02(DOIS) VEICULOS, ZERO QUILÔMETRO, COM NO MINIMO ANO/MODELO 2013/2013, COM CAPACIDADE MINIMA PARA (09) NOVE PASSAGEIROS (08 + 01), MOTOR NO MINIMO 1.4, INJEÇÃO ELETRONICA, CAMBIO COM NO MINIMO (04) MARCHAS À FRENTE E (01) UMA RÉ, NA COR BRANCO, BICOMBUSTIVEL, PARA CHOQUE NA COR DO VEICULO, PORTAS LATERAIS CORREDIÇA NO LADO DIREITO, JANELAS LATERAIS DESLIZANTES, BANCOS REVESTIDOS EM VINIL, TACÓGRAFO, LIMPADOR DO PARA□BRISA COM TEMPORIZADOR, DESEMBAÇADOR DE VIDRO TRASEIRO, JOGO DE TAPETES DE BORRACHA, ITENS DE SÉRIE E DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
Valor: Atribui-se ao presente contrato o valor global de R$-**104.800,00 (Cento e quatro mil e oitocentos reais)**
Processo Licitatório: Pregão Presencial nº. 16/2013
Dotação Orçamentária; 08.002.0.0.12.361.5040.1029.44.90.52.00.00.101 – Equipamentos e Material Permanente
Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA.
Vigência:29/07/2013 a 31/12/2013.

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:48AB00D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº: 064/2013

Contratante:Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72
Contratado: EDILSON DE OLIVEIRA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 11.764.645/0001-17.
Objeto: Construção de um tráfego(rede elétrica) de 150 KVA na Universidade Aberto do Brasil - UAB, localizado na Av. Dep. Hitler Sansão, s/n, no Bairro Centro e Construção de um tráfego(rede elétrica) de 150 KVA na Escola Municipal Guiomar de Campos Miranda no Município de Barra do Bugres - MT, Conforme planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro. A execução dos serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados junto ao CREA ou CAU
Valor: Atribui-se ao presente contrato o valor global de R$-**51.000,00 (Cinqüenta e um mil reais)**
Processo Licitatório: Carta Convite nº 017/2013
Dotação Orçamentária; 08.001.0.0.12.364.5040.2031. Manutenção da Universidade Aberta do Brasil - UAB –
33.90.39.00.00.101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica –
08.003.0.0.12.361.5010.2029. – Manutenção FUNDEB 40%
33.90.39.00.00.101 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Responsável Jurídico: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA.
Vigência: 31/07/2013 a 26/10/2013.

Publicado por:
Angela Maria Dias de Oliveira
Código Identificador:D0E08609

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 082/2013

CONTRATADO: RODOLFO VICTOR DOS SANTOS ALVES.
OBJETO: Rescindir o Contrato nº. 082/2013, cancelando o valor de R$ 3.085,80 (três mil e oitenta e cinco reais e oitenta centavos), em razão de não haver mais interesse por parte da CONTRATANTE em continuar recebendo os serviços prestados pelo CONTRATADO, resultando assim no cancelamento do Contrato que teria validade até 30/10/2013.
VALOR: R$ 3.085,80
DATA: 05/08/2013

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:67971FEF

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº. 105/2013

CONTRATADO: VALDECI GOMES PEGADO.
OBJETO: Custear as despesas com hospedagem, locomoção e alimentação dos alunos: GABRIEL EDUARDO DA SILVA GOMES PEGADO e VANDERLAN JEFFERSON DA SILVA GOMES PEGADO.
VALOR: 2.880,00
VIGÊNCIA: 17/12/2013
DATA: 05/08/2013

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:5FCBCC11

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO Nº. 106/2013

CONTRATADA: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
OBJETO: Aquisição de um Veículo Novo, ano e modelo de fabricação 2013, potência mínima do motor 78 CV, com capacidade de 09 (nove) passageiros, porta lateral corrediça; assistência técnica com oficinas autorizadas pelo menos nas cidades de Cuiabá/MT e/ou Várzea Grande/MT. O veículo deverá ter garantia mínima de 12(doze) meses e com demais equipamentos de segurança exigidos pelo CONTRAN.
VALOR: 49.450,00
VIGÊNCIA: 03/11/2013
DATA: 06/08/2013

Publicado por:
Fabiani Aparecida Urnauer
Código Identificador:22F96C57

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Processo nº: 669/2013
Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL 018/2013**.
OBJETIVO: Elaboração e *Confecção de plano Altimétrico do perímetro urbano do Município de Campinápolis MT.*

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão da Comissão Permanente de Licitações e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:
HOMOLOGAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial 018/2013 de 30 de julho de 2013, realizada para FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa ou pessoa física do ramo de engenharia para elaborar e confeccionar o plano Altimétrico do perímetro urbano do Município de Campinápolis MT, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, e **ADJUDICAR** a proposta da empresa: J L A CARNEIRO ME -

CNPJ: 15.300.559/0001-04, com o valor global de R$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais). Devendo ser pago por nota, atestada pelo setor competente.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 07 dias do mês de Agosto de 2013.

JEOVAN FARIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilberto Francisco Ribeiro de Paula
Código Identificador:64FB5594

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 106/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. EVA DAIANY DOURADO ALMEIDA ."

A Secretario do Município de CAMPINAPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 25, da Lei Municipal n.º 653, de 18 de fevereiro de 2004, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. EVA DAIANY DOURADO ALMEIDA , efetiva no cargo de TAE-MULTIMEIOS DIDAT/ZU , lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 19/06/2013 e término em 16/10/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.08.00034P**.

Art. 2ºA remuneração da parcela inerente ao término do benefício,da servidora supra citada,será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

CAMPINAPOLIS - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:BD8C3381

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 107/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. LUCIANA MARQUES LIMA."

A Secretario do Município de CAMPINAPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 25, da Lei Municipal n.º 653, de 18 de fevereiro de 2004, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. LUCIANA MARQUES LIMA, efetiva no cargo de AGENTE DE LIMPEZA, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 12/06/2013 e término em 09/10/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.08.00033P**.

Art. 2ºA remuneração da parcela inerente ao término do benefício,da servidora supra citada,será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

CAMPINAPOLIS - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:9D5ECADD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
POPRTARIA Nº 108/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio-Doença a servidora GASPARINA CRISTINA DE SOUZA VIDA*."*

O Secretário Municipal de Administração do Município de CAMPINÁPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal n.º 759 de 18 de agosto de 2006 que alterou a Lei nº 653 de 18 de fevereiro de 2004 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, a servidora Sra. GASPARINA CRISTINA DE SOUZA VIDA, efetiva no cargo de AGENTE DE LIMPEZA, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 06/07/2013 e término em 21/07/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.05.00032P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:ADC40EB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N 109

PORTARIA N.º 109/2013.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio-Doença a servidora MARIA APARECIDA FARIA*."*

O Secretário Municipal de Administração do Município de CAMPINÁPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal n.º 759 de 18 de agosto de 2006 que alterou a Lei nº 653 de 18 de fevereiro de 2004 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, a servidora Sra. MARIA APARECIDA FARIA, efetiva no cargo de APOIO SEM PROFISSIONALIZAÇÃO, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 21/03/2013 e término em 18/05/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.05.00031R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:1E96D9A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
POTARIA Nº 110/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio-Doença ao servidor DIVINO JOSE DE OLIVEIRA.*"*

O Secretária Municipal de Administração do Município de CAMPINÁPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal n.º 759 de 18 de agosto de 2006 que alterou a Lei nº 653 de 18 de fevereiro de 2004 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, ao servidor Sr. DIVINO JOSE DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 27/04/2013 e término em 12/10/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.05.00027R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:8F4CCE6F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 111/2013

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio-Doença a servidor*a CORACY ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS.*"*

O Secretário Municipal de Administração do Município de CAMPINÁPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal n.º 759 de 18 de agosto de 2006 que alterou a Lei nº 653 de 18 de fevereiro de 2004 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, a servidora Sra. CORACY ROQUE DOMINGAS DOS SANTOS, efetiva no cargo de PROFESSOR, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 01/06/2013 e término em 04/08/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.05.00017P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:A74347BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º112/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio-Doença ao servidor JOSE BENEDITO CORREA.*"*

O Secretário Municipal de Administração do Município de CAMPINÁPOLIS, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14, da Lei Municipal n.º 759 de 18 de agosto de 2006 que alterou a Lei nº 653 de 18 de fevereiro de 2004 que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Auxílio-Doença, ao servidor Sr. JOSE BENEDITO CORREA, efetivo no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, com vencimentos integrais, a partir de 18/07/2013 e término em 15/09/2013, conforme processo administrativo do PREVICAMP, n.º **2013.05.00035P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Campinápolis - MT, 24/07/2013.

ELTON FARIA DE SOUSA
Diretor Executivo do PREVICAMP

Publicado por:
Irone Martins da Silva Araujo
Código Identificador:C4D8C34E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº. 002/2013

CONVENENTES: Município de Campo Novo do Parecis x Cooperativa Regional dos Produtores Agropecuários da Guapirama
OBJETO: O presente instrumento tem como objetivo a autorização de uso, de caráter intransferível, de um conjunto de equipamentos para inseminação, em perfeito estado de conservação, de propriedade do Autorizador, com a finalidade de fomentar a atividade de bovinocultura leiteira no Município e viabilizar as atividades da Autorizada.
PRAZO: 12 meses
DATA: 05.08.2013

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:B7C86BEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO DE CONCESSÃO N° 008/2013

Pelo presente instrumento particular, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS***, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ nº. 24.772.287/0001-36, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***MAURO VALTER BERFT***, portador do RG nº7009693115 SSP/RS, CPF nº. 308.107.010-49, residente e domiciliado a Rua Bahia, 599-NE, Centro, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, doravante denominado ***DISTRATANTE*** e a Empresa ***ELIDA MARIA LEITE DE CARVALHO RIBEIRO*** **59460652115** inscrita no CNPJ sob n°17.409.846/0001-82, estabelecida na rua Rua Cambará, n° 711-NE, quadra 0, lote 015B, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhora ***ELIDA MARIA LEITE DE CARVALHO RIBEIRO***, portadora do RG nº 0988059-3 SSP/MT, doravante denominada simplesmente de ***DISTRATADA,*** por comum acordo, e na forma prescrita no artigo 79, II da Lei 8.666/93, vem na melhor forma de direito, pelas cláusulas abaixo descritas RESCINDIR o Contrato Administrativo nº 008/2013, firmado em 05 de março de 2013, para que surta os efeitos legais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Este Termo tem por objeto rescindir o presente Contrato de Concessão nº 008/2013, firmado em 05 de março de 2013, cujo objeto

é a concessão onerosa de uso, para pessoa jurídica, de quiosque a ser construído pela concessionária na Praça Municipal Odenir Ortolan, localizada na Avenida Mato Grosso, quadra 38, Bairro Centro, nesta cidade, conforme autorizado pela Lei Municipal 1.505/2012 de 27 de junho de 2012.
1.2. A presente rescisão é motivada:
a) Considerando que o município não emitiu Ordem de Serviço, por encontrar-se na iminência das festividades de emancipação político administrativa;
b) Considerando ainda que neste ínterim a concessionária passou por problemas financeiros e familiares, conforme desistência formalizada da concessionária, anexa.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL
2.1 A presente Rescisão Contratual encontra amparo legal no Artigo 79, inciso II , § 1º da Lei Federal 8.666/93 com suas posteriores alterações, em razão da conveniência administrativa resolvem as partes de comum acordo, sem aplicação de penalidades para nenhuma das partes.

Campo Novo do Parecis, aos 03 dias do mês de julho de 2013.

MAURO VALTER BERFT
Município de Campo Novo do Parecis
Concedente

ELIDA MARIA LEITE DE CARVALHO RIBEIRO
Elida Maria Leite de Carvalho Ribeiro **59460652115**
Concessionária

AUGUSTO ENZWEILER
Agente Fiscalizador
CPF n° 004.272.371-06

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:2C4480C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 434, DE 5 DE AGOSTO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,
Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis, alterada pela Lei Municipal 1.267/2008, de 06.11.08,
Considerando os laudos de Perícia Médica dos servidores abaixo elencados,

R E S O L V E

1. CONCEDER licença para tratamento de saúde aos servidores Municipais abaixo elencados pelo período que menciona.

NOME	CARGO	PERÍODO
Maria Auxiliadora dos Santos Barbosa	Agente de Serviço	10.07.13 a 09.10.13
Iris Martini Zawaski	Agente Administrativo	12.07.13 a 11.09.13

2 . CONCEDER prorrogação do período de licença para tratamento de saúde às servidoras Municipais abaixo elencadas pelo período que menciona.

NOME	CARGO	PERÍODO
Ismeria Dionisia Aguiar Silva	Agente de Serviço	12.07.13 a 26.08.13
Darli Seibert Ventura	Profª. Lic. Plena em Pedagogia	04.07.13 a 03.10.13
Idelzina Vaz da Luz	Profª. Lic. Plena em Pedagogia	20.06.13 a 29.08.13
Jacy Alves da Cruz	Agente de Serviço	24.06.13 a 01.10.13
Josenan Lemonie Gilioli	Profª. Lic. Plena em Pedagogia	21.06.13 a 20.10.13

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias do mês de agosto de 2013.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:09EFC5D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 435, DE 05 DE AGOSTO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,
Considerando o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,
Considerando o laudo de Perícia Médica da servidora abaixo elencada,

R E S O L V E

1. **CONCEDER** desvio de função, no período de 1º de julho de 2013 a 30 de setembro de 2013, em virtude de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, **EDLEUZA FERREIRA DE OLIVEIRA,** cargo Agente Serviço, especialidade Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 05 dias do mês de agosto de 2013.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:21BB9C20

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 436, DE 5 DE AGOSTO DE 2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,
Considerando que o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que contribui para o fortalecimento dos princípios basilares da administração pública, devendo provisionar a gestão com diretrizes baseadas nas prioridades, privilegiando o compartilhamento do conhecimento, a descentralização das atividades em especial o acesso a informação e a precípua transparência,
Considerando a necessidade de implementação do modelo de administração pública gerencial com o foco na obtenção de resultados de impacto no cidadão e na sociedade, em superação ao modelo burocrático,

RESOLVE

1. Instituir o Comitê de Gestão Estratégica da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, para tomada de decisão no tocante à implementação e gerenciamento dos resultados definidos no plano estratégico.
2. Atribuir ao Comitê de Gestão Estratégica as seguintes competências:

homologar as diretrizes: objetivos estratégicos, indicadores e metas;
apreciar os resultados de relatório mensal de não conformidade das metas planejadas;
deliberar sobre as medidas corretivas apresentadas pelos responsáveis de metas;
homologar os resultados globais de desempenho das metas, apresentados trimestralmente;
criar as condições necessárias ao bom desempenho dos resultados planejados;
exigir se necessário, o cumprimento das determinações de ações corretivas para garantir o resultado planejado;
decidir sobre demais questões relacionadas ao plano estratégico.

3. Determinar que o Comitê de Gestão Estratégica se reúna mensalmente, para apreciar e decidir sobre as não conformidades dos indicadores e respectivas metas planejadas, bem como, uma vez a cada trimestre para avaliação global dos resultados de todas as metas planejadas, conforme calendário anual das reuniões, anexo.

4. Designar como membros do referido Comitê os ocupantes dos seguintes cargos:

a) Secretário Municipal de Administração: Marcio Antão Canterle; Assessora Técnica e Legislativa: Rosangela Xavier de Alcântara Nascimento; Chefe de Divisão de Bens Móveis: Anderson Elias Siebert.

b) Secretária Municipal de Finanças: Luciane Pereira da Silva Suniga; Contador: Emerson de Lima Miranda; Diretora Departamento de Execução Orçamentária: Marilane Cristina Martins Costa.

c) Secretária Municipal de Educação: Neusa Bernadete Costa; Diretora Departamento de Gestão Administrativa: Tânia Maria Baggio Maria.

d) Secretário Municipal de Cultura: Vanderlei Cesar Guollo; Chefe de Divisão de Apoio Administrativo: Jonas Ferreira de Almeida.

e) Secretário Municipal de Saúde: Claudiomiro Bottin.

f) Secretário Municipal de Infraestrutura: José Carlos de Musis; Coordenadora de Infraestrutura: Mariza da Silva Thomaz.

g) Secretário Municipal de Esportes e Lazer: Sérgio Luiz Alves Nogueira Valério; Agente Administrativo: Wanessa Marques dos Santos.

h) Secretário Municipal de Assistência Social: Cícero dos Santos Silva; Coordenadora de Trabalho e Ação Social: Roberta Cristina Freitas.

i) Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico: Marcio Antão Canterle; Agente Administrativo: Tábata Enoam Cavalcanti Santos; Chefe de Divisão de Meio Ambiente: Luan de Souza Silva.

5. As reuniões de acompanhamento dos resultados planejados serão presididas pelo Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, nas datas constantes do cronograma, em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 5 dias do mês de agosto de 2013.

MAURO VALTER BERFT
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:D1A9139F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 034, DE 7 DE AGOSTO DE 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.* 070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES	JOÃO BATISTA ANTUNES	1º

Art. 2º. Para tomar posse, o(a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);
III- Certidão de Casamento ou Nascimento;
IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
VII-Cartão do PIS/PASEP;
VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;
IX- Título de Eleitor;
X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);
XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;
XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;
XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;
XVII- Declaração contendo endereço residencial;
XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
XIX- Declaração de Bens;
XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 7 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio/mt

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:643C7F0B

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 035, DE 7 DE AGOSTO DE 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.* 070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	JULIANA MEGER DA SILVA	1º(PNE)
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SIRLENE PERUCHI PEREIRA	1º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ANGELA MARIA OLIVEIRA MIRANDA DAVID	2º

Art. 2º. Para tomar posse, o(a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:
I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);
III- Certidão de Casamento ou Nascimento;
IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
VII-Cartão do PIS/PASEP;
VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;
IX- Título de Eleitor;
X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);
XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;
XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;
XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;
XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;
XVII- Declaração contendo endereço residencial;
XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
XIX- Declaração de Bens;
XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 7 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio/mt

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:4181EF30

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 036, DE 7 DE AGOSTO DE 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.* 070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
PROFESSOR DE MATEMÁTICA	CLEITON MARTINS DE MAGALHÃES	2º
PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	FABIANA RODRIGUES BATISTA	5º

Art. 2º. Para tomar posse, o(a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:
I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;
II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);
III- Certidão de Casamento ou Nascimento;
IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);
V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
VII-Cartão do PIS/PASEP;
VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;
IX- Título de Eleitor;
X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);
XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;
XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;
XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;
XVII- Declaração contendo endereço residencial;
XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
XIX- Declaração de Bens;
XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 7 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio/mt

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:655C9FF0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 190, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.

EXONERA OCUPANTE DO CARGO DE GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora **KÊNIA APARECIDA SILVA MORAES** do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração Financeira.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 02 de agosto de 2013.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 019, de 23 de janeiro de 2013.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 5 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:DBDB93C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 191, DE 6 DE AGOSTO DE 2013.

EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 74 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação contida no requerimento protocolado sob n°.1157, de 5 de agosto de 2013,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a funcionária **SUELI DE LOURDES SILVA**, admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Professor de Língua Inglesa, através da Portaria nº. 040, de 25 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 040, de 25 de fevereiro de 2013, declarando a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 6 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:816631E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 192, DE 7 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as disposições preconizadas no artigo 8º e inciso I do artigo 11 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em caráter efetivo em virtude de habilitação em concurso público de provas, regido pelo edital nº 001/2012, **TATIANA PINHEIRO DA SILVA** para exercer o cargo de Professor de Pedagogia do quadro permanente da Administração Pública Direta do Município de Campos de Júlio, em regime de 25 (vinte e cinco) horas semanais de trabalho.

Art. 2º A funcionária pública será considerada estável no cargo após a habilitação no estágio probatório, previsto no artigo 41 da Constituição Federal.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Campos de Júlio, 7 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio/mt

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:6C642615

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 193, DE 7 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as disposições preconizadas no artigo 8º e inciso I do artigo 11 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em caráter efetivo em virtude de habilitação em concurso público de provas, regido pelo edital nº 001/2012, **TAMARA CRISTINA HELEODORO POMPEO DA SILVA** para exercer o cargo de Professor de Pedagogia do quadro permanente da Administração Pública Direta do Município de Campos de Júlio, em regime de 25 (vinte e cinco) horas semanais de trabalho.

Art. 2º A funcionária pública será considerada estável no cargo após a habilitação no estágio probatório, previsto no artigo 41 da Constituição Federal.

Art. 3º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.
Campos de Júlio, 7 de agosto de 2013.

DIRCEU MARTINS COMIRAN
Prefeito de Campos de Júlio/mt

Publicado por:
Luciano Celeste Bueno Rolim
Código Identificador:EF626BD1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SMA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 - SMEC
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2013
A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, Estado de Mato Grosso, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), classificado(s) e aprovado(s) no Processo Seletivo N.º 001/2013, para comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse.
O não comparecimento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga. Informações pelo telefone (66) 3419-1244 - ramal 220, com os seguintes horários de atendimento: no período matutino das 08hs às 12hs.
Campo Verde-MT, 01 de Agosto de 2013.

CARGO/CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
CARGO: PEDAGOGIA	
LUCIANE RIBEIRO LOPES	92º

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:9DE83CD0

SMA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 231/2013

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**
CONTRATADO: **WEMERSON NEVES DE ALECRIM**
OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **PROFESSOR CLASSE B.**
VALOR: **R$ 1.480,89 (HUM MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS**.VIGÊNCIA: INICIANDO EM **01 DE AGOSTO DE 2013** E COM TÉRMINO EM **17 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:C48EB6DE

SMA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 232/2013

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**
CONTRATADO: **ERLEIDE VIEIRA DE FREITAS**
OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **PROFESSOR CLASSE B.**
VALOR: **R$ 1.480,89 (HUM MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS) MENSAIS**.
VIGÊNCIA: INICIANDO EM **01 DE AGOSTO DE 2013** E COM TÉRMINO EM **17 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:06CA658A

SMA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 233/2013

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**
CONTRATADO: **MARCOS LUIZ PEIXOTO COSTA JUNIOR**
OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **AUXILIAR ADMINISTRATIVO.**
VALOR: **R$ 1.083,20 (HUM MIL E OITENTA E TRÊS REIAS COM VINTE CENTAVOS) MENSAIS**.
VIGÊNCIA: INICIANDO EM **01 DE AGOSTO DE 2013** E COM TÉRMINO EM **31 DE DEZEMBRO DE 2013.**

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:7B19F9E4

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO F-400 E TRATOR COM ROÇADEIRA,** na modalidade pregão (presencial) nº 077/2013, no dia **21 de AGOSTO de 2013, às 09:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 07 de agosto de 2013.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Ana Carolina Santana Braga Blume
Código Identificador:ADA4AB10

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

NOVA DATA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL NA VAIS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO,** na modalidade pregão (presencial) nº 065/2013, no dia **21 de AGOSTO de 2013, às 14:00 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 07 de agosto de 2013.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Ana Carolina Santana Braga Blume
Código Identificador:F3C76FE5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 559/2013

LEI Nº. 559/2013 de 03 DE JULHO DE 2013

"DISPÕE SOBRE O NOVO LOTACIONOGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE-MT, ALTERANDO O NÚMERO DE CARGOS, EXCLUINDO E CRIANDO NOVOS CARGOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Eu, VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.

Art. 1º - Fica instituído o Novo Lotacionograma e a Tabela do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos municipais da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, que passa a vigorar de acordo com o Anexo I e II da presente Lei.

Art. 2º - Ficam criados as funções de Fonoaudiólogo, Biomédico, Terapeuta Ocupacional, Nutricionista, Zootecnista, Controlador Interno, Alimentador do sistema APLIC e Faxineira/copeira de acordo com a quantidade de vagas instituídas no anexo I.

Art. 3º. Ficam excluídas as seguintes funções: Tratorista, Telefonista, Auxiliar Administrativo I, Auxiliar Administrativo II, Auxiliar de Contabilidade, Operador do Sistema GEOBRAS, Agente Sanitário, Auxiliar de Saúde Bucal, Auxiliar de Enfermagem, Técnico em Radiologia, Engenheiro Agrônomo, Terapeuta Ocupacional e Fiscal de Contratos.

§ 1º - Os servidores efetivos que exercem a função de Telefonista serão aproveitados na função de Recepcionista, sendo-lhes garantida a irredutibilidade de vencimentos;

§ 2º - Os servidores efetivos que exercem as funções de Auxiliar Administrativo I e Auxiliar Administrativo II serão aproveitados na função de Agente Administrativo, sendo-lhes garantida a irredutibilidade de vencimentos.

Art. 4º - A idade mínima para o provimento dos cargos é de dezoito anos completos, exceto para o cargo de Guarda Municipal - Vigilante, cuja exigência é vinte e um anos completos.

Art. 5º - O anexo I e II são partes integrantes desta Lei.
Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Publicado por:
Ana Claudia da Silva
Código Identificador:5F47F9E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 366/2013

DECRETO Nº 366/2013 _____ DE: 07/08/2013

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 83 INCISO V E XXX QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas em Lei:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica Decretado Feriado Municipal no dia 08 de Agosto de 2013, devido às festividades do Padroeiro São Domingos de Gusmão.

Artigo 2º. Ficam excluídos do presente Decreto:
I – Serviços Essenciais

Artigo 3º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE,

Publicado por:
Ana Claudia da Silva
Código Identificador:BEAF05DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 366/2013

DECRETO Nº 366/2013 DE: 07/08/2013

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL ART. 83 INCISO V E XXX QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALDEZ VIANA NUNES, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas em Lei:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica Decretado Feriado Municipal no dia 08 de Agosto de 2013, devido às festividades do Padroeiro São Domingos de Gusmão.

Artigo 2º. Ficam excluídos do presente Decreto:
I – Serviços Essenciais

Artigo 3º. O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

VALDEZ VIANA NUNES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE,

Publicado por:
Ana Claudia da Silva
Código Identificador:DCAC7F67

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 112/2013
Data: 07/08/2012
Contratado: E.L.DE SOUZA – LOCAÇÃO DE MAQUINAS – ME
Objeto: Locação de Máquinas Pesadas
Valor: R$ 241.400,00 (duzentos e quarenta e um mil e quatrocentos reais).
Prazo: 07/08/2014

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:D18AE7BB

SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de serigrafia.
Favorecido: João Gilberto Lima & cia Ltda – ME.
Prazo de execução: 15 dias após a solicitação
Valor global: R$ 71.975,00 (setenta e um mil, novecentos e setenta e cinco reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso V da Lei nº. 8.666/93.
Justificativa: Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº. 004/2013.
Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 26, da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.
Canarana – MT, 07 de Agosto de 2013.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:A6134F9B

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 109/2013, torna público a **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa *empresa especializada em locação de aeronaves, com capacidade mínima de 05 (cinco) assentos destinados à passageiros e capacidade de malas e equipamentos de até 90 KG, para atender as necessidades das secretarias municipais de Canarana-MT****, conforme especificações do Edital***, **conforme especificações do edital e anexos**, na modalidade **Pregão Presencial** no dia **21/08/2013 às 09h00min** (**Horário de Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo pessoalmente, através do e-mail **licitações.canarana@gmail.com** ou ainda pelo telefone ou FAX (66) 3478-1200, mediante o prévio recolhimento da importância de R$ R$ 0,20 (vinte centavos) por folha impressa, através de boleto bancário emitido pelo setor de tributação do Município, conforme exigências do Edital.

Canarana-MT., 07 de Agosto de 2.013.

IRACI SALETE DE VARGAS
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:BF3CCC5A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
CONTRATO N°: 079/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Carlinda
CONTRATADO (A): DELTA SERVICE CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA
CNPJ nº 12.968.238/0001-94
OBJETO: EXECUÇÃO DE 830M (oitocentos e trinta) metros de rede de distribuição em alta e baixa tensão subterrânea na avenida arapongas – perímetro urbano no município de carlinda-mt**.**
VALOR: R$: 286.735,59 (Duzentos e Oitenta e Seis Mil Setecentos e Trinta e Cinco Reais e Cinquenta e Nove Centavos)
VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias
DATA DE ASSINATURA: 06/08/2013

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:DE5D3B56

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Pelo presente certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Carlinda/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.
PROCESSO N.º 646/2013 DE 07/08/2013
De conformidade com o disposto no Artigo 1º e no 24, inciso X, da lei federal 8.666, atualizada pela lei federal 8.883, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para prestação de serviço de terceiros **"AQUISIÇÃO DE COMPONENTES E PEÇAS NECESSÁRIAS**

A MANUTENÇÃO DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA TÉCNICA A MAQUINA CEDIDA AO MUNICIPIO PELO GOVERNO FEDERAL PELO PROGRAMA PAC 2 DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRARIO (Retro Escavadeira RD 406 Advanced)", visando atender as necessidades da Secretaria de Agricultura deste município.
EMPRESA CONTRATADA:
ICCAP IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA
CNPJ sob nº. 02.377.798/0006-25
VALOR DE R$: 35.031,95 (Trinta e Cinco Mil Trinta e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Carlinda/MT, em 07 de Agosto de 2013.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA
Presidente da CPL

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:9DA2887D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA

PORTARIA N.º 012/2013

"Dispõe sobre retificação da Portaria n. 011/2012 que versa sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora Sra. Maisa Ferreira da Guia."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Chapada dos Guimarães - PREVI-SERV, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no Art. 6º inciso I, II, III, IV da Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com art. 87, inciso I, II, III e IV da Lei n.º 1.424/2010, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Chapada dos Guimarães, Lei Complementar n.° 041/2010 e Lei Complementar n.° 049/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, a servidora Sra. **Maisa Ferreira da Guia**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 363.004 - SSP/MT e do CPF n.º 776.541.371-68, residente e domiciliada neste município, servidora estável no cargo de Professor, nível 03, referência 05, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do **PREVI-SERV**, n.º 2011.04.00063P, a partir de 15 de fevereiro de 2008, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de fevereiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Chapada dos Guimarães-MT, 06 de Agosto de 2013.

ELAINE CASO
Diretora Executiva do PREVI-SERV

Publicado por:
Márcia Schmidt Guerreiro
Código Identificador:57EA35E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO REFENTE AO PREGÃO Nº016/2012 DA SECRETARIA DE ADMINIDTRAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

EXTRATO DE CONTRATO

1. **Objeto do contrato:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO FORTALECIMENTO DO TURISMO NAS REGIÕES: CENTRO OESTE, NORTE, NORDESTE, SUL E SUDESTE DO BRASIL – APOIO LOGÍSTICO, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DE TURISMO – SEDTUR, A SEREM EXECUTADOS NAS OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO (FORA DO ESTADO DO MATO GROSSO).

Contratado:

SETTE LOCAÇÃO DE SOM LUZ PALCO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 08.337.158/0001-63, localizada na Rua Travessa Chamal, Quadra 10, Bairro: Jardim Bom Clima, Cuiabá/MT, representada pelo **Sr. LADEMIR SETTE**, portador do RG: 604.393.476.6 SSP/RS e o CPF: 417.992.910-49.

Data do contrato: 22 de julho de 2013
Prazo: 12 (doze) meses.
Valor do contrato: R$ 889.834,96 (oitocentos e oitenta e nove mil oitocentos e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos)
Forma de pagamento: em até 05 (cinco) dias após apresentação da respectiva Nota Fiscal, junto a Secretaria de Finanças e após atestado do servidor responsável.

Chapada dos Guimarães, em 22 de julho de 2013.

JOSÉ DE SOUZA NEVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Paulo de Albuquerque
Código Identificador:2935810F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO Nº. 015/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2013

PREGÃO Nº 015/2013 regido pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06, e o Decreto Municipal nº025/2011.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: Data: 19 DE AGOSTO DE 2013 – Horário: 09h00min (nove horas).

Local de Abertura da Licitação: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - END: RUA TIRADENTES, 166 - CENTRO – CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

Local de Retirada do Edital: Rua Tiradentes, 166 – Centro, Sede da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, junto a Pregoeira, mediante a apresentação do recibo de compra do Edital, no valor de R$ 15,00 (quinze reais) não reembolsável, para cobrir despesas referente a reprodução gráfica.

Chapada dos Guimarães (MT), 07 de agosto de 2013.

LEILA APARECIDA DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Paulo de Albuquerque
Código Identificador:92256B05

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO Nº 031/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2013

O Prefeito Municipal de Cláudia/MT, através da Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que a empresa Rondinelli Roberto Da Costa Urias ME sagrou-se vencedora do processo de Licitação em referência, para a "Contratação de empresa ou instituição especializada para a realização da Reforma da Estrutura Administrativa do Município de Cláudia, Estado de Mato Grosso."

Cláudia/MT, 07 de Agosto de 2013.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ
Pregoeira

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:6CD6F273

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 089/2013

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, Sr. Nilson José dos Santos, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso nº 001/2012.

DECRETA
Artigo 1º - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, a comparecerem ao Edifício Sede desta Prefeitura Municipal, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Colider-MT, a partir do dia 07.08.2013 a 05.09.2013, munidos dos seguintes documentos, originais e respectivas cópias:
-Documento de escolaridade referente ao cargo que se candidatou;
-Titulo de eleitor;
-Comprovante de quitação eleitoral;
-Comprovante de quitação militar, se do sexo masculino;
-Carteira de identidade (R.G.);
-Cartão do C.P. F;
-Certidão de nascimento ou casamento;
-Cartão do C.P.F. esposo (a), caso seja casado (a);
-02 fotos 3x4 atuais;
-Carteira de trabalho;
-Cartão PIS/PASEP
-CNIS - INSS
-Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos;
-Certidão de inexistência de antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;
-Atestado médico de capacidade física (emitidos por profissionais do SUS);
-Atestado médico de sanidade mental (emitidos por profissionais do SUS);
-Declaração de não infrigência ao inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal, e disponibilidade do tempo para cumprimento da carga horária;
-Comprovante de residência;
-Carteira nacional de habilitação;
-Comprovante se estrangeiro na forma da Lei (naturalizado);
-Registro e Certidão negativa expedida pelo órgão de classe conforme o caso;
-Declaração de bens.
-C/C (Banco do Brasil)
-Outros documentos pertinentes que fizerem necessários.
Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo, implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.
Artigo 2º - Os candidatos convocados são os seguintes:

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
01	IVAN TEIXEIRA BORRET	Classificação 20º lugar

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de agosto de 2013.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:D04DD13E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012
RESCISÃO AO CONTRATO Nº.: 117/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: CLAUDETE DE ROSSI DOS SANTOS
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 117/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por término de contrato.
VALOR RESCISÓRIO: 979,98 (novecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos)
DATA: 12/07/2013
SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:83F34580

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012
RESCISÃO AO CONTRATO Nº.: 059/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: LUIZ ROBERTO CHIALLE ALVORADO
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 059/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do contratado.
VALOR RESCISÓRIO: 3.551,18 (três mil quinhentos e cinqüenta e um reais e dezoito centavos)
DATA: 31/07/2013
SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:3E5D084D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 514/2013
DATA: 01/07/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: DAVID PEREIRA DOS SANTOS

CARGO: SECRETÁRIO ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:50D6C345

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 537/2013
DATA: 12/07/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: SILVIO MINGARELLI
CARGO: COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE OFICINA
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:CE39BEBA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 541/2013
DATA: 15/07/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: CLAUDECIR INACIO MAXIMO
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE EDIFICAÇÃO
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:F5D3E902

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 542/2013
DATA: 16/07/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: MARCOS FONSECA DA SILVA
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE ESTRADAS VICINAIS
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:E70DEBE1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 544/2013
DATA: 18/07/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: FLORENTINA LOPES DOS SANTOS DE OLIVEIRA
CARGO: COORDENADORA DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Helena Carmem Soares
Código Identificador:F19E8F27

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 084/2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2013

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Maria Aparecida Cavalcanti da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n° 084/2013, tendo como objeto**: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS DE CHAVES, MANUTENÇÃO E REPAROS DE ELETRODOMÉSTICOS E COM TROCA DE PEÇAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 20/08/2013, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Comodoro, sito a Rua Espírito Santo nº199 E, Centro, Comodoro - MT e no site: www.comodoro.mt.gov.br

Comodoro – MT, 07 de agosto de 2013.

MARIA APARECIDA CAVALCANTI DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:E286F34F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO PR 35/2013

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 073/2013 Pregão Presencial 035/2013, cujo objeto é a Aquisição de Materiais Constituintes para Imprimação e para Capa Selante, Sendo Emulsão Asfáltica Catiônica CM-30 e RR-2C, para Uso na Pavimentação Asfáltica em TSD – Tratamento Superficial Duplo, em Ruas/Avenidas no Município de Confresa-MT, a empresa Emam – Emulsões e Transporte Ltda., no valor global de R$ 275.934,50.
Confresa 06/08/2013.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:28D0A132

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO

DO EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N.033/2013

PROCESSO N.075/2013.

Modalidade e tipo da licitação: **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo menor preço por item

Senhor licitante fica prorrogado a abertura do Processo 075/2013 do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO - N.033/2013, visando contratação de: "Prestação de Serviços no

Transporte Escolar com ônibus toco, freio a Ar na Linha 02 e Meia Quadra x Escola Municipal Aparecido Neri Fonseca**" para:**
Abertura : 19/08/2013
Horário : 09:00 horas
Local: Prefeitura de Cotriguaçu, Avenida 20 de Dezembro nº 725, Centro, Cotriguaçu-MT CEP: 78330000
Continua em vigor todas as demais disposições contidas no edital.

Cotriguaçu,07 de Agosto de 2013

ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Prefeita Municipal de Cotriguaçu

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:81340491

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº052/2013
(PROCESSO ADMINISTRATIVO PG892490-5)

Órgão: Secretaria Municipal de Saúde - SMS
Objeto: ***Registro De Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica, com reposição de peças, nos equipamentos hospitalares e odontológicos existentes na rede municipal para atender as unidades descentralizadas da Secretaria Municipal de Saúde que prestam serviços odontológicos do SUS em Cuiabá, através das 10 (dez) Clínicas Odontológicas, 01 (um) Consultório na Policlínica do CPA I, 01 (um) Consultório no Sucuri, 01 (um) Consultório no Distrito da Guia e 01 (um) Consultório no SAE (Serviço de Assistência Especializada).***
Pregoeiro (a) Oficial: Magda Rossi
Data: 19/08/2013 às 14:30 h – Fuso Horário da Capital
Informações/Contato: Diretoria de Compra e Licitações /Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF
Telefone: (65) 3645-6252
E-mail: licitacao@cuiaba.mt.gov.br
Atendimento: 14:00 às 18:00 h.
Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2013 – Órgão: SMS

Cuiabá, 06 de Agosto de 2013.

MAGDA ROSSI
Pregoeira

Visto:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:AF660B62

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 8708/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG908018-3/2013 - ORGIM DE LICITAÇÃO: **TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013** – CONTRATANTE: **PREFEITURA DE CUIABÁ – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP** - CONTRATADA: **APOLUS ENGENHARIA LTDA**. OBJETO - Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para concluir as obras da praça do bairro tijucal, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Obras Públicas. Vigência do Contrato **240(duzentos e quarenta) dias -** Valor do Contrato**: R$ 184.235,62 (cento e oitenta e quatro mil e duzentos e trinta cinco reais e sessenta e dois centavos).**

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:148E2FAA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 8737/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG911328-0/2013 - ORGIM DE LICITAÇÃO: **CARTA CONVITE Nº 017/2013** – CONTRATANTE: **PREFEITURA DE CUIABÁ – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES URBANOS** - CONTRATADA: **CHICK PRIME DROGARIA LTDA**. OBJETO - Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de 600 (seiscentos) frascos de protetores solares fator 60, 120, ml, para atendimento da Secretaria Municipal de Transito e Transportes Urbanos. Vigência do Contrato: **08(oito) meses -** Valor do Contrato**: R$ 23.760,00 (vinte e três mil r setecentos e sessenta reais).**

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:E1EB2BE2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia. **Contratado: A. F. ROZA - ME**: Contratação de empresa para realização de Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT. **Valor Global Estimativo:** R$ 27.650,00 (vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta reais). **Vigência:** 12/07/2013 a 11/10/2015.

Publicado por:
Welliton Charlles Pereira Neto
Código Identificador:BE1515DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia. **Contratado: OTACILIO DA SILVA PEREIRA 17789958100**: Contratação de empresa prestadora de serviços de pedreiro, eletricista, encanador, e pintor em pequenos reparos os quais são necessários para a manutenção, conservação e no desenvolvimento dos trabalhos desta prefeitura. **Valor Global Estimativo:** R$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais). **Vigência:** 18/07/2013 a 31/12/2015.

Publicado por:
Welliton Charlles Pereira Neto
Código Identificador:DA153414

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 012/2012.
Objeto: Prorrogar a vigência do presente contrato pelo período de 05 (cinco) meses, passando a expirar em 31/12/2013, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica para serviços de sonorização.
Fundamento Legal: art. 57, II, da Lei 8.666/93.
Partes: Câmara Municipal de Diamantino e Paulo Henrique Romão ME.
DIAMANTINO/MT em 07 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS GAINO
Presidente

Publicado por:
Eder Batistoni
Código Identificador:5B32D7C8

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 010/2013–ASS 24/07/2013 – Vlr - R$ 53.697,00 (cinquenta e três mil seiscentos e noventa e sete reais), contratado: **VIVIANE REGINA CLAUDINO-ME**. Objeto: Aquisição de notebook, equipamentos de informática e materiais permanente. Período 31/12/2013.
DIAMANTINO/MT em 07 de agosto de 2013.

LUIZ CARLOS GAINO
Presidente

Publicado por:
Eder Batistoni
Código Identificador:CEDC977F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 077/2013

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2011, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme edital nº 001/2011 de 26 de julho de 2011, homologado através do Decreto nº 02/2012 de 04 de janeiro de 2012, publicado no Jornal AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios na edição de 11 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Diamantino realizado de acordo com o edital 001/2011 de 26 de julho de 2011 para exercer em caráter efetivo conforme relação em anexo.
Art. 2º - Os nomeados tem o prazo de 30(trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.
Art. 3º - No ato da posse os nomeados devem apresentar os documentos do anexo I deste Decreto, constante do item 7.4 do Edital de Concurso.
Art. 4º - Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o nomeado que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.
PARÁGRAFO ÚNICO: A falta de um único documento inabilitará os nomeados á posse do cargo.
Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino, 07 de agosto de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº.077/2013.

QTD	DOCUMENTOS PARA POSSE
01	Fotocópia da Cédula de Identidade
01	Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso)
01	Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01	Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01	Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato).
01	Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01	Fotocópia do Titulo de Eleitor
01	Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01	Certidão Negativa de Débitos para com o Município
01	Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
02	Foto 3x4, colorida.
01	Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade
01	Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01	Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01	Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
01	Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01	Declaração de Bens
01	Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
01	Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.

Diamantino, 07 de agosto de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

ANEXO II DO DECRETO Nº.077/2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Cargo: (61) PSICÓLOGO Inscrição Média Final
3º ADRIANA MANRIQUE TOME 01750 7,25

Diamantino, 07 de agosto de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adelia Maria dos Santos
Código Identificador:90C9883D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO

III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 302/2012 – ASS: 07/08/2013 – referente à prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 120(cento e vinte) dias. Detentor: **WP CONSTRUTORA LTDA**, Objeto: **Contratação de empresa para execução de obras para Construção de Mini Estádio, no município de Diamantino**. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato. Vigência: 120 dias.
DIAMANTINO /MT em 07 de agosto de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:440FEA68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ADITIVO

I TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2013 – ASS: 07/08/2013 – referente ao acréscimo de quantitativos de itens. Relativamente o valor acrescentado será de **R$ 31.786,50** (Trinta e um mil e setecentos e oitenta e seis Reais e cinquenta centavos). O valor acrescentado não ultrapassa o limite legal do parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/1993. Detentor: **SUPERMERCADO TEODORO LTDA**, Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA PARA A MERENDA ESCOLAR, PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT.** Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.

DIAMANTINO /MT em 07 de agosto de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:5D8660D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2013

Validade: 12 (doze) meses.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, n.º 2341, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de DIAMANTINO-MT, através do Prefeito Municipal, Juviano Lincoln, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade n.º. 378.465 SSP/MT e do CPF n.º. 304.779.991-15, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2013**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **HANNELIESE REITER PATTIS - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 10.638.136/0001-85, com endereço à Avenida Historiador Rubens Mendonça, nº 1919, Alvorada Cuiabá – MT, neste ato representada por seu representante – **MARCOS ROBERTO MARGREITER**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 3159921 SSP/SC, e inscrito no CPF sob nº 010.008.979-82, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da **Lei n° 8.666/93** de 21/06/93 e suas alterações, **Lei 10.520** de 17 de julho de 2002, **Decreto N° 3.931** de 19 de setembro de 2001 e **Decreto 7892** de 23 de Janeiro de 2013 que regulamenta o SPR e **Decreto Municipal nº 018/2012** e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS E PROTETORES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO,** conforme especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados:

VALORES REGISTRADOS

lote 03 – PNEU PARA MOTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	PNEU 110X90X17 TRASEIRO	VIPAL	UNID	08	150,00	1.200,00
02	PNEU 90X90X18 TRASEIRO	VIPAL	UNID	72	77,70	5.594,40
03	PNEU 90X90X19 DIANTEIRO	VIPAL	UNID	08	115,15	921,20
04	PNEU 275-18 DIANTEIRO	VIPAL	UNID	72	77,70	5.594,40
					TOTAL:	**13.310,00**

Valor total da proposta: **R$ 13.310,00** (treze mil e trezentos e dez reais)

Parágrafo Único – Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS ADESÕES.

A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria de Administração, através do Almoxarifado Central – Setor de Compras - no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do Município, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas e empresas fornecedoras encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 031/2013 - SRP**.

CLÁUSULA QUINTA - Do(s) LOCAL (Is) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.
Os produtos deverão ser entregues exclusivamente no município de Diamantino ou conforme determinado pela ordem de fornecimento dos produtos.

Parágrafo Primeiro - Os produtos contratados deverão ser entregues na sede do Município, nos dias e horários estipulados na **Ordem de Fornecimento/empenho.**

Parágrafo Segundo - O prazo de entrega será de **01 dia**, contados a partir da expedição da Ordem de Fornecimento/empenho expedida pelo Setor de Compras do Almoxarifado da Prefeitura.

CLÁUSULA SEXTA — DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus Anexos, e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - As contratações dos produtos registradas neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Execução Orçamentária, com Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, contendo o nº. da ATA, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

Parágrafo Segundo - A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Setor de Compras no prazo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

Parágrafo Terceiro - Se fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto - Os produtos deverão respeitar padrões de qualidade mediante devolução por parte de quem receber e conferir.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta no Edital:
I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo Setor de Compras, de acordo com o especificado no Edital e no Anexo I-A, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
II - comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os ou os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente bem como dar ciência ao Setor de Compras, Imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Setor de Compras, no tocante a entrega dos ou produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
V - prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos e produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
VI - a falta de quaisquer dos ou produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
VII - comunicar imediatamente ao Setor de Compras qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
IX - fiscalizar o perfeito cumprimento da dos e entrega dos produtos a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo Setor de Compras;
X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou Omissão de Fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte os produtos devolvida pela mesma, no prazo de **01 dia**, caso constatadas divergências nas especificações.
XII - emitir relatório mensal dos produtos realizados e entregues no período, constando a data, NF, Órgão/Local de entrega, Responsável pelo recebimento e outras informações necessárias ao controle dos e produtos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

São responsabilidades do Fornecedor Contratado:
I. Todo e qualquer dano que causar ao Órgão ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Setor de Compras;
II. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
III. Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Prefeitura Municipal de Diamantino por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas pela mesma ao Órgão/Entidade, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

Parágrafo Primeiro - a CONTRATADA autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

Parágrafo Segundo – a ausência ou omissão da fiscalização do Setor de Compras não eximirá CONTRATADA das responsabilidades previstas nesta ATA.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Prefeitura Municipal de Diamantino obriga-se a:
I. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos.
II. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
III. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade e encontrada no fornecimento dos produtos;
IV. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA — DO PAGAMENTO.

A Prefeitura Municipal de Diamantino efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA preferencialmente em, até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota Fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante de que o produto foi entregue a contento.

Parágrafo Primeiro — Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

Parágrafo Segundo — Para cada Nota de Empenho, a Contratada deverá emitir **nota fiscal/fatura distinta.**

Parágrafo Terceiro — Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta 'ON-LINE" da situação do Fornecedor junto ao INSS e FGTS, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.

Parágrafo Quarto — Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo Setor de Compras, sendo lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quinto — Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do produto.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

Os preços registrados manter-se-ão inalteradas pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo primeiro — Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquela vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo — Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Setor de Compras, solicitará ao Fornecedor,

mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo Único.

Parágrafo Terceiro – Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Setor de Compras convocará as demais empresas com preços registrados para o ITEM, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado para redução do preço; hipótese em que poderá ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado.

Parágrafo Quarto — Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Setor de Compras desta Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A presente Ata de Registro de preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;
b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;
c) quando o Fornecedor der causa à rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;
e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas;

Parágrafo Primeiro — Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado, por correspondência, com aviso de recebimento, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo Segundo — No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro — A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Diamantino, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

Parágrafo Quarto — Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas aos produtos a serem adquiridos.

Parágrafo Quinto — Caso o SETOR DE COMPRAS não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
II. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES.

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;
II) Multa
III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública por período não superior a 2 (dois) anos;
IV) Declaração de inidoneidade.

Parágrafo primeiro - A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura Municipal de Diamantino.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA sujeitar-se á multa moratória simples, de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o total do fornecimento não executado, por dia corrido de atraso, até o 20° (vigésimo) dia, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

Parágrafo Terceiro - No caso de atraso na entrega dos produtos por mais de 10 (dez) dias poderá a Prefeitura Municipal de Diamantino, a partir do 5º (quinto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.
Parágrafo Quarto - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

Parágrafo Quinto - A multa será descontada do valor da garantia contratual, da fatura, cobrada diretamente CONTRATADA ou ainda judicialmente.

Parágrafo Sexto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) Se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses Fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de Diamantino;
b) Se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de Fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos ou deixar de cumprir suas obrigações Fiscais ou para fiscais;
c) Se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nos incisos I, III e IV, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - A falta dos ou produtos ou outro adjetivo não poderá ser alegada como motivo de força maior e no eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ILÍCITOS PENAIS.

As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes deste PREGÃO PRESENCIAL Correrão à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo, aditivo presente ata de Registro de Preços.

II. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Presencial nº 031/2013** e seus anexos e as propostas da empresa classificadas para cada grupo.

III. É vedado caucionar ou utilizar a ATA decorrente do presente registro para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Diamantino.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO.

As partes contratantes elegem o foro de Diamantino - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem de acordo, as partes firmam apresente ATA em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.

Diamantino - MT, 05 de agosto de 2013.

Município de Diamantino
JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal
Contratante

Hanneliese Reiter Pattis - Epp
SR MARCOS ROBERTO MARGREITER
Contratada

TESTEMUNHAS:

LEANDRO APARECIDO BATALHA BICHO
RG: 105.816-93 SSP/MT
CPF: 559.445.971-04

LAURO JOSNEY CORREA
RG: 1099500-5 SJ/MT
CPF: 693.215.071-91

Publicado por:
Sandra Berenice Wagner da Silva
Código Identificador:3E92E652

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 037/2013

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 037/2013, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PALANQUES DE CONCRETO, ADUELAS E MEIO FIO PRÉ-MOLDADO, PARA ATENDer A DEMANDA DA SECRETARIA DE OBRAS, viação e serviços públicos DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO,** onde se sagrou vencedora a empresa **INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO JP LTDA,** CNPJ: 01.895.101/0001-30, nos lotes 02, 03 e 04, totalizando **R$ 286.106,00** (Duzentos e oitenta e seis mil e cento e seis Reais). O lote 01 deu-se deserto.

Diamantino - MT, 07 de Agosto de 2013.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:36C69C51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO ELETRONICO 032/2013

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO ELETRONICO 032/2013, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) CAMINHONETES CABINE DUPLA, COM 04 PORTAS LATERAIS, TRAÇÃO 4X2, MOTOR A DIESEL, ANO NÃO INFERIOR A 2013, ZERO QUILOMETRO, COR BRANCA, PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT,** Onde apenas uma empresa participou do certame, sendo que esta apresentou proposta de preço acima do praticado no mercado para o veículo ofertado, e não houve acordo dos preços na negociação com o pregoeiro oficial, caracterizando-se assim como licitação **FRACASSADA**. Tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital e da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, suas alterações e demais legislações aplicáveis.

Diamantino - MT, 05 de Agosto de 2013.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:6A8F4B1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 045/2013

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso I do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação, da empresa **SOARES E COSTA LTDA ME,** CNPJ: 10.428.032/001-46, no valor previsto de **R$ 14.531,28** (Quatorze mil e quinhentos e trinta e um Reais e vinte e oito centavos), Objetivando a **Contratação de empresa para realizar reforma da ponte de madeira do Rio Gringo, na estrada da gleba Bojuí no município de Diamantino.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2013.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 07 de Agosto de 2013.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:4C29F86B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO Nº. 348/2013
ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº. 348/2013 – CONTRATADO: GEOVANE DE ANDRADE OLIVEIRA - OBJETO: O presente aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 30/09/2013.
Diamantino-MT, 07 de Agosto de 2013.

Publicado por:
Dina Benedita Araujo de Freitas
Código Identificador:C37C6D8E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

FELIZ PREVI – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FELIZ NATAL
PORTARIA 071/2013

PORTARIA N.º 071/2013

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor do Servidor Sr.º JOÃO MARCELO MADALOZZO".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com art.12, Inciso I, da Lei Municipal nº. 391/2012 de 13 de Agosto de 2.012, que rege a Previdência Municipal, e Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Professores do Município de Feliz Natal.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de **Aposentadoria Por Invalidez,** com Proventos Integrais em favor do Servidor **Sr.º JOÃO MARCELO MADALOZZO,** brasileiro, casado, residente na Avenida Perimetral Norte, s/n, Feliz Natal/MT, portador do RG 786.140 SSP/PR, CPF: 656.306.889-87, servidor **EFETIVO**, no cargo de **MOTORISTA NÍVEL I ,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, devidamente matriculado sob o número 482, tendo contribuído no total de 7.230 (Sete mil duzentos e trinta) dias líquidos, correspondendo a 19 anos, 09 meses e 22 dias, conforme Processo Administrativo 2013.06.00003.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de Agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.
Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 01 de Agosto de 2013.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT
Diretora Executiva

HOMOLOGO: JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

AV. MARAVILHA, S/N, CENTRO – CEP 78.885-000
Telefone (66) 3585 2722/ 2700
EMAIL: felizprevi@hotmail.com, daniscariot@feliznatal.mt.gov.br

Publicado por:
Daniela Dicélia Scariot
Código Identificador:FC345593

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º219/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **APARERCIDA DAS GRAÇSA DIAS** – matrícula Nº 00204 – ocupante do cargo de **APOIO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR** conforme o requerimento de 100/2013 DE agosto de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:29AEF311

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º220/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **ELIZABETH DE SOUZA SILVA** – matrícula Nº 00558 – ocupante do cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR II – ZELADORA** conforme o requerimento de 076/2013 DE fevereiro de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:90F54506

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º221/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **FÁTIMA MARTENDAL -** matrícula Nº 00208 – ocupante do cargo de **APOIO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR** conforme o requerimento de 075/2013 de janeiro de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:A3B57F48

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º222/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **DORLI WAECHTER -** matrícula Nº 0005 – ocupante do cargo de **APOIO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR** conforme o requerimento de 074/2013 de janeiro de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:2B554B96

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º223/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **MARINA PONTES FERNANDES -** matrícula Nº 00586 – ocupante do cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR II – ZELADORA** conforme o requerimento de 070/2013 de janeiro de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:AF20E9FA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º224/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **MARCIA ADRIANE WEISS -** matrícula Nº 00312 – ocupante do cargo de **TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL** conforme o requerimento de 105/2013 de agosto de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:EA4D5395

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º225/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, ao Servidor Público Sr. **CARLOS ROBERTO LOPES DA SILVA -** matrícula Nº 00212 – ocupante do cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO ESCOLAR I - VIGILANTE** conforme o requerimento de 102/2013 de agosto de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:A8B6AF1F

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º226/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, ao Servidor Público Sr. **SAULO DOS REIS -** matrícula Nº 00212 – ocupante do cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO ESCOLAR I - VIGILANTE** conforme o requerimento de 103/2013 de agosto de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:4A4B553B

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º227/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada e convertida em espécie pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **EUNICE GAMARRA -** matrícula Nº 00592 – ocupante do cargo de **APOIO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR** conforme o requerimento de 0101/2013 de janeiro de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:7C84FF5F

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º228/2013.

DATA: 05 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei, em especial o artigo 79 da Lei Complementar 008/2008.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder Licença Prêmio por assiduidade remunerada pelo período de 90 (noventa) dias, a Servidora Pública Sra. **VERÔNICA LOURDES GRANDO -** matrícula Nº 00449 – ocupante do cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR II – ZELADORA** conforme o requerimento de 0104/2013 de janeiro de 2013.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 de agosto de 2013.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS 05 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013.

JOSÉ ANTÔNIO DUBIELLA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Publicado por:
Juliele Moura Rodrigues
Código Identificador:7FF721FE

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO 043/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2013

OBJETO: Aquisição de um veículo de passeio (popular) com 04 (quatro) portas, capacidade de carga para 05 (cinco) passageiros, motor bi combustível (flex.), potencia até 70 CV, 05 marchas á frente e 01 a ré, zero quilometro, direção hidráulica, com ar condicionado e suspensão alta para uso da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Município de Feliz Natal-MT, torna público que às 13:30 horas do dia 20/08/2013, estará recebendo propostas para a abertura as 14:00 horas, do Pregão Presencial para a aquisição supra citada. O Edital completo poderá ser retirado com a Comissão Permanente de Licitações, no Departamento de Licitações, sito à Avenida Maravilha s/nº, Praça da Bíblia, na Prefeitura Municipal de Feliz Natal-MT e pelo site: www.feliznatal.mt.gov.br.

Feliz Natal- MT, 07 de agosto de 2013.

MARCOS PAGNO
Pregoeiro

Publicado por:
Marcos Pagno
Código Identificador:485AC1C0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI 578/2013

LEI Nº. 578, DE 06 DE JUNHO DE 2013.

> "Altera a redação inciso IV do artigo 45 da Lei Municipal n. 194, de 22 de agosto de 2005 que Institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gaúcha do Norte/MT e, dá outras providências."

Nilson Francisco Aléssio, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 03/06/2013, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - A redação do inciso IV do artigo 45 da Lei Municipal n.º 194, de 22 de agosto de 2005 passa a vigorar com as seguintes alterações

Art. 45.....
IV - de uma contribuição mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial igual a 14,23% (quatorze inteiros e vinte três centésimos por cento) calculada

sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 13,58% (treze inteiros e cinquenta oito centésimos por cento) relativo ao custo normal e 0,65% (sessenta cinco centésimos por cento) referentes à alíquota de custo especial, escalonado nos termos do Anexo I desta Lei.

Artigo 2º - Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em ABRIL/2013.

Artigo 3˚ - A contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 45 na redação dada por esta lei somente será exigida após decorrido o prazo de noventa dias, a contar da sua publicação, nos termos do § 6º do art. 195 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Durante a vigência prevista no caput, o Município de Gaúcha do Norte contribuirá ao PREVNORTE com base na alíquota de contribuição até então estabelecida na redação anterior da Lei Municipal n. 194, de 22 de agosto de 2005.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Gaúcha do Norte, 06 de Junho de 2013.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Juliano Matos
Código Identificador:B02CD18C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 001/2013

Contratante CISOMT. Contratada: Lucia Maria de Lacerda Neves. Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Contábil, Envolvendo o fornecimento dos serviços de Execução Orçamentaria, com Assessoramento no Processamento e envio das informações do Sistema de Auditoria Pública informatizada de contas – APLIC e, bem como responsabilidade Técnicas pela Execução Orçamentária, folha de pagamento e Recursos Humanos e Assessoria em Procedimentos Licitatórios. Valor: R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais). Vigência: 04/01/2013 a 18/02/2013.

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:36D19E08

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 002/2013

Contratante CISOMT. Contratado: Diomedes Ferreira da Silva Objeto: Contratação de Empresa para prestação de serviços especializados em Desinfecções de Sanitários, Limpeza Internas e Externas nos Ônibus pertencentes ao CISOMT. Valor: R$5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais). Vigência: 10/01/2013 a 31/07/2013.

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:8B678B8E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 003/2013

Contratante CISOMT. Contratado: Expressão Assessoria Contábil LTDA - ME. Objeto: Contratação de Serviços Técnicos Especializados de Assessoria Contábil, Envolvendo o fornecimento dos serviços de Execução Orçamentaria, com Assessoramento no Processamento e envio das informações do Sistema de Auditoria Pública informatizada de contas – APLIC e, bem como responsabilidade Técnicas pela Execução Orçamentária, folha de pagamento e Recursos Humanos e Assessoria em Procedimentos Licitatórios. Valor: R$ 74.800,00 (Setenta e quatro mil e oitocentos reais). Vigência: 18/02/2013 a 31/12/2013.

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:6F619065

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO - CISOMT
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 004/2013

Contratante CISOMT. Contratado: Retificadora de Motores Aragon LTDA - EPP. Objeto: Aquisição de horas técnicas na Prestação de Serviços Mecânicos a serem utilizados nos veículos da frota do CISOMT. . Valor: R$ 9.599,00 (Nove mil quinhentos e noventa e nove reais). Vigência: 05/04/2013 a 31/05/2013.

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:67E480D1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 476/2013

"EXONERA CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - EXONERAR, o senhor**, EPAMINONDAS CARVALHO RIBEIRO,** brasileiro, portador do CIRG Nº 18.991.416 SEJSP/GO e do CPF Nº 531.924.351-00, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, do Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE SERVIÇOS RURAIS**, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (25) vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 25/06/2013.
NP 633/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:7F42D36F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 479/2013

"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES

QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA o senhor JOÃO VICTOR GOMES DA SILVA, brasileiro, portador do CIRG nº 13.056.503-28 SSP/BA e do CPF nº 011.213.435-11, residente e domiciliado nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE INICIAÇÃO ESPORTIVA,** da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (27) vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 27/06/2013.
NP 636/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:25727727

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 498/2013

"NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO IDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEIA a senhora **MARIANA ROCHA MICKELON,** brasileira, portadora do CIRG nº 2020979-7 SSP/MT e do CPF nº 027.722.501-99, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO IDOSO,** da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.
ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos (02) dois dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria
Afixada no Mural do Paço Municipal e
Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 02/07/2013.
NP 663/2013.

ANTONIO AÉCIO LEMES DOURADO
Secretario Municipal Interino de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Marlu Machado do Couto
Código Identificador:0C2D5233

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO: Contrato nº 012/2013
CONTRATADO: COCENZA & COCENZA LTDA
OBJETO: Aquisição de combustível para o veiculo do legislativo.
VIGENCIA: 05/08/2013 a 31/12/2013
VALOR GLOBAL: R$ 11.200,00 (Onze mil e duzentos reais)
Ivailton Gouveia Borges - Presidente

Publicado por:
Carlos Leandro Bravo
Código Identificador:D63E3C68

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL PSS Nº 007/2013

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais, torna público a **RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS** no Processo Seletivo Simplificado nº 007/2013, nos seguintes termos:

AMPLA CONCORRÊNCIA		
INS	**CANDIDATO**	**CARGO**
01	ALCIDES PADILHA DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS
02	ANDRÉA ALVES BEDENDI	CIRURGIÃO DENTISTA – 40 HORAS
03	ELIANE SANTOS TANAN SILVA	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS
04	ARIANI DOS SANTOS SOARES	ASSISTENTE SOCIAL – 30HORAS
05	ALDAIDES TIAGO DE SOUZA	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS
06	SELMA BARBOSA DOS SANTOS	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS
07	JOSSANE CECILIA ATHAIDES MARTELLO	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS
08	ELOISA MARIA AGOSTINI ANDRETTA	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS
09	RAFAELA CRISTINA CEZARIO	CIRURGIÃO DENTITSA - 40HORAS
10	FABIANA DIAS PESSOA	ASSISTENTE SOCIAL – 30 HORAS

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		
INS	**CANDIDATO**	**CARGO**
	-------	-------

Fica aberto o prazo recursal de 02 dias úteis, a contar da publicação deste Edital, para interposição de recurso contra as inscrições homologadas.
As provas objetivas serão aplicadas no dia 10 de agosto de 2013, mantendo-se inalterado o local de prova.
O presente Edital deverá se publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site oficial do Município de Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 007/2013.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 05 de agosto de 2013.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:3E139EEB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá/MT, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n° 033/2013**, tipo **Menor Preço por Lote**, com finalidade de selecionar melhor propostas para: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos de padaria (pães, salgados, bolos e etc), em atendimento as**

Secretarias Municipais do Município de Itanhangá/MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **20 de Agosto de 2013, às 08:00hs (oito horas), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br
Itanhangá/MT, 07 de agosto de 2013.

MARIA FABIANA HAMMEL
Pregoeira

Publicado por:
Maria Fabiana Hammel
Código Identificador:A79DF2C3

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, n° 200, centro – Itanhangá/MT, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta Licitação na Modalidade **Pregão Presencial n° 034/2013**, tipo **Menor Preço Global**, com finalidade de selecionar melhor propostas para: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Toners para atender as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência.** A abertura desta licitação ocorrerá no dia **20 de Agosto de 2013, às 13:30hs (treze horas e trinta minutos), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá**. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br
Itanhangá/MT, 07 de agosto de 2013.

MARIA FABIANA HAMMEL
Pregoeira

Publicado por:
Maria Fabiana Hammel
Código Identificador:CB9F5653

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 043/2013
Data assinatura: 05/08/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT
Contratada: FUNERÁRIA SÃO JUDAS TADEU DE ITIQUIRA LTDA - ME
CNPJ: 03.993.084/0001-08
Valor: R$ 142.750,00 (cento e quarenta e dois mil setecentos e cinquenta reais).
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS PARA ATENDER AS FAMILIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA.
Data da vigência: 12 meses
Pregão Presencial nº 028/2013

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:8D36AD36

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 058/2013
PREGÃO PRESENCIAL 029/2013

A Prefeitura Municipal de Itiquira, sediada na Praça Frei Liberato Keterrer, 311 - Centro, através da senhorita Juliane Presotto, pregoeira, torna publico para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA LOCAÇÃO DE VEICULOS UTILITÁRIOS TIPO VAN, PERUA E MICROONIBUS (PODENDO OS VEÍCULOS SEREM SUB LOCADOS EM NOME DE PESSOA JURÍDICA OU FISICA) PARA PRESTAR SERVIÇOS EXCLUSIVOS DO TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, ZONA RURAL PARA AS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE ITIQUIRA E ALUNOS UNIVERSITÁRIOS EM DESLOCAMENTO DURANTE UM PERÍODO DE DOZE MESES.** Do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: a empresa **MONTEIRO MIRANDA & SANTOS LTDA - ME** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 148.800,00 (cento e quarenta e oito mil e oitocentos reais)**, a empresa **MINGOTI TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E PASSAGEIROS LTDA - ME** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 74.880,00 (setenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais)** e a empresa **MARINS DE SOUZA & CIA LTDA – EPP** sagrou-se vencedora com o valor global de **R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)**.

Itiquira/MT, 07 de agosto de 2013.

JULIANE PRESOTTO
Pregoeira

Publicado por:
Juliane Presotto
Código Identificador:3794D7A3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 004/2013 AO CONTRATO N.º 107/2012

CONTRATANTE: Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: PAVIPAR CONSTRUÇÕES LTDA; OBJETO**: **REDUÇÃO DE VALOR;** Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 107/2012; **ASSIN**:27/06/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:B8B0DC9F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 128/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: DENTAL CENTRO OESTE LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes e matérias odontológicos para atendimento e manutenção da área da Saúde Bucal das Unidades de Saúde da Família (PSF's) do Município de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ 91.078,00; ASSINATURA:** 03/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:E9009F88

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 129/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes e matérias odontológicos para atendimento e manutenção da área**

da Saúde Bucal das Unidades de Saúde da Família (PSF's) do Município de Jaciara/MT"; PRAZO: 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ 25.259,00; ASSINATURA:** 03/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:A6A625E6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 130/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: LP COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES ASS. E PREST. DE SERVIÇOS LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes e matérias odontológicos para atendimento e manutenção da área da Saúde Bucal das Unidades de Saúde da Família (PSF's) do Município de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR R$ 56.120,40; ASSINATURA**: 03/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:E5C66D64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 131/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes e matérias odontológicos para atendimento e manutenção da área da Saúde Bucal das Unidades de Saúde da Família (PSF's) do Município de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR R$ 127.287,50; ASSINATURA:** 03/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:F88D5B36

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 132/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MARCIO MARIOTTI - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual locação de veículo de transporte de passageiros para substituição de veículos da Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, Secretaria de Gestão Social e Secretaria de Saúde"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR R$ 79.350,00; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:BAE02928

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 133/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: SELMA MARIS MONARI - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual locação de veículo de transporte de passageiros para substituição de veículos da Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, Secretaria de Gestão Social e Secretaria de Saúde"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR R$ 34.700,00; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:58764A38

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 134/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ROSELI GONÇALVES BORGES - MEI; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa de locação de veículos para transporte de alunos da zona urbana para as escolas Estaduais e Municipais de Jaciara/MT – Linha V Urbana"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 40.010,00; **ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:2735247B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 135/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MEDVALE – SOCIEDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS JACIARA LTDA; OBJETO: "Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços médicos para realização de Exames em Diversas Especialidades, Plantões Emergenciais, Acompanhamento de Pacientes, Avaliações, Consultas e outros serviços médicos diversos em atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 408.000,00**; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:A59E97C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 136/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: NELSON SHIGUEO HONDO; OBJETO: "Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços médicos para realização de Exames em Diversas Especialidades, Plantões Emergenciais, Acompanhamento de Pacientes, Avaliações, Consultas e outros serviços médicos diversos em atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 126.000,00**; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:4A34E85B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 137/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: JOSÉ BATISTA DE LIMA SOUZA-ME; OBJETO: "Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços médicos para realização de Exames em Diversas Especialidades, Plantões Emergenciais, Acompanhamento de Pacientes, Avaliações, Consultas e outros serviços médicos diversos em atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 360.000,00**; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:0128AAE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 138/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ESTELA MARIS MOREIRA COSTA ME; OBJETO: "Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços médicos para realização de Exames em Diversas Especialidades, Plantões Emergenciais, Acompanhamento de Pacientes, Avaliações, Consultas e outros serviços médicos diversos em atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 390.600,00**; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:32770B09

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 139/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ALEJANDRA ANTEZANA CHAVEZ ME; OBJETO: "Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços médicos para realização de Exames em Diversas Especialidades, Plantões Emergenciais, Acompanhamento de Pacientes, Avaliações, Consultas e outros serviços médicos diversos em atendimento ao Hospital Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 216.000,00**; ASSINATURA:**05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:F16EEA59

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 140/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ALLI AHMAD & MOREIRA LTDA EPP; OBJETO: "Registro de preço para contratação de empresa para realização de exames de ultrassonografias no município de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 2.318.736,00**; ASSINATURA**: 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:7A8F7DEF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 141/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: AHMAD & ROTILI LTDA EPP; OBJETO: "Registro de preço para contratação de empresa para realização de exames de ultrassonografias no município de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 1.428.000,00**; ASSINATURA:** 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:66DDD3CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 142/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ALLI AHMAD & MOREIRA LTDA - EPP; OBJETO: "Registro de preço para contratação de empresa especializada em serviço de Cirurgia Eletivas e de Urgência no Hospital Municipal de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 1.761.018,00**; ASSINATURA**: 05/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:F41146CE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 143/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ROBERTO RODRIGUES SANTOS; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de consultas, exames e laudos especializados no CIAAS - Centro Integrado de Atenção e Atendimento à Saúde e para Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 486.000,00**; ASSINATURA:** 10/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:FBA5AC40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 144/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ELISANGELA PINHO E SILVA - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de consultas, exames e laudos especializados no CIAAS - Centro Integrado de Atenção e Atendimento à Saúde e para Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 120.000,00**; ASSINATURA:** 10/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:3625FB79

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 145/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: ENDOCLIN ASSESSORIA E CONSULTORIA E SAÚDE OCUPACIONAL LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de consultas, exames e laudos especializados no CIAAS - Centro Integrado de Atenção e Atendimento à Saúde e para Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 154.800,00**; ASSINATURA:** 10/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:1CA10AE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 146/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: MARIA AHMAD & ROTILI LTDA EPP; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de consultas, exames e laudos especializados no CIAAS - Centro Integrado de Atenção e Atendimento à Saúde e para**

Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT"; PRAZO: 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 36.000,00; **ASSINATURA:** 10/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:C5028D3D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 147/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: CÉLIO EIJI TOBISAWA - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de consultas, exames e laudos especializados no CIAAS - Centro Integrado de Atenção e Atendimento à Saúde e para Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 406.800,00**; ASSINATURA:** 10/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:E76E9A09

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 148/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: FÊNIX COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA; OBJETO: "Registro de preço eventual aquisição de alimentos não perecíveis para a confecção de 2.500 (duas mil e quinhentas) cestas básicas para a população carente do município de Jaciara/MT"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 81.650,00**; ASSINATURA:** 15/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:9F9ACFAE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 149/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: JOÃO PAULO FERREIRA STOPPA & CIA LTDA - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes, brinquedos e materiais diversos para atendimento às Unidades Municipais de Educação Infantil do Município de Jaciara/MT, com recurso do Programa Apoio a Creches"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 6.053,25**; ASSINATURA:** 18/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:1560CC6E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 150/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: AKDD ELETRÔNICOS E PAPELARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes, brinquedos e materiais diversos para atendimento às Unidades Municipais de Educação Infantil do Município de Jaciara/MT, com recurso do Programa Apoio a Creches"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 16.183,00**; ASSINATURA:** 18/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:2FC2A618

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 151/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes, brinquedos e materiais diversos para atendimento às Unidades Municipais de Educação Infantil do Município de Jaciara/MT, com recurso do Programa Apoio a Creches"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 11.144,00**; ASSINATURA:** 18/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:2EE0BF9E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 152/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: JOSETTI E CIA LTDA EPP; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes, brinquedos e materiais diversos para atendimento às Unidades Municipais de Educação Infantil do Município de Jaciara/MT, com recurso do Programa Apoio a Creches"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 16.127,00**; ASSINATURA:** 18/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:BE5BE431

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 153/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; **CONTRATADO: VERA CRUZ COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E MÓVEIS EIRELI - ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes, brinquedos e materiais diversos para atendimento às Unidades Municipais de Educação Infantil do Município de Jaciara/MT, com recurso do Programa Apoio a Creches"; PRAZO:** 12 (doze) meses**; VALOR** R$ 11.814,64**; ASSINATURA:** 18/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:25C050CE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 154/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: WORLD PLAY COMÉRCIO DE BRINQUEDOS EIRELLI; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de equipamentos permanentes, brinquedos e materiais diversos para atendimento às Unidades Municipais de Educação Infantil do Município de Jaciara/MT, com recurso do Programa Apoio a Creches"; PRAZO: 12 (doze) meses; VALOR GLOBAL R$ 18.662,45**; ASSINATURA: 18/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:28A44D86

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 155/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: GILBERTO VIEIRA FERNANDES - MEI; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de reparos de funilaria, conserto em fibra e pintura automotiva na frota de veículos do município de Jaciara/MT"; PRAZO: 12 (doze) meses; VALOR GLOBAL R$ 109.500,00**; ASSINATURA: 18/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:86FEB98F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 156/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: BELCAR VEÍCULOS LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de veículo com capacidade mínima de 9 passageiros para atendimento da população, em especial a população rural e à Secretaria de Gestão Social do município de Jaciara/MT"; PRAZO: 12 (doze) meses; VALOR GLOBAL R$ 51.330,00**; ASSINATURA: 22/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:B26C9839

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 157/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: DENTAL CENTRO OESTE LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 25.160,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:64FAE710

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 158/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 177.945,40**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:27EA6C0B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 159/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 177.945,40**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:C4CBCAD6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 160/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 129.628,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:1ECEF91D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 161/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: PMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 2.268,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:B85ABC28

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 162/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 77.279,40**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:B6A85810

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 163/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: CALLMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS

FARMACEUTICOS LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 159.828,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:A4ABE3A8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 164/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 203.223,02**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:8FBD883B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 165/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: HALEX STAR INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 248.150,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:20E44572

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 166/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: DISTRIBUIDORA BRASIL COM. DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 422.204,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:5368F141

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 167/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: ALL MÉDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 3.021,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:5D18CA2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 168/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: PRÓ-REMÉDIOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 182.898,28**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:455CD049

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 169/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: IDEAL HOSPITALAR LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 238.690,30**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:98368C37

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 170/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 501.552,80**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:AEBB4389

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 171/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de medicamentos e materiais de consumo para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, PSF´s e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara-MT"; VALOR GLOBAL R$ 284.447,30**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:98F26707

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 172/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: IVAN BATISTA CAMILO - MEI; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação/locação de veículo tipo caminhonete com capacidade para transportar até 6 passageiros"; VALOR GLOBAL R$ 45.120,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:B5F4B225

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 173/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA; OBJETO: "Registro de preço para eventual aquisição de material betuminoso para pavimentação asfáltica e tapa buraco"; VALOR GLOBAL R$ 512.000,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:8EB4BFB8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 174/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: CXW SERVIÇOS E NEGÓCIOS DE TECNOLOGIA LTDA; OBJETO "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de operação de sistema de áudio, gravação de áudio e reparo em equipamentos de áudio e vídeo"; VALOR GLOBAL R$ 45.552,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:7EB40F90

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA Nº. 175/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: CARLOS HENRIQUE LOPES SANCHES - MEI; OBJETO "Registro de preços para eventual contratação de empresa para realização do programa de Gradeação e programa Balde Cheio, no acompanhamento e orientação do manejo reprodutivo, e realização de inseminação de matrizes cadastradas"; VALOR GLOBAL R$ 28.200,00**; ASSINATURA: 29/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:CDF0D954

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 041/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: **ROSELI GONÇALVES BORGES - MEI; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação de empresa de locação de veículos para transporte de alunos da zona urbana para as escolas Estaduais e Municipais de Jaciara/MT, Linha V Urbana"; PRAZO: 12 (doze) meses; VALOR GLOBAL R$ 40.010,00; ASSINATURA: 05/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:DBB80707

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 043/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; "**Contratação da instituição financeira oficial especializada - Caixa Econômica Federal/Agência Jaciara/MT para prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, arrecadação de tributos municipais, empréstimos consignados em folha de pagamento, aplicações das disponibilizações financeiras de caixa, bem como centralização e processamento da movimentação financeira de contas correntes do Município de Jaciara-MT"**, ao valor global de R$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais), com vigência de 60(sessenta meses), nos termos do Art. 24, VIII, da Lei 8666/93. Jaciara/MT, 26/07/2013.

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:CC9F16A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 044/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: IVAN BATISTA CAMILO - MEI; OBJETO: "Registro de preço para eventual contratação/locação de veículo tipo caminhonete com capacidade para transportar até 6 passageiros" PRAZO: 12 (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ 45.120,00; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:339FFE34

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 045/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: CXW SERVIÇOS E NEGÓCIOS DE TECNOLOGIA LTDA; OBJETO "Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviço de operação de sistema de áudio, gravação de áudio e reparo em equipamentos de áudio e vídeo"; VALOR GLOBAL R$ 45.552,00**; ASSINATURA: 26/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:B196F438

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 046/2013

CONTRATANTE: Município de Jaciara – MT; CONTRATADO: GIOVANNI SILVA DE ARAÚJO; OBJETO: "Contratação do

apresentador Giovanni Silva de Araújo, para prestação de serviços de gravação de informativos para Prefeitura Municipal de Jaciara"**; PRAZO: 12** (doze) meses**; VALOR GLOBAL R$ 8.000,00; ASSINATURA: 31/07/2013.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Teixeira Alves Moura
Código Identificador:8CC1AA41

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 080/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Tempo de Contribuição a servidora Sra. Maria da Conceição Pinheiro Borges."

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento do Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 87, incisos I, II, III e IV da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal, Lei Municipal n.º 1.524 de 22 de maio de 2013, que dispõe sobre a reposição salarial dos vencimentos dos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas do poder executivo municipal de Jaciara-MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício aposentadoria por tempo de contribuição, a servidora Sra. **Maria da Conceição Pinheiro Borges**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 0330956-8 - SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 551.348.151-00, estavél no cargo de Agente de Serviços Complementares II, padrão "30", classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente, com proventos integrais, conforme processo administrativo do **PREV-JACI, n.º 2013.04.00050P**, a partir de 01 de agosto de 2013 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 01 de agosto de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara/MT, 07 de agosto de 2013.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO
Diretor Executivo do PREV-JACI

HOMOLOGO: ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudia Núbia Preira de Souza
Código Identificador:EDE88FC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 081/2013

"Dispõe sobre a concessão do Benefício pensão por morte a Sra. Nilza Barbosa Monteiro, em decorrência do falecimento do servidor inativo Sr. Raimundo Antonio Monteiro.

O Diretor Executivo do PREV-JACI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Artigo 40, §7º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Artigo 7º, inciso I e Art. 28, inciso I da Lei Municipal n.º 1.417 de 13 de março de 2012, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de pensão por morte, em decorrência do falecimento do Sr. **Raimundo Antonio Monteiro,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 483.112 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 078.404.201-25, efetivo no cargo de Agente de Serviços Gerais e Aposentado por Invalidez pelo Prev-Jaci, conforme Portaria n.º 019/2005, registrada através do Acórdão n.º 1010/2005 em favor da Sra. **Nilza Barbosa Monteiro**, brasileira, viúva, portadora da cédula de identidade RG n.º 0163644-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 744.216.541-91, o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do PREV-JACI, n.º **2013.07.00051P**, a partir da data do seu falecimento, ocorrido em **28/07/2013**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de **28 de julho de 2013**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Jaciara - MT, 07 de agosto de 2013.

JOSÉ ROBERTO CARNEIRO
Diretor Executivo do PREV-JACI

HOMOLOGO: ADEMIR GASPAR DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cláudia Núbia Preira de Souza
Código Identificador:64BD803C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 554/2013

LEI Nº. 554 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO, REFORMULAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, cujos membros, nomeados pela Prefeita, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social como principais atribuições:

I - aprovar a política de assistência social, elaborada em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas conferências;
II - convocar as conferências de assistência social em sua esfera de governo e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - aprovar o plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;
IV - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);
VI - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS;
VII - planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo 3% (três por cento) dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho;
VIII – participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos fundos de assistência social;
IX - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
X - aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;
XI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
XII - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
XIII - deliberar sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada;
XIV - normatizar as ações e regular a prestação de serviços públicos estatais e não estatais no campo da assistência social, em consonância com as normas nacionais;
XV – inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos.
XVI - estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos;
XVII - estimular e acompanhar a criação de espaços de participação popular no SUAS;

XVIII - elaborar, aprovar e divulgar seu regimento interno, tendo como conteúdo mínimo:
a) competências do Conselho;
b) atribuições da Secretaria Executiva, Presidência, Vice-Presidência e Mesa Diretora;
c) criação, composição e funcionamento de comissões temáticas e de grupos de trabalho permanentes ou temporários;
d) processo eletivo para escolha do conselheiro-presidente e vice-presidente;
e) processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil, conforme prevista na legislação;
f) definição de quórum para deliberações e sua aplicabilidade;
g) direitos e deveres dos conselheiros;
h) trâmites e hipóteses para substituição de conselheiros e perda de mandatos;
i) periodicidade das reuniões ordinárias do plenário e das comissões e os casos de admissão de convocação extraordinária;
j) casos de substituição por impedimento ou vacância do conselheiro titular;
k) procedimento adotado para acompanhar, registrar e publicar as decisões das plenárias.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO
Seção I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

I – Os cinco (05) representantes do Executivo Municipal serão indicados pelos Secretários Municipais dos Órgãos que possuem assento no CMAS, atendendo aos critérios estabelecidos a seguir:

a) - representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social;
b) - representantes da Secretaria Municipal de Educação;
c) - representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
d) - representantes da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
e) - Representantes da Secretaria Municipal de Administração.

II – 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada, serão designados pelos Presidentes de cada entidades, dentre representações dos prestadores de serviços e dos usuários, assim organizados:

a) - representantes da Pastoral da Criança;
b) - representantes do Asilo;
c) – representantes da Loja Maçônica;
d) – representantes da APAE
e) – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§ 2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§ 3º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento.
§ 4º Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente enquanto novas entidades surjam que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.
§ 5º Os representantes da Sociedade Civil, serão eleitos em fórum próprio.

Art. 4º Os membros efetivos e suplentes dos CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal.
I. sendo representante legal das entidades da sociedade civil;
II. sendo representante dos órgãos do governo municipal.

Art. 5º A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:
I. o exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;
II. os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;
III. cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;
IV. as decisões do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções;
V. O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 2 (dois) ano, permitida uma única recondução, por igual período.
VI. O **CMAS** buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil.

SEÇÃO II
Do Funcionamento

Art. 6º O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno no próprio e obedecendo as seguintes normas:
I. plenário como órgão de deliberação máxima;
II. as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, conforme calendário previamente acordado, e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 7º Ficara a cargo da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social garantir ao CMAS, a infraestrutura física e material necessários ao seu funcionamento pleno. Ressalta-se que

essas garantias se traduzem em: disponibilizar recursos humanos nos termos da Norma Operacional Básica de Recursos – NOB/RH, que integram a secretaria executiva do conselho; recursos financeiros para arcar com os custos de materiais de consumo e equipamentos, recursos para a realização da conferência de assistência social; recursos para arcar com despesas de passagens, traslados, alimentação, hospedagem dos/as conselheiros/as, tanto representantes governamentais, quanto da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único- Caberá a secretária Municipal de Assistência Social, garantir em seu orçamento os recursos necessários a manutenção plena do **CMAS**

Art. 8º O Conselho Municipal de Assistência Social deverá ter uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.
Paragrafo único- A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar com pessoal técnico-administrativo;

Art. 9º Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoa e entidades, mediante os seguintes critérios:
I. – Considerando-se colaboradoras do CMAS, as instituições formadoras de recursos humanos para assistência social e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo de sua condição de membro;
II. – Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades membros do CMAS em assuntos específicos;
III. – Poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades membros do CMAS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 10 Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla e sistemática divulgação.
Parágrafo único As Resoluções do CMAS, bem como os temas, tratados em plenário de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 11 O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60(sessenta) dias após a promulgação da Lei.

Art. 12 Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 331 de 18 de maio de 2007.

Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", em Jauru – MT, 07 de agosto de 2013.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:EC473CD5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 555/2013

LEI Nº. 555 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESENVOLVER AÇÕES PARA IMPLEMENTAR OPROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES, ESTABELECIDOPELA RESOLUÇÃO Nº 182 DE 18 AGOSTODE 2011".

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º. – O Executivo Municipal fica autorizado adesenvolver as ações necessárias para construção de unidades habitacionais, implementadas por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, mediante Convênio firmado com Entidade Organizadora do Movimento Popular brasileiro devidamente habilitada e as Instituições Financeiras, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, como agentesrepassadores do referido programa e/ou do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Artigo 2º. – Fica o Poder Executivo Municipal, autorizadoa aportar aos beneficiários selecionados pelo Programa, recursos financeiros,bens ou serviços economicamente mensuráveis, visando a complementaçãodos recursos necessários à construção de unidades habitacionais.

§ 1º - Os recursos financeiros a serem aportados nãopoderão ultrapassar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por beneficiário, ea eles serão transferidos diretamente, de acordo com as cláusulas a seremestabelecidas no Convênio firmado com Instituições Financeiras autorizadaspelo Banco Central do Brasil.

§ 2º - As áreas a serem utilizadas no MCMV-E deverãoconter a infraestrutura necessária estabelecida na legislação municipal de acordocom especificações técnicas exigidas pelo referido Programa.
§ 3º - Os projetos de habitação popular dentro doMCMV-E serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolveras Secretarias Municipais de Obras, Planejamento, Receita, Habitação eAssistência Social ou órgãos a eles equiparados, cujas unidades habitacionais não poderão ter área útil construída inferior a 38 m² (trinta e oito metrosquadrados).

Art. 3º - Os investimentos relativos a cadaunidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título decomplementação necessária para a construção das unidades habitacionais,não serão ressarcidos pelos beneficiários contemplados, em conformidadecom o estabelecido pela Política Municipal de Habitação vigente, em especialo que dispõe a Lei Municipal nº 349 de 18 de dezembro de 2007.

Parágrafo Único – As unidades habitacionais queserão construídas no âmbito deste Programa ficarão isentas do pagamentodo alvará de construção, do habite-se e do ISSQN incidente sobre asmesmas.

Art. 4º. - O Executivo Municipal fica autorizado a doar e ou compromissar alienação fiduciária delotes de terrenos de sua propriedade aos beneficiários contemplados peloPrograma MCMV-E, de acordo com os requisitos estabelecidos pela PolíticaMunicipal de Habitação vigente.

Art. 5º. - Só poderão ser beneficiadas pelo Programaminha Casa Minha Vida Entidades – FDS, pessoas ou famílias queatendam ao estabelecido no referido programa e os requisitos estabelecidospela Política Municipal de Habitação vigente.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execuçãoda presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamentovigente, suplementadas, se necessário.

Artigo 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Presidente "**Tancredo de Almeida Neves**" em Jauru-MT., aos 07 de Agosto de 2.013.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:E9A4B361

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 556/2013

LEI Nº. 556 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NA CÂMARA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2013."

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA, SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial na Câmara Municipal no valor de R$ 19.000,00 (Dezenove Mil Reais) para realização de Reforma do prédio do legislativo municipal no Exercício de 2013, conforme abaixo:

01 – CAMARA MUNICIPAL DE JAURU
01.001 – Câmara Municipal de Jauru
01.031.0001.1.1128 – Reforma do Prédio do Legislativo Municipal
4.4.90.51 – Obras e Instalações..... R$ 19.000,00

Art. 2º - Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo a anulação de igual valor, bem como serão utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, inciso III, da Lei Federal 4.320/64.

01 – CAMARA MUNICIPAL DE JAURU
01.001 – Câmara Municipal de Jauru
01.031.0001.1.1048 – Ampliação do Prédio da Câmara Municipal
4.4.90.51 – Obras e Instalações..... R$ 19.000,00

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder a readequação dos instrumentos de planejamento, (**PPA/LDO**), bem como apresentá-los em audiência publica junto à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal conforme determinação na Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 4º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", em Jauru-MT, 07 de agosto de 2013.

ENERCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:D8955DDA

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATA Nº. 049 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ATA DE NUMERO 49 – CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de 2013, às oito horas e quarenta e cinco minutos da manhã, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Rua do Comercio, nº527 Centro deste Município, deu - se início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social presidida pelo senhor José Tavares Filho que cumprimenta a todos e solicitada para a Secretária Keila Teles Ferreira fazer a leitura da Ata anterior, a mesma após lida foi aprovada e assinada pelos membros presentes, na seqüência apresenta a Pauta da reunião: **APRESENTAÇÃO E APROVACÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Com a palavra o presidente senhor José Tavares Filho solicita para a secretária fazer a apresentação do novo Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social para apreciação dos Conselheiros. Após a leitura e apresentação do Regimento foram realizadas algumas alterações e o mesmo foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Finalizando o presidente agradece a todos pela presença e dá por encerrada a reunião. Nada mais a tratar eu Keila Teles Ferreira Secretária Executiva desse Conselho lavrei a presente Ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:FC084B18

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 007 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº007 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

Dispõe sobre a Apresentação e Aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras Providências.

O presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, juntamente com os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 06 de Agosto de 2013, conforme Ata nº49/2013.

Resolve:

Art 1º. Apresentar e Aprovar o Regimento Interno e dá outras providencias;

Art 2º. Aprovado o Regimento Interno por unanimidade.

Art 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua Publicação.

Jauru-MT, 07 de Agosto de 2013.

JOSÉ TAVARES FILHO
Presidente do Conselho Municipal de Assistencia Social

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:B4E37936

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATA Nº. 045 - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ATA DE NUMERO 45 – CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Aos trinta e um dias do mês de Janeiro do ano de 2013, às oito horas e quarenta e cinco minutos da manhã, nas dependências do Centro Social Dalvo Rossi, sito a Avenida Santos Dumont, nº650 Centro deste Município, deu - se início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social com a Pauta: ELEICÃO DA NOVA DIRETORIA E ESCOLHA DO PRESIDENTE E VICE – PRESIDENTE /APRESENTACÃO E APROVACÃO DO PLANO DE ACÃO DE 2013 / APROVACÃO DO CALENDÁRIO DE REUNIÕES PARA O ANO DE 2013. Com a palavra a Secretaria Municipal de Assistência Social senhora Maria Aparecida Antunes de Souza cumprimenta a todos e solicitada para a Secretária Keila Teles Ferreira fazer a leitura do Decreto nº008 de 18 de Janeiro de 2013 que Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, após a leitura do Decreto a Gestora senhora Maria Aparecida empossa os membros do Conselho da nova Diretoria e na oportunidade é realizada entre os conselheiros a votação para eleger o Presidente e vice-presidente representante do conselho, após alguns Membros serem indicados para o cargo, os conselheiros elegem por unanimidade o senhor José Tavares Filho como Presidente e o senhor Elizeu Marcelino da Rocha como Vice – Presidente. Em seguida a Gestora senhora Maria Aparecida dá as boas vindas para os novos eleitos e parabeniza os mesmos pelo cargo. Na sequencia o presidente eleito senhor José Tavares Filho agradece a todos os conselheiros pela

confiança e deixa claro que estará à disposição para quaisquer decisões positivas a serem tomadas para o bom desempenho do Conselho. Na sequência com a palavra o vice – presidente senhor Elizeu se diz agradecido pela oportunidade de poder estar colaborando com este Conselho e solicita a participação e dedicação de todos os conselheiros para somar juntos nas ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e se poe a disposição para quaisquer ajuda que for necessária. Continuando a Gestora agradece a participação do senhor José Soares de Moura conselheiro da gestão anterior, na oportunidade o mesmo cumprimenta a todos e agradece pelo uso da palavra, orienta aos atuais conselheiros a respeito das dificuldades que poderão encontrar durante esta nova gestão, mas diz que este conselho é de grande importância para a Secretaria de Assistência Social e que necessita da união de todos para que possa ser realizado um bom trabalho. Continuando informa a respeito da obra das 40 (quarenta) casas que irão ser construídas nos terrenos dos beneficiários contemplados com o Programa Minha Casa Minha Vida 2, o mesmo diz que foi informado, que as construções da unidades irão ter inicio após o feriado do Carnaval e pede para que o conselho fique atento e procure mais informações a respeito, afirma ainda que o município terá uma parceria na preparação dos terrenos nesse inicio de obras. Comunica também sobre o Projeto Daury Riva na qual o município seria contemplado com 150 unidades habitacionais e sugere que este conselho juntamente com as autoridades legislativas e executivas procure saber como dar continuidade neste projeto para que as famílias que já estão cadastradas possam ser beneficiadas. Dando continuidade a Gestora senhora Maria Aparecida solicita para a senhora Sandra Passos fazer a leitura do Plano de Ação para ano de 2013. Após a leitura e apresentação do Plano aos conselheiros, foram realizadas algumas alterações. Na sequência o mesmo foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Continuando o presidente senhor José Tavares apresenta aos conselheiros as datas e horários disponíveis para serem realizadas as reuniões do Conselho, todos os membros concordam em continuar sendo realizadas todas as ultimas quintas – feiras do mês as 08:00 horas da manhã, o Calendário foi aprovado por unanimidade. Finalizando a Gestora senhora Maria Aparecida agradece a todos pela presença e dá por encerrada a reunião. Nada mais a tratar eu Keila Teles Ferreira Secretária Executiva desse Conselho lavrei a presente Ata que será assinada por mim e por todos os presentes.

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:D89649BE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
REGIMENTO INTERNO DA V CONFERENCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

REGIMENTO INTERNO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAURU

CAPÍTULO I DO OBJETIVO, TEMÁRIO

Art. 1º A V Conferência Municipal da Assistência Social será presidida pelo(a) Presidente(a) do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e realizada de 08 de Agosto de 2013.

Art. 2º A V Conferência Municipal da Assistência Social foi convocada por meio do Portaria nº 417 de agosto de 2013, assinado, conjuntamente, pelo(a) Prefeito(a) e pelo(a) Presidente(a) do Conselho Municipal de Assistência Social, em cumprimento ao disposto na Lei Municipal nº. 554 de 07 de agosto de 2013.

Art. 3º A V Conferência Municipal da Assistência Social constitui-se em instância que tem por atribuição a avaliação da política da assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único da Assistência Social –SUAS.

Art. 4º A V Conferência Municipal tem por objetivo analisar, propor e deliberar com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado, e eleger Delegados(as) para V Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 5º A V Conferência Municipal tem como tema: "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS" e como eixos e objetivos específicos:

I - EIXO 1: O COFINANCIAMENTO OBRIGATÓRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Objetivos específicos:

a) Avaliar o atual quadro da gestão orçamentária e financeira;

b) Fortalecer o orçamento próprio para o cofinanciamento da política de assistência social;

c) Promover o conhecimento sobre o ciclo orçamentário e suas peças, bem como prazos e interlocutores;

d) Afirmar junto aos gestores o compromisso do cofinanciamento da política de assistência social por meio de mecanismos institucionais e outros, tomando como premissa o exercício do controle social.

II - EIXO 2: GESTÃO DO SUAS: VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, PROCESSOS DE PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Objetivos específicos:

a) Avaliar e compreender a concepção da vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação, para o aprimoramento da gestão do SUAS, tomando como premissa o exercício do controle social;

b) Discutir e analisar a operacionalização da vigilância socioassistencial, enfocando a utilização de todos os sistemas de informação, da organização do diagnóstico socioterritorial e do mapeamento de vulnerabilidades.

III - EIXO 3: GESTÃO DO TRABALHO

Objetivos específicos:

a) Avaliar e reafirmar a concepção de gestão do trabalho para o aprimoramento da gestão do SUAS e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios, tomando como premissa o exercício do controle social;

b) Discutir a gestão do trabalho na perspectiva da implantação de quadros efetivos de funcionários, de planos de cargos, carreiras e salários, de concurso público;

c) Qualificar o debate sobre a educação permanente na assistência social.

IV - EIXO 4: GESTÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Objetivos específicos:

a) Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento dos serviços, programas e projetos ofertados pela rede socioassistencial, tendo em vista a qualidade e efetividade dessas ofertas;

b) Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, programas e projetos, tomando como parâmetro os níveis de complexidade do SUAS: proteção social básica e especial;

c) Avaliar a organização dos serviços, programas e projetos, a partir da sua estrutura: territorialidade, equipe de referência, acessibilidade, equipamentos e horários de funcionamento.

V - EIXO 5: GESTÃO DOS BENEFÍCIOS NO SUAS

Objetivos específicos:

d) Avaliar do ponto de vista do controle social os processos de acompanhamento da gestão dos benefícios e transferência de renda;

e) Avaliar e fortalecer a gestão dos benefícios e transferência de renda na assistência social, na perspectiva da garantia dos direitos dos usuários da consolidação do SUAS;

f) Avaliar a gestão dos processos de articulação e integração entre serviços, benefícios e transferências de renda, na perspectiva da intersetorialidade com as demais políticas públicas.

VI - EIXO 6: REGIONALIZAÇÃO

Objetivos específicos:

a) Avaliar e fortalecer a gestão compartilhada e integrada dos entes federados, visando à garantia da integralidade de acesso às proteções, resguardando as diversidades regionais, culturais e étnicas;

b) Promover debate sobre o desafio da intersetorialidade das políticas públicas, na perspectiva da regionalização;

c) Reconhecer as diversas realidades socioeconômicas, culturais e étnicas e suas expressões (questão fronteiriça, imigração, migração, grande obras e megaeventos) tendo em vista a garantia dos direitos socioassistenciais.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A V Conferência Municipal será presidida pelo Presidente do CMAS e, como Presidente de Honra, o Prefeito Municipal de xxx. Parágrafo único. Na ausência do Presidente, o Vice-Presidente do CMAS assumirá a Presidência.
Art. 7º A V Conferência Municipal contará com um momento de Abertura, Painéis, Plenária Temática, Debates e Plenária Final.

CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES
Art. 8º Poderão se inscrever como participantes da V Conferência Municipal pessoas ou instituições interessadas no aperfeiçoamento, implementação e consolidação da Política de Assistência Social na condição de:
I- Delegados(as), desde que devidamente credenciados(as), com direito a voz e voto:
a) Representantes governamentais; 5
b) Representantes da sociedade civil, considerando os seguintes segmentos:
b.1) entidades ou organizações de assistência social;
b.2) entidades representantes dos trabalhadores do SUAS;
b.3) usuários e organizações de usuários. II- Convidados(as), desde que devidamente credenciados, com direito a voz:
a) pessoas interessadas nas questões afetas à Política de Assistência Social;
b) representantes das Universidades, Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, Judiciário, Ministério Público, Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos.
Parágrafo único. São Delegados(as) Natos(as) conselheiros(as) titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO IV DO CREDENCIAMENTO
Art. 9º O credenciamento dos(as) participantes da V Conferência Municipal será efetuado no dia 08 de Agosto de 2013 das 12:00 às 13:00 horas e tem como objetivo identificar os participantes e a condição de participação.
Art. 10º O crachá de Delegado(a) na conferência é o instrumento que dá o direito ao voto na Plenária Final, sendo este pessoal.
Art.11 As excepcionalidades surgidas no credenciamento serão tratadas pela Comissão Organizadora.

CAPÍTULO V DOS PAINÉIS E PALESTRAS

Art. 12 Os painéis e palestras terão por finalidade promover o aprofundamento do debate dos 6 (seis) eixos.
Art. 13 Os painéis e/ou palestras contarão com expositor(es) para discorrer sobre o temário, que disporão de 30 a 40 minutos para sua apresentação, e mais 40 minutos serão destinados aos debates com a plenária.
Art. 14 Cada painel e/ou palestra terá a colaboração de um(a) Coordenador(a) de Mesa, indicado(a) pela Comissão Organizadora, que ficará responsável por controlar o uso do tempo e organizar as perguntas formuladas pela plenária.
Art. 15 A Comissão Organizadora indicará um(a) Relator(a) que ficará responsável, durante a exposição, pelo resumo escrito da fala do(s) expositor(es) sobre o tema.
Art. 16 As intervenções dos(as) participantes poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito e encaminhadas a(o) Coordenador(a) da Mesa.
Parágrafo único. O tempo de cada intervenção será de 3 minutos.

CAPITULO VI DAS PLENÁRIAS TEMÁTICAS

Art. 17 As Plenárias Temáticas serão de caráter analítico e propositivo, onde serão apresentados os trabalhos realizados na fase pré-conferência (preparatória), que culminavam com o agrupamento e análise das deliberações das conferências anteriores, preferencialmente a partir da Conferência de 2005.
Art. 18 As Plenárias Temáticas serão realizadas simultaneamente, em número de 6 (seis) conforme definido na programação, no dia 08/08 de 2013, no horário das 12:00 h às 17:30 h, e contará com a participação de Delegados(as), Convidados (as) previamente distribuídos no momento do credenciamento.
Art. 19 O documento contendo a análise de cada eixo, elaborado na fase pré-conferência, será discutido nas seis plenárias temáticas, sendo uma para cada eixo:
1.Plenária Temática do Eixo 1: O cofinanciamento obrigatório da assistência social;
2.Plenária Temática do Eixo 2: Gestão do SUAS: vigilância socioassistencial, processos de planejamento, monitoramento e avaliação;
3.Plenária Temática do Eixo 3: Gestão do trabalho;
4.Plenária Temática do Eixo 4: Gestão dos serviços,programas e projetos;
5.Plenária Temática do Eixo 5: Gestão dos benefícios no SUAS;
6.Plenária Temática do Eixo 6: Regionalização.
Art. 20 O produto das plenárias temáticas será encaminhado para a plenária final para discussão e deliberação sob a forma de propostas novas e recomendações da Conferência Municipal.
Art. 21 As propostas novas serão deliberadas para o próprio ente municipal, enquanto as recomendações podem ser para o ente municipal, estadual e para a União.
Parágrafo § 1º.O debate das temáticas pode ser agrupado, em conformidade com a possibilidade da Conferência, desde que se garanta que o preenchimento do instrumental de registro será feito por eixo temático e não de forma única.
Parágrafo § 2º. Desta análise a conferência deverá avaliar, nas plenárias temáticas, as propostas novas que significam deliberações ainda não efetuadas nas conferências anteriores ou deliberações que podem ser atualizadas com os dados de informação como Censo SUAS ou a partir das novas normativas ou outras fontes.
Parágrafo § 3º. Na Plenária Temática as deliberações anteriores ainda não executadas e que permanecem necessárias e atuais para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no município, podem retornar como recomendação, sendo validadas na plenária final.
Art. 22 Cada Plenária Temática contará com um(a) Coordenador(a) de Mesa, indicado(a) pela Comissão Organizadora, que ficará responsável por controlar o uso do tempo e organizar as perguntas formuladas pela plenária.
Art. 23 A Comissão Organizadora indicará um(a) Relator(a) por eixo, que ficará responsável em auxiliar o CMAS no preenchimento de Instrumental próprio (Instrumental 2 - Registro e Sistematização das Conferências Municipais de Assistência Social 2013 - CNAS Informe nº4/2013) ao final da conferência. 7
Art. 24 As intervenções dos(as) participantes poderão ser feitas oralmente ou apresentadas por escrito e encaminhadas a(o) Coordenador(a) da Plenária Temática.
Parágrafo único. O tempo de cada intervenção será de 3 minutos.
CAPÍTULO VII DA PLENÁRIA FINAL
Art. 25 A Plenária Final é o momento de discussão e deliberação.
Art. 26 A Plenária final é constituída de Delegados(as) e Convidados (as). Terão direito a voto os (as) Delegados (as) devidamente credenciados (as) na V Conferência Municipal e que estejam de posse do crachá de identificação. Aos demais participantes será garantido o direito a voz.
Art. 27 Na Plenária Final serão definidas as propostas novas que significam deliberações ainda não efetuadas nas conferências anteriores ou deliberações que podem ser atualizadas com os dados de informação como Censo SUAS ou a partir das novas normativas ou outras fontes. As propostas novas serão feitas para o município.
Art. 28 As deliberações anteriores, ainda não executadas e que permanecem necessárias e atuais para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no município, serão validadas na plenária final como recomendações.
Art 29 Constarão do instrumental próprio (Instrumental 2) as propostas que obtiverem, no mínimo, a aprovação de metade mais um dos(as) participantes presentes na Plenária Final.
Art. 30 O Produto da Conferência Municipal será encaminhado para o Conselho Estadual em instrumento próprio (Instrumental 2) contendo a análise qualitativa de cada eixo, relacionando as deliberações das propostas novas das Conferências Municipais e as recomendações.

CAPÍTULO VIII DAS SESSÕES PLENÁRIAS

Art. 31 As Sessões Plenárias serão abertas a todos(as) participantes da V Conferência Municipal, observando o disposto nos incisos I e II, do artigo 6º, deste Regimento.

Art. 32 A Sessão Plenária Final terá caráter deliberativo com a finalidade de:

I. Analisar, recomendar e propor, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a corresponsabilidade de cada ente federado;

II. Eleger 3 Delegados(as) para participar da X Conferência Estadual de Assistência Social.

CAPÍTULO IX DA ELEIÇÃO DOS(AS) DELEGADOS(AS)

Art. 33 Serão candidatos(as) a Delegados(as) para X Conferência Estadual de Assistência Social, os participantes elencados no inciso I do artigo 6º deste Regimento. 8

Parágrafo único. Os(as) candidatos(as) a Delegados(as) deverão apresentar documento de identificação pessoal.

Art.34 A escolha dos(as) 3 delegados(as) para a X Conferência Estadual de Assistência Social, entre participantes da V Conferência Municipal, será paritária na seguinte proporção:

I - 50% dos(as) representantes da Sociedade Civil, conforme segmentos abaixo relacionados:

a) dos(as) usuários(as) dos Serviços de Assistência Social;

b) dos(as) trabalhadores(as) do SUAS;

c) das entidades e organizações de assistência social.

II - 50% de representantes do Governo local. Parágrafo § 1º. A escolha dos(as) Delegados(as) se dará em conformidade com o número de vagas destinadas ao município pelo Conselho Estadual de Assistência Social, previamente informada.

Parágrafo § 2º. Serão eleitos(as) 3 suplentes de delegados(as) paritariamente.

Art. 35 A relação dos Delegados eleitos e seus respectivos suplentes deverá ser enviada ao Conselho Estadual de Assistência Social até a data 20/08/2013.

Parágrafo único. Na impossibilidade do(a) Delegado(a) titular estar presente na conferência Estadual, o respectivo suplente será convocado para exercer a representação do município

CAPÍTULO X DAS MOÇÕES

Art. 36 As moções deverão ser apresentadas à Relatoria da V Conferência Municipal, devidamente assinadas por 50 % de Delegados(as) presentes, até a instalação da Plenária Final.

Parágrafo Único. As Moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação.

Art. 37 As moções serão apreciadas pela Plenária Final. Após a leitura de cada moção proceder-se-á a votação, sendo aprovadas as que obtiverem a maioria dos votos dos(as) Delegados(as).

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38 Aos participantes das Plenárias é assegurado o direito de levantar questões de ordem à Mesa Coordenadora, sempre que julgarem não estar sendo cumprido este Regimento.

Parágrafo único. Em regime de votação, são vedados os levantamentos de questões de ordem.

Art. 39 Serão conferidos Certificados a todos(as) participantes da V Conferência Municipal e aos Painelistas e Membros da Comissão Organizadora.

Art. 40 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e apresentados para votação da Plenária.

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:9A18B128

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL

REGIMENTO INTERNO

Art. 1° - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, instituído pela Lei n.° 554, de 07 de Agosto de 2013, é Órgão Colegiado de natureza deliberativa, com representação paritária entre representantes governamentais e da sociedade civil e fiscalizador das atividades de assistência social do Município, de caráter permanente, tendo seu funcionamento regulado por este Regimento.

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2° - O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é composto por vinte (20) membros, dez (10) titulares e dez (10) membros suplentes, de acordo com os critérios contidos na Lei n.°554 de 07 de agosto de 2013, nomeados pelo Prefeito Municipal, para desempenharem um mandato de 02(dois) anos.

Parágrafo Único: Os dez (10), representantes do Executivo Municipal serão indicados pelos *Secretários Municipais* dos Órgãos que possuem assento no CMAS, *atendendo aos critérios estabelecidos a seguir:*

a) 2- representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
b) 2- representante da Secretaria Municipal de Educação;
c) 2-representante da Secretaria Municipal de Saúde;
d) 2-representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
e) 2- representante da Secretaria Municipal de Administração.

II – **Da Sociedade Civil** (adaptar de acordo com a realidade no município, ou seja, somente colocar a categoria de representação, se houver no município):

a) 4- representantes de entidades **de Usuários** ou de Defesa de Direitos dos Usuários de Assistência Social, no âmbito municipal;
b) 2- representantes de entidades **Prestadoras de Serviço** da Área de Assistência Social, no âmbito municipal.
c) 4- representante de entidades dos **Trabalhadores da Área** de Assistência Social, no âmbito municipal;

§ 1º Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.
§ 2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.
§ 3º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento.
§ 4º Quando na sociedade civil houver uma única entidade habilitada de uma dada categoria, admitir-se-á, provisória e excepcionalmente enquanto novas entidades surjam que o CMAS preencha as vagas de titular e suplência com representantes da mesma entidade.
§ 5º Os representantes da Sociedade Civil, serão eleitos em fórum próprio, precedendo a ampla divulgação da eleição do CMAS.

Art. 3º - As Entidades e o Governo Municipal poderão, a qualquer tempo, realizar a substituição de seus respectivos representantes, através de comunicação expressa, encaminhadas à presidência do CMAS.

Art. 4º Também será substituído pelo Governo Municipal ou pela Entidade, o membro que ao seu mandato apresentar um dos motivos que seguem:
I – Morte;
II – Renúncia expressa pelo conselheiro;
III- O membro titular que deixar de comparecer, sem justificativa por escrito, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas. As justificativas não aceitas pela plenária serão objeto de notificação pelo CMAS à Instituição.
IV- Os membros do CMAS também poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam, apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

Parágrafo Único. A presença do suplente na Reunião Plenária não abona a falta do titular.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º - O CMAS tem a seguinte estrutura de organização e funcionamento:
I - Plenária;
II -Mesa Diretora;

III-Secretaria Executiva;
IV-Comissões Temáticas;

Art. 6º - A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social é a instância de deliberação máxima configurada pela Reunião Ordinária ou Extraordinária dos seus membros.
§ 1º - a plenária do Conselho Municipal de Assistência Social instalar-se-á e deliberará com a presença da maioria simples de seus membros;
§ 2º - as deliberações de assuntos que dizem respeito às diretrizes gerais para a Política Municipal de Assistência Social, Fundo, Orçamento e Plano Municipal de Assistência Social, exigirá quórum mínimo para votação de 2/3 (dois terços) dos membros;
§ 3º - os suplentes do Conselho deverão participar das plenárias, sendo garantido o seu direito á voz, sem direito a voto quando presente o titular;
§ 4º - os suplentes serão automaticamente chamados, quando ausente o respectivo titular;
§ 5º - a plenária será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social que, em sua falta ou impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente e no caso de ausência ou impedimento de ambos, a plenária elegerá, entre seus membros, um Presidente para conduzir a Reunião;
§ 6º - as deliberações serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos dispostos no § 2º deste artigo;
§ 7º - a votação será nominal e/ou por aclamação, conforme deliberação da Plenária e cada membro titular terá direito a um voto;
§ 8º - as declarações de voto deverão ser consignadas em Ata da reunião a pedido do membro que o proferiu;
§ 9º - as Plenárias serão públicas, salvo quando tratar de matéria sujeita a sigilo, conforme deliberação das mesmas.

Art. 7º – Os trabalhos da Plenária obedecerão à seguinte ordem:
I- Verificação de presença e da existência de *quorum* para instalação da Plenária;
II- Apreciação e votação da ata da reunião anterior;
III- Deliberação da pauta da reunião;
IV- Informes gerais;
V- Apresentação, discussão e votação das matérias;
VI- Encerramento.

Art. 8 – A deliberação das matérias sujeitas à votação obedecerá à seguinte ordem:
I - O Presidente dará a palavra ao relator, que apresentará seu parecer por escrito ou oralmente;
II - Terminada a exposição, a matéria será posta em discussão; e encerrada a discussão, far-se-á a votação;
III - A leitura do parecer do relator poderá ser dispensada a critério da plenária se previamente, tiver sido distribuída cópia ou por meio eletrônico.

Art. 09 – O conselheiro que não julgar-se suficientemente esclarecido poderá pedir vista da matéria.
§ 1º - o prazo de vista será até a data da próxima reunião, mesmo que mais de um membro do conselho o solicite, podendo por deliberação da Plenária, ser prorrogado por mais uma reunião;
§ 2º - após entrar na pauta de uma reunião, a matéria deverá ser obrigatoriamente votada, no prazo máximo de duas reuniões.

Art. 10 – A pauta da reunião, organizada pela Secretaria Executiva, será apresentada no início da reunião.

§ 1º - os conselheiros, comissões ou grupos de trabalho poderão requerer inclusão de pauta para a reunião, cuja conveniência será imediatamente deliberada pela Plenária;
§ 2º - em caso de urgência ou de relevância a Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social, por voto da maioria simples, poderá alterar a pauta da reunião.

Art. 11 – A cada reunião será lavrada uma Ata com explanação sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações, a qual depois de aprovada pela Plenária em Sessão Ordinária deverá ser assinada pelos presentes em livro próprio com posterior assinatura do Presidente e Secretário executivo.

Parágrafo único. As deliberações serão publicadas, na forma de resolução, no diário oficial e/ou veículos de comunicação local.

Art. 12 – As datas de realização das Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social serão estabelecidas em Cronograma Anual, no mínimo uma por mês.

Art. 13 – É facultado aos conselheiros solicitar o reexame, por parte da plenária, de qualquer deliberação normativa exarada na reunião anterior, justificando possível ilegalidade, incorreção, inadequação técnica ou outra natureza.

DA MESA DIRETORA:
Art. 14 - A Mesa Diretora paritária terá mandato de 02(dois anos) ano, permitida uma recondução por igual período para o mesmo cargo, composta por:
I – Presidente;
II- Vice-Presidente.

Parágrafo Único: Os cargos dos incisos I e II serão eleitos pela maioria simples, em assembleia própria.

DAS COMPETÊNCIAS
Art. 15 Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social como principais atribuições:
I - aprovar a política de assistência social, elaborada em consonância com as diretrizes estabelecidas pelas conferências;
II - convocar as conferências de assistência social em sua esfera de governo e acompanhar a execução de suas deliberações;
III - aprovar o plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social;
IV - aprovar o plano de capacitação, elaborado pelo órgão gestor;
V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família (PBF);
VI - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS;
VII - planejar e deliberar sobre os gastos de no mínimo 3% (três por cento) dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho;
VIII – participar da elaboração e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como o planejamento e a aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos próprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos fundos de assistência social;
IX - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
X - aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;
XI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
XII - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
XIII - deliberar sobre planos de providência e planos de apoio à gestão descentralizada;
XIV - normatizar as ações e regular a prestação de serviços públicos estatais e não estatais no campo da assistência social, em consonância com as normas nacionais;
XV – inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços,programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos.
XVI - estabelecer mecanismos de articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas e de defesa e garantia de direitos;
XVII - estimular e acompanhar a criação de espaços de participação popular no SUAS;
XVIII - elaborar, aprovar e divulgar seu regimento interno, tendo como conteúdo mínimo:
a) competências do Conselho;

b) atribuições da Secretaria Executiva, Presidência, Vice-Presidência e Mesa Diretora;
c) criação, composição e funcionamento de comissões temáticas e de grupos de trabalho permanentes ou temporários;
d) processo eletivo para escolha do conselheiro-presidente e vice-presidente;
e) processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil, conforme prevista na legislação;

f) definição de quórum para deliberações e sua aplicabilidade;
g) direitos e deveres dos conselheiros;
h) trâmites e hipóteses para substituição de conselheiros e perda de mandatos;
i) periodicidade das reuniões ordinárias do plenário e das comissões e os casos de admissão de convocação extraordinária;
j) casos de substituição por impedimento ou vacância do conselheiro titular;
k) procedimento adotado para acompanhar, registrar e publicar as decisões das plenárias.

Art. 16 – Ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social compete:
I. Representar extrajudicialmente o Conselho Municipal de Assistência Social;
II. Convocar e presidir as reuniões do CMAS;
III. Submeter a pauta da reunião a deliberação da Plenária;
IV. Colocar em votação as matérias apresentadas e discutidas nas plenárias;
V. Assinar Resoluções, Atos Convocatórios, expedientes Administrativos e outros.

Parágrafo Único: Ao Vice-Presidente compete substituir o Presidente, em sua falta ou impedimento.
Art. 17 – Ao Conselheiro (a) do CMAS compete:
I- Participar da Plenária e das Comissões ou Grupos de trabalho para os quais foi designado, analisando, emitindo pareceres e proferindo seu voto sobre assuntos pertinentes em discussão;
II- Requerer votação de matéria em regime de urgência;
III- Propor a criação de Comissões ou Grupos de Trabalho, bem como sugerir nomes dos seus componentes;
IV- Votar sobre as propostas, pareceres e recomendações emitidos pelas
Comissões ou Grupos de Trabalho;
V- Apresentar moções ou proposições sobre assuntos de interesse da Assistência Social;
VI- Fornecer, quando solicitados pelos demais membros ou sempre que julgar importante para conhecimento e apreciação do Conselho, todos os dados e informações a que tenha acesso ou que se situem nas respectivas áreas de competência do Conselho;
VII- Requisitar à Secretaria Executiva e aos demais membros do Conselho todas as informações que julgarem necessárias para o desempenho de suas funções;
VIII- Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho ou pela Plenária, estando para isso devidamente credenciado.

Art. 18 – Aos Conselheiros Coordenadores das Comissões ou Grupos de Trabalho compete:
I- Coordenar reuniões das Comissões ou Grupos de Trabalho;
II- Assinar as Atas das reuniões e das propostas, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão ou Grupo de Trabalho, encaminhando-as à Secretaria Executiva do Conselho;
III- Solicitar à Secretaria Executiva do Conselho, apoio necessário ao funcionamento da respectiva Comissão ou Grupo de Trabalho;
IV- Prestar contas, junto à Plenária, dos recursos colocados à disposição da Comissão ou Grupo de Trabalho.

SECRETARIO (a) EXECUTIVO (a):
Art. 19 – Ao Secretário (a) Executivo (a) do Conselho Municipal de Assistência Social compete:
I- Promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho;
II- Dar suporte técnico operacional para o CMAS, com vistas a subsidiar suas deliberações e recomendações;
III- Articular-se com os outros Conselhos setoriais e com as Comissões e Grupos de Trabalho do CMAS;
IV- Executar outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Presidente do Conselho ou pela Plenária.
V- Levantar e sistematizar as informações que permitam ao Conselho Municipal de
Assistência Social tomar as decisões previstas em Lei;
VI- Executar atividades técnico-administrativas de apoio e de Assessoria ao Conselho, articulando-se com os Conselhos setoriais que tratam das demais Políticas Sociais;
VII- Expedir atos de convocação de Reuniões, por determinação do Presidente;
VIII- Auxiliar o Presidente na preparação das pautas, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no Protocolo e distribuindo-as aos membros do Conselho para conhecimento;
IX- Preparar publicar, no Diário Oficial do Município e/ou meio de comunicação de massa, as decisões proferidas pelo Conselho;
X- Secretariar as Reuniões, lavrar as Atas e promover medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Conselho.
XI- Fornecer suporte técnico suplementar ao Conselho Municipal de Assistência
Social;
XII- Desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas;

§ 1º - A Secretaria Executiva contará com o apoio de uma Equipe Técnica e Administrativa constituída de servidores do quadro do Órgão Gestor da Assistência Social responsável pela Coordenação da Política Municipal de Assistência Social e/ou requisitados de outros Órgãos da Administração Pública e em conformidade com a legislação pertinente, para cumprir as funções designadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 2º - Ficara a cargo da Secretaria Municipal da Assistência Social garantir ao CMAS, a infraestrutura física e material necessários ao seu funcionamento pleno. Ressalta-se que essas garantias se traduzem em: disponibilizar recursos humanos nos termos da Norma Operacional Básica de Recursos – NOB/RH, que integram a secretaria executiva do conselho; recursos financeiros para arcar com os custos de materiais de consumo e equipamentos, recursos para a realização da conferência de assistência social; recursos para arcar com despesas de passagens, traslados, alimentação, hospedagem dos/as conselheiros/as, tanto representantes governamentais, quanto da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

CAPITULO II
COMISSÕES TEMÁTICAS
Art. 20 – O Conselho Municipal de Assistência Social instituíra em caráter permanente as seguintes Comissões Temáticas:
I - Comissão de Cadastro, Inscrição, Fiscalização e Acompanhamento de Entidades Governamentais e Não Governamentais de Assistência Social;
II - Comissão de Articulação, Mobilização e Comunicação;
III - Comissão de Orçamento e Financiamento de Assistência Social;
IV - Comissão de Políticas, Norma e Programas.
V- Comissão de Ética.

Parágrafo Único: Poderão ser constituídas as Comissões Especiais com o objetivo de processar análise, elaborar propostas, pareceres e recomendações que subsidiem as decisões da Plenária, em assuntos extraordinários aqueles das demais Comissões, ou que justifiquem tratamento diferenciado.

Art. 21 – As Comissões Temáticas e/ou Grupos de Trabalho serão constituídos por membros indicados pelo Plenário e designado pelo Presidente do Conselho.

§ 1º - As Comissões ou Grupos de Trabalho serão dirigidos por um Coordenador e um Relator, eleitos entre os seus membros;
§ 2º - As Comissões Temáticas são formadas paritariamente, devendo ainda ser composta por conselheiros titulares e suplentes;
§ 3º - Os Grupos de trabalhos poderão ser compostos por conselheiros e convidados do CMAS.

Art. 22 – O Conselho Municipal de Assistência Social poderá convidar: Entidades,
Autoridades, Cientistas, Técnicos Nacionais e Estrangeiros, para colaborarem em estudos, pesquisas, ou participarem de Grupos de trabalhos instituídos no âmbito do próprio Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 23 – Para melhor desempenho de suas funções as Comissões poderão recorrer a pessoa, entidades pública ou privada, para em conjunto realizar estudos, elaborar pareceres, realizar capacitações e outras atividade inerente ao Conselho.

Art. 24 – Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal de Assistência Social, entre outras, as Instituições de Ensino, Pesquisa e Cultura, Organizações Não Governamentais – ONG's, Especialistas, Profissionais da Administração Pública e privada, Prestadores e Usuários da Assistência Social.

CAPITULO III
DOS CONSELHEIROS
Art. 25 – Compete aos Conselheiros (as):
I- Comparecer às plenárias já tendo apreciado a ata da reunião anterior:
II- Justificar por escrito as faltas em reuniões do Conselho:
III- Assinar sua presença na reunião a que comparecer;
IV- Exercer o Controle Social da Politica Municipal de Assistência Social;
V-- Solicitar à Mesa Diretora a inclusão, na agenda dos trabalhos, de assuntos que deseja discutir;
VI- Propor convocação das plenárias extraordinárias;
VII- Relatar e discutir os processos que lhe foram atribuídos e neles proferir seu voto, emitindo parecer com fundamentação, dentro de no máximo 15 (quinze) dias;
VIII- Solicitar, justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos;
IX- Assinar atos e pareceres do processo em que for relator;
X- Declarar-se impedido de proceder à relatoria e participar de comissões, justificando a razão do impedimento;
XI- Apresentar, em nome de comissão, voto, parecer, proposta ou recomendação por ela defendida;
XII- Proferir declaração de voto quando assim o desejar;
XIII- Pedir vista de processo em discussão, devolvendo-o com Parecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou requerer adiamento da votação;
XIV- Solicitar ao presidente, quando julgar necessário, a presença, em Plenárias, do postulante ou de titular de qualquer Órgão para prestar informações que se mostrarem indispensáveis;
XV- Propor alterações no Regimento do CMAS;
XVI Votar e ser votado para cargos do Conselho;
XVII- Requisitar à Secretaria Executiva e solicitar aos demais membros do Conselho todas as informações necessárias para o desempenho de suas atribuições;
XVIII- Fornecer á Secretaria Executiva todos os dados e informações que tenha acesso ou que se situem na área de sua competência, sempre os julgar importantes para o trabalho do Conselho, ou quando solicitados pelos demais membros;
XIX- Requerer votação de matéria em regime de urgência;
XX- Apresentar moções, requerimentos ou proposições sobre assuntos ligados à assistência social;
XXI- Deliberar sobre propostas, pareceres e recomendações emitidas pela
Comissões Temáticas;
XXII- Exercer atribuições no âmbito de sua competência ou outras designadas pela Plenária;
XXIII- Participar de eventos de capacitação e aperfeiçoamento na área de assistência social;
XXIV.- Elaborar relatórios das reuniões das Comissões Externas a qual foi designado pela Plenária para representar o CMAS;
XXV- Participação das conferências Nacionais, Estaduais, Regionais e Municipais de Assistência Social.

CAPITULO IV
ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
A eleição das representações da sociedade civil no conselho municipal de assistência social processar-se-á de acordo com os artigos a seguir.

SEÇÃO I
DA HABILITAÇÃO
Art. 26 As entidades e organizações representantes dos prestadores de serviço de assistência social, usuários ou organização de usuários da assistência social e profissionais ligados á área da assistência social, que desejarem participar do processo de escolha dos respectivos representantes no CMAS deverão cadastrar-se perante a Comissão de Habilitação, até 20 (vinte) dias seguintes ao da publicação do edital em diário oficial do município, chamando as eleições.
§ 1° Para a realização das eleições far-se-á necessário obedecer aos seguintes requisitos:
I - O pedido de habilitação deverá ser assinado pelo/a Representante legal da Entidade, dirigido a Comissão de Habilitação e protocolado na Secretaria Executiva do CMAS;
II - O pedido de habilitação da entidade será indeferido de imediato quando não acompanhado dos originais e cópias dos documentos a seguir:
a) Estatuto/s da Entidade devidamente registrada em cartório;
b) Ata de eleição e posse da diretoria atual, registrada em cartório;
c) Atas das duas últimas Assembleias Gerais ordinárias;
d) Relatório das atividades do ano anterior;
e) Procuração particular outorgando poderes especiais ao mandatário/a para representar a entidade, quando não o fizer a Representação legal da mesma;
f) Comprovação que atua na esfera municipal, isolada ou cumulativamente, na realização de atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, nos termos do artigo 2° do Decreto n° 6.308 de 14/12/07 e Resolução n° 191 de 10/11/05 do CNAS.
§ 2° - Para os representantes de usuários será dispensada a apresentação de estatuto social. No entanto, tal representação deverá comprovar regular funcionamento através da apresentação dos demais documentos requeridos e através da declaração de reconhecimento de existência e atuação, expedida pelo órgão gestor da assistência social municipal, podendo ser assinado pelo secretário/a, coordenador(a) de CRAS ou CREAS.

§ 3º - É vedado que mais de uma entidade seja representada pelo mesmo procurador/a.

Art. 27 As decisões relativas aos pedidos de habilitação serão publicadas em diário oficial do município ou instrumento congênere.

SEÇÃO II
DA COMISSÃO DE HABILITAÇÃO
Art. 28 Para atender às entidades e organizações interessadas em habilitar-se à vaga no CMAS será criada uma comissão de habilitação com as seguintes atribuições:
I - A comissão de habilitação será constituída por 05 (cinco) Conselheiros/as representantes da sociedade civil, designados pelo Plenário do CMAS e que não estejam concorrendo ao pleito.
II - Às decisões da comissão de habilitação, caberá recurso para a comissão eleitoral, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, contadas da ciência de decisão por parte da entidade interessada ou de sua publicação em diário oficial, valendo o que primeiro ocorrer.
Parágrafo Único - Na fase de habilitação, somente se admitirá recurso de entidades e organizações, no caso de indeferimento de seu próprio pedido de habilitação.

SEÇÃO III
DA COMISSÃO ELEITORAL
Art. 29 Para organização e encaminhamentos do processo eleitoral, será constituída comissão eleitoral eleita e designada pelo Plenário do CMAS/MT, cujo funcionamento dar-se-á:
I - A comissão eleitoral será constituída por 05 (cinco) Conselheiros/as, designados pelo Plenário do CMAS/MT e que não estejam concorrendo ao pleito.
II - As decisões da comissão eleitoral, nos recursos de habilitação, quando não forem publicadas, deverão ser encaminhadas à parte interessada na forma prevista em edital de processo eleitoral do CMAS/MT.

III - A comissão eleitoral deverá concluir, no prazo estabelecido em edital, o julgamento dos recursos contra as decisões da comissão de habilitação, publicando a relação das entidades e organizações habilitadas ao pleito.
IV - As decisões da comissão eleitoral serão tomadas por maioria presente à totalidade de seus membros.

Art. 30 Os trabalhos das comissões de habilitação e eleitoral serão apoiados pela Secretaria Executiva do CEAS/MT.

Art. 31 Todas as entidades e organizações habilitadas ao processo eleitoral do CMAS/MT serão elegíveis e elegerão. As que desejarem se candidatar a uma vaga no CMAS/MT deverão apresentar requerimento de candidatura por escrito à comissão eleitoral, mediante:
I - Pedido de Registro de Candidatura - será feito na data, hora e local estabelecidos em edital, dirigido a Comissão Eleitoral do CMAS/MT, instruído com a indicação de prova de habilitação e indicação de qual vaga, dos três segmentos de representação se candidata.
II – Observância do número de 10 vagas, assim distribuídas:
a) 2 representações das Entidades e organizações de Assistência Social, sendo 01 titular e 01 suplente;
b) 4 representações de Trabalhadores da Área de Assistência Social, sendo 02 titulares e 02 suplentes, de acordo com a Resolução nº 23, de 16/02/2006 do CNAS;
c) 4 representações dos Usuários ou organização de usuários da Assistência Social, sendo 02 titulares e 02 suplentes, de acordo com a Resolução n° 24 de 16/02/2006 do CNAS.
Parágrafo Único - Entende-se por entidades ou organizações da assistência social ou de usuários, as que prestam, sem fins lucrativos, atendimento aos beneficiários abrangidos pela Lei n° 8.742/93, regulamentado pelo Decreto n° 6.308 de 14/12/07.

Art. 32 Cabe à comissão eleitoral decidir sobre os pedidos de registros de candidatura.

Art. 33 As eleições terão lugar na data, hora e local designados em edital próprio baixado pelo CMAS/MT, perante a comissão receptora e apuradora dos votos e da eleição.

SEÇÃO IV
DA COMISSÃO RECEPTORA E APURADORA
Art. 34 A Comissão Receptora e Apuradora será composta pelo/a Presidente do CMAS/MT, que a presidirá, e por 05 Conselheiros/as da sociedade civil eleitos pelo Plenário do CMAS/MT e que não estejam concorrendo ao pleito, observando-se o seguinte:
I - A eleição processar-se-á em assembléia geral das entidades e organizações habilitadas e com suas candidaturas devidamente registradas.
II - Cada entidade terá direito a 03 (três) votos, sendo 01 (um) voto para cada segmento a ser preenchido (Prestador/a de Serviço, Profissionais e Usuários da Assistência Social).
III - Votará o representante legal da entidade ou seu procurador/a, indicado/a na fase de habilitação, vedada à representação de mais de uma entidade pelo mesmo procurador/a ou mais de um procurador/a para a mesma entidade.
IV - A votação será secreta e os votos serão depositados em uma inviolável perante a comissão receptora e apuradora.
V - Terminada a votação, passar-se-á imediatamente à apuração dos votos pela comissão apuradora.
Parágrafo Único - A comissão receptora e apuradora dos votos decidirá de plano a impugnação contra a votação e a apuração, devendo ser a ela dirigida o pedido. Sendorejeitado o pedido de impugnação, caberá recurso à comissão eleitoral, que deverá ser interposto imediatamente.

Art. 35 Não se admitirá recurso de votação ou de apuração sem a prévia impugnação.

Art. 36 Às entidades e organizações poderão fiscalizar ou em seu lugar, indicar um/a fiscal durante o processo de votação e apuração, podendo este/a oferecer pedido de impugnação e recurso à comissão eleitoral.

SEÇÃO V
DOS ELEITOS
Art. 37 Serão considerados eleitos às vagas titulares no CEAS/MT, as entidades e organizações que obtiverem maior número de votos em cada segmento de representação e para as vagas de suplência, as com maior número de votos após as titulares mais votadas.

Art. 38 A comissão de habilitação, a comissão eleitoral, a comissão receptora e apuradora, o/a Presidente do CMAS/MT poderão, antes de adotar qualquer medida ou tomar qualquer providência ou decidir sobre qualquer questão, pedido, requerimento, impugnação ou recurso oferecido por quem quer que seja, solicitar orientação do Ministério Público Estadual/Federal.

Art. 39 No caso de empate entre as entidades e organizações, a comissão eleitoral deliberará de acordo com o critério da cronologia, ou seja, a entidade fundada há mais tempo ocupará o lugar.

Art. 41 Terminada a votação e apuração, lavrar-se-á a ata com o resultado da eleição, que será encaminhada à Comissão Eleitoral, a quem caberá proclamar os eleitos num prazo de 24 horas após a eleição e informar à Secretaria Executiva do CMAS/MT a relação das entidades e organizações eleitas, nos 03 (três) segmentos e nos lugares de titularidade e suplência.

Parágrafo Único - O primeiro suplente exercerá exclusivamente a suplência do primeiro titular no mesmo segmento, o segundo suplente a suplência do segundo titular e assim sucessivamente.

Art. 42 As entidades e organizações eleitas indicarão no prazo fixado em edital, os nomes de seus representantes a ocupar a vaga no CMAS/MT.

Art. 43 Os representantes das entidades e organizações eleitas tomarão posse coletivamente, perante o CMAS/MT, em data previamente estabelecida, em sessão solene e oficial, amplamente divulgada.

Art. 44 As competências da comissão de habilitação e da comissão receptora e apuradora cessam com o fim das suas respectivas fases e a competência da comissão eleitoral cessa com a promulgação dos nomes das entidades e organizações eleitas.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 44 – Os membros do CMAS não receberão qualquer remuneração por sua participação no Colegiado e os serviços prestados, serão considerados, para todos os efeitos, como de interesse público e de alta relevância social.

Parágrafo Único: A cobertura das despesas com transporte e locomoção, estadia e alimentação não serão consideradas remuneração.

Art. 45 – Fica facultado ao CMAS criar um documento funcional de identificação do conselheiro (a).

Art. 46 – O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, deverá proceder à solicitação da indicação dos novos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para novo mandato do Conselho, no prazo de 60 (sessenta) dias, antes do término do mandato dos (as) Conselheiros (as).

Art. 47 – É vedado a todos os Conselheiros, representar, emitir pareceres e/ou posicionarem-se publicamente em nome do CMAS, sem prévia anuência da Plenária.

Art. 48 – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão dirimidos pela Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 49 – O presente Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, poderá ser modificado por “quorum” qualificado de 2/3 (dois terços) de seus membros.

JAURU/MT, 07 DE AGOSTO DE 2013.

JOSÉ TAVARES FILHO
Presidente do Conselho

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria de Assistência Social. Brasília, dezembro de 2004.
- BRASIL. Resolução N. 23 e 24 de 16 de Fevereiro de 2006. Conselho Nacional de Assistência Social.
BRASIL. Orientação acerca dos Conselhos e do Controle Social da Política Pública de Assistência Social – SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social – 2006.
MATO GROPSSO. Regimento Interno do Conselho Estadual de Assistência Social. Publicado no Diário Oficial no dia 15 de janeiro de 2010.
CUIABÁ - MATO GROSSO. Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social Resolução CMAS Nº. 025/2010)
FORTALEZA. Subsídios para qualificações das Ações dos Conselhos de Assistência Social – Regimento Interno do Conselho página 45.

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:78105D5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 417/2013

PORTARIA Nº. 417 DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

PORTARIA CONJUNTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JAURU-MT, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI Nº 554 DE 07 DE AGOSTO DE 2013, RESOLVEM:

Artigo 1º - Convocar a V Conferência Municipal de Assistência Social do município de Jauru-MT com o tema **A Gestão e o Financiamento na Efetivação do Suas.**
§ 1º a V Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á em Plenário na Câmara Municipal de Jauru-MT, no dia 08 de Agosto de 2013.
§ 2º a V Conferência municipal de Assistência Social terá como objetivo geral: **Analisar, propor e deliberar, com base na avaliação local, as diretrizes para gestão e financiamento do Sistema Único da Assistência Social, reconhecendo a co-responsabilidade de cada ente federado.**

Artigo 2º - Instituir Comissão Organizadora, coordenada por Maria Aparecida Antunes de Souza Secretária Municipal de Assistência Social e José Tavares Filho Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Dailma Rodrigues de Oliveira Costa, Keila Teles Ferreira, Amarilda Rosa de Santana Silva, Nathienne Silva Pinto, Shirley Aparecida de Oliveira, Sônia Aparecida Dias Ferreira Balbino, Andréia Maria do Carmo, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida através de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Jauru, para a organização da V Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - Apoiarão a organização da Conferência os setores vinculados ao órgão gestor.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Paço Municipal Presidente "Tancredo de Almeida Neves", em Jauru – MT 07 de agosto de 2013.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Anderson Pavini
Código Identificador:5D88AF03

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 141/2013

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em Processo Seletivo Simplificado n° 001/2013, do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM, Prefeito Municipal de Juina, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Processo Seletivo Simplificado n° 001/2013,** realizado nos termos do **Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2013**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do **ANEXO ÚNICO**, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Alan Kardec, Perímetro Urbano AR - 01, S/N, Centro, no Município de Juína-Mt, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos **07** de **Agosto** de **2013**.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal de Juina

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

VALDOIR ANTONIO PEZZINI
Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 141/2013.

Processo Seletivo Simplificado n° 001/2013

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

I – PROFESSOR NÃO HABILITADO NÍVEL MÉDIO – ZONA RURAL – 30 HORAS:

Classificação	Inscrição	Candidato
29º	515350869	MELQUISEDEQUE FERNANDO R. DE MIRANDA
30º	51554440	LEANDRO ELVIS RODRIGUES
31º	51597746	RUBIA BARBOSA DE MORAIS
32º	5153863791	NILVA MARTINS RIBEIRO
33º	5157061909	ESTEFANIA APARECIDA DE OLIVEIRA

34º	515127	NEILDE SILVA CAVASSANI

Publicado por:
Giseli Botelho Domingos
Código Identificador:A17FED8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 38/2013
PREGÃO: Nº 050/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos 2 dias do mês de agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa AUTO PEÇAS RONDOBRAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.742.520/0001-38, com sede AV. JK, 1933, SETOR DE SERVIÇO, JUINA, MATO GROSSO, neste ato, representado pelo WAGNER CUNHA DE OLIVEIRA, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 427375 SEJUSP/AC, inscrito no CPF/MF sob o N° 756.970.412-68, residente e domiciliado na Cidade de Juina, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA, GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS, do Edital do Pregão Presencial nº 050/2013:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)
GENEROS FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA

LOTE 02: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 04: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 11: MARCA IVECO – MICROONIBUS.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 12: MARCA IVECO – MICROONIBUS.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 14: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**22%**	
LOTE 18: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 20: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 22: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	

LOTE 24: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 26: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**22%**	
LOTE 28: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**	
LOTE 32: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**21%**	
LOTE 46: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**23%**	
LOTE 48: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**	
LOTE 49: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 50: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 51: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**22%**	
LOTE 52: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 53: MARCA IVECO - ONIBUS		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 54: MARCA IVECO - ONIBUS		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 55: MARCA IVECO - ONIBUS		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**	
LOTE 56: MARCA IVECO - ONIBUS		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 58: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LOTE 60: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.		**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15%**	
LORTE 70:MARCA VOLVO - ONIBUS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**15**	
LOTE 72:MARCA VOLVO – ONIBUS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		

RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	

LOTE 73:MARCA CITRÖEN – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETE	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		

LOTE 74:MARCA CITRÖEN – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETE	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MECÂNICA E ACESSORIOS.	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	

LOTE 75: MARCA CITROEN – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETE	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 76: MARCA CITROEN – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETE	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 78: MARCA MERCEDES BENS – MICRO ONIBUS	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS.	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	7%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 80: MARCA MERCEDES BENS – MICRO ONIBUS	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	7%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 82: MARCA FORD – CAMINHÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	7%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 84: MARCA FORD – CAMINHÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINHA ELETRICA	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 86: MARCA RANDON – CAMINHÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	

LOTE 88: MARCA RANDON – CAMINHÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDONBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 90: MARCA VOLVO – CAMINHÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANI E ACESSORIOS	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	
LOTE 92: MARCA VOLVO – CAMINHÃO	MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
RONDOBRAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	5%	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	15%	

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 2 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

AUTO PEÇAS RONDOBRAS LTDA

WAGNER CUNHA DE OLIVEIRA
Cpf Nº 756.970.412-68
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 771.046.411-49 CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:29A146F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 39/2013
PREGÃO: Nº 050/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos 2 dias do mês de Agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa APROCAMPO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIO LTDA -EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 01.361.211/0001-12, com sede AV. JK 5186, LOTE 3, QUADRA 2, JUINA, MATO GROSSO, neste ato, representado pelo EDUARDO SOARES GODA, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 633274 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o N° 452.608.001-25, residente e domiciliado na Av. 2 de Dezembro 1551, Bairro Centro, Nova Olimpia, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.
1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA, GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS, do Edital do Pregão Presencial nº 050/2013:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

GENEROS FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA

LOTE 09: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 10: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**	
LOTE 13: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMIONHENETE.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 14: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 15: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 16: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**	
LOTE 25: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 26: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 29: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 30: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**	
LOTE 31: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 32: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	

PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 41: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 42: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 43: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 44: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**	
LOTE 45: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**27%**	
LOTE 46: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 47: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 48: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 57B: MARCA VOLARE – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 58B: MARCA VOLARE – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**16%**	
LOTE 59B: MARCA VOLARE – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**26%**	
LOTE 60B: MARCA VOLARE – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**16%**	
LOTE 61: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 62: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**16%**	
LOTE 63: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**26%**	
LOTE 64: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
APROCAMPO		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**16%**	

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br
8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR
8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 2 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

APROCAMPO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA
CNPJ 01.361.211/0001-12

EDUARDO SOARES GODA
Cpf Nº 452.608.001-25
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n° 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:FF3B516C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2013

PREGÃO: Nº 050/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos 2 dias do mês de Agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.220.404/0001-04, com sede AV. DA FEB, N°1479, VARZEA GRANDE, MATO GROSSO, neste ato, representado pelo LUIZ ANTONIO BOÇOM, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 3.159.800-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o N° 456.700.219-91, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro, n° 493, bairro Nova Várzea Grande, Várzea Grande, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.
1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA, GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS, do Edital do Pregão Presencial nº 050/2013:
2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL
2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.
3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
4. DO PREÇO
4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.
4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.
5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)
GENEROS FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA

LOTE 93: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
DIMAQ	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**
LOTE 95: CASE – MAQUINAS PESAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
DIMAQ	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**
LOTE 117: TEMA TERRA – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
DIMAQ	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**
LOTE 119: MULLER – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICAS E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
DIMAQ	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br
8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR
8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será

descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 2 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

DIMAQ CAMPOTRAT CUIABA COMERCIAL LTDA
CNPJ 05.220.404/0001-04

LUIZ ANTONIO BOÇON
CPF nº 456.700.219-91
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n° 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:19A0A8A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 41/2013
PREGÃO: Nº 050/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos 2 dias do mês de Agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com

sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa NT COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.975.746/0001-62, com sede AV. ULISSES POMPEU DE CAMPOS 3000C, JARDIM PANORAMA, VARZEA GRANDE, MATO GROSSO, neste ato, representado pelo ANDERSON CLEITON NASCIMENTO, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 2383033-6 S.E.J.S.P/MT, inscrito no CPF/MF sob o N° 025.957.549-63, residente e domiciliado na Rua B, Quadra 15, casa 23, bairro Mapim, Várzea Grande, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA, GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS, do Edital do Pregão Presencial nº 050/2013:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

GENEROS FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA

LOTE 93: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	
LOTE 94: KOMATSU – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 95: CASE – MAQUINAS PESAS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	
LOTE 96: CASE – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 97: FIAT ALLIS – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 98: FIAT ALLIS – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 105: NEW HOLLAND – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCON LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 106: NEW HOLLAND – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICAS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 107: JCB – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 108: JCB – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICAS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**
LOTE 109: RANDON – MAQUINAS PESDAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
NT MAQUINAS	

PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**	
LOTE 110: RANDON – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**	
LOTE 113: CBT – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 114: CBT – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 117: TEMA TERRA – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 118: TEMA TERRA – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**5%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**18%**	
LOTE 119: MULLER – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICAS E ACESSORIOS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %		
LOTE 120: MULLER – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICAS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
NT MAQUINAS		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".

9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 2 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

NT COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS PESADAS LTDA
CNPJ 13.975.746/0001-62

ANDERSON CLEITON NASCIMENTO
Cpf Nº 025.957.549-63
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n° 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:07DCDC8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 42/2013
PREGÃO: Nº 050/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos 2 dias do mês de Agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 0430558/0001-92, com sede AV. MIGUEL SUTIL, N°3.031 BAIRRO BOSQUE DA SAUDE, CUIABA, MATO GROSSO, neste ato, representado pelo ABILIO SIQUEIRA MENDONÇA, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 098206 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o N° 201824901-06, residente e domiciliado na Rua 51 n° 538, bairro Boa Esperança, Cuiabá, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.
1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA, GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS, do Edital do Pregão Presencial nº 050/2013:
2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL
2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.
3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
4. DO PREÇO
4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.
4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.
5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)
GENEROS FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA

LOTE 99: MASSEY FERGUSSON – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
TRICATE		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 100: MASSEY FERGUSSON – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
TRICATE		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 101: CATERPILLAR – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
TRICATE		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 102: CATERPILLAR – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR ELTRICA**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
TRICATE		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 103: VOLVO – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
TRICATE		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	
LOTE 104: VOLVO – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LIENAR LINHA ELETRICA**	
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.		
TRICATE		
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**	

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS
6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:
a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br
8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR
8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada,

assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 2 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATRORES LTDA
CNPJ 70.430.558/0007-92

ABILIO SIQUEIRA MENDONÇA
Cpf Nº 201.824,901-06
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n° 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:D01B6B13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2013

PREGÃO: Nº 050/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES
Aos 2 dias do mês de Agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.838.209/0001-78, com sede AV. DA FEB, N°2.222 LUC – 51, BAIRRO JARDIN CERRADO, VARZEA GRANDE, MATO GROSSO, neste ato, representada pela TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO, brasileira, empresária, portador da Cédula de identidade RG 4043362 DGPC/GO, inscrito no CPF/MF sob o N° 885.384.431-00, residente e domiciliada na Rua projetada II, quadra 3, casa 09, bairro Jardim Cerrados, Várzea Grande, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.
1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DA LINHA MECÂNICA E ELÉTRICA, GENUÍNOS E/OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS OPERACIONAIS AUTOMÓVEIS LEVES, UTILITÁRIOS, CAMIONETE, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS, do Edital do Pregão Presencial nº 050/2013:
2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL
2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.
3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
4. DO PREÇO
4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.
4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.
4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.
4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.
4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.
5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS
5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.
5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)
GENEROS FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSORIOS DA LINHA MECANICA E ELETRICA

LOTE 01: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS	**6%**

PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**28%**
LOTE 03: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**28%**
LOTE 05: MARCA HONDA – MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 06: MARCA HONDA – MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 07: MARCA HONDA – MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 08: MARCA HONDA – MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 09: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**29%**
LOTE 11: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**26%**
LOTE 13: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMIONHENETE.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**29%**
LOTE 15: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**26%**
LOTE 17: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMIONHENETE.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**35%**
LOTE 18: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	
LOTE 19: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**30%**

LOTE 21: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMIONHENETE.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**29%**
LOTE 23: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 25: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**29%**
LOTE 27: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**26%**
LOTE 28: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	
LOTE 29: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**31,5%**
LOTE 31: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**
LOTE 33: MARCA MERCEDEZ BENZ – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS	**41%**

PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	
LOTE 34: MARCA MERCEDES BENZ – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**19%**
LOTE 35: MARCA MERCEDES BENZ – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**35%**
LOTE 36: MARCA MERCEDES BENZ – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**21%**
LOTE 37: MARCA MERCEDEZ BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**7%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**41%**
LOTE 38: MARCA MERCEDES BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**21%**
LOTE 39: MARCA MERCEDES BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**35%**
LOTE 40: MARCA MERCEDES BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínase/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**16%**
LOTE 41: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**26%**
LOTE 42: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**21%**
LOTE 43: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 47: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 49: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**
LOTE 53: MARCA IVECO - ONIBUS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**29%**
LOTE 57: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**
LOTE 59: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 57B: MARCA VOLARE – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**33%**
LOTE 61: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**33%**
LOTE 65: MARCA YAMAHA - MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 66: MARCA YAMAHA - MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECÂNICA E ACESSÓRIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 67: MARCA YAMAHA - MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS SISTEMA AUDATEX – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 68: MARCA YAMAHA - MOTOCICLETA	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELÉTRICA.**

BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12**
LOTE 69: MARCA VOLVO - UNIBUS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**25%**
LOTE 71:MARCA VOLVO – ONIBUS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR ELÉTRICA.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**

LOTE 73:MARCA CITRÔEN – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETE	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**16%**

LOTE 77: MARCA MERCEDES BENS – MICRO ONIBUS	**MAIOR PERCETAUL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**41%**
LOTE 79: MARCA MERCEDES BENS – MICRO ONIBUS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**9%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**35%**
LOTE 81: MARCA FORD - CAMINHÃO	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIO**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**32%**
LOTE 83: MARCA FORD – CAMINHÃO	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**28%**
LOTE 85: MARCA RANDON – CAMINHÃO	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 87: MARCA RANDON – CAMINHÃO	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 89: MARCA VOLVO – CAMINHÃO	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 91: MARCA VOLVO – CAMINHÃO	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**6%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**20%**
LOTE 111: XCMG – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANIA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 112: XCMG – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 115: MURRAY – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 116: MURRAY – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICAS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 121: RENTAL – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA MECANICA E ACESSORIOS**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**
LOTE 122: RENTAL – MAQUINAS PESADAS	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR LINHA ELETRICA**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **peças/acessórios genuínas e/ou originais – primeira linha**.	
MACRO PEÇAS	
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS GENUINAS %	**2%**
PERCENTUAL DE DESCONTOS PEÇAS ORIGINAIS 1ª LINHA %	**12%**

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.
10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 2 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI -EPP
CNPJ 07.838.209/0001-78

TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI
CPF nº 885.384.431-00
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n° 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:14D1E70C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREVIDENCIA MUNICIPAL - LAMBARI PREVI
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2013

DATA: 17/07/2013

VIGÊNCIA: Do dia 17/07/ 2013 à 31/12/2013

OBJETO: Serviços técnicos especializados em assessoria continuada nas áreas previdenciária, na concessão de benefícios e jurídica, entendendo

Valor mensal: R$ 1.743,33 (Hum mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos). Sendo pago no mes de julho, apenas o proporcional dos dias em que foram prestados o referido serviço.

Valor global: R$ 10.460,00 (dez mil quatrocentos e sessenta reais).

Contratada: PERFORMANCE – ASSESSORIA PUBLICA (P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA) devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º 09.517.508/0001-36.

Publicado por:
Neliton da Silva Mota
Código Identificador:EE111027

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 822 DE 01 DE AGOSTO DE 2013

Convoca a Realização da I Conferência Municipal de Cultura de Lucas do Rio Verde e dá outras providências.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA, Prefeito do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a Portaria nº 33, do Ministério da Cultura, de 16 de abril de 2013, publicada no D.O.U. de 17 de abril de 2013, a qual convoca a 3ª Conferência Nacional de Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 1ª Conferência Municipal de Cultura de Lucas do Rio Verde que será realizada nos dias 10 e 11 de Agosto de 2013, na Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde;

Art. 2º A Secretaria da Cultura e Turismo será o órgão responsável pelas providências operacionais para a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Lucas do Rio Verde;

Art. 3º Os casos omissos da 1ª Conferência Municipal de Cultura de Lucas do Rio Verde serão decididos pela Comissão Organizadora.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lucas do Rio Verde/MT, 01 de agosto de 2013

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito Municipal

MARIO FERNANDO GOMES PAEL
Secretário de Cultura e Turismo

Publicado por:
Aline Hartmann
Código Identificador:1C4612E1

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para execução de mão de obra para construção de 01 (uma) balança para pesagem de caminhões do Ecoponto no Anel Viário, no Município de Lucas do Rio Verde – MT.
Data de Abertura: 06/08/2013
Empresa Vencedora: JOILSON NOBRES DA SILVA & CIA LTDA, com o valor de R$ 39.805,84(trinta e nove mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos).
Lucas do Rio Verde MT, 06 de agosto de 2013.

CARLOS ANTUNES RODRIGUES

Presidente CPL

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:52DB5D72

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2013

O MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados que prorroga a data, do dia **07 de AGOSTO de 2013, às 14h00min para a data de 20 de AGOSTO DE 2013 às 08h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Rua Guaíra nº. 777, Centro, neste Município de Marcelândia – MT, **licitação na modalidade menor preço por item,** com a finalidade de **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de gás de cozinha (GLP) botijão de gás 13Kg para atender as secretarias municipais,** conforme especificações mínimas constantes no Termo de Referência do Edital. O edital completo encontra-se disponível junto a Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT, durante o horário normal de expediente das 07h00min às 11h00min das 13h00min às 17h00min, e no site www.marcelandia.mt.gov.br, maiores informações pelos telefones: (66) 3536-3100/1828.
Marcelândia MT, 07 de AGOSTO de 2013.

ALCINDO PINTO RODRIGUES NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alcindo Pinto Rodrigues Neto
Código Identificador:6CED98CB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
PORTARIA Nº 23 DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

NOMEIA RESPONSAVEL PARA DAR BAIXA NOS, BENS E PATRIMONIO DO SAEMI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Diretor Geral do SAEMI - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de MIRASSOL D OESTE – MT, no uso de suas legais atribuições, resolve baixar a seguinte.

Artigo 1º - Fica designada responsável para dar baixa nos bens e patrimônio do SAEMI, a servidora ANA PAULA BELISARIO DO NASCIMENTO.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso.

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:DCD63CF0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO CONTRATOS MÊS JULHO 2013
CONTRATO Nº 079/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Fawa Construtora LTDA ME. **Objeto**: Prestação de Serviços de Reforma de Ponte de madeira sobre o Córrego Quebózinho, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras. **Valor: R$ 60.057,64** (sessenta mil, cinqüenta reais e sessenta e quatro centavos). **Data**: 02 de julho de 2013. **Prazo**: 02 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Fawa Construtora LTDA ME

WAGNER DIAS DA SILVA
Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:B9A3475C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 080/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Center Diesel Comércio de Peças e Serviços LTDA. **Objeto**: Contratação de empresa especializada para Revisão de Veículo VM 260 Placa NPC 3771, incluindo substituição de Peças e Serviços de Mão de Obra. **Valor: R$ 6.850,00** (seis mil oitocentos e cinqüenta reais). **Data**: 03 de julho de 2013. **Prazo**: 03 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Center Diesel Comércio de Peças e Serviços LTDA – Rosiléa Alves – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:B973AC37

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 081/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Nacon Sondagens LTDA. **Objeto**: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de Caracterização de Subleito. **Valor: R$ 3.000,00** (três mil reais). **Data**: 03 de julho de 2013. **Prazo**: 30 dias. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Nacon Sondagens LTDA – Silvio Tupinambá Fernandes de Sá – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:D0253ADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 082/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa José Adeildo Domingos ME. **Objeto**: Contratação de empresa para o transporte dos feirantes e produtos a serem comercializados na Feira Municipal, da Zona Rural para a Feira Municipal na Zona Urbana, no município de Nobres - MT. **Valor: R$ 6.000,00** (seis mil reais). **Data**: 03 de julho de 2013. **Prazo**: 02 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e José Adeildo Domingos ME – José Adeildo Domingos – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:843A34A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOD E CONTRATO

CONTRATO Nº 083/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos LTDA. **Objeto**: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de alunos da educação básica das redes públicas de ensino, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação. **Valor: R$ 227.780,00** (duzentos e vinte e sete mil setecentos e oitenta reais). **Data**: 01 de julho de 2013. **Prazo**: 12 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos LTDA – Adriana Cecconello – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:5B95851F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 084/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Daruma Telecomunicações e Informática SA. **Objeto**: Contratação de solução integrada interativa de computador e projeção, denominada Computador Interativo e Solução de Lousa Digital, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação. **Valor: R$ 10.950,00** (dez mil novecentos e cinqüenta reais). **Data**: 13 de julho de 2013. **Prazo**: 24 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Daruma Telecomunicações e Informática SA – Mário Luis Campo Grande de Jesus Mendes – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:37A5BD5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 085/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Fawa Construtora LTDA ME. **Objeto**: Contratação de Empresa especializada para Reforma da Cobertura da Escola Dalcy Cândido de Souza. **Valor: R$ 11.023,78** (onze mil, vinte e três reais e setenta e oito centavos). **Data**: 03 de julho de 2013. **Prazo**: 30 dias. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Fawa Construtora LTDA ME – Wagner Dias da Silva – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:C6C49A74

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 086/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e o Sr. Mizael de Souza Cortes. **Objeto**: Prestação de Serviços de assistência aos Operadores e Maquinários em serviço na Recuperação da MT 240, no transporte de Óleo Diesel, refeições para os operadores da máquina bem como a prestação de eventuais socorros. **Valor: R$ 4.500,00** (quatro mil e quinhentos). **Data**: 18 de julho de 2013. **Prazo**: 45 dias. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Mizael de Souza Cortes – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:6B7FCC63

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DECONTRATOS

CONTRATO Nº 087/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Riron Engenharia Comércio e Representações LTDA EPP. **Objeto**: Contratação de Quadra Poliesportiva Coberta na localidade de Bom Jardim, no Município de Nobres, para atender ao Convênio nº 163/2010 - SINFRA. **Valor: R$ 196.972,64** (cento e

noventa e seis mil novecentos e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos). **Data**: 23 de julho de 2013. **Prazo**: 06 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Riron Engenharia Comércio e Representações LTDA EPP – Wagner Luis Nunes Rondon – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:A3ADBA07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

EXTRATOS DOS ADITIVOS
1º Aditivo ao Contrato nº 04/2013 – Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e o Sr. Roberto Dornelles Costa. **Objeto**: Prorrogação da vigência do contrato nº 04/2013 cujo objeto é a locação de parte do terreno para abrigar depósito de entulhos do lixo na localidade Coqueiral – Quebó por mais 30 (trinta) dias. **Data** 26 de julho de 2013. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Roberto Dornelles Costa – contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:456BE09B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRTATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Noemerson Real de Brito. **Objeto**: Futura e eventual Locação de diárias de 02 (dois) caminhões caçamba para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Nobres - MT. **Valor: R$ 155.760,00** (cento e cinqüenta e cinco mil setecentos e sessenta reais). **Data**: 12 de julho de 2013. **Prazo**: 12 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Noemerson Real de Brito – Noemerson Real de Brito – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:80D729F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Millenium Papelaria e Materiais de Informática LTDA. **Objeto**: Futura e eventual aquisição de Material Escolar. **Valor: R$ 510.000,00** (quinhentos e dez mil reais). **Data**: 03 de julho de 2013. **Prazo**: 12 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Millenium Papelaria e Materiais de Informática LTDA – Glacyele Pacheco da Silva – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:D02B737D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa BR Paving Construções e Serviços LTDA. **Objeto**: Futura e eventual aquisição de 1.500 toneladas de Massa Asfaltica (CBUQ) para atender a demanda da Secretaria de Obras do Município de Nobres. **Valor: R$ 321.795,00** (trezentos e vinte e um mil setecentos e noventa e cinco reais). **Data**: 01 de julho de 2013. **Prazo**: 12 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e BR Paving Construções e Serviços LTDA – Flávio Luiz Weydmann – Contratado

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:633AACAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2013- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Romanelli Exportação e Importação LTDA. **Objeto**: Futura e eventual aquisição de vassoura de arrasto e coletora, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Nobres - MT. **Valor: R$ 40.341,00** (quarenta mil trezentos e quarenta e um reais). **Data**: 18 de julho de 2013. **Prazo**: 12 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Romanelli Exportação e Importação LTDA – Márcio Souza Santana – Contratado.

Publicado por:
Andrea Navarros Borges
Código Identificador:77DE9BCE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

NOSSA PREVI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 007/2013, DE 31 JULHO DE 2013

"Dispõe sobre alteração da concessão de beneficio de Pensão por Morte em favor do Sr. Antonio Cornélio da Costa".

O Diretor Executivo da NOSSA-PREVI – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40º, § 7º, inciso I, da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional Nº 41/2003, combinado com o Art. 30º, inciso I, da Lei Nº 516/2005, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Pensão por Morte, em decorrência do falecimento da servidora inativa Srª **JOSEFA VITORIA DA COSTA**, ocorrido em 29/01/2011, sendo portadora do RG N° 431687 SSP/MT, CPF N° 208.410.351-72, inativa conforme Processo TCE/MT 433/2007, assim sendo proventos integrais em favor do cônjuge Sr **ANTONIO CORNELIO DA COSTA**, portador do RG Nº 431677 SSP/MT, CPF Nº 063.487.771-20 e titulo de eleitor Nº 007384211813 zona 058, seção 0016, conforme o processo da NOSSA-PREVI Nº 2011.07.0001, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 29/01/2011, revogada as disposições em contrário, em especial a portaria Nº 004/2011, de junho de 2011.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 31 de julho de 2013.

MANOEL GONÇALO DE CAMPOS
Diretor Executivo

HOMOLOGO:
CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:53E21F7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 181/2013

Otarci Nunes da Rosa Secretario de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder elevação de Classe aos servidores: Dulce Ferraz de Oliveira Magalhães, Técnico de Enfermagem com base no processo

3317/2013 e Laura Cristina do Amaral Maciel, Nutricionista, com base no processo nº 2264/2012, da Classe "**A"** para a Classe "**B".**
Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01 de julho 2013.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 22 de julho de 2013.

OTARCI NUNES DA ROSA
Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:E81DE9AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 182/2013

Otarci Nunes da Rosa, Secretario de Administração, Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder afastamento de Licença Prêmio ao servidor Jose Roberto da Silva Rego, lotado na Sec. Municipal de Saúde no cargo de Prof. de Nível Superior/Dentista, referente a 01 período (três meses) conforme processo nº 2393/2012.

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir de 01/07/2013.

Nossa Senhora do Livramento, 22 de julho de 2013.

OTARCI NUNES DA ROSA
Secretario de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:CA622D2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº. 185/2013

Otarci Nunes da Rosa Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º - Retornar os Profissionais do Magistério Público Municipal transferido por meio da Portaria nº. 029/2013 para as Unidades onde se encontram desempenhando suas atividades atualmente, e Transferir os demais servidores abaixo relacionados conforme segue:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PSF RURAL:
- Ezanil Morais de Arruda;
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – HOSPITAL:
- Oliva Venância dos Santos
- Joselina de Campos Curado e Silva;
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- FUNDEB 40%:
- Paulo Cesar de Freitas

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a 01/07/2013.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 24 de julho de 2013.

OTARCI NUNES DA ROSA
Secretario Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:EDCEEC1E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 186/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 044/2013** - Empresa Estopas Mil Produtos de Limpeza Ltda EPP, fornecimento de Materiais de Limpeza/ Manutenção e Óleos Lubrificantes.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de Maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:B5AC70F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 187/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal, **MARIA AUXILIADORA DA SILVA CUNHA**, brasileira, RG:02627620 SSP/MT, CPF: 230.028.911-34, residente na Av. Governador Julio Campos, nº 45, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 045/2013** – Empresa Enivaldo de Campos Almeida , Serviços de Sonorização nos Eventos da Prefeitura.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 13 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:C66659A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 188/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248.761-72, residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 046/2013** – Empresa Millenium Papelaria e Material de Informática, Aquisição de Materiais de Expedientes para todas as secretarias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:A22C929A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 189/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 047/2013** - Empresa Pedro José da Costa, serviços de manutenção preventiva dos ônibus Grande e Micro ônibus.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:32124723

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 190/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248.761-72, residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 048/2013** – Empresa Mariluza Oliveira Rosa-ME, Aquisição de Materiais de Expedientes para todas as secretarias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:56A22618

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 191/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248.761-72, residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 049/2013** – Empresa Suprema Com. E Rep. LTDA, Aquisição de Materiais de Expedientes para todas as secretarias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 27 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:EC4027E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 192/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **SANMARTIN CURADO**, brasileiro, RG: 11949481 SJ/MT, CPF: 846.248.761-72, residente na Rua João Vicente de Barros, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 050/2013** – Empresa Helio Luis da Silva -ME, Aquisição de Materiais de Expedientes para todas as secretarias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:755B4595

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 193/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **REINALDO RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, RG: 15232280 SSP/MT, CPF: 001.384.061-46, residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 051/2013** – Empresa Viviane R. Claudino -ME, Aquisição de Equipamentos de Informática e Acessórios para todas as secretarias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:AC833A55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 194/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal, **REINALDO RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, RG: 15232280 SSP/MT, CPF: 001.384.061-46, residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 052/2013** – Empresa Mariluza Oliveira Rosa-ME, Aquisição de Equipamentos de Informática e Acessórios para todas as secretarias.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 29 de maio de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:381757BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 195/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretário Municipal, **ELISEU JULIANO TIRLONI**, brasileiro, RG: 13470922 SSP/MT, CPF: 730.121.811-72, residente na Rod. BR 070 – Campo Alegre, Bairro: Zona Rural, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 053/2013** – Empresa SEBRAE-MT, prestação de serviços de consultoria de Capacitação.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:B830CBAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 196/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde, **JOANETE AUXILIADORA DA COSTA**, brasileira, RG: 821709 SSP/MT, CPF: 580.647.701-06, residente na Av. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 054/2013** – Empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações Ltda -EPP, prestação de serviços de coleta, Transporte e tratamento e destinação final dos resíduos solido de material hospitalar.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:9AEEF3B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 198/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Saúde, **MARINES CHENET**, brasileira, RG:986051 SSP/MT, CPF: 667.804.701-04, residente na Rua João VI Qd 06 Lote 5B – Jd Imperador em Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 056/13** – Empresa Mario Roberto Transporte, para realizar transporte para pacientes em tratamento fora de domicilio TFD realizado em veiculo tipo VAN com capacidade de 12 passageiros.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 05 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:4E1B541D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 199/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Assistência Social, **JOCINEIA CONCEIÇÃO MIRANDA**, brasileira, RG:03318818 SSP/MT, CPF: 267.448.991-04, residente na Avenida Princiapl Distrio de Ribeirão dos Cocais, Zona Rural em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 057/13** – Empresa Marques & Mendonça Ltda, aquisição de Urnas Funerárias e serviços de funeral.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:81CCD7D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, representada pelo Sr. Otarci Nunes da Rosa, brasileiro, divorciado, vem por meio deste:

NOTIFICAR:
A Senhora **Andressa Cataldo Silva**, servidora desta Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Profissional de Nível Superior de Saúde/Bioquímica a comparecer a esta Secretaria imediatamente para resolver sua situação funcional, visto que o termino da Licença por interesse particular sem ônus se deu na data de 30/06/2013, e até o presente momento não consta sua presença no ambiente de trabalho, caracterizando abandono de emprego.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 07 de agosto de 2013.

OTARCI NUNES DA ROSA
Sec. Mun. de Administração, Planejamento e Finanças

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:CDD626C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 200/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Obras, **MANOEL GONÇALO DE CAMPOS**, brasileiro, RG: 11079312 SJ/MT, CPF: 823.217.951-15, residente na Ra C Q. 05, Bairro:Centro de Várzea Grande-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 058/2013** - Empresa Widal & Marchoretto LTDA, aquisição de filtros lubrificantes, para manutenção dos veículos leves e pesados da Prefeitura.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 10 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:67272393

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 201/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **RITA AURELIA PROENÇA**, brasileira, RG:087.231-33 SSP/MT, CPF: 629.881.741-72, residente na Rua Nova Zelândia, Q. 9 L 17 Jardim Imperial em Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 059/13** – Empresa Dental Centro Oeste Ltda, Aquisição de Material Odontologico.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 28 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:98840B49

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 202/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora Municipal da Secretaria de Saúde, **RITA AURELIA PROENÇA**, brasileira, RG:087.231-33 SSP/MT, CPF: 629.881.741-72, residente na Rua Nova Zelândia, Q. 9 L 17 Jardim Imperial em Várzea Grande -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 060/13** – Empresa Dihol Distribuidora Hospitalar Ltda, Aquisição de Material Odontológico.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 28 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:F588C61F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 203/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Servidor Municipal da Secretaria de Obras e Infra Estrutura - DAE, **ERIVELTO ROBERTO DE ASSIS**, brasileiro, RG: 11836709 SSP/MT, CPF: 865.157.721-49, residente na Av. Coronel Botelho em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 061/13** – Empresa Valério Beatriz & Fontana Ltda, prestação de serviços de manutenção de poços artesianos no município.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 20 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:E01D4B5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 204/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, **EUNALHA PEREIRA CONSTANCIO**, brasileira, RG: 10604723 SJ/MT, CPF: 834.998.491-00, residente na Av. Ulisses Pompeu de Campos, condomínio Jardim das Acácias nº 95, em Várzea Grande - MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 062/12** – Empresa Cyclo Comercio de Materiais Hidráulicos, prestação de serviços de perfuração de poços artesianos nas escolas municipais.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 20 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:6ED55D01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 205/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora Municipal da Secretaria de Assistência Social, **ALESSANDRA MARCIA DA SILVA**, brasileira, RG: 000918261 SSP/MT, CPF: 695.245.641-49, residente na Rua Governador Julio Campos, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 063/12** – Empresa RENASCER - ME, aquisição de Kits Cesta Básica.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 20 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:4576E8A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 206/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, **OTARCI NUNES DA ROSA**, brasileiro, RG: 14181088 SSP/MT, CPF: 100.722.251-49, residente na Zona Rural – Comunidade de Faval, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 064/12** – Empresa COMERCIAL COCAIS DE COMBUSTIVEL LTDA, aquisição de Combustível, Álcool, Gasolina e Diesel.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 20 de junho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:02199883

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 207/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde, **JOANETE AUXILIADORA DA COSTA**, brasileira, RG: 821709 SSP/MT, CPF: 580.647.701-06, residente na Av. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 065/2013** – Empresa Estopa Mil Materiais de Limpeza, aquisição material de limpeza, higienização e EPI (Equipamento de proteção individual) para atender o hospital e Unidades Básica de Saúde do município.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de julho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:126C689B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 208/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social, **LUCIA HELENA MIRANDA DA SILVA**, brasileira, RG:464.532SSP/MT, CPF: 487.455.961-15, residente na Rua A, nº 65, Bairro:Terra Nova , em Cuiabá-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 066/2013** – Empresa Senhor Visquival de Campos Martins, contratação de profissional para ministrar aula de Capoeira, para crianças, adolescentes e Jovens de 06 a 17 anos matriculados nos programas sociais no município de Nossa Senhora do Livramento-MT.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 04 de julho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:B38C093E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 209/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, **EUNALHA PEREIRA CONSTANCIO**, brasileira, RG: 10604723 SJ/MT, CPF: 834.998.491-00, residente na Av. Ulisses Pompeu de Campos, condomínio Jardim das Acácias nº 95, em Várzea Grande - MT**,** como **fiscal** do objeto do **Contrato nº 067/12** – Empresa P1 Assessoria Pública Empresarial Ltda, Contratação de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia para construção de escola.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de julho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:C9A8C90F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
PORTARIA Nº 210/2013

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Carlos Roberto da Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Secretaria Municipal de Governo, **MARIA AUXILIADORA DA SILVA CUNHA**, brasileira, RG:02627620 SSP/MT, CPF: 230.028.911-34, residente na Av. Governador Julio Campos, nº 45, Bairro: Centro , em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 068/2013** – Empresa Telefônica Brasil S/A, Serviços de Telefonia Móvel para Prefeitura.

Revogam-se todas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 17 de julho de 2013.

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:6A865403

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses do Contrato nº 038/2008, na Execução na Obra do Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistema de Esgotamento Sanitário, de 29 de Maio de 2008 a 30 de Maio de 2009, *de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações*

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:74CE04AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses do Contrato nº 038/2008, na Execução na Obra do Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistema de Esgotamento Sanitário, de 29 de Maio de 2009 a 30 de Maio de 2010, *de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações*
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:D47294AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses do Contrato nº 038/2008, na Execução na Obra do Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistema de Esgotamento Sanitário, de 29 de Maio de 2010 a 30 de Maio de 2011, *de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações*
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:2D58A39D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses do Contrato nº 038/2008, na Execução na Obra do Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistema de Esgotamento Sanitário, de 29 de Maio de 2011 a 30 de Maio de 2012, *de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações*
Prefeito Municipal: **JAMAR DA SILVA LIMA**

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:B6833030

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses do Contrato nº 038/2008, na Execução na Obra do Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistema de Esgotamento Sanitário, de 29 de Maio de 2012 a 30 de Maio de 2013, *de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações*

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:A2C952DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO - EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**
CONTRATADO: GEOSOLO ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA.
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 12 (doze) meses do Contrato nº 038/2008, na Execução na Obra do Sistema de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Sistema de Esgotamento Sanitário, de 29 de Maio de 2013 a 30 de Maio de 2014, *de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações*

JAMAR DA SILVA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:63CF1D02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 026/2013 MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°. 002/2013

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, com sede á Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n° 267, Centro, inscrito no CNPJ sob o n°. 15.023.963/0001-88, através da Comissão de Licitação, constituída pela portaria n° 036/2013 GABJAMA, torna público que se encontra aberto a partir do dia 06 de agosto de 2013, o Procedimento Licitatório acima citado, que será regido pela Lei Federal n° 8.666/93, atualizada pela Lei Federal n° 8.883/94, e alterações posteriores cujo objeto é Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de recuperação de 22,13 Km (vinte e dois quilômetros e cento e trinta metros) de Estradas Vicinais Padrão Alimentadora e construção de pontes, na localidade FICA FACA, conforme Plano de Trabalho e Projeto Básico aprovados no Convênio 723257/2009, estabelecido entre Município de Nova Brasilândia – MT, e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA – Secretaria Regional do Estado de Mato Grosso – SR 13/MT. **DATA DA ABERTURA:** Dia 27 de agosto de 2013 as 09:00 Horas (horário de Mato Grosso).**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**: Menor Preço Global**.** Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos que estarão no Setor de Compras, na sede da Prefeitura, mediante pagamento de taxa de 03 (três) UPF (Unidade Padrão Fiscal) Municipal, que deverá ser recolhida por meio de Guia de Arrecadação Municipal, no Setor de Arrecadação, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, n°. 267, Centro, Nova Brasilândia – MT, de segunda a sexta feira das 07: 00 á 11: 00 e das 13: 00 ás 17:00 horas para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.Poderão participar desta licitação as empresas do ramo, devidamente cadastradas na Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, ou não, mas que satisfaçam as condições para cadastramento até o 3° (terceiro) dia anterior a data da Sessão Inaugural do Certame, observada a necessária apresentação dos documentos solicitados no edital de Licitação.

Nova Brasilândia – MT, 06 de agosto de 2013.

JEAN CARLOS PEREIRA DE SOUZA
Presidente da Comissão (cpl)

Portaria n° 036/2013

Publicado por:
Lidiane Fogaça Neves
Código Identificador:477A59AB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2013 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 029/2013

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 001/2013, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado (s) a comparecer (em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50E, no prazo de 15 (Quinze) dias Subsequentes, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: 0165 – **MERENDEIRA BRIANORTE**

Classif.	NOME
01°	DORLI BISPO CHAVES FERREIRA

Cargo: 082 – **AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO**

Classif.	NOME
01°	REGIANE DOS SANTOS ARAUJO

Nova Maringá - MT, 07 de Agosto de 2013.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michel Souza Campos
Código Identificador:14FB60C1

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2013 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 030/2013

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Público 001/2013, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado (s) a comparecer (em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50E, no prazo de 15 (Quinze) dias Subsequentes, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: 0112 – **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**

Micro Área	Classif.	NOME
14 Zona Urbana Brianorte	01°	ANDREIA CRISTINA RODRIGUES MIRANDA
Micro Área	Classif.	NOME
18 Vale Arinos 01	01°	JOSE ANTONIO DA SILVA
Micro Área	Classif.	NOME
19 Vale Arinos 02	01°	NAIR LUIZA DRESCH
Micro Área	Classif.	NOME
02 Armazem Padrão-Projeto meu lar-sitio Alvorada-sitio	01°	ROSIANE CAMPOS DAMACENO

Verdes Campos-Av.Amos B.Zanchet até Auto Eletrica Fom Fom		

Micro Área	Classif.	NOME
10 Recinto Leopoldo Sant. Rua: Olavo Bilac, Castro Alves, Rui Barbosa, Getúlio Vargas, Nicaragua, Panama, Uruguai, Av. Santana, Santo Antonio, Joao Batista, Jose Garcez e Av José Marques	01°	ROBSON GADEIA BERNARDINO
Micro Área	Classif.	NOME
04 Rua Adriana, Meriellen, Solange, Tatiane, Albertina e Mayara.	01°	FRANCIELE GOMES DE OLIVEIRA

Nova Maringá - MT, 07 de Agosto de 2013.

JOÃO BRAGA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michel Souza Campos
Código Identificador:A63BE755

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2013

A Pregoeira da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação torna Público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, tipo menor preço, na modalidade Pregão Presencial, que tem como objeto Contratação de empresa especializada para aquisição de licenças de uso, manutenção, consultoria técnica em softwares de orçamento, tesouraria, contabilidade pública, recursos humanos e folha de pagamento, compras, licitação, patrimônio, almoxarifado, protocolo, controle de frotas e de controle Interno, para atender a Câmara Municipal de Nova Monte Verde, ***CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERENCIA,*** parte integrante deste edital de licitação. Os envelopes contendo as Propostas e documentações deverão ser entregues das 07:00 às 08:00 horas do dia 19 de agosto de 2.013, na Avenida Manoel Rodrigues de Souza, quadra 13, lote 13, centro, na cidade de Nova Monte Verde – Setor de Licitação e Contratos. A sessão terá inicio às 08:00 horas, na mesma data e local. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados em participar da licitação junto a Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT no setor de Licitações, durante o horário normal de expediente..

Nova Monte Verde/MT, 07 de agosto de 2.013

MARIA ESTELA NOETZOLD
Pregoeira

Publicado por:
Luciana Bazani
Código Identificador:FA9FED0E

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 55/2013/ DEPTO/ADM/COMPRAS
1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e X-SERVICE MANUTENÇÃO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS EIRELI - EPP
2.OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM TUBO DE RAIO-X 30,50 VÁCUO ISOLAMENTO, CÂMARA DE EXPANSÃO, SECAGEM EM ESTUFA E TESTES DE FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE.
3. DATA ASSINATURA: 02 de julho de 2013.
4.VIGÊNCIA: 31 de julho de 2013.
5.VALOR : R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Publicado por:
Luciana Bazani
Código Identificador:F8989FFA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 56/2013/ DEPTO/ADM/COMPRAS
1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e HELENA PAULINO ALVES RANGEL
2.OBJETO: Locação de um imóvel situado na Avenida Manoel Rodrigues de Souza, antiga Av. Barão de Melgaço, quadra 12, Lote 27, s/nº, Centro, Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo como finalidade sediar as instalações do **PREV-CIDADE.**
3. DATA ASSINATURA: 12 de julho de 2013.
4.VIGÊNCIA: 12 de dezembro de 2013.
5.VALOR : R$ 4.000,00 (quatro mil reais)
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 15/2013

Publicado por:
Luciana Bazani
Código Identificador:9C4C46B9

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 57/2013/ DEPTO/ADM/COMPRAS
1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e PUBLIC. ASSESSORIA E CONSULTORIA, SERVIÇOS CONTABIL LTDA-ME
2.OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS, REDE SOCIOASSISTENCIAL E GESTÃO, COM A FINALIDADE DE PRODUZIR E DIFUNDIR CONHECIMENTOS QIE DEVEM SER DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES E CAPACIDADES TÉCNICAS E GERENCIAIS.
3. DATA ASSINATURA: 18 de julho de 2013.
4.VIGÊNCIA: 31 de julho de 2013.
5.VALOR : R$ 6.000,00 (seis mil reais)

Publicado por:
Luciana Bazani
Código Identificador:88730FAA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22 - PREGÃO PRESENCIAL 31/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 22/2013.
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2879/2013.
Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 51, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARION SILVEIRA, brasileiro, casado, portador da C.I. RG n.º 4.131.758-2 SSP/PR e CPF/MF n.º 515.018.729-15, residente e domiciliado á Rodovia MT 208 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) MOIRES LUIZ WITT ME e FARIA E ROSSETO LTDA ME, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2013 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber ao Decreto

Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, conforme especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: MOIRES LUIZ WITT ME

CNPJ: 37.466.570/0001-81

ENDEREÇO: RODOVIA MT 208, LOTE 13 – CENTRO

LOTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	PLACA	PEDIDO	TOTAL
6	TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND TL 75E 4X2 2006 78 CV DIESEL	SEM PLACA	410	44.000,00
7	TRATOR AGRICOLA MF 283 MOTOR PERKINS P4000 1998 85	SEM PLACA	533	50.000,00
	CV DIESEL			
8	RETRO ESCAVADEIRA RANDON RD 406 ADVANCED 4X4 MOTOR MWM 84 HP 2012/2012 DIESEL	SEM PLACA	535	53.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO	**PLACA**		
14	AMBULANCIA RENAULT MASTER 120 DCI 2.5 TURBO INTERCOOLER 2007 114 CV DIESEL	NJA 5945	596	67.000,00
15	AMBULANCIA MERCEDES BENS SPRINTER 313 CDI 2005 129 CV DIESEL	DQH 9972	594	51.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS	**PLACA**		
20	PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA 180 2003 127 CV DIESEL	B 1974	652	43.000,00
21	PÁ CARREGADEIRA CASE W 20 E 1998 142 CV DIESEL	SEM PLACA	653	32.000,00
22	CAMINHONETE TOYOTA BANDEIRANTE 1995/1996 102 CV DIESEL	GMF 1246	538	19.000,00
23	MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120 B 1982 125 CV DIESEL	SEM PLACA	655	36.000,00
27	CAMINHÃO BASCULANTE FORD F 14000 1989 DIESEL	SEM PLACA	662	26.000,00
32	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENS L 2013 1982 140 CV DIESEL	JYZ 4761	695	23.000,00
35	MICRO ÔNIBUS MB LO 812 MARCOPOLO VICINO ESC 2010 115 CV DIESEL	NPJ 3211	711	14.000,00
37	MICRO ÔNIBUS VW 8.120 OD EURO MASCA GRANMINIO 2010 115 CV DIESEL	NJW 3756	555	12.000,00
39	MICRO ÔNIBUS IVECO CITYCLASS 70C16 F-1C TURBO 2011/2012 155 CV DIESEL	OBA 4551	558	14.000,00
45	ONIBUS MERCEDES BENS L 1113 MARCOPOLO 1986 130 CV DIESEL	ACW 1739	563	14.000,00
48	ONIBUS VW 15.190 MAN ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	SEM PLACA	566	15.000,00
49	ONIBUS VW 15.190 MAN ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	SEM PLACA	567	13.000,00
50	ONIBUS VW 15.190 MAN ORE 3 MOTOR MAN 2012/2013 186 CV DIESEL S50	SEM PLACA	568	14.000,00

FORNECEDOR: FARIA E ROSSETO LTDA ME CNPJ: 08.694.422/0001-16 ENDEREÇO: RODOVIA MT 208, S/N– CENTRO FONE: (66) 35971544

LOTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	PLACA	PEDIDO	TOTAL
9	CAMINHÃO AGRALE 8700 EURO V MOTOR CUMMINS ISF 3.8 152 CV 2012/2012 DIESEL S50	OAY 5664	536	19.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS			
18	CAMINHÃO BASCULANTE VW 24220 EURO 3 WORKER CUMINS 2009/2010 218 CV DIESEL	NPM 7037	650	29.000,00
19	CAMINHÃO BASCULANTE VW 24220 EURO 3 WORKER CUMINS 2009/2010 218 CV DIESEL	NPM 7697	651	27.500,00
28	CAMINHÃO BASCULANTE FORD F 12000 1999/2000 162 CV DIESEL	JZA 9585	687	25.000,00
29	CAMINHÃO BASCULANTE FORD CARGO 1418 1988 DIESEL	SEM PLACA	689	27.000,00
30	CAMINHÃO PIPA MERCEDES BENS 1982 DIESEL	JZN 5250	690	21.500,00
31	CAMINHÃO BASCULANTE MERCEDES BENS 1519 1977 215 CV DIESEL	JTO 4123	693	28.000,00
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
34	MICRO ÔNIBUS MB LO 812 MARCOPOLO VICINO ESC 2010 115 CV DIESEL	NPH 1356	537	16.000,00
36	MICRO ÔNIBUS MB LO 812 MARCOPOLO VICINO ESC 2010 115 CV DIESEL	NPL 6781	712	16.000,00
38	MICRO ÔNIBUS IVECO CITYCLASS 70C16 F-1C TURBO 2010 155 CV DIESEL	NPH 3844	557	16.000,00
41	CAMIONETE FORD F 1000 SS 1987 83 CV DIESEL	HQJ 0297	571	20.000,00
42	ONIBUS FORD CARGO 1618 1995 184 CV DIESEL	AFJ 2570	559	15.000,00
43	ONIBUS MERCEDES BENS OF 1315 OM 366 1989 DIESEL	CYN 5820	560	16.000,00
44	ONIBUS MERCEDES BENS OF 1314 1987 130 CV DIESEL	AGD 6838	561	16.000,00
46	ONIBUS MERCEDES BENS L 1113 CAIO 1985 130 CV DIESEL	BXJ 3263	564	14.000,00
47	ONIBUS VW 15.190 CAIO ORE 2 MOTOR MWM 2011/2012 185 CV DIESEL	OAT 8681	565	16.000,00
51	MICRO ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE V8L ESC MWM 4X4 2011/2012 115 CV DIESEL	OAY 9198	569	16.000,00
			TOTAL	**338.000,00**

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Monte Verde- MT da forma como forem solicitados pelo setor competente no **prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da Ordem de Entrega, não havendo valores ou número de itens mínimos para os pedidos, sendo os mesmos feitos de acordo com as necessidades do município.**

5.3. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor.

5.4. Substituir, às suas expensas, no prazo de 05(cinco) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.6. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.7. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.8. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.9. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.11. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.12. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial

atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;
5.13. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.
5.14. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;
6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos produtos;
6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;
6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;
6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;
6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.
6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
7. DO PAGAMENTO
7.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.
7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;
7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.
8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.
8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.
8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.
9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:
a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;
b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;
d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;
9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.
9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.
10. DAS PENALIDADES
10.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;
10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;
10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;
10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;
10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.
12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias

citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

05- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
001- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
12- Educação
361- Ensino Fundamental
0024- Gerenciamento Global da Educação
2012- Manutenção da Secretaria de Educação
102 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

05- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
001- Secretaria Municipal de Educação e Cultura
12- Educação
361- Ensino Fundamental
0029- Transporte Escolar
2013- Manutenção do Transporte Escolar
114 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

09- Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
001- Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
26 - Transporte
782 – Transporte Rodoviário
0021-URBANIZACAO E MANUTENCAO DE AREAS PUBLICAS
2 040-Manutencao Depto. de Obras e Transportes
374 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

04-SEC. MUN. PLANEJAMENTO, ADMINISTRACAO E FINANCAS
001-Sec. Mun. Planejamento, Administracao e Financas
04-ADMINISTRACAO
122-ADMINISTRACAO GERAL
0004-GESTAO ADMINISTRATIVA
2 006-Manutencao Atividades Sec. Plan. Adm. e Financas
374 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

08-SEC. MUN. ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA
001-Fundo Municipal de Assistencia Social
08-ASSISTENCIA SOCIAL
244-ASSISTENCIA COMUNITARIA
0041-PROTECAO SOCIAL BASICA
2 038-Manutencao do Fundo Municipal Assistencia Social
328 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

07-SEC. MUN. AGRICULT, PEC, MEIO AMBIENTE E TURISMO
001-Sec. Mun. Agricult. Pec. Meio Ambiente e Turismo
20-AGRICULTURA
606-EXTENSAO RURAL
0040-DESENVOLVIMENTO E PROMOCAO DA AGROPECUARIA
2036-Manutencao do Depto de Agricultura e Pecuaria
282 - 33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 301 – ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 0032 – BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA
Projeto/Atividade: 2029 – Bloco I – Atenção Básica
207 - 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 305-VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0036-BLOCO DE VIGILANCIA EM SAUDE
Projeto/Atividade: 2 031-Bloco III - Vigilancia em Saude
250 - 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0033-BLOCO DE MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR
Projeto/Atividade: 2 030-Bloco II - Atencao MAC Ambulatorial e Hospitalar
239 - 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0030-GESTAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE SAUDE
Projeto/Atividade: 2 026-Atividades a Cargo Fundo Municipal de Saude
190 - 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 31/2013, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da

CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 05 de julho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT
ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

MOIRES LUIZ WITT ME
Cnpj: 37.466.570/0001-81
Contratada(s)

FARIA E ROSSETO LTDA ME
Cnpj: 08.694.422/0001-16
Contratada(s)

Publicado por:
Luciana Bazani
Código Identificador:3CBA51DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 126/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 126/2013

1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Helenir Pereira da Silva

2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ZELADORA, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01/08/2013

4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.

5.VALOR: R$ 3.164,00 (três mil, cento e sessenta e quatro)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:FD2F1A71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 127/2013/DEPTO/RH

CONTRATO N°127/2013

1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Renata Felix Masalkas

2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORA AUXILIAR, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

3. DATA ASSINATURA: 01/08/2013

4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.

5.VALOR: R$ $ 3.164,00 (três mil, cento e sessenta e quatro)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:497A9FD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 128/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 128/2013

1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Juliana Dias Onofre
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFESSORA AUXILIAR, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 01/08/2013
4.VIGÊNCIA: 20 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 3.164,00 (três mil, cento e sessenta e quatro)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:BB5329BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESUMO CONTRATO 129/2013/DEPTO/RH

CONTRATO Nº. 129/2013
1.PARTES: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e Raquel Pinheiro de Matos de Oliveira Cardoso
2.OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CUJAS ATRIBUIÇÕES ESTÃO ELENCADAS NA LEI QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.
3. DATA ASSINATURA: 05/08/2013
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.
5.VALOR: R$ 3.277,00 (três mil, duzentos e setenta e sete reais)

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:FE109D1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 028-2013 VIGÉSIMA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2013

EDITAL 028/2013
Vigésima Convocação do Processo Seletivo Simplificado 001/2013
ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO realizado em 03 de fevereiro de 2013 e homologado no dia 18 de fevereiro de 2013, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos aprovados para preenchimento de vagas existente, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
3º	MARCOS ANTONIO RODRIGUES	SECRETÁRIA DE OBRAS	OPERADOR DE MOTO SERRA
4º	MAICON LUCAS DA SILVA	SECRETARIA DE OBRAS	OPERADOR DE MOTO SERRA

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, para tomar posse no referido cargo.
O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

01 FOTOCÓPIA DOS SEGUINTES DOCUMENTOS;
CARTEIRA DE IDENTIDADE;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO (FILHOS);
CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;
DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;
CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;
TÍTULO DE ELEITOR COM COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;
CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);
PIS/PASEP;
CPF;
CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADORDE MÁQUINAS);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
COPIA DE DOCUMENTOS DO CONJUGE;
CARTEIRA DE TRABALHO;
ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL (EMITIDO POR MÉDICO CREDENCIADO);
DECLARAÇÃO DE BENS;
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO ILEGAL DE CARGO PUBLICO;
01 FOTO 3X4;
C/C BANCO DO BRASIL

A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 07 de agosto de 2013.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:
1) Bem... Valor
2) Bem... Valor
3) Bem... Valor
Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.
(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____
(nome completo)
(assinatura)
OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS
Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.

Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____
(nome completo
Assinatura

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:2A3FAB9C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 029-2013 - QUARTA CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002-2013

EDITAL 029/2013
Quarta Convocação do Processo Seletivo Simplificado 002/2013
ARION SILVEIRA, Prefeito Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, tendo em vista o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO realizado em 23 de junho de 2013 e homologado no dia 03 de julho de 2013, CONVOCA pelo presente Edital os candidatos aprovados para preenchimento de vagas existente, conforme relação abaixo:

CLASS.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO
5º	IDALINA DOS SANTOS	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	ZELADORA
6º	PAULA CRISTINA DA SILVA	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	ZELADORA

Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta data, para tomar posse no referido cargo.

O Candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:
01 FOTOCÓPIA DOS SEGUINTES DOCUMENTOS;
CARTEIRA DE IDENTIDADE;
CERTIDÃO DE NASCIMENTO (FILHOS);
CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO;
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE;
DIPLOMA DO CURSO – REGISTRADO NO ÓRGÃO COMPETENTE;
CARTEIRA PROFISSIONAL DE ACORDO COM O CARGO;
TÍTULO DE ELEITOR COM COMPROVANTE DA ÚLTIMA ELEIÇÃO OU CERTIDÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL DE QUE ESTÁ QUITE COM A MESMA;
CARTEIRA DE RESERVISTA (se MASCULINO);
PIS/PASEP;
CPF;
CARTEIRA DE HABILITAÇÃO CONFORME EDITAL (PARA MOTORISTA E OPERADORDE MÁQUINAS);
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA;
COPIA DE DOCUMENTOS DO CONJUGE;
CARTEIRA DE TRABALHO;
ATESTADO DE SAUDE OCUPACIONAL (EMITIDO POR MÉDICO CREDENCIADO);
DECLARAÇÃO DE BENS;
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO ILEGAL DE CARGO PUBLICO;.
01 FOTO 3X4;
C/C BANCO DO BRASIL
A falta de quaisquer documentos, bem como a não apresentação em conformidade com o Edital, implicará na inabilitação do candidato.
Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Nova Monte Verde-MT, 07 de agosto de 2013.

ARION SILVEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE BENS
Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), residente e domiciliado na (endereço), declaro para os devidos fins que até a presente data o meu patrimônio é constituído pelos bens arrolados a seguir:
1) Bem... Valor
2) Bem... Valor
3) Bem... Valor
Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.
(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____
(nome completo)
(assinatura)
OBS: Em sendo o caso, substituir a última parte por "declaro para os devidos fins que até a presente data não possuo bens a declarar".
ANEXO II
DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS
Eu, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), declaro para os devidos fins que, na presente data, não exerço outro cargo público.
Sendo o que havia a declarar e por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.
(localidade), (dia) de (mês) de (ano).

_____
(nome completo)
Assinatura

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:C77F6E01

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 102, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

"Nomeia Membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e atendendo o Artigo 2º da Lei Municipal nº 1.548/2012 de 29/05/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme abaixo especificado.

SEGMENTO DOS PROFESSORES
· **Titular:** Jormaína Ferreira Galdino
· **Suplente:** Arlise Stumm Squinzani

SEGMENTO DOS DIRETORES
· **Titular:** Marilei Cavalheiro Piazza
· **Suplente:** Suzye de Lima Provin

SEGMENTO DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO
· **Titular**: Geraldo Junior de Souza
· **Suplente:** Monica Fenner Ramos

SEGMENTO DOS PAIS DE ALUNOS
· **Titular:** Marta Santos Guimarães
· **Suplente:** Anderson George Mendes
· **Titular:** Francisco Assis Pereira
· **Suplente:** Luiz Augusto Nunes Nogueira

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
· **Titular:** Janicléia Lima da Silva
· **Suplente:** Vanelí Loudes Cima
· **Titular:** Elizabete Costa Guimarães
· **Suplente:** Elena Maria Maass Lima

REPRESENTANTES DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO
· **Titular:** Francisca Hilma Costa Moreno
· **Suplente:** Laídes Baumann

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR
· **Titular:** Alibel Sebastião Patrocínio Pereira
· **Suplente:** Silvia Cristina Brum Bonafé

REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA
· **Titular:** Jandirelma Francisca de Souza
· **Suplente:** José de Ribamar Sales da Rocha

Art.2º A Diretoria do referido Conselho terá a seguinte formação:

PRESIDENTE
· Alibel Sebastião Patrocínio Pereira

VICE-PRESIDENTE
· Marta Santos Guimarães

DEMAIS MEMBROS TITULARES
· Elizabete Costa Guimarães
· Jormaina Ferreira Galdino
· Marilei Cavalheiro Piazza

· Geraldo Junior de Souza
· Francisca Hilma Costa Moreno
· Anderson George Mendes
· Janicléia Lima da Silva
· Francisco Assis Pereira

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação a partir de 23 de julho de 2013.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, em 1º de agosto 2013.

Registre-se e afixe-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:0200FE5A

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 063-A, DE 08 DE JULHO DE 2013.

"Convoca a IV Conferência Municipal de Cultura e aprova Regimento Interno e dá outras providências."

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei, e em cumprimento ao artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a IV Conferência Municipal de Cultura, com instalação pública solene no dia 08 de julho de 2013 sob a coordenação do CMC (Conselho Municipal de Cultura) e Departamento de Cultura da Secretaria Municipal da Educação e Cultura.

Art. 2º. Torna pública a aprovação, pela Comissão Organizadora Municipal o Regimento Interno da IV Conferência Municipal de Cultura, na forma do Anexo I.

Art. 3º. O Tema central da IV Conferência Municipal de Cultura é **"UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA".**

Art. 4º. Delegar ao Presidente do Conselho Municipal de Cultura no uso de atribuições para:

Parágrafo 1º. Estabelecer a estrutura organizacional da Conferência;

Parágrafo 2º. Indicar pessoal técnico e administrativo para coordenar e executar os trabalhos, que dizem respeito ao êxito da IV Conferência.

Parágrafo 3º. Firmar instrumentos de parcerias com entidades públicas e privadas no sentido de apoiar e patrocinar a realização da IV Conferência.

Art. 5º. Os recursos necessários para a realização da IV Conferência correrão a contas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 08 de julho de 2013.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

ANEXO I
DECRETO Nº 063-A, DE 08 DE JULHO DE 2013

REGIMENTO INTERNO
IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

CAPÍTULO I
Da promoção, sede e data

Art. 1º. A IV Conferência Municipal de Educação, promovida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Conselho Municipal de Cultura – CMC e com participação de Conselhos, Sindicatos, Câmara Municipal, Movimento Estudantil, Escolas Municipais, Estaduais, Particulares e Comunitárias, Organizações da Sociedade Civil, organização dos artistas locais. Terá como sede a cidade de Nova Mutum e acontecerá nas instalações do Centro de Eventos Parque das Águas ,na Av. dos Beija Flores, nos dias 08 e 09 de Julho de 2013, sempre com início ás 18h30min.

CAPÍTULO II
Dos objetivos e do temário

Art. 2º. A IV Conferência Municipal de Cultura terá o objetivo central de avaliar, propor e debater o temário da 3ª Conferência Nacional de Cultura que contém os seguintes objetivos:

I - Propor estratégias para a implementação e consolidação dos Sistemas Nacional, Estaduais/Distrito Federal, Municipais e Setoriais de Cultura, envolvendo os respectivos componentes, visando aprimorar a articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;
II - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;
III - Avaliar a execução das Metas do Plano Nacional de Cultura a partir do monitoramento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;
IV - Debater experiências de elaboração e monitoramento de Planos Municipais, Estaduais/Distrito Federal, Regionais e Setoriais de Cultura e socializar metodologias e conhecimentos;
V - Discutir a cultura brasileira nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da participação social e da plena cidadania;
VI - Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;
VII - Promover o debate entre artistas, mestres das culturas populares e tradicionais, produtores, conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;
VIII - Propor estratégias para universalizar o acesso dos brasileiros à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;
IX - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, mestres das culturas populares e tradicionais, agentes, gestores investidores e ativistas culturais;
X - Avaliar os resultados obtidos a partir da 2ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 3º. Tema central: **"UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA**".

Art. 4º. A Conferência Municipal de Cultura tem como objetivos específicos:

I - discutir as proposições recomendadas no documento base do temário estadual e nacional, sem prejuízo das questões locais;
II - promover intercâmbio entre a sociedade civil e a promoção da cultura;
III - refletir sobre temas culturais pautados nas discussões Estaduais e Nacionais;

IV - instituir metas e estratégias para a operacionalização do Plano Municipal de Cultura.

CAPÍTULO III
Da Organização

Art. 5º. A Conferência Municipal será coordenada pela comissão organizadora própria, com a participação do Conselho Municipal de Cultura, poder público municipal e entidades não governamentais, que deverão ter as seguintes atribuições:

I - definir o Regimento da Conferência Municipal contendo critérios de participação da sociedade civil, respeitadas as definições deste Regimento;
II - definir data, local, pauta e programação da Conferência, respeitadas as datas e definições deste Regimento;
III - organizar a Conferência Municipal;

Art. 6º. Serão membros da Conferência Municipal de Cultura o público em geral e as pessoas inscritas como delegados (as).

Parágrafo 1º - A participação na Conferência é facultada a qualquer pessoa interessada em debater questões relativas à política municipal de cultura.

Parágrafo 2º - Ao público em geral será permitido o acesso à solenidade de abertura, às palestras, aos painéis e à atividade artístico-cultural.

Parágrafo 3º - Terão acesso a plenária geral, para apreciação coletiva das propostas apresentadas, os delegados indicados por suas entidades, com direito à voz e ao voto.

Parágrafo 4º - Serão credenciados como delegados (as) os representantes das entidades de conformidade com os seguintes critérios:

I- Representantes dos artistas locais.
II- Representantes das Unidades Educacionais dos Sistemas de Ensino ou das Redes.
III- Representantes das Entidades Civil Organizada.
IV- Representantes do poder executivo.
V- Organizações não-governamentais.
VI- Dos conselhos municipais.
VII- De cada secretaria municipal.
VIII- Do Poder Legislativo.
IX- Ministério Público.
X- Do movimento estudantil.

Art. 7º. O credenciamento dos delegados (as) dar-se-á às 18h30min do dia 08 de julho de 2013.

Art. 8º. A Conferência Municipal de Cultura terá a seguinte organização:

a) sessão solene de abertura;
b) apresentação cultural;
c) conferência de abertura;
d) plenária de aprovação do regimento;
e) plenária geral para apreciação e votação coletiva das proposições;
f) sessão de encerramento.

Art. 9º. Constituirão eixos e subeixos temáticos da 4ª Conferência Municipal de Cultura, orientados para a realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

1. Implementação do Sistema Nacional de Cultura
Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).
1.1. Marcos Legais, Participação Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais,Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de Acordo com os Princípios Constitucionais do SNC.
1.2. Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores e Conselheiros de Cultura.
1.3. Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais.
1.4. Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

2. Produção Simbólica e Diversidade Cultural
Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.
2.1. Criação, Produção, Intercâmbio e Circulação de Bens Artísticos e Culturais.
2.2. Educação e Formação Artística e Cultural.
2.3. Democratização da Comunicação e Cultura Digital.
2.4. Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos Tradicionais.

3. Cidadania e Direitos Culturais
Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania.
3.1. Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos e Serviços Culturais.
3.2. Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais.
3.3. Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede.
3.4. Formação para a Diversidade e Direito à Memória e Identidades.

4. Cultura e Desenvolvimento
Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.
4.1. Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural nos Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional.
4.2. Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior.
4.3. Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos.
4.4. Direitos Autorais, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

CAPÍTULO IV
Da Conferência Municipal e Intermunicipal

Art. 10. A realização das Conferências Municipais e/ou Intermunicipais é condição indispensável para participação de delegados na Conferência Estadual e/ou Regional.

Parágrafo 1º - A configuração do agrupamento entre municípios para a realização das Conferências Intermunicipais ficará a cargo dos municípios envolvidos.

Parágrafo 2º - Os Poderes Executivos Municipais devem convocar as respectivas Conferências, respeitando um prazo mínimo de 15 dias entre a data de convocação e de realização da conferência, por meio de Decreto próprio e dar publicidade ao ato, obedecendo as diretrizes estabelecidas no Regimento da Conferência Nacional.

Parágrafo 3º - O Poder Executivo municipal da cidade sede da Conferência Intermunicipal, com a concordância dos Municípios envolvidos, publicará Decreto de convocação e regulamentação da referida Conferência, comprometendo-se os demais municípios envolvidos a dar ampla divulgação em veículo de comunicação local;

Parágrafo 4º - As Conferências Municipais, somente constituir-se-ão como habilitadas à 3ª Conferência Nacional de Cultura e os respectivos delegados eleitos aptos à participar da Conferência Estadual e/ou Regional, naqueles Municípios que tenham, até o dia 14 de julho de 2013, assinado Acordo de Cooperação Federativa com a União, por intermédio do Ministério da Cultura, visando ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura.

Parágrafo 5º - No caso de Conferência Intermunicipal deverá ser considerada a data de assinatura do Acordo por parte de todos os Municípios envolvidos.

Parágrafo 6º - A convocação da Conferência Municipal ou Intermunicipal e a publicidade oficial que se der à mesma deverá explicitar sua condição de etapa integrante da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 11. Cada Conferência Municipal ou Intermunicipal terá direito ao máximo de 25 (vinte e cinco) delegados para a Conferência Regional ou Estadual.

Art. 12. Para que a Conferência Municipal ou Intermunicipal seja válida para a etapa regional, estadual e perante a 3ª Conferência Nacional de Cultura será necessária a comprovação de quorum mínimo de 25 (vinte e cinco) participantes, com representação da sociedade civil e da área governamental.

Parágrafo 1º - A Conferência Municipal será realizada em uma única etapa - com a realização da Plenária Municipal constituída por delegados indicados por suas entidades ou de livre acesso.

Parágrafo 2º - Com o objetivo de uniformizar os critérios para a eleição de delegados nas conferências municipal ou intermunicipal para as conferências regionais ou estaduais, é obrigatória a aplicação do percentual indicado no anexo II.

Parágrafo 3° - A Comissão Organizadora Municipal ou Intermunicipal enviará ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, com a devida inserção dessas informações na plataforma virtual a ser disponibilizada pelo Ministério da Cultura.

Parágrafo 4° - A Comissão Organizadora Municipal ou Intermunicipal deverá enviar à Comissão Organizadora Estadual o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa regional e/ou estadual, obedecendo ao prazo e critérios estabelecidos neste Regimento, devendo remetê-los, também, ao Comitê Executivo Nacional, com a devida inserção desses documentos e informações na plataforma virtual a ser disponibilizada pelo Ministério da Cultura.

Art. 13. As despesas relacionadas à realização das Conferências Municipais e/ou Intermunicipais, bem como o deslocamento e a hospedagem dos delegados eleitos para a etapa regional e/ou estadual são de responsabilidade dos municípios.

CAPÍTULO V
Da organização da votação

Art.14. Os grupos de trabalho terão por finalidade a discussão de propostas específicas e a tomada de decisões de acordo com os objetivos específicos descritos neste regimento.

Art. 15. Na plenária geral, somente terão direito voz e ao voto os (as) delegados (as) devidamente inscritos.

Parágrafo 1º - As propostas que sofreram destaques nas plenárias terão assegurado o direito a uma ou duas intervenção a favor e uma contrária com duração de 3 minutos.

Parágrafo 2º. Na plenária geral, serão aprovadas as propostas que obtiverem maioria simples (50%+1) dos delegados presentes.

Parágrafo 3º - Serão acatados os recursos encaminhados à mesa, por escrito, e aprovado pela plenária.

Parágrafo 4º - O relatório para envio ao MINC será emitido no máximo em dez dias.

CAPÍTULO VI
Das disposições gerais e transitórias

Art. 16. Terão direito ao certificado de participação os delegados inscritos que tenham frequentado pelo menos 90% das sessões da Conferência Municipal de Cultura.

Art. 17. Será considerado descredenciado o delegado inscrito que passar seu crachá para terceiros.

Art. 18. A Conferência Municipal de Cultura será avaliada pelos seus delegados em instrumento apropriado na ocasião de sua realização.

Art. 17. Os casos omissos, não previstos neste regimento, serão resolvidos pela Coordenação Executiva ou Organizadora da Conferência Municipal de Cultura.

CLAUDINEI PAULO FERREIRA
Presidente do CMC

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:8034B950

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE FRUSTRADA – PREGÃO N º 124/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM – ESTADO DE MATO GROSSO - PREGÃO N º 124/2013. O município de Nova Mutum, no uso de suas atribuições legais, torna público que em virtude da Inabilitação da empresa **JOSETTI & CIA LTDA EPP**, tendo que a segunda colocada demonstrou desinteresse, resolveu frustrar o Pregão n º 124/2013. Nova Mutum – MT, 07 de agosto de 2.013.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:B006BFFF

PREFEITURA MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N º 010/2013

RATIFICAÇÃO

O Município de Nova Mutum - MT, através do Prefeito Municipal, Sr. Adriano Xavier Pivetta, comunica a quem interessar, que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas para contratação de Show com grupo musical **"SACERDOTES DA ORAÇÃO"** para o dia 10.07.2013, e, com base no art. 25 Inciso III da Lei n º 8.666/93, ratifica a contratação no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Nova Mutum – MT, 07 de agosto de 2013.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:3B36F207

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PRORROGAÇÃO – REPUBLICAÇÃO

Pregão Presencial N º 132/2013

O Município de Nova Mutum, torna público que o Pregão 132/2013, julgado deserto em 07.08.2013, teve o prazo reaberto para o dia 20.08.2013 às 14:00 horas. EDITAL COMPLETO E SEUS ANEXOS: Deverá ser retirado na Prefeitura Municipal pelo e – mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou pelo telefone ** 65 3308 5400. Nova Mutum/MT, 07 de agosto de 2013.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:372417B8

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS TP Nº 013/2013

Objeto: Contratação de empresa especializada para conclusão da creche tipo "B" do programa Pró-Infância padrão FNDE – Bairro Jardin II. Data de Abertura: 23 de agosto de 2013. Horário: 08:00 horas. Local: Prefeitura Municipal de Nova Mutum. Edital Completo: Deverá ser retirado na Prefeitura Municipal de Nova Mutum junto a Comissão de Licitação ou pelo e-mail: licitacao@novamutum.mt.gov.br, mediante o pagamento de uma taxa não reembolsável de R$ 20,00 (vinte reais). Telefone: 65 3308-5400. Nova Mutum - MT, 07 de agosto de 2013.

ROMÁRIO LIMBERGER JÚNIOR
Presidente da CPL

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:242C4025

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PUBLICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: locação de máquinas e caminhões. tipo: menor preço por item - Data de Abertura: 20 de agosto de 2013. HORÁRIO: 08:00 horas - LOCAL: Av. Mutum, n º 1.250 N, Centro, N. Mutum – MT.Edital e Anexos: Deverá ser retirado junto ao departamento de licitação pelo e-mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou telefone ** 65 3308 5400 - Horário de Atendimento: Das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.Nova Mutum – MT, 07 de agosto de 2013.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:F57D1926

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 020/2013

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria n.º 264 de 09 de maio de 2013, torna público, aos interessados, a dispensa de licitação n.º 020/2013, sendo a contratação da empresa **LEONARDO LENTE & CIA LTDA - EPP,** CNPJ: 04.641.689/0001-94, para fornecimento de medicamentos que não fazem partes da farmácia básica, para atendimento á pacientes com necessidades especiais de urgência no município de Nova Olímpia-MT.

ONDE SE LÊ:
VALOR: R$ **7.071,20** (Sete mil e setenta e um reais e vinte centavos)

LEIA – SE:
VALOR: R$ **884,88 (**oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso IV, da Lei N.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Nova Olímpia-MT, 07 de Agosto de 2013.

ANSELMO CRISTIANO MANICA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:8C99FBF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 019/2013

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pela portaria n.º 264 de 09 de maio de 2013, torna público, aos interessados, a dispensa de licitação n.º 019/2013, para contratação da empresa SUZI PINHEIRO COMERCIO-ME, para a Aquisição de medicamentos que não fazem partes da farmácia básica, para pacientes com necessidades especiais de urgência no Município de Nova Olímpia-MT, conforme termo de referência anexo ao processo.
Valor: R$ 4.873,98(quatro mil oitocentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).
A presente dispensa de licitação está fundamentada no artigo 24, inciso IV, da lei 8.666/93, de 21/06/93.

Nova Olímpia-mt, 05 de Agosto de 2013.

ANSELMO CRISTIANO MÂNICA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Maria Paixao de Souza Guedes
Código Identificador:AA975B87

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GABINETE DO PREFEITO
MINUTA DA ATA 001/2013 DE NOVA SANTA HELENA-MT

Que aos nove dias do mês de maio de dois e treze, às 09 horas no centro de eventos Antenor Bezerra cito a Avenida José Emilio S/N, centro do município de Nova Santa Helena - MT reuniu-se em assembléia extraordinária os candidatos previamente selecionados do cadastro municipal de habitação da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, conforme Edital de Convocação do Diário Oficial N° 26035. Página 60 datada de 30/04/13 da entidade organizadora do programa MCMV-E, SNHA - Sociedade Nacional de Apoio a Habitação de Interesse Social e Construção do Movimento Popular no Brasil com a finalidade de obtenção de financiamento para produção de 60 Unidades Habitacionais no "Empreendimento Vila Bela II" e cumpriu-se a ordem do dia na integra sendo as principais deliberações aprovadas; ato coletivo de associar-se; sistema construtivo adotado de autogestão em regime de mutirão Indicar o total da demanda dos associados para o empreendimento na qualidade de titulares e o percentual de trinta por cento na qualidade de suplentes para análise cadastral junto à instituição financeira; **Nome dos 60 Titulares selecionados:** Elza da Silva, CPF 789165131-04, Alessandra dos Santos CPF 023998131-62, Maria de Jesus Miranda dos Santos CPF 043035211-59,Adriana Rodrigues dos Santos CPF 754622901-44, Rose Maria Sampaio CPF 65027558104, Suelen Andreia Deleys CPF: 04976388190, Solange Silva Soares CPF 754624861-20,Alexandra Rodrigues de Camargo Carrara CPF 029832101-70, Izete Batista da Silva CPF: 784554481-72,Sueli Monteiro da Silva CPF: 036413561-13,Eliane dos Santos CPF: 027932201-16,Maria José Alves de Souza CPF 820204931-87, Luciana Rodrigues Costa CPF 036320871-21,Francieli Fischer- CPF 026385431-01,Luci Melchert CPF 058076368-48,Graciele Morgana Conceição CPF 045566561-33,Rosangela Vieira da Silva CPF 033884311-67,Juvenilha dos Santos Farias CPF 042001701-17,Márcia Rodrigues da Fonseca CPF: 026919661-78,Francylaura Santos do Vale CPF 966340491-49, Celia Mara de Andrade CPF 922805281-34, Marilene Alves de Almeida CPF 901225001-30, Danubia Gracielli Rodrigues dos Santos CPF 039109581-17, Luciana Alves da Silva CPF 026856011-04,Neuza Aparecida Ferreira de Andrade CPF 894524881-15,Telma Santos Ribeiro CPF 032613411-57, Luciano Palaci CPF 013592841-67,Roselene Arruda de Araújo CPF: 043170901-71,Seledir Gonçalves Rodrigues CPF 021728661-56, Paixão das Dores da Rocha CPF 985385781-20, Maria Pereira dos Santos CPF 968638461-87, Marines das Graças Ravanelli CPF 023077301-09, Lucilene Gonçalves Rodrigues CPF 021728671-28,Simone Munhoz da Silva CPF 042236071-62, Aliete Rodrigues dos Santos CPF 983911781-53,Adriana Aparecida de Amorim CPF 047912391-80, Cristina Silveira CPF 026385441-83,Maria Aparecida da Silva CPF 571443971-68,Lilian Cristina da Cunha CPF 053511881-39,

Valdirene Soares dos Santos CPF 021519081-51,Simone Aparecida do Rosa Santos CPF 024783841-16,Sirlei Tereza Winter CPF 662368439-53,Fagner Edemar Romão CPF 019925941-04,Adelaine Gomes de Alcântara CPF 047431941-56,Márcia Aparecida Rodrigues dos Santos CPF 994421321-72,Sonia Aparecida Alves CPF 522710051-91,Joselino Alves da Silva CPF 952354421-72, Zeziane de Souza Lopes CPF 958708141-20,Janieire Pereira dos Santos CPF 056564041-02,Analice da Silva Cacefo CPF 028986501-88,Claudia dos Santos Maia CPF 038030791-01,Hamilton Rodrigues de Almeida CPF 212598799-68 Cleber Caltron CPF 834923131-91,Nilza de Souza Santos CPF 738175581-20,Adriana Andrea Pessoa CPF 025033591-32,Vanderli Aparecida de Moraes CPF 481965331-87,Zenaide Fonseca da Cruz Domingues CPF 033143711-28,Maria de Fátima Espada CPF: 012981901-85, Adriana Espada Rodrigues CPF 042235101-69,Wallans Perli de Oliveira CPF 042166841-57,**Nome dos 20 Suplentes selecionados:** Valmir de Jesus Dias CPF 007958421-71,Ingridi Aparecida Mariano CPF 046706181-56,Edna da Roda CPF 021645211-29,Nelvi Maria Lermen CPF 631516421-87,Elam Carla Rodrigues Tott CPF 039109601-03,Gueuren Ernega da Silva CPF 043253881-09,Naiara Cristina Queiroz Lindolph CPF 026602441-62, Edmundo Getúlio Ribeiro CPF 037539918-64,Claudinéia Alves dos Santos- CPF 011920331-67, Claudimar Gonçalves Rodrigues, CPF 784537751-53, Aline de Oliveira Silva, CPF 037769541-67, Andson Pinto da Silva, CPF 033500841-09, Karina da Silva Landin, CPF: 703691181-62, Theuane Milhomem do Prado, CPF 049827091-22, Cleanice Zaganski, CPF 777689571-72, Silvana Polaci, CPF 522336421-04, José Vieira da Silva, CPF 467356239-91, Maria de Fátima Souza Rocha, CPF 821372261-20, Jucelia Rodrigues dos Santos, CPF 916603861-87. Que a referida ata na íntegra foi levada ao cartório de registros apropriado bem como dado publicidade nesta data. Nova Santa Helena – MT. Assinam Carlos Roberto Faustino Pereira dirigente dos trabalhos, Shirley Marques de Oliveira assistente social e secretaria da assembléia geral, Cleuto Soares secretario nacional de habitação da SNHA CNPJ 02849725/0001-84, Entidade Organizadora do Programa MCMV-Entidades com recurso do FDS do Ministério das Cidades.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:B83BD03C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO 61/2013

CONTRATO N.º 61/2.013

O MUNICIPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa JCB DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ n.º 02.833.372/0001-24 resolvem: OBJETO: aquisição de um caminhão e uma retroescavadeira, em decorrência da necessidade de recuperação de estradas vicinais de vários assentamentos existentes no município, além de auxiliar na construção de pontes, bueiros e redes fluviais. VALOR: R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais). VIGENCIA: 25 de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:1406F8DE

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO 62/2013

CONTRATO N.º 62/2.013

O MUNICIPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 00.784.470/0003-55 resolvem: OBJETO: aquisição de um caminhão e uma retroescavadeira, em decorrência da necessidade de recuperação de estradas vicinais de vários assentamentos existentes no município, além de auxiliar na construção de pontes, bueiros e redes fluviais. VALOR: R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais). VIGENCIA: 25 de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:F2AE1D05

COMISSAO DE LICITACAO
CONTRATO N.º 59/2.013

O MUNICIPIO NOVA XAVANTINA, MT e a empresa AUTO POSTA SANTA CLARA LTDA EPP, resolvem: OBJETO: Aquisição de pneus e acessórios primeira linha. VALOR: R$ 320.756,00 (trezentos e vinte mil, setecentos e cinqüenta e seis reais). VIGENCIA: 15 de julho de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Walmir Arruda Costa
Código Identificador:FC8B99EC

DIVISAO DE PESSOAL
CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL Nº 01/2012.

15º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA NOMEAÇÃO E POSSE DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL Nº 01/2012.

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina **CONVOCA** candidatos classificados no Concurso Público Municipal nº 001/2012 realizado em 10/06/2012, para comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação deste edital, no site da Associação Mato-grossense dos Municípios www.amm.org.br e no site da Prefeitura Municipal www.prefeituranovaxavantina.com.br e no mural oficial na Sede da Prefeitura Municipal sito a Av Expedição Roncador Xingu 249, munido de documentos de habilitação conforme determina o Edital de Concurso Público 001/2012.

CARGO: APOIO ADM. (MOTORISTA) - ZONA RURAL
DELOIR DA ROSA

CARGO: PROFESSOR 1º ANO AO 5º ANO – ZONA URBANA
CELMA PEREIRA MACHADO SANTOS

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar para tomar posse no prazo fixado por este edital; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina, 06 de agosto de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:C1B04568

DIVISAO DE PESSOAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2012

24º EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2012

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina **CONVOCA** candidatos classificados no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2012,** para comparecerem no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação deste edital no site da Associação Mato-grossense dos Municípios www.amm.org.br ver Jornal Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Nova Xavantina MT, www.prefeituranovaxavantina.com.br, na Sede da Prefeitura

Municipal, apresentando os documentos de habilitação conforme determina o Edital do Processo Seletivo Simplificado Nº 006/2012.

CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LUSMAIA MARTINS NEGREIROS
FRANCIELLE DA SILVA SOUSA

Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado e/ou Classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital; não se apresentar no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo a Prefeitura Municipal de Nova Xavantina/MT, convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Nova Xavantina, 06 de agosto de 2013.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniella Sehnem
Código Identificador:73FD87D0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2013

Objetivo: Contratação de leitos de Casa de Apoio, localizada em Cuiabá/MT, para atendimento de pacientes encaminhados pela Secretária de Saúde do Município de Novo Horizonte do Norte/MT, em tratamento de saúde em Cuiabá/MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, através da comissão permanente de licitações, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o inciso V do artigo 24 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público a contratação por dispensa de licitação dos serviços acima descritos com a Empresa: **Associação de Assistências aos Povos Brasileiros**, inscrita no **CNPJ: 04.950.800/0001-24.**

Novo Horizonte do Norte – MT, em 07 de Agosto de 2013.

JULIANO GAMBA
Presidente Comissão de Licitações

Publicado por:
Diego Rodrigues
Código Identificador:DF462C5D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 350/2013. DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

"Inclui no Calendário Municipal o Dia da FAMÍLIA."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o cargo, faz saber que a Câmara Municipal de Novo Mundo aprovou e eu **SANCIONO E PROMULGO** a seguinte Lei.

Art.1º - Fica incluído no Calendário Municipal o dia da FAMÍLIA que será comemorado no dia 13 de Agosto de cada ano.

Art.2º - Fica o poder Executivo responsável através dos órgãos competentes pela divulgação desta data.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao 07 de Agosto de 2013.

JOSE HELIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Samantha Luiza de Freitas
Código Identificador:493042A7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 138/2013

DE 07 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a instauração de Sindicância com a nomeação da Comissão para apurar as faltas e suas gravidades cometidas pelo Servidor FLÁVIO AZEVEDO DO NASCIMENTO, ocupante da função de Farmacêutico da Unidade Municipal de Saúde e dá outras providências."

EDUARDO PENNO, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, Considerando o que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar n°011/2002 em seu art. 204, e seguintes, e notícia contida na C.I nº. 298/SMA/NSA/2013 endereçada pelo Secretário Municipal de Saúde ao Secretário Municipal de Administração, repassada pelo mesmo a esta autoridade,

Resolve:

Art. 1º. Instaurar Sindicância, nos termos do art. 204 da Lei Complementar Municipal nº. 011/2002 e a Constituir a Comissão de Sindicância, nos termos do art. 204, Parágrafo Único, e art. 205 da mesma norma, com a finalidade de apurar a existência ou não dos fatos e as possíveis faltas ou irregularidades cometidas pelo Servidor FLÁVIO AZEVEDO DO NASCIMENTO, no exercício de suas funções, nos termos dos documentos que chegaram ao conhecimento desta Autoridade e que são anexados ao presente ato para todos os efeitos.

Art. 2º. Designar os servidores estáveis MARCOS ANTONIO ARRUDA MARQUES, ANDERSON COSTA AGUIAR e ADRIANA GRANDINI HUNNICUTT, todos lotados nesta Municipalidade, para, sob a Presidência do primeiro, integrarem a Comissão ora instalada.

Art. 3°. Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, na forma do art. 206, podendo ser prorrogado por igual período, caso as circunstâncias o exijam nos termos do art. 206 da Lei Complementar 011/2002.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Novo Santo Antônio/MT 07 de agosto de 2013.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:8F449028

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Resultado de Licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2013
A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT, através do Pregoeiro Oficial senhor **VALBER KENEDY BARBOZA SANDES** torna público para conhecimento dos interessados que no Pregão Presencial nº. 28/2013, com o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE APOIO AO JOVEM E MELHOR IDADE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM,** obteve o seguinte resultado**: a empresa STILUS MÁQUNAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 02: R$ 209,00; ITEM 06: R$ 575,00; e ITEM 16: R$ 9.500,00 com o valor total de **R$ 10.284,00 (dez mil duzentos e oitenta e quatro reais); a empresa WANIR MARQUES DE FREITAS - ME** sagrou-se vencedora dos seguintes itens: ITEM 01: R$ 5.233,80; ITEM 03: R$ 535,00; ITEM 04: R$ 449,00; ITEM 05: R$ 445,00; ITEM 07: R$ 335,00; ITEM 08: R$ 120,00; ITEM 09: R$ 495,00; ITEM 10: R$ 370,00; ITEM 11: R$ 699,00; ITEM 12: R$ 239,00; ITEM 13: R$ 2.565,00; ITEM 14: R$ 1.260,00; ITEM 15: R$ 1.575,00; ITEM 17: R$ 419,00; e ITEM 18: R$ 1.190,00; com o valor total de **R$ 15.949,80 (quinze mil novecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos)** Na mesma sessão foi recebido os documentos de Habilitação da empresa vencedora onde foram julgados e considerados devidamente **HABILITADA** a empresa **STILUS MÁQUNAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME e WANIR MARQUES DE FREITAS - ME**. O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua cachoeira da Fumaça, 77 Bairro Jardim da Palmeiras, neste município de Novo São Joaquim/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público.
Novo São Joaquim - MT, 05 de Agosto de 2013.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES
Pregoeiro Oficial
Processo Nº 38/2013.

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:91FD03F0

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL COMPLEMENTAR 036/2013

DE: 07 DE AGOSTO DE 2013

"Dispõe Sobre Convocação de Candidatos Aprovados no Edital do Concurso Público Nº. 001/2011 da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT e dá outras providências."

O Sr. **Leonardo Farias Zampa**, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições legais:
Considerando a Homologação do resultado final do Concurso Público, pelo Decreto Nº. 044/2011 de 05 de Dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 07 de Dezembro de 2011;
Considerando a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;
Considerando o disposto no item Sete do Edital do Concurso Público Nº. 001/2011 de 05 de Setembro de 2011;
Considerando o disposto que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Novo São Joaquim – MT;
CONVOCA:
Art. 1° - Ficam convocados os candidatos aprovados no Concurso Público 001/2011, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem pessoalmente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situada na Rua Cachoeira da Fumaça, Nº. 77 Jardim Palmeiras, Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, fone: (66-3479-1158/3479-1850/3479-1676) no período de **08/08/2013 à 17/08/2013**, no horário de07hs00min às 11hs00min e das 13hs00min as 17hs00min.

01. Cargo: Enfermeiro (a)

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
00349	ELON MARTINS VALADÃO	6,00	13º

Art. 2º - Os candidatos deverão se apresentar com os seguintes documentos originais, reproduzidos por cópias autenticadas em cartório:
01 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superiora 18 (dezoito) anos;
02 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (Arts, 12 e 37, I da CF/88);
03 - Certidão de Nascimento ou Casamento;
04 - Certidão de Nascimento dos filhos e freqüência escolar de menores de 14 anos (se for o caso);
05 - Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);
06 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);
07 - Cartão do PIS/PASEP
08 - Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse;
09 - Título de Eleitor;
10 - Certidão Negativa fornecida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (**internet)** da Comarca do domicilio dos últimos 05 (cinco) anos relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);
11 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;
12 - Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;
13 - 01 (uma) foto 3X4 colorida e recente;
14 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;
15 - Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);
16 - Comprovante de Escolaridade (exigido no Edital);
17 - Declaração contendo endereço residencial;
18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público;
19 - Declaração de Bens;
20 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;
21 – Xerox da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) páginas de identificação
22 – Conta Corrente Banco do Brasil
Art. 3º - Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação no prazo estabelecido por este Edital, será considerado **DESISTENTE** do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.
Art. 4º - Após a apresentação de toda a documentação, o candidato será nomeado e terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse no cargo respectivo.
Art. 5º - Se o candidato não tomar posse no cargo, o Edital de Convocação ficará revogado, ficando caracterizada a desistência do candidato.
Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.
Novo São Joaquim-MT, aos sete dias do mês de agosto de 2013.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Pref. Municipal

Publicado por:
Andeburgo Franklin da Silva
Código Identificador:099AB7C7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 010/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 079/2013
PREGÃO PRESENCIAL: N° 061/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial.
Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Antônio Domingo Rufatto, RESOLVE registrar os preços da empresa ORIUM TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ nº. 03.898.324/0001-87, com sede na Avenida Julis Rimet, s/ nº., Guiche 22/23, Terminal Rodoviário, Bairro Alvorada, na cidade de Cuiabá/MT, nas quantidades estimadas na Seção 4.1 desta Ata de Registro de Preços.
DO OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de passagens terrestres intermunicipais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paranaíta/MT.
DOS CONTRATADOS/DOS ITENS/DOS VALORES
E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Paranaíta - MT, 07 de Agosto de 2013.

DOS CONTRATADOS/ ITENS/VALOR

ORIUM TURISMO LTDA	
ITEM/VALOR TOTAL	
01 R$ 5.920,00	02 R$6.240,00

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93. Paranaíta - MT, 07 de Agosto de 2013.

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:009B432F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 068/2013

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 003/2013, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 068/2013, regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 153/2009, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Aquisição de nitrogênio líquido para abastecimento de botijões criogênicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 22/08/2013 Horário: 09:00 horas. Credenciamento: das 08:30 às 09:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.
Paranaíta/MT, 07 de Agosto de 2013.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:4E268AD7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2013

A Prefeitura Municipal de Paranaíta, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 003/2013 torna público que no Pregão Presencial que se trata o Edital nº. 060/2013 levado a efeito às 09h00min horas do dia 30 de Julho de 2013, foram declaradas vencedoras do certame as empresas: ESPORTES LUCIANO LTDA – ME, inscrito no CNPJ nº. 08.954.824/0001-02 para os itens 01, 04, 08, 09, 10, 12, 13, 19, 20, 30, 35, 38, 48, 49, 50, 53 e 60, IVANOR PASUCH ESPORTES ME, inscrito no CNPJ nº. 74.158.775/0001-26 para os itens 02,14, 18, 25, 26, 27, 43, 45 e 54, GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP, inscrito no CNPJ nº. 03.449.844/0001-02 para os itens 03, 05, 17, 24, 28, 31, 32, 34, 36, 39, 41 e 42, MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº. 12.471.436/0001-48 para os itens 06, 07, 11, 15, 16, 22, 23, 29, 33, 40, 44, 46, 47, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, o item 21 foi declarado fracassado.
Paranaíta/MT, 07 de Agosto de 2013.
LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira
Publique – se

Publicado por:
Regina Biazôto
Código Identificador:3317003B

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PUBLICO

EDITAL Nº 001/2013

PROCESSO SELETIVO PUBLICO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições ao processo seletivo público para o cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, conforme Anexos, regendo-se o mencionado processo pelas disposições legais aplicáveis e pelas instruções deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo dar-se-á em conformidade com a Portaria Ministerial nº. 2.430 de 23/12/2003 e Lei nº. 11.350 de 05/10/2006, e será realizado sob a responsabilidade da Comissão Avaliadora e Organizadora.
1.2. O numero de vagas disponíveis serão de acordo com o exposto no presente.
1.3. O Regime Jurídico de Trabalho será o Estatutário, Previdência Própria (PREVPAR)

Os seguintes Anexos são partes integrantes deste Edital:

Anexo I	Conteúdo Programático.
Anexo II	Modelo de Declaração de Residência
Anexo III	Formulário Padronizado para Requerimento de Recurso Administrativo relativo à Prova Objetiva.
Anexo IV	Modelo de requerimento para candidato portador de necessidades especiais
Anexo V	Modelo de Requerimento para solicitação de tratamento especial para Realização das provas.

2. DA ENTIDADE EXECUTORA DA SELEÇÃO

2.1. A Seleção do Teste Seletivo Publico Edital 001/2013 será realizada pela Comissão Organizadora e Comissão Avaliadora nomeada através da Portaria 047/2013 pelo Prefeito Municipal.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A inscrição implica conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, sobre as quais os candidatos não poderão alegar desconhecimento.

3.2 **As inscrições serão gratuitas**, na Secretaria Municipal de Saúde, Via L 13 norte, s/n – Centro – antiga Câmara Municipal.

3.3 Dos requisitos para a Inscrição
a) Ser brasileiro, maior de 18 anos, na ocasião do chamamento;
b) Estar em situação regular junto à justiça eleitoral conforme Lei Federal 4.737/65 – Art. 7° - § 1° e com o serviço militar, quando for o caso;
c) o Agente Comunitário de Saúde deverá residir na comunidade ou setor em que irá atuar desde a data de publicação deste Edital, conforme previsto pela lei 11.350 de 5 de outubro de 2006;
d) o candidato somente poderá inscrever-se à Micro Área a que reside;
e) Conclusão de curso do ensino fundamental (8ª série ou equivalente);
f) Comprovante de endereço, ou declaração de residência com duas testemunhas, conforme anexo II;

3.4. Para as inscrições, o candidato deverá preencher a ficha de inscrição na Secretaria Municipal de Saúde, Via L 13 norte, s/n – Centro – antiga Câmara Municipal, **nos dias 08 de Agosto a 21 de agosto 2013, nos horário de expediente 07:00 as 11:00h. e 13:00 as 17:00h**

3.4.1 Comprovante de endereço deverá ser entregue no ato das inscrições.

3.5 O presente Edital, bem como os anexos I, II, III IV e V estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal: www.paranaita.mt.gov.br;

3.8 O candidato que se declarar portador de deficiência no ato da inscrição deverá preencher o requerimento para candidato portador de necessidades especiais – Anexo IV, atendendo o disposto no item 4.3 deste edital.

4. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

4.1 Respeitada a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo/especialidade/área de seleção, o candidato portador de deficiência que pretenda concorrer às vagas reservadas por força de lei deverá declarar essa condição no ato da Inscrição, observado o disposto no item 3.7 deste edital.
4.2 O candidato inscrito como portador de deficiência participará do teste seletivo em igualdade com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos horários e dias de aplicação das provas, bem como à nota mínima exigida.
4.3 O candidato que necessitar de condições especiais para realização das provas deverá solicitá-las, preenchendo e encaminhando o requerimento para candidato portador de necessidades especiais, datado, assinado, devidamente fundamentado e acompanhado de laudo médico, especificando tipo e grau da deficiência e a condição especial necessária, entregando-o, acompanhado da citada documentação, em envelope tipo ofício, fechado e identificado, à Comissão de Organização no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, impreterivelmente até o **dia 21 de agosto de 2013**.
4.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e de razoabilidade do pedido pela Comissão do Teste Seletivo Simplificado, de cuja decisão não caberá recurso.
4.3.2 A comprovação da tempestividade da solicitação de condições especiais para realização das provas será feita pela data de protocolo de entrega do Requerimento de Tratamento Diferenciado.
4.3.3 O candidato que não fizer a solicitação de condições especiais – Anexo IV para realização das provas nos termos deste edital terá as provas aplicadas nas mesmas condições dos demais candidatos, não cabendo questionamentos.
4.4 O candidato portador de deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste edital não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
4.5 O candidato inscrito como portador de deficiência, se classificado, além de figurar na lista geral de classificação, terá seu nome publicado em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação.
4.6 A contratação de candidato portador de deficiência classificado dar-se-á para o preenchimento na proporção das vagas indicadas para tal, as vagas não preenchidas serão ocupadas pelos demais candidatos, observadas rigorosa ordem de aprovação, durante o prazo de validade do teste.
4.7 Para contratação, o candidato classificado na condição de portador de deficiência será convocado, devendo apresentar-se imediatamente para ser submetido à perícia médica realizada por junta oficial designada pela Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, que terá decisão terminativa por meio de parecer sobre:
I. sua qualificação ou não como portador de deficiência, nos termos da legislação vigente;
II. a compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo/especialidade/área de seleção.
4.7.1 Concluindo o laudo pela inexistência de deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a concorrer às vagas classificatórias, o candidato será excluído da lista de classificados de portadores de deficiência, mantendo a sua posição na lista geral de classificação.
4.7.2 Concluindo o laudo pela incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo/especialidade/área de seleção, o candidato será excluído do teste.
4.8 As vagas ofertadas correspondentes a 10% (dez por cento) em obediência ao disposto na Lei Complementar Estadual nº 114/2002, destinadas aos candidatos portadores de deficiência.

5. DA SELEÇÃO

5.1 A seleção tem por fim cumprir o papel de identificar, entre os candidatos, aqueles mais aptos a desempenharem as exigências requeridas pelo PSF, e cujo perfil seja mais adequado para desenvolvê-las será operacionalizado por técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, com as seguintes etapas.

5.2 As provas serão realizadas **no dia 25 de Agosto de 2013 (domingo)**, na Escola Municipal Juscelino Kubistchek de Oliveira, situado à Rua Cuiabá, s/nº no Jardim Esperança, no horário das 08:30 (oito e trinta) às 11:30 (onze e trinta) horas.

5.3 Os candidatos deverão comparecer no local e dia marcados, no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o início das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta e documento de identificação com foto, bem como do comprovante de inscrição.

5.4. Primeira Etapa – Prova de Conhecimentos Gerais e Específicos, esta etapa terá caráter eliminatório e classificatório e consistirá na resolução de **05 (cinco) questões** objetivas com 04(quatro) opções de respostas, e uma questão discursiva. O candidato será habilitado se atingir no mínimo 50% da pontuação máxima das questões propostas, sendo o valor de 1,5 (um e meio) ponto por objetiva certa, e até 4 (quatro) pontos na discursiva.

5.5. Segunda Etapa – Entrevista individual dos candidatos aprovados será na data de 28 de agosto de 2013 as 09:00 hs na sala de reunião da Prefeitura Municipal.

5.6. Será considerado na seguinte pontuação:

CURSO DE ATUALIZAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO
01 PONTO A CADA 20 HORAS

5.7. A pontuação será considerada em função do maior título apresentado, sendo este cumulativo até 5 (cinco) pontos.

5.8 NORMAS OBRIGATÓRIAS EM RELAÇÃO ÀS VAGAS:

O candidato terá que residir na área de abrangência da unidade de saúde em que atuar, desde a data da publicação do edital do Teste Seletivo Público, conforme previsto pela Lei nº 11.350 de 05 de outubro de 2006, podendo inscrever-se somente naquela em que reside *(Artigo 6º- inciso I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do Edital do Processo Seletivo Público):* A mudança de residência do candidato da área de abrangência da unidade de saúde de atuação, implica em dissolução do vínculo de trabalho ou seja, é causa para dispensa do trabalho *(Artigo 10 - da Lei nº 11.350 de 05/10/06: parágrafo único: No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não atendimento ao disposto no inciso I do Art. 6º, ou em função de apresentação de declaração falsa de residência).*

5.9. Relação dos cargos do certame:

Cargo: Agente Comunitário de Saúde:

SEGMENTO TERRITORIAL	*MICRO* ÁREA	DELIMITAÇÃO	PSF
SETOR INDUSTRIAL	09	VIA 03 A E B – RUAS 400,401,402,403,404,405,406,407,410,412,414,416.	I
LINHA AEROPORTO	36	MT 206 (TREVO ATÉ A FAZENDA INGRID), ESTRADA DO ASP, AEROPORTO	I

SEGMENTO TERRITORIAL	*MICRO* ÁREA	DELIMITAÇÃO	PSF
COMUNIDADE SOMBRA DA MANHÃ	20	COMUNIDADE JARDIM DO ÉDEN – LOTES 163,327,328,329,330,345 A 370,281 A	III

		298,392 A 383, 515 A 521.	

5.11 DA REMUNERAÇÃO:

Os vencimentos iniciais do cargo em Teste Seletivo Público, com fonte de recursos de repasses do Ministério da Saúde, tendo como o salário o abaixo indicado:

Categoria Profissional	Remuneração Mensal	Regime de Dedicação	Regime de Contratação
Agente Comunitário de Saúde	R$ 871,16	40 horas semanais	Previdência Própria - PREVPAR

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1 Ser aprovado no Teste seletivo.
6.2 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.
6.3 Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as militares.
6.4 Preencher todos os requisitos exigidos para o exercício do cargo.
6.5 O candidato terá que residir na área de abrangência da unidade de saúde.
6.6 Firmar declaração de não acumulação ilegal de cargo ou emprego público assinada pelo servidor.
6.7 Apresentar Declaração de bens.
6.8 A contratação na função será efetuada se forem atendidas as seguintes condições:

I- Ser considerado apto na inspeção de saúde;
II- Aos candidatos portadores de necessidades especiais o exame de saúde fará a verificação da deficiência declarada, assim como sua compatibilidade com as atividades características dos Agentes Comunitários de Saúde;

6.9 O candidato deverá permanecer residindo na localidade exigida pela legislação em vigor para a vaga a qual concorreu, durante toda a vigência da nomeação; sob pena de exoneração.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1 A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem dos aprovados no teste seletivo simplificado, não gerando, entretanto, o fato de ter classificado direito à contratação, somente em caso de necessidade será convocado obedecendo rigorosamente a ordem dos classificados.

7.2 A admissão de pessoas portadoras de necessidades especiais, obedecerá ao disposto no item 4.7 deste edital.

7.3 Do regime de previdência

7.3.1 A nomeação será feita exclusivamente pelo Regime Jurídico da Previdência Própria **PREVPAR**. A jornada de trabalho será aquela que estiver em vigor na data da assinatura da nomeação do candidato, com exceção das categorias que têm seus horários regulamentados por Lei.

7.4 Da validade do Certame

7.4.1 O **prazo de validade** do Teste Seletivo Público será de 02 (dois) anos, a contar da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, no interesse do Poder Executivo Municipal, de acordo com o Art. 37, Inc. III, da Constituição Federal.11.2.- A inexatidão das informações e as irregularidades de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição

7.4.2 Relação da documentação a ser entregue ao Departamento de Recursos Humanos:
I – Documentos pessoais: Cédula RG e Comprovante do CPF;
II – Titulo de Eleitor e Certidão de regularidade expedida pelo TEM;
III – Cartão do PIS/PASEP se possuir;
IV – Carteira Profissional CTPS/TEM;
V – Reservista se possuir (se masculino);
VI – Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);
VIII – Comprovante de endereço atualizado;
VI – Comprovação do grau de instrução e registro nos conselhos pertinentes;
VII – Certidão de Nascimento (se solteiro);
VIII – Comprovação do estado civil (casado, união estável etc...); CPF do conjugue.
IX – Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 anos;
X – Carteira de vacinação dos filhos menores e comprovante de escolaridade;
XII – Certidão da Justiça Civil e Criminal;
XIII – Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio ou copia da declaração do Imposto de Renda;
XIV – Declaração de não-acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinada pelo servidor;
XVI – 02 Foto 3x4 recente.
7.5 O candidato que, na nomeação, prestar declarações falsas ou inexatas, terá sua nomeação cancelada e todos os atos dele decorrentes anulados.
7.6 Se comprovada a não correspondência legal pertinente de qualquer documento apresentado no ato da admissão, ou a posteriori, pelo nomeado, o mesmo arcará com os agravamentos subsequentes e inclusive os pecuniários.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. Todas as fases são consideradas eliminatórias e classificatórias. O candidato será considerado habilitado para fase posterior se atingir no mínimo 50% de acertos do total das questões propostas ou classificatoriamente de acordo com a pontuação;
8.2. A classificação será feita em ordem decrescente da nota final obtida individualmente, considerando somente um aprovado por micro-área, ficando os demais classificados como suplentes.
8.3. O desempate entre candidatos que obtiverem a mesma nota final processar-se-á de acordo com os seguintes critérios:
a) O maior numero de pontos na prova escrita ;
b) O maior numero de pontos na entrevista e
c) persistindo o empate o classificado será o de maior idade.

9. DESCRIÇÃO DOS CARGOS

9.1 - Atribuições: O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:
I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sócio-cultural da comunidade;
II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;
III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e
VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.
9.2. Condições de trabalho: Carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

10. DOS RECURSOS

10.1. O candidato poderá interpor **recurso** nos seguintes casos e **prazos**:
10.2. Com relação à homologação das inscrições, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do primeiro dia útil posterior ao da publicação do edital de homologação.
10.3. Com relação à prova escrita (questões objetivas) no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil posterior à realização da prova.

10.4. Com relação às incorreções ou irregularidades, constatadas na execução do Teste Seletivo, no prazo de 02 (dois) dias úteis.
10.5. O recurso deverá ser proposto individualmente, indicando a questão, com a indicação no que o candidato se julga prejudicado, com a devida fundamentação, comprovando as alegações com citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, etc., juntando cópia dos mesmos, devendo ser dirigido à Comissão do Processo Seletivo, entregue e protocolado na Secretaria Municipal de Saúde.
10.6. Após o julgamento dos recursos interpostos pela Comissão do Teste Seletivo, os pontos correspondentes às questões anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, mesmo àqueles que não obtiveram pontuação. Se resultar em alteração do gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas novamente, conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com esse novo gabarito.
10.7 Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As nomeações serão exoneradas no decorrer do ano, nas seguintes situações:

I. A pedido;
II. Quando o profissional apresentar no mês ou no bimestre 10% (dez por cento) ou mais de faltas injustificadas;
III. Na mudança de micro área do candidato.
11.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções, mediante compromisso expresso no Requerimento de Inscrição, no aceite das condições do Teste Seletivo Público, nos termos em que se acharem estabelecidas, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

11. 3 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento dos Editais e seus anexos, que serão publicados no Órgão Oficial do Município, e afixados em mural na Prefeitura Municipal de Paranaita e Secretaria Municipal de Saúde, bem como no endereço eletrônico www.paranaita.mt.gov.br.

11.4 Os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pelas Comissões do Teste Seletivo Publico (Organizadora e Avaliadora), nomeadas pelo Prefeito Municipal através de Portaria, tornando pública a decisão.

Paranaíta/MT, 01 de Agosto de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucia Helena Rodrigues Elias
Código Identificador:936FD367

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINIDO COM CONTRATO 013/2012

·TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO QUE CELEBRAM ENTRE A EMPRESA CONSTRUTORA FERREIRA LTDA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA.

Ao dia 05 do mês de Agosto a obra Escola Municipal na Zona Rural, na Localidade do Postinho entroncamento, Paranatinga/Gaúcha do Norte/Canarana, possui 2 salas de aula, reuniram o representante da Empresa Construtora Ferreira – Ltda, Inscrita no CNPJ 00.173.989/0001-35, Localizada na Rua 27, lote 12, bairro Morada do Ouro II no Município de CUIABÁ – MT representada pelo Sr. José Dalmo Ferreira brasileiro portador do RG 257.752, SSP/GO e do CPF: 083.632.341-68 residente e domiciliado cidade de Paranatinga-MT e o engenheiro civil Manoel Luiz Ferreira da Silva, portador do CREA 6467 e CPF nº 181.218.371-20, representante da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA, residente e domiciliado na Av. Mato Grosso nº 514 – Centro, Paranatinga-MT, e o constaram que os serviços foram executados conforme especifica o projeto executivo e o contrato nº 013/2012, em sua totalidade.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal de Paranatinga

MANOEL LUIZ FERREIRA DA SILVA
Engenheiro Civil

Publicado por:
João Paulo de Almeida da Silva
Código Identificador:0E1EA593

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 007/2013

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através da CPL, nomeado pela Portaria 108 de 04 Abril de 2013, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação **TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2013**, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto básico e execução de reabilitação Operacional do Sistema de Abastecimento de Água, do Município de Paranatinga, com as seguintes atividades especificas: dimensionamento de Base das ETAS, interligações Hidráulicas, Dimensionamento de reservatórios e adequação de adutoras e redes. Data de abertura: 22/08/2013 – quinta - feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329, e-mail: licitacoesptga@bol.com.br. Valor do Edital R$ 50,00 (cinqüenta reais).

Paranatinga-MT, 07 de Agosto de 2013.

ANDERSON GUSTAVO MELO NASCIMENTO
Presidente Cpl

Publicado por:
João Paulo de Almeida da Silva
Código Identificador:5D8E0F2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 209/2013 – DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar e Afastamento Preventivo do servidor público municipal e dá outras providências.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Artigo 238 c/c 243 e seguintes da Lei nº 24/97 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Paranatinga); e

Considerando a necessária observância constante aos Princípios em destaque no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, e em todos os segmentos ligados a Administração Pública Municipal.

Considerando a necessidade para apurar os fatos imputados com graves pelo Servidor, o Sr. **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, cargo efetivo de ENFERMEIRO PADRAO, COREN-MT nº 210.619, tais como: estaria prescrevendo medicamentos injetáveis a pacientes, sendo esses ato prerrogativa exclusiva de médico; O atendimento do mesmo é incompatível com a conduta de profissional da saúde, não tratando com urbanidade pacientes e colegas de serviço; Realização de parto sem supervisão médica; Desobediência de normas técnicas do Hospital e desobediência ao superior hierárquico; Conduta inadequada, inclusive com embriaguez.

Considerando a necessidade de preservar a vida, como bem maior da incolumidade humana;

Considerando que o servidor encontra-se em estágio probatório;
Considerando, ainda, a necessidade de preservação aos bons costumes e moralidade administrativa;

Considerando, por fim, a necessidade de a autoridade competente levar a termo o Processo Administrativo Disciplinar, para o qual fora encarregado de fazer, respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LV da Constituição Federal;

Considerando o PARECER JURIDICO da Assessoria jurídica do Município de Paranatinga, datado de 06 de agosto de 2013, que opinou pela abertura de Processo administrativo disciplinar e o afastamento do servidor preventivamente, ante a gravidade das denuncias e o risco de vida aos usuários do SUS em Paranatinga;

RESOLVE:

1. Determinar a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, com sede nesta cidade, com o fim de apurar suposto ato infracionário praticado pelo Servidor, o Srº. **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, cargo efetivo de ENFERMEIRO PADRAO, COREN-MT n 210.619, tais como: estaria prescrevendo medicamentos injetáveis a pacientes, sendo esses ato prerrogativa exclusiva de médico; O atendimento do mesmo é incompatível com a conduta de profissional da saúde, não tratando com urbanidade pacientes e colegas de serviço; Realização de parto sem supervisão médica; Desobediência de normas técnicas do Hospital e desobediência ao superior hierárquico; Conduta inadequada, inclusive com embriaguez, cuja tipificação legal encontra amparo nos Arts. 204, I, II,, IV,V, XVII, XVII,XIX,XXIII, XXIV e XXV, 205, 212, 217, V, VI, XIII e XVIIII, da Lei Municipal 24/97 c/c os Art. 30 a 33 da **Resolução COFEN 311/2007,** bem como na Lei 7.498 de 25 de junho de 1986 e Art. 284 do Código Penal, o qual será conduzido pela Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Srª. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA**;

2. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentissimo Senhor Prefeito Municipal siga rigorosamente o disposto nos Art. 228 a 267, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, com o prazo de 05(cinco) dias para apresentar suas justificativas, oitivas de testemunhas, deferimento de provas essências a comprovação de fatos alegados no processo, respeitando-se a celeridade do rito do procedimento administrativo disciplinar, a concentração dos atos evitando repetições, bem como a conclusão no prazo de sessenta dias, autorizada a dilação por igual período.

3. A não conclusão no prazo fixado no item anterior implica em desídia dos membros da Comissão, sendo causa para sua dissolução.

4. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentissimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Srª. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA** que oficie a Comissão de Avaliação dos Concursados, fornecendo todos os documentos, para que tais atos e condutas descritas no item "1" sejam consideradas e julgadas, quando da atribuição de notas ao servidor **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50.

5. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Sra. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA** que oficie a Promotoria da Comarca de Paranatinga, fornecendo as declarações que subsidiaram a abertura do Procedimento Administrativo Disciplinar e as receitas médicas com as prescrições atribuídas ao servidor **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, pois esses fatos, em tese, configuram fato típico penal, cuja titularidade da ação publica incondicionada é do *Parquet;*

6. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Sra. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA** que oficie a Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso – COREM-MT, fornecendo as declarações que subsidiaram a abertura do Procedimento Administrativo Disciplinar e as receitas médicas com as prescrições atribuídas ao servidor **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, pois esses fatos, em tese, configuram ofensa ao Código de Ética da profissão*;*

7. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentissimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Sra. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA** que nomeie uma junta médica e, na impossibilidade, um médico da rede municipal de saúde, para apresentar um laudo de natureza pericial, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias,** descrevendo todos os medicamentos que foram prescrito pelo servidor **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, bem como especificar a legitimidade para prescrever medicação, inclusive injetável, e se alguns deles são de atribuições de enfermeiro ou exclusivamente um ato médico, permitindo ao denunciando, quando da apresentação da defesa apresentar assistente técnico, se julgar necessário, bem como impugnar o laudo, pedir novos esclarecimentos, se pertinentes.

8. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentissimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Sra. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA** que requisite, junto as unidades médicas do Município, especialmente junto a eventual estabelecimento que o servidor **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, como o Hospital Municipal, todas as receitas médicas prescritas pelo investigado, bem como as fichas médicas dos pacientes os quais foram prescritos os medicamentos, e cópia das fichas médicas dos partos realizados pelo mesmo, bem outros procedimentos correlatos;

9. Determinar a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria nº 57/2013, da lavra do Excelentissimo Senhor Prefeito Municipal, sob a presidência da Sra. **YEDA SUELI JORGE DA SILVA** que realize, observando o contraditório, a oitiva de todos os médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais servidores, especialmente do Hospital Municipal, que julgar relevante a instrução, que possam esclarecer a conduta e os atos atribuídos ao o servidor **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50,

10. Fixar o prazo de 60 dias para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, admitida a sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias o exigirem.

11. Determinar o Afastamento Preventivo do Servidor, o Sr. **G.H.C.C**, portador do RG n 1500390-6 SJSP/MT e do CPF n 010.591.841-50, cargo efetivo de ENFERMEIRO PADRAO, COREN-MT n 210.619, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e no Hospital do exercício da função, nos termos do art. 238 da Lei Municipal nº 24/97, pelo prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração, como medida cautelar e a fim de que não venha a influir na apuração das irregularidades que lhe são atribuídas no Processo Administrativo Disciplinar, conforme Parecer Jurídico da Assessoria jurídica do Município de Paranatinga, datado de 06 de agosto de 2013, que opinou pela abertura de Processo administrativo disciplinar e o afastamento do servidor preventivamente, ante a gravidade das denuncias e o risco de vida aos usuários do SUS em Paranatinga.

12. Esclarecer que esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciane m Thomas
Código Identificador:9EF9155A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 918 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

"Dia do manifesto em prol da Rodovia MT -130 que liga Primavera do Leste a Paranatinga/MT e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, **VILSON PIRES**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

Considerando que a Rodovia MT-130, a rodovia da economia, o povo no geral, sapiente de seus direitos, cobra do poder público municipal, providências para manutenção e conservação da pavimentação asfáltica da Rodovia MT- 130, que liga Primavera do Leste á Paranatinga-MT.

Considerando que a Rodovia MT-130 é a única rodovia que corta o centro do nosso estado, abrindo novas fronteiras agrícolas gerando novas fontes de trabalho, ligando o sul ao norte do estado.

Considerando que na Rodovia MT-130 trafegam em média mais ou menos 800(oitocentos) veículos, sendo que a maioria destes veículos automotores os mesmos fazem o escoamento de produção agrícola e agropecuária de toda a região.

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica declarado facultativo o ponto nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e das Autarquias, com a suspensão automática dos expedientes, relativo ao dia adiante mencionado:

I – 12 de agosto de 2013 – segunda-feira, manifesto da Rodovia MT-130 com movimento que congrega como ato público, onde reúnem sociedades civis, autoridades, produtores rurais, sindicatos, associações, empresários, ou seja, comerciantes e repartições públicas, etc.

§ 1º - O disposto neste Decreto não se aplica às Repartições em que, por sua natureza, houver necessidade de funcionamento ininterrupto e às atividades essenciais de saúde e de interesse público, que deverão funcionar mediante escala e plantão.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Paranatinga-MT; 07 de agosto de 2013.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciane m Thomas
Código Identificador:00F36618

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 208 DE 06 DE AGOSTO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

VILSON PIRES, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164 – A de 20 de abril de 2006.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos ao Servidor Público Municipal o Srº. **EDMUNDO CESPEDES RIVEROS**, portador do RG sob o nº 947.203SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 003.822.551- 43, sob a Matrícula nº 30, ocupante do Cargo Efetivo de Apoio Administrativo Educacional I – Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Escola Municipal Chapéuzinho Vermelho, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164 - A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento do Servidor.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2006/2011	06/08/2013 à 04/11/2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 06 de agosto de 2013.

VILSON PIRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciane m Thomas
Código Identificador:53AB9FC7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013 – RESULTADOS

O Município de Peixoto de Azevedo-MT, torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é "**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITARIO, MOTOR 1.4 8V, ZERO KM, ANO 2013, 04 PORTAS, AR CONDICIOADO, DIREÇÃO HIDRAULICA, CAPAC. P/ 05 PASSAGEROS, BICOMBUSTIVEL GASOLINA/ETANOL, ALCA DE SEGURANCA DIANTEIRA LADO PASSAGEIRO, CAMBIO SINCRONIZADO 05 MARCHAS E FRENTE E 01 A RE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA."** Onde ficou constatado que nenhuma empresa apresentou envelope de habilitação e propostas de preços. Por este motivo que a Pregoeira declarou o evento como **deserto**. Peixoto de Azevedo-MT, 07 de Agosto de 2013.

VANILZA RIBEIRO CHAGAS
Pregoeira

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:2D473DAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012/2013

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 001/2013

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012/2013

DIVULGA LISTAGEM GERAL DE RESULTADO PARA HOMOLOGAÇÃO

A Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 001/2013, da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo – MT, nos termos dos itens 9.9 e 9.10 do Edital nº. 001/2013, visando atender ao princípio da publicidade, e;

Considerando que não houve apresentação de recurso administrativo em relação à divulgação do resultado;

Considerando que todas as etapas do referido processo seletivo foram cumpridas regularmente,

RESOLVE:

I – Divulgar a listagem geral dos candidatos aprovados com vaga e dos candidatos com cadastro reserva do Processo Seletivo Público nº 001/2013, para fins de homologação;

II – Comunicar que não mais será concedido prazo para apresentação de recursos na esfera administrativa conforme preceitua o Edital nº 001/2013.

Peixoto de Azevedo - MT, 10 de maio de 2013.

TEREZINHA DE ARAÚJO SANTOS
Presidenta da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público 001/2013

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:59A0F906

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 020/2013, tendo por OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ÓRTESES E PRÓTESES PARA ATENDER OS PACIENTES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS VITIMAS DE ACIDENTE TRAUMATIZADOS E COM SEQUELAS PATOLÓGICAS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT*, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente* ***CONTRATANTE****, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o* ***Sr. Sinvaldo Santos Brito****, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT* em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº3.555,de 08/08/2000, 3.931 de 19/07/2001 e subsidiariamente pela Lei nº8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores)e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2013, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos PRODUTOS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referencia e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto imediato do presente instrumento de registrar o menor preço por Item obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2013; enquanto o objeto mediato será contratação futura da empresa **SOCIEDADE MERCANTIL CENTRO NORTE LTDA,** com o **CNPJ. nº 01.989.691/0001-60,** visando o fornecimento dos PRODUTOS constantes do aludido do anexo I que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.
1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo I que acompanhou o Edital da licitação estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE,
MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço da empresa **SOCIEDADE MERCANTIL CENTRO NORTE LTDA** inscrita no CNPJ sob o Nº 01.989.691/0001-60 localizada na Rua C/212, esq. c/ C-218 nº 77 – Jd América – Goiânia/GO – CEP 74270-320 representada pelo seu representante legal Senhora Margarete Fistarol, portadora da Cédula de Identidade Rg. nº 12519235 SSP/MT e CPF. nº 861.983.511-49, residente e domiciliada em Sinop-MT;

543357 SOCIEDADE MERCANTIL CENTRO NORTE LTDA.						
Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtde	Total
1	264490	ACETABULO BIPOLAR 28X43	UNIDADE	1.008,90	20	20.178,00
2	273587	ACETABULO BIPOLAR 28X45	UNIDADE	1.008,90	20	20.178,00
3	273585	ANCORA MONTADA COM FIO FIBER 2,8MM	UNIDADE	1.249,95	60	74.997,00
4	273586	ANCORA MONTADA COM FIO FIBER 5,0MM	UNIDADE	1.249,95	60	74.997,00
5	264498	ARRUELA P/ 3,5 MM	UNIDADE	7,91	50	395,50
6	264499	ARRUELA P/ 4,5 MM	UNIDADE	7,91	50	395,50
7	264486	CABECA INTERCAMBIADA 22 COLO LONGO	UNIDADE	509,8	20	10.196,00
8	264484	CABECA INTERCAMBIADA 28 COLO MEDIO	UNIDADE	509,8	20	10.196,00
9	264492	CENTRALIZADOR DISTAL	UNIDADE	114,85	20	2.297,00
10	264493	CIMENTO ORTOPEDICO	UNIDADE	120,57	40	4.822,80
11	264483	COMPONENTE FEMORAL 7,5 MM	UNIDADE	989,96	20	19.799,20
12	14777	DRENO PARA SUCCAO 3,2MM	UNIDADE	39,99	100	3.999,00
13	264396	DRENO PARA SUCCAO 4.8 MM	UNIDADE	39,99	100	3.999,00
14	264478	FIO DE CERCLAGEM	UNIDADE	152,05	50	7.602,50
15	10658	FIO DE KIRCHNNER 1.5 MM	UNIDADE	14,3	50	715,00
16	11075	FIO DE KIRCHNNER 2,0MM	UNIDADE	14,3	100	1.430,00
17	10655	FIO DE STEIMANN 2.5MM	UNIDADE	14,3	50	715
18	14752	FIXADOR DE JURGAN 2,0MM	UNIDADE	551,6	50	27.580,00
19	11913	FIXADOR DE SURGAN 2,8MM	UNIDADE	551,6	100	55.160,00
20	264501	FIXADOR EXTERNO COM SISTEMA ANGULAR ROTACIONAL	UNIDADE	1.486,10	100	148.610,00
21	257403	FIXADOR EXTERNO DE COLLES	UNIDADE	551,6	50	27.580,00
22	264522	HASTE BLOQUEADA TBIA 09X340MM	UNIDADE	1.076,80	50	53.840,00
23	273589	PARAFUSO CANULADO 3,5MM NR 40	UNIDADE	127,6	60	7.656,00
24	264496	PARAFUSO CANULADO 7,0 MM R16 NR 65	UNIDADE	127,6	30	3.828,00
25	273588	PARAFUSO CANULADO 7,0 MM R32 NR. 65	UNIDADE	127,6	30	3.828,00
26	11915	PARAFUSO CORTICAL 3,5MM X 16	UNIDADE	16,87	150	2.530,50
27	13470	PARAFUSO CORTICAL 3,5MM X 18	UNIDADE	16,87	150	2.530,50
28	9311	PARAFUSO CORTICAL 3,5MM X 20	UNIDADE	16,87	150	2.530,50
29	10668	PARAFUSO CORTICAL 3,5MM X 22	UNIDADE	16,87	150	2.530,50
30	13069	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 28	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
31	9994	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 30	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
32	13062	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 32	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
33	13071	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 34	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
34	11918	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 36	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
35	13074	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 38	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
36	13350	PARAFUSO CORTICAL 4,5MM X 40	UNIDADE	19,86	150	2.979,00
37	264525	PARAFUSO DE BLOQUEIO 4,5X30 MM	UNIDADE	85,98	150	12.897,00
38	264526	PARAFUSO DE BLOQUEIO 4,5X40 MM	UNIDADE	85,98	150	12.897,00
39	10552	PARAFUSO DE CONEXAO	UNIDADE	85,98	100	8.598,00
40	273597	PARAFUSO DESLIZANTE	UNIDADE	229,95	100	22.995,00
41	13072	PARAFUSO ESPOJONSO 4,0MM NR 40	UNIDADE	30,47	100	3.047,00
42	257377	PARAFUSO ESPOJONSO 6,5MM R16 NR 70	UNIDADE	30,47	50	1.523,50
43	273590	PARAFUSO ESPOJONSO 6,5MM R32 NR 70	UNIDADE	30,47	50	1.523,50
44	264530	PARAFUSO MALEOLAR 4,5X60 MM	UNIDADE	24,01	100	2.401,00
45	264529	PARAFUSO TAMPAO	UNIDADE	85,99	100	8.599,00
46	264451	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5X06 FUROS	UNIDADE	161,3	30	4.839,00
47	264450	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5X07	UNIDADE	161,3	30	4.839,00

		FUROS				
48	11910	PLACA 1/3 TUBULAR 3,5X08 FUROS	UNIDADE	161,3	30	4.839,00
49	273592	PLACA 1/3 TUBULAR 4,5X06 FUROS	UNIDADE	194,9	30	5.847,00
50	10659	PLACA DCP 3,5X6 FUROS	UNIDADE	202,1	30	6.063,00
51	11909	PLACA DCP 3,5X7 FUROS	UNIDADE	202,1	30	6.063,00
52	11912	PLACA DCP 3,5X8 FUROS	UNIDADE	202,1	30	6.063,00
53	264453	PLACA DCP 3,5X9 FUROS.	UNIDADE	202,1	30	6.063,00
54	264455	PLACA DCP 4,5X09 FUROS ESTREITA	UNIDADE	259,44	30	7.783,20
55	11914	PLACA DCP 4,5X10 FUROS ESTREITA	UNIDADE	259,44	50	12.972,00
56	264456	PLACA DCP 4,5X10 FUROS LARGA.	UNIDADE	325,7	50	16.285,00
57	264457	PLACA DCP 4,5X12 FUROS LARGA	UNIDADE	325,7	50	16.285,00
58	273591	PLACA DCP 4,5X16 FUROS ESTREITA ESPECIAL	UNIDADE	1.249,99	30	37.499,70
59	264454	PLACA DCP 4,5X16 FUROS LARGA ESPECIAL	UNIDADE	1.249,99	30	37.499,70
60	264459	PLACA DCS 95° 06 FUROS	UNIDADE	840,7	30	25.221,00
61	264460	PLACA DCS 95° 08 FUROS	UNIDADE	840,7	30	25.221,00
62	264461	PLACA DCS 95° 10 FUROS	UNIDADE	840,7	30	25.221,00
63	264462	PLACA DCS 95° 12 FUROS ESPECIAL	UNIDADE	1.249,50	50	62.475,00
64	273596	PLACA DE RECONSTRUCAO 3,5X10 FUROS	UNIDADE	329,8	20	6.596,00
65	7610	PLACA DHS 135° 10 FUROS ESPECIAL	UNIDADE	1.249,50	50	62.475,00
66	273595	PLACA DHS 135° 3 FUROS	UNIDADE	840,72	30	25.221,60
67	264464	PLACA DHS 135° 4 FUROS	UNIDADE	840,72	30	25.221,60
68	264465	PLACA DHS 135° 6 FUROS	UNIDADE	840,72	30	25.221,60
69	273593	PLACA EM L 4,5MM	UNIDADE	317,59	20	6.351,80
70	264458	PLACA EM T 3,5 3X3 FUROS	UNIDADE	303,01	50	15.150,50
71	273594	PLACA EM T 4,5MM	UNIDADE	317,58	20	6.351,60
72	273598	PLACA PARA CALCANEO	UNIDADE	352,67	20	7.053,40
73	264495	RESTRITOR DE CIMENTO	UNIDADE	28,25	50	1.412,50
74	255659	SERRA DE GIGLER	UNIDADE	189,98	30	5.699,40
					VALOR TOTAL	**1.188.284,10**

(Hum milhão, cento e oitenta e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e dez centavos).

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decretos nº 3.931/01 e 3.555/00.
3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.
3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou copia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em conseqüência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.
4.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um perco do de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme determina o Art. 4 do Decreto nº 3.931/2001.
4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os PRODUTOS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.
4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerencia da Ata de Registro de Preços ficará cargo da Prefeitura, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgão e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgão ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos PRODUTOS.
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade dos PRODUTOS entregues com o especificado no Termo de Referencia.
7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega dos PRODUTOS.
7.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos PRODUTOS, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.
7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos PRODUTOS será realizada pelo Fiscal do Contrato.
7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo o órgão adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da Solicitação de ordem de fornecimento.
8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fax- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.
8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.
8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.
8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos PRODUTOS, o esgotamento dos PRODUTOS será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.
8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante dos PRODUTOS das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.
8.8. Os PRODUTOS deverão ser entregues no local da vencedora, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00; ou onde o Fiscal do Contrato determinar.
8.9. Os PRODUTOS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;
8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referencia;
8.10.1. Em se verificando problemas na entrega dos PRODUTOS, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
8.11. Os PRODUTOS, a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos PRODUTOS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciárias exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes.(em casos de adesão)
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das clausulas desta ata, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação de o órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das clausulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS
12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:
a) O fornecedor não dispuser a substituir os PRODUTOS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;
c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;
d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas nos artigo 13º do Decreto n. 3.931/2001 e no artigo 78 da Lei n. 8.666/93;
e) Por razões de interesse publico devidamente demonstrado e justificado nos autos;
f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referencia.
12.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.
12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o numero do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.
14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e numero do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o numero do fax-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderá ser corrigidos pela variação do ou outro índice que vier a sucede-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao numero da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O numero de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os PRODUTOS deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributaria aplicável á espécie.
15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o numero do banco, bem como o nome e numero da agência e o numero da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a Solicitação de ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a previa defesa, de conformidade com o art. 13 do Decreto nº3.931/2001 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93:
a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Publica, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.
16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará empresa, á multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.
16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.
16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar á vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite mínimo temporal previsto para a penalidade que è de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto á Administração Publica, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.
16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Será publicada na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Publica.
16.8. O Possível órgão aderente a ARP será o responsável pelas sanções administrativas Aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decretos nº 3.931/2001, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1- Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ata e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal n ̊9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir
da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 020/2013, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de Pregão Presencial n 020/2013 e Termo de Referencia;
b) Ata da Sessão Publica;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse publico, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o fornecimento dos PRODUTOS.
e) Os órgão aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o numero deste instrumento e o assunto especifico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:

PREFEITURA MUNICIPAL
Rua Ministro César Cals nº 226 Centro
- Peixoto de Azevedo /MT
Secretaria Municipal de Administração
SETOR DE LICITAÇAO CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654,2º do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, AMM em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei n?8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 24 de Junho de 2013

VANILZA RIBEIRO CHAGAS
Pregoeira

EMERSON NUNES FREITAS
Membro da Equipe

ALINE GLEYSS DOS SANTOS MASCARENHAS
Equipe de Apoio

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:FBA26F94

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 031/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

A Prefeita Municipal de Planalto da Serra – MT, no uso de suas atribuições que lhe são confere a Lei Orgânica do Município de Planalto da Serra e autorização contida na Lei Municipal nº 401/2012 de 30 de Dezembro 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R$300.000,00(Trezentos Mil Reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

03 - Secretaria Municipal de Administração Economia e Finanças
03.01 – Secretaria de Administração
03.01.04.122.0002.2.003-31.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil (39)
Valor: R$161.000,00

05 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
05.02 – Fundo Municipal de Saúde
05.02.10.301.0008.2.043-31.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil (187)
Valor: R$20.700,00

05 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
05.02 – Fundo Municipal de Saúde
05.02.10.301.0008.2.017-31.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil (162)
Valor: R$72.000,00

05 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
05.02 – Fundo Municipal de Saúde
05.02.10.301.0008.2.017-33.90.36.00 – Outros Serviços Terc. – Pessoa Física (167)
Valor: R$200,00

05 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
05.02 – Fundo Municipal de Saúde
05.02.10.301.0008.2.017-33.90.36.00 – Outros Serviços Terc. – Pessoa Jurídica (168)
Valor: R$35.600,00

05 - Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
05.02 – Fundo Municipal de Saúde
05.02.10.301.0008.1.045-44.90.52.00 – Equip. Mat. Permanente (156)
Valor: R$10.500,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

04 - Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
04.09 – FUNDEB
04.09.12.361.0050.2.012-31.90.04.00 – Contratação P/ Tempo Determinado (137)
Valor: R$300.000,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 18 de Junho de 2013.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:06F1E579

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 034

DECRETO Nº 034, de julho de 2013.

Convoca a V Conferência Municipal de Assistência Social.

A Prefeita Municipal de Planalto da Serra, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a V Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada nos dias 11 e 12 de julho de 2013, tendo como tema central "A GESTÃO E O FINANCIAMENTO NA EFETIVAÇÃO DO SUAS".

Art. 2º - As despesas correntes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Planalto da Serra, 04 de julho de 2013.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:C91F683F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 036/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

A Prefeita Municipal de Planalto da Serra – MT, no uso de suas atribuições que lhe são confere a Lei Orgânica do Município de Planalto da Serra e autorização contida na Lei Municipal nº 401/2012 de 28 de Dezembro 2012.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R$24.500,00(Vinte Quatro Mil Quinhentos Reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

10 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01.04.122.0010.2.020-33.90.39.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica (09)
Valor: R$22.000,00

10 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01.04.122.0010.2.020-31.91.13.00 – Obrigações Patronais (04)
Valor: R$500,00

10 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01.04.122.0010.2.020-33.90.47.00 – PASEP (13)
Valor: R$2.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

10 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01.04.122.0010.2.020-44.90.52.00 – Equip. Mat. Permanente (14)
Valor: R$10.000,00

10 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01.04.122.0010.2.020-44.90.93.00 – Indenizações e Restituições (12)
Valor: R$2.000,00

10 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto
10.01.04.122.0010.2.020-31.90.11.00 – Venc. Vant. Fixas – Pessoal Civil (01)
Valor: R$12.500,00

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, 04 de Julho de 2013.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:7632817C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203/2013

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - NOMEAR o Senhor ***ODENIL DO CARMO DE SOUZA,*** Portador do RG nº 1094279-3 SSP/MT, inscrito no CPF 812.740.091-20, para exercer o cargo de ***SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2013.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO)
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Gracielle de Arruda Quintino
Código Identificador:09ADE408

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 202/2013

A SENHORA NILCE MARY LEITE, PREFEITA MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - EXONERAR o Senhor ***URBANO RAMOS DE SENE***, Portador do RG nº 0605421-8 SJ/MT, inscrito no CPF 452.906.791-20, do cargo de ***SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE,*** desta Prefeitura Municipal.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Poconé - MT, 06 de Agosto de 2013.

NILCE MARY LEITE (MEIRE ADAUTO)
Prefeita Municipal de Poconé

Publicado por:
Gracielle de Arruda Quintino
Código Identificador:7E957091

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2013. DE 31/JULHO/2013

Processo Administrativo Licitatório n.º 33/2013, modalidade Convite n.º 10/2013. Objeto: Assistência Técnica preventiva e corretiva para a rede de equipamentos de informática da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT. Visando o funcionamento dos equipamentos de informática, tanto na parte de hardware como e software, promovendo a manutenção e instalação de programas e configurações. Contratante: Prefeitura Municipal. Contratada: **REPARA TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA – ME** – CNPJ n.º 18.308.853/0001-50. Valor: R$ **16.000,00**. Vigência: **31/07/2013 a 31/12/2013**.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Divina Laura
Código Identificador:D51B518A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 029/2013. DE 31/JULHO/2013

Processo Administrativo Licitatório n.º 34/2013, modalidade Convite n.º 11/2013. Objeto: contratação de um professor de música e canto para realização de cursos de violão, teclado, flauta, contrabaixo, cavaquinho e formação do Coral Municipal, atendendo os programas do CRAS: Projovem, Peti, Grupo da Terceira Idade e Comunidade. Contratante: Prefeitura Municipal. Contratada: **RENATO GOMES DE OLIVEIRA E CIA LTDA – ME** – CNPJ n.º 15.012.026/0001-27. Valor: R$ **15.000,00**. Vigência: **31/07/2013 a 31/12/2013**.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Divina Laura
Código Identificador:965364C1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DOS CONTRATOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO, DE 01/AGOSTO/2013

OBJETO: Contrato de Pessoal por tempo determinado, referente **Processo Seletivo 002/2013** autorizado pela Lei Municipal nº. 663/2013 de 21/03/2013 e Lei Municipal n° 671/2013 de 27/05/2013. CONTRATANTE: Município de Municipal de Pontal do Araguaia/MT, nome de fantasia Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - CNPJ: 33.000.670/0001-67:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Nº CONT	CONTRATADOS	CARGO	SALÁRIO R$	VIGÊNCIA
030/2013	Malba Souza Silva	Professora de Pedagogia	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
031/2013	Célia Carla Pacheco de Queiros dos Santos	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
032/2013	Monica Paz da Silva	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
033/2013	Thanara Rodrigues Santos	Professora de Matemática	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
034/2013	Sandra da Silva Oliveira	Aux. de Serviços Gerais	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
035/2013	Verenice Salete Broch de Assis	Professora de Pedagogia	1.088,95	01/08/2013 a 31/10/2013
036/2013	Ana Clara Oliveira Garcia	Professora de Pedagogia	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
037/2013	Edileusa Camargo Alencar	Professora de L. Portuguesa	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
038/2013	Angela Moreira Viegas	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
039/2013	Valdina Costa de Sousa Santos	Merendeira	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
040/2013	Mariza Trindade	Aux. de Serviços Gerais	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
041/2013	Josiane Borges dos Santos	Aux. de Serviços Gerais	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
042/2013	Roberto Tadeu Brito Silva	Vigia	678,00	01/08/2013 a 30/09/2013
043/2013	Feliciane Luiza dos Reis	Professora de Pedagogia	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
044/2013	Lucineide Santos Ferreira Silva	Merendeira	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
045/2013	Necelina Sousa Lourenço Luz	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
046/2013	Maria Borges de Jesus	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
047/2013	Jociane de Souza Nunes Alves	Merendeira	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
048/2013	Luciana Maria Matos Souza	Cozinheira	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
049/2013	Maria da Guia Dias de Morais	Merendeira	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
050/2013	Loides Alves Batista	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
051/2013	Lucileide da Silva Abreu	Professora de Pedagogia	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
052/2013	Muriel Braga de Oliveira	Professora de L. Portuguesa	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
053/2013	Maria Dalia Pereira Melo Trindade	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
054/2013	Claudenice Parente Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
055/2013	Maximilena Pereira de Freitas	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
056/2013	Eliete do Carmo dos Santos	Monitora de Creche	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
057/2013	Carmeci Maria Martins	Professora de Pedagogia	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013
058/2013	Suzana Rodrigues de Araújo	Aux. de Serviços Gerais	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
059/2013	Laura Neres Santos	Aux. de Serviços Gerais	678,00	01/08/2013 a 31/12/2013
060/2013	Priscila Daianny Vilela	Professora de História	1.088,95	01/08/2013 a 31/12/2013

DIVINA MARIA DA SILVA ODA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Divina Laura
Código Identificador:326B920A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 1231/2013, DE 01 DE AGOSTO DE 2013

"Dispõe sobre autorização de Elevação de Nível de Servidor do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências."

A Prefeita Municipal de Pontal do Araguaia, Sr.ª Divina Maria da Silva Oda, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 534/2009, de 03/11/2009 e Memorando Expedido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

D E C R E T A :

Art. 1º. Fica autorizada a Elevação de Classe da Servidora **NOELMA MARIA DE JESUS,** Professora - Classe "C" - Nível 06 para **Professora – Classe "C" - Nível 07**, com retroatividade ao mês de agosto de 2012, onde a diferença salarial será lançada na folha de pagamento do mês de agosto de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, devendo ser publicado nos Órgãos Oficiais dos Municípios, nos Órgãos Oficiais do Estado de Mato Grosso e no site da Prefeitura Municipal, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia - MT, 01 de Agosto de 2013.

DIVINA MARIA DA SILVA ODA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Divina Laura
Código Identificador:A8CD1C69

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 051- DE 07DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre Homologação do Resultado final do processo seletivo simplificado do Município de Ponte Branca - MT, Edital nº 001/2013 e, dá outras providências".

humberto Luiz Nogueira de Menezes, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a realização da análise dos Títulos e Currículos dos candidatos pela Comissão de Avaliação, com base nas exigências estabelecidas no Edital do processo seletivo simplificado, Edital 001/2013; visando às contratações de servidores públicos municipais;
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Homologado o Resultado Final do processo seletivo simplificado, Edital nº 001/2013, conforme edital complementar 001/2013, este decreto será afixado no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal, publicado no jornal oficial dos municípios da AMM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Ponte Branca/MT, 07 de Agosto de 2013.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ednemilde Ferreira Costa
Código Identificador:5555AD70

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA AGOSTO/2013

Portaria n.º 421/2013
Dispõe sobre a abertura de procedimento administrativo para apuração de irregularidades na Concorrência Pública n. 01/2012
Data: 01/08/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:DDFE51B4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA AGOSTO/2013

Portaria n.º 422/2013
Dispõe sobre exoneração de Auxiliar de Serviços Gerais *a Sra. HILDA DE BASTIANI CAVALCANTE*,
Data: 01/08/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:6A61B110

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA AGOSTO/2013

Portaria n.º 423/2013
Dispõe sobre a abertura de procedimento administrativo disciplinar para apuração de supostas faltas funcionais ocorridas no processamento da Concorrência Pública nº. 01/2012 e posterior execução do Contrato nº. 019/2012
Data: 01/08/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:51C93EA9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA AGOSTO/2013

Portaria n.º 424/2013
Dispõe sobre o cancelamento da Portaria nº. 420/2013 e dá outras providências
Data: 02/08/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:2D0ECE53

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA AGOSTO/2013

Portaria n.º 425/2013
Designa Coordenador Geral de Fazenda para exercer a função Coordenador Geral de Fazenda
Data: 02/08/2013

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:9B19F051

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO 088/2013

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º121/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARREGAMENTO DE PNEUS INSERVIVEIS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO.

O Pregoeiro Oficial, regido pelo Decreto n.º 053/2013 da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **PREGÃO PRESENCIAL N.º 088/2013**, cujo certame se deu às 10h do dia 07/08/2013; sagrou vencedora a empresa **TENDA CONSTRUTORA E TERRAPLANAGEM LTDA,** vencedora do item 01, com valor total de R$50.000,00 (cinquenta mil reais). Maiores informações fone 0xx65 3266-2534, **José Garcia dos Santos Neto** ou site www.ponteselacerda.mt.gov.br ATA. Pontes e Lacerda/MT, 07 de agosto de 2013.

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:653D4675

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 435/2013

De: 16 de Julho de 2013.

"Autoriza a Criação de Estrada Vicinal em Área do Município de Porto dos Gaúchos MT, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de Porto dos Gaúchos MT, autorizado a criar a Estrada Vicinal, dentro da área do Município, que será denomina "Estrada Municipal Rossani" iniciando na Estrada Estadual MT-222 (Ponto 0) dando acesso a MT-220 (Ponto 20), com aproximadamente 53,44 Km para atendimento às propriedades rurais adjacentes a ela.
Parágrafo Único – O trecho que necessita ser aberto pelo Município será de aproximadamente 7 (Sete) KM.
Art. 2º - Devido o interesse público que visa a presente Lei, não caberá aos proprietários das áreas cortadas pela estrada pleitear indenizações.
Art. 3º - A dimensão quanto à largura da estrada será a constante na Lei nº 015/1990, de 22/08/1990, ou seja, as propriedades que margeiam as estradas, ou que terão suas propriedades cortadas pela

mesma, são obrigadas a assegurar um limite de 05 (cinco) metros a partir das margens da pista, ou 10 (dez) metros do eixo da estrada.
Art. 4º - As despesas do combustível para abertura da referida estrada ocorrerá por conta dos proprietários das áreas que margeiam a mesma.
Parágrafo Único – A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT disponibilizará uma Moto Niveladora, uma Retro Escavadeira Hidráulica, uma Pá Carregadeira e Caminhões Caçamba, para reabertura, patrolamento e cascalhamento da mesma.
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 16 de Julho de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:FE36C9B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 510/2013

De: 01 de agosto de 2013

"Nomeia Membros Para A Comissão Municipal De Cadastro, E Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, Sr. Moacir Pinheiro Piovesan, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a *COMISSÃO MUNICIPAL DE CADASTRO*, para o exercício de 2013, que deverá proceder com todas as etapas necessárias ao efetivo cadastramento, de quem quer que o requeira junto ao Município, bem como emitir o **CRC** (Certificado de Registro Cadastral).
Art. 2º - Todas as funções da Comissão serão desempenhadas em conformidade com o contido nos dispositivos legais.
Parágrafo Único: A comissão ficará composta pelos seguintes membros:

Presidente: ---------- Flávio Rogério Alves de Oliveira
Secretário: ---------- Helielson Teodoro Alves
Membro: ---------- Adriele Alves Oliveira
Membro: ---------- Hélio Rezer
Suplente: ---------- Olga Dillenburg Rezer

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, em 01 de Agosto de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:AA96B844

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 511/2013

De: 01 de Agosto de 2013

"Nomeia Cleide Aparecida Santoni e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Cleide Aparecida Santoni** a partir de 01 de Agosto de 2013 no cargo de **Encarregado da Unidade Municipal de Identificação,** lotada junto ao Gabinete do Prefeito Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Agosto de 2013.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:33DF4EB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 48/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013

O município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº. 448/2013 de 10/06/2013, no uso de suas atribuições, torna público, a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **Menor Preço por item,** objetivando a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE 01 (UM(A)) PROFISSIONAL EXERCENDO A FUNÇÃO DE INSTRUTOR E/OU MONITOR DE "JUDÔ", COMO CURSO EDUCACIONAL PROMOVIDO PELO PROJETO "PULSAÇÃO", CONFORME A NECESSIDADE, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME DESCRITO NO EDITAL.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL
Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL 10.520/02, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 COM SUAS ALTERAÇÕES E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.
Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO
Data:---------- 20/08/2013
Horário:---------- DAS 07h00minh ÀS 08h00minh (HORÁRIO LOCAL)
Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO
Data:---------- 20/08/2013
Horário:---------- 08h00min HORAS (horário local)
Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, ou pelo telefone 66 3526 2000 ou ainda pelo email: licitacao_portodosgauchos@hotmail.com* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 07 de agosto de 2013.

HELIELSON TEODORO ALVES
Pregoeiro

Publicado por:
Flavio Rogerio Alves de Oliveira
Código Identificador:0A080271

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 40/2013

DECRETO No. 40/2013, de 02 de Agosto de 2013

Regimento da 5ª Conferência Municipal da Cidade do Município de Porto Esperidião MT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO, no uso de suas atribuições legais e considerando ostermos do Decreto Federal no 5.790, de 25 de maio de 2006, e da Resolução Normativa no 14, de 6 de junho de 2012, do Ministério das Cidades.
DECRETA: **Art. 1º** Fica aprovado o Regimento da 5ª Conferência das Cidades do Município de Porto Esperidião MT, na forma do Anexo que integra o presente Decreto. **Art. 2º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Porto Esperidião, 02 de Agosto de 2013.

JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:6C442712

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 168/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: GUSTAVO CEBALHO BRITO
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
VALOR DO CONTRATO: R$ 937,29
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:81FEECA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 167/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: JAIR CARLOS DE JESUS
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
VALOR DO CONTRATO: R$ 678,00.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:8CEFB8B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 170/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: JOSE NILTON DE LIMA CARLOS
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
VALOR DO CONTRATO: R$ 678,00.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:3216298E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 169/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: LEONARDO SALVATERRA DE ASSUNÇÃO
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
VALOR DO CONTRATO: R$ 937,29.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:36FB61CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 166/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: LUZARDO JOVIO
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
VALOR DO CONTRATO: R$ 937,29.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:7A7F2B14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 163/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: NILSON RODRIGUES
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MOTORISTA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
VALOR DO CONTRATO: R$ 937,29.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:EED4DB29

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.º 171/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT
CONTRATADO: VALDINEI ALVES PAULINO
OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO VIGIA PARA SUPRIR

VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DO CONTRATO: R$ 678,00.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2013
VIGENCIA: 01/07/2013 A 31/12/2013.

Publicado por:
Ailton Cezar Golçalves
Código Identificador:E76C3984

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2008.

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2008.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o **MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA/MT,** pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Av. José Antônio de Farias, 2035 – Centro – Porto Estrela/MT, devidamente cadastrado no **CNPJ Sob o nº 24.740.268/0001-28**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **BENEDITO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 802.262 SSP/MT e CPF nº 460.361.801-87, residente e domiciliado a Rua JK s/nº – Porto Estrela - MT , doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro lado a Empresa **E.S ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**- pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no **CNPJ nº 26812.313/0001-38**, com sede na Rua Norte nº 136- Centro, Areanapolis – MT, neste ato representada por seu Socio Proprietario **Sr. Sérgio Antonio Matiello**, Portador da Cedula de Identidade **RG nº 17/r-562.023 SSP/SC e CPF nº 425.901.409-91, residente e domiciliado no endereço da empresa,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA,** tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Seviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DO CONTRATO - O objeto do presente termo, consiste na Prorrogação do prazo do contrato original de nº: 018/2008, conforme clausula segunda e conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores, ficando assim prorrogado o Contrato original pelo prazo de mais 120 (Cento e Vinte) dias, com termino previsto para 02/02/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO DAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO ORIGINAL – Fica ratificado e em pleno vigor as demais clausulas e condições do contrato original nº 018/2008.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento particular, eleborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Porto Estrela/MT, 02 de Outubro de 2009.

BENEDITO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Engenharia e Construções Ltda
SÉRGIO ANTONIO MATIELLO
Contratado

Testemunhas:

GILMAR ZANELIA ELAINE CRISTINA MAGALHÃES CARDOSO
Rg Nº.: 953.897 Ssp/mt rg Nº.: 1111421-5 Sj/mt
Cpf Nº.: 616.514.001-72 Cpf Nº.: 621.064.491-00

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:E8E142D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2008.

2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2008.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o **MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA/MT,** pessoa jurídica de direito publico interno, com sede a Av. José Antônio de Farias, 2035 – Centro – Porto Estrela/MT, devidamente cadastrado no **CNPJ Sob o nº 24.740.268/0001-28**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **BENEDITO DE OLIVEIRA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 802.262 SSP/MT e CPF nº 460.361.801-87, residente e domiciliado a Rua JK s/nº – Porto Estrela - MT , doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro lado a Empresa **E.S ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**- pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no **CNPJ nº 26812.313/0001-38**, com sede na Rua Norte nº 136- Centro, Areanapolis – MT, neste ato representada por seu Socio Proprietario **Sr. Sérgio Antonio Matiello**, Portador da Cedula de Identidade **RG nº 17/r-562.023 SSP/SC e CPF nº 425.901.409-91, residente e domiciliado no endereço da empresa,** doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA,** tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Seviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DO CONTRATO - O objeto do presente termo, consiste na Prorrogação do prazo do contrato original de nº: 018/2008, conforme clausula segunda e conforme relatos da lei 8.666/93 e alterações posteriores, ficando assim prorrogado o Contrato original pelo prazo de mais 270 (Duzento e Setenta) dias, com termino previsto para 02/07/2010.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO DAS CLAUSULAS E CONDIÇÕES DO CONTRATO ORIGINAL – Fica ratificado e em pleno vigor as demais clausulas e condições do contrato original nº 018/2008.

E, por estarem certos e de acordo assinam o presente instrumento particular, eleborado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Porto Estrela/MT, 02 de Outubro de 2009.

BENEDITO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
Contratante

Engenharia e Construções Ltda
SÉRGIO ANTONIO MATIELLO
Contratado

TESTEMUNHAS:

Gilmar Zanelia Elaine Cristina Magalhães Cardoso
RG nº.: 953.897 SSP/MT RG nº.: 1111421-5 SJ/MT
CPF nº.: 616.514.001-72 CPF nº.: 621.064.491-00

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:9F97949B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 011/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato da Srª LUCELENE DOS SANTOS SILVA, brasileira, residente na Rua Frederico Campos –

Porto Estrela – MT, portadora da cédula de identidade RG Nº 1033877-2 SSP/MT e CPF Nº 900.224.241-72 .
Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 012/2013, cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:4D1F0DAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 005/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato da Srª RENATA GARCIA E CAMARGO, brasileira, residente na Rua B, Bairro Santa Izabel – Porto Estrela – MT, portadora da cédula de identidade RG n. 41.092.216-2 SSP/SP e CPF n. 344.028.308-93.

Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 007/2013 , cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de FISIOTERAPEUTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:BB3DA653

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 006/2013

ATO PESSOAL Nº. 006/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato da Srª ANA PAULA GRAMULHA GARCIA, brasileira, residente na Av. Jose Antonio de Farias, Centro – Porto Estrela – MT, portadora da cédula de identidade RG n. 1292031-2 SSP/MT e CPF n. 015.590.621-69.

Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 001/2013, cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de ENFERMEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:D30462E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 007/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato da Srª EDNA CIRILO DE FRANÇA, brasileira, residente na Rua Maria Arantes, Centro – Porto Estrela – MT, portadora da cédula de identidade RG n.1689038-8 SSP/MT e CPF n. 966870021-04.

Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 003/2013 , cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de PROFESSORA, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:E44D3842

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 008/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato do Srº GUSTAVO GARCEZ LUZ AGUILA, brasileiro, residente na Rua Tenente Felix, Bairro Santa Izabel – Porto Estrela – MT, portador da cédula de identidade RG nº 22657649 SSP/MT e CPF nº 71000569187.

Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 003/2013 , cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de MEDICO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:65C0F509

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 009/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato da Srª EVANEA DA SILVA SOUZA, brasileira, residente na Comunidade Vãozinho, Zona Rural – Porto Estrela – MT, portadora da cédula de identidade RG Nº 2214745-4 SSP/MT e CPF Nº 04361780102.

Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 005/2013, cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:54BEC13A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO PESSOAL Nº. 010/2013

(Dispõe Sobre Encerramento de Contrato)

MAURO ANDRE BUSINARO, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei :

RESOLVE:

Artigo 1º - Encerrar o objeto de contrato da Srª JUCELIA DA SILVA FERREIRA, brasileira, residente na Rua Dom Aquino, Centro – Porto Estrela – MT, portadora da cédula de identidade RG Nº 17114756 SSP/MT e CPF Nº01612555152 .

Artigo 2º - Fica encerrado o I Aditivo do contrato nº 008/2013, cujo objeto trata-se de prestação de serviços na função de AGENTE DE SERVIÇO PUBLICO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

PORTO ESTRELA/MT, 31 DE JULHO DE 2.013.

MAURO ANDRE BUSINARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:E15FCF88

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 005/2013

Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

O Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 37, Inciso II, da Constituição Federal e a Legislação Municipal Vigente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Concurso Nº 001/2013.

I. Divulgação do Gabarito da Prova Realizada no dia
04/08/2013, conforme abaixo:
CONTADOR
Português: [01 D] [02 D] [03 B] [04 C] [05 A] [06 B] [07 C] [08 D] [09 A] [10 C]
Matemática: [11 A] [12 D] [13 D] [14 A] [15 B] [16 C] [17 D] [18 D] [19 B] [20 B]
C. Gerais: [21 B] [22 D] [23 A] [24 D] [25 B] [26 A] [27 D] [28 D] [29 A] [30 B]
C. Específicos: [31 B] [32 A] [33 D] [34 A] [35 A] [36 C] [37 C] [38 A]
[39 B] [40 C]
II. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista no Edital Nº 001/2013, contado da data da publicação deste Edital;
III. O presente Edital está disponível nos endereços eletrônicos: www.camarapoxoreu.mt.gov.br,
www.amm.org.br e www.sydcon.com.br e afixada no Mural da Câmara
Municipal de Poxoréu – MT.

Poxoréu – MT, 05 de Agosto de 2013.

ROSALVO RODRIGUES DA SILVA
Presidente da Comissão de Organização, Acompanhamento e Fiscalização

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:AA27CA24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT

CONTRATADA: DROGARIA SÃO PAULO CNPJ: 11.112.424/0001-64

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS PARA OS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE, LABORATÓRIO, PRONTO ATENDIMENTO E FARMACIA.

VALOR: R$ 68.699,02 (SESSENTA E OITO MIL SEISCENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E DOIS CENTAVO)

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA: 06/08/2013

JULIO CESAR PEREIRA CHAGAS
Presidente da Cpl

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:B86E933D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO EXTRATO DE ADITIVO DE PRAZO E QUANTIDADE AO CONTRATO Nº 021/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

CONTRATADO: NATALINO FERREIRA FARIAS-ME
CNPJ/MF: Nº 44.749.620/0001-01**.**

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA 128 (CENTO E VINTE E OITO) DIAS LETIVOS NO PERÍODO DE 27.05.2013 À 20.12.2013

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 20/12/2013

DATA: 30/07/2013

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS
Presidenete da Cpl

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:C4829F5D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 506/2013

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade à servidora Sra. Marlene Rodrigues Valadão."

O Prefeito do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 355, de 25 de Agosto de 2005, que rege a previdência municipal, e Lei Municipal n.º 649/2011 que dispõe sobre a alteração do anexo único da Lei Municipal n.º 589/2010;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Idade**, a servidora **Sra**. **Marlene Rodrigues Valadão**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 319.200 SSP/MT e do CPF n.º 208.721.511-15, residente e domiciliada neste município, servidora efetiva, no cargo de Agente de Serviços Gerais I, Nível "01", Classe "01", Referencia "A-01", lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do FEMPAS, nº. **2013.02.00016P**, a partir de 02 de julho de 2013, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de julho de 2013, revogadas as disposições em contrário**.**

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

QUERÊNCIA-MT, 02 de Julho de 2013.

LUCELY DE SOUSA CRUZ TORRES
Secretária Municipal de Administração

Homologo:

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:01D41592

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1.224/2013

ESTABELECE NOVOS VALORES DE DIÁRIAS

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe a Lei Municipal n° 026/93, que Regulamenta a Concessão de diárias para Servidores Públicos do Município de Querência-MT.

DECRETA.

Artigo 1° - Fica estabelecido os valores das diárias de viagem ao Prefeito, Vice-Prefeito, Sub-Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete, Assessor Jurídico, Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais Servidores da seguinte forma:

I – Para fora do Estado:
a) Prefeito.....R$ 750,00
b) Vice-Prefeito.....R$ 650,00
c) Secretários Municipais, Sub-Prefeito, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico ..R$ 440,00
d) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados...R$ 340,00
e) Demais Servidores.....R$ 210,00

II - Para dentro do Estado: (demais cidades).
a) Prefeito.....R$700,00
b) Vice-Prefeito.....R$ 600,00
c) Secretários Municipais, Sub-Prefeito, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico...R$ 330,00
d) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados.....R$ 280,00
e) Demais Servidores.....R$ 200,00

III – Para dentro do Estado: (Água Boa, Canarana e Ribeirão Cascalheira) – com pernoite:
a) Prefeito.....R$ 350,00
b) Vice-Prefeito.....R$ 300,00
c) Secretários Municipais, Sub-Prefeito, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico...R$ 200,00
d) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados...R$ 100,00
e) Motorista de ambulância e enfermeira acompanhante.....R$ 100,00
f) Demais Servidores.....R$ 100,00

IV – Para dentro do Estado: (Água Boa, Canarana e Ribeirão Cascalheira) – com retorno no mesmo dia:
a) Prefeito.....R$ 200,00
b) Vice-Prefeito.....R$ 150,00
c) Secretários Municipais, Sub-Prefeito, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico...R$ 100,00
d) Gerente, Assessores, Chefe de Departamento, Coordenadores de Ensino e demais comissionados....R$ 80,00
e) Motorista de ambulância e enfermeira acompanhante....R$ 80,00
f) Demais Servidores.....R$ 80,00

V - Para Viagem ao Exterior
a) Prefeito.....R$ 2.700,00

Artigo 2° - As despesas decorrentes deste Decreto correm por conta da Dotação Orçamentária 3.3.90.14.00.00.0080 – Diárias civil, correspondente a cada Secretaria.

Artigo. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, ao 01 dia do mês de agosto do ano de 2013.

GILMAR REINOLDO WENTZ
Prefeito Municipal de Querência

Publicado por:
Adriana Matias Rodrigues
Código Identificador:C65A87EE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO DE CONVENIOS
EXTRATO DE ADITIVO

Extrato do 4º Termo Aditivo de Vigência e Execução ao Contrato n.° 039/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.
Contratada: W.P. CONSTRUTORA LTDA – ME

Objeto de Aditivo: O Presente Termo decorre de dificuldade de Logística de materiais a serem empregados na obra e terem de ser solicitados em outras regiões. Diante dos fatos a prefeitura municipal de Reserva do Cabaçal-MT, prorroga o prazo de vigência e execução do contrato. Sob a inteligência do art. 57, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, Fica prorrogado a vigência e execução do contrato: **039/2012**, por mais **60** dias ficando a nova vigência e execução para o dia **02/10/2013.**

Reserva do Cabaçal – MT, 01 de Agosto de 2013.

JAIRO MANFROI
Prefeito de Reserva do Cabaçal-MT

Publicado por:
Sandra de Souza Motta Pardim
Código Identificador:7AB77E7B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 185.2013

"Determina o Representante Legal do Município no Portal de Convênios – SICONV e atribui a responsabilidade de cadastrador de Usuários."

O Prefeito do Município de Rio Branco, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 17, § 1º, da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24 de Novembro de 2011.

Resolve:

Art. 1º A partir da publicação desta portaria fica designado como representante da Prefeitura de Rio Branco a servidora ROSA MARIA DE JESUS, matrícula 445, CPF 535.337.631-53, RG SSP/MT 828-826

Art. 2º Será atribuição do representante o cadastramento de usuário no Portal de Convênios – SICONV e a atribuição dos perfis de usuários.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rio Branco/MT, 01 de Agosto de 2013.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderleia Rodrigues Alves
Código Identificador:F56F58B2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 169 - 2013

PORTARIA 169/2013
DE 06 DE AGOSTO DE 2.013

"Dispõe sobre nomeação de Comissão de Avaliação do Quadro de Pessoal e da Folha de Pagamento no âmbito da administração publica municipal, e da outras providencias."

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei

RESOLVE:

Artigo 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão de Avaliação do Quadro de Pessoal e da Folha de Pagamento, as seguintes pessoas:

Presidente – Jilsete Alves da Cunha;
Secretario - Selma Anzil da Silva;
Membro(a) Representante do Sintsproeste – Joel Benedito da Cunha;
Membro(a) Representante do Sintsproeste – Dalva Neponuceno;
Membro(a) Representante do SMAD - Anderson Machado;
Membro(a) Representante da SMS – Ivana Maria de Almeida;
Membro(a) Representante da SEMEC – Alice Rainha da Silva;
Membro(a) Representante da SEMEC – Eduardo Luiz Trindade;
Membro(a) Representante do CME – Eunice Seniz de Souza Zark;
Membro(a) Representante do CMF – Vanuzia Araujo de Souza Santos;
Membro(a) Representante do SINTEP: Verci Araujo Candido.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou fixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 06 de Agosto de 2013.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:1326B355

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 170 -2013

PORTARIA 170/2013
de 06 de Agosto de 2.013

"Dispõe exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica determinada a exoneração em cargo de comissão de livre nomeação e exoneração da seguinte pessoa:

· Coordenador do Programa de Trabalho Emprego e Renda: **Odisséia Oneide de Souza Laet**

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, com efeitos administrativos e financeiros retroativos a partir de **28.03.2013**.

Artigo 3º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 06 de Agosto de 2013.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:AE5EEDAB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 171 - 2013

PORTARIA 171/2013
de 06 de Agosto de 2.013

"Dispõe exoneração e nomeação de servidores ocupantes de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica determinada a exoneração em cargo de comissão de livre nomeação e exoneração da seguinte pessoa:

· Chefe de Setor de Apoio Administrativo: **Eziéle Regina B. Santana**

Artigo 2º. Fica determinada a nomeação em cargo de comissão de livre nomeação e exoneração dos seguintes servidores:

· Coordenador do Programa de Trabalho Emprego e Renda: **Eziéle Regina B. Santana**
· Chefe de Setor de Apoio Administrativo: **Françoise Uelita Silva Gonçalves**

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação.

Artigo 4º. Revogam-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 06 de Agosto de 2013.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:194BC87B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 172 - 2013

Portaria de n° 172/2013
de 07 de Agosto de 2013

"Dispõe sobre exoneração de pessoa ocupante de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração no âmbito da administração publica, e nova lotação de servidor publico municipal, e da outras providencias."

O Excelentíssimo Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1°. Fica exonerada do cargo de Chefe de Setor de Empenho e Liquidação a pessoa de **Laura Aparecida da Silva**.

Art. 2°. Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou fixação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rosário Oeste – MT, 07 de Agosto de 2013.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:12297E32

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 173 - 2013

PORTARIA 173/2013
de 07 de Agosto de 2.013

"Dispõe lotação de servidor no âmbito da Administração Publica Municipal, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, o **Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica determinada a lotação dos servidores públicos municipais, da forma que abaixo segue:

A) **Adisonir Schneiders de Paula** –Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
B) **Suelen de Paula** – Secretaria de Desenvolvimento Social;
C) **José Augusto dos Reis** – Secretaria Municipal de Infra Estrutura;
D) **Keila Maria Santana** – Secretaria Municipal de Administração;
E) **Laura Aparecida da Silva** – Secretaria de Desenvolvimento Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 07 de Agosto de 2013.

Dr. JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:57303A79

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2013

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2013
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 016/2013, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CADASTRAMENTO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E BOLSA FAMÍLIA, REALIZAÇÃO AO ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. ATENDIMENTO AO PUBLICO E A REALIZAÇÃO DE CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL.
CONTRATADA: ALINE APARECIDA DOS SANTOS MORAES

CONTRATANTE: JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL
ROSARIO OESTE/MT, 19 DE JUNHO DE 2013

Publicado por:
Maria Nildeci Bezerra Ribeiro
Código Identificador:DDD42E9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2013

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2013
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 017/2013, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CADASTRAMENTO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL E BOLSA FAMÍLIA, REALIZAÇÃO AO ATENDIMENTO AOS BENEFICIÁRIOS EM GERAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT. ATENDIMENTO AO PUBLICO E A REALIZAÇÃO DE CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL.
CONTRATADA: VIRMA FERREIRA MARTINS
CONTRATANTE: JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL
ROSARIO OESTE/MT, 19 DE JUNHO DE 2013

Publicado por:
Maria Nildeci Bezerra Ribeiro
Código Identificador:AF5301D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 003/2013

AVISO DE RESULTADO
TOMAD ADE PREÇOS Nº 003/2013
O Município de Rosario Oeste/MT, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação torna público para quem possa interessar que na licitação supracitada que tem por objetivo a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PESSOA FISICA/JURÍDICA NA ÁREA DA SAÚDE NAS CATEGORIAS DE MEDICOS ESPECIALISTAS EM HANSENIASE, ORTOPEDIA, CARDIOLOGIA E PEDIATRIA, EM FUNÇÃO DA PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA – PPI, ATRAVÉS DE CONSULTAS PARA ATENDER A DEMANDA DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE ROSARIO OESTE, foi declarada DESERTA, por não comparecer interessados no certame. Informa ainda que a íntegra dos autos acham-se à disposição dos interessados.

Rosario Oeste – MT, 11 de Julho de 2013

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO
Prefeito de Rosário Oeste/mt

Publicado por:
Maria Nildeci Bezerra Ribeiro
Código Identificador:40841306

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 013/2013

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 013/2013
DATA: 02/08/2013

SÚMULA: Aprova a Instrução Normativa nº. 012/2013, que estabelece normas gerais a serem observadas na execução de baixa patrimonial da Câmara Municipal de Santa Carmem – MT.

PABLO LIBERAL BORTOLAS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA CARMEM, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município, no âmbito do Poder Legislativo,

DECRETA:

Art. 1º. Os procedimentos de baixa patrimonial realizados pelos órgãos do Poder Legislativo de Santa Carmem obedecerão aos critérios e normas estabelecidos na Instrução Normativa n. 012/2013, aprovada por este Decreto.

Art. 2°. Os órgãos e entidades da administração indireta, como unidades executoras do Sistema de Controle Interno, sujeitam-se, no que couber, à referida Instrução Normativa.

Art. 3º. Caberá à Controladoria Interna, prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos deste Decreto.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM.
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 02 DE AGOSTO DE 2013.

PABLO LIBERAL BORTOLAS
Presidente

Publicado por:
Aline Alexandre
Código Identificador:E1E10664

CÂMARA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 012/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM – ESTADO DE MATO GROSSO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 012/2013

Versão: 01
Aprovação em: 02/08/2013
Ato de Aprovação: Decreto nº. 013/2013
Unidade Responsável: Câmara Municipal de Santa Carmem
SCI: Sistema de Controle Patrimonial

I – FINALIDADE
Orientar os órgãos setoriais da estrutura do Poder Legislativo do Município, para a correta observância dos procedimentos relativos aos procedimentos de baixa de bens móveis e imóveis, decorrentes de venda, doação, dação em pagamento, permuta, inutilização, extravio, roubo ou furto.

II – ABRANGÊNCIA
Órgãos da Administração Direta e Indireta que compõem a Estrutura do Poder Legislativo do Município de Santa Carmem - MT.

III – CONCEITOS

1. Doação: Transferência por liberalidade dos bens ou vantagens do patrimônio de uma pessoa para outra que os aceita.

2. Alienação: Consiste na transferência do poder sobre o bem para novos proprietários externos ou não ao Poder Público.

3. Bem alienável: É o bem móvel ou imóvel inservível ao município.

4. Bem inservível: É o bem considerado ocioso, cuja recuperação é antieconômica ou impossível, não sendo, portanto, mais viável sua utilização em qualquer atividade relacionada ao serviço prestado.

5. Bem Ocioso: É o bem que se encontra em perfeitas condições de uso, mas não está sendo utilizado.

6. Bem Irrecuperável: É o bem que não pode mais ser utilizado para o fim a que se destina devido à perda de suas características.

7. Bem Antieconômico: Quando sua manutenção for excessivamente onerosa, ultrapassando 50% de seu valor atualizado a preço de mercado.

IV – BASE LEGAL E REGULAMENTAR
Os instrumentos legais que fundamentam essa Instrução Normativa compreendem os artigos, 94 da Lei n. 4320/1964 e 17 da Lei 8666/1993.

V – RESPONSABILIDADES

1. Do Gestor do Poder Legislativo Municipal
• Designar responsável pelo Patrimônio.
• Analisar processo de solicitação de baixa.
• Manifestar-se sobre o destino a ser dado ao bem, e em caso de apontamento para alienação, encaminhar cópia de todo o processo ao legislativo.
• Abrir Sindicância.
• Instaurar Processo Administrativo Disciplinar quando verificado a necessidade.

2. Dos Servidores/Usuários dos Bens Patrimoniais
• Comunicar ao Chefe Imediato a obsolência do bem.
• Comunicar ao responsável do setor sobre ausência de bens patrimoniais.

3. Do Chefe Imediato/Responsável pelo Setor
• Encaminhar ofício, solicitando a transferência do bem para o Setor Responsável pelo Patrimônio, justificando o ato.
• Providenciar Boletim de Ocorrência, junto a Delegacia de Polícia, em casos de roubo, furto ou extravio de bens de sua responsabilidade.
• Comunicar ao Responsável pelo Patrimônio a ocorrência da ausência do bem patrimonial, e se for o caso, enviar cópia do Boletim de Ocorrência.
• Solicitar ao Gestor abertura de Sindicância.
• Manter a fiscalização contínua e rigorosa sobre os bens sob sua responsabilidade, cobrando de seus subordinados que zelem pelos materiais por eles utilizados, sendo responsável, ainda, pelos danos causados por má conservação dos bens móveis e equipamentos.

4. Da Câmara Municipal
• Apreciar e legislar sobre as matérias de competência do Município, em especial à alienação e concessão de bens imóveis.

5. Do Responsável pelo Patrimônio
• Certificar-se do desinteresse das demais unidades executoras acerca da utilização do bem, se for o caso, e somente após isso iniciar o procedimento de baixa do bem.
• Comunicar ao Gestor sobre a intenção de baixa do bem.
• Agregar todos os documentos referentes ao processo de baixa patrimonial – ofícios, pareceres – e encaminhá-los ao Gestor para análise.
• Numerar os processos de baixa em ordem seqüencial.
• Promover a baixa patrimonial no sistema.
• Recolher e arquivar cópias de documentos referentes ao processo de baixa patrimonial.
• Emitir relatório sobre os bens baixados do sistema patrimonial, para que sejam efetuados os registros contábeis devidos, sempre que necessário for.
• Organizar processo de baixa de bens patrimoniais.
• Realizar baixa de bem, mediante prévia autorização do Gestor.

6. Da Comissão de Avaliação Patrimonial
• Realizar avaliação do bem discriminado como inservível, atestando o real estado de conservação do bem.
• Emitir parecer técnico.
• Encaminhar parecer técnico, requerendo, se possível, laudos técnicos sobre os bens fora de uso, e opinando sobre o valor dos bens obtidos.
• Elaborar relatório circunstanciado quanto à destinação dos bens.

7. Do Setor de Contabilidade
• Efetuar os registros contábeis referentes ao bem patrimonial baixado.

8. Da Controladoria Interna
• Orientar, quando solicitado, quanto à legalidade e economicidade do ato.
• Aplicar *check lists* de controle.

VI – PROCEDIMENTOS

A baixa dos bens patrimoniais permanentes inservíveis à Instituição decorrerá de venda, doação, dação em pagamento, permuta, inutilização ou abandono. A baixa ainda poderá ser realizada em caso de furto, roubo ou extravio de bens patrimoniais.
A Baixa Patrimonial deve compreender os seguintes procedimentos:

1. Do Bem Permanente Inservível
1.1 Sendo o bem considerado obsoleto ou não havendo interesse em utilizá-lo onde se encontra, mas estando, ainda, em condições de uso, o usuário deverá, primeiramente, comunicar ao Chefe Imediato, que solicitará a transferência do bem ao Setor de Patrimônio.

1.2 No ofício devem conter justificativas bastante detalhada do bem a ser baixado, além de informações necessárias que caracterizem o bem, como o número de tombamento patrimonial, o local, o responsável pelo uso do bem e o valor atual do bem. E quando necessário disponibilizar o Bem, juntamente coma responsabilidade ao Setor de Patrimônio.

1.3 Somente após certificado do desinteresse de todos os setores da Administração Pública pelo bem disponível, o Responsável pelo Patrimônio poderá iniciar o processo de alienação do bem.

1.4 Esse procedimento receberá parecer técnico por intermédio da Comissão de Avaliação Patrimonial, que deverá certificar o real estado de conservação do bem.

1.5 Sempre que necessário, o parecer técnico da Comissão de Avaliação Patrimonial deverá vir acompanhado também de um parecer técnico emitido por profissional especializado, atestando o estado de conservação do bem e opinando sobre o valor dos bens tidos como inservíveis.

1.6 O Responsável pelo Patrimônio, de posse de todos esses documentos, deve montar o processo de baixa patrimonial, que deverá conter elementos necessários à análise, e submetê-lo ao Gestor.

1.7 A numeração do pedido de baixa deverá seguir ordem seqüencial.

1.8 O Gestor se manifestará, indicando a forma de alienação do bem, com autorização do Legislativo. Fixada a destinação dos bens inservíveis, será procedida à venda, permuta, dação em pagamento, doação ou inutilização, lavrando-se o respectivo termo.

2. No caso da Alienação do Bem para Venda:
2.1 Caso a autorização de alienação tenha indicação para a venda, o processo deverá, observar o princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, obedecendo às seguintes normas:

I - Quando **imóveis**, a licitação será na modalidade de Concorrência, podendo ser usado o leilão para alienação de bens cuja aquisição seja derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento.
II - Quando **móveis**, dependerá de licitação na modalidade Leilão, até o limite previsto no art. 23, inciso II, alínea "b" da Lei 8.666/93, e acima desse limite, será na modalidade Concorrência (art. 17, § 6º da Lei 8.666/93).

2.2 Os comprovantes de autorização e realização do processo licitatório deverão ser arquivados junto ao processo de baixa do bem.

2.3 Quando for o caso o Setor de Contabilidade encaminhará o relatório contendo as receitas provenientes da alienação, após isso o Responsável pelo Patrimônio procederá à baixa do bem.

2.4 Em seguida, deverá o Responsável pelo Patrimônio encaminhar relatório das baixas ao Setor de Contabilidade para que sejam efetuados os devidos lançamentos contábeis.

3. No Caso de Permuta:
3.1 Em caso de bens imóveis deve haver previamente levantamento e elaboração de memorial descritivo, croquis e avaliação da área pertencente ao Poder Público, enfim, a caracterização do bem que poderá ser transferido ao particular na forma de permuta e respectiva avaliação técnica, assim como, os mesmos elementos que possibilitem avaliar o imóvel a ser permutado com o ente público municipal.

3.2 Obtido o consentimento prévio do particular para permutar mediante determinação e caracterização do bem imóvel, suficientes à composição da permuta pela equivalência de valores, o processo deverá ser encaminhado pelo gestor para análise e suposta autorização, para procedimentos corretos.

3.3 Se a permuta de bem imóvel ocorrer com particular, além da autorização legislativa, há necessidade de prévia avaliação, dispensada a licitação, neste caso com fundamentada manifestação do interesse municipal.

3.4 As operações de permuta de unidades imobiliárias serão sempre realizadas tomando-se por base o valor de mercado das unidades permutadas e exigindo-se laudo de avaliação, elaborado por perito, ou por entidade ou empresa especializada.

3.5 Lavrado o contrato de permuta mediante escritura pública a ser apresentada para o competente registro imobiliário, em caso de bens imóveis, opera-se a transmissão dos respectivos domínios.

3.6 De posse da informação da permuta realizada, o Responsável pelo Patrimônio deverá promover a alteração no sistema patrimonial, arquivando os documentos referentes ao processo.

3.7 Como nos outros casos, o Setor de Contabilidade deverá ser comunicado, para que sejam efetuados os devidos lançamentos contábeis.

4. No Caso de Doação:
4.1 Após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica relativamente à escolha desta forma de alienação, o Gestor poderá autorizar doação de bens móveis, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social.

4.2 Em conjunto com o Setor de Patrimônio, a Administração Pública deve verificar junto às entidades filantrópicas reconhecidas como de interesse público, se existe interesse pelos bens móveis.

4.3 Havendo anuência expressa da entidade filantrópica reconhecida como de interesse público, o Responsável pelo Patrimônio encaminhará o procedimento à Assessoria Jurídica para análise e elaboração da minuta do Termo de Doação de Materiais Inservíveis.

4.4 Aprovado juridicamente, e já contendo a minuta do Termo de Doação de Materiais Inservíveis, os autos serão submetidos ao Gestor para efeito de homologação e autorização da baixa patrimonial, bem como para expedição do Termo de Doação, reproduzindo a minuta.

4.5 Entregue o bem móvel, o Gestor, deverá encaminhar ao responsável pelo Patrimônio, cópias do Termo de Doação contendo o registro de recebimento pela entidade interessada e as identificações patrimoniais, bem como as plaquetas retiradas dos bens antes do ato de entrega, para que seja promovida a baixa do patrimônio e o arquivamento do processo.

4.6 Em seguida, o responsável pelo Patrimônio deverá encaminhar o Termo de Doação ao Setor de Contabilidade, via relatório, para se efetuar os devidos lançamentos contábeis.

4.7 No caso de bens imóveis a doação dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensando esta no caso de doação, exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.

4.8 Lavrado o contrato de doação mediante escritura pública a ser apresentada para o competente registro imobiliário, opera-se a transmissão do domínio.

4.9 De posse da informação da doação realizada, o Responsável pelo Patrimônio deverá promover a alteração no sistema patrimonial, arquivando os documentos referentes ao processo.

4.10 Como nos outros casos, o Setor de Contabilidade deverá ser comunicado, via relatório, para que sejam efetuados os devidos lançamentos contábeis.

5. No Caso de Dação em Pagamento:
5.1 A alienação por dação em pagamento é a hipótese da Administração entregar um bem imóvel de sua propriedade, para saldar uma dívida contraída junto a terceiro, mediante prévia avaliação.

5.2 Do termo de alienação por dação em pagamento constará a especificação do bem, o valor e data de sua alienação.

5.3 Após lançados os dados no sistema de patrimônio, deverá ser dado conhecimento ao Setor de Contabilidade, via relatório, para sejam efetuados os devidos lançamentos contábeis.

6. Inutilização ou Abandono:
6.1 A baixa de bens permanentes inutilizados, relacionados por ocasião do Inventário Físico Anual será objeto de procedimento administrativo.

6.2 A inutilização deverá ser acompanhada por pessoa designada, de forma a garantir o seu fiel cumprimento.

6.3 Nos casos de inutilização serão retirados dos bens inservíveis as partes economicamente aproveitáveis, porventura existentes, bem como as placas de patrimônio ou qualquer outro tipo de identificação que relacione o objeto.

6.4 O processo deverá ser encaminhado ao Setor de Contabilidade, para que sejam efetuados os devidos lançamentos contábeis.

7. Baixa Decorrente de Extravio, Furto e Roubo:
7.1 O servidor deverá comunicar ao responsável pelo Setor quando verificar casos de furto, roubo ou extravio de itens do patrimônio imobilizado.

7.2 O Responsável pelo setor deverá comparecer à Delegacia de Polícia ou a Policia Militar local e providenciar Boletim de Ocorrência.
7.3 O responsável deverá comunicar o fato imediatamente ao Responsável pelo Patrimônio, por meio de ofício que conste a descrição do bem, o número de patrimônio e o original do Boletim de Ocorrência.

7.4 O responsável deverá solicitar a abertura de processo de Sindicância para verificação do fato e apuração do(s) responsável (is).

7.5 Ultimado o processo de Sindicância, e sendo verificada ocorrência de irregularidade por parte de servidor(es), a Autoridade competente deverá instaurar Processo Administrativo Disciplinar para aplicação das penalidades cabíveis ao(s) servidor(es) envolvido(s), incluindo o ressarcimento ao erário público.

7.6 O processo de sindicância, quando concluído, deverá ser encaminhado ao Responsável pelo Patrimônio, para que seja apensado ao processo de solicitação de baixa por extravio, furto ou roubo. O processo de baixa deverá conter no mínimo: descrição do bem, com identificação do número de patrimônio; cópia do boletim de ocorrência; parecer e documentos produzidos pela Comissão de

Sindicância designada para apurar o fato; pronunciamento da autoridade que determinou a realização da Sindicância.

7.7 O Responsável pelo Patrimônio deverá encaminhar o processo de solicitação de baixa por extravio, furto ou roubo ao Gestor para homologação. Após a autorização, o Responsável pelo Patrimônio procederá à baixa do bem por furto, roubo ou extravio.

7.8 O Responsável pelo Patrimônio deverá encaminhar relatório das baixas efetuadas no sistema de controle patrimonial ao Setor de Contabilidade, para fins de baixa no sistema contábil.

7.9 O Responsável pelo Setor deverá manter, obrigatoriamente, a fiscalização contínua e rigorosa sobre os bens sob sua responsabilidade, cobrando de seus subordinados que zelem pelos materiais por eles utilizados, sendo responsável, ainda, pelos danos causados por má conservação dos bens móveis e equipamentos.

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. Todas as unidades executoras da administração pública podem ter bens patrimoniais disponíveis, os quais permanecem à disposição da Administração para qualquer uso ou alienação, na forma que a lei autorizar. Em princípio, toda alienação de bem público depende de lei autorizadora.

2. A baixa de materiais permanentes consiste na inativação do respectivo registro patrimonial e do Ativo Permanente.

3. O bem a ser baixado permanecerá guardado em local apropriado, sob responsabilidade do Responsável pelo Patrimônio, até a aprovação da baixa, ficando expressamente proibido o uso do bem desde o início da tramitação do processo de baixa até a sua destinação final.

4. As entidades da Administração Indireta, como unidades orçamentárias e órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município, sujeitam-se à observância da presente Instrução Normativa.

5. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Controladoria Interna.

6. O servidor público que descumprir as disposições desta normativa ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal previstas em lei.

Santa Carmem/MT, 02 de agosto de 2013.

ALINE ALEXANDRE FRANTZ
Controladora Interna

PABLO LIBERAL BORTOLAS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Aline Alexandre
Código Identificador:6E28D253

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 08/2013

REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO 001/2011

Pelo presente fica convocada a Senhora Candidata aprovada no Concurso Público Municipal da Prefeitura Municipal de Santa Carmem/MT, referente o Edital nº 001/2011, de 14 de outubro de 2011, para tomar Posse.

Posse é aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidade inerente ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência às normas legais e regulamentares, formalizada com assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

A posse ocorrerá no prazo de até trinta dias, contados da publicação do Edital de Convocação 08/2013.

Tornar-se-á sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no parágrafo anterior deste Edital.

Segue abaixo a relação de documentos necessários para a posse.

Documentos Originais e Cópia RG – CPF – Título de Eleitor – Certidão de Nascimento dos filhos – Certidão de Casamento 01 foto 3X4 (CPF Pai e Mãe)
Prova de estar quite com as obrigações eleitorais em seu original e cópia
Prova de estar em dia com as obrigações militares, no caso de ser sexo masculino original e cópia
Apresentar comprovante de exame de suade físico e mental
Apresentar certidões negativas da justiça Estadual e Federal (civil e criminal), através dos sites www.tjmt.jus.br e www.trf1.jus.br
Comprovante de escolaridade original e cópia
Carteira Profissional
Apresentar Carteira de Trabalho original e cópia
Declaração de Bens
Declaração de não acumulo ilegal de cargo, emprego ou função pública
Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar
Conta no Banco

CARGO/FUNÇÃO: **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

CLAS.	Nº INSC.	NOME
08	**254**	**MARIA LENILCE DA SILVA ROMÃO**

Santa Carmem/MT 07 de agosto de 2013.

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:24AAB7D2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2013 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de peças, lubrificantes, filtros e pneus para a manutenção em veículos e máquinas da frota pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão n°025/2013 – Sistema de Registro de Preços, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 21 de Agosto de 2013. O Edital completo encontra-se disponível a partir do dia 07/08/2013, e poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000/3594-1201.

Santa Cruz do Xingu – MT, 07/08/2013.

WILSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:C3A6F0AF

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2013

Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 026/2013

Objeto: Aquisição de materiais de informática, para a manutenção das Secretarias Municipal de Administração, Educação e Saúde de Santa Cruz do Xingu-MT. Modalidade Pregão n°026/2013 na forma Presencial, tipo: Menor Preço por Lote. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 23 de agosto de 2013. O Edital completo encontra-se disponível a partir do dia 07/08/2013, e poderá ser adquirido na Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT,

situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000/3594-1201.

Santa Cruz do Xingu – MT, 07/08/2013.

WILSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:C75AF604

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013.

CONVOCAÇÃO E POSSE
EDITAL 006/2013 DO PROCESSO SELETIVO 03/2013

O Sr. **HUGO GARCIA SOBRINHO**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2013**, realizado no dia 28/07/2013 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.
Exame de aptidão física e mental para o cargo;
Cópia da certidão de nascimento dos filhos;
Cópia da carteira de vacinação dos filhos;
Declaração de freqüência na escola dos filhos.
Comprovante de escolaridade.

MONITORA DE CRECHE

NOME	CLAS
Magali de Campos Ferreira	1º
Viviane da Silva	2º
Juliana Alves Dutra	3º

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

NOME	CLAS
Marlene Vargas da Rosa	1º

ZELADOR DE PATRIMÔNIO

NOME	CLAS
Rozarino Gregório de Almeida	1º

ASSISTENTE SOCIAL

NOME	CLAS
Karina Silva Pinheiro	1º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 06 de Agosto de 2013.

GRACIELE BORELLI DO NASCIMENTO HUGO GARCIA SOBRINHO
Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

Publicado por:
Fernanda Nalini
Código Identificador:6098DD90

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 054/2013

DE 07 de Agosto 2013.

"INCLUI AÇÃO NA LEI MUNICIPAL Nº 338/2009 (PLANO PLURIANUAL/PPA), LEI MUNICIPAL Nº 407/2012, (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA/LDO) E REALIZA ABERTURA DO CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O SENHOR HUGO GARCIA SOBRINHO, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E ATENDENDO A LEI MUNICIPAL Nº 427 DE 25/04/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica acrescentado no Orçamento Programa 2013, o valor da seguinte classificação Orçamentária da Receita:

2100.00.00.00 – Operação de Crédito
2110.00.00.00 – Operações de Crédito Internam
2114.00.00.00 – Operações de Créditos Internas Contratuais relativas a Programa de Governo.
2114.01.00.00 – Operações de Créditos Internas para Programas da Educação
R$ 708.780,00 (setecentos e oito mil e setecentos e oitenta reais).

Art. 3º - Fica incluso aos Anexos da Lei Municipal nº 338, de 18/11/2009 – Plano Plurianual – PPA, a Ação: Aquisição de Veículos do Caminho da Escola, e na Lei Municipal nº 407, de 28/09/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Ação: Aquisição de Veículos do programa Caminho da Escola.

Art. 4º - Para dar cobertura o credito aberto, conforme descrito no Artigo 2º será utilizado os recursos mencionados no Artigo 43, Parágrafo Primeiro, Inciso IV, da Lei nº 4.320/64, oriundos de operação de credito autorizada pela Lei Municipal nº 427/2013, que será contraída junto ao Banco do Brasil/BNDS, através do Programa Caminho da Escola.

Art. 5º - Este Decreto entrara em vigo na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE AGOSTO DE 2013.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:AB64A622

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 007/2013-02

DE 05 DE AGOSTO DE 2013

A **Prefeitura do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso,** representante **CRISTIANO GOMES E CUNHA**. por este edital, que faz publicar em jornal de ampla circulação na região, torna público a relação dos candidatos aptos a serem beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida para Municípios com população de até 50 mil habitantes, nos termos da Portaria 610 de 26 de Dezembro de 2011, que dispõe sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.

NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/MF nº	NIS	CADÚNICO
1. Audenora Alves dos Santos	95648135149	21250201979	2618635507
2. Benedita Silva Dias	96460598134	20929710066	3478878560
3. Cazimiro Alves Azevedo	00964873133	10862315260	31024966
4. Edilúcia Pereira Costa	03540259104	20091214453	3357375362
5. Elenir Alves Ribeiro	02109296186	20996997983	1709083808
6. Elza Teixeira de Souza	51392372100	21251922344	2653209098
7. Emiliano Pereira Alves	48762440144	21267838088	3361889350
8. Francisleide Batista Silva	79165920110	16251813505	649149355

9. Iranei Pires de Souza	89303032187	19019007761	3361823501
10. Janicléia Monteiro Costa	03882910100	16348488218	2612399100
11. Joana Azevedo Aguiar	34777245187	20667715503	2434347312
12. João Luiz Sandes	89577434134	13134460407	273409790
13. Joventina Pereira dos Santos	55087973191	20907731214	3361948380
14. Luciana Ferreira de Medeiros	90091787149	13039923314	31024857
15. Luzineth Melo Cerqueira	61544111687	16505050524	2273297408
16. Maria Bonfim da Silva Vieira	91477794115	20907720514	1873903804
17. Maria Irene da Silva	91831482134	20996957027	1397835559
18. Maria Paixão Alves de Oliveira	03134790114	20706509077	1763600343
19. Maria Augusta Pereira de Souza	91672511100	16425425718	649146239
20. Maria Salvadora Rocha de Oliveira	00366052128	16425409291	8037740
21. Maria Teles Vieira Borges	01697386121	20996964147	20917652
22. Maria Waldiane Vieira Lopes	94744777104	13283615402	3363787774
23. Marilene Pinheiro de Oliveira	02577014198	20996925400	02424612471
24. Marizete Alves de Sousa	02187557162	20996997932	1538595800
25. Moacir Batista dos Santos	30755271149	16389166454	947436812
26. Natielle Ferreira Aguiar	04384039166	16508293703	345596727
27. Patrícia Martins dos Santos	00853926182	20997003299	03479338688
28. Pedro Batista dos Santos	43308309149	16697272903	1705134408
29. Priscila Costa	02001588135	16601231666	2658380453
30. Raimundo Dias Moura	54146380200	23601779001	3445324
31. Rosália Alves	03329422106	13384898272	3150914876
32. Solange Gonçalves dos Santos	00703658140	16621960639	1397838221
33. Sônia Maria Batista Silva	61543365191	16621962852	1397838140
34. Valderona Mendes Souza	55084788172	16601340414	0649161203
35. Valderes Ferreira Costa Ramos	02799268129	16564861290	923474239
36. Vandreia Pereira Pinto	02545485128	1665653288901	126302492
37. Vicente Lúcio da Silva	18555390206	12280401462	2615281496
38. Zulene Abreu Gama	02916121137	16657103973	1860261701

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:423093B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 1060

DECRETO Nº 1060
DE 07 DE AGOSTO DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AS ÁREAS DE TERRA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito do MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA- ESTADO DE MATO GROSSO, **CRISTIANO GOMES E CUNHA**, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, e fundamentando-se no art. 5º, alínea "h" do Decreto-Lei nº.3.365 de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º. – Fica DECLARADA como de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra urbana, aqui caracterizada, localizada no Morro dos Sonhos, Município de Santa Terezinha-MT, medindo 5,766 ha (hectares) ou seja, 57.766 m² (cinqüenta e sete mil, setecentos e sessenta e seis metro quadrados) desmembrados da área maior a que faz referencia, conforme Memorial descritivo A SEGUIR transcrito:

A área a ser desapropriada faz parte da Matricula nº. 7.353 do Cartório de Registro de Imóveis de São Felix do Araguaia-MT, e inicia-se a descrição desse perímetro no vértice M-0109, de coordenada N=8.842,547,770 m e E=553.842,150m cravado na confrontação da rua 16 no PERIMETRO URBANO do MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA-MT, deste, segue confrontando com a Quadra 26, lote29, com o seguinte azimute e distancia: 181º59'07" e 47, 63m, até o vértice M-0110, de coordenadas N=8.842,500,170m e E=553.840,500m; deste, segue confrontando com a Quadra 26, lote 28, com o seguinte azimute e distancia:166º33'44" e 19,97m, até o vértice M-0111, de coordenadas N=8.842.480,750m e E=553.845,140m; deste segue confrontando com a Quadra 26, lote 28, com o seguinte azimute e distancia:073º45'21" e 21,59m, até o vértice M-0112, de coordenadas N=8.842.486,790m e E=553.865,870m; deste, segue confrontando com a Quadra 26, lote 27, com o seguinte azimute e distancia: 163º59'24" e 29,22m, até o vértice M-0113 de coordenadas N=8.842.458,700m e E=553.873,930m; deste segue confrontando com a Quadra 26, lote 26 com o seguinte azimute e distancia:176º06'44"" e 57,37m, até o vértice M-0114, de coordenadas N=8.842.401,460m e E=553.877,820m; deste, segue confrontando com a Quadra 26, lotes 25, 24 e 23, com o seguinte azimute e distancia: 133º46'41" e 38,13m, até o vértice M-0115 de coordenadas N=8.842.375,080m e E=553.905,350m; deste, segue confrontando com a Quadra 26, lote 22, com o seguinte azimute e distancia: 226º28'33" e 32,40m até o vértice M-0116 de coordenadas N=8.842.352,770m e E=553.881,860m; deste, segue confrontando com a Quadra 26, lotes 22,21,20,19,18 e 17 com o seguinte azimute e distancia: 133º02'14" e 134,82m, até o vértice M-0117 de coordenadas N=8.842.260,760m e E=553.980,400m; deste, segue confrontando com o imóvel NORRO DOS SEONHOS, proprietário: MANOEL GONÇALVES DA CUNHA, Matricula nº. 7.353-SFA(ANTERIOR-R-1-12.979-BARRA), com os seguintes azimutes e distancias:270º00'00" e 294,60m, até o vértice M-117A, de coordenadas N=8.842.260,760m e E=553.685,800; 000º00'00" e 281,18m, até o vértice M-0108, de coordenadas N=8.842.541,940m e E=553.685,800m; deste, segue confrontando com a Rua 16 no PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA-MT, com o seguinte azimute e distancia: 087º51'52" e 156,46m, até o M-0109; ponto inicial da descrição desse perímetro.

PARAGRAFO ÚNICO - Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, sendo que as coordenadas do perímetro encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº51 WGr, tendo como "datum" o SAD69. todos os azimutes e distancias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º - A área Declarada como de Utilidade Pública destina-se à Construção e ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no Município de Santa Terezinha-MT, compreendendo:

a) - Estação Elevatória;
b) - Estação de Tratamento;
c) - Reservatório;
d) - Rede de distribuição.

Art. 3º - As despesas decorrentes da Execução do disposto no presente DECERETO correrá à conta das dotações orçamentárias consignadas em favor da Secretária Municipal de Administração do Município, destinando-se ao pagamento de Indenização por desapropriação de Utilidade Pública ou em razão de Sentença Judicial e Custas processuais.

Art 4º. – É declarada de urgência para efeito de imissão provisória do Município na posse do Imóvel referido no artigo 1º. da presente Lei.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário,

Santa Terezinha-MT, 07 agosto de 2013.

CRISTIANO GOMES E CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Vieira Pinto
Código Identificador:552BBC25

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

CÂMARA MUNICIPAL
LEI 1.110/GP/2013

LEI Nº 1.110/GP/2013

Com base no art. 14, item X, da Lei Organica Municipal Cria o Distrito de Agrovila das Palmeiras, localizado na zona rural do Municipio de Santo Antonio de Leverger e dá outras providencias.
Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou, o Prefeito Municipal, nos termos do § 1º do art. 54 da Lei Orgânica Municipal, tacitamente sancionou, e eu, Wagner Belmiro Teixeira Silva,

Presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio de Leverger – MT, nos termos do § 8º do mesmo artigo e ainda art. 34, V, da Lei Orgânica Municipal PROMULGO a seguinte lei:

Art. 1º - *Fica criado o Distrito de Agrovila das Palmeiras, localizado na zona rural do Municipio de Santo Antonio de Leverger;*
Art. 2º - *A sede do Distrito ficará localizada na localidade de Agrovila das Palmeiras;*
Art. 3º - *O territorio do novo Distrito será composto pelas localidades que se situarem a um raio de até 03 kilometros da sede;*
Art. 4º - *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.*

Plenário Deputado Milton Teixeira de Figueiredo, em 07 de agosto de 2013.

WAGNER BELMIRO TEIXEIRA SILVA
Presidente

Publicado por:
Joelma da Silva Souza
Código Identificador:79C1657C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Nº 006/2.013

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** o candidato relacionado no anexo I deste Edital, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 16/06/2013, tendo o resultado sido homologado pelo Decreto Municipal nº 022/2013 de 28/06/2013, para comparecer na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos termos do item XI, 3 do Edital nº 001/2013 de 16/05/2013 nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital, para celebrar contrato temporário por excepcional interesse público para o cargo de Auxiliar de Laboratório, para o período compreendido ente **12/08/2013 a 22/01/2014**, em caráter de substituição à servidora KARINY RIBEIRO FREITAS , a qual encontra-se de Licença Maternidade.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer(em) até a data estabelecida e munidos dos documentos exigidos, conforme item 8 do Edital nº 001/2013 podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, 07 de agosto de 2.013.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

	AUXILIAR DE LABORATÓRIO
	NOME CANDIDATO
01	ANDRE MENDES COELHO

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2013.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;
Comprovante de Residência;
Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,
Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);
Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;
Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);
Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
Fotocópia legível da CNH se for o caso;
Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;
Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;
Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);
Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 5 (cinco) anos.
Declaração de Bens;
Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e
Outros documentos que a Administração julgar necessário;
CPF dos pais.

Publicado por:
Ita Roberta Soares
Código Identificador:D224C95A

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO

DECRETO N° 032/2013.
DE: 05 DE AGOSTO DE 2013.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais e de conformidade com os Art.71, incisos II, IV e VIII c/c artigo 107 da Lei Orgânica do Município.

Considerando as festividades alusivas à XII Exposal e Festa do Peão no Município;

DECRETA:

Artigo 1º - Ponto Facultativo nos órgãos públicos municipais nos dias 09 e 12 de agosto de 2013.

Artigo 2º - O ponto facultativo disposto no artigo primeiro será em virtude das festividades e atividades decorrentes da XII EXPOSAL e Festa do Peão a ser realizada neste Município nos dias 09 a 11 de agosto de 2013.

Artigo 3º - Este decreto não abrangerá os servidores da área de saúde e viação e obras, visto serem serviços essenciais e ininterruptos.

Artigo 4º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deverá tomar as providencias necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Artigo 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE
PUBLICA-SE
CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO.
EM: 05 DE AGOSTO DE 2.013

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ita Roberta Soares
Código Identificador:415F5668

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2013

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, torna público aos interessados que, a abertura da Licitação na modalidade de Tomada de Preços n° 03/2013, para **CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA PORTE I, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CIB/MT Nº 018 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE DISPÕE SOBRE IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24 HORAS - PORTE I, NO MUNICÍPIO DE SAO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA OBRA, onde se lê:** abertura no dia 21 de Agosto de 2013, às 15:00 horas, leia-se: abertura no dia 27 de Agosto de 2013, às 15:00 horas**.** Os interessados poderão obter informações e Edital na sede da Prefeitura Municipal no horário de 12:00 ás 18:00 ou pelo telefone (66) 3522-1606 e email – licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

São Félix do Araguaia - MT, 07 de Agosto de 2013.

MAGDA A. A. SILVA
Presidente CPL

Publicado por:
Magda Aparecida Alves Silva
Código Identificador:78852864

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

SECRETARIA DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

O município de São José do Rio Claro – MT notifica os contribuintes: GOICHI SAITO S01 Q01C L 01,02 e 03, Voltaire Rodrigues Freires Jr, Severino Ribeiro Cunha, João Almeida de Oliveira.
Os contribuintes possuem imóvel territorial sujo podendo vir a prejudicar a saúde publica e a estética urbanística, Infringindo a Lei N.° 384/1997, em seu artigo: 145 parágrafo único (Código de Postura). Sujeitando–se a multa de R$ 375,00 a R$ 750,00.
Para tal, comunicamos pelo presente, que vossa senhoria deverá **efetuar a limpeza do terreno no prazo de** 0**5 (cinco) dias**, **ou apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias,** a contar da data desta publicação. O não cumprimento desta acarretará nas sanções previstas em lei.

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:B6B31172

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2013

-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 009/2013; ASS:08/07/2013; VCT:08/01/2014; Contratado:**MGL – CENTRO DE NEGÓCIOS LTDA - ME**; Objeto:Contratação de serviços administrativos de apoio técnico junto aos órgãos estaduais na capital do estado para protocolo, acompanhamento, juntada de documentos e readequações de planos de trabalho de acordo com as normativas dos órgãos públicos para repasse de recursos ao município por meio de convênios, e de prestação de contas junto aos órgãos estaduais do município de São José do Rio Claro. Valor:R$16.200,00.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:1BCEE9C3

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2013

-CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 010/2013; ASS:08/07/2013; VCT:08/07/2014; Contratado:GEANDRE FRANK LATORRACA ME; Objeto:Contratação de Empresa para prestação de serviços de publicação de Matérias do Poder Executivo do Município de São José do Rio Claro – MT.Valor:R$33.700,00.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:4C6FB496

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 011/2013; ASS:16/07/2013; VCT:31/12/2013; Contratado: **PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA**; Objeto:Aquisição de equipamento de Raio-X fixo - Alta frequência. Valor: R$75.000,00.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:43920FD1

SECRETARIA DE FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 012/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 012/2013; ASS:22/07/2013; VCT:22/03/2014; Contratado:**RV CAETANO ASSESSORIA E CONSULTORIA**; Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de assessoria, consultoria junto ao Departamento de Tributação, conforme as leis tributárias em vigor. Valor: R$ 39.000,00.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:DBDE2080

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado a empresa **ÊXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.391.673/0001-69, e Inscrição Estadual n.º 16.145.410-0 estabelecida a Rod BR 230, KM 12 – Estrada de Cabedelo, n.º 11034, Sala 105, Bairro Costa Verde, cidade de Cabedelo - PB, neste ato representada pelo Sr. José Lacy de Freitas Junior, portador do CIRG n.º 1.794.319 SDS/PE e CPF n.º

268.126.064-72 doravante denominada "**PROMITENTE FORNECEDORA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2013.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

PÁ CARREGADEIRA, nova, zero quilômetro, ano/modelo 2012 com as seguintes características:
Motor: Diesel; Potência: 130hp; Direção: Hidráulica totalmente articulada; Freios: Hidráulico a disco nas quatro rodas; Freio de estacionamento: Nas quatro rodas; Tração: 4x4; Tanque de Combustível: 180 litros; Sistema Hidráulico: 170 litros; Cabine: Fechada com Ar Condicionado; Capacidade da Caçamba: 1,8 m³; Peso Operacional: 10.600 kg; Conversor de torque: Tipo Monofásico; Pneus: 17.5□25; Capacidade de carga: 3 (três) toneladas; Garantia: 12 meses; Assistência técnica dentro do estado de mato grosso com estoque de peças;
Prazo de Entrega: 7 (sete) dias úteis;
Quantidade Licitada: 5 (cinco)
Quantidade a Ser adquirida pelo Município de São José do Rio Claro: 1 (uma)
Quantidade disponível para adesão de outros órgãos: 4 (quatro)
Valor Unitário: R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais)
Valor Total: R$ 1.380.000,00 (hum milhão, trezentos e oitenta mil reais)
Marca/Modelo: XCMG / ZL30H
Forma de Pagamento: 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas no valor de R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais)

RETROESCAVADEIRA, nova, zero horas, ano/modelo 2012 com as seguintes características:
Motor: Diesel; Potência: 110hp; Resfriamento: À água; Tanque de Combustível: 150 litros;
Direção: Hidráulica; Tração: 4x4; Peso Operacional: 7.200 kg; Cabine: Tipo "rops" Fechada com Ar Condicionado; Sistema de carregamento: Frontal com altura de descarga mínima de 2.800 mm; Transmissão: 4 marchas a frente e 4 marchas a ré; Capacidade da carregadeira frontal: basculante de no mínimo 1,20m³; Capacidade da carregadeira traseira: basculante de no mínimo 0,33m³; Garantia: 12 meses; Assistência técnica dentro do estado de mato grosso com estoque de peças;
Prazo de Entrega: 7 (sete) dias úteis;
Quantidade Licitada: 5 (cinco)
Quantidade a Ser adquirida pelo Município de São José do Rio Claro: 1 (uma)
Quantidade disponível para adesão de outros órgãos: 4 (quatro)
Valor Unitário: R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)
Valor Total: R$ 1.100,00 (hum milhão e cem mil reais)
Marca/Modelo: XCMG / XT870
Forma de Pagamento: 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas no valor de R$ 9.166,67 (nove mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

ESCAVADEIRA HIDRÁULICA nova, zero horas, ano/modelo 2012 com as seguintes características:
Cabine: Fechada com Ar Condicionado; Potência mínima do Motor:160 HP; Peso Operacional mínimo: 21.500 kg; Motor: Diesel, injeção direta, Turbo, refrigerado a água; Bomba Hidráulica: 02 bombas de pistão com vazão de 2x200l no mínimo; Sapatas por lado da esteira: 47 no mínimo; Tanque de Combustível: 360 litros no mínimo; Capacidade mínima da Caçamba: 1.0 m³ no mínimo; Garantia: 12 meses; Assistência técnica dentro do estado de mato grosso com estoque de peças;
Prazo de Entrega: 7 (sete) dias úteis;
Quantidade Licitada: 5 (cinco)
Quantidade a Ser adquirida pelo Município de São José do Rio Claro: 1 (uma)
Quantidade disponível para adesão de outros órgãos: 4 (quatro)
Valor Unitário: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)
Valor Total: R$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais)
Marca/Modelo: XCMG / XE210
Forma de Pagamento: 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas no valor de R$ 17.500,00(dezessete mil e quinhentos reais)

ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO novo, zero horas, ano/modelo 2012 com as seguintes características:
Cabine: Fechada com Ar Condicionado; Potência mínima do Motor:125 HP; Peso Operacional mínimo: 13.000 kg; Motor: Diesel; Rolo com 2 (duas) versões de Operação - Cilindro liso usinado equipado com rolo de compactação lisa e Kit Corrugado (Pé de carneiro); Largura de compactação de mínimo de 2.000 mm; Alarme sonoro de ré
Garantia: 12 meses; Assistência técnica dentro do estado de mato grosso com estoque de peças;
Prazo de Entrega: 7 (sete) dias úteis;
Quantidade Licitada: 5 (cinco)
Quantidade a Ser adquirida pelo Município de São José do Rio Claro: 1 (uma)
Quantidade disponível para adesão de outros órgãos: 4 (quatro)
Valor Unitário: R$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis mil reais)
Valor Total: R$ 1.680.000,00 (hum milhão, seiscentos e oitenta mil reais)
Marca/Modelo: XCMG / XS122PD
Forma de Pagamento: 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas no valor de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/máquinas referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em 24 (vinte e quatro) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, com vencimento a cada 30 (trinta) dias a partir da entrega dos bens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos/máquinas registrados será de sete (7) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.

4.2. Os produtos/máquinas deverão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, localizada à Rua Paraíba, n° 355, Bairro Centro, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.

4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da atapara substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:

5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;

5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .

5.2.3. Entregar e descarregar os produtos/máquinas em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos/máquinas, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.

5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.

5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.

5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos/máquinas solicitados no prazo de 7 (sete) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.

5.2.13. O frete e demais despesas concernentes ao envio/entrega dos produtos/máquinas será as expensas da licitante vencedora.

5.2.14.. Os produtos/máquinas de 1ª (primeira) linha, conforme o caso terá o prazo de garantia estabelecido pelo fabricante, somente sendo afastada quando comprovado mau uso pelo utilizador;

5.2.15. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

08.003.15.451.0030.1.051 - Aquisição de Máquinas Pesadas
4490.52.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1,00% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/máquinas, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilíbrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administração.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;

10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.

10.4. A rescisão pela detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as clúsulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 025/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 025/2013 a proposta da empresa **ÊXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 002/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro - MT, 02 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

ÊXITO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA
CNPJ: 07.391.673/0001-69
Representante: José Lacy de Freitas Junior
CPF: 268.126.064-72

DR. FRANCYS RICARDO MENEGON
Oab/Mt 13.640-A
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF: 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF: 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:FE1D340D

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **ERALDO LUCIO DA SILVA**, portador do CPF n.º 483.590.761-20, residente em São José do Rio Claro – MT, à P. A. Pouso Alegre, Zona Rural, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e

10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
07	Mamão (tamanho médio, Consistência firme, não amolecida nem pegajosa, casca amarelo-esverdeada, levemente amadurecida, íntegra, sem manchas, rachaduras, seiva externa, sujidades, perfurações, bolores ou vestígios de insetos. Polpa vermelha rosado, íntegra sem manchas; sabor e odor característicos).	Kg	840	1,85	1.554,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.

4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.

4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:

5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;

5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .

5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES
8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:
Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.
8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.
9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.
9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.
10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES
12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **ERALDO LUCIO DA SILVA** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

ERALDO LUCIO DA SILVA
CPF 483.590.761-20

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:64520D31

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado a produtora rural **VANIA SAMBUGARI MILANI**, portadora do CPF n.º 831.636.461-15, residente em São José do Rio Claro – MT, à Rua Rondônia, 109, Centro, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:**CLÁUSULA PRIMEIRA**

DO OBJETO
1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
05	Laranja (de boa qualidade, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte).	Sc 20Kg	360	25,00	9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.
2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que

permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO
3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT
3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO
4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.
4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.
4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela fornecedora no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.
4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição da fornecedora, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.
4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES
5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:
5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.
5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;
5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.2. Da Detentora da Ata:
5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;
5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .
5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento,correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;

Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.
9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.
9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.

10.4. A rescisão pela detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES
12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. _026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.,

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **VANIA SAMBUGARI MILANI** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO
15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

VANIA SAMBUGARI MILANI
Cpf 831.636.461-15

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:1DE1A077

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **SEBASTIÃO REGINALDO ANDRADE DE SOUZA**, portador do CPF n.º 571.200.561-15, residente em São José do Rio Claro – MT, à Av. Argentina, 205, Centro, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
02	Doce de Leite Pastoso (puro, textura homogênea, compacta, livre de impurezas e contaminações, acondicionado em embalagens esterelizadas).	Kg	1.200	10,50	12.600,00
11	Queijo tipo frescal (fabricado a partir do leite de vaca, de boa qualidade, livre de sujidades e contaminações, acondicionados em embalagens plásticas).	Kg	1.200	10,00	12.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.
2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO
3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT
3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que

isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.
4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.
4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.
4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.
4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:
5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.
5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;
5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.2. Da Detentora da Ata:
5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;
5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .
5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;

Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;

10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.

10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **SEBASTIÃO REGINALDO ANDRADE DE SOUZA** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

SEBASTIÃO REGINALDO ANDRADE DE SOUZA
CPF 571.200.561-15

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:BFC60E35

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **EUCLIDES VENANCIO**, portador do CPF n.º 224.267.109-00, residente em São José do Rio Claro – MT, à Rua Venezuela, 272, Centro, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
04	Folhosos (alface, almeirão, couve, rúcula, salsinha, cebolinha) – fresca, de boa qualidade, de tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, de qualidade firme e intacta, isenta de enfermidades, material terroso e umidade externa anormal, sem danos físicos e mecanismos oriundos do manuseio e transporte.	Maço	15.600	2,20	34.320,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.
2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO
3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT
3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO
4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.
4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.
4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.
4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação

deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.
4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES
5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:
5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.
5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;
5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.2. Da Detentora da Ata:
5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;
5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .
5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES
8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:
Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.
8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.
9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.
9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.
10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **EUCLIDES VENANCIO** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

EUCLIDES VENANCIO
CPF 224.267.109-00

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:9662E5A1

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **JOÃO BATISTA DE ARAÚJO**, portador do CPF n.º 994.751.898-15, residente em São José do Rio Claro – MT, à Fazenda Santana, Zona Rural, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
01	Banana nanica (acondicionadas em caixas com 20 Kg, com consistência firme, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, sem sujidades, rachaduras e amassados, não rançosa, sem manchas escurecidas)	Cx – 20 Kg	960	34,00	32.640,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.
2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT
3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.
4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.
4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.
4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.
4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:
5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.
5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada

entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;
5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.2. Da Detentora da Ata:
5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;
5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .
5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES
8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:
Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.
8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.
9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.
9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor

com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.
10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES
12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **JOÃO BATISTA DE ARAÚJO** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

JOÃO BATISTA DE ARAÚJO
Cpf 994.751.898-15

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:3A53A02F

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **GILCI AGNELLO MICALLI**, portador do

CPF n.º 402.604.379-72, residente em São José do Rio Claro – MT, à P. A. Pouso Alegre, Lote 17, Zona Rural, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
08	Mandioca pão (lavada, lisa, de boa qualidade, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, com tamanho uniforme, coloração e odor característico, devendo ser graúda)	Kg	6.000	1,50	9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.

4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.

4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:

5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;

5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .

5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES
8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:
Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.
8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.
9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.
9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.
10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES
12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **GILCI AGNELLO MICALLI** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

GILCI AGNELLO MICALLI
CPF 402.604.379-72

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:F235B0C1

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **JUNO NAGANO**, portador do CPF n.º 126.477.809-00, residente em São José do Rio Claro – MT, à Rua Ceará, 1188, Centro, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
05	Laranja (de boa qualidade, in natura, apresentando grau de maturação adequado a manipulação, transporte e consumo; isenta de sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física ou mecânica oriunda de manuseio ou transporte)	Sc – 20 Kg	360	25,00	9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.

4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.

4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:

5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;

5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .

5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.

5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.

5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.

5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.

5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.

5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura

07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar

3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;

Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;

10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.

10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO
11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES
12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **JUNO NAGANO** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

JUNO NAGANO
Cpf 126.477.809-00

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:75A40467

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado o produtor rural **JÚLIO ANTONIO DA CRUZ**, portador do CPF n.º 206.630.801-34, residente em São José do Rio Claro – MT, à Sitio São José, Zona Rural, doravante denominado "PROMITENTE FORNECEDOR", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO
1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
03	Doce de banana c/ açúcar mascavo (puro, textura homogênea, compacta, livre de impurezas e contaminações, acondicionado em embalagens esterelizadas).	Kg	960	8,00	7.680,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS
2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.
2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO
3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT
3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO
4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.
4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.
4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.
4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.
4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES
5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:
5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.
5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;
5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.2. Da Detentora da Ata:
5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;
5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .
5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;

Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;

10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.

10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **JÚLIO ANTONIO DA CRUZ** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

JÚLIO ANTONIO DA CRUZ
CPF 206.630.801-34

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:5C30CFDB

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado a empresa **COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH - COAIT**, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.950.701/0001-17, e Inscrição Estadual n.º 13.224.995-2 estabelecida à Av. Mato Grosso, 34, Centro, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 02/2010 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores além da Lei 11.947/2009 no que concerne a agricultura familiar e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para **futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para merenda escolar,** conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, para Registro de Preços.
1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
10	Polpa de fruta (característica organolépticas preservadas; embalagem própria para alimentos em conformidade com a ANVISA.)	Kg	20.400	11,00	224.400,00

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 (doze) meses.
2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.
2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da entrega dos itens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos produtos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.
3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT
3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.
3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.
3.5. O CPF do detentor da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.
3.6. Nenhum pagamento será efetuado ao detentor da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos produtos registrados será de 02 (dois) dias, após o recebimento da Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento, na quantidade solicitada.
4.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da secretaria de Educação e Cultura, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.
4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.
4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.
4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da ata para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.
4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES
5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:
5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.
5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.
5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;
5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;
5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;
5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;
5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.
5.2. Da Detentora da Ata:
5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;
5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município .
5.2.3. Entregar e descarregar os produtos em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.
5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;
5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;
5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.
5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.
5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os produtos solicitados no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.
5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos materiais será as expensas da licitante vencedora.
5.2.14. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO
6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.
6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.
6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.
6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.
6.5. Se houver motivo de força maior - tais como chuvas excessivas, secas prolongadas, intempéries, dentre outras - que impeçam o detentor da ata entregar os produtos, o mesmo deverá avisar ao município no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
07.002.12.361.0025.2044 – Manutenção da Merenda Escolar
3.3.90.30.00.00 (225) – Material de Consumo

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES
8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:
Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 50% (cinqüenta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.
8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.
8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.
8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o

qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.
9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilibrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administação.
9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.
9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.
9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.
9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.
9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;
9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.
10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:
10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;
10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;
10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.
10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;
10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;
10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.
10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.
10.4. A rescisão pelo detentor poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.
10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.
10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.
10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.
10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.
11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 026/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2013 a proposta do produtor rural **COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE TAPURAH - COAIT** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.
14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro / MT, 11 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Cooperativa de Desenvolvimento Agroindustrial de Tapurah - Coait
Cnpj 02.950.701/0001-17

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:9BF13A89

SECRETARIA DE FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2013

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de São Jose do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, de um lado o MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO / MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.024.037/0001-27 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Natanael Casavechia, brasileiro, casado, agente político, portador da RG sob o n.º 05835232 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 419.757.581.53, e do outro lado a empresa **VILLE DE FRANCE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.539.157/0003-09, e Inscrição Estadual n.º 13.396.517-1 estabelecida a Av. Colonizador Ênio Pipino, 3585 – Quadra R – 21 C, Bairro Setor Industrial, cidade de SINOP-MT, neste ato representada pelo Sr. Paulo Roberto Guedes, brasileiro, casado, Engenheiro Florestal, portador do RG n.º 1883338 SDS/PE e CPF n.º 205.890.001-44, doravante denominada "**PROMITENTE FORNECEDORA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal 176/2006 2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2013**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/2002, e suas alterações posteriores e as condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futura e eventual **aquisição de Veículo Tipo Furgão Adaptado para Ambulância**, conforme descrição constante no Anexo I - Especificações dos Itens do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2013, para Registro de Preços.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços tem o valor registrado por item conforme segue:

01 (UM) VEÍCULO MARCA CITROEN JUMPER FURGÃO, TURBO DIESEL

VALOR R$ 108.000,00 (cento e oito mil reais)

Veículo zero quilometro, tipo FURGÃO original de fábrica, ano/Modelo 2012/2013, com air bag, freios a disco com sistema ABS, protetor de cárter, adaptado em ambulância PRÉ-HOSPITALAR do tipo "B" de cor branca com porta lateral deslizante e portas traseiras com duas folhas, com as seguintes especificações mínimas, a saber:

1 - ESPECIFICAÇÕES MINIMAS VEÍCULO:
1.1 - Especificações Mínimas do Motor:
Cilindradas: 2.287 cm³
Combustível: Diesel
Potência: 127cv
Tração: Dianteira ou Traseira com 4 cilindros

1.2 - Capacidade Mínima do Tanque de Combustível:
Capacidade: 80 litros

1.3 - Especificações Mínimas do Freio e Suspensão:
Freios e suspensão: Original de Fábrica.

1.4 - Especificação da Direção:
Hidráulica original de fábrica.

1.5 - Especificação da Transmissão:
5 marchas à frente
1 marcha à ré

1.6 - Ar Condicionado:
Equipamento de Ar Condicionado duplo, instalado na cabine do motorista e no compartimento do paciente.

1.7 - Compartimento de bagagem
Capacidade: 12 m³

2 - ESPECIFICAÇÕES DA ADAPTAÇÃO:
2.1 - Revestimentos
Revestimento interno em compensado naval revestido em fórmica na cor branca;
Isolamento termo acústico instalado entre o revestimento e o chapeamento original do veículo;
Piso nivelado em compensado naval ou material com características semelhantes,possibilitando lavagem, com piso anti-derrapante, rodapé de no mínimo 5 cm onde as paredes laterais, o banco baú, o armário e o revestimento se encontram, devidamente calafetados contra infiltrações, e com reforços em aço inoxidável nas regiões de apoio e impacto;
Janela com vidros corrediços com película branca e listras transparentes na porta lateral e nos vidros fixos nas portas traseiras;
Divisória entre a cabina do motorista e o compartimento do paciente com janela de comunicação;

2.2 - Armários
Armário tipo balcão em compensado naval revestido em fórmica na cor branca com portas acrílicas corrediças, instalado na lateral esquerda, contendo local para bateria auxiliar, prancha, lixeira e central elétrica;

2.3 - Bancos
Banco para médico giratório na cabeceira da maca com apoio de cabeça, cinto de segurança, estofado;
Banco baú para no mínimo 02 (dois) acompanhantes, localizado na lateral direita construído em compensado naval, revestido em fórmica na cor branca com estofamento de alta resistência, com cintos de segurança e lixeira acoplada;

2.4 - Equipamentos
Maca retrátil com colchonete estofado, travas e cintos de segurança;
Suporte para soro fixado no pega mão;
Pega mão fixado no teto em perfil de alumínio;

2.5 - Sistema de Oxigenoterapia
01 (um) cilindro de O2 de 16 (dezesseis) litros com manômetro e válvula reguladora;
01 (um) suporte duplo de cilindro de oxigênio de 16 (dezesseis) litros;
Régua tripla completa com fluxômetro, umidificador, máscara com mangueira e aspiradortipo venturi;

2.6 - Sinalização Acústica e Visual
Conjunto de sinalização acústico-visual em formato de BARRA ou ARCO em LED de alta luminosidade, composto de modulo único e/ou auxiliares independentes luminosos, injetados em policarbonato de alta resistência na cor rubí;
Sirene eletrônica com no mínimo 100 watts de potência possuindo no mínimo 04 (quatro) tipos de sons diferenciados e sistema de megafone acoplado, constituída por controlador e unidade sonofletora;
Sinalização visual traseira:

02 (duas) lanternas rubi na traseira;
01 (um) farol de embarque;

2.7 - Iluminação
04 (luminárias) internas de alta luminosidade instaladas no teto;

2.8 - Sistema Elétrico
Inversor de corrente contínua de 12V p/ alternada 110/220V com potência mínima de 1000 Watts, apoiado por sistema de bateria auxiliar;
Gerenciador de carga das baterias e proteção contra descarga excessiva da bateria;
Chave geral e central elétrica composta de disjuntores térmicos e automáticos e relês, base de fusíveis instalado na parte superior do armário;
Painel elétrico interno composto de: uma régua integrada com no mínimo 04 (quatro) tomadas, sendo 02 (duas) tripolares (2P+ T) de 110 V e 2 de 12V;
Tomada externa tripolar para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo próximo à porta do motorista com fio de extensão de 20 mts de comprimento;

2.9 - Design Externo
Grafismo básico contendo a palavra "AMBULÂNCIA" nas laterais na parte traseira de forma convencional e de forma espelhada (invertida) no capô;
Cruzes vermelhas nas portas dianteiras e/ou nas laterais;

2.10 - Ventilação
Ventilação forçada com ventiladores de insuflamento e/ou de exaustão no teto;

3 - ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DOS EQUIPAMENTOS EMBARCADOS:
Maleta de Primeiros Socorros

4 - GARANTIA:

4.1 - Veículo:
Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme Plano de Revisões da montadora.
4.2 - Conjunto sinalizador acústico e visual:
Garantia mínima de 12 (doze) meses.
4.3- Grafismos:
Garantia mínima de 12 (doze) meses.

5 - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:
O veículo objeto deste edital deverá ser na Sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, entregue no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar após a ordem de fornecimento, e o gestor da frota indicado por este município terá até 03 (três) dias úteis para protocolar o aceite e o recebimento efetivo do mesmo(s):

01 (UM) VEÍCULO MARCA CITROEN JUMPER FURGÃO COM CHASSI CURTO E TETO BAIXO, TURBO DIESEL

VALOR R$ 119.500,00 (cento e dezenove mil e quinhentos reais)

Veículo zero quilometro, tipo FURGÃO original de fábrica, ano/Modelo 2013/2013, com air bag, freios a disco com sistema ABS, protetor de cárter, adaptado em ambulância PRÉ-HOSPITALAR do tipo "B" de cor branca com porta lateral deslizante e portas traseiras com duas folhas, com as seguintes especificações mínimas, a saber:

1 - ESPECIFICAÇÕES MINIMAS VEÍCULO:
1.1 - Especificações Mínimas do Motor:
Cilindradas: 2.287 cm³
Combustível: Diesel
Potência: 127cv
Tração: Dianteira ou Traseira com 4 cilindros

1.2 - Capacidade Mínima do Tanque de Combustível:
Capacidade: 80 litros

1.3 - Especificações Mínimas do Freio e Suspensão:
Freios e suspensão: Original de Fábrica.

1.4 - Especificação da Direção:
Hidráulica original de fábrica.

1.5 - Especificação da Transmissão:
5 marchas à frente
1 marcha à ré

1.6 - Ar Condicionado:
Equipamento de Ar Condicionado duplo, instalado na cabine do motorista e no compartimento do paciente.

1.7 - Compartimento de bagagem
Capacidade: 7,5 m³

2 - ESPECIFICAÇÕES DA ADAPTAÇÃO:
2.1 - Revestimentos
Revestimento interno em compensado naval revestido em fórmica na cor branca;
Isolamento termo acústico instalado entre o revestimento e o chapeamento original do veículo;
Piso nivelado em compensado naval ou material com características semelhantes,possibilitando lavagem, com piso anti-derrapante, rodapé de no mínimo 5 cm onde as paredes laterais, o banco baú, o armário e o revestimento se encontram, devidamente calafetados contra infiltrações, e com reforços em aço inoxidável nas regiões de apoio e impacto;
Janela com vidros corrediços com película branca e listras transparentes na porta lateral e nos vidros fixos nas portas traseiras;
Divisória entre a cabina do motorista e o compartimento do paciente com janela de comunicação;

2.2 - Armários
Armário tipo balcão em compensado naval revestido em fórmica na cor branca com portas acrílicas corrediças, instalado na lateral esquerda, contendo local para bateria auxiliar, prancha, lixeira e central elétrica;

2.3 - Bancos
Banco para médico giratório na cabeceira da maca com apoio de cabeça, cinto de segurança, estofado;
Banco baú para no mínimo 02 (dois) acompanhantes, localizado na lateral direita construído em compensado naval, revestido em fórmica na cor branca com estofamento de alta resistência, com cintos de segurança e lixeira acoplada;

2.4 - Equipamentos
Maca retrátil com colchonete estofado, travas e cintos de segurança;
Suporte para soro fixado no pega mão;
Pega mão fixado no teto em perfil de alumínio;

2.5 - Sistema de Oxigenoterapia
01 (um) cilindro de O2 de 16 (dezesseis) litros com manômetro e válvula reguladora;
01 (um) suporte duplo de cilindro de oxigênio de 16 (dezesseis) litros;
Régua tripla completa com fluxômetro, umidificador, máscara com mangueira e aspiradortipo venturi;

2.6 - Sinalização Acústica e Visual
Conjunto de sinalização acústico-visual em formato de BARRA ou ARCO em LED de alta luminosidade, composto de modulo único e/ou auxiliares independentes luminosos, injetados em policarbonato de alta resistência na cor rubí;
Sirene eletrônica com no mínimo 100 watts de potência possuindo no mínimo 04 (quatro) tipos de sons diferenciados e sistema de megafone acoplado, constituída por controlador e unidade sonofletora;
Sinalização visual traseira:
02 (duas) lanternas rubi na traseira;
01 (um) farol de embarque;

2.7 - Iluminação
04 (luminárias) internas de alta luminosidade instaladas no teto;

2.8 - Sistema Elétrico
Inversor de corrente contínua de 12V p/ alternada 110/220V com potência mínima de 1000 Watts, apoiado por sistema de bateria auxiliar;
Gerenciador de carga das baterias e proteção contra descarga excessiva da bateria;
Chave geral e central elétrica composta de disjuntores térmicos e automáticos e relês, base de fusíveis instalado na parte superior do armário;
Painel elétrico interno composto de: uma régua integrada com no mínimo 04 (quatro) tomadas, sendo 02 (duas) tripolares (2P+ T) de 110 V e 2 de 12V;
Tomada externa tripolar para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo próximo à porta do motorista com fio de extensão de 20 mts de comprimento;

2.9 - Design Externo
Grafismo básico contendo a palavra "AMBULÂNCIA" nas laterais na parte traseira de forma convencional e de forma espelhada (invertida) no capô;
Cruzes vermelhas nas portas dianteiras e/ou nas laterais;

2.10 - Ventilação
Ventilação forçada com ventiladores de insuflamento e/ou de exaustão no teto;

3 - ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DOS EQUIPAMENTOS EMBARCADOS:
Maleta de Primeiros Socorros

4 - GARANTIA:

4.1 - Veículo:
Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme Plano de Revisões da montadora.
4.2 - Conjunto sinalizador acústico e visual:
Garantia mínima de 12 (doze) meses.
4.3- Grafismos:
Garantia mínima de 12 (doze) meses.

5 - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:
O veículo objeto deste edital deverá ser na Sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, entregue no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar após a ordem de fornecimento, e o gestor da frota indicado por este município terá até 03 (três) dias úteis para protocolar o aceite e o recebimento efetivo do(s) mesmo(s):

01 (UM) VEÍCULO MARCA CITROEN VETRATO FURGÃO 2.3 HDi L6-V 35 LH COM CHASSI LONGO E TETO ALTO, TURBO DIESEL

VALOR R$ 153.000,00 (cento e cinqüenta e três mil reais)

Veículo zero quilometro, tipo FURGÃO original de fábrica, ano/Modelo 2013/2013, com air bag, freios a disco com sistema ABS, protetor de cárter, adaptado em ambulância UTI MÓVEL - SAV (Suporte Avançado de Vida) do tipo "D" de cor branca com porta lateral deslizante e portas traseiras com duas folhas, com as seguintes especificações mínimas, a saber:

1 - ESPECIFICAÇÕES MINIMAS VEÍCULO:
1.1 - Especificações Mínimas do Motor:
Cilindradas: 2.287 cm³
Combustível: Diesel
Potência: 127cv
Tração: Dianteira ou Traseira com 4 cilindros

1.2 - Capacidade Mínima do Tanque de Combustível:
Capacidade: 80 litros

1.3 - Especificações Mínimas do Freio e Suspensão:
Freios e suspensão: Original de Fábrica.

1.4 - Especificação da Direção:
Hidráulica original de fábrica.

1.5 - Especificação da Transmissão:
5 marchas à frente
1 marcha à ré

1.6 - Ar Condicionado:
Equipamento de Ar Condicionado duplo, instalado na cabine do motorista e no compartimento do paciente.

1.7 - Compartimento de bagagem
Capacidade: 12 m³

2 - ESPECIFICAÇÕES DA ADAPTAÇÃO:

2.1 - Revestimentos
Revestimento interno em compensado naval revestido em fórmica na cor branca;
Isolamento termo acústico instalado entre o revestimento e o chapeamento original do veículo;
Piso nivelado em compensado naval ou material com características semelhantes, possibilitando lavagem, com piso anti-derrapante, rodapé de no mínimo 5 cm onde as paredes laterais, o banco baú, o armário e o revestimento se encontram, devidamente calafetados contra infiltrações, e com reforços em aço inoxidável nas regiões de apoio e impacto;
Janela com vidros corrediços com película branca e listras transparentes na porta lateral e nos vidros fixos nas portas traseiras;
Divisória entre a cabina do motorista e o compartimento do paciente com janela de comunicação;

2.2. Sistema Elétrico
Alimentação com bateria auxiliar de 100 Ah;
Sistema de bloqueio automático do uso da bateria do motor para alimentar o compartimento do paciente e as luzes adicionais de emergência quando o veículo estiver com o motor desligado;
Central elétrica composta de disjuntores térmicos e automáticos, relês, base de fusíveis instalados na parte superior do armário;
Inversor de corrente contínua de 12 V p/ alternada 110/220 V com potência mínima de 1000 Watts;
Painel elétrico interno composto de: 01 (uma) régua integrada com no mínimo 06 (seis) tomadas, sendo 04 (quatro) tripolares (2P+T) de 110 V e 02 (duas) de 12V, além de interruptores com teclas do tipo iluminadas e interruptores de comando de ventiladores, exaustores e faróis de embarque;
Tomada externa tripolar para captação de energia instalada na parte superior do lado esquerdo do veículo próximo à porta do motorista com fio de extensão de 20 mts de comprimento;

2.3. Iluminação
Natural: janelas com vidros translúcidos, jateados e corrediços nas portas traseiras que possam ser fechadas por dentro;
Artificial: no mínimo 04 (quatro) luminárias no teto com alta luminosidade com lente de policarbonato translúcido, com acabamento corrugado para difusão da luz e 02 (duas) luminárias com foco dirigido sobre a maca com capacidade total de lumens não inferior a 50Watts;

2.4. Sinalização
Conjunto de sinalização acústico-visual em formato de BARRA e/ou ARCO em LED de alta luminosidade, composto de modulo único e/ou auxiliares independentes luminosos injetados em poli carbonato de alta resistência na cor rubí;
06 (seis) lanternas pulsantes intercaladas, sendo 03 (três) em cada lateral superior da carroceria do veiculo com freqüência mínima de 90 flashes por minuto, sendo 04 (quatro) de cor rubi e 02 (duas) de cor cristal;
02 (duas) Lanternas traseiras de cor rubi;
01 (um) Sinalizador acústico de ré;
02 (dois) Sinalizadores estroboscópicos intercalados na parte dianteira inferior do veículo ou instalados nos faróis;

2.5. Sistema Fixo de Oxigênio

01 (um) Cilindro de oxigênio de 16 (dezesseis) litros com válvula e manômetro acondicionados em armário próprio na parte traseira do veículo com suporte duplo;
Saída de oxigênio ao lado do paciente com régua tripla com fluxômetro, umidificador, chicote, máscara e aspirador com frasco;

2.6. Ventilação
02 (dois) exaustores e 02 (dois) ventiladores de insuflamento;

2.7. Bancos
Banco lateral escamoteável tipo baú, revestido para 03 (três) pessoas assentadas, ou 01 (um) paciente imobilizado em prancha longa com 3 cintos de segurança, com lixeira acoplada;
Banco do médico tipo poltrona anatômica giratória estofada com encosto de cabeça, revestido, com cintos de segurança;
Maca em alumínio, articulada com pernas retráteis, encosto reclinável, rodízios, contendo colchonete revestido e cintos de segurança;

2.8. Design Interno
Balaústre fixado no teto para apoio das mãos;
Suporte de soro/plasma instalado no balaustre;
Piso resistente em material tipo vinil ou similar em cor clara, lavável, impermeável antiderrapante mesmo quando molhado;
Proteções em inox no piso e armários para a maca;

2.9. Design Externo
Grafismo básico tipo "UTI" contendo a palavra "AMBULÂNCIA" nas laterais na parte traseirade forma convencional e de forma espelhada (invertida) no capô;
Cruzes vermelhas nas portas dianteiras e/ou nas laterais;

2.10. Armário Interno
Armário do lado esquerdo produzido em compensado naval, com prateleiras internas com batentes frontais, revestido em fórmica branca;
Armário para oxigênio na traseira e local para guarda de prancha de imobilização;
Portas corrediças em acrílico, bipartidas com mecanismo de limitação de abertura;
Compartimento para guarda de cilindros de oxigênio e cilindro de ar comprimido com porta com mecanismo de limitação de abertura e visor;

3 - ESPECIFICAÇÕES MINIMAS DOS EQUIPAMENTOS EMBARCADOS:
Maleta de Primeiros Socorros

4 - GARANTIA:

4.1 - Veículo:
Garantia mínima de 12 (doze) meses, conforme Plano de Revisões da montadora.
4.2 - Conjunto sinalizador acústico e visual:
Garantia mínima de 12 (doze) meses.
4.3- Grafismos:
Garantia mínima de 12 (doze) meses.

5 - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:
O veículo objeto deste edital deverá ser na Sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro – MT, entregue no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar após a ordem de fornecimento, e o gestor da frota indicado por este município terá até 03 (três) dias úteis para protocolar o aceite e o recebimento efetivo do(s) mesmo(s).

CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de até 12 meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de São José do Rio Claro não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos/máquinas referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PAGAMENTO

3.1. 18.1. Os pagamentos serão efetuados em parcela única, até 30 (trinta) dias corridos a partir da entrega dos bens e da Nota Fiscal, devidamente atestada em seu verso o recebimento dos veículos em quantidade e qualidade conforme Autorização de Fornecimento e especificações do Edital.

3.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE FORNECIMENTO

4.1. O prazo de entrega dos veículos são os especificados na descrição de cada item na cláusula primeira.

4.2. Os veículos deverão ser entregues na Sede da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro, localizada à Rua Paraíba, n° 355, Bairro Centro, Cidade de São José do Rio Claro / MT, que ocorrerá com acompanhamento do Servidor Responsável pelo recebimento designado pela Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente.

4.3. No recebimento dos produtos, ao servidor Responsável caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.4 Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Comissão não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de três (3) dias.

4.5.1. Os produtos não aceitos ficarão a disposição do fornecedor, que no prazo de três (3) dias contados da notificação da não aceitação deverá retirar os mesmos, sob pena de a partir do quarto dia pagar custas com estocagem/depósito.

4.6. A Secretaria terá o prazo máximo de três (3) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o Termo de

Recebimento Definitivo ou notificando a detentora da atapara substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da detentora da ata pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo forem verificados vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro:

5.1.1. Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os forem compatíveis com os preços de mercado, constatado mediante prévia e ampla pesquisa.

5.1.2. Negociar com a detentora de Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

5.1.3. Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicado as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

5.1.4. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, forma e prazos estabelecidos neste edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se a retenção dos tributos devidos, consoante a Legislação vigente;

5.1.5. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.7. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.8. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Sempre que notificada de o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer nos 2 (dois) dias úteis seguintes a notificação, para assinar o contrato e retirar a Nota de Empenho e respectivas Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a requisição, a empresa vencedora do certame obriga-se a;

5.2.2. Atender a ordem de Fornecimento do Município.

5.2.3. Entregar e descarregar os produtos/máquinas em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional.

5.2.4. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.2.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

5.2.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, uma vez que os empregados não manterão nenhum vínculo com o Município;

5.2.7. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou terceiros, por culpa ou dolo, não servindo com excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

5.2.8. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.9. Quando a contratada entregar os produtos/máquinas, antes do recebimento definitivo do produto, os mesmo deverão passar por inspeção, realizados por servidor autorizado do Município de São José do Rio Claro – MT.

5.2.10. Fornecer todos os dados necessários à fiscalização e controle de cumprimento do objeto contratado, sempre que solicitado pelo Município de São José do Rio Claro – MT.

5.2.11. O Município de São José do Rio Claro – MT reserva-se o direito de rejeitar qualquer produto que não atenda as exigências, cabendo à empresa a reposição, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução do fornecimento.

5.2.12. Após o recebimento de Autorização de fornecimento, a empresa vencedora do certame deverá entregar os veículos solicitados nos prazos estipulados, sob pena de incorrer nas sanções contratuais dispostas na ate de Registro de Preço.

5.2.13. O frete de demais despesas concernentes ao envio/entrega dos veículos será as expensas da licitante vencedora.

5.2.14.. Os veículos, conforme o caso terá o prazo de garantia estabelecido pelo fabricante, somente sendo afastada quando comprovado mau uso pelo utilizador;

5.2.15. Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA SEXTA
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da solicitação, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes do presente instrumento, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento
06.002.10.302.0018.1.026 - Aquisição de Veículo
4490.52.00.00.00 (168) - Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA OITAVA
DAS PENALIDADES

8.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata

às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais se destacam:

Advertência; sempre que forem observadas em regularidades de pequena monta para os quais tenha ocorrido;
Multa: A empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1,00% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 20% (vinte por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;
DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública.
Rescisão contratual em caso de descumprimento por mais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo ao enquadramento do respectivo licitante às demais penalidades.

8.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

8.3. Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 8.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

8.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA NONA
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os descontos registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

9.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos/máquinas, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

9.2. O preço poderá variar para cima ou para baixo conforme o valor de cada produto a ser fornecido tendo como base de o desequilíbrio econômico financeiro, caso seja aceito pela administração.

9.3. O Órgão Gerenciador poderá revisar os preços praticados nesta Ata, a qualquer tempo.

9.4. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

9.5. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

9.6. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

9.7. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
9.8. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

9.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

9.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

10.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

10.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

10.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela administração;

10.2.7. Sempre que ficar constatada que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigidas na licitação.

10.3. A comunicação de rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado por 2 (duas) vezes consecutiva, considerando-se cancelado o registro de preço a parti da última publicação.

10.4. A rescisão pela detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilidade de cumprir as exigências da ata.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registro deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas cabíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

10.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

10.5. A Administração, a seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, nos termos do disposto neste edital para, mediante a sua concordância assumirem o fornecimento do objeto da ata.

10.6. Aplicar-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. A aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo ordenador de despesa correspondente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, **mediante prévia e obrigatória pesquisa de mercado**, onde se verifique o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

11.2. As aquisições decorrentes desta serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem Fornecimento. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as clúsulas desta ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de Pregão Presencial nº. 029/2013, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital da PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2013 a proposta da empresa VILLE DE FRANCE VEÍCULOS, CNPJ: 07.539.157/0003-09 classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal n° 02/2010, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José do Rio claro/ MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

São José do Rio Claro – MT, 12 de julho de 2013.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Ville de France Veículos Ltda
Cnpj Nº 07.539.157/0003-09
Representante: Paulo Roberto Guedes
Cpf Nº 205.890.001-44

DR. ROGÉRIO ANTONIO DE LIMA
Oab/mt 7.303-a
Assessor Jurídico

Testemunhas:

Osni Rubens Puga Lopes
CPF nº 571.137.421-49

Tatiana Dockhorn
CPF nº 024.684.271-73

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:72CD722E

SECRETARIA DE FINANÇAS
AVISO DE PREGÃO Nº 034/2013

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000, fone (66)3386-1222, informa a todos os interessados que realizará **Contratação de Empresa para prestação de serviços de publicidade e divulgação de avisos, atividades, campanhas e programas do poder executivo, feitos por meio de Radiodifusão no Município de São José do Rio Claro-MT.**

Data de Abertura: às **08:00 hs,** do dia **20 de agosto de 2013**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 11:30 e das 13:30 às 15:30 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelos emails: licitacaosjrc@gmail.com ou licitacao@saojosedorioclaro.mt.gov.br.

São José do Rio Claro – MT, 07 de agosto de 2013.

OSNI RUBENS PUGA LOPES
Pregoeiro

Publicado por:
Israel Polizzatto Junior
Código Identificador:B6973865

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 328 DE 05 DE AGOSTO DE 2013

TORNA SEM EFEITO NOMEAÇÃO DE CANDIDATO:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - TORNAR sem efeito a nomeação do Senhor WELINGTON APARECIDO AIRES para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, nomeado pela PORTARIA Nº 303 DE 26 DE JULHO DE 2013, publicada no Diário Oficial do Município nº 1772 de 29 DE JULHO DE 2013, por não apresentar documentação para tomar posse.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA
PUBLICADA
CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 05 DE AGOSTO DE 2013

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:0574EBE5

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE RESULTADO DE PREGÃO 18/2013

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público com referencia o Pregão Presencial Registro de Preço **18/2013**, teve as empresas vencedoras: **WILHEN C. MORETTI & MORETTI LTDA - ME**, foi vencedora deste certame com o total de 65 (Sessenta e Cinco) itens, perfazendo o valor global de R$ 213.076,20 (Duzentos e Treze mil Setenta e Seis Reais e Vinte Centavos); e a Empresa **SANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA ME,** foi vencedora em 20 (Vinte) itens, perfazendo um valor total de R$ 63.134,20 (Sessenta e Três mil Cento e Trinta e Quatro Reais e Vinte Centavos); e a Empresa **P.S FABRE & CIA LTDA – ME**, foi vencedora em 9 (nove) itens, perfazendo um valor total de R$ 23.210,90 (Vinte e Três Mil Duzentos e Dez e Noventa centavos) . Objeto: Prestação de serviços mecânicos a serem executados em maquinários, ônibus e veículos de secretarias diversas .

CLAUDECIR ALVES FEITOSA,
Pregoeiro.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:6401C5D3

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE RESULTADO DE PREGÃO 21/2013

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público com referencia o Pregão Presencial Registro de Preço **21/2013**, teve as empresas vencedoras: **E.M PAINS MARTINS,** foi vencedora deste certame com o total de 11 (Onze) itens, perfazendo o valor global de R$ 344.330,00 (Trezentos e Quareta e Quatro Mil Trezentos e Trinta Reais); e a Empresa **FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA-ME,** foi vencedora em 5 (Cinco) itens, perfazendo um valor total de R$ 125.567,50 (Cento e Vinte e Cinco mil Quinhentos e Sessenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos); e a Empresa **JAMIS SILVA BOLANDIN**, foi vencedora em 4 (Quatro) itens, perfazendo um valor total de R$ 169.718,00 (Cento e Sessenta e Nove mil Setecentos e Dezoito Reais) . Objeto: eventual futura locação de cadeiras, mesas, tendas, banheiros, palcos e tablado. CLAUDECIR ALVES FEITOSA, Pregoeiro.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:D5A988BE

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE ABERTURA DE PP-RP 25/2013

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT, comunica as empresas que às **13:00 h**, do dia **20/08/2013,** realizará a licitação, Pregão Presencial Registro de Preço, nº**. 25/2013**, e receberá os envelopes de habilitação e de proposta de preço visando futura e eventual **"Aquisição de Tecidos, Aviamentos, Artigos e Tecidos Para Artesanato"**. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 08:00 as 11:00 horas das 13:00 as 17:00 horas,

CLAUDECIR ALVES FEITOSA,
Pregoeiro.

Publicado por:
Claudecir Alves Feitosa
Código Identificador:18A1CDCC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 153/2013

Exonera o Sr. Bruno Jivago Budny do cargo em comissão de Secretário Legislativo, referência CC-09.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar, em 01/08/2013, o Sr. Bruno Jivago Budny do cargo em comissão de Secretário Legislativo, referência CC-09.
Art. 2º Feitas as anotações, publique-se e afixe-se.
CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
ESTADO DE MATO GROSSO
Em, 01 de agosto de 2013

DALTON MARTINI
Presidente

Publicado por:
Bruno Jivago Budny
Código Identificador:8C74AA9C

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO Nº 004/2013

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que na licitação na modalidade Tomada de Preço 004/2013, destinada à CONTRATAÇÃO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RECAPEAMENTO DE PAVIMENTO DE ROTARORIAS COM CONCRETO BETUMINOSO À QUENTE (CBUQ), ROTATÓRIAS: P-16, P-18, P-6, P 25, P-21, P-26, ROTATÓRIA DA AVENIDA DOS TARUMÃS COM AVENIDA JACARANDÁS, ROTATÓRIA DA AV. DOS TARUMÃS COM AVENIDAS DAS SIBIPIRUNAS E ROTATÓRIA DA AV. DOS TARUMÃS COM AV, DAS ACACIAS**. EMPRESA HABILITADA: CONSTRUTORA CAMERA LTDA**, e detentora da melhor oferta, no valor de R$ 689.164,37 (seiscentos e oitenta e nove mil cento e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos), em razão da renuncia do prazo de recurso.
Sinop-MT, 07 de Agosto de 2013.

ADRIANO DOS SANTOS
Presidente da C. P. L.
Portaria nº 035/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:F6E32AE0

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2013
SRP 147/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2013 – SRP 147/2013. TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: **Aquisição de Baterias Elétricas Automotivas para atender às necessidades das Secretarias Municipais**. ABERTURA da SESSÃO: 21/08/2013 às 09:30horas (horário de Brasília-DF); LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial; ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.cidadecompras.com.br; www.prefeituravirtual.com.br
Informações: (66) 3517-5298/5263.
Sinop-MT, 07 de agosto de 2013.

MARCELLO PAVAN
Pregoeiro - Portaria 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:9D75CFC1

DEPTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2013
SRP 148/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop-MT torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2013 – SRP 148/2013. TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Radiografia e Tomografia Odontológicas para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**. ABERTURA da SESSÃO: 21/08/2013 às 15:30horas (horário de Brasília-DF); LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial; ÍNTEGRA do EDITAL: no endereço indicado ou por meio do site www.cidadecompras.com.br; www.prefeituravirtual.com.br Informações: (66) 3517-5298/5263. Sinop-MT, 07 de agosto de 2013.

VANUSA APARECIDA SERPA
Pregoeira - Portaria 372/2013

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:C193B8C2

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

DECRETO N° 123/2013

Publicado no Jornal Oficial AMM de 12/07/2013, Página: 174 – Edição nº. 1761.

Onde se lê:

DECRETO Nº. 123/2003
DATA: 08 de julho de 2013

SÚMULA: Regulamenta a alínea "b" do art. 252 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

Leia-se:

DECRETO Nº. 123/2013
DATA: 08 de julho de 2013

SÚMULA: Regulamenta a alínea "b" do art. 252 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências.

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:D6E9C57E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 756/2013

DATA: 05 de agosto de 2013

SÚMULA: Designa à servidora que menciona, à responsabilidade pelos arquivos tempestivos do APLIC referente ao Departamento de Licitação.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda os termos da Recomendação nº. 002/2013 da Unidade de Controle Interno, em obediência ao preconizado na Resolução Normativa nº. 033/2012 do Tribunal de Contas – TCE/MT, em especial em seu art. 9º;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar à servidora abaixo relacionada, à responsabilidade pelos arquivos tempestivos do APLIC referente ao Departamento de Licitação, conforme segue:

NOME	MATRÍCULA
KLYSSIA PEREIRA ALVARENGA	9305

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de agosto de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:1D65A16F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 757/2013

DATA: 05 de agosto de 2013

SÚMULA: Nomeia, no quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, a servidora que menciona:

NOME	CARGO	CC	ADMISSÃO
MARIA DO SOCORRO PEREIRA CRUZ	SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO	16	02.08.2013

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicidade, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 05 de agosto de 2013.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Nicoli
Código Identificador:B256A1B1

SAAES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2013 DO PP 022/2013-ELETRODOMÉSTICO E ELETROELETRONICO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2013
O SAAES – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop - Ata de Registro de Preços. PREGÃO PRESENCIAL n.º 022/2013 – SRP n.º 017/2013. VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos sendo: ar condicionado e instalação, climatizador, refrigerador e televisor, para adequações dos espaços internos do SAAES - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop/MT. EMPRESA DETENTORA: Ata n.º 021/2013 – GAZIN IND. E COM. DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA., inscrita no CNPJ: 77.941.490/0060-05. O teor do documento e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone/fax: 66-3517-1180 ou e-mail: sae@sinop.mt.gov.br. Sinop/MT. 06/08/2013.

RUBIANE MIOTO GREGUER
Pregoeira

Publicado por:
Edna Maciel Escobar
Código Identificador:B2DBCD6B

SAAES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2013 DO PP 022/2013-ELETRODOMÉSTICO E ELETROELETRONICO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2013
O SAAES – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop - Ata de Registro de Preços. PREGÃO PRESENCIAL n.º 022/2013 – SRP n.º 017/2013. VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de aparelhos eletroeletrônicos e eletrodomésticos sendo: ar condicionado e instalação, climatizador, refrigerador e televisor, para adequações dos espaços internos do SAAES - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop/MT. EMPRESA DETENTORA: Ata n.º 022/2013 – AKDD ELETRÔNICOS E PAPELARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME., inscrita no CNPJ: 13.472.885/0001-73. O teor do documento e maiores esclarecimentos poderão ser obtidos através do telefone/fax: 66-3517-1180 ou e-mail: sae@sinop.mt.gov.br. Sinop/MT. 06/08/2013.

RUBIANE MIOTO GREGUER
Pregoeira

Publicado por:
Edna Maciel Escobar
Código Identificador:40F47C3D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS - CONTRATO: N.º 089/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: DENTAL CENTRO OESTE LTDA.
DATA: 01/07/2013 – VIGENTE ATÉ 31/12/2013
VALOR TOTAL: R$ 554.443,00
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 024/2013 – PREGÃO PRESENCIAL N° 009/2013 DO MUNICÍPIO DE NOBRES – MT, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:E2224458

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO: N.º 090/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: LANI TURISMO LTDA ME.
DATA: 03/07/2013 – VIGENTE ATÉ 30/08/2013
VALOR TOTAL: R$ 52.739,40
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DO MUNICÍPIO DE SORRISO PARA PARTICIPAREM DE COMPETIÇÕES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E INTERESTADUAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:7BC577CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO: N.º 091/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: LANI TURISMO LTDA ME.
DATA: 17/07/2013 – VIGENTE ATÉ 30/08/2013
VALOR TOTAL: R$ 8.369,40
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DO MUNICÍPIO DE SORRISO PARA PARTICIPAREM DE COMPETIÇÕES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E INTERESTADUAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:144E682A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO: N.º 092/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: VIPISEG SEGURANÇA ELETRONICA E VIGILANCIA LTDA ME.
DATA: 19/07/2013 – VIGENTE ATÉ 31/12/2013
VALOR TOTAL: R$ 38.475,00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA 24 HORAS A SER EXECUTADA NAS INSTALAÇÕES DAS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO/MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:D089A735

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO: N.º 093/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: A. FERNANDES DA SILVA SERVIÇOS..
DATA: 19/07/2013 – VIGENTE ATÉ 31/12/2013
VALOR TOTAL: R$ 191.359,64
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE, CONFORME EDITAL E ANEXOS DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2013.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:BA612724

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO: N.º 095/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: S. F. SEVERO EPP.
DATA: 22/07/2013 – VIGENTE ATÉ 21/07/2014
VALOR TOTAL: R$ 900.000,00
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇO PUBLICITÁRIO DE CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:AD48FE9A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE ADITIVOS DE CONTRATOS - ADITIVO AO CONTRATO Nº 066/2012 – ACRESCIMO DE CLAUSULAS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S/A.
DATA: 15/07/2013
OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 066/2012, DE AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES INTERATIVOS, ATRAVES DE ADESÃO DO PREGÃO ELETRONICO N.º072/2011-B/FNDE/MEC, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SORRISO/MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:6F68FED0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO AO CONTRATO: N.º 072/2013 – SUPRESSÃO DE VALORES

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: COOPERVISO – COOPERATIVA DOS VIGILANTES DE SORRISO
DATA: 16/07/2013
SUPRESSÃO DO VALOR: R$ 64.000,00
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA DESARMADA DIURNA E NOTURNA, A SEREM EXECUTADAS NAS INSTALAÇÕES DAS UNIDADES DS PREFEITURA MUNICIPAL.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:E91CC613

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO AO CONTRATO: N.º 054/2012 - PRAZO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: ELETRO E METALURGICA ROVARIS LTDA ME
DATA: 17/07/2013
ADITIVO DE PRAZO ATÉ 18/10/2013
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO NOMINAL DE 13.8 KV PRIMÁRIO E 220/127 V SECUNDÁRIO NA RUA EUCLIDES DA CUNHA E OUTRAS, NO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:75094BC8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2012 – VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: L. H. C. CONSTRUTORA LTDA.
DATA: 30/07/2013
VALOR TOTAL: R$ 17.396,41
OBJETO: OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES E CULTURA NO MUNICIPIO DE SORRISO PAC2 – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:C0453511

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO AO CONTRATO: N.º 028/2013 – VIGENCIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: COOPERATIVA DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DE SORRISO.
DATA: 15/07/2013
VIGENCIA DO CONTRATATO É DE 04/04/2013 ATÉ 21/08/2013
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:86C02A6A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - 038/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SMALL – DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DO PETRÓLEO LTDA.
DATA: 02/07/2013
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA ATENDER AOS ÔNIBUS QUE EFETUAM O TRANSPORTE ESCOLAR.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:C8B91D7C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 103/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: K DELICIA PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA ME.
DATA: 23/07/2013
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E OUTROS PARA ATENDER AOS EVENTOS, PALESTRAS, TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES, ENCONTROS, SEMINÁRIOS PROMOVIDOS PELA ADMINSITRAÇÃO MUNICIPAL, BEM COMO PARA ATENDER SERVIDORES DAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUANDO NO DESEMPENHO DO TRABALHO FORA DO PERIMETRO URBANO OU DE PLANTÃO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:8F26169F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 103/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: K DELICIA PANIFICADORA E CONFEITARIA LTDA ME..
DATA: 04/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 03/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 210.760,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E OUTROS, PARA ATENDER AOS EVENTOS, PALESTRAS, TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES, ENCONTROS, SEMINÁRIOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BEM COMO PARA ATENDER SERVIDORES DAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUANDO NO DESEMPENHO DO TRABALHO FORA DO PERÍMETRO URBANO OU DE PLANTÃO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:6C2552F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 104/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: PAULO CESAR MINOSSO ME..
DATA: 04/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 03/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 107.463,40
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E OUTROS, PARA ATENDER AOS EVENTOS, PALESTRAS, TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES, ENCONTROS, SEMINÁRIOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BEM COMO PARA ATENDER SERVIDORES DAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUANDO NO DESEMPENHO DO TRABALHO FORA DO PERÍMETRO URBANO OU DE PLANTÃO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:44566E7B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 105/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: RESTAURANTE TRAMONTINA GRIL LTDA ME.
DATA: 04/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 03/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 122.300,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E OUTROS, PARA ATENDER AOS EVENTOS, PALESTRAS, TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES, ENCONTROS, SEMINÁRIOS PROMOVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL BEM COMO PARA ATENDER SERVIDORES DAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS QUANDO NO DESEMPENHO DO TRABALHO FORA DO PERÍMETRO URBANO OU DE PLANTÃO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:FF4622A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 106/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: ALESSANDRO DO NASCIMENTO ME.
DATA: 05/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 04/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 19.280,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, LENÇÓIS E FRONHAS DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:3079F489

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 107/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME.
DATA: 05/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 04/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 35.213,40
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, LENÇÓIS E FRONHAS DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:ACEA9872

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 108/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME.
DATA: 05/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 04/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 11.092,50
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, LENÇÓIS E FRONHAS DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:ADBDFB16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 109/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: VIVAZ VIAGENS E TURISMO LTDA ME.
DATA: 09/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 08/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 980.000,00 SENDO QUE SERÁ POR PERCENTUAL DE DESCONTO – "PASSAGENS TERRESTRES 5% (CINCO POR CENTO), E PASSAGENS ÁREAS 6% (SEIS POR CENTO)
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:1A272EB3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 110/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SHAULLIN TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA.
DATA: 10/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 11/03/2014.
VALOR TOTAL: R$ 502.500,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 PARA ATENDER AOS ÔNIBUS QUE EFETUAM O TRANSPORTE ESCOLAR.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:B13FC9FE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 111/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: CARDIOIMAGEM – EXAMES CARDIOLOGICOS LTDA.
DATA: 15/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 14/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 65.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA OS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:825CFE91

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 112/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SORRIMED MEDICINA OCUPACIONAL DE SORRISO LTDA.
DATA: 15/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 14/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 242.690,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EXAMES ESPECIALIZADOS PARA OS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:07F4D301

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 113/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: ESPORTES LUCIANO LTDA ME.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 83.047,60
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLINHAS DE ATLETISMO, FUTEBOL, HANDEBOL E VOLEIBOL, PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZAR EM SUAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SORRISO (CEMEIS).

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:A187AF5D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 114/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: HELIO LUIS DA SILVA ME.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 4.509,09
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLINHAS DE ATLETISMO, FUTEBOL, HANDEBOL E VOLEIBOL, PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZAR EM SUAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SORRISO (CEMEIS).

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:0FB4D4E1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 115/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 155.509,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLINHAS DE ATLETISMO, FUTEBOL, HANDEBOL E VOLEIBOL, PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZAR EM SUAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SORRISO (CEMEIS).

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:987FCE55

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 116/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: MULTIMARCAS COMERCIAL LTDA.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 80.120,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLINHAS DE ATLETISMO, FUTEBOL, HANDEBOL E VOLEIBOL, PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZAR EM SUAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SORRISO (CEMEIS).

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:021D0FA3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 117/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: PALPELARIA PANTANAL LTDA.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 53.297,68
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLINHAS DE ATLETISMO, FUTEBOL, HANDEBOL E VOLEIBOL, PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZAR EM SUAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SORRISO (CEMEIS).

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:4668929E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 118/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: VITORIA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 3.680,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA AS ESCOLINHAS DE ATLETISMO, FUTEBOL, HANDEBOL E VOLEIBOL, PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA UTILIZAR EM SUAS AULAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PARA OS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SORRISO (CEMEIS).

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:FB51D237

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 119/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: CRISTIANE ELOISA DE ABREU MARCHIORO ME.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 155.260,53
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A ESTRUTURA DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:E775188C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 120/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 27.244,92
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A ESTRUTURA DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:42856D19

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 121/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: MULTIMARCAS COMERCIAL LTDA.
DATA: 17/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 16/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 44.987,42
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A ESTRUTURA DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:C26197BC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 122/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: N. C. AUTO POSTO LTDA.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 208.035,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:5D3BBC2D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 123/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: BRESSAN LAMONATTO & CIA LTDA
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 241.100,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, CONTÊINER,

CAMIONETA, VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TRITURADOR/PICADOR DE GALHOS, PRENSA ENFARDADEIRA, EQUIPAMENTO EQUIPADO, TANQUE SOBRE CHASSIS RODOVIÁRIO E CHASSIS DE CAMINHÃO DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:D7EE5D44

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 124/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: DINÂMICA FABRICA DE RESERVATÓRIOS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 65.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, CONTÊINER, CAMIONETA, VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TRITURADOR/PICADOR DE GALHOS, PRENSA ENFARDADEIRA, EQUIPAMENTO EQUIPADO, TANQUE SOBRE CHASSIS RODOVIÁRIO E CHASSIS DE CAMINHÃO DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:3C141B85

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 125/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: ELLOTRUCKS COMERCIO DE VEICULOS LTDA.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 412.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, CONTÊINER, CAMIONETA, VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TRITURADOR/PICADOR DE GALHOS, PRENSA ENFARDADEIRA, EQUIPAMENTO EQUIPADO, TANQUE SOBRE CHASSIS RODOVIÁRIO E CHASSIS DE CAMINHÃO DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:A4BADDB7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 126/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: KCINCO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 150.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, CONTÊINER, CAMIONETA, VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TRITURADOR/PICADOR DE GALHOS, PRENSA ENFARDADEIRA, EQUIPAMENTO EQUIPADO, TANQUE SOBRE CHASSIS RODOVIÁRIO E CHASSIS DE CAMINHÃO DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:C508DAE6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 127/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: REFORPLASTICA LTDA ME.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 14.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, CONTÊINER, CAMIONETA, VEÍCULOS UTILITÁRIOS, TRITURADOR/PICADOR DE GALHOS, PRENSA ENFARDADEIRA, EQUIPAMENTO EQUIPADO, TANQUE SOBRE CHASSIS RODOVIÁRIO E CHASSIS DE CAMINHÃO DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:3FCF7247

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 128/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: EMAM EMOLUSÕES E TRANSPORTES LTDA.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 388.080,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS E AVENIDAS DO JARDIM CALIFÓRNIA DO MUNICÍPIO DE SORRISO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:7F43552F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 129/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: KASA FORT MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
DATA: 18/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 17/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 300.100,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SER UTILIZADO NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS E AVENIDAS DO JARDIM CALIFÓRNIA DO MUNICÍPIO DE SORRISO.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:1DF29B77

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 130/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: INJEX INDUSTRIA CIRURGICAS LTDA.
DATA: 22/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 21/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 381,336,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:BFBAE59C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 131/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO HOSPITALAR LTDA EPP.
DATA: 22/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 21/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 194,135,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:E3405076

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 132/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: DENTAL CENTRO OESTE LTDA.
DATA: 22/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 21/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 381.625,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:A66E0513

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 133/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA.
DATA: 22/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 21/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 18.403,00.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:08FF32A4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 134/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA**.**
DATA: 22/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 21/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 119.413,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:EAA9D6C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 135/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: UNI-FARMA CENTRO OESTE GESTÃO E COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA .
DATA: 22/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 21/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 72.495,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CORRELATOS PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:0BC1F98B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 136/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: A. W. ALVES BENTO ME.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 313.066,20
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:C7B1D80E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 137/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: ALINE FÁTIMA MARIGA.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 117.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:B6E54EB2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 138/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: GILSON PEDRO PELICIONI EPP.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 230.306,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:291130AB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 139/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: J. PONCIANO COMÉRCIO DE CARNES ME**.**
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 881.235,50
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:D783221A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 140/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: NUTRY NATURE COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 84.392,25
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:08C38D30

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 141/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: PANIFICADORA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA**.**
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 362.310,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:EA13FC1A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 142/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: PAULO CARRILHO ROMERO.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 263.585,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:7C2F84ED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 143/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SANGALETTI, SANGALETTI & CIA LTDA.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 152.497,25
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:D885B31C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 144/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SORRISO SUPERMERCADOS LTDA.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 683.212,25
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:EB3D4516

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 145/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SUPERMERCADO IRMÃOS MALDANER LTDA.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 536,305,55
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:F782E4CC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 146/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: CLARICE DE FÁTIMA BASSO ZANELLA ME.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 70.946,30
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANÇA, CEMEIS ESPAÇO CRIANÇA E PROJETO MAIS EDUCAÇÃO, LOCALIZADOS NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:6B67E74E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 147/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: SUPERMERCADO IRMÃOS MALDANER LTDA.
DATA: 25/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 31/12/2014.
VALOR TOTAL: R$ 176.979,50
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANÇA, CEMEIS ESPAÇO CRIANÇA E PROJETO MAIS EDUCAÇÃO, LOCALIZADOS NO DISTRITO DE BOA ESPERANÇA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:201A9CE1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 148/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: CRISTIANE ELOISA DE ABREU MARCHIORO ME.
DATA: 29/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 28/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 6.954,53
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:19DED751

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 149/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: FABIO MENEZES E SILVA ME.
DATA: 29/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 28/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 150.589,61
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:73B5CB2F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 150/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: MILLENIUM PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA LTDA.
DATA: 29/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 28/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 120.127,73
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:DBCB9B17

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 151/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: PALPELARIA PANTANAL LTDA.
DATA: 29/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 28/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 349.244,23
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA DE SORRISO – MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:C0DE4D92

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 152/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: HIDRAULICA SORRISO MECANICA DIESEL LTDA.
DATA: 31/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 30/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 30.244,50
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DE LINHA PESADA E SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:2FC404A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 153/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: ZANELLA SCHERER & CIA LTDA ME.
DATA: 31/07/2013 - VIGENTE ATÉ: 30/07/2014.
VALOR TOTAL: R$ 108.000,00
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DE LINHA PESADA E SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:B90D0561

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE PARCEIRA N.º 002/2013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

ORGÃO PARCEIRO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
OSCIP PARCEIRA: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO CENTRO OESTE – ADESCO – RESPONSÁVEL DONIZETE DA SILVA.
DATA: 01/07/2013 – VIGENCIA: 31/12/2016
VALOR ESTIMADO DO ANO DE 2013: CONFORME ESTABELECIDO EM CADA PLANO DE TRABALHO.
OBJETO: FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO POR MEIO DE TERMO DE PARCERIA VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, EVENTOS, CONSULTORIAS, COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSESSORIA SEGUINDO AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 3.100 DE 30 DE JUNHO DE 1999, (CONFORME PLANO DE TRABALHO A SER APRESENTADO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO/MT.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:11B2629C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE PARCEIRA N.º 003/2013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO CENTRO OESTE – ADESCO
DATA: 10/07/2013 – VIGENCIA: 31/12/2016
OBJETO: FORMAÇÃO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO POR MEIO DE TERMO DE PARCERIA VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, EVENTOS, CONSULTORIAS, COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSESSORIA SEGUINDO AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº 3.100 DE 30 DE JUNHO DE 1999, NA ÁREA DA SAÚDE PÚBLICA (CONFORME PLANO DE TRABALHO A SER APRESENTADO) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO/MT.

SORRISO - MT, 07 DE AGOSTO DE 2.013.

PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE

MARILENE FELICITÁ SAVI
Sec. Municipal de Administração

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:9F7F188D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 074/2010

ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO N.º 074/2010, REVOGANDO A CLÁUSULA TERCEIRA DO PRIMEIRO ADITIVO SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA RESPONSABILIDAE TÉCNICA, ONDE A CONCESSIONÁRIA TEM O PRAZO DE 15 DIAS PARA NOTIFICAR A CONCEDENTE A SUBSTITUIÇÃO E APRESENTAR OS DOCUMENTOS.
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONCESSIONÁRIA: AGUAS DE SORRISO LTDA.
DATA: 09/07/2013
OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:7BEA744C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2013

Pelo presente termo de Retificação de edital do **Pregão Presencial de nº. 091/2013**, a Administração Pública atendendo aos princípios que norteiam a gestão pública, em face de modificações extremamente necessárias resolve **RETIFICAR o Edital**: Acrescentando no Item 08 – DA HABILITAÇÃO, SUB-ITEM IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PESSOA JURÍDICA a Letra "i", com a seguinte redação: i) **Atestado de Visita** emitido pelo Secretário da pasta Competente (modelo anexo XIII do edital, disponível no site: www.sorriso.mt.gov.br) / i.1) A visita técnica deverá ser realizada no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes da data do Recebimento dos Envelopes. i.2) A visita deverá ser agendada junto a secretaria competente." **Mantém-se a data de abertura do certame para o dia 26 de agosto de 2013, às 08:00 horas (Fuso Horário de Sorriso – MT).**

DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON
Pregoeira Oficial do Município.

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:03CF6AEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 356, DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

Exonera, do cargo comissionado o servidor que menciona, e dá outras providências.

DILCEU ROSSATO, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar do cargo comissionado o seguinte servidor:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
4512	Deivide Felisberto Stumm	Chefe de Seção	01.08.2013

Art. 2º Feitas às anotações publique-se e afixe-se.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:7C3AD734

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 357, DE 06 DE AGOSTO DE 2013.

Nomeia para o cargo comissionado o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo comissionado o seguinte servidor:

MAT.	NOME	CARGO	DATA
5072	Renato Melo dos Santos	Monitor de Programas	01.08.2013

Art. 2º Feitas às anotações publique-se e afixe-se.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:99FDC7FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 358, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Altera o cargo do servidor comissionado que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o cargo do servidor comissionado Dilmar Leitão da Fonseca, matrícula nº 4924, de Monitor de Programas para Chefe de Seção, a partir de 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:D880F499

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 359, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Nomeia para o cargo comissionado o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo comissionado o seguinte servidor:

MAT.	NOME	CARGO	DATA
5071	José Roberto Rodrigues dos Santos	Monitor de Programas	01.08.2013

Art. 2º Feitas às anotações publique-se e afixe-se.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:75469925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 360, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Nomeia para o cargo comissionado o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo comissionado o seguinte servidor:

MAT.	NOME	CARGO	DATA
5070	Rodrigo Domingos Uriarte	Monitor de Programas	01.08.2013

Art. 2º Feitas às anotações publique-se e afixe-se.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:EB047D26

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 361, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Exonera, a pedido, o servidor efetivo que menciona e dá outras providências.

DILCEU ROSSATO, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor efetivo que menciona:

MATRÍCULA	NOME	CARGO	DATA
132	Vilmar da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	01.08.2013

Art. 2º Feitas às anotações publique-se e afixe-se.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:D3615D68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 362, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Torna pública a entrada em exercício, no quadro efetivo, o servidor que menciona e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro efetivo o servidor que menciona:

MAT.	NOME	CARGO	DATA
5069	Vilmar da Silva	Motorista	02.08.2013

Art. 2º Feitas às anotações publique-se e afixe-se.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:C7AA990F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 29 DE JULHO DE 2013

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N° 108, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2009, QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO DA CIDADE DE SORRISO - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica alterada a alínea "d" do inciso II, do art. 29 da Lei Complementar n° 108/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29- .....

II - .....

d) Comércio varejista de GLP (gás liquefeito de petróleo) com armazenamento entre 520 Kg (quinhentos e vinte quilos) e 1.560 Kg (mil quinhentos e sessenta quilos) de GLP".

Art. 2° Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar n° 160/2012.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:50EBD43F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 121, DE 06 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre a reestruturação, administração, gerenciamento e atribuição do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM e dá outras providências.

Dilceu Rossato Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 46 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica reestruturado o Gabinete de Gestão Integrada Municipal, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será norteado pelos princípios da ação integrada, da interdisciplinaridade e da pluriagencialidade, visando à definição coletiva das prioridades de ação.

Art. 3º Compete ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal:

I – Promover a articulação conjunta das diversas estratégias de prevenção da violência, reforçando as potencialidades na obtenção dos melhores resultados;
II – Analisar as informações coletadas e armazenadas pelas instituições de Segurança Pública, assim como, receber e analisar as demandas provenientes do Conselho Municipal de Segurança;
III – Discutir conjuntamente os problemas, o intercâmbio de informações, a definição de prioridades de ação e a articulação dos programas de prevenção da violência no âmbito municipal;
IV – Promover a integração sinérgica na efetiva prática dinâmica e regular de cooperação das relações e ações dos múltiplos órgãos das diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal) no município.

Art. 4º O Gabinete de Gestão Integrada Municipal disporá de uma Coordenação, composta pelos seguintes membros:

I – Coordenador-Geral;
II – Coordenador-Executivo;
III – Assessor de Coordenação.

Parágrafo único – Caberá ao Prefeito o cargo de Coordenador-Geral, bem como nomear os demais membros da Coordenação do Gabinete Integrado.

Art. 5º O Gabinete de Gestão Integrada Municipal será composto pelos seguintes membros titulares e seus suplentes:

a. Prefeito Municipal
b. Secretário Municipal de Governo;
c. Delegado Titular da Delegacia de Polícia Civil;
d. Comandante do Batalhão da Polícia Militar;
e. Comandante da 10ª Companhia Independente de Bombeiro Militar;
f. Presidente do Conselho Municipal de Segurança;
g. Inspetor Titular da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal;
h. Juiz Titular da Vara Criminal;
i. Promotor Criminal;
j. Representante da Defensoria Pública;
k. Representante da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil);
L. Representante da Câmara Municipal de Sorriso.

Art. 6º As funções dos membros do Gabinete de Gestão Integrada Municipal não serão remuneradas a qualquer título, sendo, porém, consideradas serviço público relevante.

Art. 7º O Gabinete de Gestão Integrada Municipal vincula-se na estrutura do Gabinete do Prefeito, para fins de suporte administrativo operacional e financeiro.

Art. 8º Para cumprir suas finalidades, o Gabinete de Gestão Integrada Municipal tem competência para:

I – Requisitar dos órgãos públicos municipais locais certidões, atestados, informações e cópias de documentos, desde que justificada a necessidade;
II – Solicitar aos demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais os elementos referidos no inciso anterior;
III – Convocar os secretários municipais para participar de suas reuniões, sempre que na pauta constar assunto relacionado com atribuição de suas pastas.

Art. 9º O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será disciplinado por Regimento Interno a ser aprovado por seus membros e publicado mediante decreto do Executivo Municipal.

Art.10 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 06 de agosto de 2013.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:655D8B6A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/ADM/2013

CONTRATO Nº 089/ADM/2013	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / COMPACTA SERVICE LTDA – ME**/ OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, CAPINA (MANUAL) E RASPAGEM/ **DATA DE ASSINATURA: 01/08/2013/ R$: 88.940,00**

Publicado por:
Caroline Fernando Ribeiro
Código Identificador:9572AF6C

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 015/2013 P S 002/2013
CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 015/2013
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2013

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Prof. Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para convocar os candidatos aprovados no Processo seletivo n°. 002/2013, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº. 002/2013:
I – Para que compareçam no Departamento de Pessoal, situado na Rua Antônio Hortolani, nº. 62 N, centro, nos dias **08/08/2013 e 09/08/2013**, **das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas.**

877 -ATENDENTE DE AGENCIA POSTAL - PROGRESSO				
Nº.	**Nº. INSC.**	**NOME**	**TOTAL**	**RESULTADO**
3	84	RICHARD GUILHERME DE SOUZA GONÇALVES	80,00	CLASSIFICADO

II - Munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:
a) Comprovante de Escolaridade;
b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**
c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
e) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);
f) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
g) Comprovante de residência;
h) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;
i) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;
j) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
k) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
l) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
m) CPF dos filhos maiores de 14 anos;
n) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);
o) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
p) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2012);
q) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);
r) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função.

Art. 2° - Prazo de Apresentação
O prazo de apresentação é no Maximo de 02 (dois) dias úteis conforme o inciso I deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida à ordem de classificação. Sendo considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 3° - Será desclassificado o candidato que:
a) – não comparecer na data estipulada;
b) – não apresentar a documentação exigida do artigo 1º;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 07 de Agosto de 2013.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

ME. JOSÉ PEREIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:AA81EB41

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EDITAL COMPLEMENTAR 058/2013 P S 003/2012
CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 058/2013
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 003/2012

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para convocar os candidatos aprovados do Processo Seletivo n°. 003/2012, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 376-E Centro, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 08/08 às 7h30:

CARGO: 578-ADI-AUX. DESEN. INFANTIL-LEI 126/07						
N°.	**INSC. N°.**	**NOME**	**PROVA DE TÍTULOS**	**PROVA OBJETIVA**	**TOTAL**	**RESULTADO**
77	197399	ROSANGELA MORAIS DE FREITAS	25,00	17,50	42,50	CLASSIFICADO
78	196590	RODRIGO LEMES	12,25	30,00	42,25	CLASSIFICADO
79	195021	ADINISIA EDITE DA CONCEIÇÃO SILVA	17,00	25,00	42,00	CLASSIFICADO

CARGO: 660-PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - ZONA URBANA						
N°.	**INSC. N°.**	**NOME**	**PROVA DE TÍTULOS**	**PROVA OBJETIVA**	**TOTAL**	**RESULTADO**
73	197441	NILZETE LMEIDA DE ARAUJO	36,00	27,50	63,50	CLASSIFICADO
74	197382	JULIANE APARECIDA AMARO DA SILVA	36,00	27,50	63,50	CLASSIFICADO

CARGO: 863-PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL - BRAILLE E LIBRAS						
N°.	**INSC. N°.**	**NOME**	**PROVA DE TÍTULOS**	**PROVA OBJETIVA**	**TOTAL**	**RESULTADO**
3	197542	PAULINA MARIA LEAL FERREIRA	38,00	35,00	73,00	CLASSIFICADO
4	198174	IVONETE JULIA DE ANDRADE	38,00	32,50	70,50	CLASSIFICADO
5	197396	JAIANA DE LIMA LACERDA	34,00	30,00	64,00	CLASSIFICADO
6	196909	CLAUDIA REGINA DELARCOS DE OLIVEIRA	30,00	25,00	55,00	CLASSIFICADO

2. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Gestão de Pessoas situado à Avenida Brasil nº 376-E - Centro, nos dias 09/08/2013 e 12/08/2013 das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:
Comprovante de Escolaridade;
Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho;
Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);
Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);
Comprovante de residência;
Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Cartão do PIS/PASEP;
Declaração de não acúmulo de cargo público;
Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);
Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);
Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;
CPF dos filhos maiores de 14 anos;
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);
Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;
Declaração de Imposto de Renda (ano base 2011);
Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);
Declaração de bens;
Declaração de parentesco conforme emenda a Lei Orgânica nº 068/2012;
Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;
Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar;
Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura que o candidato não foi penalizado pela prática de qualquer ato de inexecução contratual com o município, no ano letivo de 2012, conforme previsto no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 007/2011.
3. O prazo de apresentação segue o item 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

4. Será desclassificado o candidato que:
a) – não comparecer na data estipulada;
b) – não apresentar a documentação exigida no item 2. do presente Edital;
c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 07 de Agosto de 2013.

PROF. FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA
Prefeito Municipal

JOSÉ PEREIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

JOSÉ JUNIOR PIMENTA DE SOUSA
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Andrea Cristina Trentini
Código Identificador:CE8A685F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
INSTRUÇÃO NORMATIVA SMF Nº 001, DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre regras relativas à Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a instituição da Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras – DES-IF pelo Decreto n. 244/2013, e tendo em vista que o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, Versão 2.2 de Março/2012, prevê a possibilidade dos Municípios adequarem determinados módulos conforme suas necessidades, RESOLVE:

Art. 1º Determinar os procedimentos obrigatórios elencados no Anexo Único, segundo o Modelo Conceitual definido pela Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais – ABRASF, Versão 2.2 de Março/2012.

Art. 2º As instituições Financeiras obrigadas à declaração da DES-IF, devem obedecer tais configurações, sob pena de ser considerado não enviado o arquivo, e aplicação das multas dispostas na legislação.

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assinatura no Original
Valnicéia Maria Picoli Barbosa
Secretária Municipal de Fazenda

ANEXO ÚNICO

Módulo de informações comuns ao município

Registro	Descrição	Obrigatório
0000	Identificação da declaração	**SIM**
0100	Plano geral de contas comentado	**SIM**
0200	Tabela de tarifas de serviços da IF	**SIM**
0300	Tabela de identificação de serviços de remuneração variável	**SIM**

Módulo Demonstrativo Contábil

Registro	Descrição	Obrigatório
0000	Identificação da declaração	**SIM**
0400	Identificação da dependência	**SIM**
0410	Balancete analítico mensal	**SIM**
0420	Demonstrativo do rateio do resultado interno	**SIM**

Módulo de apuração mensal do ISSQN

Registro	Descrição	Obrigatório
0000	Identificação da declaração	**SIM**
0400	Identificação da dependência	**SIM**
0430	Demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN mensal devido por subtitulo	**SIM**
0440	Demonstrativo do ISSQN mensal a recolher	**SIM**

Módulo demonstrativo das partidas contábeis

Registro	Descrição	Obrigatório
1000	Demonstrativo das partidas dos lançamentos contábeis	**SIM**

Tipos de consolidações aceitos pela Prefeitura

Tipo	Descrição	Aceito
4	Dependência, alíquota e código de tributação DES-IF	**SIM**

Tipos de arredondamento aceitos pela Prefeitura

Tipo	Descrição	Aceito
1	Arredondado	**SIM**

Grupos de contas aceitos no registro 0100 – Plano Geral de Contas Comentado (PGCC)

Grupo	Descrição	Aceito
7	Receitas	**SIM**

Publicado por:
Marcos Roberto da Silva
Código Identificador:5602430C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 087.2013/SMAPF/PMT

PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2013 – REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Tapurah, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, **para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza para atender as necessidades das Secretarias municipais de Tapurah.** A sessão será realizada às **08h00min do dia 21 de agosto de 2013**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.
O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.tapurah.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3547 3601.

Tapurah – MT, 07 de agosto de 2013.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:6C48B4BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 089.2013/SMAPF/PMT

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2013 – REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Tapurah, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, **para futura e eventual aquisição de materiais para uso na manutenção da infraestrutura do Município de Tapurah.** A sessão será realizada às **09h00min do dia 20 de agosto de 2013**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.
O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.tapurah.mt.gov.br, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo fone (66) 3547 3601.
Tapurah – MT, 07 de agosto de 2013

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:14B4E60C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 090.2013/SMAPF/PMT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2013 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tapurah, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, **para futura e eventual aquisição de equipamentos, materiais e rouparia de uso hospitalar**, observado as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos.
A sessão será realizada às **08h00min do dia 23 de agosto de 2013**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.
O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Departamento de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço *www.tapurah.mt.gov.br*, ou solicitar ao Departamento de Licitações pelo telefone (66) 3547-3600 ou pelo e-mail *licitacao@tapurah.mt.gov.br*.

Tapurah – MT, 07 de agosto de 2013.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:CE23CFEB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 95.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 095/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: MARCOS ANTONIO SILVA VASCONCELOS
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL NORBERTO SCHWANTES, SITUADO NA 9ª AGROVILA, ZONA RURAL DE TERRA NOVA DO NORTE/MT
VALOR: R$ 8.000,00
VIGÊNCIA: 02/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:ABF70402

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 96.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 096/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: VALDECIR JOSÉ DA SILVA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO E REPARO EM MÁQUINAS PESADAS
VALOR: R$ 26.400,00
VIGÊNCIA: 09/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:5123E887

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 97.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 097/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: GELSON ANTONIO MORAIS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE MECÂNICOS PARA MANUTENÇÃO E REPARO EM VEÍCULOS LEVES
VALOR: R$ 31.168,00
VIGÊNCIA: 09/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:E2CA9A7A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 98.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 098/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: ADELAR MARCANTE - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MADEIRA DURA SERRADA DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA MANUTENÇÃO DE PONTE E PONTILHÕES PARA A SECRETARIA DE OBRAS E CAIBROS E VIGAS DE MADEIRA PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS PRÉDIOS MUNICIPAIS
VALOR: R$ 293.210,00
VIGÊNCIA: 09/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:FEF8DD4A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 99.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: K. S. UMANN - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER
VALOR: R$ 82.139,00
VIGÊNCIA: 19/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:BEB05D87

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 100.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: MACHADO & SILVA LTDA - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
VALOR: R$ 116.774,80
VIGÊNCIA: 19/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:D38D0F71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 101.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: OSVALDO DE SOUZA - COMERCIO - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
VALOR: R$ 67.337,50
VIGÊNCIA: 19/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:19B43DB4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 102.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: VIVIANE REGINA CLAUDINO - ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS
VALOR: R$ 134.009,15
VIGÊNCIA: 19/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:93B7D926

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 103.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: CLINICA E MICROCIRURGIA DE OLHOS LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REALIZAÇÃO 16 (DEZESSEIS) CIRURGIAS DE CORREÇÃO DE CATARATA
VALOR: R$ 10.288,00
VIGÊNCIA: 24/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:39949F64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 104.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL E PSFS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT
VALOR: R$ 7.997,01
VIGÊNCIA: 24/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:FCBD5F40

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 106.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL E PSFS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT
VALOR: R$ 8.916,41
VIGÊNCIA: 26/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:C45C1051

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 105.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: ALLMEDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL E PSFS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT
VALOR: R$ 1.381,83
VIGÊNCIA: 26/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:CB430F69

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 107.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: ROTILLI E MACHADO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL E PSFS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT
VALOR: R$ 2.750,60
VIGÊNCIA: 26/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:BEB3530C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 108.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL E PSFS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT
VALOR: R$ 3.357,78
VIGÊNCIA: 26/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:7EA04D01

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 109.2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT
CONTRATADA: DENTAL REZENDE LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA USO NO HOSPITAL E PSFS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE -MT
VALOR: R$ 2.908,58
VIGÊNCIA: 26/07/2013 À 30/12/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizangela de Oliveira Azevedo Santos
Código Identificador:F3955602

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DOAÇÃO Nº 004/2013

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE E A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC, DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Que fazem entre si, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Clóves Felício Vettorato, nº101, centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **MILTON JOSÉ TONIAZZO**, brasileiro, casado, empresário, portador da CIRG n° 1.003.505.573-SSP/RS, inscrito no CPF sob n° 227.896.930-72, residente e domiciliado na Travessa Lucas Toniazzo. s/nº, na Cidade de Terra Nova do Norte/MT, adiante denominado simplesmente **DOADOR**, e de outro lado o **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO - SEDUC**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 03.507.415/0008-10, com sede administrativa na Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, 215 - Centro Político Administrativo, na cidade de Cuiabá-MT, neste ato representada pelo Secretário de Estado de Educação, Senhor **SÁGUAS MORAES SOUSA**, brasileiro, casado, portador do RG n. 123.483 - MS, e inscrito no CPF sob o n. 286.381.151-72, simplesmente denominado **DONATÁRIO**, consoante a Lei Municipal nº 707 de 15 de março de 2004, a Lei Municipal nº 1.004 de 28 de Dezembro de 2011, e a Lei Municipal nº 1.105 de 29 de Julho de 2013, resolvem celebrar o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, sujeitando-se aos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO SUPORTE LEGAL
O presente instrumento orienta-se pela Lei Municipal nº 707 de 15 de março de 2004, a Lei Municipal nº 1.004 de 28 de Dezembro de 2011, e a Lei Municipal nº 1.105 de 29 de Julho de 2013, que dispõe sobre a desafetação e doação de uma área de terras da reserva pública municipal localizada no Quarteirão B, à Secretaria de Estado de Educação e dá outras providencias e pelas disposições contidas na Lei Federal 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO OBJETO
O objeto do presente instrumento é a **DOAÇÃO** de uma área de terra medindo 7.200 m² (sete mil e duzentos metros quadrados), desmembrada de uma área maior da reserva pública municipal, localizada na Área Verde I/B, em Terra Nova do Norte –MT, para abrigar a Escola Estadual Chapeuzinho Vermelho.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

DO DOADOR:

Doar o imóvel mencionado na Cláusula Segunda- Do objeto, livre de qualquer ônus;
Outorgar a escritura pública do imóvel ao Donatário.

DA DONATÁRIA:

Utilizar o imóvel descrito na cláusula segunda, objeto da presente doação, para a finalidade a que se destina;
Não ceder, locar, transmitir ou vender o imóvel de presente doação.

CLÁUSULA QUARTA

A não observância das condições estabelecidas no presente termo e a destinação do imóvel para fim diverso do estabelecimento, bem como, a cedência, locação transmissão ou venda do imóvel, fará com que o imóvel reverta automaticamente ao patrimônio do Município, não tendo o donatário direito a qualquer espécie de indenização inclusive sobre benfeitorias realizadas.

CLÁUSULA QUINTA

As despesas com emolumentos cartorários para a efetivação da doação mencionada na cláusula primeira, ficam à encargo da **DONATÁRIA**.

CLÁUSULA SEXTA

Fica ainda à cargo da **DONATÁRIA** qualquer encargo civil, trabalhista, administrativo e tributário que incidir sobre o imóvel cedido em doação.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica eleito o foro da Comarca de Terra Nova do Norte/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou casos omissos, não previstos neste instrumento.

E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Terra Nova do Norte- MT, 29 de Julho de 2013.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal
DOADOR

SÁGUAS MORAES SOUSA
Secretário de Estado de Educação
DONATÁRIO

Testemunhas:

1º - Nome:_____
CPF:_____
RG:_____

2º - Nome:_____
CPF:_____
RG:_____

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:62B90607

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 327/2013

DATA: 24 DE JULHO DE 2013
SÚMULA: nomeia A SRA. JANICE TERESINHA SCHUC DA SILVA E da outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –Nomear a **Sra. JANICE TERESINHA SCHUCK CORREIA**, Brasileira, portadora do RG N° 1080827-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 875.869.241-04, para o cargo em comissão de **DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL** , lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
ART. 2° – O ato Descrito no ART. 1° se dá em conformidade com ART. 11°, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.
ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 24 DE JULHO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 327/2013
*Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de **DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL**, a Senhora **JANICE TERESINHA SCHUCK CORREIA,** portadora da cédula de identidade RG nº 1080827-2 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 875.869.241-04, no dia 24 de Julho de 2013 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários e inerentes ao cargo que ora lhe é dado posse, em conformidade com o art. 16 da Lei 128 de 13 de Julho de 1990.*
O presente termo de Posse é parte integrante da Portaria nº 327/2013, que nomeou o referido empossado.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

JANICE TERESINHA SCHUCK CORREIA
Empossado

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:82E197E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 328/2013

DATA: 25 DE JULHO DE 2013
SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR, e da outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –Conceder Férias com fundamento no art. 106, §6 da Lei N° 128, de 13 de Julho de 1990 á Sra. **CLAUDETE MUELLER,** Brasileira, Portadora do RG N° 1398456-0 SSP/MT e do CPF N° 938.592.281-53, servidora no cargo efetivo de **AUXILIAR DE LABORATORIO E MICROSCOPIA**, nomeada através da portaria GP N° 148/2002 de 01 de Março de 2002, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 á 28/02/2012
ART. 2° - O período designado para gozo será do dia 15 de Julho de 2013 até 14 de Agosto de 2013, devendo o servidor retornar ao trabalho no próximo dia útil, após o termino do período.

ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 25 DE JULHO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:10A6FBEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 329/2013

DATA: 25 DE JULHO DE 2013
SÚMULA: EXONERA A SRA. VANUZA VALENTE BARBOSA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° – Exonera, a pedido, a **Sra. VANUZA VALENTE BARBOSA,** brasileira, portadora do RG nº. 1721957-4 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 023.232.421-21, servidora no cargo efetivo de **AUXILIAR DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO,**lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
ART. 2° - Os efeitos desta portaria retroagirão a data de 17 de Julho de 2013.
ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 25 DE JULHO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:5BFF706F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 330/2013

DATA: 26 DE JULHO DE 2013
SÚMULA: REMANEJA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1º – **REMANEJAR** o servidor, **NILSON GOMES DA SILVA**, brasileiro, portador do RG n° 1605017-7 SSP/MT, inscrito no CPF sob n° 821.436.921-53, servidor efetivo no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do **DEPARTAMENTO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE,** para a partir desta data exercer suas funções no, **DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BASICA,** na Secretaria Municipal de Saúde.
ART. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 26 DE JULHO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:C40679F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 333/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: EXONERA A SRA. FATIMA SALETE FERRARI SQUENA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° – Exonera, a **Sra. FATIMA SALETE FERRARI SQUENA,** brasileira, portadora do RG nº. 1840291-7 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 016.938.391-13, do cargo em comissão de **AGENTE DE CORREIO COMUNITÁRIO,** lotada na Secretaria Municipal de Administração.
ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:26FE0877

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 334/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: nomeia A SRA. NELCI IVONI HUTTINGER E dÁ outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –Nomear a **Sra. NELCI IVONI HUTTINGER**, Brasileira, portadora do RG N° 2045153-9 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 621579901-78, para o cargo em comissão de **AGENTE DE CORREIO COMUNITÁRIO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração.
ART. 2° – O ato Descrito no ART. 1°, se dá em conformidade com ART. 11°, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.
ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 334/2013

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de AGENTE DE CORREIO COMUNITÁRIO, a Senhora ***NELCI IVONI HUTTINGER,*** *portadora da cédula de identidade RG nº 2045153-9 SSP/MT e CPF:621579901-78, no dia 01 de Agosto de 2013 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários e inerentes ao cargo que ora lhe é dado posse, em conformidade com o art. 16 da Lei 128 de 13 de Julho de 1990.*
O presente termo de Posse é parte integrante da Portaria nº 334/2013, que nomeou o referido empossado.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

NELCI IVONI HUTTINGER
Empossado

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:5FDFBAE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 335/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: nomeia A SRA. CRISLAINE REGINA LOPES DA COSTA ZAMONER E dÁ outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –Nomear a **Sra. CRISLAINE REGINA LOPES DA COSTA ZAMONER**, Brasileira, portadora do RG N° 1695615-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 040.955.421-95, para o cargo em comissão de **AGENTE COORDENADOR DE DEPARTAMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.
ART. 2° - Fica revogada a portaria 264/2013 de 01 de Junho de 2013, a qual nomeava a mesma no cargo de **COORDENADOR DE DIVISÃO**.
ART. 3° – O ato Descrito no ART. 1° se dá em conformidade com ART. 11°, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.
ART. 4° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 335/2013

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de AGENTE COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, a Senhora ***CRISLAINE REGINA LOPES DA COSTA ZAMONER,*** *portadora da cédula de identidade RG nº 1695615-0 SSP/MT e CPF:040.955.421-95, no dia 01 de Junho de 2013 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários e inerentes ao cargo que ora lhe é dado posse, em conformidade com o art. 16 da Lei 128 de 13 de Julho de 1990.*
O presente termo de Posse é parte integrante da Portaria nº 335/2013, que nomeou o referido empossado.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

CRISLAINE REGINA LOPES DA COSTA ZAMONER
Empossado

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:FC68E64B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 336/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: EXONERA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR E dÁ outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –Exonera, a pedido, a **Sra. MARIA LENI OCZINSKI**, Brasileira, portadora do RG N° 0819951-5 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 966.702.661-20, do cargo eletivo de **CONSELHEIRO TUTELAR,** do Município de Terra Nova do Norte.
ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:073112E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 337/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° – Conceder Férias com fundamento no art. 106 da Lei N° 128, de 13 de Julho de 1990, aos servidores abaixo relacionados, com o referido período de gozo;

NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
DALILA MARQUES FRAGA	02/08/2011 Á 31/07/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
CRISTIANE APARECIDA BRAGA	01/10/2011 Á 30/09/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
ALEX SANDRO DE CAMPOS	01/03/2009 Á 28/02/2010	01/08/2013 Á 31/08/2013
ROSELI ZENARO	01/03/2010 Á 28/02/2011	01/08/2013 Á 31/08/2013
DILMA LEMUNY	01/03/2011 Á 28/02/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
MIRIAN ANGELA DE LIMA	15/10/2011 Á 14/10/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
ILMA AUGUSTO MIRANDA	09/05/2011 Á 08/05/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
SELMA BESERRA DOS SANTOS	25/03/2012 Á 24/03/2013	01/08/2013 Á 31/08/2013
ONOFRE ALVES DOS SANTOS	05/07/2010 Á 04/07/2011	05/08/2013 Á 04/09/2013

ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:F500FC02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 338/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° – Conceder Férias com fundamento no art. 106 da Lei N° 128, de 13 de Julho de 1990, aos servidores abaixo relacionados, com o referido período de gozo;

NOME	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
NEIVA LUZIA DE OLIVEIRA	13/08/2011 Á 12/08/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
ELIZETE CARVALHO MACIEL	02/08/2010 Á 01/08/2011	01/08/2013 Á 31/08/2013
JANETE APARECIDA MIORANDO	24/04/2011 Á 26/04/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
JOSE DOMINGOS FARTO	02/08/2011 Á 31/07/2012	01/08/2013 Á 31/08/2013
LEONILDO JOSÉ FRIGHETTO	24/04/2010 Á 26/04/2011	01/08/2013 Á 31/08/2013

ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:0C5514B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 339/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: NOMEIA O SR. OSVALDO DA COSTA LIMA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° – Nomear, o Sr. **OSVALDO DA COSTA LIMA,** brasileiro, portador do RG n° 22730395-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob n° 130.837.628-60 para exercer, em caráter efetivo, o cargo de **GUARDA DE ENDEMIAS,** habilitado para o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, através do Concurso Público Municipal, Edição 2010, homologado pelo Decreto nº 015, de 02 de Junho de 2010, publicado no Jornal Oficial dos Municípios, Edição nº 997 em 21 de Junho de 2010.
ART. 2° – O servidor exercerá o cargo a disposição da Secretária Municipal de Saúde.
ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dispo

sições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE N° 339/2013

Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo efetivo de GUARDA DE ENDEMIAS, o Senhor ***OSVALDO DA COSTA LIMA****, portadora do RG nº 22730395-7 SSP/SP e inscrita no CPF n° 130.837.28-60, no dia 01 de Agosto de 2013 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários e inerentes ao cargo que ora lhe é dado posse.*
O presente termo de posse é parte integrante da portaria n° 339/2013, que nomeou a referida empossada.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

OSVALDO DA COSTA LIMA
Empossado

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:F2A312EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 340/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° – Conceder Férias com fundamento no art. 106 da Lei N° 128, de 13 de Julho de 1990, a Sra. **ANDREIA APARECIDA DE OLIVEIRA CAMPOS,** portadora do RG n° 1696900-6 SSP/MT inscrita no CPF sob n° 024.414.791-48, no cargo em comissão de **AGENTE COORDENADOR DE DEPARTAMENTO,** nomeada na portaria de GP N° 033/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, Lotada na Secretaria Municipal de Administração, do período aquisitivo de 01/02/2011 á 31/01/2012.
ART. 2° - O período designado para gozo será de 01/08/2013 á 31/08/2013, devendo o servidor retornar no dia útil subsequente ao termino do período de gozo.
ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:E0E527FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 341/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013
SÚMULA: nomeia O SR. IZAIAS EMIDIO MACEDO E da outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –**REMANEJAR** o servidor, **IZAIAS EMIDIO MACEDO**, Brasileiro, portador do RG N° 1262631-7 SSP/MT, inscrito no CPF sob n°. 894.388.681-00, no cargo em comissão de **DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL**, lotado na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, para a partir desta data, exercer suas funções lotado no **GABINETE DO PREFEITO.**
ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:B62ACAD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 342/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR A PEDIDO E da outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:

ART. 1° –Exonera, a pedido, o **Sr. EDER PEREIRA FERNANDES**, Brasileiro, portador do RG N° 1411872-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob n°. 944.946.811-72, do cargo efetivo de **TECNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:7C9449B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 343 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **312 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se

Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
- Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte -

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:BEC8BC13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 344 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **311 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se
Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:EB139BF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 345 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **310 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se
Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:DBEEAD78

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 346 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **309 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se
Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:EDDA67D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 347 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **308 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se
Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
- Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte -

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:83733488

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 348 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **307 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se
Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
- Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte -

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:E5D72730

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N º 349 DE 01 DE AGOSTO DE 2013.

"Dispõe sobre a revogação de Portaria, e dá outras providências".

MILTON JOSÉ TONIAZZO, Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria **306 DE 12 DE julho de 2013.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze.

Registre-se
Publique-se

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:8C1BBC19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 350/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: nomeia o SR. antonio carlos rodrigues feitosa E dÁ outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:

ART. 1° –Nomear o **Sr. ANTONIO CARLOS RODRIGUES FEITOSA**, Brasileiro, portador do RG N° 3691439 PC/PA, inscrito no CPF sob n°. 786.670.702-20, para o cargo em comissão de **COORDENADOR DE PROGRAMAS**, lotado na Secretaria Municipal de Obras.
ART. 2° – O ato Descrito no ART. 1°, se dá em conformidade com ART. 11°, inciso II, da Lei nº 128 de 13 de Julho de 1990.
ART. 3° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

TERMO DE POSSE Nº 350/2013

*Compareceu perante o Prefeito Municipal, para tomar posse no cargo de COORDENADOR DE PROGRAMAS , o Senhor **ANTONIO CARLOS RODRIGUES FEITOSA,** portador da cédula de identidade RG nº 369143-9 PC/PA e CPF:786.670.702-20, no dia 01 de Agosto de 2013 e prometeu cumprir fiel e honradamente, todos os atos necessários e inerentes ao cargo que ora lhe é dado posse, em conformidade com o art. 16 da Lei 128 de 13 de Julho de 1990.*
O presente termo de Posse é parte integrante da Portaria nº 350/2013, que nomeou o referido empossado.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS RODRIGUES FEITOSA
Empossado

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:360F7615

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 351/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: CONCEDE ABONO DE FÉRIAS A SERVIDORES QUE MENCIONA, e da outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:

ART. 1° –Conceder Abono de Férias com fundamento no art. 106, §6 da Lei N° 128, de 13 de Julho de 1990 aos servidores abaixo relacionados;

Nome	Período Aquisitivo
Marizete Dejanera dos Santos	01/09/2011 á 31/08/2012
Fernando Claiton Chagas	01/07/2010 á 30/06/2011

ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:25791194

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP N.º 352/2013

DATA: 01 DE AGOSTO DE 2013

SÚMULA: CONCEDE ABONO DE FÉRIAS A SERVIDOR, e da outras providências.

O Sr. MILTON JOSÉ TONIAZZO, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 128, DE 13 DE JULHO DE 1990, E Lei Orgânica, 05 de abril de 1990;

R E S O L V E:
ART. 1° –Conceder Abono de Férias com fundamento no art. 106, §6 da Lei N° 128, de 13 de Julho de 1990 ao Sr. **PEDRO LADEMIR SILVÉRIO,** Brasileiro, Portador do RG N° 23205012-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob n° 427.120.179-00, servidor no cargo efetivo de **AUXILIAR ADMINSTRATIVO**, nomeado através da portaria GP N° 052/2002 de 01 de Março de 2002, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01/03/2011 á 28/02/2012.

ART. 2° – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

MILTON JOSÉ TONIAZZO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sibelle Cristina Santos e Silva
Código Identificador:18625955

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 074/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: BPC SILVA INFORMATICA E TELECOMUNICACÕES ME
OBJETO: SERV. MANUT. DISTRIB. COMUN. MULTIMÍDIA RADIOFREQÜÊNCIA
UNIDADE/ORÇ: SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R$ 3.990,00
VIGÊNCIA: 01 DE JULHO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:BDE651D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 075/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: LÉZIO FREITAS ALVES
OBJETO: LOCAÇÃO DE CADEIRA ODONTOLOGICA PARA O PSF URBANO
UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R$ 3.320,00
VIGÊNCIA: 01 DE JULHO DE 2013 A 31 DE OUTUBRO DE 2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:65E14B18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 076/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: M. N. DOS SANTOS OLIVEIRA – ME
OBJETO: SERV. CAPT. TRAT. DISTRIB. DE ÁGUA POTÁVEL E SERV. LIMPEZA RUAS
UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R$ 287.201,16
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2013
VIGÊNCIA: 05 DE JULHO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:A5EA8C8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 077/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: JOABE N. DA SILVA – ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUN. ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SECRETARIA MUN. DE EDUC.CULT.ESP. E LAZER
SECRETARIA MUN. DE VIAÇÃO E OBRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VALOR: R$ 150.210,46
VIGÊNCIA: DE 10 DE JULHO DE 2013 A 10 DE JULHO DE 2014
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 10.520/02

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:C09FAAAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 078/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: MARLENE PEREIRA DE SOUZA
OBJETO: SERV. PREPARAÇÃO DE JANTAR QUANDO DA VISITA DO GOVERNADOR
UNIDADE/ORÇ: GABINETE DO PREFEITO
VALOR: R$ 8.000,00
VIGÊNCIA: DE 10 A 15 DE JULHO DE 2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 10.520/02

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:715DA8A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 079/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: EXPRESSO MAIA LTDA
OBJETO: SERV. COM FORNECIMENTO DE PASSAGENS PARA O TFD
UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VALOR: R$ 6.403,20
VIGÊNCIA: DE 11 DE JULHO DE 2013 A 11 DE JULHO DE 2014
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL SRP 018/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:D50554DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 080/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: ELCIO MENDES DA SILVA – ME
OBJETO: EVENTOS NO FEST. PRAIA 2013, REF. CONV. Nº 041/2013 –SEC
UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
VALOR: R$ 49.500,00
VIGÊNCIA: DE 18 DE JULHO A 28 DE AGOSTO DE 2013
LICITAÇÃO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:EB8F7710

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 081/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU – MT
CONTRATADO: RESTAURANTE E PANIFICADORA FLOR DE TRIGO LTDA – ME
OBJETO: FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS – PANIFICADORA
UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUN. DE EDUC.CULT.ESP. E LAZER
SECRETARIA MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
VALOR: R$ 24.865,50
VIGÊNCIA: DE 19 DE JULHO DE 2013 A 10 DE JULHO DE 2014
LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 017/2013
FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E LEI 10.520/02

ODONI MESQUITA COELHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Santos da Guarda
Código Identificador:1AC76746

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Na publicação do EXTRATO DE CONTRATO, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios, Edição nº 1770, do dia 25 de julho de 2013, página 148, referente ao Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, firmado com Luziane Silva dos Santos, ONDE SE LÊ: *"Nº do Contrato: Nº 73.2013"*, LEIA-SE: **Nº do Contrato: 74/2013.**

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:D0F44BC3

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.
Nº do Contrato: Nº 73/2013.
Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.
Regime Previdenciário: INSS.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: Josiane Lustosa – CPF: 018.876.491-74.
Cargo/função: Agente Comunitário de saúde – Micro Área 02, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.
Remuneração base: R$ 950,00 p/ mês.
Prazo: Até 31/12/2013.
Data assinatura: 09/07/2013.
Signatários:
ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito de União do Sul.
JOSIANE LUSTOSA
Contratada.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:57602E88

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: I Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra por Preço Global, de Construção de Fábrica de Laticínios, sob nº 039/2012.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Contratada: RCA Construtora Ltda. – ME.
CNPJ: 12.145.051/0001-90.
Prorrogação do Prazo: Por força do presente termo aditivo e por mútuo acordo das partes, fica concedida à Contratada, prorrogação do prazo de vigência do Contrato original, bem como prorrogação do prazo de execução da Obra de Construção de Fábrica de Laticínios, até a data de 14 de junho de 2013.
Ratificação: Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato de Execução de Obra, por Preço Global, de Construção de Fábrica de Laticínios, sob nº 039/2012, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
Data de assinatura do I Termo Aditivo: 28/09/2012.
Signatários:
ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito de União do Sul
GILBERTO LUIZ ATOATTI
Pela Contratada.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:BC4BAD7F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO CONTRATO DE LOCAÇÃO N°.063/2013

Partes Interessadas: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT e o Sr. ALLYRIO SLEIMAN ALI ZEITOUN. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso X, Lei nº. 8.666/1993 e suas devidas atualizações, ressaltando a sua compatibilizão com as peculiaridades que exige este inquilino especial, Lei nº. 8.245/1991 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, no Ato de Dispensa nº. 16/2013, bem como, já justificativa da Secretaria Municipal de Saúde. Objeto: Locação de 01 (um) imóvel situado à Travessa Benedito Monteiro, nº. 304, Bairro Centro Norte – Várzea Grande/MT, local utilizado para o funcionamento do Centro de Apoio Psicosocial – CAPS II de Várzea Grande, a qual presta atendimento às pessoas portadoras de transtornos mentais. Valor Global: R$ 50.178,96 (Cinquenta mil, cento e setenta e oito reais e noventa e seis centavos). Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde. Dotação Orçamentária: 09.02.10.302.0004-2105. Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00.00.00.0999 – O.S.T – Pessoa Jurídica. Vigência: 12 (doze) meses. Data de Assinatura: 01/08/2013. Signatários: WALACE SANTOS GUIMARÃES – Prefeito Municipal / JAQUELINE BEBER GUIMARÃES – Secretária Municipal de Saúde / ALLYRIO SLEIMAN ALI ZEITOUN – Locador / JOSÉ PATROCINIO DE BRITO JUNIOR – Procurador Geral do Município de Várzea Grande/MT.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0B740538

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE INIDONEIDADE

Processo n. 158316/2013

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande torna público que, após os pareceres formulados pela Comissão Permanente de Licitações e da Procuradoria Geral Municipal e, ainda, observada a ampla defesa e contraditório, procedeu-se DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da empresa L. R. O. CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA – ME CNPJ 10.911.512/0001-63 pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da publicação deste ato, devendo ser oficiado ao Tribunal de Contas Estadual e da União para lançamento em seus assentos quanto a esta punição, ante a apresentação de documento materialmente falso nos autos da Concorrência Pública n. 06/2013
Walace Santos Guimarães, Prefeito 29 de de julho de 2013.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:EA23750B

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 001, DE 01 DE JULHO DE 2013.

Constitui a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 17/98 de 18/06/98, alterado pelo Decreto 039/2001, observando o artigo 202, parágrafo IV, da Lei Orgânica Municipal Orgânica do Município de Várzea Grande; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 39/2013 da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, que convoca a I Conferência Municipal do Meio Ambiente e institui a Comissão Organizadora Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Meio Ambiente – CMMA, de Várzea Grande – MT, denominada Comissão Organizadora Municipal – COMU.

Art. 2º Incumbe à COMU coordenar e organizar a I Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 3º A COMU será composta por 28 (Vinte e oito) membros entre titulares e suplentes, oriundos do Poder Público, da Sociedade Civil e do Setor Empresarial, conforme Anexo desta Portaria.

Art. 4º. A comissão Organizadora Municipal será presidida pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente e Agricultura e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Sub- Secretário.

Art. 5º A Comissão Organizadora Municipal contará com apoio de uma Comissão Executiva que será composta por 06 (seis) membros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – SEMMA, conforme Anexo.

Art. 6º Compete à Comissão Organizadora Municipal:
I. Elaborar e aprovar o regimento da I CMMA;
II. Organizar, acompanhar e avaliar a realização da I CMMA;
III. Colaborar com a Comissão Executiva Municipal, na formulação, discussão e proposição de iniciativas referentes à organização da I CMMA;
IV. Mobilizar os (as) parceiros (as) e filiados (as) de suas entidades, órgãos e redes membros, no âmbito de sua atuação no município, para preparação e participação nas pré-conferencias da I CMMA;
V. Treinar facilitadores e relatores para conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com o texto-orientador;

Art. 7º A Comissão Organizadora Municipal realizará reuniões periódicas a fim de debater e deliberar sobre aspectos relacionados a I CMMA.

Art. 8º A Comissão Executiva poderá decidir sobre as matérias previstas no artigo 6 *ad referendum* da COMU.

Art. 9º Compete à Comissão Executiva:
I. Assessorar e garantir a implementação das decisões tomadas pela Comissão Organizadora;
II. Elaborar proposta de programação e pauta das reuniões da COMU e apresentar, em cada reunião ordinária, breve relato das ações realizadas;
III. Propor a pauta, nomes de relatores, facilitadores e convidados para a Conferência Municipal;
IV. Articular e viabilizar a execução de tarefas específicas de cada atividade estabelecida pela Comissão Organizadora;
V. Elaborar o Relatório Final da I Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

C U M P R A – S E.

Gabinete do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Várzea Grande - MT, 01 de julho de 2013.

VERSIDES SEBASTIÃO DE MORAES E SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

ANEXO

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CMMA

I. Poder Público:
a) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – SEMMA
Coordenador: Versides Sebastião de Moraes e Silva – Secretário

b) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SEDEC
Titular: João Aide Passos
Suplente: Gilmar de Souza Cardoso

c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU
Titular: Nivaldo Monteiro Magalhães
Suplente: Gilson Benedito da Silva

d) Departamento de Água e Esgoto - DAE
Titular: Aubeci Davi dos Reis
Suplente: Michelle Stuy Rosada

e) Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS
Titular: Bernadete Antunes de Miranda
Suplente: Lenyl Nobre de Miranda

f) Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM
Titular: Eduardo Balbino Ferreira
Suplente: Fabrício Chagas Barbosa

g) Secretaria Municipal de Educação – SME
Titular: Maria Auxiliadora de Campos Leite
Suplente: Elizete Maria Szinweslki

h) Secretaria Municipal de Governo
Titular: Adilson José da Silva
Suplente: Nádia Cristina da Costa

i) Procuradoria Geral do Município
Titular: Giselle Ferreira Vieira
Suplente: Sibeli Nardoni Roika

j) Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Vereador Ivan dos Santos Oliveira
II. Sociedade Civil
a) Conselho Municipal da Cidade - CONCIDAD
Titular: Osmar Milan Capilé
Suplente: Maria Aparecida Cortez

b) Associação de Catadores - ASSCAVAG
Titular: Gislene Pereira de Barros
Suplente: Matilde Martinho Bispo

c) Instituto de Pesquisas dos Ecossistemas de Mato Grosso – IPECO
Titular: Renato Dias de Moraes
Suplente: Gizelma Casagrandi

d) **Associação Quilombo Capão de Negro**
Titular: Elizeu da Silva
Suplente: Eloy Natalino da Silva

III. Setor Empresarial
a) Associação de Comércio e Indústria de Várzea Grande - ACIVAG
Titular: Ezaltino Manoel Metelo
Suplente: Rosivete Nassarden Metelo

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CMMA

Cintia da Silva Serrano
Karyn Gomes Rebeschini
Marcelly da Silva Sampaio
Rosangela Aparecida Ferreira Benites
Roseli Port
Tatiana Mauricio das Neves

Equipe de Apoio:
Alexsandra Aparecida da Silva Sá
Daniele Pereira Camargo
Edson Everaldo Constantino
Felipe Lúcio Duda Matos
Jairo Felipe dos Santos
João Pedro da Silva Neto
Jocila Leite de Moraes
Joilson Marcos da Silva
Jurandir Ferreira de Almeida
Jurandir Padilha Ribeiro
Mariuza Rodrigues da Cruz
Maycow Roberto Silva
Nilva Aparecida Ribeiro
Roberto Bevilacqua Barroso da Silva
Roberto Souza Duarte
Wilson Marcio Siqueira

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:48CE3322

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N° 002, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Aprova o Regimento Interno da I Conferência Municipal do Meio Ambiente – I CMMA/MT.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA**, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto 17/98 de 18/06/98, alterado pelo Decreto 039/2001, observando o artigo 202, parágrafo IV, da Lei Orgânica Municipal Orgânica do Município de Várzea Grande; e,

Considerando a necessidade de aprovar o Regimento Interno da I Conferência Municipal do Meio Ambiente – I CMMA/MT.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar o Regimento Interno da I Conferência Municipal do Meio Ambiente de Várzea Grande – MT, I CMMA/MT, constante no anexo desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E.

Gabinete do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura da Prefeitura de Várzea Grande - MT, 19 de julho de 2013.

VERSIDES SEBASTIÃO DE MORAES E SILVA
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura

REGIMENTO INTERNO
I Conferência Municipal do Meio Ambiente

Capítulo I
DA CONFERÊNCIA

Art. 1º. A I Conferência Municipal do Meio Ambiente convocada pelo Decreto nº 39 de 2013, etapa integrante da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, criada através da Portaria nº 185 de 04 de junho de 2012, pela Ministra de Estado de Meio Ambiente Izabella Teixeira, foro de debate aberto a todos os segmentos da sociedade, tem por objetivo promover o debate sobre a Política Nacional, Estadual e Municipal de Resíduos Sólidos e contribuir para implementação, elaborar, discutir, aprovar, priorizar e encaminhar propostas para a Conferência Estadual, eleger delegados que representarão o Município de Várzea Grande na III Conferência Estadual do Meio Ambiente – COEMA/MT.

Parágrafo Único – A I Conferência Municipal do Meio Ambiente será realizada nos dias 01, 02 e 03 de agosto, na cidade de Várzea Grande – MT, tendo como local: Hits Pantanal Hotel; a III Conferência Estadual será realizada em Cuiabá, no período de 11 a 13 de Setembro e a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente será realizado em Brasília, de 24 a 27 de outubro de 2013.

Art. 2º. A realização da I Conferência Municipal de Várzea Grande MT foi precedida por 06 (seis) reuniões preparatórias setoriais, tendo o mesmo tema da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente: "Resíduos Sólidos".

Art. 3º. Poderão participar da Conferência Municipal do Meio Ambiente, na qualidade de conferencista, quaisquer cidadãos e cidadãs domiciliados no Município.

Capítulo II
DO CREDENCIAMENTO

Art. 4º. São membros da I Conferência Municipal do Meio Ambiente, cidadãos e cidadãs que se credenciarem de acordo com este regimento, distribuídos nas seguintes categorias:
I – Conferencista, que poderão apresentar e votar propostas;
II – Convidados e observadores, apenas com direito a voz;

Parágrafo Único – Conferencista - todos aqueles que no ato da inscrição optarem pela condição de conferencista e tiverem 100% de presença no evento; convidados - todos aqueles que irão participar da conferência como palestrantes e facilitadores; observadores – estudantes e todos aqueles que no ato da inscrição optarem pela condição de observador e tiverem 100% de presença, ou na condição de conferencista tiverem 75% de presença.

Art. 5º. O credenciamento para os conferencistas será realizado das 17:00 horas até às 19:00 horas, no local do evento.

Parágrafo Único – As inscrições e credenciamentos para convidados e observadores serão estendidas até as 8:30 horas do dia 02 de agosto de 2013, conforme a disponibilidade de vagas.

Art. 6º O conferencista receberá no ato de seu credenciamento, o texto orientador nacional, a ser discutido na Conferência Municipal, e o Regimento Interno da Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Capítulo III
DA PROGRAMAÇÃO

Art. 7º. A I Conferência tem sua programação baseada nos debates desenvolvidos nas 06 (seis) reuniões preparatórias, grupos de trabalho e plenária, os quais serão regidos por este regimento, aprovado na plenária de instalação da I Conferência.

Art. 8º A programação da I Conferência Municipal do Meio Ambiente, como segue:

As inscrições poderão ser realizadas, no período de 02 a 28 de julho de 2013, pelo Site: http://www.varzeagrande.mt.gov.br/sitepmvg/2013/conteudo.php?programa=68

1º dia – 01/08/2013
Das 17:00 às 19:00 h. – Recepção e credenciamento
19:00 horas – Sessão Solene de Abertura e Apresentação Cultural.
20:00 horas – IV CNMA – Carlos Henrique Rodrigues Alves (MMA/CNMA)
20:30 horas – Apresentação da metodologia da Conferência e Programação
21:30 horas – Encerramento.

2º dia – 02/08/2013
8: 00 horas - I CMMA - Resíduos Sólidos em Várzea Grande - MT.
8:20 horas – Mesa 1
I. Produção e consumo sustentáveis
II. Geração de emprego, trabalho e renda
9:45 horas - Debate
10:00 horas - Intervalo
10:15 horas – Mesa 2
III. Redução dos impactos ambientais
IV. Educação ambiental.
11:40 horas - Debate
12:00 horas – Intervalo almoço
13:30 horas – Formação e início das discussões dos grupos de trabalhos (GT) por eixo temático.
15:00 horas – Intervalo
15:15 horas – Continuidade dos GT (elaboração e apresentação dos relatórios) e Inscrição de candidatura para delegados na Conferência Estadual.
18:00 horas – Encerramento.

3º dia 03/08/2013 – Plenária
8:00 horas – Plenária para leitura das ações e defesa das propostas que serão encaminhadas para deliberação na III Conferência Estadual do Meio Ambiente, em Cuiabá. Breve apresentação dos candidatos a delegados.
9:45 horas - Intervalo
10:00 horas - Priorização das Ações Propostas.
11:00 horas – Leitura Final das Ações
11:30 horas – Eleição de delegados para a etapa Estadual
12:00 horas - Resultados e Encerramento

Capítulo IV
DA TEMÁTICA

Art. 9º A I Conferência Municipal de Meio Ambiente, que tem como tema central "Resíduos Sólidos" onde serão discutidos em grupos e na Plenária os eixos temáticos:
I. Produção e consumo sustentáveis;
II. Redução de impactos ambientais;
III. Geração de trabalho, emprego e renda;
IV. Educação Ambiental.

Capítulo V
DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS

Art. 10. Serão formados grupos de discussão, a partir da opção temática feita por cada participante, no ato do credenciamento, que terão à disposição o texto orientador para discussão.
Art. 11 Cada grupo de discussão contará com o apoio de um facilitador, indicado e treinado pela Comissão Organizadora Municipal, com as funções de conduzir as discussões, controlar o tempo e estimular a participação, de acordo com o texto orientador nacional; e um relator, escolhido e treinado pela Comissão Organizadora Municipal, encarregado de sintetizar as conclusões, participar da consolidação dos relatórios, colaborar com a Comissão Relatora Municipal e apresentar as propostas do grupo à plenária da I Conferência Municipal do Meio Ambiente.

Art. 12 A discussão dos grupos será orientada a partir do texto orientador, apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente e Comissão Organizadora Municipal.

Art. 13 Os grupos de discussão deverão apresentar e aprovar o relatório final dos trabalhos, que será levado à Plenária.

Parágrafo Único - O relatório final do grupo deverá ser apresentado com as propostas de diretrizes, de acordo com a metodologia apresentada pela Comissão Organizadora Municipal.

Art. 14 O relatório de cada grupo deverá ser encaminhado à Coordenação da I Conferência Municipal de Meio Ambiente, imediatamente após a conclusão de seus trabalhos.

Capítulo VI
DA ORGANIZAÇÃO

Art.15 A I Conferência Municipal de Meio Ambiente será presidida pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura e, em sua ausência ou impedimentos, por um membro da Comissão Organizadora.

Art. 16 A Comissão Organizadora da I Conferência Municipal de Meio Ambiente tem as seguintes atribuições:
I – Coordenar, promover e realizar a I Conferência Municipal;
II – Elaborar o Regimento Interno Municipal;
III – Preparar os facilitadores e relatores que irão conduzir as discussões de acordo com os eixos temáticos;
IV. Mobilizar a sociedade civil, o setor empresarial e o poder público, no âmbito de sua atuação no município para organizarem e participarem das reuniões preparatórias e da Conferência Municipal do Meio Ambiente;
V – Viabilizar a infraestrutura necessária à realização da I Conferência Municipal;
VI - Deliberar sobre a forma de eleição dos delegados da Etapa Municipal e realizar o julgamento dos recursos relativos ao credenciamento de delegados;
VII – Coordenar a I Conferência Municipal, na ausência e impedimentos do seu Coordenador Geral;
VIII – Elaborar o relatório final da I Conferência Municipal e enviá-lo à Secretaria Executiva da COE/MT, através do email coema.mt@gmail.com, no prazo de até 7 (sete) dias após a realização da respectiva Conferência.

Art. 17 A COMU contará com uma Comissão Executiva que prestará apoio na execução das atividades da Conferência Municipal, integrada por representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura.

Capítulo VII
DA PLENÁRIA

Art. 18 A plenária final terá por objetivo discutir proposta de diretrizes da I Conferência Municipal de Meio Ambiente à Conferência Estadual

Art. 19 Os trabalhos da plenária serão dirigidos pelo Coordenador e por um representante da Comissão Organizadora.

Art. 20 A plenária da I Conferência Municipal será realizada da seguinte forma:
a) Somente serão encaminhadas à Plenária as propostas que tiveram aprovação de no mínimo 50% mais um voto nos grupos de trabalho;
b) Somente serão encaminhadas à Plenária as moções que tiverem aprovação de no mínimo 50% mais um voto nos grupos de trabalho;
c) Somente serão encaminhadas à III Conferência Estadual de Meio Ambiente as propostas que tiverem aprovação de no mínimo 50% mais um voto na Plenária Final;
d) As moções aprovadas serão encaminhadas aos órgãos às quais elas competem ou se destinam;

Parágrafo Único – As emendas e destaque deverão ser encaminhadas, através de formulário especifico, à mesa coordenadora durante a leitura das propostas aprovadas nos grupos.

Art. 21 A Conferência Municipal elegerá 04 (quatro) delegados titulares e 04 (quatro) suplentes, e encaminhará à Etapa Estadual até 20 (vinte) propostas, sendo até 5 (cinco) priorizadas por eixo temático.

§ 1º Para o encaminhamento dos delegados eleitos na Conferência Municipal à Etapa Estadual, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Nacional e Estadual da Conferência, será observada a seguinte proporção por segmento: até 50% representantes da sociedade civil; até 30% do setor empresarial; e até 20% do setor governamental. Sendo obrigatória a observação da cota de, no mínimo, 40% de gênero na sua totalidade e distribuída pelos segmentos:

§ 2º As vagas destinadas a um segmento não poderão ser ocupados por outro e o candidato a delegado deverá declarar no ato de sua inscrição qual o segmento que representa.

Art. 22 A Comissão Organizadora Municipal deverá enviar à Secretaria Executiva da COE/MT, através do email coema.mt@gmail.com, a lista dos delegados titulares e suplentes eleitos, em até 03 (três) dias após sua realização.

Parágrafo Único – O delegado suplente somente participará da Etapa Estadual na ausência do respectivo titular e sua substituição deverá ser comunicada pela Comissão Organizadora Municipal à Secretaria Executiva da COE/MT até 15 de agosto de 2013.

Art. 23 A apreciação do relatório final dos grupos será encaminhada da seguinte forma:

a) Apresentação dos relatórios finais dos trabalhos pelos grupos de discussão;
b) Proposições escrita de destaques aditivos, supressivos ou modificados pelos conferencistas;
c) Para cada proposta apresentada, será garantida uma inscrição para esclarecimentos (com o tempo máximo para argumentação de 1 minuto) e duas para considerações: uma a favor e uma contra (com o tempo máximo para argumentação de 1 minuto);
d) Caso a plenária se mantiver em dúvida após as manifestações será garantido o esclarecimento da proposição (com o tempo máximo para argumentação de 1 minuto) pelo proponente;
e) Só serão encaminhadas para a Plenária da III Conferência Estadual aquelas propostas que forem de competência do Estado;
f) Assegura-se aos participantes da Plenária o questionamento à mesa pela ordem, sempre que, a critério dos mesmos, não esteja sendo cumprido este regimento;
g) Durante o Processo de Votação o conferencista encontra-se impedido de quaisquer manifestações;
h) Durante a Plenária, com o objetivo de otimizar os trabalhos, será destinado um espaço exclusivo para a acomodação dos conferencistas e outro espaço para os observadores e convidados.

Capítulo VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 Serão conferidos certificados aos conferencistas, convidados e observadores, especificando a condição de sua participação na I Conferência Municipal.

Art. 25 Carta de Várzea Grande: os delegados municipais deverão assinar um Termo de Compromisso de que, representarão o Município e estarão comprometidos com as propostas aprovadas pela Conferência Municipal, devendo lutar para sua aprovação na etapa Estadual e também na Nacional, caso sejam eleitos para esta.

Art. 26 Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora ou pela Plenária da I Conferência Municipal.

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:3E6C6027

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº.033/2013 - SRP Nº. 026/2013

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013 – SRP Nº 026/2013
A Pregoeira e a Equipe de Apoio na Licitação da Prefeitura Municipal de Vera – MT torna público que o processo licitatório Pregão Presencial nº 033/2013, Registro de Preços nº 026/2013, tipo menor preço por item, relacionado à **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER O TRANSPORTE DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO E PROFESSORES SE FOR O CASO PARA EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS EM OUTROS MUNICÍPIOS, BEM COMO SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DE VEÍCULO DO TRANSPORTE ESCOLAR PRÓPRIO E AINDA DAS LINHAS ASSENTAMENTO ALTO CELESTE E ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA PARA A CIDADE EM ESTRADAS PAVIMENTADAS, NÃO PAVIMENTADAS E VICINAIS. A CONTRATAÇÃO SE EFETIVARÁ POR MEIO DE CONTRATO, COM VIGÊNCIA ESTIMADA DE 48.000 (QUARENTA E OITO MIL) KM RODADOS PARA OS ASSENTAMENTOS, PARA TRANSPORTE DE ALUNOS ATLETAS E / OU EVENTOS CULTURAIS E FORA DO ESTADO DE MATO GROSSO 20.000 (VINTE MIL) KM RODADOS, CONTADOS A PARTIR DE SUA ASSINATURA, CONDICIONANDO A SUA EFICÁCIA A PARTIR DA PUBLICAÇÃO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS SE FOR CONVENIENTE PARA A CONTRATANTE, NA FORMA E NOS TERMOS DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E DA LEI Nº 8.666/93, BEM COMO PODENDO SER RESCINDIDO EM CASO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE POR PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL. O CONTRATO INICIAL SERÁ DE 12 MESES A PARTIR DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO**, cuja abertura se deu às 08h00min, do dia 06/08/2013, sagrou-se vencedora a empresa CAP MEDEIROS TRANSPORTE –ME, inscrito no CNPJ Nº 10.576.828/0001-46 , com as propostas conforme segue:

ITENS	DESCRIÇÃO	Un	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	LINHA 1: ASSENTAMENTO ALTO CELESTE	KM	32000	R$ 2,88	R$ 92.160,00
2	LINHA 2: ASSENTAMENTO PA CALIFORNIA	KM	16000	R$ 2,88	R$ 46.080,00
3	VIAGENS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS ATLETAS E / OU EVENTOS CULTURAIS DENTRO E FORA DO ESTADO DE MATO GROSSO	KM	20000	R$ 3,66	R$ 73.200,00
	TOTAL				**R$ 211.440,00**

Vera – MT, 06 de Agosto de 2.013

MARIA CILENE PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:79A99F97

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1052/2013, DE 09 DE JULHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DE LISTA DE PESSOAS CADASTRADAS EM PROGRAMAS HABITACIONAIS DE CUNHO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o vereador, **FLÁVIO FERREIRA DE SOUZA** propôs o plenário aprovou e o Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por meio dos setores competentes da administração, obrigado a publicar lista de pessoas cadastradas em programas habitacionais de cunho social, para conhecimento e consulta dos munícipes.

Artigo 2º - A lista de pessoas cadastradas deverá conter os seguintes dados:

I- Data de Cadastramento
II- Ordem de Inscrição
III- Nome completo da Pessoa Cadastrada
IV- Endereço Atualizado

Artigo 3º - A Lista de cadastrados deverá ser afixada para publicação nos seguintes locais:

I- Prefeitura Municipal de Vila Bela
II- Câmara Municipal de Vila Bela
III- Secretarias Municipais de Administração e Ação Social.

Parágrafo Único – A lista de cadastro deverá também ser publicada pela internet no site oficial da prefeitura.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:A6B0DCD6

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1053/2013, DE 09 DE JULHO DE 2013.

"INSTITUI O DIA DA MERENDEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o vereador, **FLÁVIO FERREIRA DE SOUZA** propôs o plenário aprovou e o Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica Instituído no município de Vila Bela da Ss. Trindade, o "*Dia da Merendeira*", a ser comemorado, anualmente, no dia 30 de setembro.

Artigo 2º - A data deverá ser incluída no calendário oficial do município de Vila Bela.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:8A2EA0A1

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1054/2013, DE 09 DE JULHO DE 2013.

"INSTITUI O DIA DOS TAXISTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara municipal de Vila Bela da Ss. Trindade, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o vereador, **FLÁVIO FERREIRA DE SOUZA** propôs o plenário aprovou e o Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica Instituído o dia 25 de Julho como o **"Dia do Taxista".**

Artigo 2º - A data dever ser incluída no calendário oficial do município de Vila Bela da Ss. Trindade.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:8D733C43

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1.055/2013 DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 792/2008 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1° - Cria –se o parágrafo 5º e altera o § 2º, do art. 1º, da Lei nº. 792/2008 que passará a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º - Será também da responsabilidade da CONTRATADA (Missão Cristã Brasileira/Hospital Evangélico de Mato Grosso), a manutenção de plantões médicos, enfermeiros e técnicos, todos presenciais, em sua sede física, estritamente dentro do centro urbano do Município.

§ 5º - Na contratação dos profissionais mencionados no parágrafo 2º, a contratada priorizará "mão de obra" local.

Art. 2° - O art. 2º, da Lei nº. 792/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O Município, através da presente Lei, repassará a empresa CONTRATADA, Missão Cristã Brasileira, mensalmente, até o valor de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

Art. 3° - O art. 3º, da Lei nº. 792/2008 passará a vigorar com a seguinte redação:
Art. 3º - Em contrapartida a empresa CONTRATADA, Missão Crista Brasileira, alem dos serviços descritos nos §§ 1º, 2º e 3º, cederá todas as suas instalações para o desempenho dos serviços

autorizados por esta lei, bem assim, fornecerá todos os materiais e medicamentos necessários a plena e perfeita execução dos serviços ora contratados.

Art. 4° - Os serviços autorizados por esta lei poderão ser efetivamente contratados a partir da publicação da presente lei, com vigência até **31/12/2013**, podendo ser prorrogado somente com autorização da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, após a realização de uma audiência pública e principalmente com os profissionais da saúde do Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT**.**
Parágrafo Único: No caso de prorrogação do contrato, eventuais reajustes deverão se dar exclusivamente através de lei.

Art. 5º. – Fica revogado o art. 4º, da Lei nº. 792/2008.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:469A9C77

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI N.º 1.056/2013, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito Municipal de Vila Bela da SS. Trindade, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos dos Artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares no percentual de 06% (seis por cento) da Receita Estimada para o exercício de 2013 para o orçamento de cada órgão, utilizando como fontes de recursos:
I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
III – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

§ 1º – Excluem deste limite, os créditos suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º - Este limite será acumulado ao limite autorizado nas Leis nº 1.029/2012 e 1.031/2013.

I – Não poderá ser utilizado valor do limite autorizado nas Leis nº 1.029/2012 e 1.031/2013, e na presente Lei em um mesmo crédito suplementar.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:2FF3EC2E

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.057, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Para atender às necessidades *Orçamentárias do Poder Legislativo*, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Suplementar** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 98.800,00 (Noventa e oito mil e oitocentos reais)**, para reforço da seguinte dotação:

01–CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
01–CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
01–LEGISLATIVA
031–AÇÃO LEGISLATIVA
0.001–Processo Legislativo
1.067– Reforma e/ou Ampliação das Instalações da Câmara
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Valor.....R$ 98.800,00
FONTE DE RECURSO: 999 – Outros Recursos

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Suplementar autorizado no Art. 1º serão resultantes da anulação parcial da seguinte dotação:

09–SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
01– SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
15–URBANISMO
451–INFRAESTRUTURA URBANA
0.010–Manutenção e Revitalização da Infraestrutura e Serviços
1.082–Ampliação da Rede de Energia Elétrica
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Valor.....R$ 98.800,00
FONTE DE RECURSO: 999 – Outros Recursos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:F2473335

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1058, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades *Orçamentárias do Poder Legislativo*, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Especial** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 2.800,00 (Dois mil e oitocentos reais)**, alocado na seguinte dotação:

01–CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
01–CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
01–LEGISLATIVA
031–AÇÃO LEGISLATIVA
0.001–Processo Legislativo
2.068– Manutenção das Atividades Legislativas
3.3.90.41.00 – Contribuições
Valor.....R$ 2.800,00
FONTE DE RECURSO: 999 – Outros Recursos

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial autorizado no Art. 1º serão resultantes da anulação parcial das seguintes dotações:

09–SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
01– SECRETARIA MUNICIPAL VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
15–URBANISMO
451–INFRAESTRUTURA URBANA
0.010–Manutenção e Revitalização da Infraestrutura e Serviços
1.082–Ampliação da Rede de Energia Elétrica
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Valor.....R$ 2.800,00
FONTE DE RECURSO: 999 – Outros Recursos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:E8DA91D9

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.059, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Para atender às necessidades *Orçamentárias do Poder Executivo*, fica autorizada a abertura de **Crédito Adicional Suplementar** ao Orçamento do Município no valor total de **R$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)**, na seguinte dotação:
08–SECRETARIA DE SAÚDE
02–fUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10–SAÚDE
301–ATENÇÃO BÁSICA
0017–Qualidade na Atenção Básica em Saúde
2.081–Manutenção Fundo Municipal de Saúde
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor.....R$ 600.000,00
FONTE DE RECURSO: 201 – Recurso da Saúde

Art. 2º - Os recursos orçamentários para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** autorizado no Art. 1º serão resultantes da anulação parcial das seguintes dotações:
05–SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
03–DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
12–EDUCAÇÃO
361–ENSINO FUNDAMENTAL
0009–Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
1.009–Aquisição de Ônibus para Atender os Alunos da Rede Pública de Ensino
4.4.90.52.00 – Equipamentos E Material Permanente
Valor....R$ 200.000,00
FONTE DE RECURSO: 102 – Recursos de Convênios e Programas - Educação

09–SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
01–SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
15–URBANISMO
451–INFRAESTRUTURA URBANA
0010–Manutenção e Revitalização da Infraestrutura e Serviços
1.082–Ampliação da Rede de Energia Elétrica
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Valor.....R$ 98.000,00
FONTE DE RECURSO: 999 – Outros Recursos

09–SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
01–SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
15–URBANISMO
451–INFRAESTRUTURA URBANA
0010–Manutenção e Revitalização da Infraestrutura e Serviços
1.076–Realização de Pavimentação, Drenagem, Galeria Pluvial e Obras Complementares
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Valor.....R$ 172.000,00
FONTE DE RECURSO: 999 – Outros Recursos

09–SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
02–Departamento de Água e Esgoto
17–SANEAMENTO
512–SANEAMENTO BÁSICO URBANO
0010–Manutenção e Revitalização da Infraestrutura e Serviços
1.081–Ampliação do Sistema de Água Tratada
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações
Valor.....R$ 130.000,00
FONTE DE RECURSO: 301 – Recursos de Convênios e Programas – Outras Finalidades

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:6055A6DF

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.060, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI QUE ESPECIFICA E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - O "parágrafo único" do art. 1º, da Lei Municipal nº. 1.030/2013, de 22 de fevereiro de 2013, passa a denominar-se ***"§ 1º"***.

Fica acrescido ao aludido artigo 1º da referida lei, o § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º - Os membros da comissão constante do inciso I, deste artigo (comissão permanente de licitação), também funcionarão, simultaneamente, como membros da Equipe de Apoio ao Pregoeiro".

Art. 2º - O parágrafo único do art. 2º, da referida lei, passará a vigorar com a seguinte redação:
"Parágrafo único - O valor da Bonificação mensal a ser paga a cada membro em efetivo exercício, da comissão prevista no inciso I, do art. 1º, será de 01 (um) salário mínimo vigente no país, hoje equivalente a R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais). Já o valor da Bonificação mensal a ser paga a cada membro em efetivo exercício, da comissão prevista no inciso II, do art. 1º, será de ½ (meio) salário mínimo vigente no país, hoje, equivalente a R$ 339,00 (trezentos e trinta e nove reais). Tais valores serão reajustados na mesma data e com o mesmo índice do reajuste do salário mínimo."

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:1A171EA2

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 1.061, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 837/2009 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - Ficam alterados os valores constantes do Anexo I, da Lei Municipal nº. 837/2009, conforme quadro em anexo.
Art. 2º - Fica acrescentado o parágrafo segundo ao art. 2º, da Lei Municipal nº. 837/2009, com a seguinte redação:
"§ 2º - As despesas com o deslocamento do servidor ao destino (ida e volta) serão custeadas pelo município, exceto quando o deslocamento se der com veículo oficial do município".
Art. 3º - O "parágrafo único" do art. 2º, da Lei Municipal nº. 837/2009 será renomeado como *"§ 1º"*.
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE DIÁRIAS

	Até 350 Km	Acima de 350 Km	Fora do Estado
PREFEITO	R$ 350,00	R$ 800,00	R$ 1.000,00
VICE-PREFEITO,	R$ 300,00	R$ 400,00	R$ 600,00
SECRETÁRIOS	R$ 200,00	R$ 350,00	R$ 500,00
DEMAIS SERVIDORES	R$ 150,00	R$ 250,00	R$ 400,00

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCODIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:E2B85059

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 1.062, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE, Prefeito de Vila Bela SS. Trindade - MT, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O Orçamento para o Município de Vila Bela da SS. Trindade, para o exercício de 2014, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal;

III – a estrutura dos orçamentos;

IV – as diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município;

V – as disposições sobre a dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre as despesas com pessoal;

VII – as disposições sobre as alterações tributárias; e

VIII – as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014 a 2016 de que trata o art. 4º da Lei 101/2000 – LRF, estão identificados no Anexo I desta Lei.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo II desta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2014 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo II desta Lei.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de estabilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art.4º - O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e seus fundos e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura, instituída pela Legislação Municipal em vigor e suas alterações.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos, Autarquias e ao Orçamento da Seguridade Social, desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projetos, atividades ou operações especiais, e quanto sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, tudo em conformidade com as portarias SOF/42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados o seguinte:

I – Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;
II – Demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, - Anexo 1 da lei nº. 4320/64;

III – Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei n° 4320/64;

IV - Natureza da despesa segundo as categorias econômicas - Consolidação geral - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

V - Quadro demonstrativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

VI - Quadro das dotações por órgãos do Governo: Poder Legislativo e Poder Executivo;
VII - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei n° 4320/64;

VIII - Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - anexo 7 da lei n° 4320/64;

IX - Quadro demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei n° 4320/64;

X - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da lei n° 4320/64;

XI - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XII - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XIII - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei n° 4320/64;

XIV - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XV - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

XVI - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias,

XVII - Demonstrativo de medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 1º - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 2º – O Quadro Demonstrativo das Despesas – QDD poderá ser detalhado em nível de elemento e alterado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

IV - <u>DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.</u>

Art. 6º - Os Orçamentos para o exercício de 2014 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receita e despesa, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

Art. 7º - Os Fundos Municipais terão suas receitas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras que estiverem vinculados, e essas, por sua vez, vinculadas às despesas relacionadas aos seus objetivos, identificando em plano de aplicação, referido no art. 5º, XI desta Lei.

§ 1º - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.

§ 2º - As movimentações orçamentárias e financeiras das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

Art. 8º - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive de receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º - Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e conseqüentemente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 – Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários á preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 11 – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à receita corrente líquida, programada para 2014, poderão ser expandidas até o limite obtido pela eventual elevação de alíquotas de impostos, ampliação de base de cálculo ou criação de novo tributo, conforme demonstra o Anexo I (MARGEM DA EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO).

Art. 12 – Constitui riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei. (art..4º,§ 3º da LRF)

Art. 13 – O Orçamento para o exercício de 2014 destinará recursos para a Reserva de Contingência não inferior a 1% da Receita Corrente Líquida previstas para o mesmo exercício. (art.5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º, III, "b" da LRF.

§ 2º - Os recursos de Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até agosto de 2014, poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotação que tornaram insuficientes.

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplado no Plano Plurianual. (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 15 – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal. (art. 8º da LRF).

Art. 16 – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido. (art. 8º parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 17 – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constante do Anexo I (ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA) desta Lei, será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 18 – A transferência de recurso do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, ou na forma estabelecida no instrumento de convênio.

Art. 19 – Os instrumentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos de licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único – Para efeitos do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, que acarrete aumento de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (Art 16, § 3º da LRF)

Art. 20 – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art. 45 da LRF).

Parágrafo Único – As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público extraídas do Relatório Sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei. (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 21 – Despesas de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 22 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 23 – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único – A alteração de dotações por transposição, remanejamento ou transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação para outro, será através de decreto do Poder Executivo Municipal, até o limite de 8% (oito por cento) do orçamento da despesa (Art.7° e 43, Lei 4.320/1964).

Art. 24 – Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou operações especiais no orçamento da unidade gestora na forma de crédito especial, desde que estejam previstos no plano Plurianual.

Art. 25 – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos de serviços, tais como custos dos programas, das ações, do m/2 das construções, do m/2 das pavimentações, do aluno/ano no ensino fundamental, do aluno/ano no transporte escolar, do aluno/ano no ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (art. 4º, I "e" da LRF).

Parágrafo Único – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício. (art. 4º, I "e" da LRF).

Art. 26 – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2014 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art. 4º, I "e" da LRF).

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27 – A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operação de crédito para atendimento à Despesa de Capital, observando o limite de endividamento de 16% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30,31 e 32 da Lei Complementar 101/00 (LRF).

Art. 28 – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira, observando o art. 10 e seus parágrafos desta Lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em Caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/00 (LRF). (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º - Fica o Executivo e o Legislativo Municipal, por ato próprio, autorizados a conceder o dissídio coletivo no exercício de 2014, sendo

que o índice a ser utilizado como base será o INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses, apurado na data da concessão.

§ 2º - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2014.

Art. 30 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20,III da LRF.

Art. 31 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF)
I – Eliminação das funções gratificadas;

II – eliminação das despesas com horas-extras;

III – exoneração de servidores ocupantes em cargos de comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa, que não "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecida, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 34 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renúncia de receita. (art.. 14, § 2º, da LRF)

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 – O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de Setembro de 2013, prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e devolverá para sanção até o encerramento do segundo período da sessão Legislativa.
§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.
§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária não for encaminhado para sanção até o inicio do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.
§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrências do disposto do parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2013, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos das dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 36 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 37 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do chefe do poder executivo.

Art. 38 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 39 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS CINCO DIAS do mês de AGOSTO de dois mil E TREZE.

ANDERSON GLÁUCIO ANDRADE
Prefeito

Publicado por:
Nalice Marques Nantes Shimizu
Código Identificador:39A317A6

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 009/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 009/2013
Objeto: Prestação de serviços artísticos de apresentação de 02 (dois) shows com a atração artística "**LUKAS PAES & RAPHAEL**" e **"GILSON MARK & AGNALDO"**, a serem realizados nos dias 10 e 11 de agosto de 2013, No "Evento comemorativo do 2º ano de criação do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo".
Valor: R$ **15.000,00** (quinze mil reais)
Em favor de: **E. M. PAINS MARTINS - ME - CNPJ: 11.422.526/0001-86 -** representante do Artista.
Fundamento Legal: Artigo 25, caput e inciso III da Lei nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico no respectivo Processo.
Vila Bela da Ssª Trindade- MT.

NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU
Presidente da Comissão de Licitação.

Publicado por:
Alessandro Santana de Souza
Código Identificador:36A185A4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

IMPREV
PORTARIA Nº 066 DE 2013

PORTARIA N.º 066/2013

"Dispõe sobre retificação da Portaria n.º 061/2012, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez à servidora Sra. Ernesta Salete Casalli."

O **Diretor Executivo do IMPREV** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Vila Rica, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o art. 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988 com redação dada Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com art. 12, inciso I, da Lei Municipal n.º 519/2004, de 01 de Julho de 2004, que rege a previdência municipal, e Lei n.º 1.065 de 24 de abril de 2012, que versa sobre o vencimento dos profissionais da Educação;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por Invalidez**, à servidora **Sra**. **Ernesta Salete Casalli**, brasileira, portadora do RG n.º 14016095- SSP/MT e do CPF n.º 929.939.401-63, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva, no cargo de Agente de Limpeza Escolar, classe "A", nível "03", lotada na Secretaria Municipal de Educação, devidamente matriculada sob o n.º 141, com proventos Integrais, conforme processo administrativo do IMPREV, n.º **2012.03.00051P**, a partir de 25 de maio de 2012, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25 de maio de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

VILA RICA/MT, 07 de agosto de 2013.

EURICO DA CUNHA BARBOSA
Diretor Executivo do Imprev

Publicado por:
Eurico da Cunha Barbosa
Código Identificador:06F1C757

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO
RELAÇÃO DE CONTRATOS JUNHO– 2013

Nº	CONTRATADO	DEPTO – SECRET.	OBJETO	INICIO	TERMINO	VALOR	DOTAÇÕES
142	Ana Carolina dos Santos Lima	Educação	Auxiliar de Serviços Gerais na Escola Municipal Pedro Duarte M. de Lima	03/06/2013	20/12/2013	678,00 mensal	274-05.003.12.365.0021.2043.319004
143	Rejane Rodrigues Leite	Saúde	Fisioterapeuta	03/06/2013	30/08/2013	1.909,26 mensal	376 – 06.002.10.301.0033.2061.3390.36
144	Julio Venceslau de Almeida	Sinfra	Serviços Gerais	03/06/2013	30/08/2013	678,00 mensal	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**
145	Clarindo Pereira Santana	Sinfra	Serviços Gerais	03/06/2013	30/08/2013	678,00 mensal	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**
146	Mega Byte Informática	Diversas Secretarias	Contratação empresa especializada na área de informática para fornecimento de serviços de informática por hora	11/06/2013	31/12/2013	112.920,00 total	Codigos Reduzidos: 081,154,217,346 e 443.
147	Reinvaldo Nelson Petersen	Ação Social	Auxiliar serviços gerais – orientador de horta coletiva no Distrito do Capão verde	11/06/2013	31/12/2013	678,00	442.07.001.08.122.0004.2069.3390.36
148	Nara Letícia Conceição Pondé	Sinfra	Auxiliar Serviços Gerai no setor Rodoviário em subs. A funcionaria Geicilene de Oliveira Morais	11/06/2013	30/09/2013	678,00	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**
149	Jane Gloria Mello de Souza	Educação	Apoio Administrativo II na Escola Pedro Duarte em subs. A funcionária Alcinda Lucinda Bonfim afastamento médico	11/06/2013	27/11/2013	678,00	274-05.003.12.365.0021.2043.319004
150	Maria Helena VilasBoa Souza	Ação social	Serviços gerais	11/06/2013	30/09/2013	678,00	442.07.001.08.122.0004.2069.3390.36
151	Aparecida Lima de Santana	Saúde	Tecnica de Enfermagem	11/06/2013	30/09/2013	680,00	376 – 06.002.10.301.0033.2061.3390.36
152	João Batista de Souza Ferreira	Agricultura	Transporte de mercadorias do Projeto Casulo para entrega	11/06/2013	31/12/2013	4.800,00 total	171 – 04.002.15.451.0010.2027.3390.36
153	Valdelice Silva de Souza	Saúde	Técnica de Enfermagem	11/06/2013	30/09/2013	745,80	376 – 06.002.10.301.0033.2061.3390.36
154	Albertina Sales da Silva	Saúde	Técnica de Enfermagem	11/06/2013	30/09/2013	745,80	376 – 06.002.10.301.0033.2061.3390.36
155	Jociney Dias da Silva	Educação	Motorista	14/06/2013	20/12/2013	678,00	277 – 05.003.12.365.0021.2044.3190.04
156	Lucivania Ormond da Silva	Educação	Professora Creche subs. A funcionaria Lucivania Ormond que esta de licença maternidade	15/06/2013	14/08/2013	678,00	285 – 05.003.12.365.0021.2045.3190.04
157	Sidelis de Oliveira Pinto	Sinfra	Serviços gerais na área de limpeza urbana	21/06/2013	30/09/2013	678,00	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**
158	Rosenil Rainha da Silva	Sinfra	Serviços Gerais	24/06/2013	30/09/2013	678,00	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**
159	Norma Suely Ferreira Campos	Sinfra	Serviços Gerais	24/06/2013	30/09/2013	678,00	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**
160	Flavio Carvalho de Santana	Educação	Tecnico Administrativo Educacional	25/06/2013	20/12/2013	678,00	277 – 05.003.12.365.0021.2044.3190.04
161	Anísio Aparecido Mafra	Sinfra	Serviços gerais na área de limpeza urbana	25/06/2013	30/09/2013	678,00	171.**04.002.15.451.0010.2027.3390.36**

Publicado por:
Vailde Luciana de Oliveira
Código Identificador:2AB4A4EF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 001/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA**, com sede na Rua Bahia, nº. 426 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o **nº 03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, Sra. **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade **RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº**. **592.724.901-97**, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha- MT, neste ato simplesmente denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa **ENEAS BARBOSA MOURA-ME CNPJ 74074592/0001-22**, representado por **ENEAS BARBOSA MOURA RG: 426.486-0 SSP/MT, CPF: 340.463.211-72**, residente e domiciliado na Rua Ricardo Franco – Centro, Araguainha/MT, CEP: 78.615-000, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as

constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais Aquisições de Combustíveis (Gasolina, Etanol e Óleo Diesel) e Óleo Lubrificante e Derivados de Petróleo, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C.P.L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

ANEXO I
(Modelo de Proposta de Preços)
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Licitação: N° 001/2013 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
Consumidora: Diversas Secretarias e Gabinete do Prefeito
Licitante: _____- C.N.P.J:_____ Endereço_____
Tel/Fax: _____ e-mail: _____ Tel. Cel:_____
Conta Corrente: _____
Agência: _____ Banco do Brasil: _____

LOTE 1 – GASOLINA											
Item	Descrição	**UN.**	**Quantidade**						**Total Geral**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
			GABINETE DO PREFEITO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	SEC. MUN. DE OBRAS	SEC. MUN. DE SAUDE	SEC. MUN. DO BEM ESTAR SOCIAL	SEC. MUN. DE AGRICULTURA				
01	Combustível gasolina comum	Lt.	9.000		9.000	15.000	7.000		**40.000**			
VALOR TOTAL DO LOTE:.....												

ANEXO I
(Modelo de Proposta de Preços)
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Licitação: N° 001/2013 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
Consumidora: Diversas Secretarias e Gabinete do Prefeito
Licitante: _____- C.N.P.J:_____ Endereço_____
Tel/Fax: _____ e-mail: _____ Tel. Cel:_____
Conta Corrente: _____
Agência: _____ Banco do Brasil: _____

LOTE 2 – ETANOL											
Item	Descrição	**UN.**	**Quantidade**						**Total Geral**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
			GABINETE DO PREFEITO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	SEC. MUN. DE OBRAS	SEC. MUN. DE SAUDE	SEC. MUN. DO BEM ESTAR SOCIAL	SEC. MUN. DE AGRICULTURA				
01	ETANOL	Lt.	7.000		5.000	7.000	3.500		**22.500**			
VALOR TOTAL DO LOTE:.....												

ANEXO I
(Modelo de Proposta de Preços)
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Licitação: N° 001/2013 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE
Consumidora: Diversas Secretarias e Gabinete do Prefeito
Licitante: _____- C.N.P.J:_____ Endereço_____
Tel/Fax: _____ e-mail: _____ Tel. Cel:_____
Conta Corrente: _____
Agência: _____ Banco do Brasil: _____

LOTE 3 –DIESEL											
Item	Descrição	**UNID.**	**Quantidade**						**Total Geral**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
			GABINETE DO PREFEITO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	SEC. MUN. DE OBRAS	SEC. MUN. DE SAUDE	SEC. MUN. DO BEM	SEC. MUN. DE AGRICULTURA				

							ESTAR SOCIAL						
01	DIESEL	Lt.	5.000	50.000	95.000	10.000		8.000	**168.000**				
VALOR TOTAL DO LOTE:.....													

ANEXO I
(Modelo de Proposta de Preços)
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Licitação: N° 001/2013 Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM DO LOTE
Consumidora: Diversas Secretarias e Gabinete do Prefeito
Licitante: _____- C.N.P.J:_____ Endereç_____
Tel/Fax: _____ e-mail: _____ Tel. Cel:_____
Conta Corrente: _____
Agência: _____ Banco do Brasil: _____

LOTE 4 - OLEO LUBRIFICANTE E DERIVADOS DE PETROLEO						
Item	ESPECIFICAÇÃO	**UNID**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	ÓLEO 2 TEMPO DE LT	UN	40			
02	Balde de Oleo 15W40 20 lts	UN	60			
03	Balde de Oleo 90 20lts	UN	40			
04	Balde de Oleo 140 20lts GL-5	UN	40			
05	Balde de Graxa 20 KG	UN	15			
06	Balde de Graxa Azul 20KG	UN	15			
07	Balde Óleo Isafluido HD 433	UN	15			
08	Balde de Oleo 85W140 20lts	UN	18			
09	Balde de Oleo Texamatic	UN	18			
10	Aditivo para Radiador 12X1 LT	CX	20			
11	Desengripante 24X1	CX	35			
12	Oleo 20W50 LT	UN	600			
13	Fluido de Freio Dot 3 30x500	CX	13			
VALOR TOTAL DO LOTE:.....						

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos combustíveis descritos no Anexo I, Lote 1, item 01 e 02, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor num raio máximo de 75 (setenta e cinco) KM da sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, s/n, Centro, Araguainha) local onde deverão ser abastecidos os veículos desta unidade, em quantidades determinadas pela Contratante.
8.2. O fornecimento do combustível descrito no Anexo I, Lote 1, item 03, deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Obras (Rua Bahia s/n, Centro, Araguainha), em quantidade nunca superior a 10.000 (Dez mil) litros.
8.3. O fornecimento dos itens do lote 2, todos os itens, serão fornecidos no estabelecimento da licitante vencedora de acordo com a solicitação da contratante.
8.4 Caso algum veículo sofra algum dano em decorrência do uso do combustível utilizado, o Contratado arcará com todos os prejuízos ocorridos a administração pública, inclusive substituição de peças e/ou mão de obra mecânica.

9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 001/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 21 de Fevereiro de 2013.

ENEAS BARBOSA MOURA-ME
74074592/0001-22

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

ISOLINA CARRIJO BATISTA REGIANE VIEIRA MARQUES
RG: 2339517 SSP/GO RG: 1166610 SSP/MT
CPF: 592.729.021-34 CPF: 000.917.921-61

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:CDEA2558

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 002/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Vinte e Tres Dias do mês de Fevereiro de Dois Mil e Treze
O Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 426 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.947.926/0001-87, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha- MT,neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **BIOGEN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP** CNPJ: **04.929.044/0001-51** representada por **ROGÉRIO BARBOSA, RG: 2.026.528 SSP/GO E CPF (MF): 418.774.971-34,** residente e domiciliado na Rua São Miguel Esq. C/ Monteiro Lobato Qd. 52 lotes 7/8/9 Jardim Nova Era, CEP: 74.916 – 140 - Aparecida de Goiânia - GO, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Materiais Odontológicos, Material de Consumo para Enfermaria, Injetáveis, Medicamentos para Farmácia, Medicamentos e Material para Laboratório Utilizado nas Secretaria de Saúde,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e seus Anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C.P.L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 1 - MATERIAL ODONTOLOGICO

Item	Quant.	Und.	Descrição	Fabricante	Pço Unit	Total
1	30	UND	ACIDO FOSFORICO	DFL	R$ 1,79	R$ 53,70
2	18	UND	ACIDO POLIACRILICO	DFL	R$ 9,88	R$ 177,84
3	480	LT	AGUA DESTILADA	ASFER	R$ 9,52	R$ 4.569,60
4	24	CX	AGULHA CURTA	INJEX	R$ 15,41	R$ 369,84
5	18	CX	AGULHA EXTRA CURTA	INJEX	R$ 15,39	R$ 277,02
6	18	CX	AGULHA LONGA	INJEX	R$ 15,39	R$ 277,02
7	60	FR	ALCOOL ETILICO 70%	ITAJA	R$ 2,60	R$ 156,00
8	13	PCT	AMALGAMA	METALMS	R$ 65,62	R$ 853,06
9	18	CX	ANEST MEPIVACAINA SEM VASO	PROBEM	R$ 42,14	R$ 758,52
10	36	CX	ANEST CITOCAINA	CRISTALIA	R$ 28,58	R$ 1.028,88
11	42	CX	ANEST MEPIVACAINA	PROBEM	R$ 38,93	R$ 1.635,06
12	18	UND	ANEST TOPICO	DFL	R$ 5,67	R$ 102,06
13	8	UND	APLICADOR DE HIDROXIDO DE CALCIO	GOLGRAN	R$ 4,12	R$ 32,96
14	8	FR	BICARBONATO DE SODIO	POLIDENTAL	R$ 17,02	R$ 136,16
15	60	UND	BROCA DIAMANTADA	FAVA	R$ 1,32	R$ 79,20
16	8	UND	BROCA DE LARGO N.01	INJECTA	R$ 8,94	R$ 71,52
17	8	UND	BROCA DE LARGO N.02	INJECTA	R$ 8,94	R$ 71,52
18	8	UND	BROCA DE LARGO N.03	INJECTA	R$ 8,94	R$ 71,52
19	8	UND	BROCA DE LARGO N.04	INJECTA	R$ 8,94	R$ 71,52
20	8	UND	BROCA DE LARGO N.05	INJECTA	R$ 8,94	R$ 71,52
21	10	UND	BROCA N.01	MICRODONT	R$ 6,54	R$ 65,40
22	13	UND	BROCA N.02	MICRODONT	R$ 6,54	R$ 85,02
23	13	UND	BROCA N.03	MICRODONT	R$ 6,54	R$ 85,02
24	13	UND	BROCA N.04	MICRODONT	R$ 6,54	R$ 85,02
25	13	UND	BROCA N.05	MICRODONT	R$ 6,54	R$ 85,02
26	7	UND	CALCADOR DE AMALGAMAS	GOLGRAN	R$ 4,12	R$ 28,84
27	8	UND	CIMENTO OBTURADOR DE CANAL	DENTSPLY	R$ 37,44	R$ 299,52
28	8	FR	CLOREXIDINA	MAQUIRA	R$ 10,43	R$ 83,44
29	36	CX	CONE DE GUTA PERCHA	INJECTA	R$ 16,88	R$ 607,68
30	8	UND	DESICROSTANTE	RIOQUIMICA	R$ 19,68	R$ 157,44
31	3	UND	EDTA	BIODINAMICA	R$ 7,06	R$ 21,18
32	90	PCT	EMBALAGEM P/ ESTERILIZACAO	.HOSPLEX	R$ 56,68	R$ 5.101,20
33	350	UND	ESCOVA DE BORRACHA	MICRODONT	R$ 1,61	R$ 563,50
34	350	UND	ESCOVA DE ROBSON	MICRODONT	R$ 1,55	R$ 542,50
35	2	UND	ESCOVA PARA LIMPAR BROCAS	JON	R$ 9,52	R$ 19,04
36	10	TB	ESPATULA PARA RESINA	GOLGRAN	R$ 5,86	R$ 58,60
37	8	CX	FILME ADULTO	DFL	R$ 78,24	R$ 625,92
38	8	FR	FIO DE SUTURA SUTURIM 10MTS	BIODINAMICA	R$ 6,42	R$ 51,36
39	30	FR	FIXADOR DENTAL 475ML	KODAK	R$ 6,04	R$ 181,20
40	8	UND	FLUOR TOPICO	DFL	R$ 3,32	R$ 26,56
41	3	UND	FORCEPS INFANTIL	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88
42	3	UND	FORCEPS ADULTO 150	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88

43	3	UND	FORCEPS ADULTO 151	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88
44	3	UND	FORCEPS ADULTO 17	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88
45	3	UND	FORCEPS ADULTO181	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88
46	3	UND	FORCEPS ADULTO 18R	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88
47	3	UND	FORCEPS ADULTO 69	GOLGRAN	R$ 37,96	R$ 113,88
48	8	UND	FORMO CRESOL	BIODINAMICA	R$ 6,30	R$ 50,40
49	45	PCT	GAZES	MB TEXTIL	R$ 4,50	R$ 202,50
50	13	UND	COLGADURA INDIVIDUAL	TECNODENT	R$ 2,72	R$ 35,36
51	13	UND	HIDROXIDO DE CALCIO PA	BIODINAMICA	R$ 4,84	R$ 62,92
52	8	FR	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR	FGM	R$ 17,88	R$ 143,04
53	10	UND	IRM	BIODINAMICA	R$ 36,88	R$ 368,80
54	60	UND	JALECO DESCARTAVEL	PROTDESC	R$ 21,74	R$ 1.304,40
55	8	UND	KIT ACABAMENTO EM AMALGAMA	INJECTA	R$ 31,35	R$ 250,80
56	8	UND	KIT ACABAMENTO EM RESINA	VIGODENT	R$ 35,96	R$ 287,68
57	8	CX	LIMA ENDODONTICA 15/40 21MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 171,04
58	10	CX	LIMA ENDOTONTICA 15/40 25MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
59	10	CX	LIMA ENDODONTICA 45/80 21MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
60	10	CX	LIMA ENDODONTICA 45/80 25MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
61	10	CX	LIMA HEADSTROEN 15/40 21MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
62	10	CX	LIMA HEADSTROEN 15/40 25MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
63	10	CX	LIMA HEADSTROEN 45/80 21MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
64	10	CX	LIMA HEADSTROEN 45/80 25MM	INJECTA	R$ 21,38	R$ 213,80
65	60	UND	LUVA CIRURGICA	LENGRUBER	R$ 0,44	R$ 26,40
66	70	CX	LUVA PROCEDIMENTO G	LENGRUBER	R$ 10,80	R$ 756,00
67	70	CX	LUVA PROCEDIMENTO M	LENGRUBER	R$ 10,80	R$ 756,00
68	110	CX	LUVA P	LENGRUBER	R$ 10,80	R$ 1.188,00
69	22	CX	MASCARA	ANGELUS	R$ 7,67	R$ 168,74
70	13	UND	MICROBRUSH	DANNY	R$ 3,48	R$ 45,24
71	6	UND	OCULOS P/ PROTECAO	DANNY	R$ 3,48	R$ 20,88
72	4	UND	PARAMONO CLOROFENOL CANFORADO	BIODINAMICA	R$ 7,82	R$ 31,28
73	8	UND	PEDRA POME	ASFER	R$ 3,39	R$ 27,12
74	7	UND	PLACA DE VIDRO	JON	R$ 8,22	R$ 57,54
75	25	UND	RESINA	BIODINAMICA	R$ 10,59	R$ 264,75
76	30	UND	REVELADOR	KODAK	R$ 6,04	R$ 181,20
77	8	UND	RIOZIME	RIOQUIMICA	R$ 29,07	R$ 232,56
78	110	UND	ROLETES DE ALGODAO	ODONTO RIO	R$ 1,46	R$ 160,60
79	2	UND	SERINGA CENTRIX	DFL	R$ 115,05	R$ 230,10
80	75	UND	SUGADOR	QUALYPLUS	R$ 3,08	R$ 231,00
81	8	UND	VERNIZ CAVITARIO	SS WHITE	R$ 7,90	R$ 63,20
					R$	**29.249,29**
Total Do Lote 01						
(Vinte e Nove Mil Duzentos e Quarenta e Nove Reais e Vinte e Nove Centavos)						

LOTE 02 – MATERIAL PARA ENFERMAGEM

Item	Quant.	Und.	Descrição	Fabricante	Pço Unit	Total
1	20	PCT	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA C/ 100	ESTILO	R$ 1,97	R$ 39,40
2	20	CX	AGUA DESTILADA AMPOLA DE 05 ML	EQUIPLEX	R$ 15,60	R$ 312,00
3	20	CX	AGUA DESTILADA AMPOLA DE 10 ML	EQUIPLEX	R$ 15,60	R$ 312,00
4	10	CX	AGULHAS 25X8 C/ 100	EMBRAMAC	R$ 3,00	R$ 30,00
5	8	CX	ALCOOL ETILICO 70%	START	R$ 31,11	R$ 248,88
6	70	UND	ALCOOL GEL 500 ML	START	R$ 2,20	R$ 154,00
7	24	UND	ALGODAO HIDROFILO C/ 500 G	FAROL	R$ 7,13	R$ 171,12
8	12	UND	ALGODAO ORTOPEDICO	ORTOFEN	R$ 0,33	R$ 3,96
9	10	UND	ALMOTOLIA 500 ML	J.PROLAB	R$ 1,71	R$ 17,10
10	1	UND	AMBU ADULTO	OXIGEL	R$ 61,24	R$ 61,24
11	1	UND	APARELHO SONAR	MARTEC	R$ 252,00	R$ 252,00
12	60	PCT	ATADURAS 10 CM	MB TEXTIL	R$ 2,46	R$ 147,60
13	60	PCT	ATADURAS 15 CM	MB TEXTIL	R$ 3,30	R$198,00
14	60	PCT	ATADURAS 20 CM	MB TEXTIL	R$ 4,92	R$295,20
15	1	UND	BENZINA 01 LITRO	VICPHARMA	R$ 9,24	R$9,24
16	100	UND	CAIXA DESCARPAX 13 LITROS	CARTOON	R$ 2,37	R$ 237,00
17	1000	UND	CATETER INTRAVENOSO N.20	SOLIDOR	R$ 0,47	R$ 470,00
18	1000	UND	CATETER INTRAVENOSO N.22	SOLIDOR	R$ 0,47	R$ 470,00
19	1000	UND	CATETER INTRAVENOSO N.24	SOLIDOR	R$ 0,48	R$ 480,00
20	10	TUB	COLAGENASE TOPICO	CRISTALIA	R$ 11,61	R$ 116,10
21	5	UND	COLAR CERVICAL G		R$ 5,99	R$ 29,95
22	5	UND	COLAR CERVICAL M		R$ 5,99	R$ 29,95
23	5	UND	COLAR CERVICAL P		R$ 5,99	R$ 29,95
24	3	UND	CUBA RIM INOX	FORTINOX	R$ 24,82	R$ 74,46
25	12	UND	DESIFETANTE HOSPITALAR GALAO 05 LITROS	CRUZEIRO	R$ 4,68	R$ 56,16
26	6	UND	DETERGENTE ENZIMATICO 05 LITROS	START	R$ 45,76	R$ 274,56
27	2000	UND	EQUIPO MACROYFLEX C/ INJ. LATERAL	FARMATEX	R$ 0,60	R$ 1.200,00
28	400	UND	EQUIPO P/ SORO S/ ELAST. 2 VIAS C/ CLAMP	SOLIDOR	R$ 0,47	R$ 188,00
29	1000	UND	ESCALP 23	SOLIDOR	R$ 0,10	R$ 100,00
30	1000	UND	ESCALP 27	SOLIDOR	R$ 0,10	R$ 100,00
31	500	UND	ESCOVA CERVICAL	ADLIN	R$ 0,21	R$ 105,00
32	5	UND	ESFIGNOMANOMETRO ANEROIDE	PREMIUN	R$ 28,80	R$ 144,00
33	100	ROL	ESPARADRAPO 10 CM/ 4,5M	MISSNER	R$ 4,32	R$ 432,00
34	10	ROL	ESPARADRAPOMICROPORE 10 CM/ 4,5M	MISSNER	R$ 4,20	R$ 42,00
35	10	PCT	ESPATULA DE AYRE C/ 100 UNIDADES	LABOR	R$ 4,20	R$ 42,00
36	300	UND	ESPECULO VAGINAL G	ADLIN	R$ 0,80	R$ 240,00
37	300	UND	ESPECULO VAGINAL M	ADLIN	R$ 0,72	R$ 216,00
38	100	UND	ESPECULO VAGINAL P	ADLIN	R$ 0,60	R$ 60,00
39	10	TUB	FIBRASE TOPICO	CRISTALIA	R$ 13,20	R$ 132,00
40	35	UND	FITA ADHESIVA CREPE 16MM/50M	ADELBRAS	R$ 1,20	R$ 42,00
41	100	UND	FITA INDICADORA PARA AUTOCLAVE 19MM/30M	MISSNER	R$ 3,12	R$ 312,00
42	4	UND	FIXADOR LAMINA 100ML	ADLIN	R$ 3,65	R$ 14,60
43	1	UND	FOCO DE LUZ (PEDESTAL)	ROTAL	R$ 210,00	R$ 210,00

44	70	UND	GASE HIDROFILA TIPO QUEIJO 91X91 CM 13 FIOS C/ 50	CREMER	R$ 20,25	R$ 1.417,50
45	15	UND	GARROTE DE ELASTICO	GOIAS	R$ 0,60	R$ 9,00
46	20	TUB	GEL PARA MASSAGEM	RAYMER	R$ 1,18	R$ 23,60
47	1	UND	GEL PARA ULTRASSON GALAO 05 LITROS	RAYMER	R$ 13,80	R$ 13,80
48	12	UND	GESSO MEDIO	ORTOFEN	R$ 1,19	R$ 14,28
49	400	UND	GLICOSE 25% AMPOLA DE 10 ML	ISOFARMA	R$ 0,14	R$ 56,00
50	400	UND	GLICOSE 50% AMPOLA DE 10 ML	ISOFARMA	R$ 0,12	R$ 48,00
51	1	UND	INALADOR	NEVONI	R$ 100,80	R$ 100,80
52	4	CX	LAMINA BISTURI 11	MAXICOR	R$ 11,40	R$ 45,60
53	4	CX	LAMINA BISTURI 21	MAXICOR	R$ 8,88	R$ 35,52
54	10	CX	LAMINA LAPIDADE BORDA FOSCA C/ 50	EXACTA	R$ 3,00	R$ 30,00
55	1	UND	LARINGOSCOPIO CONVENCIONAL ADULTO CURVO	PROFESSIONAL	R$ 279,72	R$ 279,72
56	10	UND	LUVA CIRURGICA 7,5 C/ 10	LENGRUBER	R$ 4,32	R$ 43,20
57	10	UND	LUVA CIRURGICA 8,0 C/10	LENGRUBER	R$ 4,32	R$ 43,20
58	80	CX	LUVA DE PROCEDIMENTO M C/ 100	LENGRUBER	R$ 11,28	R$ 902,40
59	80	CX	LUVA M	LENGRUBER	R$ 11,28	R$ 902,40
60	1	UND	MALETA DE TRANSPORTE MEDIA	PLASTICTM	R$ 12,00	R$ 12,00
61	4	CX	MASCARA TRIPLA C/ ELASTICO C/ 50	MASTER WIN	R$ 2,66	R$ 10,64
62	8	UND	MASCARA PARA NEBULIZAÇÃO	PROTEC	R$ 5,58	R$ 44,64
63	4	CX	NYLON 5-0 24 ENVELOPES 2-0	SHALON	R$ 19,56	R$ 78,24
64	4	CX	NYLON 5-0 24 ENVELOPES 3-0	SHALON	R$ 19,56	R$ 78,24
65	4	CX	NYLON 5-0 24 ENVELOPES 4-0	SHALON	R$ 19,56	R$ 78,24
66	4	CX	NYLON 6-0 24 ENVELOPES	SHALON	R$ 19,56	R$ 78,24
67	2	UND	OTOSCOPIO	MISSOURI	R$ 302,40	R$ 604,80
68	3	ROL	PAPEL CRAFT 60 CM	FABYCLEAN	R$ 31,44	R$ 94,32
69	20	ROL	PAPEF CIRURGICO 15X 100M	HARBO	R$ 38,45	R$ 769,00
70	8	PCT	PAPEL TOALHA	SEDDAS	R$ 5,52	R$ 44,16
71	4	UND	PINÇA ANATOMICA 14,5 CM (1X2DT)	PROFESSIONAL	R$ 12,00	R$ 48,00
72	4	UND	PINÇA HEMOSTATICA KELLY CV 14 CM (HEMOSTATICA)	PROFESSIONAL	R$ 11,37	R$ 45,48
73	4	UND	PINÇA KELLY RETA 14 CM	PROFESSIONAL	R$ 11,37	R$ 45,48
74	30	UND	PRESTOBARBA 2 LAMINAS	HARBO	R$ 0,36	R$ 10,80
75	1	UND	REGUA ANTROPROMETRICA	MEDLEY	R$ 42,00	R$ 42,00
76	50	FR	RIFAMPICINA SPRAY	NATULAB	R$ 2,64	R$ 132,00
77	20	FR	RIODENE TOPICO COM 1 LITRO	RIOQUIMA	R$ 9,96	R$ 199,20
78	6	UND	SABAO LIQUIDO 05 LITROS	RIOQUIMA	R$ 14,30	R$ 85,80
79	500	PCT	SACO BRANCO LEITOSO P/ LIXO CONTAMINADO 30 LITROS	RH	R$ 0,11	R$ 55,00
80	300	PCT	SACO BRANCO LEITOSO P/ LIXO CONTAMINADO 50 LITROS	RH	R$ 0,15	R$ 45,00
81	1000	UND	SCALP 25	SOLIDOR	R$ 0,10	R$ 100,00
82	5000	UND	SERINGA DESCARTAVEL 01 ML	SR	R$ 0,08	R$ 400,00
83	5000	UND	SERINGA DESCARTAVEL 03 ML	SR	R$ 0,08	R$ 400,00
84	5000	UND	SERINGA DESCARTAVEL 05 ML	SR	R$ 0,08	R$ 400,00
85	5000	UND	SERINGA DESCARTAVEL 10 ML	SR	R$ 0,14	R$ 700,00
86	5000	UND	SERINGA DESCARTAVEL 20 ML	SR	R$ 0,27	R$ 1.350,00
87	1	UND	SERINGA SIMPLES 500 ML	SR	R$ 27,60	R$ 27,60
88	10	UND	SONDA NSG N.18 C/ 10	MEDSONDA	R$ 4,68	R$ 46,80
89	10	UND	SONDA NSG N. 20 LONGA C/ 10	MEDSONDA	R$ 7,92	R$ 79,20
90	1	PCT	SONDA PARA OXIGENIO NASAL	CPL	R$ 0,81	R$ 0,81
91	2000	UND	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100 ML	EQUIPLEX	R$ 1,32	R$ 2.640,00
92	600	UND	SORO FISIOLOGICO 0,9% 250 ML	EQUIPLEX	R$ 1,59	R$ 954,00
93	1000	UND	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	EQUIPLEX	R$ 1,53	R$ 1.530,00
94	800	UND	SORO GLICOSADO 0,5% 100 ML	EQUIPLEX	R$ 1,20	R$ 960,00
95	1000	UND	SORO GLICOSADO 0,5% 250 ML	EQUIPLEX	R$ 1,47	R$ 1.470,00
96	1000	UND	SORO GLICOSADO 0,5% 500 ML	EQUIPLEX	R$ 1,68	R$ 1.680,00
97	6	UND	TALA PARA IMOBOLIZAÇÃO M(LARANJA)	VNO	R$ 20,40	R$ 122,40
98	6	UND	TALA PARA IMOBOLIZAÇÃO P(LARANJA)	VNO	R$ 20,40	R$ 122,40
99	4	UND	TESOURA CIRURGICA RETA	PROFESSIONAL	R$ 14,50	R$ 58,00
100	1	PCT	TUBO ENDOTRAQUEAL ADULTO	SOLIDOR	R$ 24,92	R$ 24,92
101	1	PCT	TUBO ENDOTRAQUEAL INFANTIL	SOLIDOR	R$ 24,92	R$ 24,92
102	200	AMP	XILOCAINA 2%SEM VASO CONSRTRITOR 20 ML	HYPOFARMA	R$ 1,44	R$ 288,00
103	6	TUB	XILOCAINA GEL 1%	NEOQUIMICA	R$ 1,35	R$ 8,10
						R$ 28.052,92

TOTAL LOTE 02 (Vinte e Oito Mil e Cinquenta e Dois Reais e Noventa e Dois Centavos)
LOTE 3 – INJETAVEIS

TOTAL LOTE 3 – (VINTE E TRES MIL E SETECENTOS REAIS)

Item	Quant.	Und.	Descrição	Fabricante	Pço Unit	Total
1	2	CX	ADRENALINA 1MG/ML INJ 50X1 CX C/ 50	HYPOFARMA	R$ 22,20	R$ 44,40
2	200	AMP	AMINOFILINA INJ 24MG/ML	NEOQUIMICA	R$ 0,59	R$ 118,00
3	3	CX	AMPICILINA 500MG CX C/25	NOVAFARMA	R$ 0,72	R$ 2,16
4	1000	AMP	AMITRIPTILINA 75 MG	E.M.S	R$ 0,40	R$ 400,00
5	500	AMP	AZITROMICINA 40 MG	PRATI	R$ 2,49	R$ 1.245,00
6	30	FRA	ATROVENT FRASCO	TEUTO	R$ 0,68	R$ 20,40
7	2	CX	ATROPINA 0,25 MG/ML 25X1ML	FARMACE	R$ 6,00	R$ 12,00
8	30	FRA	BEROTEC FRASCO	TEUTO	R$ 1,78	R$ 53,40
9	60	FRA	BENZIL. PROCAINA + BENZIL.POTASSICA SUSP. INJ 1.200.000UI	TEUTO	R$ 0,77	R$ 46,20
10	50	AMP	BENZIL. PROCAINA + BENZIL.POTASSICA SUSP. INJ 300.000 + 100.000UI	NOVAFARMA	R$ 0,60	R$ 30,00
11	50	AMP	BENZIL. PROCAINA + BENZIL.POTASSICA SUSP. INJ 600.000UI	TEUTO	R$ 0,57	R$ 28,50
12	600	AMP	BIOFRUTOSE INJ	BUNKER	R$ 1,52	R$ 912,00
13	15	CX	BROMOGEX 10 MG/2ML C/ 50X2ML	WASSER	R$ 20,40	R$ 306,00
14	800	AMP	BROMOPRIDA INJ	WASSER	R$ 0,41	R$ 328,00

15	3000	AMP	BUSCOPAM COMPOSTO 500MG/ML	HIPOLABOR	R$ 0,62	R$ 1.860,00
16	2	CX	CEFTRICXONA 1G C/ 50 AMPOLAS	APSEN	R$ 84,00	R$ 168,00
17	150	AMP	CETRIAXONA 250 MG	E.M.S	R$ 8,40	R$ 1.260,00
18	800	AMP	CIMETIDINA, CLORIDRATO 150MG/ML	NOVAFARMA OK	R$ 0,27	R$ 216,00
19	2	CX	CLORPROMAZINA 25MG C/ 100	UNIAO QUIMICA	R$ 28,80	R$ 57,60
20	3000	AMP	COMPLEXO B	HYPOFARMA	R$ 0,48	R$ 1.440,00
21	30	AMP	DECADRON 25 AMPOLAS	FARMACE	R$ 0,27	R$ 8,10
22	300	AMP	DEXAMETASONA 4MG//ML	NOVAFARMA	R$ 0,45	R$ 135,00
23	1000	AMP	DIAZEPAN INJ	HIPOLABOR	R$ 0,30	R$ 300,00
24	800	AMP	DICLOFENCO SODICO INJETAVEL	FARMACE	R$ 0,40	R$ 320,00
25	1000	AMP	DIPIRONA SODICA SOL. INJ 500MG/ML	SANTISTA	R$ 0,41	R$ 410,00
26	600	AMP	DIPROSPAN INJ	MANTECORP	R$ 8,78	R$ 5.268,00
27	12	AMP	EFORTIL INJ	UNIAO QUIMICA	R$ 0,90	R$ 10,80
28	80	AMP	FITAMENADIONA 10MG/ML	UNIAO QUIMICA	R$ 0,82	R$ 65,60
29	600	AMP	FUROSEMIDA 10MG/ML	SANTISTA	R$ 0,30	R$ 180,00
30	2	CX	HALOPERIDOL (HALDOL) DECANOATO 50MG/ML 3X1ML	UNIAO QUIMICA	R$ 14,32	R$ 28,64
31	300	AMP	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML INJ	TEUTO	R$ 0,26	R$ 78,00
32	6	CX	PENCIAL B1 200.000 UI C/50 FRASCO	NOVAFARMA	R$ 81,00	R$ 486,00
33	600	AMP	PROCAINA INJ	NOVAFARMA	R$ 0,60	R$ 360,00
34	500	AMP	PROMETAZINA 25MG/ML	SANVAL	R$ 0,66	R$ 330,00
35	500	AMP	RANITIDINA 25MG/ML	HYPOFARMA	R$ 0,33	R$ 165,00
36	2	CX	SULFATO DE AMICACINA100/2 MLC/ 50 DE 2 ML	TEUTO	R$ 36,60	R$ 73,20
37	800	AMP	TENOXICAN 20 MG	UNIAO QUIMICA	R$ 2,90	R$ 2.320,00
38	800	AMP	TENOXICAN 40 MG	UNIAO QUIMICA	R$ 5,40	R$ 4.320,00
39	700	AMP	TRAMADOL 50MG/ML INJ 1 ML **A2(G)	TEUTO	R$ 0,42	R$ 294,00
						R$ 23.700,00

LOTE 4 –MEDICAMENTOS PARA FARMACIA

Item	Quant.	Und.	Descrição	Fabricante	Pço Unit	Total
1	2000	COMP	ALBENDAZOL 400 MG	PRATI	R$ 0,22	R$ 440,00
2	3000	FR	AMBROXOL XPE ADT	HIPOLABOR	R$ 1,19	R$ 3.570,00
3	3000	FR	AMBROXOL XPE PED	HIPOLABOR	R$ 1,19	R$ 3.570,00
4	3000	CPR	AMINOFILINA 100MG CPR C/500	HIPOLABOR	R$ 0,03	R$ 90,00
5	5000	COMP	AMPICILINA 500MG	PRATI	R$ 0,10	R$ 500,00
6	600	FR	AMPICILINA SUSP ORAL	PRATI	R$ 1,41	R$ 846,00
7	200	FR	BENZOATO DE BENZILA 25% 60ML	SOBRAL	R$ 1,04	R$ 208,00
8	3000	COMP	BROMOPRIDA 100 MG	PRATI	R$ 0,09	R$ 270,00
9	8000	COMP	BROMOPRIDA 10MG	PRATI	R$ 0,08	R$ 640,00
10	200	FR	BROMOPRIDA GOTAS	PRATI	R$ 0,76	R$ 152,00
11	8000	COMP	BUSCOPAM COMPOSTO	PRATI	R$ 0,11	R$ 880,00
12	7000	COMP	CETOCONAZOL 200MG	GEOLAB	R$ 0,08	R$ 560,00
13	5000	COMP	CINARIZINA 75 MG	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 250,00
14	2000	COMP	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2 MG	TEUTO	R$ 0,09	R$ 180,00
15	8000	COMP	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG	PRATI	R$ 0,12	R$ 960,00
16	20	FR	COLIRIO ANESTESICO	ALLERGAN	R$ 6,24	R$ 124,80
17	30	FR	CREME PARA MASSAGEM COM VASELINA	SAUDE	R$ 3,00	R$ 90,00
18	12	CX	DESTIBENOL 1 MG	APSEN	R$ 25,26	R$ 303,12
19	6000	UND	DEXAMETASONA CREME	TEUTO	R$ 0,53	R$ 3.180,00
20	200	CPR	DICLOF. POMADA	PRATI	R$ 1,34	R$ 268,00
21	5000	COMP	DICLOF. SODICO 500 MG	VITAMED	R$ 0,03	R$ 150,00
22	2500	FR	DICLOF.SODICO GOTAS	VITAPAN	R$ 1,68	R$ 4.200,00
23	20	UND	DICLOFENACO GEL	PRATI	R$ 1,34	R$ 26,80
24	500	COMP	DIMETICONA GOTAS	TEUTO	R$ 0,56	R$ 280,00
25	10.000	COMP	DIPIRONA SODICA 500 MG	MARIOL	R$ 0,06	R$ 600,00
26	5000	COMP	FLUCONAZOL 150 MG	PRATI	R$ 0,17	R$ 850,00
27	15	UND	GEL CONDUTOR DE ENERGIA	REYMER	R$ 1,18	R$ 17,70
28	50.000	COMP	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	PHARLAB	R$ 0,03	R$ 1.500,00
29	850	FR	IBUPROFENO GOTAS	MULTILAB	R$ 0,84	R$ 714,00
30	15	CX	LEVOTIROXINA SODICA 88uu C/ 30	MERK	R$ 6,55	R$ 98,25
31	50	CX	LOSARTANA POTASSICA 25 MG	TORRENT	R$ 0,46	R$ 23,00
32	1000	FR	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	VITAPAN	R$ 0,04	R$ 40,00
33	60	CX	MESILATO DE DOXAZOSINA 2 MG	MEDLEY	R$ 5,19	R$ 311,40
34	1000	COMP	METILDOPA 500 MG	LABORIS	R$ 0,14	R$ 140,00
35	1000	TB	METRONIDAZOL CREME VAGINAL	TEUTO	R$ 1,35	R$ 1.350,00
36	500	FR	METOCLOPRAMIDA GOTAS	MARIOL	R$ 0,42	R$ 210,00
37	1200	TB	METRONIDAZOL CREME VAGINAL	TEUTO	R$ 1,35	R$ 1.620,00
38	300	TB	MICONAZOL CREME VAGINAL	PRATI	R$ 1,65	R$ 495,00
39	1000	TB	NEOMICINA POMADA	MULTILAB	R$ 0,68	R$ 680,00
40	25000	COMP	NIFEDIPINO 20 MG	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 1.250,00
41	8000	COMP	NIMESULIDA	VITAPAN	R$ 0,03	R$ 240,00
42	3000	FR	NIMESULIDA GOTAS	PRATI	R$ 0,83	R$ 2.490,00
43	800	TB	NISTATINA CREME VAGINAL	MULTILAB	R$ 1,27	R$ 1.016,00
44	150	UND	OTOSPORIN SOLUÇAO OTOLOGICA	FQM	R$ 7,80	R$ 1.170,00
45	50	CX	PENTOXIFILINA 400MG CPR C/30	GERMED	R$ 12,96	R$ 648,00
46	20	TB	TOBRODEX PDA OFTALMICA	NOVARTIS	R$ 22,80	R$ 456,00
47	3500	COMP	PROMETAZINA 25MG	PRATI	R$ 0,03	R$ 105,00
48	8000	CPR	SINVASTATINA 40MG	LABORIS	R$ 0,12	R$ 960,00
49	70	TB	TETRACICLINA PDA OFTALM. 1%	MOBRA	R$ 14,40	R$ 1.008,00
50	80	TB	TIABENDAZOL POMADA	BELFAR	R$ 3,36	R$ 268,80
						R$ 39.999,87

TOTAL LOTE 4 – (TRINTA E NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA NOVE REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS)

LOTE 5 - MEDICAMENTOS

Item	Quant.	Und.	Descrição	Fabricante	Pço Unit	Total
1	27000	CPR	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG	SOBRAL	R$ 0,02	R$ 540,00
2	2000	CPR	ACIDO ACETILSALICILICO 500MG C/500	SOBRAL	R$ 0,03	R$ 60,00
3	6000	CPR	ACIDO FOLICO 5MG CPR C/500	SOBRAL	R$ 0,03	R$ 180,00
4	3500	CPR	AMIODARONA 200MG CPR C/500	GEOLAB	R$ 0,12	R$ 420,00
5	13000	CPR	AMITRIPTILINA 25MG	TEUTO	R$ 0,15	R$ 1.950,00
6	500	CPR	AMITRIPTILINA 75MG	CRISTALIA	R$ 0,36	R$ 180,00
7	25000	CPR	AMOXICILINA 500MG	PRATI	R$ 0,06	R$ 1.500,00
8	5000	FR	AMOXICILINA SUSPENSAO 250MG/5ML	NEOQUIMICA	R$ 2,06	R$ 10.300,00
9	10000	CPR	ANLODIPINO 10MG	GEOLAB	R$ 0,04	R$ 400,00
10	10000	CPR	ANLODIPINO 5MG	GEOLAB	R$ 0,04	R$ 400,00
11	500	CPR	ATENOLOL 100MG	PRATI	R$ 0,03	R$ 15,00
12	30000	CPR	ATENOLOL 50MG	PRATI	R$ 0,03	R$ 900,00
13	5000	CPR	AZITROMICINA 500MG	PRATI	R$ 0,38	R$ 1.900,00
14	50	FR	AZITROMICINA 600MG /15ML	PHARLAB	R$ 2,76	R$ 138,00
15	600	FR	AZITROMICINA SUSP ORAL 40MG/ML	PRATI	R$ 2,49	R$ 1.494,00
16	15	FR	BECLOMETASONA (DIPROPIONATO)200uG / DOSE	CHIESI	R$ 27,60	R$ 414,00
17	15	FR	BECLOMETASONA 250MuG/DOSE(DIPROPIONATO)	GLENMARK	R$ 36,00	R$ 540,00
18	15	FR	BECLOMETASONA (DIPROPIONATO)50MuG/DOSE	GLAXO	R$ 36,00	R$ 540,00
19	100000	CPR	CAPTOPRIL 25MG	ROYTON	R$ 0,02	R$ 2.000,00
20	10000	CPR	CARBAMAZEPINA 200MG	UNIAOQUIMICA	R$ 0,18	R$ 1.800,00
21	50	FR	CARBAMAZEPINA 20MG/ML	UNIAOQUIMICA	R$ 7,80	R$ 390,00
22	100	CPR	CARBONATO DE CALCIO 500MG	SOBRAL	R$ 0,28	R$ 28,00
23	15000	CPR	CEFALEXINA 500MG	MULTILAB	R$ 0,14	R$ 2.100,00
24	1000	FR	CEFALEXINA SUSP. ORAL	TEUTO	R$ 2,04	R$ 2.040,00
25	3000	CPR	CETOCONAZOL 200MG	GEOLAB	R$ 0,08	R$ 240,00
26	30	FR	CETOCONAZOL SHAMPOO	PRATI	R$ 2,70	R$ 81,00
27	600	CPR	CLONAZEPAM 2MG	E.M.S	R$ 0,10	R$ 60,00
28	10000	CPR	CIPROFLOXACINO 500MG	PRATI	R$ 0,12	R$ 1.200,00
29	10000	CPR	CLORPROMAZINA 100MG	UNIAO QUIMICA	R$ 0,15	R$ 1.500,00
30	3000	FR	DEXCLORFENIRAMINA 100ML SOL ORAL	TEUTO	R$ 0,90	R$ 2.700,00
31	8000	CPR	DEXCLORFENIRAMINA 2MG	GEOLAB	R$ 0,03	R$ 240,00
32	15000	CPR	DIAZEPAM 10MG	SANTISTA	R$ 0,04	R$ 600,00
33	5000	CPR	DIGOXINA 0.25MG	PHARLAB	R$ 0,04	R$ 200,00
34	5000	FR	DIPIRONA SODICA SOL ORAL 500MG/ML	MARIOL	R$ 0,06	R$ 300,00
35	300	CPR	EFORTIL 5 MG	BOEHRINGER	R$ 0,14	R$ 42,00
36	30000	CPR	ENALAPRIL 20MG	VITAPAN	R$ 0,04	R$ 1.200,00
37	3500	CPR	ENALAPRIL 5MG	ROYTON	R$ 0,03	R$ 105,00
38	10000	CPR	ENALAPRIL 10MG	VITAPAN	R$ 0,04	R$ 400,00
39	1000	CPR	ERITROMICINA 500MG	PRATI	R$ 0,29	R$ 290,00
40	200	FR	ERITROMICINA 50MG SUSP ORAL	PRATI	R$ 2,74	R$ 548,00
41	8000	CPR	FENITOINA SODICA 100MG	TEUTO	R$ 0,06	R$ 480,00
42	10000	CPR	FENOBARBITAL 100MG	TEUTO	R$ 0,06	R$ 600,00
43	15	FR	FENOBARBITAL SOL ORAL 40MG/ML	SANVAL	R$ 1,80	R$ 27,00
44	5000	CPR	FUROSEMIDA 40MG	PRATI	R$ 0,04	R$ 200,00
45	16000	CPR	GLIBENCLAMIDA 5MG	ROYTON	R$ 0,02	R$ 320,00
46	3000	CPR	HALOPERIDOL 5MG	UNIAOQUIMICA	R$ 0,08	R$ 240,00
47	4000	FR	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP ORAL 60 MG	SOBRAL	R$ 0,95	R$ 3.800,00
48	4000	CPR	IBUPROFENO 200MG	PRATI	R$ 0,10	R$ 400,00
49	10000	CPR	IBUPROFENO 600MG	PRATI	R$ 0,06	R$ 600,00
50	70	FR	IBUPROFENO SUSP ORAL	MULTILAB	R$ 4,58	R$ 320,60
51	500	CPR	ISOSSORBIDA 5MG	E.M.S	R$ 0,05	R$ 25,00
52	12	CX	LEVOTIROXINA 100MuG CPR C/30	SONOFI	R$ 7,20	R$ 86,40
53	12	CX	LEVOTIROXINA 25MuG CPR C/30	MERCK	R$ 4,20	R$ 50,40
54	12	CX	LEVOTIROXINA 50MuG CPR C/30	MERCK	R$ 4,20	R$ 50,40
55	500	CPR	LORATADINA 10MG	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 25,00
56	1000	FR	LORATADINA XPE	MARIOL	R$ 1,34	R$ 1.340,00
57	3000	CPR	MEBENDAZOL 100MG	SOBRAL	R$ 0,03	R$ 90,00
58	800	FR	MEBENDAZOL 20MG/ML	NATULAB	R$ 0,56	R$ 448,00
59	8000	CPR	METFORMINA 500MG	PRATI	R$ 0,05	R$ 400,00
60	25000	CPR	METFORMINA 850MG	GEOLAB	R$ 0,05	R$ 1.250,00
61	1000	CPR	METILDOPA 250MG	TKS	R$ 0,09	R$ 90,00
62	1000	CPR	METOCLOPRAMIDA 10MG	HIPOLABOR	R$ 0,03	R$ 30,00
63	6000	CPR	METRONIDAZOL 250MG	PRATI	R$ 0,05	R$ 300,00
64	500	FR	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSP ORAL	PRATI	R$ 1,34	R$ 670,00
65	40	FR	NISTATINA SUSP ORAL	TEUTO	R$ 1,68	R$ 67,20
66	300	CPR	NORTRIPTILINA 50MG	TEUTO	R$ 0,21	R$ 63,00
67	20	FR	OLEO MINERAL	MARIOL	R$ 1,35	R$ 27,00
68	30000	CPR	OMEPRAZOL 20MG	MULTILAB	R$ 0,04	R$ 1.200,00
69	4000	FR	PARACETAMOL 200MG/ML	NATULAB	R$ 0,60	R$ 2.400,00
70	10000	CPR	PARACETAMOL 500MG	MARIOL	R$ 0,05	R$ 500,00
71	4000	CPR	PERMANG. POTASSIO 100MG	MARIOL	R$ 0,05	R$ 200,00
72	30	FR	PERMETRINA LOÇÃO 1%	MULTILAB	R$ 2,04	R$ 61,20
73	100	CPR	PIRIDOXONA 50MG	BYOLAB	R$ 0,60	R$ 60,00
74	100	CPR	PRANZIQUANTEL 150MG	MERCK	R$ 5,00	R$ 500,00
75	100	CPR	PRANZIQUANTEL 600MG	MERCK	R$ 5,00	R$ 500,00
76	30	FR	PREDNISOLONA SOL ORAL 1,34MG/ML	PRATI	R$ 3,24	R$ 97,20
77	8000	CPR	PREDNISONA 20MG	PRATI	R$ 0,08	R$ 640,00
78	6000	CPR	PREDNISONA 10MG	TEUTO	R$ 0,09	R$ 540,00
79	8000	CPR	PREDNISONA 5MG	TEUTO	R$ 0,05	R$ 400,00
80	2000	CPR	PROMETAZINA 25MG	PRATI	R$ 0,04	R$ 80,00
81	15	FR	PROMETAZINA 25MG/ML	SANVAL	R$ 0,66	R$ 9,90
82	20000	CPR	PROPRANOLOL 40MG	GEOLAB	R$ 0,02	R$ 400,00
83	20000	CPR	RANITIDINA 150MG	TEUTO	R$ 0,05	R$ 1.000,00
84	400	UND	REIDRATANTE ORAL	NATULAB	R$ 0,33	R$ 132,00
85	300	CPR	RETINOL (VITAMINA A) 200.000UI	E.M.S	R$ 0,12	R$ 36,00
86	6000	UND	SAIS PARA REIDRATAÇÃO	MEDNUTITION	R$ 0,35	R$ 2.100,00
87	120	FR	SALBUTAMOL 100MG DOSE ARE	TEUTO	R$ 6,93	R$ 831,60
88	100	FR	SALBUTAMOL 2 MG/5ML	SOBRAL	R$ 0,95	R$ 95,00
89	7000	CPR	SULFA+TRIMET. 400+80MG	TEUTO	R$ 0,06	R$ 420,00

90	600	FR	SULFA+TRIMETOPRIMA 40+8MG/ML	TEUTO	R$ 0,96	R$ 576,00
91	1000	FR	SULFATO FERROSO 25MG/ML	NATULAB	R$ 1,08	R$ 1.080,00
92	10000	CPR	SULFATO FERROSO 40MG	PRATI	R$ 0,04	R$ 400,00
93	500	CPR	TIABENDAZOL 500MG	UCI-FARMA	R$ 1,56	R$ 780,00
94	100	FR	TIABENDAZOL 50MG/ML	UCI-FARMA	R$ 9,36	R$ 936,00
95	100	CPR	TIAMINA 300MG	PRATI	R$ 0,09	R$ 9,00
96	30	FR	VALPROATO DE SODIO 50MG/ML 100ML	TEUTO	R$ 1,97	R$ 59,10
97	300	CPR	VALPROATO DE SODIO 500MG CPR C/50	ABBOT	R$ 0,74	R$ 222,00
						R$ 68.200,00

TOTAL LOTE 05 (SESSENTA E OITO MIL E DUZENTOS REAIS)

LOTE 6 – MATERIAL PARA LABORATÓRIO

Item	Quant.	Und.	Descrição	Fabricante	Pço Unit	Total
1	2	CX	ALCOOL ETILICO 70%	START	R$ 29,81	R$ 59,62
2	6	PCT	ALGODAO HIDROFILO 500 GR	FAROL	R$ 6,84	R$ 41,04
3	10	UND	ANTICOAGULANTE GLICOSE	DOLES	R$ 51,98	R$ 519,80
4	10	UND	ANTICOAGULANTE PROTROMBINA	DOLES	R$ 51,98	R$ 519,80
5	6	UND	ANTICOAGULANTE UNIVERSAL	DOLES	R$ 51,98	R$ 311,88
6	10	UND	ASLOTEST	DOLES	R$ 51,98	R$ 519,80
7	30	UND	CAIXA ISOPOR PEQUENA	HB	R$ 3,68	R$ 110,40
8	100	UND	COLETOR DE URINA INF FEM	MEDIC	R$ 0,21	R$ 21,00
9	100	UND	COLETOR DE URINA INF MAS	MEDIC	R$ 0,21	R$ 21,00
10	600	UND	COLETOR UNIVERSAL	DESKARPLAS	R$ 0,19	R$ 114,00
11	3	FR	CORANTE GIEMSA 500ML	DOLES	R$ 52,21	R$ 156,63
12	3	FR	CORANTE LEISHMAN	DOLES	R$ 52,21	R$ 156,63
13	3	FR	CORANTE MAY GRANWALD	DOLES	R$ 49,45	R$ 148,35
14	30	FR	DETERGENTE NAO IONCO 3LTS	VICPHARMA	R$ 12,08	R$ 362,40
15	10	UND	ESCOVA P/ LAVAR TUBO	REIS	R$ 1,73	R$ 17,30
16	3	PCT	GAZE	MB TEXTIL	R$ 4,32	R$ 12,96
17	7	KIT	GESTATEST ULTRARAPID	DOLES	R$ 22,77	R$ 159,39
18	8	KIT	COLESTEROL HDL	DOLES	R$ 21,62	R$ 172,96
19	15	UND	COLESTEROL ENZIMATICO LIQ.	DOLES	R$ 52,96	R$ 794,40
20	6	UND	KIT CREATINA	DOLES	R$ 34,65	R$ 207,90
21	13	UND	KIT GLICOSE ENZ. LIQ.	DOLES	R$ 41,35	R$ 537,55
22	13	UND	KIT TRIGLICERIDES LIQUIDO	DOLES	R$ 117,14	R$ 1.522,82
23	13	UND	KIT URATO ENZIMATICO LIQ.	DOLES	R$ 57,64	R$ 749,32
24	4	UND	KIT UREIA 500	DOLES	R$ 49,59	R$ 198,36
25	10	CX	LAMINA PARA MICROSPIA	EXACTA	R$ 2,36	R$ 23,60
26	2	CX	LAMINULA 20X20 C/100	EXACTA	R$ 2,36	R$ 4,72
27	2	UND	LUGOL 200ML	NEW PROV	R$ 16,46	R$ 32,92
28	200	CX	LUVA PROCEDIMENTO G	LENGRUBER	R$ 10,81	R$ 2.162,00
29	200	CX	LUVA PROCEDIMENTO P	LENGRUBER	R$ 10,81	R$ 2.162,00
30	2	UND	MICROPIPETA VOL FIXO 10 MICROLITROS	KACIL	R$ 61,53	R$ 123,06
31	2	UND	MICROPIPETA VOL FIXO 100 MICROLITROS	KACIL	R$ 61,53	R$ 123,06
32	2	UND	MICROPIPETA VOL FIXO 20 MICROLITROS	KACIL	R$ 61,53	R$ 123,06
33	2	UND	MICROPIPETA VOL FIXO 25 MICROLITROS	KACIL	R$ 61,53	R$ 123,06
34	2	UND	MICROPIPETA VOL FIXO 50uL	KACIL	R$ 61,53	R$ 123,06
35	2	UND	MICROPIPETA VOL FIXO 500 MICROLITROS	KACIL	R$ 61,53	R$ 123,06
36	10	UND	PCR TEST	DOLES	R$ 45,31	R$ 453,10
37	20	UND	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 1ML	PERFECTA	R$ 2,42	R$ 48,40
38	20	UND	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 10ML 1/10	PERFECTA	R$ 2,42	R$ 48,40
39	20	UND	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 2ML 1/100	PERFECTA	R$ 2,42	R$ 48,40
40	20	UND	PIPETA GRADUADA DE VIDRO 5ML1/10	PERFECTA	R$ 2,42	R$ 48,40
41	10	UND	REUMATEST 100 DET	DOLES	R$ 36,06	R$ 360,60
42	10	UND	RPR TEST SIFILIES	DOLES	R$ 31,23	R$ 312,30
43	4000	UND	SERINGA 10ML C/AG 25X07 -	SR	R$ 0,17	R$ 680,00
44	5000	UND	SERINGA 03ML C/AG 25X07 -	SR	R$ 0,11	R$ 550,00
45	3000	UND	SERINGA 05ML C/AG 25X07	SR	R$ 0,14	R$ 420,00
46	12	KIT	SORO CONTROLE N 3X5ML	DOLES	R$ 71,42	R$ 857,04
47	50	UND	TAMPA PARA TUBO CINZA	VACUMPLAST	R$ 0,46	R$ 23,00
48	50	UND	TAMPA PARA TUBO ROXA	VACUMPLAST	R$ 0,44	R$ 22,00
49	2	UND	TERMOMETRO PARA GELADEIRA	INCOTERM	R$ 40,21	R$ 80,42
50	100	UND	TUBO DE ENSAIO PLASTICO C/ TAMPA	DESKARPLAS	R$ 0,07	R$ 7,00
51	100	UND	TUBO DE ENSAIO VIDRO 10ML 13X100MM	GT	R$ 0,28	R$ 28,00
52	100	UND	TUBO DE ENSAIO VIDRO 10ML 16X100MM	GT	R$ 0,28	R$ 28,00
53	100	UND	TUBO DE ENSAIO VIDRO 15ML 18X100MM	GT	R$ 0,44	R$ 44,00
54	8	UND	TUBO P/ MICRO HEMATOCRITO SEM HEPARINA	PERFECTA	R$ 9,38	R$ 75,04
55	4	UND	TUBO P/ MICRO HEMATOCRITO COM HEPARINA	PERFECTA	R$ 18,06	R$ 72,24
56	15	UND	TESTE RAPIDO P/ HIV	DOLES	R$ 107,64	R$ 1.614,60
53	15	UND	TESTE RAPIDO P/ HEPATITE	DOLES	R$ 108,01	R$ 1.620,15
						R$ 20.000,00

TOTAL LOTE 06 (VINTE MIL REAIS)

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade adesos ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.
6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, Lote 02, Lote 03, Lote 04, Lote 05, Lote 06, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 426 Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.

9. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;
11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;

13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 002/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 23 de Fevereiro de 2013.

ROGERIO BARBOSA
BIOGEN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP
CNPJ: 04.929.044/0001-51

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

_____
ELAYNE BENTO PARREIRA
OAB/MT 10.214-B

_____
ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG:2339517 SSP/GO
CPF:592.729.021-34

_____
REGIANE VIEIRA MARQUES
RG:1166610 SSP/MT
CPF:000.917.921-61

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:17BDF315

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL: Nº. 005/2013 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios

Aos Onze dias do mês de Março de Dois Mil e Treze o Município de Araguainha - MT, com sede na Rua Bahia, nº. 430 - Centro, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **03.947.926/0001-87**, representado pela Prefeita Municipal, **Sra. MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, Casada, Servidora Publica Municipal, carteira de identidade RG N.º 486.517 SSP/MT e CPF Nº. 592.724.901-97, Residente e Domiciliada na Chácara das Mangueiras – MT - 100, Km 72, zona Rural, nesta cidade de Araguainha-MT, neste ato simplesmente denominado de CONTRATANTE e de outro lado a empresa **AUTO POSTO N. 01 LTDA CNPJ: 02.358.595/0001-87** representada por **JERONIMO GABRIEL RODRIGUES**, **RG: 1.508.147 SSP/GO**, **CPF: 263.413.871-72**, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiúva, nº. 61 – Centro, Alto Araguaia/MT, CEP: 78.780-00, nas quantidades estimadas no Anexo I desta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas por Lote, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e suas alterações, Decreto Estadual nº. 7.217/2006 - Decreto Estadual nº. 1.805/2009 e Portaria Municipal nº 57/2013 e subsidiariamente, á Lei 8.666/93 em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Registro de Preço para Futuras e Eventuais **Aquisições de Combustíveis (Gasolina, Etanol e Óleo Diesel) e Óleo Lubrificante e Derivados de Petróleo,** conforme condições e especificações constantes nesta Ata, Edital e Anexo.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade DE (12) MESES, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Licitações, através da C. P. L, no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Araguainha – MT, nas questões legais.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela, anexo desta ata.

LOTE 1 – GASOLINA												
Item	Descr	**UNID.**	**Quantidade**						**Total Geral**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
			GAB. DO PREFEITO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	SEC. MUN. DE OBRAS	SEC. MUN. DE SAUDE	SEC. MUN. DO BEM ESTAR SOCIAL	SEC. MUN. DE AGRICULTURA				
01	Combustível gasolina comum	Lt.	9.000		9.000	15.000	7.000		**40.000**	PETROBRAS	3,175	127.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 127.000,00												

LOTE 2 – ETANOL												
Item	Descr	**UNID**	**Quantidade**						**Total Geral**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
			GAB. DO PREFEITO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	SEC. MUN. DE OBRAS	SEC. MUN. DE SAUDE	SEC. MUN. DO BEM ESTAR SOCIAL	SEC. MUN. DE AGRICULTURA				
01	ETANOL	Lt.	7.000		5.000	7.000	3.500		**22.500**	PETROBRAS	2,28	51.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE:R$ 51.300,00												

LOTE 3 –DIESEL												
Item	Descr.	**UNID**	**Quantidade**						**Total Geral**	**Marca**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
			GAB. DO PREFEITO	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO	SEC. MUN. DE OBRAS	SEC. MUN. DE SAUDE	SEC. MUN. DO BEM ESTAR SOCIAL	SEC. MUN. DE AGRICULTURA				
01	DIESEL	Lt.	5.000	50.000	95.000	10.000		8.000	**168.000**	PETROBRAS	2,57	431.760,00
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 431.760,00												

LOTE 4 - OLEO LUBRIFICANTE E DERIVADOS DE PETROLEO						
Item	ESPECIFICAÇÃO	**UNID**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**
01	ÓLEO 2 TEMPO DE LT	UN	40	BR	13,72	548,80
02	Balde de Oleo 15W40 20 lts	UN	60	BR	225,40	13.524,00
03	Balde de Oleo 90 20lts	UN	40	BR	198,94	7.957,60
04	Balde de Oleo 140 20lts GL-5	UN	40	BR	209.72	8.388,80
05	Balde de Graxa 20 KG	UN	15	BR	227,36	3.410,40
06	Balde de Graxa Azul 20KG	UN	15	FAG	274,40	4.116,00
07	Balde Óleo Isafluido HD 433	UN	15	IPIRANGA	231,28	3.469,20
08	Balde de Oleo 85W140 20lts	UN	18	BR	205,80	3.704,40
09	Balde de Oleo Texamatic	UN	18	TEXACO	241,08	4.339,44
10	Aditivo para Radiador 12X1 LT	CX	20	BR	20,58	4.939,20
11	Desengripante 24X1	CX	35	WHITLUB	9,80	8.232,00
12	Oleo 20W50 LT	UN	600	BR	16,17	9.702,00
13	Fluido de Freio Dot 3 30x500	CX	13	BR	11,88	4.633,20
VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 76.965,04						

5. EMPENHO

5.1. O Contrato, no caso do presente PREGÃO, será substituído pela Nota de Empenho na forma do artigo 62, "caput" e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.
5.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Estadual, ou ainda perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
5.3. Se as certidões referidas no item anterior não comprovarem a situação regular do licitante, a sessão será retomada e os demais chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observado que o (a) pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
5.4. A Contratada ficará obrigada a entregar os produtos, nas quantidades e condições contratado com o Órgão ou Entidade Adeso ao registro de preço, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho que advém desta licitação.
5.5. Da nota de empenho advinda da homologação e adjudicação, acima referida, constará o valor global da contratação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal:
6.2. Entregar o Objeto nos locais indicados de acordo com a solicitação do Município de Araguainha- MT;
6.3. O vencedor ficará obrigado a entregar os materiais desta licitação, em até 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.
6.4. A contratada será responsável pelo transporte dos materiais até a sua entrega, não cabendo quaisquer ônus adicionais a Administração;
6.5. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar a identificação do produto e demais informações exigidas na Legislação em vigor.
6.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para os Órgãos/Entidade.

6.7. Executar o fornecimento dos materiais dentro dos padrões estabelecidos pela PREFEITURA e conforme estipulado neste edital e na proposta apresentada;
6.8. Substituir, às suas expensas, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectiva proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);
6.9. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes neste edital, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
6.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão/Entidade, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à PREFEITURA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Ata;
6.11. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da PREFEITURA, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;
6.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
6.13. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
6,14. Comunicar imediatamente à PREFEITURA qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outro julgava necessários para recebimento de correspondência;
6.15. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
6.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-à independentemente da que será exercido pela PREFEITURA;
6.17. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
6.18. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Aderir ao registro de preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
7.2. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
7.3. Receber o objeto adjudicado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste edital;
7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao Objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adesos ao registro;
7.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
7.7. Rejeitar os materiais em desacordo com o edital;
7.8. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.
7.9. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme condições previstas neste edital.
7.10. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8. DO FORNECIMENTO

8.1. O fornecimento dos Materiais descritos no Anexo I, Lote 01, Lote 02, Lote 03, Lote 04 e Lote 05, deverão ser fornecidos pelo Licitante Vencedor na sede da Prefeitura Municipal de Araguainha (localizada na Rua Bahia, 430, Centro, Araguainha) local onde deverão ser entregues, em quantidades determinadas pela Contratante.
9 DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

9.1. Os materiais descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;
c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

9.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada.
9.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos ÓRGÃOS/ENTIDADES adesos ao registro de preços, mediante concretização da ordem de empenho.
11. DO PAGAMENTO

11.1. Efetuar o pagamento após o recebimento definitivo dos produtos, mediante ordem bancária através do Banco do Brasil S/S, em moeda corrente até o 20º (vigésimo) dia útil, contados a partir do recebimento da fatura/Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.
11.1.1. A Administração se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste edital, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções;

11.1.2. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas;
11.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do equipamento (com detalhes), o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
11.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.3. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

12. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

12.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
12.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
12.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Secretaria, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata e no Edital.
12.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do Item.
12.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13. DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ata e do edital sujeita a contratada a multas, consoante o caput e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:
13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
13.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:
13.3.1. Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;
13.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos, e/ou;
13.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.
13.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da garantia do contrato.
13.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a PREFEITURA.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.
II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº. 005/2013 e seus anexos e as propostas das classificadas.
III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA

15. DO FORO

15.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

Araguainha - MT, 11 de Março de 2013.

Auto Posto Nº 1 Ltda-me
JERONIMO GABRIEL RODRIGUES
CNPJ:02.358.595/0001-87

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO
Prefeita Municipal

Testemunhas:

CELES ANTONIO R. DE OLIVEIRA ELAYNE BENTO PARREIRA
RG: 081538-09 SSP/MT OAB/MT 10.214 - B
CPF: 592.842.931-20

_____
ISOLINA CARRIJO BATISTA
RG: 2339517 SSP/GO
CPF: 592.729.021-34

Publicado por:
Vander Lúcio Nunes de Jesus
Código Identificador:794249AD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO ADITAMENTO -ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013

PRIMEIRO ADITAMENTO -ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

Pelo presente termo, o **MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 15.023.914/0001-45, situada na Rua Antenor Mamedes, nº 911, Centro em Araputanga - Estado e Mato Grosso, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **SIDNEY PIRES SALOMÉ**, brasileiro, casado, portador do R.G sob nº 413.622 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob n.º 378.584.241-49, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013**, nas cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, e a respectiva homologação, RESOLVE aditar os quantitativo registrado da empresa **M. CILENE DE SOUZA COMÉRCIO-ME**, inscrita no **CNPJ 04.832.302/0001-87**, estabelecida na Av. Marechal Rondon, nº 223, Bairro Centro, na cidade de Araputanga – Estado de Mato Grosso, neste ato representado pela Srª. **MARIA CILENE DE SOUZA**, brasileira, casada, portadora do RG. nº 952949 SSP/MT e CPF/MF nº 811.971.101-78, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 029/2010 e demais legislações aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Por este aditamento obrigar-se-á FORNECEDORA, realizar a entrega dos itens descrito na Clausula Terceira deste termo aditivo no que se refere a **Aquisição de Gêneros Alimentícios**

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - O presente termo aditivo esta sendo celebrado com base conforme previsto no Art. 12 do Decreto Municipal nº 029/201 c.c o Art. 65, § 1º, da L. 8.666;93.

3.0 CLÁUSULA TERCEIRA– DOS QUANTITATIVOS, VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 As partes ajustam no aditamento pela **Aquisição de Gêneros Alimentícios conforme segue:**

COD.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	UND	QTD ADITIVADA	V. UNT	V. TOTAL
109	ALHO EM CABECA IN NATURA, AGRANEL, EMBALADOS EM SACOLAS DE 1KG.	COROADO	KILO	50	R$ 14,00	R$ 700,00
148	BETERRABA, PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA, TAMANHO MEDIO, SEM DEFORMACOES E CONTAMINACOES, CONSISTENCIA FIRME, SEM INDICIOS DE GERMINACAO, GRAU DE MATURACAO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE, CONDICOES ADEQUADAS PARA CONSUMO	DA REGIAO	KILO	270	R$ 3,59	R$ 969,30
246	ALFACE IN NATURA PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA, TAMANHO MÉDIO, SEM DEFORMACOES E CONTAMINACOES, CONSISTENCIA FIRME SEM INDICIOS DE GERMINACAO, GRAU DE MATURACAO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE, CONDICOES ADEQUADAS P/ CONSUMO.	DA REGIAO	PACOTE	400	R$ 2,89	R$ 1.156,00
7270	MANDIOCA PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA, TAMANHO MÉDIO, SEM DEFORMACOES E CONTAMINACOES, CONSISTENCIA FIRME SEM INDICIOS DE GERMINACAO, GRAU DE MATURACAO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE, CONDICOES ADEQUADAS P/ CONSUMO.	GUT GUT	KILO	250	R$ 1,88	R$ 470,00
8028	MACA NACIONAL IN NATURA PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA, TAMANHO MÉDIO, SEM DEFORMACOES E CONTAMINACOES, CONSISTENCIA FIRME SEM INDICIOS DE GERMINACAO, GRAU DE MATURACAO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE, CONDICOES ADEQ. P/ CONSUMO.	GRANJA MARQUES	KILO	550	R$ 4,33	R$ 2.381,50
8917	LINGUICA TOSCANA	PERDIGAO	KILO	200	R$ 10,64	R$ 2.128,00
22162	ACUCAR CRISTALIZADO, EMBALAGEM DE PLASTICO TRANSPARENTE DE	ITAMARATI	PACOTE	180	R$ 3,39	R$ 610,20

	2KG					
22163	ARROZ BRANCO, TIPO 1,EMBALAGEM DE PLASTICO TRANSPARENTE CONTENDO 5KG	TRES MOINHOS	PACOTE	576	R$ 11,40	R$ 6.566,40
22169	OLEO DE SOJA REFINADO SEM COLESTEROL, COMESTIVEL, EMBALAGEM PLASTICA, TRANSPARENTE CONTENDO 900ML	SOYA	UNIDADE	225	R$ 3,92	R$ 882,00
22173	SAL REFINADO IODADO, EMBALAGEM PROPRIA, 1 KG, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA E ENDERECO DO FABRICANTE, PESO LIQUIDO E PRAZO DE VALIDADE.	UNIAO	UNIDADE	30	R$ 1,19	R$ 35,70
22176	VINAGRE DE ALCOOL ESCURO, EMBALAGENS PLASTICAS, GARRAFAS DE 750 ML	PALHINHA	UNIDADE	30	R$ 1,39	R$ 41,70
22178	CARNE BOVINA DE 2ª TIPO MUSCULO, MOIDA, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS DE INSPECAO	FRIBOI	KILO	300	R$ 7,85	R$ 2.355,00
22179	FRANGO PECAS INTEIRA CONGELADAS COM MIUDOS PCT DE 1KG COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, ETIQUETA DE PESO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE MARCAS E CARIMBOS OFICIAIS DE INSPECAO	GRANJA MARQUES	KILO	600	R$ 4,98	R$ 2.988,00
23888	UVA ITALIA IN NATURA PRODUTO DE PRIMEIRA LINHA, TAMANHO MÉDIO, SEM DEFORMACOES E CONTAMINACOES, CONSISTENCIA FIRME SEM INDICIOS DE GERMINACAO, GRAU DE MATURACAO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, O TRANSPORTE, CONDICOES ADEQUADAS P/ CONSUMO.	ITALIA	KILO	85	R$ 8,39	R$ 713,15
VALOR TOTAL DOS ITENS R$ 21.996,95						

3.2. Onde os pagamentos serão efetuados a detentora da Ata de Registro de Preço, quando da continuidade da execução do objeto do contrato originário.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas na dotação da **Secretária Municipal de Esporte.**

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 03(Tres) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

Araputanga - MT., 05 de Agosto de 2013.

SIDINEY PIRES SALOMÁÉ
Prefeito Municipal
Orgão Gerenciador

M. CILENE DE SOUZA COMÉRCIO-ME
CNPJ 04.832.302/0001-87

MARIA CILENE DE SOUZA
RG. nº 952949 SSP/MT e CPF/MF nº 811.971.101-78
Fornecedor

Publicado por:
Ronaldo Edson Schiavinato
Código Identificador:373F7636

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. LRF-Cidadão - 9.31 - 06/08/13

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Jun 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	14.940.000,00	14.711.394,00	2.334.515,68	15,87	7.697.545,61	52,32	7.013.848,39
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	13.994.216,00	13.729.826,00	2.334.515,68	17,00	6.947.545,61	50,60	6.782.280,39
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	610.207,20	610.207,20	139.561,78	22,87	341.777,59	56,01	268.429,61
1.1.1.0.00.00 - Impostos	538.164,00	538.164,00	118.988,64	22,11	285.462,25	53,04	252.701,75
1.1.2.0.00.00 - Taxas	72.043,20	72.043,20	20.573,14	28,56	56.315,34	78,17	15.727,86
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	190.000,00	0,00	0,00	0,00	46.108,21	0,00	-46.108,21
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	190.000,00	0,00	0,00	0,00	46.108,21	0,00	-46.108,21
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	91.138,00	91.138,00	7.090,18	7,78	15.465,80	16,97	75.672,20
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	91.138,00	91.138,00	7.090,18	7,78	15.465,80	16,97	75.672,20
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	599.043,00	599.043,00	106.881,99	17,84	309.181,34	51,61	289.861,66
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.354.519,80	12.280.129,80	2.044.385,20	16,65	6.160.815,87	50,17	6.119.313,93
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	11.296.898,80	11.222.508,80	1.892.743,43	16,87	5.708.085,16	50,86	5.514.423,64
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	1.057.621,00	1.057.621,00	151.641,77	14,34	452.730,71	42,81	604.890,29
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	149.308,00	149.308,00	36.596,53	24,51	74.196,80	49,69	75.111,20
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	72.011,00	72.011,00	6.682,51	9,28	15.485,17	21,50	56.525,83
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	8.158,00	8.158,00	1.363,16	16,71	2.692,65	33,01	5.465,35
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	60.581,00	60.581,00	28.534,00	47,10	53.929,82	89,02	6.651,18
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	8.558,00	8.558,00	16,86	0,20	2.089,16	24,41	6.468,84
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	945.784,00	981.568,00	0,00	0,00	750.000,00	76,41	231.568,00
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	35.784,00	71.568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71.568,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	35.784,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.784,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	910.000,00	910.000,00	0,00	0,00	750.000,00	82,42	160.000,00
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	910.000,00	910.000,00	0,00	0,00	750.000,00	82,42	160.000,00
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.940.000,00	14.711.394,00	2.334.515,68	15,87	7.697.545,61	52,32	7.013.848,39
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	14.940.000,00	14.711.394,00	2.334.515,68	15,87	7.697.545,61	52,32	7.013.848,39
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	597.439,35	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	14.940.000,00	14.711.394,00	2.334.515,68	15,87	8.294.984,96	52,32	7.013.848,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	No Bimestre (f)	Jan a Jun 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.968.548,52	0,00	10.968.548,52	2.620.057,76	13.437.522,15	3.155.101,59	8.294.984,96	75,63	2.673.563,56
DESPESAS CORRENTES	13.087.361,93	1.195.023,14	14.282.385,07	2.595.241,40	13.047.635,93	3.048.783,82	7.953.413,47	55,69	6.328.971,60
Pessoal e Encargos Sociais	7.188.237,62	4.370,88	7.192.608,50	1.087.957,45	7.041.339,89	1.521.621,61	4.527.620,99	62,95	2.664.987,51
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.899.124,31	1.190.652,26	7.089.776,57	1.507.283,95	6.006.296,04	1.527.162,21	3.425.792,48	48,32	3.663.984,09
DESPESAS DE CAPITAL	-2.268.813,41	-1.195.023,14	-3.463.836,55	24.816,36	389.886,22	106.317,77	341.571,49	-9,86	-3.805.408,04
Investimentos	1.389.198,07	-1.235.023,14	154.174,93	24.816,36	40.107,72	21.978,94	31.796,89	20,62	122.378,04
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	-3.658.011,48	40.000,00	-3.618.011,48	0,00	349.778,50	84.338,83	309.774,60	-8,56	-3.927.786,08
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	10.968.548,52	0,00	10.968.548,52	2.620.057,76	13.437.522,15	3.155.101,59	8.294.984,96	75,63	2.673.563,56
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	3.971.451,48	0,00	3.971.451,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.971.451,48
Amortização da Dívida Interna	3.971.451,48	0,00	3.971.451,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.971.451,48
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	3.971.451,48	0,00	3.971.451,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.971.451,48
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	14.940.000,00	0,00	14.940.000,00	2.620.057,76	13.437.522,15	3.155.101,59	8.294.984,96	55,52	6.645.015,04
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.940.000,00	0,00	14.940.000,00	2.620.057,76	13.437.522,15	3.155.101,59	8.294.984,96	55,52	6.645.015,04
FONTE:									

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:1E6C4753

PREFEITURA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 06/08/13

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Jun (c)	No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	14.940.000,00	14.940.000,00	2.620.057,76	13.437.522,15	3.155.101,59	8.294.984,96	100,00	55,52	6.645.015,04
LEGISLATIVA	684.000,00	684.000,00	32.963,01	547.050,90	109.656,52	335.321,25	4,04	49,02	348.678,75
Ação Legislativ a	684.000,00	684.000,00	32.963,01	547.050,90	109.656,52	335.321,25	4,04	49,02	348.678,75
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	44.420,00	34.446,66	-12.330,49	27.297,85	5.810,01	10.555,42	0,13	30,64	23.891,24
Administração Geral	44.420,00	34.446,66	-12.330,49	27.297,85	5.810,01	10.555,42	0,13	30,64	23.891,24
ADMINISTRAÇÃO	2.731.539,25	3.117.533,45	736.298,94	2.901.449,55	613.586,17	1.835.183,59	22,12	58,87	1.282.349,86
Administração Geral	2.485.339,25	2.845.725,47	561.134,16	2.649.861,97	589.000,48	1.775.366,71	21,40	62,39	1.070.358,76
Administração Financeira	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	84.400,00	130.007,98	69.564,78	120.187,58	21.745,17	44.053,74	0,53	33,89	85.954,24
Tecnologia de Informatização	80.000,00	115.000,00	105.600,00	113.400,00	0,00	7.800,00	0,09	6,78	107.200,00
Formação de Recursos Humanos	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf erências	26.800,00	26.800,00	0,00	18.000,00	2.840,52	7.963,14	0,10	29,71	18.836,86
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	996.914,39	1.207.967,79	345.006,08	1.043.762,52	235.689,56	733.433,44	8,84	60,72	474.534,35
Administração Geral	526.300,00	807.279,94	298.107,56	777.981,05	171.209,73	535.145,47	6,45	66,29	272.134,47
Assistência ao Idoso	108.000,00	93.000,00	15.224,52	56.595,48	14.800,52	52.351,80	0,63	56,29	40.648,20
Assistência à Criança e ao Adolescente	160.250,00	173.250,00	5.879,31	149.165,73	35.507,62	104.653,91	1,26	60,41	68.596,09
Assistência Comunitária	202.364,39	134.437,85	25.794,69	60.020,26	14.171,69	41.282,26	0,50	30,71	93.155,59
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	3.726.483,50	3.988.920,03	1.033.896,44	3.809.475,39	700.194,26	2.010.404,88	24,24	50,40	1.978.515,15
Administração Geral	283.100,00	970.784,64	378.071,68	942.093,67	269.940,22	647.199,83	7,80	66,67	323.584,81
Atenção Básica	2.467.033,50	2.089.598,92	293.456,63	2.000.870,27	322.604,21	1.000.931,89	12,07	47,90	1.088.667,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	792.700,00	480.731,95	19.927,84	448.832,37	93.832,14	295.279,15	3,56	61,42	185.452,80
Suporte Prof ilático e Terapêutico	44.450,00	350.450,00	340.179,88	350.127,33	589,88	10.537,33	0,13	3,01	339.912,67
Vigilância Sanitária	62.900,00	27.184,52	838,38	7.822,90	838,38	7.822,90	0,09	28,78	19.361,62
Vigilância Epidemiológica	76.300,00	70.170,00	1.422,03	59.728,85	12.389,43	48.633,78	0,59	69,31	21.536,22
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	3.577.207,00	2.965.020,58	141.031,11	2.790.830,65	674.737,62	1.678.846,19	20,24	56,62	1.286.174,39
Administração Geral	37.000,00	29.000,00	0,00	20.046,71	3.750,48	11.049,63	0,13	38,10	17.950,37
Ensino Fundamental	3.006.620,00	2.819.433,58	133.829,13	2.739.949,18	661.925,59	1.658.735,01	20,00	58,83	1.160.698,57
Educação Infantil	503.587,00	76.587,00	7.201,98	10.834,76	9.061,55	9.061,55	0,11	11,83	67.525,45
Educação de Jovens e Adultos	30.000,00	40.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
CULTURA	124.018,20	94.556,43	1.060,27	56.822,67	0,00	55.762,40	0,67	58,97	38.794,03
Dif usão Cultural	124.018,20	94.556,43	1.060,27	56.822,67	0,00	55.762,40	0,67	58,97	38.794,03
DIREITOS DA CIDADANIA	75.869,00	57.675,96	760,90	40.500,59	13.240,07	36.068,93	0,43	62,54	21.607,03
Direitos Indiv iduais, Coletiv os e Dif usos	75.869,00	57.675,96	760,90	40.500,59	13.240,07	36.068,93	0,43	62,54	21.607,03
URBANISMO	410.000,00	644.960,00	84.153,09	597.614,06	395.393,29	482.340,86	5,81	74,79	162.619,14
Inf ra-estrutura Urbana	410.000,00	644.960,00	84.153,09	597.614,06	395.393,29	482.340,86	5,81	74,79	162.619,14
HABITAÇÃO	255.000,00	5.060,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00	1,19	5.000,00
Habitação Urbana	255.000,00	5.060,00	0,00	60,00	0,00	60,00	0,00	1,19	5.000,00
SANEAMENTO	499.972,00	485.622,89	30.462,66	364.621,02	131.010,94	292.931,11	3,53	60,32	192.691,78
Saneamento Básico Urbano	499.972,00	485.622,89	30.462,66	364.621,02	131.010,94	292.931,11	3,53	60,32	192.691,78
GESTÃO AMBIENTAL	120.000,00	24.000,00	1.562,15	3.927,95	0,00	2.365,80	0,03	9,86	21.634,20
Preservação e Conserv ação Ambiental	120.000,00	24.000,00	1.562,15	3.927,95	0,00	2.365,80	0,03	9,86	21.634,20
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	186.686,66	242.920,38	106.011,01	207.431,84	46.802,28	121.722,63	1,47	50,11	121.197,75
Administração Geral	154.950,00	231.920,06	106.011,01	207.431,84	46.802,28	121.722,63	1,47	52,48	110.197,43
Promoção da Produção Vegetal	31.736,66	11.000,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,32
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	79.650,00	28.122,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.122,60
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Inf ra-estrutura Urbana	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	39.650,00	8.122,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.122,60
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	444.000,00	383.601,51	104.925,80	264.777,30	76.495,93	220.687,43	2,66	57,53	162.914,08
Administração Geral	90.000,00	121.000,00	26.305,91	105.896,41	23.984,91	102.916,41	1,24	85,05	18.083,59
Transporte Rodov iário	354.000,00	262.601,51	78.619,89	158.880,89	52.511,02	117.771,02	1,42	44,85	144.830,49
DESPORTO E LAZER	191.400,00	133.751,72	3.592,60	101.412,37	37.016,80	62.595,60	0,75	46,80	71.156,12
Administração Geral	93.400,00	66.451,72	2.522,60	54.913,18	12.207,86	25.468,09	0,31	38,33	40.983,63
Desporto Comunitário	98.000,00	67.300,00	1.070,00	46.499,19	24.808,94	37.127,51	0,45	55,17	30.172,49

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 06/08/13

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Jun (c)	No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
ENCARGOS ESPECIAIS	642.840,00	691.840,00	10.664,19	680.487,49	115.468,14	416.705,43	5,02	60,23	275.134,57
Outros Encargos Especiais	642.840,00	691.840,00	10.664,19	680.487,49	115.468,14	416.705,43	5,02	60,23	275.134,57
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Reserv a de Contingência	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**14.940.000,00**	**14.940.000,00**	**2.620.057,76**	**13.437.522,15**	**3.155.101,59**	**8.294.984,96**	**99,9999**	**55,522**	**6.645.015,04**
FONTE:									

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:28ED4631

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 049/2013, tendo por OBJETO Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa habilitada em serviços de sonorização, som volante, serviços de iluminação, contratação de banda, locação de palco e locação de jogos de mesas para atender necessidades do Município de Guarantã do Norte representado pela prefeitura municipal com as especificações do termo de referencia tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2013, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **SERVIÇOS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 049/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da **empresa R. K. SCHNORR EVENTOS E PRODUÇÕES ME** visando a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.
1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa: **R. K. SCHNORR EVENTOS E PRODUÇÕES ME**.
CNPJ nº 17.688.489/00001-39.
Endereço: Rua Aroeiras n° 90 Bairro Cidade Nova.
Cidade: Guarantã do Norte/MT CEP: 78.520-000 Telefone: (66) 9614-6463
Representante legal:Remi Kreuz Schnorr
Item(ns) 01 ao 22

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada R.K.SCHNORR EVENTOS E PRODUÇÕES ME	2ª Classificada GISELI FERREIRA DA CRUZ ME
				Valor Unitário	Valor Unitário
01	12	SV	Contratação de banda contendo 04 vocalistas, 01 guitarrista, 01 baixista, 01 percussão, 01 baterista, 01 tecladista, 02 sopros, 04 bailarinas, 01 assistente de palco, para realização de shows para animação do evento. Para 04 noites.	14.990,00	14.990,00
02	10	SV	Contratação de banda contendo 04 vocalistas, 01 guitarrista, 01 baixista, 01 percussão, 01 baterista, 01 tecladista, 02 sopros, 04 bailarinas, 01 assistente de palco, para realização de shows para animação do evento. Para 02 noites.	10.000,00	10.000,00
03	1	SV	Contratação de banda contendo 04 vocalistas, 01 guitarrista, 01 baixista, 01 percussão, 01 baterista, 01 tecladista, 02 sopros, 04 bailarinas, 01 assistente de palco, para realização de shows para animação do evento. Para 01 noite.	7.450,00	7.450,00
04	1.000	JG	Locação de jogos de mesas de plástico, contendo 4 (quatro) cadeiras.	11.990,00	11.990,00
05	2	SV	Locação de Palco Profissional com estrutura de aço, medindo 10 x 6m, sem cobertura.	3.490,00	3.490,00
06	1	DIAR	Locação de Palco Profissional com estrutura de aço, medindo 10 x 6m, com cobertura em lona vinílica.	4.590,00	4.590,00
07	12	SV	Serviço de locação de palco em estrutura metálica e piso em madeira naval com cobertura em lona vinílica medindo: 12 metros de comprimento x 8 metros de profundidade x 6 metros de altura, com telas laterais e traseiras, escada de acesso com corrimão. Incluindo transporte montagem e desmontagem. Para 04 noites.	13.950,00	13.950,00
08	1	SV	Serviço de locação de palco em estrutura metálica e piso em madeira naval com cobertura em lona vinílica medindo: 12 metros de comprimento x 8 metros de profundidade x 6 metros de altura, com telas laterais e traseiras, escada de acesso com corrimão. Incluindo transporte montagem e desmontagem. Para 03 noites.	10.490,00	10.490,00
09	3	SV	Serviço de locação de palco em estrutura metálica e piso em madeira naval com cobertura em lona vinílica medindo: 12 metros de comprimento x 8 metros de profundidade x 6 metros de altura, com telas laterais e traseiras, escada de acesso com corrimão. Incluindo transporte	3.990,00	3.990,00

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	1ª classificada R.K.SCHNORR EVENTOS E PRODUÇÕES ME	2ª Classificada GISELI FERREIRA DA CRUZ ME
				Valor Unitário	Valor Unitário
			montagem e desmontagem.Para 01 noite.		
10	4	SV	Serviço de locação de palco em estrutura metálica e piso em madeira naval com cobertura em lona vinílica medindo: 12 metros de comprimento x 8 metros de profundidade x 6 metros de altura, com telas laterais e traseiras, escada de acesso com corrimão. Incluindo transporte montagem e desmontagem. Para 01 dia.	3.990,00	3.990,00
11	8	UND	Serviço de sonorização para evento para um público aproximado de 10.000 pessoas, contendo 16 caixas de graves com 2 alto falantes 18 polegadas com potência de 1.600W cada cx, 16 caixas line array com 2 drives de 2 polegadas e 2 alto falantes de 10 polegadas com potência de 1000W cada, 02 mesas de som digital com 48 canais 12 saídas auxiliares, 65 metros de multicabo com 48 vias, 03 equalizador, 02 crosover, 02 processadores, 02 compressores, 02 gates, 04 microfones sem fio, 20 microfones com fio, 12 direct box, 16 pedestais, 04 clamps, 04 caixas de monitor de palco com 2 alto falantes de 12 polegadas e 01 drive de 2 polegadas com potencia 500W cada, cinco fones. Para 04 noites.	12.870,00	12.870,00
12	4	UND	Serviço de sonorização para evento para um público aproximado de 10.000 pessoas, contendo 16 caixas de graves com potência de 2.800W cada cx, 16 caixas triuei com 2 tuiter, 01 corneta e 2 auto-falantes cada cx, 01 mesa de som com 32 canais digitais, 01 mesa de som analógica de 40 canais e 12 canais auxiliares, 65 metros de multicabo com 48 vias, 03 equalizador, 02 crosover, 02 processador de voz, 02 compressor de voz, 02 gates, 04 microfones sem fio, 12 microfone com fio, 04 monitor de palco. Para 04 noites.	11.390,00	11.390,00
13	1	SV	Serviço de sonorização para evento para um público aproximado de 10.000 pessoas, contendo 16 caixas de graves com potência de 2.800W cada cx, 16 caixas triuei com 2 tuiter, 01 corneta e 2 auto-falantes cada cx, 01 mesa de som com 32 canais digitais, 01 mesa de som analógica de 40 canais e 12 canais auxiliares, 65 metros de multicabo com 48 vias, 03 equalizador, 02 crosover, 02 processador de voz, 02 compressor de voz, 02 gates, 04 microfones sem fio, 12 microfone com fio, 04 monitor de palco. Para 03 noites.	10.990,00	10.990,00
14	6	SV	Serviço de sonorização para evento, contendo 16 caixas de graves com potência de 2.800W cada cx, 16 caixas triuei com 2 tuiter, 01 corneta e 2 auto-falantes cada cx, 01 mesa de som com 32 canais digitais, 01 mesa de som analógica de 40 canais e 12 canais auxiliares, 65 metros de multicabo com 48 vias, 03 equalizador, 02 crosover, 02 processador de voz, 02 compressor de voz, 02 gates, 04 microfones sem fio, 12 microfone com fio, 04 monitor de palco. Para 01 noite.	4.990,00	4.990,00
15	12	SV	Serviço de sonorização para evento contendo 16 caixas de graves com potência de 2.800W cada cx, 16 caixas triuei com 2 tuiter, 01 corneta e 2 auto-falantes cada cx, 01 mesa de som com 32 canais digitais, 01 mesa de som analógica de 40 canais e 12 canais auxiliares, 65 metros de multicabo com 48 vias, 03 equalizador, 02 crosover, 02 processador de voz, 02 compressor de voz, 02 gates, 04 microfones sem fio, 12 microfone com fio, 04 monitor de palco. Para 01 dia e 01 noite	2.990,00	2.990,00
16	37	SV	Serviço de sonorização profissional completo, contendo: 04 caixas de grave three-way com 02 auto-falantes de 18 polegadas (potência de 850w _RMS cada auto-falante), 04 caixas de médio three-way com 02 auto-falantes de 12 polegadas, 01 drive cada caixa, 01 mesa digital de sonorização com 16 canais, com 01 potência grave 5.000w RMS, 01 potência médios 3.200w, 01 potência agudos 2.200rms, 04 microfones, mp3 player.	2.490,00	2.490,00
17	37	SV	Serviço de sonorização profissional, com 06 microfones, uma mesa de controle, 08 caixas com 02 alto falante cada, 02 cornetas, 02 tuiter, 02 médios e 02 graves.	1.790,00	1.790,00
18	10	SV	Serviços de iluminação para evento contendo os seguintes equipamentos: 24 refletores PAR 64, 24 ACL, 08 ELIPSODAIS 750 Watts, 24 PAR LED 3 Watts cada, 04 mini brut 650 Watts, 01 MESA DIGITAL 2048 canais com 04 saídas DMX, 04 dimmers com 12 canais cada, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA, 02 CANHÕES SEGUIDORES, 12 MOVING HEAD 575 Wattas. Para 04 noites	14.900,00	14.900,00
19	4	SV	Serviços de iluminação para evento contendo os seguintes equipamentos: 24 refletores PAR 64, 24 ACL, 08 ELIPSODAIS 750 Watts, 24 PAR LED 3 Wattas cada, 04 mini brut 650 Watts, 01 MESA DIGITAL 2048 canais com 04 saídas DMX, 04 dimmers com 12 canais cada, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA, 02 CANHÕES SEGUIDORES, 12 MOVING HEAD 575 Wattas. Para 01 noite.	2.990,00	2.990,00
20	1	SV	Serviços de iluminação para evento contendo os seguintes equipamentos: 24 refletores PAR 64, 24 ACL, 08 ELIPSODAIS 750 Watts, 24 PAR LED 3 Wattas cada, 04 mini brut 650 Watts, 01 MESA DIGITAL 2048 canais com 04 saídas DMX, 04 dimmers com 12 canais cada, 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA, 02 CANHÕES SEGUIDORES, 12 MOVING HEAD 575 Wattas. Para 03 noites	9.990,00	9.990,00
21	1.000	HS	Serviço de som volante automotivo	36,99	36,99
22	150	SV	Serviço de sonorização fixo em eventos	399,00	399,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor,e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:
2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP contratará o restante dos **SERVIÇOS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO
3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.
3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.
4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os* **MATERIAIS/SERVIÇOS** *exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*
4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não-comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.
5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO
6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **SERVIÇOS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO
7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a qualidade dos **SERVIÇOS** prestados com o especificado no Termo de Referência.
7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega dos **SERVIÇOS**.
7.3. Em se verificando vícios na **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios na **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**, serão realizadas pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.
7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
8.1. Será entregue à contratada a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO dos SERVIÇOS adjudicados com antecedência de até 10 dias de prazo devendo a contratada se programar para a **REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS** do dia agendado pelo MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.
8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.
8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.
8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.
8.6. **Os SERVIÇOS**, **solicitados** deverão ser entregues no local indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, no horário e local determinado pelo Fiscal do Contrato.
8.7. Os **SERVIÇOS** serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;
8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na prestação dos **SERVIÇOS**, a empresa será informada para corrigi-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os **SERVIÇOS, A CADA SOLICITAÇÃO**, deverão ser executados e entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a prestação dos **SERVIÇOS** poderão ser fracionadas e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **SERVIÇOS**, o esgotamento dos **SERVIÇOS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **SERVIÇOS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

V- O fornecedor não dispuser a substituir os **SERVIÇOS** que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO
15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.

16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 e o Decreto Municipal n° 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 049/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar a **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:

MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

R. K. SCHNORR EVENTOS E PRODUÇÕES ME
Remi Kreuz Schnorr

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:92D83456

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 044/2013

PREGÃO: Nº 053/2013 – REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos 5 dias do mês de Agosto do ano de 2013, O **MUNICÍPIO DE JUÍNA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **15.359.201/0001-57**, com sede administrativa na Travessa Emmanuel, nº.605, Centro, na cidade de Juína-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **HERMES LOURENÇO BERGAMIM**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade n.º **2003502-0-SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **340.434.891-53**, residente e domiciliado na Avenida 09 de Maio, n.º 451, Centro, na cidade de Juína-MT, doravante denominado simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa ARAUJO & ALBERT ARAUJO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.334.289/0001-36, com sede RUA NITEROI, 65W, CENTRO, JUARA, MATO GROSSO, neste ato, representado pelo AGNALDO JOSÉ ARAUJO, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG 1.245.862-7, inscrito no CPF/MF sob o N° 842.680.691-00, residente e domiciliada na Rua Manaus,n° 467 N, Jardim São João, Juara, Mato Grosso, denominado simplesmente FORNECEDOR REGISTRADO, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais nºs, 488/2006, 142/2010, e, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Juína, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E OUTROS, PARA O ALMOXARIFADO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I , do Edital do Pregão Presencial nº 053/2013:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 053/2013 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA 3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.juina.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

LOTE: 1 FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	VALOR UNIT.	QUANTIDADE MAX	VALOR TOTAL
1	12527	ALICATE DE SOLDA - 1000 AMP.	UN	CARBOGRAFITE	35,28	5	R$ 176,40
2	92784	ANTI FERRUGEM FRASCO 300ML	UNIDADE	USC	4,85	50	R$ 242,50
3	3293	AVENTAL DE PROTECAO LONGO 60X100	UNIDADE	LEROUP	17,64	5	R$ 88,20
4	13288	CABO DE ACO 1/2	METRO	VONDER	8,62	200	R$ 1.724,00
5	37704	CABO DE ACO 3/4 415699	METRO	VONDER	17,64	200	R$ 3.528,00
6	3342	CADEADO 45MM	UN	WORKER	17,54	10	R$ 175,40
7	41553	CADEADO 60MM	UNIDADE	SOPRANO	35,77	5	R$ 178,85
8	12374	CARRIOLA LATAO C/ PNEU E CAMARA	UN	ECCOFER	77,91	50	R$ 3.895,50
9	98898	COLA ADESIVA INSTANTANEA BONDER 3G	UNIDADE	HENKEL	4,85	200	R$ 970,00
10	13170	COLA ADESIVO 3M	UN	3M	4,31	200	R$ 862,00
11	13171	COLA SILICONE VERM. - 50GR.	UNIDADE	SILOC	5,39	200	R$ 1.078,00
12	47822	ENXADA ESTREITA C/ CABO	UNIDADE	ECCOFER	22,67	30	R$ 680,10
13	44675	ENXADA LARGA 2,5 LB	UNIDADE	BELLOTA	16,56	30	R$ 496,80
14	90273	ENXADAO ESTREITO 3,0 LB	UNIDADE	BELLOTA	17,84	20	R$ 356,80
15	97354	FACA P/ ROÇADEIRA 2 PONTAS 330X20 FS160/2	UNIDADE	VONDER	16,66	300	R$ 4.998,00
16	86491	FITA ISOLANTE 20 MTS	UNIDADE	LORENZENTE	3,23	200	R$ 646,00
17	12383	FOLHA DE SERRA	UN	NICKSON	3,23	300	R$ 969,00
18	3296	LENTE DE PROTECAO DE SOLDA TON 12	UN	WORKER	1,22	30	R$ 36,60
19	12516	LIMA CHATA - CX C/12		DUAS CARAS	100,55	50	R$ 5.027,50
20	87700	LUVA DE ALGODÃO COM PALMA DE BORRACHA	PAR	KALYPSO	2,4	200	R$ 480,00
21	3338	LUVA PVC FORRADA 26CM CURTA ASPERA	PAR	KALYPSO	4,8	600	R$ 2.880,00
22	3317	LUVA RASPA CANO CURTO P 7	UN	DR COUROS	4,8	1000	R$ 4.800,00
23	88231	MACACO HIDRAULICO 2 TON.	UNIDADE	KALA	48,51	10	R$ 485,10
24	85395	MACACO HIDRAULICO MT 20 TON.	UNIDADE	WORKER	178,36	10	R$ 1.783,60
25	98897	MASCARA DESCARTAVEL UND AZUL	UNIDADE	WORKER	1,32	500	R$ 660,00
26	3305	MASCARA P/ SOLDA DE FIBRA	UN	LEDAN	23,52	20	R$ 470,40
27	3323	OCULOS DE PROTECAO	UNIDADE	KALYPSO	3,91	500	R$ 1.955,00
28	3344	OCULOS DE PROTECAO CINZA	UNIDADE	KALYPSO	6,37	300	R$ 1.911,00
29	38620	PA DE BICO C/ CABO	UNIDADE	TRAMONTINA	19,6	50	R$ 980,00
30	12389	PA QUADRADA C/ CABO	UN	TRAMONTINA	19,6	50	R$ 980,00
31	12375	RASTELO DENTADO DE FERRO	UN	DUAS CARAS	8,72	200	R$ 1.744,00
32	102023	SACO PARA LIXO 100 LT. REFORCADO	UNIDADE	HIPERROL	0,51	5000	R$ 2.550,00
33	91923	SOLUPAN 50LT	UNIDADE	TEXAS	158,76	50	R$ 7.938,00
34	12441	TRENA 05 MTS.	UN	DISMA	7,3	30	R$ 219,00
35	42214	VASSOURA P/ JARDIM	UNIDADE	TRAMONTINA	12,84	500	R$ 6.420,00
36	1793	VASSOURAO GARI REFORCADO	UNIDADE	USC	12,73	1000	R$ 12.730,00
							R$ 75.115,75

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
c) houver razões de interesse público.
6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.
6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.juina.mt.gov.br
8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR
8.1. São obrigações do órgão gerenciador:
8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:
8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;
8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;
8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;
8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;
8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;
8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.
9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO
9.1. São obrigações do fornecedor registrado:
9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;
9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;
9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;
9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;
9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.
9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;
9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Juína/MT, Departamento de Compras, situado na Travessa Emmanuel, 605, Centro, Juína/MT.
9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;
9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;
9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;
9.1.12. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;
9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na "NAD- Nota de Autorização de Despesa".
9.1.16. Entregar em **até quinze dias** as quantidades estipuladas na NAD (Nota de Autorização de Despesa), nos locais designados na NAD, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na NAD.
9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.
9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.
9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;
9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida sera(ão) devolvido(s), à contratada;
9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas(quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.
9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;
9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.
9.1.24. Credenciar junto ao Município de Juína/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;
9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.
10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS
10.1. A entrega dos produtos deverá ser feita diariamente em todas a unidades do Município de Juína-MT, a partir do recebimento da requisição(NAD), deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da NAD(Nota de Autorização de Despesa), emitida pelo setor de Compras.
10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora,sempre acompanhados de cópia da NAD (Nota de Autorização de despesa)e quando o local for fora do perímetro urbano, no Almoxarifado Central do Município, localizado à Travessa Emmanuel, 605, Centro, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.
10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.
10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.
10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.
10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.
10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
11. DAS PENALIDADES
11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:
I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;
II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;
III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;
IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;
V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Juína-MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto
perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.
VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;
IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;
X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.
XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;
XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;
XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.
XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.
XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.
12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 142/2010 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.
12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.
b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.
12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.
12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão,
independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 15.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.
13. DO FORO
13.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Juína/MT.
E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.
Juína, de 5 de Agosto de 2013 .

MUNICIPIO DE JUINA–MT
CNPJ 15.359.201/0001-57

HERMES LOURENÇO BERGAMIM
Prefeito Municipal

ARAUJO & ALBERT ARAUJO LTDA
CNPJ 04.334.289/0001-36

AGNALDO JOSÉ ARAUJO
CPF nº 842.680.691-00
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Valdoir Antonio Pezzini
CPF/MF n° 771.046.411-49

Antonio de Oliveira
CPF/MF n° 349.413.808-78

Publicado por:
Rosimeire Oliveira Brindarolli
Código Identificador:D816BD93

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS
ERRATA CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA HOSPITALAR Nº 065/2013

CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
CONTRATADA: EMPRESA ESTOPAS MIL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – EPP

DO OBJETO

1.1. É objeto do presente contrato a Aquisição **material de limpeza, higienização e EPI (Equipamento de proteção individual) para atender o Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde do município.**
1.2. A presente aquisição foi realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Registro de Preço, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e pelas condições e exigências estabelecidas no Edital de Pregão nº 019/2013, respectivo Termo de Referência e seus anexos.

1.3. Este instrumento não obriga o Município de Nossa Senhora do Livramento a adquirir toda a quantidade contratada.

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

DO CONTRATADO

5.1 O preço, a quantidade e a especificação dos materiais registrados neste contrato, encontram-se indicados na tabela abaixo: NOME DA EMPRESA:

ESTOPAS MIL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – EPP
CNPJ nº **11.978.499/0001-22**

ONDE SE LÊ
Lote 01 PRODUTOS E MATERIAL DE LIMPEZA HOSPITALAR

Seq.	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unit.	Total
1	AGUA SANITARIA CX COM 04 GALAO DE 5 LITROS	CAIXA	30	START	R$ 38,00	R$ 1.140,00
2	AGUA SANITARIA ALVEJANTE E BACTERICIDA 1 LT CX C/ 12 UNIDADES	CAIXA	36	START	R$ 22,80	R$ 820,80
3	ALCOOL 70 % 1000ML CX C/ 12 UNIDADES	CAIXA	12	START	R$ 60,00	R$ 720,00
4	AMACIANTE DE ROUPAS EM 5 LITROS HOSPITALAR	UNIDADE	48	START	R$ 62,50	R$ 3.000,00
5	AVENTAL PVC PLASTICO	UNIDADE	32	PVC	R$ 20,00	R$ 640,00
6	BOTA EMBORACHADA CANO LONGO N° 35 COR BRANCA	UNIDADE	4	BRACOL	R$ 35,00	R$ 140,00
7	BOTA EMBORACHADA CANO LONGO N° 36 COR BRANCA	UNIDADE	4	BRACOL	R$ 35,00	R$ 140,00

8	BOTA EMBORACHADA CANO LONGO N° 37 COR BRANCA	UNIDADE	10	BRACOL	R$ 35,00	R$ 350,00
9	BOTA EMBORACHADA CANO LONGO N° 38 COR BRANCA	UNIDADE	10	BRACOL	R$ 35,00	R$ 350,00
10	BOTA EMBORACHADA CANO LONGO N° 39 COR BRANCA	UNIDADE	2	BRACOL	R$ 35,00	R$ 70,00
11	CARRINHO DE LIMPEZA CONJUNTO BALDE ESPREMEDOR 20 LTS C/ 04 RODAS	UNIDADE	4	BETANIN	R$ 350,00	R$ 1.400,00
12	COPO DESCARTAVEL 180 ML CX C/ 2500 UNIDADE	CAIXA	24	COPOSUL	R$ 65,00	R$ 1.560,00
13	COPO DESCARTAVEL 50 ML CX C/ 5000 UNIDADE	CAIXA	24	COPOSUL	R$ 65,00	R$ 1.560,00
14	DESINFETANTE 2 LTS COM 6 UNIDADES	CAIXA	40	START	R$ 25,00	R$ 1.000,00
15	DESODORIZADOR DE AR PARA AMBIENTE EM FRASCO CX COM 12	CAIXA	6	PURO AR	R$ 84,00	R$ 504,00
16	DETERGENTE LIQUIDO CAIXA COM 24 FRASCOS DE 500 ML	CAIXA	24	START	R$ 32,00	R$ 768,00
17	ESCOVA ESFREGAO C/ ALCA	UNIDADE	20	START	R$ 24,00	R$ 480,00
18	ESCOVA OVAL DE LAVAR ROUPA EM PLASTICO	UNIDADE	12	SER UTIL	R$2,50	R$ 30,00
19	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITARIO	UNIDADE	60	SER UTIL	R$ 3,00	R$ 180,00
20	MULTI USO 500MLCX C/ 24 UNIDADE	CAIXA	24	START	R$ 45,60	R$ 1.094,40
21	PALHA DE ACO FD C/ 14 UNI	FARDO	20	VEJA	R$ 20,00	R$ 400,00
22	PASTA UMECTANTE BALDE COM 20KG	UNIDADE	2	GLOBO	R$ 290,00	R$ 580,00
23	SABÃO EM PÓ PARA LAVAGEM DE ROUPAS DE ALTA QUALIDADE CAIXINHA DE 1 KL	UNIDADE	240	START	R$ 4,80	R$ 1.152,00
24	SABONETE LIQUIDO CONCENTRADO DE AROMA ERVA DOCE - GALAO DE 5 LITROS	UNIDADE	60	START	R$ 18,00	R$ 1.080,00
25	SABONETE PEDRA DE ALTA QUALIDADE 90 GR FD C/ 12 UNIDADE	FARDO	6	SOFT	R$ 11,25	R$ 67,50
26	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE CAPACIDADE P/ 100 LTS C/ 100 UNIDADE	FARDO	100	RAIVA	R$ 38,00	R$ 3.800,00
27	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE CAPACIDADE P/ 15 LTS FD C/ 100 UNIDADE	FARDO	40	RAIVA	R$ 10,00	R$ 400,00
28	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE CAPACIDADE P/ 30LTS FD C/ 100 UNIDADE	FARDO	100	RAIVA	R$ 14,00	R$ 1.400,00
29	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE CAPACIDADE P/ 50LTS FD C/ 100 UNIDADE	FARDO	100	RAIVA	R$ 25,00	R$ 2.500,00
30	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE USO HOSPITALAR C/ CAPACIDADE P/ 100 LTS FD C/100	FARDO	80	RAIVA	R$ 60,00	R$ 4.800,00
31	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE USO HOSPITALAR C/ CAPACIDADE P/ 40 LTS FD C/100 UNIDADE	FARDO	80	RAIVA	R$ 20,00	R$ 1.600,00
32	SACO PARA LIXO PLASTICO DE ALTA DENSIDADE USO HOSPITALAR C/ CAPACIDADE P/ 60 LTS FD C/100 UNIDADE	FARDO	80	RAIVA	R$ 37,66	R$ 3.012,80
Valor Total do Lote: **Valor R$ 36.739,50**						

LEIA-SE
LOTE: 02

Seq.	Descrição	Un.	Qtde.	Marca	Valor Unit.	Total
1	ESPONJA DE LAVAR LOUÇA C/ 24 UNIDADES	FARDO	12	Brilhus	R$ 7,20	R$ 86,40
2	FOSFORO PCT 10 CX	PACOTE	20	Parana	R$ 2,00	R$ 40,00
3	LIMPA VIDRO 500ML CX C/ 24 UNIDADE	CAIXA	12	Start	R$ 24,00	R$ 288,00
4	LUVA DESCARTAVEL TRANSPARENTE CX C/ 100 UNIDADE	PACOTE	12	Plasti	R$ 5,00	R$ 60,00
5	LUVA EMBORACHADA CANO LONGO	PAR	20	Volk	R$ 4,50	R$ 90,00
6	LUVA LATEX C/ FORRO G	PAR	40	Volk	R$ 2,00	R$ 80,00
7	LUVA LATEX C/ FORRO M	PAR	40	Volk	R$ 2,00	R$ 80,00
8	LUVA LATEX C/ FORRO P	PAR	40	Volk	R$ 2,00	R$ 80,00
9	PANO DE CHAO ALVEJADO	UNIDADE	80	Pratic	R$ 2,50	R$ 200,00
10	PANO MULTI USO PARA LIMPEZA DE SUPERFICIES DESECARTAVEL ROLO	UNIDADE	2	BETANIN	R$ 140,00	R$ 280,00
11	PAPEL HIGIENICO DE 1 QUALIDADE MACIO ABSORVETE 100 % ROLO 300 MTS ROLO	UNIDADE	40	Trevo	R$ 5,60	R$ 224,00
12	PAPEL TOALHA MULTIFOLHADO, ALTA QUALIDADE	PACOTE	800	Trevo	R$ 8,23	R$ 6.584,00
13	PILHA ALCALINA AA PEQUENA PALITO COM DUAS UNIDADES	PAR	20	Duracel	R$ 3,00	R$ 60,00
14	PILHA ALCALINA C MEDIA C/ 2 UNIDADES	PAR	20	Duracel	R$ 3,00	R$ 60,00
15	**QUARDANAPO DE DE PAPE4L DE ALTA QUALIDADE 40X40 CM**	**PACOTE**	**120**	**Trevo**	**R$ 1,50**	**R$ 180,00**
16	**QUARDANAPO DE PANO 50X70 CM**	**UNIDADE**	**40**	**Pratic**	**R$ 2.00**	**R$ 80,00**
17	RODO ALUMINIO PEQUENO 40 CM	UNIDADE	12	ROD	R$ 15,00	R$ 180,00
18	SABAO EM BARRA FDO C/ 5 UNIDADE	FARDO	60	SOL	R$ 3,90	R$ 234,00
19	TOUCA DESCARDAVEL SANFONADA TNT CX C/ 100 UNIDADE	CAIXA	12	BETEL	R$ 15,00	R$ 180,00
20	VASSOURA PARA VASCULHAR TETO CINZAL	UNIDADE	20	SER UTIL	R$ 10,00	R$ 200,00
						Valor total do Lote R$ 9.266,40

13.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas do presente contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Lote 01:
2054 - Manutenção das Atividades Hospitalar/Ambulatorial – 404 - 10.302.0022.2054.3.3.9.0.30.00.0 – Material de Consumo -

Lote 02:
2031 - Manutenção das Ações do PACS -262 10.301.0022.2031.3.3.9.0.30.00.0 - Material de Consumo –

DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 23 de JULHO de 2013.

CONTRATANTE:

CARLOS ROBERTO DA COSTA
Prefeito Municipal

CONTRATADO:

ESTOPAS MIL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – EPP
CNPJ nº **11.978.499/0001-22**

TESTEMUNHAS:
Nome:
Identidade nº:

Nome:
Identidade nº:

Publicado por:
Heladio Mendes de Campos Maciel
Código Identificador:F7C48E4C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 029/2013, tendo por OBJETO **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ARTESANATO, PEDAGÓGICO E ESPORTIVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO; EDUCAÇÃO E CULTURA; ASSISTÊNCIA SOCIAL; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; TRANSPORTE RODOVIÁRIO; ADMINISTRAÇÃO; PLANEJAMENTO E FAZENDA; ESPORTE E LAZER; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT*, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente* ***CONTRATANTE****, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o* ***Sr. Sinvaldo Santos Brito****, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT* em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº3.555,de 08/08/2000, 3.931 de 19/07/2001 e subsidiariamente pela Lei nº8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores)e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2013, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor dos PRODUTOS, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referencia e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto imediato do presente instrumento de registrar o menor preço por Item obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 029/2013; enquanto o objeto mediato será contratação futura das empresas **SILVA & GRANETTO LTDA ME,** com o **CNPJ. nº 07.515.486/0001-40**, a empresa **UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA – ME,** com o **CNPJ. nº 08.419.120/0002-10** e a empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP,** com o **CNPJ. nº 33.664.004/0001-23,** visando o fornecimento dos PRODUTOS constantes do aludido do anexo I que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.
1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do anexo I que acompanhou o Edital da licitação, estimadas, podendo, nos limites do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preços (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO
2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço, e encontram-se indicados na tabela abaixo:
2.2. Registro de Preço da empresa **SILVA & GRANETTO LTDA ME** inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.486/0001-40 localizada na Rua Luiz Mena, 423 - Centro – Matupa/MT – CEP 78525-000 representada pelo seu representante legal Senhor Sérgio Luiz da Silva, portador da Cédula de Identidade Rg. nº 835726-9 SSP/MT e CPF. nº 571.224.741-00, residente e domiciliado na Rua 13, 110 – ZH2-001 - Centro – Matupa/MT; empresa **UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA – ME** inscrita no CNPJ sob o nº 08.419.120/0002-10 localizada na Avenida Brasil, 353 - Centro – Peixoto de Azevedo/MT - CEP 78530-000 representada pelo seu representante legal Senhor Egivan Pinto, portador da Cédula de Identidade Rg. nº 09518906 SSP/MT e CPF. nº 909.727.671-34, residente e domiciliado na Av. Jatobá, 1002 – Centro – Guarantã do Norte/MT e a empresa **REZER FRUTUOSO & CIA LTDA - EPP** inscrita no CNPJ sob o nº 33.664.004/0001-23, localizada na Rua dos Cajueiros, 710 – Centro – Guarantã do Norte/MT - CEP 78520-000 representada pelo seu representante legal Senhora Elza Rezer Frutuoso portadora da Cédula de Identidade Rg. nº 0435.080-4 SSP/MT e CPF. nº 340.314.301-59**,**, residente e domiciliada na Rua das Oliveiras, 502 –Novo Horizonte – Guarantã do Norte/MT;

542233 REZER FRUTUOSO & CIA LTDA – EPP

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtd	Total
1	245346	AGULHA PARA CROCHE NR 3	UNIDADE	1,98	60	118,80

2	14816	AGULHA PARA CROCHE NR 4	UNIDADE	1,98	60	118,80
3	7623	ALFINETE C/ CABECA PLASTICA CX C/ 50 UNIDADES	CAIXA	1,55	64	99,20
4	14430	BARBANTE CRU 4/4 KG	KILO	10,84	60	650,40
5	258744	BARBANTE CRU 4/6 KG	KILO	10,84	80	867,20
6	13457	BARBANTE CRU 4/8 KG	KILO	10,84	60	650,40
7	255722	BASTIDOR PARA BORDAR EM MADEIRA TAMANHO	UNIDADE	11,00	60	660,00
8	258309	BOLSA DE LONA NR 10 PADRAO FUNASA, PARA AGENTE DE SAUDE E COMBATE A ENDEMIAS,	UNIDADE	75,00	70	5250,00
9	259833	FITA DE CETIM NR 01 LARG 07MM ROLO C/ 100MTS (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	13,00	50	650,00
10	259836	FITA DE CETIM NR 05 LARG 22MM ROLO C/ 50MTS (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	19,50	50	975,00
11	257213	FITA DE CETIM NR 09 LARG 38MM ROLO C/ 50MTS (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	26,90	50	1345,00
12	26829	OLHOS P/ ARTESANATO	UNIDADE	0,09	20	1,80
13	245217	TECIDO DE VAGONITE	UNIDADE	15,44	150	2316,00
14	255533	TECIDO ETAMINE	METRO	13,34	150	2001,00
15	13691	TECIDO OXFORD CORES VARIADAS	METRO	8,30	150	1245,00
16	256290	TOALHA PLASTIFICADA PARA MESA, LARGURA 140CM	METRO	8,00	65	520,00
		TOTAL DO VENCEDOR				**17.468,60**

(Dezesete mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

10018 SILVA & GRANETTO LTDA ME

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtd	Total
1	8478	AGULHA DE METAL PARA CROCHE NR 1 1,6MM	UNIDADE	1,23	60	73,80
2	258742	AGULHA DE METAL PARA CROCHE NR 2 1,3MM	UNIDADE	1,23	60	73,80
3	258743	AGULHA DE METAL PARA CROCHE NR 2 1,5MM	UNIDADE	1,23	60	73,80
4	255420	AGULHA PARA COSTURA KTS C/12	UNIDADE	0,89	60	53,40
5	8123	BALAO BEXIGA C/50	PACOTE	3,90	250	975,00
6	9626	BOBINA TERMICA P/ FAX 215X30	UNIDADE	5,00	6	30,00
7	255715	BOLA DE ISOPOR	UNIDADE	0,24	150	36,00
8	13428	BOLA DE TENIS MESA/PING PONG 1 ESTRELA, TAMANHO OFICIAL 40mm, PLASTICO PP	UNIDADE	3,50	160	560,00
9	7327	BOLA OFICIAL DE BASQUETE, COURO DE ALTA PERFORMACE, ACABAMENTO EXTERNO	UNIDADE	120,00	5	600,00
10	8612	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, CONSTRUCAO EM 32 GOMOS, REVESTIMENTO EM	UNIDADE	98,50	37	3644,50
11	265014	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, DIAMETRO 70CM, CONFECCIONADA EM PVC, MIOLO	UNIDADE	99,50	15	1492,50
12	268486	BOLA OFICIAL DE FUTSAL COM GUIZO INTERNO, CONSTRUCAO EM 32 GOMOS, REVESTIMENTO EM	UNIDADE	209,00	8	1672,00
13	257291	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, CONSTRUCAO EM 32 GOMOS, REVESTIMENTO EM PU LAMINADO,	UNIDADE	96,50	10	965,00
14	265009	BOLA OFICIAL DE FUTSAL COSTURA MATRIZADA COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM PVC, MIOLO	UNIDADE	96,00	10	960,00
15	13431	BOLA OFICIAL DE HAND BEACH TAMANHO 1, CONSTRUCAO EM PU, COSTURADA, CAMARA EM	UNIDADE	213,00	5	1065,00
16	265016	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL FEMININO H2, CONSTRUCAO EM 32 GOMOS, CAMARA DE BUTIL,	UNIDADE	240,00	10	2400,00
17	265017	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL INFANTIL H1, CONSTRUCAO EM 32 GOMOS, CAMARA DE BUTIL,	UNIDADE	213,00	10	2130,00
18	8208	BOLA OFICIAL DE HANDEBOL MASCULINO H3, CONSTRUCAO EM 32 GOMOS, CAMARA DE BUTIL,	UNIDADE	252,00	70	17640,00
19	11934	BOLA OFICIAL DE VOLEI, MATERIAL EM PVC MATRIZADA E MIOLO REMOVIVEL, TAMANHO 65 A	UNIDADE	89,00	22	1958,00
20	265015	BOLA OFICIAL DE VOLEI, MATRIZADA, CONFECCIONADA COM 18 GOMOS EM	UNIDADE	205,00	15	3075,00
21	27152	BORRACHA BRANCA NR 40	UNIDADE	0,18	465	83,70
22	15086	CADERNO BROCHURA CAPA DURA 20X30CM 96 FLS	UNIDADE	3,90	158	616,20
23	6912	CAIXA ARQUIVO MORTO 34,4x12,5x23,7CM PAPELAO	UNIDADE	1,47	2.305,00	3388,35
24	9058	CARTAO PARA ARBITRO FUTSAL EM PVC 3 CORES, POSSIVEL MARCAR NUMERO DE GOLS E NUMERO	UNIDADE	9,45	20	189,00
25	9355	COLA BRANCA LAVAVEL 1KG	UNIDADE	5,95	185	1100,75
26	7350	COLA BRANCA LAVAVEL 90GR	UNIDADE	0,58	439	254,62
27	8643	COLA COM GLITTER 25GR	UNIDADE	0,78	360	280,80
28	257292	COLA PARA ISOPOR 90GR	UNIDADE	2,77	90	249,30
29	8313	COLA QUENTE 11,3MM GROSSO 500GR	UNIDADE	0,90	1.062,00	955,80
30	9622	ELASTICO LATEX 100GR	PACOTE	3,45	105	362,25
31	15015	ENVELOPE PARDO 162X229	UNIDADE	0,14	650	91,00
32	6906	ENVELOPE PARDO 240X340	UNIDADE	0,17	1.700,00	289,00
33	21754	ETIQUETA ADESIVA MEDIA BRANCA ROLO 20MTS	UNIDADE	2,35	66	155,10
34	10984	EXTRATOR DE GRAPO PIRANHA	UNIDADE	2,45	10	24,50
35	12066	FITA CREPE 25MMX50M	UNIDADE	4,85	40	194,00
36	8640	FOLHA DE ISOPOR 10MM	UNIDADE	2,10	30	63,00
37	11234	GRAMPEADOR DE MESA MEDIO 25FLS CAPACIDADE PENTE INTEIRO	UNIDADE	6,78	70	474,60
38	19194	GRAMPO 23/10 CX C/ 1000	CAIXA	4,25	35	148,75
39	257323	GRAMPO 26/6 CX C/ 5000	CAIXA	2,95	144	424,80
40	8639	ISOPOR PLACA 10MM	UNIDADE	2,15	30	64,50
41	264960	JOGO JOGO DE TABULEIRO "BANCO IMOBILIARIO"	UNIDADE	28,90	10	289,00
42	7186	LAPIS PRETO CORPO SEXTAVADO NR 2	UNIDADE	0,14	3.798,00	531,72
43	259856	LINHA DE NYLON NR 0,35 MM, 100 MTS	UNIDADE	2,80	60	168,00
44	9794	LINHA MEADA 1,60MM 100MTS (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	1,60	120	192,00
45	258756	LINHA PARA CROCHE NOVELO COM 500GR (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	5,49	150	823,50
46	10917	LIVRO ATA S/ MARGEM 200FLS	UNIDADE	11,80	100	1180,00
47	8477	NOVELO DE LA 100GR (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	6,90	150	1035,00
48	6843	OLEO DE LINHACA 100ML	UNIDADE	3,94	30	118,20
49	7341	PAPEL CARTAO 50X70	UNIDADE	0,74	720	532,80
50	257135	PAPEL COLORSET 110gr 48x66cm	UNIDADE	0,60	200	120,00
51	24226	PAPEL LAMINADO 49X59 (DIVERSAS CORES)	UNIDADE	0,62	330	204,60
52	9990	PAPEL SULFITE 75GR 215X315 OFICIO 9 500FLS	PACOTE	16,50	20	330,00
53	11124	PAPEL SULFITE A3 75G/M2 297X420MM 500FLS	PACOTE	32,00	13	416,00
54	21773	PAPEL SULFITE A4 75G/M2 210/297MM 100FLS COLORIDO	PACOTE	3,25	5	16,25
55	12709	PAPEL SULFITE A4 75G/M2 210X297MM 500FLS RECICLADO	PACOTE	13,85	123	1703,55
56	6902	PASTA A/Z	UNIDADE	4,15	1.490,00	6183,50
57	258358	PASTA ABA ELASTICO TAMANHO APROXIMADO 235mm x 325mm	UNIDADE	1,45	1.012,00	1467,40
58	15011	PASTA EM POLIPROPILENO COM ELASTICO 245X335X40MM	UNIDADE	1,98	405	801,90
59	7390	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/ 12 FLS	UNIDADE	5,95	17	101,15
60	9612	PINCEL ATOMICO AZUL	UNIDADE	0,97	269	260,93
61	9618	PINCEL MARCA TEXTO LARANJA	UNIDADE	0,75	20	15,00
62	9620	PINCEL MARCA TEXTO VERDE	UNIDADE	0,70	42	29,40
63	14724	PINCEL MARCADOR PERMANENTE	UNIDADE	1,18	14	16,52
64	13367	PINCEL PARA TELA NR 04	UNIDADE	2,45	25	61,25
65	258982	PINCEL PARA TELA NR 12	UNIDADE	4,85	20	97,00
66	268545	PINCEL PARA TELA NR 18	UNIDADE	7,40	30	222,00
67	245373	PORTA CD/DVD COM CAPACIDADE PARA 80 DISCOS	UNIDADE	14,00	13	182,00

68	258293	PROTETOR/BLOQUEADOR SOLAR FPS 60 120ML	UNIDADE	28,90	650	18785,00
69	10964	QUADRO BRANCO DIMENSOES APROXIMADAS 2,00M x 1,30M	UNIDADE	120,00	2	240,00
70	7376	REDE DE VOLEI, TAMANHO OFICIAL 10m X 1m, FIO DE NYLON 2,5mm NA COR PRETA, COM 2 FAIXAS DE	UNIDADE	80,00	4	320,00
71	255573	RELOGIO ANALOGICO PARA XADREZ, MOSTRADOR DE ACRILICO, CAIXA PLASTICA E BOTOES DE	UNIDADE	109,00	5	545,00
72	8124	SACO PLASTICO 6 MICRAS 13X25 PCTE C/ 1KG	KILO	20,00	51	1020,00
73	24523	SACO PLASTICO 6 MICRAS 25X35 PCTE C/ 1KG	KILO	20,00	31	620,00
74	245139	TECIDO DE ALGODAO CRU 1.50CM	METRO	6,05	150	907,50
75	256225	TELA PARA PINTURA TAMANHO 30CM x 40CM	UNIDADE	7,40	60	444,00
76	268547	TELA PARA PINTURA TAMANHO 50CM x 50CM	UNIDADE	13,80	60	828,00
77	7767	TESOURA ESCOLAR PONTA ARREDONDADA	UNIDADE	1,00	327	327,00
78	13732	TINTA GUACHE 15ML C/ 6 CORES	CAIXA	1,90	185	351,50
79	9610	TINTA PARA CARIMBO A BASE DE AGUA AZUL 42ML	UNIDADE	1,73	27	46,71
80	7354	TINTA PARA CARIMBO A BASE DE AGUA PRETO 42ML	UNIDADE	1,73	32	55,36
81	258808	TINTA PARA TECIDO 250ML (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	2,50	500	1250,00
		TOTAL DO VENCEDOR				**91.726,56**

(Noventa e um mil, setecentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos).

10066 UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA – ME

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit.	Qtd	Total
1	257328	AGENDA PERMANENTE, 1 DIA POR PAGINA, DIMENSAO APROX 14,5CM x 20,5CM	UNIDADE	12,50	18	225,00
2	263372	ALFABETO ILUSTRADO, ESTOJO DE MADEIRA DIMENSOES APROX 19X14X5cm, 69 PECAS EM MDF,	UNIDADE	37,90	10	379,00
3	263383	ALINHAVOS INFANTIS, FABRICADOS EM MDF, CONTENDO 10 PECAS E 10 CADARCOS, MEDIDAS	UNIDADE	39,20	6	235,20
4	9215	ALMOFADA PARA CARIMBO NR 3 AZUL	UNIDADE	2,75	40	110,00
5	6654	ALMOFADA PARA CARIMBO NR 3 PRETO	UNIDADE	2,75	19	52,25
6	7378	APITO MODELO PROFISSIONAL, PLASTICO RESITENTE, AMPLITUDE SONORA 90 DECIBEIS	UNIDADE	9,80	17	166,60
7	12708	APONTADOR DE LAPIS PLASTICO SIMPLES	UNIDADE	0,15	541	81,15
8	255530	BAMBOLE EM PVC COLORIDO, DIAMETRO APROX 68cm	UNIDADE	1,90	120	228,00
9	7356	BLOCO CUBO LEMBRETE 38X50 C/ 100 FLS COLANTE	UNIDADE	3,49	190	663,10
10	263380	BLOCOS DE CONSTRUCAO 3 PORQUINHOS, CAIXA CONTENDO 50 PECAS EM MADEIRA COM	UNIDADE	19,20	3	57,60
11	263364	BLOCOS DE MONTAR, FABRICADO EM PLASTICO RIGIDO, MATERIAL ATOXICO, COM DIVERSOS	PACOTE	142,50	4	570,00
12	263401	BLOCOS LOGICOS, ESTOJO DE MADEIRA MEDINDO APROX 18x23x8,5cm, CONTENDO 48 PECAS EM	UNIDADE	30,00	3	90,00
13	13488	BOBINA PAPEL COMUN 60CM	UNIDADE	30,00	4	120,00
14	265008	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, TAM INFANTIL, CONSTRUCAO EM 8 GOMOS, MIOLO REMOVIVEL E	UNIDADE	64,90	10	649,00
15	265010	BOLA OFICIAL DE FUTSAL, TAMANHO MIRIM, COSTURA MATRIZADA COM 32 GOMOS,	UNIDADE	64,90	10	649,00
16	11936	BOMBA DE INFLAR, CILINDRO DE METAL, CABO DE MADEIRA, PONTEIRA ROSQUEAVEL	UNIDADE	15,90	11	174,90
17	8713	BONECA DE PANO, FEITA COM TECIDO MEIA MALHA, 100% ALGODAO E ENCHIMENTO 100%	UNIDADE	18,80	15	282,00
18	10503	BONECA DE PLASTICO SIMPLES	UNIDADE	3,20	20	64,00
19	257296	BORRACHA BRANCA NR 60	UNIDADE	0,14	2350	329,00
20	257293	CADERNETA 1/8 CAPA DURA ESPIRAL 96 FLS	UNIDADE	2,75	162	445,50
21	10914	CADERNO BROCHURA 145x200MM 96FLS	UNIDADE	1,42	15	21,30
22	21720	CADERNO CAPA DURA GRANDE 200FLS	UNIDADE	6,75	18	121,50
23	15425	CADERNO CAPA DURA UNIVERSITARIO 12X1 200 FLS	UNIDADE	7,75	660	5115,00
24	12116	CADERNO DE PONTO, CAPA DURA, TAM APROX 22,5CM X 16CM	UNIDADE	3,45	23	79,35
25	15018	CADERNO ESPIRAL GRANDE 200FLS	UNIDADE	6,79	103	699,37
26	15013	CADERNO ESPIRAL PEQUENO 200FLS	UNIDADE	4,25	30	127,50
27	10918	CADERNO ESPIRAL PEQUENO 96 FLS	UNIDADE	1,30	110	143,00
28	9496	CADERNO LIVRO BROCHURA 96 FOLHAS	UNIDADE	1,35	5	6,75
29	21760	CAIXA ARQUIVO POLIEST C/ 6 PASTAS COMPLETAS	UNIDADE	26,80	80	2144,00
30	264301	CAIXA TRIPLA ARTICULAVEL ACRILICA PARA CORRESPONDENCIA	UNIDADE	34,50	10	345,00
31	7472	CALCULADORA DE BOLSO 8 DIGITOS COM BATERIA SOLAR	UNIDADE	3,88	80	310,40
32	6920	CALCULADORA DE MESA 12 DIGITOS	UNIDADE	8,45	102	861,90
33	14848	CANETA ESFEROGRAFICA BICO FINO 007 (AZUL/PRETA)	UNIDADE	0,66	295	194,70
34	7650	CANETA ESFEROGRAFICA CORPO SEXTAVADO TRANSPARENTE SUSPIRO LATERAL TAMPA	UNIDADE	0,58	3430	1989,40
35	7453	CANETA ESFEROGRAFICA CORPO SEXTAVADO TRANSPARENTE SUSPIRO LATERAL TAMPA	UNIDADE	0,58	3000	1740,00
36	13455	CANETA ESFEROGRAFICA CORPO SEXTAVADO TRANSPARENTE SUSPIRO LATERAL TAMPA	UNIDADE	0,58	1050	609,00
37	7763	CANETA PARA RETROPROJETOR 2MM PARA ESCRITA EM ACETATO, PVC E POLISTER C/ TINTA A	UNIDADE	0,70	16	11,20
38	15014	CARTOLINA 150G 50X66 (CORES VARIADAS)	UNIDADE	0,29	570	165,30
39	259814	CHINELO DE DEDO COM TIRA DE BORRACHA MACIA NUMERACAO DIVERSAS	PAR	7,85	400	3140,00
40	15016	CLIPS NR 0 500GR	PACOTE	5,98	50	299,00
41	6909	CLIPS NR 2 500GR	PACOTE	5,98	82	490,36
42	257299	CLIPS NR 2 CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	3,00	40	120,00
43	9605	CLIPS NR 3 500GR	PACOTE	5,89	120	706,80
44	6910	CLIPS NR 4 500GR	PACOTE	6,39	104	664,56
45	15080	CLIPS NR 6 500GR	PACOTE	6,49	59	382,91
46	6908	CLIPS NR 8 500GR	PACOTE	6,49	101	655,49
47	6647	CLIPS TRUNFO NR 2 CAIXA C/ 50	CAIXA	4,45	12	53,40
48	24319	COLA BRANCA LAVAVEL 40GR	UNIDADE	0,55	20	11,00
49	9290	COLA BRANCA ROTULO AZUL 1LT	UNIDADE	16,50	80	1320,00
50	7649	COLA EM BASTAO 8GR	UNIDADE	0,40	51	20,40
51	8042	COLCHONETE PARA GINASTICA, REVESTIMENTO EM COURVIN, DIMENSOES APROXIMADAS	UNIDADE	30,00	36	1080,00
52	12100	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE AGUA C/ PINCEL ACOPLADO A TAMPA 18ML	UNIDADE	0,98	148	145,04
53	255584	CRONOMETRO DIGITAL, DISPLAY CRISTAL LIQUIDO C/ 6 DIGITOS, CONTAGEM PROGRESSIVA E	UNIDADE	34,00	7	238,00
54	263388	DOMINO DE ANIMAIS, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 17x10x4cm CONTENDO 28 PECAS	UNIDADE	10,78	17	183,26
55	263385	DOMINO DE CORES, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 17x10x4cm CONTENDO 28 PECAS	UNIDADE	10,78	2	21,56
56	263386	DOMINO DE FIGURA E FUNDO, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 17x10x4cm CONTENDO	UNIDADE	10,78	17	183,26
57	263389	DOMINO DE FRUTAS, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 17x10x4cm CONTENDO 28 PECAS	UNIDADE	10,78	22	237,16
58	263387	DOMINO DE TAMANHOS, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 17x10x4cm CONTENDO 28 PECAS	UNIDADE	10,78	2	21,56
59	263384	DOMINO PARA ALFABETIZACAO, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 17x10x4cm CONTENDO	UNIDADE	10,78	2	21,56
60	264951	DVD TITULO "A ERA DO GELO 3"	UNIDADE	24,00	1	24,00
61	264952	DVD TITULO "ADMIRAVEL PROFESSOR"	UNIDADE	24,00	1	24,00
62	264953	DVD TITULO "MADAGASCAR 2"	UNIDADE	24,00	1	24,00
63	264954	DVD TITULO "MOSTROS Vs ALIENIGENAS"	UNIDADE	24,00	1	24,00
64	264955	DVD TITULO "OS INCRIVEIS"	UNIDADE	24,00	1	24,00
65	264956	DVD TITULO "TINKER BELL E O TESOURO PERDIDO"	UNIDADE	24,00	1	24,00
66	264957	DVD TITULO "UP! ALTAS AVENTURAS"	UNIDADE	24,00	1	24,00
67	15333	ENVELOPE PARDO 260X360	UNIDADE	0,23	2175	500,25
68	9631	ESTILETE LARGO PROFISSIONAL	UNIDADE	0,99	79	78,21
69	15427	ETIQUETA CARTA 25,4x66,7mm (30 POR FOLHA) PCT C/ 100FLS	PACOTE	21,80	21	457,80
70	255719	EVA 40X60 (DIVERSAS CORES)	UNIDADE	1,15	60	69,00

71	7641	EXTRATOR DE GRAMPO ESPATULA	UNIDADE	0,99	85	84,15
72	263399	FANTOCHES ANIMAIS DOMESTICOS, COMPOSTO POR 7 PECAS, CONFECCIONADO EM FELTRO,	UNIDADE	73,00	5	365,00
73	263398	FANTOCHES CHAPEUZINHO VERMELHO, COMPOSTO POR 4 PECAS, CONFECCIONADO EM	UNIDADE	38,50	2	77,00
74	12015	FITA ADESIVA DUPLA FACE 50MMX30M	UNIDADE	7,99	80	639,20
75	7353	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12MMX30M	UNIDADE	0,69	165	113,85
76	257163	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MMX50M	UNIDADE	2,03	556	1128,68
77	257008	FITA CREPE 16MMX50M	UNIDADE	1,85	50	92,50
78	13772	FITA CREPE 50MMX50M	UNIDADE	7,35	48	352,80
79	8637	FITA DECORATIVA 16MM x 50MTS (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	4,99	50	249,50
80	18985	FITA DECORATIVA 32MM x 50MTS (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	4,99	50	249,50
81	259855	FOLHA DE E.V.A. 600x400x2mm (CORES DIVERSAS)	UNIDADE	1,05	1570	1648,50
82	12016	FOLHA DE ISOPOR 20MM	UNIDADE	3,85	20	77,00
83	7645	FOLHA DE ISOPOR 30MM	UNIDADE	4,80	94	451,20
84	14406	GIZ DE CERA 12UN	CAIXA	0,90	40	36,00
85	12027	GLITTER CORES DIVERSAS	UNIDADE	0,46	250	115,00
86	264959	GLITTER CORES DIVERSAS 500GR	UNIDADE	23,80	55	1309,00
87	9991	GRAFITE 0,5MM C/ 12	UNIDADE	0,40	5	2,00
88	6919	GRAMPEADOR DE MESA GRANDE 60FLS CAPACIDADE PENTE INTEIRO	UNIDADE	34,90	56	1954,40
89	9208	GRAMPEADOR DE PRESSAO	UNIDADE	24,60	27	664,20
90	257301	GRAMPO 106/8 CX C/ 3000	CAIXA	7,35	9	66,15
91	13740	GRAMPO 23/6 CX C/ 1000	CAIXA	3,74	12	44,88
92	15081	GRAMPO 23/8 CX C/ 1000	CAIXA	3,80	16	60,80
93	7441	GRAMPO TRILHO PLASTICO 80MM P/ 200 FLS PCT C/	PACOTE	5,00	340	1700,00
94	258755	ISOPOR PLACA 30MM	UNIDADE	4,80	30	144,00
95	7779	JOGO DE DAMA, TABULEIRO EM MADEIRA, TAMANHO APROXIMADO 31x31x4CM, COM 24 PEÇAS	UNIDADE	8,40	36	302,40
96	7761	JOGO DE DOMINO 28 PECAS CONFECCIONADO EM PLASTICO BRANCO	UNIDADE	8,00	14	112,00
97	263391	JOGO DE MEMORIA ALFABETIZACAO, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 13x13x5cm CONTENDO	UNIDADE	12,98	2	25,96
98	263393	JOGO DE MEMORIA ANIMAIS VERTEBRADOS, MADEIRA TAMANHO APROX 13x13x5cm CONTENDO	UNIDADE	12,20	24	292,80
99	263394	JOGO DE MEMORIA FRUTAS E LEGUMES, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 13x13x5cm	UNIDADE	12,98	2	25,96
100	263395	JOGO DE MEMORIA INGLES, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 13x13x5cm CONTENDO 40 PECAS	UNIDADE	12,20	6	73,20
101	263392	JOGO DE MEMORIA MEIOS DE TRANSPORTE, ESTOJO DE MADEIRA TAMANHO APROX 13x13x5cm	UNIDADE	12,98	7	90,86
102	263405	JOGO DE PALAVRAS CRUZADAS, CONTENDO TABULEIRO COM DUAS FACES, TAMANHO APROX	UNIDADE	18,00	20	360,00
103	255572	JOGO DE XADREZ OFICIAL, TABULEIRO EM MADEIRA 40cmX40cm, PECAS EM PLASTICO	UNIDADE	37,00	25	925,00
104	7440	LAPIS COLORIDO GRANDE 48 CORES	CAIXA	8,00	100	800,00
105	7340	LAPIS COLORIDO GRANDE CX C/ 12 CORES	CAIXA	2,08	128	266,24
106	7435	LAPISEIRA 0,5MM	UNIDADE	0,88	25	22,00
107	14800	LIVRO ATA S/ MARGEM 100FLS	UNIDADE	5,95	98	583,10
108	9291	LIVRO ATA S/ MARGEM 50FLS	UNIDADE	4,80	68	326,40
109	14847	LIVRO PONTO GRANDE	UNIDADE	11,80	24	283,20
110	6922	LIVRO PONTO PEQUENO	UNIDADE	5,35	4	21,40
111	10985	LIVRO PROTOCOLO 153X216MM 100 FLS	UNIDADE	5,05	31	156,55
112	7774	MASSA PARA MODELAR 12 CORES	CAIXA	1,55	410	635,50
113	8215	MEDALHA OURO 44MM	UNIDADE	3,75	100	375,00
114	8216	MEDALHA PRATA 44MM	UNIDADE	3,75	100	375,00
115	273583	MESA BUTTERFLY PARA TENIS DE MESA, MEDIDAS OFICIAIS PADRAO ITTF, TAMPO MDF 25mm	UNIDADE	635,00	2	1270,00
116	7768	PAPEL ALMACO A4 C/ PAUTA PCTE 200FLS	PACOTE	12,50	41	512,50
117	7338	PAPEL CAMURCA 40X60 DIVERSAS CORES	UNIDADE	0,45	785	353,25
118	15745	PAPEL CARBONO A4 CX C/ 100 FLS	CAIXA	16,29	10	162,90
119	26866	PAPEL CELOFANE 85X100	UNIDADE	0,56	120	67,20
120	257412	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE ROLO 10MT	UNIDADE	17,90	6	107,40
121	7337	PAPEL CREPON SPIRAL (DIVERSAS CORES)	UNIDADE	0,74	400	296,00
122	24320	PAPEL DUPLA FACE (VARIADOS)	UNIDADE	0,58	160	92,80
123	258530	PAPEL ESPELHO 48X60 (DOBRADURA) 63G PACOTE C/ 100	PACOTE	13,92	30	417,60
124	8128	PAPEL KRAFT BOBINA 60CM x 60MT	UNIDADE	32,00	98	3136,00
125	259863	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA 40CM X 100MT	UNIDADE	48,00	2	96,00
126	15452	PAPEL PARA PRESENTE EM FOLHA AVULSA 50CMX60CM C/20FLS	UNIDADE	11,90	55	654,50
127	245113	PAPEL SEDA 48x60cm	UNIDADE	0,14	350	49,00
128	21821	PAPEL SULFITE A4 75G/M2 210X297MM 500FLS	PACOTE	12,13	6390	77510,70
129	24225	PAPEL SULFITE OFICIO 2 75G/M2 216X330MM 500FLS	PACOTE	18,50	2	37,00
130	14896	PAPEL VEGETAL 90/95G 210X297 MM	UNIDADE	0,20	25	5,00
131	245095	PAPEL VERGE 180GR 210X297MM 50FLS	CAIXA	10,34	166	1716,44
132	7357	PASTA C/ ABA EM POLIPROPILENO COM ELASTICO 235X350 A02	UNIDADE	1,85	935	1729,75
133	8470	PASTA CATALOGO C/ 100 ENV	UNIDADE	8,50	132	1122,00
134	27138	PASTA EM POLIPROPILENO COM ELASTICO 245X335X60MM	UNIDADE	2,00	405	810,00
135	15079	PASTA PLASTICA CAIXA P/ ARQUIVO	UNIDADE	2,99	350	1046,50
136	13515	PASTA SANFONA EM POLIPROPILENO COM ELASTICO 350X350MM C/ 31DIVISOES	UNIDADE	20,50	32	656,00
137	14561	PASTA SUSPENSA PLASTIFICADA MARMORIZADA 36X24CM COMPLETA (GRAMPO+ETIQUETA)	UNIDADE	1,52	2870	4362,40
138	7392	PERCEVEJO LATONADO CX C/ 100	CAIXA	1,12	78	87,36
139	9209	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/ 40 FLS	UNIDADE	20,50	27	553,50
140	258682	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/ 70 FLS	UNIDADE	52,00	34	1768,00
141	9613	PINCEL ATOMICO PRETO	UNIDADE	0,89	231	205,59
142	9615	PINCEL ATOMICO VERMELHO	UNIDADE	0,89	211	187,79
143	9616	PINCEL MARCA TEXTO AMARELO	UNIDADE	0,74	414	306,36
144	257173	PINCEL PARA TELA NR 00	UNIDADE	3,35	35	117,25
145	258984	PINCEL PARA TELA NR 08	UNIDADE	3,40	20	68,00
146	258983	PINCEL PARA TELA NR 14	UNIDADE	6,38	20	127,60
147	21733	PISTOLA PARA COLA QUENTE GROSSA	UNIDADE	10,90	173	1885,70
148	7389	PRANCHETA POLIESTIRENO FUME	UNIDADE	8,40	289	2427,60
149	14087	RAQUETE TENIS MESA/PING PONG MADEIRA EMBORRACHADA DOS DOIS LADOS DIMENSÕES	UNIDADE	11,85	30	355,50
150	11935	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, EM MALHA, FIO 4mm, MEDIDA PADRAO 7,55m X 2,44m, PAR	PAR	275,00	4	1100,00
151	257288	REDE PARA TENIS MESA/PING PONG, EM NYLON, MEDIDAS APROXIMADAS 1,52m X 14,5cm, COM	UNIDADE	14,00	4	56,00
152	263137	REFIL DE COLA FINA COLORIDA C/ GLITTER 250GR	UNIDADE	11,99	50	599,50
153	259939	REGUA DE MADEIRA 60 CM	UNIDADE	1,38	14	19,32
154	7359	REGUA EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE 30CM	UNIDADE	0,34	390	132,60
155	6903	REGUA EM POLIESTIRENO TRANSPARENTE 60CM	UNIDADE	3,40	30	102,00
156	21775	SACO PLASTICO 4 FUROS A4 23x30CM TRANSPARENTE PACOTE C/ 50	UNIDADE	4,99	110	548,90
157	263039	TELA PARA PINTURA TAMANHO 40CM x 60CM	UNIDADE	12,38	60	742,80
158	14328	TESOURA GRANDE SEM PONTA	UNIDADE	2,85	49	139,65
159	12029	TESOURA GRANDE USO GERAL	UNIDADE	2,89	79	228,31

160	13097	TESOURA PARA PICOTAR 8 1/2 - 21cm	UNIDADE	22,00	20	440,00
161	10050	TINTA ACRILICA PARA TELA 20ML (DIVERSAS CORES)	UNIDADE	2,74	250	685,00
162	258574	TNT CORES VARIADAS	METRO	1,00	50	50,00
163	24578	TNT ROLO 50MT (CORES VARIADAS)	METRO	48,00	53	2544,00
164	8212	TROFEU 1 LUGAR CONFECCIONADO EM ACRILICO, TAM APROXIMADO 30CM	UNIDADE	28,50	30	855,00
TOTAL DO VENCEDOR						**161.746,70**

(Cento e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e seis reais e setenta centavos).

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decretos nº 3.931/01 e 3.555/00.
3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.
3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou copia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em conseqüência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.
4.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um perco do de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme determina o Art. 4 do Decreto nº 3.931/2001.
4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir os PRODUTOS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.
4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerencia da Ata de Registro de Preços ficará cargo da Prefeitura, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgão e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgão ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO
6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos PRODUTOS.
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados esta incluída todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que Verificará e confrontará qualidade dos PRODUTOS entregues com o especificado no Termo de Referencia.
7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega dos PRODUTOS.
7.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos PRODUTOS, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.
7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos PRODUTOS será realizada pelo Fiscal do Contrato.
7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo o órgão adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da Solicitação de ordem de fornecimento.
8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará expedição da solicitação de empenho ou documento similar e notificará empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fax- símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da Solicitação de ordem de fornecimento.
8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento.
8.4. A retirada da Solicitação de ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a Solicitação de Empenho/ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.
8.6. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos PRODUTOS, o esgotamento dos PRODUTOS será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.
8.7. Na hipótese do Item 8.6, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante dos PRODUTOS das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.
8.8. Os PRODUTOS deverão ser entregues no local da vencedora, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00; ou onde o Fiscal do Contrato determinar.
8.9. Os PRODUTOS serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;
8.10. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referencia;
8.10.1. Em se verificando problemas na entrega dos PRODUTOS, a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.
8.11. Os PRODUTOS, a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.8 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos PRODUTOS poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciárias exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução o do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderentes.(em casos de adesão)
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá órgão aderente a aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das clausulas desta ata, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação de o órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará exato cumprimento das clausulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE
PREÇOS
12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:
a) O fornecedor não dispuser a substituir os PRODUTOS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;
c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;
d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas nos artigo 13º do Decreto n. 3.931/2001 e no artigo 78 da Lei n. 8.666/93;
e) Por razões de interesse publico devidamente demonstrado e justificado nos autos;
f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referencia.
12.2. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.
12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o numero do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.
14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e numero do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o numero do fax-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderá ser corrigidos pela variação do ou outro índice que vier a sucede-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo mansão expressa ao numero da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O numero de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os PRODUTOS deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributaria aplicável á espécie.
15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o numero do banco, bem como o nome e numero da agência e o numero da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a Solicitação de ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a previa defesa, de conformidade com o art. 13 do Decreto nº3.931/2001 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93:
a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Publica, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.
16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará empresa, á multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.
16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.
16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar á vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura, será aplicado o limite mínimo temporal previsto para a penalidade que è de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto á Administração Publica, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.
16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminha-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Será publicada na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Publica.
16.8. O Possível órgão aderente a ARP será o responsável pelas sanções administrativas Aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelos Decretos nº 3.931/2001, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1- Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ata e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal n º9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir
da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial nº 029/2013, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2- Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de Pregão Presencial n 029/2013 e Termo de Referencia;

b) Ata da Sessão Publica;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse publico, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o fornecimento dos PRODUTOS.
e) Os órgão aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o numero deste instrumento e o assunto especifico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:

PREFEITURA MUNICIPAL
Rua Ministro César Cals nº 226 Centro
- Peixoto de Azevedo /MT
Secretaria Municipal de Administração
SETOR DE LICITAÇAO CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654,2º do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, AMM em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei n 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 29 de Julho de 2013

VANILZA RIBEIRO CHAGAS
Pregoeira

EMERSON NUNES FREITAS
Membro da Equipe

ALINE GLEYSS DOS SANTOS MASCARENHAS
Equipe de Apoio

SINVALDO SANTOS BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:2E44534D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO I LRF 3 BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTREMAIO-JUNHO. LRF-Cidadão - 9.31 - 03/08/13

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Jun 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	3.737.000,00	10.683.500,00	1.855.495,98	17,37	5.618.717,91	52,59	5.064.782,09
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	3.737.000,00	9.503.500,00	1.855.495,98	19,52	5.561.139,29	58,52	3.942.360,71
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	315.000,00	344.000,00	107.827,16	31,35	756.338,63	219,87	-412.338,63
1.1.1.0.00.00 - Impostos	315.000,00	315.000,00	95.322,91	30,26	725.134,78	230,20	-410.134,78
1.1.2.0.00.00 - Taxas	0,00	29.000,00	12.504,25	43,12	31.203,85	107,60	-2.203,85
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	10.000,00	0,00	0,00	5.466,54	54,67	4.533,46
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	0,00	10.000,00	0,00	0,00	5.466,54	54,67	4.533,46
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	0,00	13.000,00	16.709,92	128,54	27.391,32	210,70	-14.391,32
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	0,00	13.000,00	16.709,92	128,54	27.391,32	210,70	-14.391,32
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	5.000,00	2.313,39	46,27	4.876,90	97,54	123,10
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.422.000,00	9.093.500,00	1.713.892,55	18,85	4.737.040,19	52,09	4.356.459,81
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	3.422.000,00	8.940.500,00	1.620.295,50	18,12	4.629.054,94	51,78	4.311.445,06
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	0,00	153.000,00	93.597,05	61,17	107.985,25	70,58	45.014,75
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	38.000,00	14.752,96	38,82	30.025,71	79,02	7.974,29
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	0,00	9.000,00	191,48	2,13	1.419,09	15,77	7.580,91
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	0,00	10.000,00	6.089,05	60,89	14.664,11	146,64	-4.664,11
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	0,00	19.000,00	8.472,43	44,59	13.942,51	73,38	5.057,49
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00	1.180.000,00	0,00	0,00	57.578,62	4,88	1.122.421,38
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	1.100.000,00	0,00	0,00	57.578,62	5,23	1.042.421,38
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	0,00	900.000,00	0,00	0,00	57.578,62	6,40	842.421,38
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.737.000,00	10.683.500,00	1.855.495,98	17,37	5.618.717,91	52,59	5.064.782,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	3.737.000,00	10.683.500,00	1.855.495,98	17,37	5.618.717,91	52,59	5.064.782,09
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	3.737.000,00	10.683.500,00	1.855.495,98	17,37	5.618.717,91	52,59	5.064.782,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	10.374.971,90	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	No Bimestre (f)	Jan a Jun 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.815.000,00	81.200,00	10.896.200,00	1.735.627,86	6.718.526,10	2.157.414,06	5.254.957,08	48,23	5.641.242,92
DESPESAS CORRENTES	8.792.408,00	756.800,00	9.549.208,00	1.713.635,50	6.423.560,42	2.093.780,61	5.053.562,60	52,92	4.495.645,40
Pessoal e Encargos Sociais	3.689.000,00	164.000,00	3.853.000,00	929.471,67	2.634.794,49	1.015.171,07	2.580.987,36	66,99	1.272.012,64
Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Outras Despesas Correntes	5.100.408,00	592.800,00	5.693.208,00	784.163,83	3.788.765,93	1.078.609,54	2.472.575,24	43,43	3.220.632,76
DESPESAS DE CAPITAL	1.893.200,00	-675.600,00	1.217.600,00	21.992,36	294.965,68	63.633,45	201.394,48	16,54	1.016.205,52
Investimentos	1.693.200,00	-775.600,00	917.600,00	21.992,36	94.965,68	21.992,36	94.965,68	10,35	822.634,32

Inversões Financeiras	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Amortização da Dívida	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	41.641,09	106.428,80	53,21	93.571,20
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	129.392,00	0,00	129.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.392,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	10.815.000,00	81.200,00	10.896.200,00	1.735.627,86	6.718.526,10	2.157.414,06	5.254.957,08	48,23	5.641.242,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	10.815.000,00	81.200,00	10.896.200,00	1.735.627,86	6.718.526,10	2.157.414,06	5.254.957,08	48,23	5.641.242,92
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	363.760,83	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.815.000,00	81.200,00	10.896.200,00	1.735.627,86	6.718.526,10	2.157.414,06	5.618.717,91	51,57	5.277.482,09
FONTE:									

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:96F7EB6A

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO II LRF 3 BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. LRF-Cidadão - 9.31 - 03/08/13

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Jun (c)	No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	10.815.000,00	10.896.200,00	1.735.627,86	6.718.526,10	2.157.414,06	5.254.957,08	100,00	48,23	5.641.242,92
LEGISLATIVA	603.200,00	603.200,00	104.994,90	295.859,40	100.174,10	278.738,60	5,30	46,21	324.461,40
Ação Legislativ a	603.200,00	603.200,00	104.994,90	295.859,40	100.174,10	278.738,60	5,30	46,21	324.461,40
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.023.908,00	2.108.184,00	353.238,25	1.420.938,45	435.950,66	1.126.510,89	21,44	53,44	981.673,11
Administração Geral	1.510.908,00	1.595.184,00	305.268,99	1.049.597,76	342.285,31	849.727,79	16,17	53,27	745.456,21
Administração Financeira	513.000,00	513.000,00	47.969,26	371.340,69	93.665,35	276.783,10	5,27	53,95	236.216,90
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	466.000,00	487.600,00	87.624,74	285.403,33	97.325,00	199.825,10	3,80	40,98	287.774,90
Assistência Comunitária	466.000,00	487.600,00	87.624,74	285.403,33	97.325,00	199.825,10	3,80	40,98	287.774,90
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	2.237.500,00	2.654.300,00	316.705,72	1.795.473,31	622.151,04	1.387.409,53	26,40	52,27	1.266.890,47
Administração Geral	222.000,00	182.800,00	836,35	37.570,50	4.488,73	14.475,79	0,28	7,92	168.324,21
Atenção Básica	1.765.500,00	2.221.500,00	315.869,37	1.637.902,81	585.476,51	1.310.747,94	24,94	59,00	910.752,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	160.000,00	160.000,00	0,00	120.000,00	32.185,80	62.185,80	1,18	38,87	97.814,20
Vigilância Sanitária	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.274.000,00	2.765.000,00	457.015,39	1.671.501,03	468.198,32	1.227.093,24	23,35	44,38	1.537.906,76
Ensino Fundamental	1.923.000,00	2.324.000,00	371.857,66	1.400.078,60	376.744,37	1.033.398,77	19,67	44,47	1.290.601,23
Educação Inf antil	351.000,00	441.000,00	85.157,73	271.422,43	91.453,95	193.694,47	3,69	43,92	247.305,53
CULTURA	78.000,00	92.000,00	25.630,45	57.959,78	23.130,44	101.226,48	1,93	110,03	-9.226,48
Dif usão Cultural	78.000,00	92.000,00	25.630,45	57.959,78	23.130,44	101.226,48	1,93	110,03	-9.226,48
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	560.000,00	154.000,00	52.541,14	91.627,84	55.506,52	116.653,04	2,22	75,75	37.346,96
Inf ra-estrutura Urbana	560.000,00	154.000,00	52.541,14	91.627,84	55.506,52	116.653,04	2,22	75,75	37.346,96
HABITAÇÃO	120.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
Habitação Urbana	120.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
SANEAMENTO	230.000,00	43.224,00	5.919,62	6.671,12	4.419,62	5.171,12	0,10	11,96	38.052,88
Saneamento Básico Urbano	230.000,00	43.224,00	5.919,62	6.671,12	4.419,62	5.171,12	0,10	11,96	38.052,88
GESTÃO AMBIENTAL	100.000,00	112.700,00	9.910,00	68.195,25	19.510,00	33.245,25	0,63	29,50	79.454,75
Preserv ação e Conserv ação Ambiental	100.000,00	112.700,00	9.910,00	68.195,25	19.510,00	33.245,25	0,63	29,50	79.454,75
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	499.000,00	394.000,00	40.451,55	183.765,97	49.590,56	153.310,84	2,92	38,91	240.689,16
Administração Geral	348.000,00	237.000,00	39.501,55	162.842,97	45.140,56	132.387,84	2,52	55,86	104.612,16
Promoção da Produção Vegetal	45.000,00	48.000,00	950,00	11.780,00	950,00	11.780,00	0,22	24,54	36.220,00
Promoção da Produção Animal	41.000,00	44.000,00	0,00	9.143,00	3.500,00	9.143,00	0,17	20,78	34.857,00
Extensão Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Energia Elétrica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	143.000,00	96.000,00	18.818,72	33.058,22	11.571,71	25.078,22	0,48	26,12	70.921,78
Turismo	143.000,00	96.000,00	18.818,72	33.058,22	11.571,71	25.078,22	0,48	26,12	70.921,78
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	40.000,00	25.400,00	6.903,30	6.903,30	6.903,30	6.903,30	0,13	27,18	18.496,70
Energia Elétrica	40.000,00	25.400,00	6.903,30	6.903,30	6.903,30	6.903,30	0,13	27,18	18.496,70
TRANSPORTE	1.105.000,00	928.000,00	134.753,09	610.211,34	147.142,24	422.732,14	8,04	45,55	505.267,86
Transporte Rodov iário	1.105.000,00	928.000,00	134.753,09	610.211,34	147.142,24	422.732,14	8,04	45,55	505.267,86
DESPORTO E LAZER	206.000,00	280.200,00	121.120,99	190.957,76	115.840,55	171.059,33	3,26	61,05	109.140,67
Lazer	206.000,00	280.200,00	121.120,99	190.957,76	115.840,55	171.059,33	3,26	61,05	109.140,67
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	129.392,00	129.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.392,00
Reserv a de Contingência	129.392,00	129.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	129.392,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.815.000,00	10.896.200,00	1.735.627,86	6.718.526,10	2.157.414,06	5.254.957,08	100	48,2274	5.641.242,92
FONTE:									

Publicado por:
Jorcileia Vasconcelos Pinho
Código Identificador:703890A8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICADO

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2012
(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
DESPESAS VARIAVEIS (PREVIPORA)						
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2008 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	167.420,00			167.420,00		
RESTOS A PAGAR 2008 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	456.948,21			137.481,47	319.466,74	
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	27.262,02			27.262,02		
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	98.961,72	11.856,24		33.690,76	65.718,18	11.409,02
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	23.847,06			23.847,06		
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	78.030,28	895,00		71.627,87	7.297,41	
RESTOS A PAGAR 2007 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	17.131,56			17.131,56		
RESTOS A PAGAR 2007 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	34.340,23	7.000,00			41.340,23	
RESTOS A PAGAR 2009 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	61.995,74			61.995,74		
RESTOS A PAGAR 2009 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	622.263,51			96.575,47	525.688,04	
RESTOS A PAGAR 2006 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	1.204,38			1.204,38		
RESTOS A PAGAR 2006 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU		733,78			733,78	
RESTOS A PAGAR 2005 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	11.002,39			11.002,39		
RESTOS A PAGAR 2005 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	4.893,81	235,70			5.129,51	
RESTOS A PAGAR 2004 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	28.375,47			28.375,47		
RESTOS A PAGAR 2004 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU		563,30			563,30	
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	4.300,00			4.300,00		
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	10.106,27			5.744,81	4.361,46	
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	249.536,35			249.536,35		
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	43.555,00			7.184,46	36.065,54	305,00
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	233.401,00			233.401,00		
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	4.067.616,39			2.960.573,99	1.110.319,20	-3.276,80
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	12.228,70			12.228,70		
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	9.045,50			5.514,22	3.531,28	
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREFEITURA)	50.473,47			50.473,47		
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREFEITU	13.586,86				13.586,86	
R.P. de 2012 Nao Processados (PREFEITURA)		277.994,86				277.994,86
R.P. de 2012 Processados (PREFEITURA)		820.543,62				820.543,62
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS (PREVIPORA)	1.460,56			1.460,56		
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS (PREVIPOR						
R.P. de 2012 Nao Processados (PREVIPORA)						
R.P. de 2012 Processados (PREVIPORA)		3.206,39				3.206,39
Subtotal:	6.328.986,48	1.123.028,89		4.208.031,75	2.133.801,53	1.105.326,67
DEPOSITOS						
PAGAMENTO A MAIOR - FOLHA DE PAGAMENTO (PREFEITURA)	11.009,57	101,66			11.111,23	
SALARIO FAMILIA - PREVIDENCIA (PREFEITURA)	-4.700,22	8.997,68	6.468,12	9.898,36		867,22
SALARIO FAMILIA - INSS (PREFEITURA)	11.058,98	9.675,61		9.643,76	11.090,83	
SALARIO FAMILIA FUNDO-RPPS (PREFEITURA)	751,01				751,01	
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PREFEITURA)	6.180,00	22.683,47		24.967,87	3.449,78	445,82
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - RPPS (PREFEITURA)	457,24				457,24	
SALARIO MATERNIDADE - INSS (PREFEITURA)	6.463,07	708,50		44,00	7.127,57	
PENSÃO ALIMENICIA (PREFEITURA)	0,71	12.819,18		11.482,07	0,71	1.337,11
I.N.S.S (PREFEITURA)	60.898,08	180.380,56		99.482,61	103.464,12	38.331,91

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2012
(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ASTAB (PREFEITURA)	1.182,16	11.016,15		10.767,49	581,86	848,96
SINTEP (PREFEITURA)	2.526,64	11.448,97		12.941,55	77,27	956,79
FARMASTER (PREFEITURA)	170,32				170,32	
PREVIPORA (PREFEITURA)	61.945,83	518.754,33	58.514,18	519.240,10		119.974,24
PREVIPORA- RPPS (PREFEITURA)	15,00				15,00	

SHOW DE PREMIOS (PREFEITURA)	820,00	25.109,00		24.354,80	1.491,70	82,50
SALARIO MATERNIDADE - PREVIDENCIA (PREFEITURA)	266,66				266,66	
CREDITO COMPENSADO INSS (PREFEITURA)	80.431,47				80.431,47	
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL (PREFEITURA)	9.841,37	207.610,58		179.690,62	2.700,71	35.060,62
DESCONTO DECIMO 13 PAGO ANIVERSARIO (PREFEITURA)	2.135,43	1.750,52			3.885,95	
EMPRESTIMO PANAMERICANO (PREFEITURA)	34.678,62	506.699,59	2.002,91	382.938,84		160.442,28
SINDI- SAUDE (PREFEITURA)	587,12	2.812,40		3.399,52		
CAUCAO (PREFEITURA)						
I.N.S.S (CAMARA)		34.241,52		34.241,52		
I.R.R.F (CAMARA)		3.030,91		3.030,91		
PREVIPORA (CAMARA)		3.172,63		3.172,63		
SALARIO FAMILIA (CAMARA)		1.102,10		1.102,10		
I S S Q N (CAMARA)		918,75		918,75		
SALARIO FAMILIA FUNDO - RPPS (PREVIPORA)						
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL (PREVIPORA)		1.108,19		1.108,19		
PREVIPORA - RPPS (PREVIPORA)						
RETENCAO DE ISSQN (PREVIPORA)		3.597,11		3.597,11		
RETENCAO IRRF (PREVIPORA)		460,99		449,10	11,89	
EMPRESTIMO BANCO DO (PREVIPORA)		8.579,81		8.579,81		
EMPRESTIMO PANAMERICANO (PREVIPORA)		46.612,28		46.612,28		
PAGAMENTO A MAIOR (PREVIPORA)		78,84			78,84	
Subtotal:	286.719,06	1.623.471,33	66.985,21	1.391.663,99	227.164,16	358.347,45
Subtotal:	6.615.705,54	2.746.500,22	66.985,21	5.599.695,74	2.360.965,69	1.463.674,12
TOTAL	6.615.705,54	2.746.500,22	66.985,21	5.599.695,74	2.360.965,69	1.463.674,12
TOTAL GERAL	6.615.705,54	TOTAL (b+c)	2.813.485,43	TOTAL (d+e)	7.960.661,43	1.463.674,12

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
Prefeito Municipal

CLAUDEMIRO TEODORO
Secretario Finanças

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
Contador

Publicado por:
Cristiane Bobbo
Código Identificador:74513BB6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF 3º BIMESTRE RREO 2013

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA								
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO								
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL								
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTREMAIO-JUNHO.							LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13	
RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR(a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Jun 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)		21.478.800,00	21.478.800,00	3.751.932,56	17,47	12.463.754,70	58,03	9.015.045,30
1.0.0.0.00.00-	RECEITAS CORRENTES	19.933.800,00	19.933.800,00	3.541.533,84	17,77	10.604.593,06	53,20	9.329.206,94
1.1.0.0.00.00-	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.047.500,00	1.047.500,00	371.069,84	35,42	869.122,33	82,97	178.377,67
1.1.1.0.00.00-	Impostos	901.500,00	901.500,00	343.703,70	38,13	753.510,17	83,58	147.989,83
1.1.2.0.00.00-	Taxas	145.000,00	145.000,00	27.366,14	18,87	115.612,16	79,73	29.387,84
1.1.3.0.00.00-	Contribuição De Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.2.0.0.00.00-	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	723.000,00	723.000,00	114.881,56	15,89	366.673,20	50,72	356.326,80
1.2.1.0.00.00-	Contribuições Sociais	398.000,00	398.000,00	82.493,87	20,73	241.499,20	60,68	156.500,80
1.2.2.0.00.00-	Contribuições Econômicas	325.000,00	325.000,00	32.387,69	9,97	125.174,00	38,52	199.826,00
1.3.0.0.00.00-	RECEITA PATRIMONIAL	541.200,00	541.200,00	26.043,81	4,81	158.955,74	29,37	382.244,26
1.3.1.0.00.00-	Receitas Imobiliárias	5.000,00	5.000,00	200,00	4,00	250,00	5,00	4.750,00
1.3.2.0.00.00-	Receitas DeValores Mobiliários	186.100,00	186.100,00	25.843,81	13,89	62.478,76	33,57	123.621,24
1.3.3.0.00.00-	ReceitaDeConcessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00-	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00-	RECEITA AGROPECUÁRIA	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.4.1.0.00.00-	ReceitaDaProdução Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00-	ReceitaDaProdução Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00-	Outras Receitas Agropecuárias	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.5.0.0.00.00-	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00-	ReceitaDaIndústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00-	ReceitaDaIndústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00-	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00-	RECEITA DE SERVIÇOS	342.100,00	342.100,00	93.117,74	27,22	232.143,83	67,86	109.956,17
1.7.0.0.00.00-	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.157.800,00	17.157.800,00	2.915.466,74	16,99	8.923.272,36	52,01	8.234.527,64
1.7.2.0.00.00-	Transferências Intergovernamentais	16.102.800,00	16.102.800,00	2.826.733,32	17,55	8.657.072,10	53,76	7.445.727,90
1.7.3.0.00.00-	Transferências DeInstituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00-	Transferências DoExterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00-	Transferências DePessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00-	Transferências DeConvênios	1.055.000,00	1.055.000,00	88.733,42	8,41	266.200,26	25,23	788.799,74
1.7.7.0.00.00-	Transferências para combateà fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00-	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	122.000,00	122.000,00	20.954,15	17,18	54.425,60	44,61	67.574,40
1.9.1.0.00.00-	Multas E Juros DeMora	14.700,00	14.700,00	1.199,84	8,16	10.436,82	71,00	4.263,18
1.9.2.0.00.00-	Indenizações E Restituições	5.400,00	5.400,00	3.507,41	64,95	8.694,87	161,02	-3.294,87

1.9.3.0.00.00-	ReceitaDaDívidaAtiva	94.100,00	94.100,00	16.060,30	17,07	33.348,87	35,44	60.751,13
1.9.9.0.00.00-	Receitas Correntes Diversas	7.800,00	7.800,00	186,60	2,39	1.945,04	24,94	5.854,96
2.0.0.0.00.00-	RECEITAS DE CAPITAL	1.545.000,00	1.545.000,00	210.398,72	13,62	1.859.161,64	120,33	-314.161,64
2.1.0.0.00.00-	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.1.1.0.00.00-	Operações DeCrédito Internas	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
2.1.2.0.00.00-	Operações DeCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00-	ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
2.2.1.0.00.00-	AlienaçãoDeBens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00-	AlienaçãoDeBens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00-	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00-	AmortizaçãoDeEmpréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00-	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.215.000,00	1.215.000,00	210.398,72	17,32	1.859.161,64	153,02	-644.161,64
2.4.2.0.00.00-	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00-	Transferências DeInstituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00-	Transferências DoExterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00-	Transferências DePessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00-	Transferências deoutras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00-	Transferências DeConvênios	1.215.000,00	1.215.000,00	210.398,72	17,32	1.859.161,64	153,02	-644.161,64
2.4.8.0.00.00-	Transferências para combateà fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00-	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00-	Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00-	Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00-	Receitada dívidaativaprovenienteda amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00-	Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00-	ReceitaDeCapital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)		551.200,00	551.200,00	132.934,37	24,12	258.275,02	46,86	292.924,98

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.030.000,00	22.030.000,00	3.884.866,93	17,63	12.722.029,72	57,75	9.307.970,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	22.330.000,00	22.330.000,00	3.884.866,93	17,40	12.722.029,72	56,97	9.607.970,28
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	22.330.000,00	22.330.000,00	3.884.866,93	17,40	12.722.029,72	56,97	9.607.970,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	23.765.265,87	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	No Bimestre (f)	Jan a Jun 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.054.180,00	1.361.120,00	22.415.300,00	3.847.775,82	13.006.912,30	5.035.952,72	12.193.330,47	54,40	10.221.969,53
DESPESAS CORRENTES	18.831.700,00	374.320,00	19.206.020,00	3.703.391,59	11.253.969,02	3.980.448,49	10.440.387,19	54,36	8.765.632,81
Pessoal eEncargos Sociais	8.115.980,00	74.150,00	8.190.130,00	2.041.259,36	5.536.983,24	2.063.948,45	5.534.366,13	67,57	2.655.763,87
Juros eEncargos daDívida	51.370,00	5.000,00	56.370,00	2.522,91	15.082,54	2.522,91	15.082,54	26,76	41.287,46
Outras Despesas Correntes	10.664.350,00	295.170,00	10.959.520,00	1.659.609,32	5.701.903,24	1.913.977,13	4.890.938,52	44,63	6.068.581,48
DESPESAS DE CAPITAL	1.625.480,00	991.800,00	2.617.280,00	144.384,23	1.752.943,28	1.055.504,23	1.752.943,28	66,98	864.336,72
Investimentos	1.663.850,00	991.800,00	2.655.650,00	144.384,23	1.765.502,91	1.055.504,23	1.765.502,91	66,48	890.147,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãoda Dívida	-38.370,00	0,00	-38.370,00	0,00	-12.559,63	0,00	-12.559,63	32,73	-25.810,37
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	597.000,00	-5.000,00	592.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	592.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	639.450,00	0,00	639.450,00	106.137,57	313.688,63	106.137,57	313.688,63	49,06	325.761,37
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	21.693.630,00	1.361.120,00	23.054.750,00	3.953.913,39	13.320.600,93	5.142.090,29	12.507.019,10	54,25	10.547.730,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	336.370,00	0,00	336.370,00	7.874,12	38.689,17	7.874,12	38.689,17	11,50	297.680,83
Amortização daDívida Interna	336.370,00	0,00	336.370,00	7.874,12	38.689,17	7.874,12	38.689,17	11,50	297.680,83
Dívida Mobiliária	336.370,00	0,00	336.370,00	0,00	30.815,05	0,00	30.815,05	9,16	305.554,95
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	7.874,12	7.874,12	7.874,12	7.874,12	0,00	-7.874,12
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	22.030.000,00	1.361.120,00	23.391.120,00	3.961.787,51	13.359.290,10	5.149.964,41	12.545.708,27	53,63	10.845.411,73
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	176.321,45	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	22.030.000,00	1.361.120,00	23.391.120,00	3.961.787,51	13.359.290,10	5.149.964,41	12.722.029,72	54,39	10.669.090,28
FONTE:									

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO.								LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13	
LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Jun (c)	No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	22.030.000,00	23.391.120,00	3.961.787,51	13.359.290,10	5.149.964,41	12.545.708,27	100,00	53,63	10.845.411,73
LEGISLATIVA	850.000,00	850.000,00	120.708,39	476.188,88	141.062,69	415.230,11	3,31	48,85	434.769,89
Ação Legislativa	850.000,00	850.000,00	120.708,39	476.188,88	141.062,69	415.230,11	3,31	48,85	434.769,89
JUDICIÁRIA	96.950,00	94.200,00	21.847,23	68.413,89	21.847,23	68.413,89	0,55	72,63	25.786,11
Defesa do Interesse Público no Processo	96.950,00	94.200,00	21.847,23	68.413,89	21.847,23	68.413,89	0,55	72,63	25.786,11
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.301.180,00	2.492.160,00	491.598,39	1.740.975,18	600.570,89	1.566.135,83	12,48	62,84	926.024,17
Administração Geral	1.465.900,00	1.523.850,00	377.319,35	1.093.019,54	388.984,83	1.047.981,30	8,35	68,77	475.868,70
Administração Financeira	604.130,00	616.560,00	76.011,64	400.702,20	98.823,05	274.752,72	2,19	44,56	341.807,28
Controle Interno	73.150,00	63.650,00	8.508,41	25.340,79	8.508,41	25.340,79	0,20	39,81	38.309,21
Ordenamento Territorial	41.500,00	23.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.500,00
Formação de Recursos Humanos	31.000,00	24.600,00	3.150,00	9.150,00	3.150,00	9.150,00	0,07	37,20	15.450,00

Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	55.500,00	210.000,00	16.608,99	182.762,65	89.918,99	182.762,65	1,46	87,03	27.237,35
Difusão do Conhecimento Científico e	30.000,00	30.000,00	10.000,00	30.000,00	11.185,61	26.148,37	0,21	87,16	3.851,63
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	94.850,00	32.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.500,00
Normatização e Fiscalização	65.000,00	19.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.500,00
Infra-estrutura Urbana	29.850,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	838.900,00	718.450,00	103.474,59	273.041,73	103.660,17	266.951,23	2,13	37,16	451.498,77
Administração Geral	268.000,00	269.550,00	56.897,51	163.622,44	56.656,61	163.231,54	1,30	60,56	106.318,46
Normatização e Fiscalização	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Assistência ao Idoso	22.000,00	22.000,00	0,00	5.133,14	0,00	5.133,14	0,04	23,33	16.866,86
Assistência ao Portador de Deficiência	4.900,00	4.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.900,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	93.000,00	93.000,00	14.716,54	32.816,83	14.716,54	32.816,83	0,26	35,29	60.183,17
Assistência Comunitária	402.000,00	300.000,00	31.860,54	71.469,32	32.287,02	65.769,72	0,52	21,92	234.230,28
Habitação Urbana	41.500,00	21.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.500,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.300.000,00	1.300.000,00	124.577,51	451.872,42	132.424,17	396.945,80	3,16	30,53	903.054,20
Previdência do Regime Estatutário	1.300.000,00	1.300.000,00	124.577,51	451.872,42	132.424,17	396.945,80	3,16	30,53	903.054,20
SAÚDE	5.191.250,00	5.054.290,00	1.453.644,20	3.728.223,92	1.464.684,80	3.689.351,35	29,41	72,99	1.364.938,65
Administração Geral	183.100,00	240.700,00	77.253,24	214.835,82	79.813,96	202.515,60	1,61	84,14	38.184,40
Normatização e Fiscalização	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Atenção Básica	1.883.000,00	1.901.200,00	568.232,52	1.244.653,92	570.982,47	1.244.587,32	9,92	65,46	656.612,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.818.600,00	2.619.740,00	730.060,07	2.090.633,65	747.208,85	2.075.566,75	16,54	79,23	544.173,25
Suporte Profilático e Terapêutico	147.750,00	117.750,00	30.593,52	67.316,16	19.174,67	55.897,31	0,45	47,47	61.852,69
Vigilância Sanitária	37.800,00	79.800,00	18.162,14	64.082,97	18.162,14	64.082,97	0,51	80,30	15.717,03
Vigilância Epidemiológica	111.000,00	85.100,00	29.342,71	46.701,40	29.342,71	46.701,40	0,37	54,88	38.398,60
TRABALHO	56.500,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00
Fomento ao Trabalho	56.500,00	36.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.500,00
EDUCAÇÃO	6.546.050,00	7.772.020,00	908.792,71	4.063.815,13	1.914.138,78	3.613.666,44	28,80	46,50	4.158.353,56
Normatização e Fiscalização	8.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Formação de Recursos Humanos	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Ensino Fundamental	6.062.250,00	7.412.720,00	906.928,53	4.012.306,26	1.905.274,60	3.586.657,57	28,59	48,39	3.826.062,43
Ensino Médio	136.500,00	87.500,00	0,00	678,00	0,00	678,00	0,01	0,77	86.822,00
Ensino Superior	11.750,00	9.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.750,00
Educação Infantil	223.500,00	141.000,00	1.864,18	10.574,47	1.864,18	10.574,47	0,08	7,50	130.425,53
Educação de Jovens e Adultos	55.000,00	45.500,00	0,00	1.166,95	0,00	1.166,95	0,01	2,56	44.333,05
Educação Especial	48.450,00	72.450,00	0,00	39.089,45	7.000,00	14.589,45	0,12	20,14	57.860,55
CULTURA	224.250,00	329.800,00	55.508,63	244.687,12	56.808,63	244.537,12	1,95	74,15	85.262,88
Difusão Cultural	224.250,00	329.800,00	55.508,63	244.687,12	56.808,63	244.537,12	1,95	74,15	85.262,88
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	418.000,00	388.000,00	36.478,73	195.421,16	36.478,73	195.421,16	1,56	50,37	192.578,84
Ordenamento Territorial	20.000,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
Infra-estrutura Urbana	120.000,00	52.000,00	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,32	76,92	12.000,00
Serviços Urbanos	278.000,00	323.500,00	36.478,73	155.421,16	36.478,73	155.421,16	1,24	48,04	168.078,84
HABITAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	550.750,00	675.350,00	66.036,84	441.967,50	62.288,32	431.296,37	3,44	63,86	244.053,63
Saneamento Básico Urbano	502.750,00	641.750,00	66.036,84	441.967,50	62.288,32	431.296,37	3,44	67,21	210.453,63
Recursos Hídricos	48.000,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00
GESTÃO AMBIENTAL	96.000,00	57.337,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.337,25
Preservação e Conservação Ambiental	96.000,00	57.337,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.337,25
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	22.700,00	56.200,00	7.897,24	29.668,99	11.097,24	29.668,99	0,24	52,79	26.531,01
Tecnologia de Informatização	22.700,00	56.200,00	7.897,24	29.668,99	11.097,24	29.668,99	0,24	52,79	26.531,01
AGRICULTURA	492.150,00	685.362,75	82.529,96	514.901,25	90.175,67	513.496,96	4,09	74,92	171.865,79
Ordenamento Territorial	11.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Jun (c)	No Bimestre (d)	Jan a Jun (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
Promoção da Produção Vegetal	38.000,00	21.212,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.212,75
Abastecimento	50.500,00	21.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.500,00
Extensão Rural	392.150,00	637.150,00	82.529,96	514.901,25	90.175,67	513.496,96	4,09	80,59	123.653,04
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	196.500,00	171.500,00	13.723,40	58.368,76	13.743,40	53.198,76	0,42	31,02	118.301,24
Comunicação Social	196.500,00	171.500,00	13.723,40	58.368,76	13.743,40	53.198,76	0,42	31,02	118.301,24
ENERGIA	77.500,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00
Energia Elétrica	77.500,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00
TRANSPORTE	1.847.400,00	1.868.580,00	425.716,08	887.224,57	436.141,14	878.288,29	7,00	47,00	990.291,71
Administração Geral	180.800,00	176.850,00	28.680,64	92.817,12	29.807,51	91.317,12	0,73	51,64	85.532,88
Serviços Urbanos	15.000,00	10.130,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.130,00
Transporte Rodoviário	1.651.600,00	1.681.600,00	397.035,44	794.407,45	406.333,63	786.971,17	6,27	46,80	894.628,83
DESPORTO E LAZER	160.700,00	109.000,00	13.754,71	42.000,97	16.499,04	42.000,97	0,33	38,53	66.999,03
Desporto de Rendimento	6.200,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
Desporto Comunitário	117.200,00	89.200,00	13.754,71	42.000,97	16.499,04	42.000,97	0,33	47,09	47.199,03
Lazer	37.300,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00
ENCARGOS ESPECIAIS	468.370,00	473.370,00	35.498,90	142.518,63	48.343,51	141.105,00	1,12	29,81	332.265,00
Serviço da Dívida Interna	261.370,00	266.370,00	10.397,03	41.212,08	10.397,03	41.212,08	0,33	15,47	225.157,92
Outros Encargos Especiais	207.000,00	207.000,00	25.101,87	101.306,55	37.946,48	99.892,92	0,80	48,26	107.107,08
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	22.030.000,00	23.391.120,00	3.961.787,51	13.359.290,10	5.149.964,41	12.545.708,27	99,9999	53,6345	10.845.411,73

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DARECEITAREALIZADANOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL ATUALIZADA (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO 2013
	Jul/ 12	Ago/ 12	Set/ 12	Out/ 12	Nov/ 12	Dez/ 12	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.885.188,52	1.653.368,42	1.459.698,87	2.484.953,05	2.133.868,54	2.365.884,26	1.563.673,13	2.008.340,66	2.161.532,79	2.103.065,63	2.100.847,85	1.841.727,20	23.762.148,92	22.033.400,00
Receitas Tributária	124.013,78	136.028,88	84.207,97	93.369,72	129.212,70	131.538,01	72.715,57	100.319,71	158.496,27	166.520,94	241.192,82	129.877,02	1.567.493,39	1.047.500,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	1.189,57	2.225,10	1.547,94	5.080,29	2.733,51	2.017,95	736,22	442,25	2.990,12	32.656,30	25.442,97	4.217,20	81.279,42	65.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	36.194,45	24.748,24	12.805,06	7.672,35	12.748,81	19.617,52	13.244,33	7.853,85	19.162,45	26.243,51	12.687,96	4.481,27	197.459,80	102.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	74.871,61	70.846,47	44.798,16	54.001,48	68.267,33	50.936,43	19.210,85	32.855,46	27.513,52	40.342,58	55.233,48	39.948,60	578.825,97	263.000,00
Outras Receitas Tributárias	11.758,15	38.209,07	25.056,81	26.615,60	45.463,05	58.966,11	39.524,17	59.168,15	108.830,18	67.278,55	147.828,41	81.229,95	709.928,20	617.500,00
Receitas de Contribuições	73.311,42	40.491,29	33.333,88	85.034,90	113.871,61	70.696,75	34.839,24	144.777,40	52.221,61	19.953,39	85.547,59	29.333,97	783.413,05	723.000,00
Receita Patrimonial	92.601,16	66.123,64	51.539,11	117.162,14	34.755,86	72.762,14	16.346,53	9.425,15	14.666,72	92.473,53	13.014,93	13.028,88	593.899,79	541.200,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	25.994,84	30.973,38	26.156,22	38.642,76	39.234,83	73.715,64	37.745,78	28.994,66	43.087,37	29.198,28	22.620,02	70.497,72	466.861,50	342.100,00
Transferências Correntes	1.562.503,09	1.368.011,41	1.256.246,45	2.128.785,95	1.797.101,69	1.962.963,61	1.390.500,11	1.716.260,70	1.888.415,06	1.786.182,74	1.722.282,34	1.594.225,61	20.173.478,76	19.257.400,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	397.931,59	439.109,14	384.214,06	407.860,56	551.290,55	896.187,02	576.137,04	775.130,75	446.417,75	478.996,17	688.252,40	574.203,87	6.615.730,90	6.600.000,00
Cota Parte do ICMS	306.190,55	289.083,33	294.601,78	393.733,52	364.628,64	308.637,69	374.323,33	328.018,45	310.477,24	347.971,18	327.595,98	304.786,42	3.950.048,11	3.400.000,00
Cota Parte do IPVA	44.447,36	27.021,33	22.553,13	15.469,62	15.254,22	2.577,07	0,00	86.590,66	53.071,38	79.552,92	45.129,37	58.933,29	450.600,35	400.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	257.908,02	250.592,00	235.773,50	318.977,02	306.977,70	278.240,32	196.979,22	308.435,10	369.168,71	297.672,23	311.716,25	263.872,85	3.396.312,92	3.600.000,00
Outras Transferências Correntes	556.025,57	362.205,61	319.103,98	992.745,23	558.950,58	477.321,51	243.060,52	218.085,74	709.279,98	581.990,24	349.588,34	392.429,18	5.760.786,48	5.257.400,00
Outras Receitas Correntes	6.764,23	11.739,82	8.215,24	21.957,58	19.691,85	54.208,11	11.525,90	8.563,04	4.645,76	8.736,75	16.190,15	4.764,00	177.002,43	122.000,00
DEDUÇÕES (II)	196.782,61	164.701,20	145.794,16	229.577,97	268.750,70	229.847,38	193.870,12	351.738,36	199.307,16	187.642,68	282.513,38	201.021,70	2.651.547,42	2.403.600,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	46.213,73	13.077,32	3.702,39	59.067,41	81.131,34	40.154,23	3.690,53	113.625,43	37.159,33	4.530,04	69.686,62	12.807,25	484.845,62	398.000,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	81.131,34	40.154,23	3.690,53	113.625,43	37.159,33	1.227,29	70.410,78	12.807,25	360.206,18	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	150.568,88	151.623,88	142.091,77	170.510,56	187.619,36	189.693,15	190.179,59	238.112,93	162.147,83	183.112,64	212.826,76	188.214,45	2.166.701,80	2.005.600,00
RECEITACORRENTE LÍQUIDA(III) = (I - II)	1.688.405,91	1.488.667,22	1.313.904,71	2.255.375,08	1.865.117,84	2.136.036,88	1.369.803,01	1.656.602,30	1.962.225,63	1.915.422,95	1.818.334,47	1.640.705,50	21.110.601,50	19.629.800,00

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIMEPRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	748.800,00	748.800,00	82.493,87	340.795,24	689.820,72
RECEITAS CORRENTES	748.800,00	748.800,00	82.493,87	340.795,24	689.820,72
Receita de Contribuições	0,00	0,00	83.218,03	238.920,61	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	83.218,03	238.920,61	0,00
Contribuição de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	83.218,03	238.920,61	0,00
Contribuição de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	350.100,00	350.100,00	0,00	96.226,98	418.256,60
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	350.100,00	350.100,00	0,00	96.226,98	418.256,60
Outras Receitas Correntes	398.700,00	398.700,00	-724,16	5.647,65	271.564,12
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	551.000,00	551.000,00	131.633,73	255.066,62	270.414,03
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	1.299.800,00	1.299.800,00	214.127,60	595.861,86	960.234,75
DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	902.000,00	907.000,00	132.424,17	396.945,80	358.729,36
ADMINISTRAÇÃO	130.000,00	135.000,00	11.725,14	47.374,63	55.449,71
Despesas Correntes	130.000,00	135.000,00	11.725,14	47.374,63	55.449,71
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	772.000,00	772.000,00	120.699,03	349.571,17	303.279,65
Pessoal Civil	772.000,00	772.000,00	120.699,03	349.571,17	303.279,65

Aposentadorias	250.000,00	250.000,00	69.820,30	197.123,78	142.695,24
Pensões	50.000,00	50.000,00	2.724,60	8.173,80	3.866,10
Outros Benefícios Previdenciários	472.000,00	472.000,00	48.154,13	144.273,59	156.718,31
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	903.000,00	908.000,00	132.424,17	396.945,80	358.729,36
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	396.800,00	391.800,00	81.703,43	198.916,06	601.505,39

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	2º BIM/2013	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2012	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	4.650,07	2.135,88	10.487,27
Investimentos	5.010.062,39	5.800.854,83	5.795.290,14

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
RECEITAS CORRENTES	551.200,00	551.200,00	132.934,37	258.275,02	274.495,58
Receita de Contribuições	551.000,00	551.000,00	131.633,73	255.066,62	270.414,03
Pessoal Civil	551.000,00	551.000,00	131.633,73	255.066,62	222.778,20
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	551.000,00	551.000,00	131.633,73	255.066,62	222.778,20
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	47.635,83
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	200,00	200,00	1.300,64	3.208,40	4.081,55
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIMEPRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. — LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	551.200,00	551.200,00	132.934,37	258.275,02	274.495,58
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO AJUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO.

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III) — LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 30 Abr 2013 (b)	Em 30 Jun 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	2.984.222,04	2.976.347,92
DEDUÇÕES (II)	7.496.059,38	9.700.836,00	9.277.651,32
Ativo Disponivel	8.045.350,85	10.005.583,71	9.582.399,03
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	549.291,47	304.747,71	304.747,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.496.059,38	-6.716.613,96	-6.301.303,40
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	2.984.222,04	2.976.347,92
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-7.496.059,38	-9.700.836,00	-9.277.651,32

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Jun 2013 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	423.184,68	-1.781.591,94

DISCRIMINAÇÃO DAMETA FISCAL	VALOR
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.162.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 30 Abr 2013 (b)	Em 30 Jun 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	5.801.928,47	5.894.792,73	5.805.777,41
Ativo Disponivel	5.802.990,71	5.894.792,73	5.805.777,41
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.062,24	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDAPREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO AJUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. — LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.298.900,00	3.669.852,34	10.865.984,77	11.710.212,28
Receita Tributária	1.047.500,00	371.069,84	869.122,33	692.416,62
IPTU	65.000,00	29.660,17	66.485,06	54.821,71
ISS	263.000,00	95.182,08	215.104,49	348.987,14
ITBI	102.000,00	17.169,23	83.673,37	53.245,51
IRRF	471.500,00	201.692,22	388.247,25	140.634,74
Taxas	145.000,00	27.366,14	115.612,16	94.727,52
Contribuição de Melhoria	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	1.274.000,00	246.515,29	621.739,82	696.188,47
Receita Previdenciária	949.000,00	214.127,60	496.565,82	469.718,50
Outras Contribuições	325.000,00	32.387,69	125.174,00	226.469,97
Receita Patrimonial Líquida	355.100,00	200,00	96.476,98	421.706,60
Receita Patrimonial	541.200,00	26.043,81	158.955,74	525.098,68
(-) Aplicações Financeiras	186.100,00	25.843,81	62.478,76	103.392,08
Transferências Correntes	17.157.800,00	2.936.694,68	8.988.867,81	9.633.756,49
FPM	5.280.000,00	1.009.965,07	2.831.310,53	2.680.124,81
ICMS	2.720.000,00	505.905,95	1.594.538,18	1.368.860,01
Outras Transferências Correntes	9.157.800,00	1.420.823,66	4.563.019,10	5.584.771,67
Demais Receitas Correntes	464.500,00	115.372,53	289.777,83	266.144,10
Dívida Ativa	94.100,00	16.060,30	33.348,87	36.479,65
Receitas Correntes Diversas	370.400,00	99.312,23	256.428,96	229.664,45
Operações de Crédito (III)	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	30.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.215.000,00	210.398,72	1.859.161,64	356.704,85
Convênios	1.215.000,00	210.398,72	1.859.161,64	356.704,85
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.215.000,00	210.398,72	1.859.161,64	356.704,85
RECEITAPRIMÁRIATOTAL (VII) = (I + VI)	21.513.900,00	3.880.251,06	12.725.146,41	12.066.917,13

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Jun 2013	Jan a Jun 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	19.845.470,00	4.086.586,06	10.754.075,82	8.576.923,17
Pessoal e Encargos Sociais	8.829.580,00	2.170.086,02	5.848.054,76	4.708.905,67
Juros e Encargos da Dívida (IX)	56.370,00	2.522,91	15.082,54	2.904,69
Outras Despesas Correntes	10.959.520,00	1.913.977,13	4.890.938,52	3.865.112,81
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	19.789.100,00	4.084.063,15	10.738.993,28	8.574.018,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.953.650,00	1.063.378,35	1.791.632,45	1.689.921,60
Investimentos	2.655.650,00	1.055.504,23	1.765.502,91	1.480.582,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	298.000,00	7.874,12	26.129,54	209.338,70
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	2.655.650,00	1.055.504,23	1.765.502,91	1.480.582,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	592.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAPRIMÁRIATOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	23.036.750,00	5.139.567,38	12.504.496,19	10.054.601,38
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	-1.522.850,00	-1.259.316,32	220.650,22	2.012.315,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-

DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL	VALOR
METADE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-521.830,00
FONTE:	

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODEREÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	APagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	23.950,14	549.291,47	0,00	268.493,90	304.747,71	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
EXECUTIVO	23.950,14	549.291,47	0,00	268.493,90	304.747,71	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
Administração Direta	23.950,14	548.229,23	0,00	267.431,66	304.747,71	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	315.150,41	0,00	173.802,70	141.347,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	233.078,82	0,00	69.678,82	163.400,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Investimentos	23.950,14	0,00	0,00	23.950,14	0,00	106.085,55	0,00	83.786,00	22.299,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	1.062,24	0,00	1.062,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.062,24	0,00	1.062,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	23.950,14	549.291,47	0,00	268.493,90	304.747,71	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
FONTE:									

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO AJUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	11.014.800,00	11.014.800,00	2.152.759,48	6.257.069,22	56,81
Receitas de Impostos	533.800,00	533.800,00	151.780,38	395.964,98	74,18
Impostos	430.000,00	430.000,00	142.011,48	365.262,92	84,94
Dívida Ativa dos Impostos	92.000,00	92.000,00	9.625,01	22.235,40	24,17
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	11.800,00	11.800,00	143,89	8.466,66	71,75
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.481.000,00	10.481.000,00	2.000.979,10	5.861.104,24	55,92
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.280.000,00	5.280.000,00	1.009.965,07	2.831.310,53	53,62
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-5.600,00	-5.600,00	-845,62	-2.536,88	45,3
Cota-Parte ICMS	2.720.000,00	2.720.000,00	505.905,95	1.594.538,18	58,62
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	30.000,00	30.000,00	0,00	433,60	1,45
Cota-Parte ITR	32.000,00	32.000,00	1.662,23	3.761,31	11,75
Cota-Parte IPVA	320.000,00	320.000,00	83.250,26	258.622,43	80,82
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	2.099.600,00	2.099.600,00	401.041,21	1.174.594,20	55,94
Cota-Parte IOF-OURO	5.000,00	5.000,00	0,00	380,87	7,62
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	5.083.500,00	5.083.500,00	981.421,41	3.626.291,09	71,33
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	3.601.000,00	3.601.000,00	575.589,10	1.747.844,36	48,54
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	3.600.000,00	3.600.000,00	575.589,10	1.747.844,36	48,55
Complementação da União ao FUNDEB	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	512.500,00	512.500,00	106.700,17	229.607,87	44,8
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	970.000,00	970.000,00	299.132,14	1.648.838,86	169,98
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	13.998.700,00	13.998.700,00	2.733.139,68	8.708.766,11	62,21

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Jun 2012 (d)**	**% (d/c)**
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.946.050,00	4.254.520,00	1.302.712,39	1.981.544,15	46,58
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	2.615.000,00	3.998.470,00	1.293.848,21	1.954.535,28	48,88
Despesas com Educação IInfantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	106.500,00	67.500,00	1.864,18	10.574,47	15,67
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	224.550,00	188.550,00	7.000,00	16.434,40	8,72
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	3.600.000,00	3.517.500,00	611.426,39	1.632.122,29	46,4
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	2.160.000,00	2.124.000,00	337.423,52	924.639,04	43,53
Outras Despesas no Ensino Básico	1.440.000,00	1.393.500,00	274.002,87	707.483,25	50,77
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	6.546.050,00	7.772.020,00	1.914.138,78	3.613.666,44	46,5

[se II>IV]= PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	- -
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	573.250,16
DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	573.250,16
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas Com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas Com Educação Infantil em Creches e Pré Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	573.250,16

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS APAGAR INSCRITOSCOM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	3.040.416,28
TABELADE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	48,59
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	52,90

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	Jan a Jun 2013
	0.00	231.044,99

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO AJUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO. | LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2013 (f)	% (f/e)
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	8.500,00	3.000,00	0,00	0,00	0

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	100,00	100,00	0,00	0,00	0
ENSINO FUNDAMENTAL	6.062.250,00	7.412.720,00	1.905.274,60	3.586.657,57	48,39
ENSINO MÉDIO	136.500,00	87.500,00	0,00	678,00	0,77
ENSINO SUPERIOR	11.750,00	9.750,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO INFANTIL	223.500,00	141.000,00	1.864,18	10.574,47	7,5
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	55.000,00	45.500,00	0,00	1.166,95	2,56
EDUCAÇÃO ESPECIAL	48.450,00	72.450,00	7.000,00	14.589,45	20,14
TOTAL DAS DESPESAS	6.546.050,00	7.772.020,00	1.914.138,78	3.613.666,44	46,5
FONTE:					

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
DEMONSTRATIVO DA RECEITADEIMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO AJUNHO.			LRF-Cidadão - 9.31 - 29/07/13	
ADCT, art 77 - Anexo XVI				
RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Jan a Jun 2013 (b)	% (b/a)
RECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	11.003.800,00	11.003.800,00	6.256.688,35	56,86
Impostos	430.000,00	430.000,00	365.262,92	84,94
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	103.800,00	103.800,00	30.702,06	29,58
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.470.000,00	10.470.000,00	5.860.723,37	55,98
Da União	6.640.000,00	6.640.000,00	3.543.839,55	53,37
Do Estado	3.830.000,00	3.830.000,00	2.316.883,82	60,49
TRANSFERÊNCIADE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	2.923.500,00	2.923.500,00	1.786.283,13	61,10
Da União para o Município	2.489.500,00	2.489.500,00	1.191.036,41	47,84
Do Estado para o Município	424.000,00	424.000,00	595.246,72	140,39
Demais Municípios para o Município	0,00	150.000,00	42.930,00	28,62
Outras Receitas do SUS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9.651.100,00	9.651.100,00	5.595.377,42	57,98
(-) DEDUÇÃO PARAO FUNDEF	2.005.600,00	2.005.600,00	1.108.998,75	55,30
TOTAL	21.572.800,00	21.572.800,00	12.529.350,15	58,08
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Jun 2013 (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.785.450,00	4.708.490,00	3.609.656,20	76,66
Pessoal e Encargos Sociais	2.472.100,00	2.426.600,00	2.021.872,22	83,32
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.313.350,00	2.281.890,00	1.587.783,98	69,58
DESPESAS DE CAPITAL	405.800,00	345.800,00	79.695,15	23,05
Investimentos	405.800,00	345.800,00	79.695,15	23,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	5.191.250,00	5.054.290,00	3.689.351,35	72,99
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Jun 2013 (e)	% (e)/ desp. saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.191.250,00	5.054.290,00	3.689.351,35	72,99
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.923.500,00	2.923.500,00	1.786.283,13	48,42
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.923.500,00	2.923.500,00	1.786.283,13	48,42
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	0,00	0,00
VINCULADADE RECURSOS PRÓPRIOS[1]				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	2.267.750,00	2.130.790,00	1.903.068,22	51,58
CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			RESTOS APAGAR	
			Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelado em 2013(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]				30,42
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Jun 2013 (g)	% (g/total g)
Atenção Básica	1.883.000,00	1.901.200,00	1.244.587,32	33,73
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	2.818.600,00	2.619.740,00	2.075.566,75	56,26
Suporte Profilático e Terapêutico	147.750,00	117.750,00	55.897,31	1,52
Vigilância Sanitária	37.800,00	79.800,00	64.082,97	1,74
Vigilância Epidemiológica	111.000,00	85.100,00	46.701,40	1,27
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	193.100,00	250.700,00	202.515,60	5,49
TOTAL	5.191.250,00	5.054.290,00	3.689.351,35	100,00
FONTE:				

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:38F57BEE